



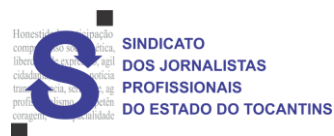
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ
Campus Universitário de Palmas
Programa de Mestrado em Comunicação e Sociedade - PPGCOM

ANAIS

IV Jornada Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins

**Tema: "Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas
contemporâneas"**

Palmas, 30 e 31 de outubro de 2019





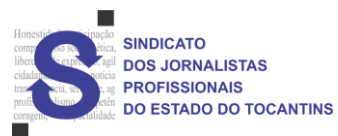
ANAIS

IV Jornada Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins

Tema: "Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas contemporâneas"

IV EDIÇÃO

Palmas, 30 e 31 de outubro de 2019





Copyright © 2019 - Universidade Federal do Tocantins – Todos os direitos reservados

www.uft.edu.br

<https://www.even3.com.br/ivjornadappgcom/>

Campus Universitário de Palmas
Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom)
Av.: NS 15, ALCNO 14
Quadra 109 Norte, Palmas/TO CEP 77001-090
Prédio Bloco II – sala 15
Telefone: (63) 3232-8116

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB

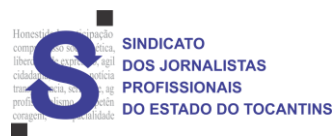
F981a Fundação Universidade Federal do Tocantins.
Anais da IV Jornada Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade - Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas contemporâneas, 30 e 31 de outubro de 2019 / Coordenação Geral: Lilian Deisy Ghizoni, Eder Ahmad Charaf Eddine, Eduardo Breno Nascimento Bezerra. – Palmas, TO, 2019.

ISBN: 978-85-5659-036-7

1. Comunicação. 2. Construção social. 3. Narrativas. I. Título.

CDD 302.3

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada à fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.





Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Prefeitura Universitária

João Batista Martins Teixeira

Procuradoria Jurídica

Marcelo Morais Fonseca

CORPO EDITORIAL

**COMISSÃO ORGANIZADORA GERAL
(AUTORES CORPORATIVOS)**

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine

Eduardo Breno Nascimento Bezerra

COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO

Aldenor Batista da Silva Junior (UCDB)

Amanda Mauricio Pereira Leite (UFT)

Antonio José Pedroso Neto (UFT)

Cristiane Hengler Corrêa Bernardo (UNESP)

Eder Ahmad Charaf Eddine (UFT)

Eduardo Breno Nascimento Bezerra (UFT)

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior (UFT)

Joelci Mora Silva (UFMS)

José Lauro Martins (UFT)

Karine Vanessa Perez (UNISC)

Ladislau Ribeiro do Nascimento (UFT)

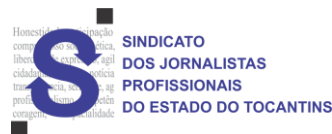
Liana Vidigal Rocha (UFT)

Liliam Deisy Ghizoni (UFT)

Liliana Patricia Marlés (USP)

Luciano de Jesus Gonçalves (IFTO)

Nelson Russo de Moraes (UNESP)





Ricardo Ribeiro Malveira (UFT)
Rodrigo Simon de Moraes (UNICAMP)

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Ana Paula dos Santos
Alecsandre Alves Oliveira
Romário Rocha do Nascimento
Rose Dayanne Santana Nogueira

COMISSÃO DE LAZER E CULTURA

Amanda Leite
Cidiclei Alcione Biavatti
Maria Eduarda Campos de Sá Ferraz

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira
Gabriela Pereira Melo
Elaine Nolêto Jardim

REALIZAÇÃO

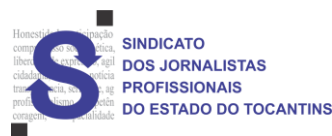
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – PPGCom
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

APOIO

PPGCom/UFT
PROJETO PROCAD-AM
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO TOCANTINS

Os organizadores informam que a revisão ortográfica é de responsabilidade dos autores

Palmas, 30 e 31 de outubro de 2019



APRESENTAÇÃO

É com muito prazer que apresentamos os ANAIS da IV Jornada Interdisciplinar do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins. Evento que tem se consolidado como um espaço importante de discussão científica, apresentações de trabalhos e troca de conhecimentos do PPGCom com outras áreas do conhecimento.

Nessa edição, a Jornada teve como tema "Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas contemporâneas", e recebeu trabalhos nas mais diversas linhas de pesquisa e extensão na área da comunicação e sua interseção com outros saberes, que após a avaliação de nosso comitê científico, abrilhantaram nosso evento e resultaram na constituição desses anais. Foram apresentadas 64 pesquisas divididas em 12 diferentes eixos temáticos.

Em um cenário de constantes ataques à educação pública que vivenciamos nos últimos anos, sobretudo no ano de 2019, essa edição da nossa jornada se torna também um ato de resistência. Nos dividimos em várias comissões, trabalhamos para garantir que apesar de todos os cortes orçamentários que presenciamos nas universidades públicas, esse evento continuasse sendo realizado de modo gratuito e com qualidade a toda a comunidade acadêmica.

Esperamos que você desfrute da leitura desses trabalhos e consiga, através das pesquisas e ensaios aqui apresentados, se inspirar na construção de novas tendências na comunicação e na ciência como um todo!

A todos os participantes, organizadores, avaliadores e convidados, nossos agradecimentos pela contribuição! Continuemos firmes, fortes e engajados na produção do conhecimento e na consolidação desse importante evento para o PPGCOM, para a UFT e para a sociedade de um modo geral!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NO BRASIL E O ENSINO SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE	12
A COMUNICAÇÃO E SUAS NARRATIVAS EM TEMPOS DE CONFLITOS	18
“ARRAIÁ” DA CAPITAL: REPRESENTAÇÕES DO ATIVISTA MIDIÁTICO NO JORNAL ANHANGUERA 1ª EDIÇÃO	23
AS ABORDAGENS TEÓRICAS DA ORALIDADE E SEU CONCEITO COMO ÁREA DA COMUNICAÇÃO.....	30
A CULTURA ANCESTRAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAJEADO.....	37
A INVASÃO E IMPOSIÇÃO DA IMAGEM DA MULHER INDÍGENA: INTERLOCUÇÃO ENTRE CAMINHA E ZÉ CARIOCA.....	45
A LÍNGUA ESPANHOLA E O NOVO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL COM A LEI FEDERAL N. 13.415/2017	51
A PAUTA OCULTA DO MATOPIBA: A AUSÊNCIA DE JORNALISMO AMBIENTAL NAS TELEVISÕES REGIONAIS.....	58
ACCOUNTABILITY APLICADA NA EDUCAÇÃO, AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA COMO INSTRUMENTOS, EXPLORAÇÃO MIDIÁTICAS DOS RESULTADOS	66
AGENCIAMENTOS DAS IMAGENS ARMADILHAS: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISES IMAGÉTICAS.....	74
AGRICULTURA URBANA: USO DE AGROTÓXICOS EM HORTAS DA REGIÃO CENTRAL DE PALMAS, TOCANTINS	80
ANÁLISE DA CADEIA DO LEITE EM PALMAS UTILIZANDO O SOFTWARE MICMAC	86
ANÁLISE DA PECUÁRIA LEITEIRA NO ESTADO DO TOCANTINS	92
ANÁLISE DO TERMO FEMINICÍDIO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (2017)	99

AS NOVAS COMPETÊNCIAS DO JORNALISMO E O EMPREENDEDORISMO PARA UM MERCADO EM CONSTANTE MUTAÇÃO.....	105
ATIRANDO PARA TODOS OS LADOS (EM BUSCA DE GOL?); “FECHAMENTO”, CUMBIA, BARRA-BRAVA, CANDOMBLÉ E NOISECORE.....	112
ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA REDE DE PROTEÇÃO.....	116
BUMBA MEU BOI DE JUÇATUBA: FOTOGRAFIAS COMO FONTE HISTÓRICA E FORTALECIMENTO DA CULTURA	122
COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CAPACIDADES ESTATAIS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS BRASILEIRA	129
COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: MOVIMENTO #METOO NO JORNAL THE NEW YORK TIMES	136
COMUNICAÇÃO, DOR E HOMOFOBIA: ANÁLISE DO FILME “PRAYERS FOR BOBBY” E SEUS IMPACTOS.....	143
COMUNICAÇÃO, GÊNERO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORTE.....	150
COMUNIDADE TRADICIONAL DE GERAIZEIROS DA MATINHA, GUARÁ/TO: FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL.....	157
DIFICULDADES, SOFRIMENTO E PRAZER NA VIDA ACADÊMICA: UM ESTUDO COM ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO E JORNALISMO	163
EMPREENDEDORISMO: ESTUDOS ACERCA DOS DESAFIOS AO SEU PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA	171
ESCUTA CLÍNICA DO TRABALHO COM JORNALISTAS VINCULADAS AO SINDJOR/TO.....	177
“EU DORMIA NUM QUARTO DE EMPREGADA E LÁ EU NÃO PODIA COMER”: CASO DA EMPREGADA DOMÉSTICA GIZA	1836
EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO	196
FAKE NEWS: A FOTOGRAFIA QUE MENTE E/OU FALSEIA A REALIDADE.....	200

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA ORIENTAL	207
INTERNET, REDES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO DEBATE DAS MINORIAS	214
INTERVENÇÃO COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, EM UM CSC DE PALMAS - TO	2214
JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA: AS NARRATIVAS SOBRE CONFLITOS AGRÁRIOS NO WEBSITE AMAZÔNIA REAL	229
MEMÓRIA MEDIATIZADA: UM ESTUDO SOBRE OS COMENTÁRIOS NO CANAL PEDRO JANOV NO YOUTUBE.....	235
MEDIATIZAÇÃO NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE QUALITATIVA	242
NARRATIVA DISCURSO E ACONTECIMENTO A LÍNGUA PORTUGUESA COMO PAUTA EM VEÍCULOS NOTICIOSOS DO BRASIL E PORTUGAL	248
O DISCURSO AUTONOMISTA DO NORTE GOIANO NO JORNAL ECOS DO TOCANTINS	256
O ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: UM ATO POLÍTICO NA FORMAÇÃO DE PENSAMENTO CRÍTICO	262
O PANÓPTICO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS E SUA RELAÇÃO COM A SUBJETIVIDADE DOS SUJEITOS	275
O PODER DAS REDES SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	319
O PODER DO COURO: ANÁLISE DA REPORTAGEM VENCEDORA DO 17º PRÊMIO MASSEY FERGUSON DE JORNALISMO.....	326
O TELEJORNALISMO NO TOCANTINS EM TRÊS MOMENTOS: LINGUAGEM, HISTÓRIA E TÉCNICA	335
O USO DE METÁFORAS NA COMUNICAÇÃO COM O INCONSCIENTE	344
OS MANUSCRITOS NO NORTE DE GOIÁS: JORNALISMO COM GRAÇA E OUSADIA	350

PARA ALÉM DE UM MEIO DE TRANSPORTE: O ÔNIBUS E SUAS POSSIBILIDADES	356
PERDAS EM FUNÇÃO DO TRANSPORTE DE BOVINOS: O CASO DO ESTADO DO TOCANTINS	362
POLÍTICAS PÚBLICAS: <i>MODU OPERANDIS</i> DE FAZER CINEMA NO TOCANTINS	367
PRAZER E COMUNICAÇÃO NO TRABALHO DE UMA AGENTE DA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DO TOCANTINS	375
PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, SEXUAL E DE GÊNERO DO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE PALMAS.....	386
PROPOSTA DE ANÁLISE DA DIVERSIDADE RACIAL E DE ÁREAS CIENTÍFICAS NA PUBLICIDADE SOBRE UNIVERSIDADES PÚBLICAS	395
SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO VIGIADO!.....	396
SUBJETIVIDADE NEGRA: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO RACISMO NA MÍDIA.....	401
SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> : PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES ENVELHESCENTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	408
TEATRO DE MISTÉRIO: A TRAJETÓRIA DO ÚLTIMO PROGRAMA DE SUCESSO DA RADIODRAMATURGIA NO BRASIL	414
TELEJORNALISMO REGIONAL: UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS ENTRE 2014 E 2018	428
TERRITÓRIOS FÍLMICOS NAS MICROGEOGRAFIAS DE PALMAS-TO.....	430
TIFANNY E O <i>FRAMING</i> DA IMPRENSA ESPORTIVA BRASILEIRA.....	435
TROVADORISMO PORTUGUÊS E IMAGEM FEMININA NA MÚSICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA.....	442
UM OLHAR SOBRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS A PARTIR DA PÁGINA DO FACEBOOK: “EU EMPREGADA DOMÉSTICA”	448

UM OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES DOS TRABALHADORES E SEUS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS.....	460
UMA PROSA COM INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAJEADO	467
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: MUNICÍPIOS CORTADOS PELA BR-153 AO SUL NO TOCANTINS	474
VULNERABILIDADE: O CASO FÁBIO ASSUNÇÃO E AS MANIFESTAÇÕES DE DESCASO AO DEPENDENTE QUÍMICO	486
WEBJORNALISMO E MODELOS DE NEGÓCIO: NOVAS FORMAS PARA A GERAÇÃO DE RECEITA.....	492
“O CRAS NÃO TEM SÓ PANELAS””: ESCUTA CLÍNICA DO SOFRIMENTO NO TRABALHO COM SERVIDORES DE PALMAS-TO	496

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NO BRASIL E O ENSINO SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

Luciana Santos Almeida Theodoro¹
Universidade Federal do Tocantins

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior²
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Comunicação nas organizações

Resumo

Inseridos em um mundo onde o processo de ensino-aprendizagem carece superar a visão conteudista para se tornar eficiente, já não é possível pensarmos em pesquisas sobre formação na área da comunicação organizacional sem pensar em relacioná-la a novas metodologias que objetivam melhorias em sala de aula. Nesse contexto é que esse trabalho pretende buscar como o termo *Paradigma da Complexidade* tem aparecido nos artigos publicados nos Anais do Congresso da Abrapcorp, o mais representativo da área no Brasil.

Palavras-chave: Abrapcorp. Congresso. Paradigma da Complexidade.

1. Introdução

Hoje, já existem muitos estudos que tratam do tema do Paradigma da Complexidade. O trabalho que se tornou referência para muitos pesquisadores é de autoria de Edgar Morin, que se situa na ideia de que o pensamento complexo “investe contra a fragmentação do conhecimento e a disciplinarização excessiva dos currículos, departamentos, universidades e dos próprios professores” (ALMEIDA; CARVALHO, 2009, p.10). Como estudioso das Relações Públicas, Baldissera (2007) aponta algumas características da área que podem se relacionar com o Paradigma da Complexidade, como o fato de viabilizar a permanente tensão estabilidade / instabilidade; organização / desorganização / transformação; rotina / inovação; evolução / manutenção / retrocesso.

¹ Jornalista formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com especialização em “Comunicação e Informação Educacional e Empresarial” e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). E-mail: lucianasantal@gmail.com

² Doutor em Comunicação (UFBA), é jornalista e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão “Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino”. É professor na UFT e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com

Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar as tendências do Paradigma da Complexidade nas pesquisas apresentadas nos congressos da Abrapcorp, com enfoque nos temas que tratam do currículo ou docência do ensino superior. Para isso, foi realizado um mapeamento de quais publicações, nas doze edições do congresso, tratam do tema relacionado à comunicação organizacional. O método será a análise de conteúdo, por meio da palavra-chave **paradigma da complexidade**. A ideia é contabilizar o número de artigos destinados ao tema e comparar ao número total de artigos publicados. Depois, interpretar o que o resultado da comparação pode revelar. A hipótese é que o congresso tem contribuído para alimentar as pesquisas que falam sobre o Paradigma da Complexidade quando relaciona o tema à área da comunicação organizacional.

2. Fundamentação Teórica

De acordo com Petraglia (apud TAKAYAMA, 2010), pode-se falar que Edgar Morin é o pensador que, em 1991, sistematizou a Teoria da Complexidade, com o objetivo de se chegar à construção de um conhecimento com várias dimensões que visa a união em detrimento do pensamento simplista e reducionista que apenas separa. “O paradigma dominante e ao qual obedecemos cegamente é um paradigma de disjunção e de redução. (...) Em contrapartida, um paradigma de complexidade está fundamentado sobre a distinção, a conjunção e a implicação mútua” (MORIN, p.68, 2009).

O pensador explica que o nosso sistema de ensino, em vez de corrigir a divisão que a superespecialização tem nos trazido, ele apenas a reproduz. A inteligência que se produz daí só aprendeu a separar o mundo, que é complexo, em partes menores, tornando o que é multidimensional em uni. Isso têm causado inúmeros problemas no processo de ensino-aprendizagem, pois “atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo” (MORIN, 2011, p.14).

“A superação da visão disciplinar, ou seja, o olhar que separa e compartimentaliza os fenômenos do mundo, exige a transposição dos conteúdos propostos de maneira isolada e desagregada do todo” (BEHRENS, 2015, p.31). Por isso, é essencial que o ensino se aproxime da realidade do aluno, que os problemas propostos tenham um significado e sejam relevantes para quem aprende.

3. Metodologia do estudo

A Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp) foi fundada em 13 de maio de 2006, na cidade de São Paulo, com o objetivo geral de estimular o fomento, a realização e a divulgação de estudos avançados, resultantes de pesquisa, nos campos da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas. A Abrapcorp realiza seus congressos anualmente desde 2007 e, para o presente estudo, foram selecionados os artigos publicados nos Anais do Congresso de 2007 a 2018.

O método empregado para tratar os dados resultantes da pesquisa descrita nesse artigo é a análise de conteúdo. Wilson da Fonseca Júnior (2014), que se baseou na proposta da pesquisadora francesa Laurence Bardin, enumera três fases cronológicas que compõem uma análise de conteúdo: (1) **Pré-análise** (2) **Exploração do material** (3) **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação**.

No caso desta pesquisa, o caminho teve início com uma busca, na internet, pelos arquivos que serviriam como *corpus* da pesquisa; a técnica utilizada foi a de usar a palavra-chave *paradigma da complexidade* no buscador/localizador do documento.

4. Resultados e discussões

Após aplicar a técnica nos primeiros artigos, percebeu-se que era possível separá-los em três categorias definidas a partir da localização da palavra-chave: D (se foi no desenvolvimento); R (se foi nas referências bibliográficas); e DR (quando a palavra-chave foi encontrada tanto no texto quanto na bibliografia do artigo).

Gráfico 01 - Quantidade de artigos que fizeram menção à palavra-chave *paradigma da complexidade*



Fonte: Elaboração da autora da pesquisa

De acordo com as informações acima, em 2010, 2011, 2015, 2016 e 2017, houve mais publicações de artigos com menções à palavra-chave do que nos outros anos. O gráfico mostra que não é constante o uso da palavra em artigos. Muitos artigos contêm a palavra-chave *paradigma da complexidade* apenas nas referências bibliográficas e que os anos de 2010 e 2016 foram os que mais tiveram artigos com a palavra-chave *paradigma da complexidade* no desenvolvimento.

A partir da busca dos artigos pelo localizador do documento, quando um artigo possuía a palavra-chave *paradigma da complexidade*, ele era classificado como D, R ou D/R, como já foi dito. Mas se nele havia, por exemplo, uma menção no desenvolvimento e duas nas referências, ele foi classificado como D e 2R. A ideia com essa subclassificação era mensurar o número de menções à palavra-chave em cada artigo e, assim, definir um critério para seleção dos que seriam analisados qualitativamente.

Definiu-se assim que os artigos analisados deveriam mencionar a palavra-chave no desenvolvimento, independentemente do número de vezes, para que não reduzisse demais o *corpus*. Então, para cumprir o objetivo de identificar se havia nos trabalhos publicados pela Abrapcorp alguma obra que relacionasse o *paradigma da complexidade* aos temas “docência”, “ensino” ou “currículo”, foram utilizadas duas técnicas: ler os resumos dos artigos tipo “D” e “DR” para descobrir se abordavam alguns dos três temas; depois, aplicar novamente a técnica de localizar essas palavras no buscador/localizador do arquivo.

Com a leitura dos resumos, foi possível perceber que a maioria dos artigos que compunham o *corpus* de análise não se remetiam aos temas (docência, ensino ou currículo). Após aferição dos dados quantitativos, foram selecionados dois artigos para análise e discussão do tema proposto.

O primeiro artigo, “O lugar da comunicação na gestão educacional: dimensões possíveis”, foi escrito por Rosângela Florczak. Com apenas uma menção à palavra-chave paradigma da complexidade no desenvolvimento, traz, como objeto de estudo, um diálogo sobre o lugar da comunicação nas organizações educacionais. A autora fala sobre como a organização escolar, baseada no modelo burocrático, enfrenta dificuldades de se reinventar no momento atual. Apesar de mencionar 35 vezes a palavra “ensino”, em nenhuma delas, há relação com o que esta pesquisa buscava. Quando tratou de comunicação, não falava de formação de profissionais, processo de ensino-aprendizagem ou qualquer referência à prática docente.

O segundo artigo escolhido foi “Redes sociais na internet: a imposição do diálogo e o horizonte da incomunicação nas organizações educacionais”, escrito também por Rosângela Florczak. A ideia era analisar qual o impacto da “incomunicação” entre estudantes - professores - gestores educacionais – famílias sobre o modo de comunicar de escolas e instituições de ensino superior. Sobre o paradigma da complexidade, também fez apenas uma menção em seu desenvolvimento. Já a palavra “ensino” apareceu 10 vezes. O artigo também não levantou nenhuma discussão específica sobre a formação de profissionais na área de comunicação ou fez qualquer relação com questões de currículo ou prática docente.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos com essa pesquisa, a partir de agora, podem servir como norteadores para futuros estudos que abordem o tema do Paradigma da Complexidade e seus desdobramentos na comunicação organizacional, e especificamente, nas questões que tratam de formação, currículo e docência. Foi possível perceber que, dentre os mais de 700 artigos publicados nessas 12 edições do Congresso da Abrapcorp, o paradigma da complexidade ainda aparece, nominalmente, de forma tímida.

E qual a relevância de relacionar os estudos sobre o paradigma da complexidade ao campo da Comunicação Organizacional? Uma das respostas pode ser dada por Baldissera, quando diz que um profissional de comunicação, orientado sob o paradigma da complexidade, age para conhecer a construção cognitiva dos públicos, seus desejos, valores, regras e padrões, e também as convenções, a filosofia, as opções e as políticas da entidade.

Entender as transformações ocorridas na sociedade a partir do advento de um novo paradigma que tem reflexo em muitas áreas, inclusive na educação, e fazer uma relação com a formação de profissionais da comunicação, apresenta-se como uma necessidade para a abertura e desenvolvimento de novas pesquisas em Comunicação Organizacional.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs). **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BALDISSERA, Rudimar. *Reflexões sobre comunicação, relações públicas e complexidade*. Anais Abrapcorp 2007. Disponível em: http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/relacao_gt2.htm

BEHRENS, Marilda. *Contributos de Edgar morin e Paulo freire no paradigma da complexidade*. In: BEHRENS e ENS, Romilda Teodora. **Complexidade e Transdisciplinaridade – novas perspectivas teóricas e práticas para a formação de professores**. Curitiba: APRRI, 2015. p. 23-46

FLORCZAK, Rosângela. **O lugar da comunicação na gestão educacional**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas - Abrapcorp, 4, 2010, Porto Alegre, RS. Anais (on-line). São Paulo: Abrapcorp, 2010. Disponível: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/trabalhosGT2.html>. Acesso em 20/02/2019.

_____. **Redes Sociais na internet: a imposição do diálogo e o horizonte da incomunicação nas organizações educacionais**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas - Abrapcorp, 5, 2011, São Paulo, SP. Anais (on-line). São Paulo: Abrapcorp, 2011. Disponível: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2011/mesas-tematicas.htm> . Acesso em 20/02/2019.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. *Análise de conteúdo*. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. 7ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2014. cap. 18, p. 280-204.

MORIN, Edgar. *A articulação dos saberes*. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs). **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TAKAYAMA, Fabíola Santini. **Edgar Morin e suas contribuições**. Anais Condoce / Condice 2010. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/4concoce/4concoce/paper/view/2607/1204>

A COMUNICAÇÃO E SUAS NARRATIVAS EM TEMPOS DE CONFLITOS

João Nunes da Silva³
UFT-OPAJE

Eixo Temático de submissão: Acontecimento e narrativa

Resumo

O presente estudo trata do uso da notícia pelas principais mídias do país e como as narrativas são construídas para negar ou manipular a realidade. Serão destacadas manchetes jornalísticas sobre casos como a Lava Jato a partir das principais mídias do país, de modo a demonstrar como as narrativas midiáticas são responsáveis para distorcer ou esclarecer determinados assuntos de interesse social. O estudo ampara-se nas teorias do agendamento e do enquadramento a partir dos estudos de Wolf (1987) Ramonet (2010) e Rothberg (2010).

1. Introdução

A comunicação é a principal forma de organização de uma sociedade. Na sociedade moderna os meios de comunicação social têm sido usados como instrumentos de manipulação e persuasão dos indivíduos, ou, em outro sentido, para esclarecer de fato. As grandes empresas de comunicação, em geral, têm se apresentado muito mais a serviço do capital e dos interesses privados do que para esclarecer de fato a sociedade; uma das principais formas de manipulação usada é a não notícia; isto é, se calar diante de fatos que a população precisa saber e, em vez disso, inventar notícias falsas ou usar de meias verdades.

³ Doutor em Comunicação e cultura contemporâneas, Mestre em Sociologia, professor da UFT- Universidade Federal do Tocantins. Professor do Mestrado em Serviço Social PPGSS– UFT Campus de Miracema e do PROFNIT- Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - Universidade Federal do Tocantins.. E-mail: joao.ns@uft.edu.br

2. Fundamentação Teórica

Apresenta as principais fundamentações teóricas, acerca do tema estudado. Consiste na revisão de artigos, livros, teses, dissertações, de modo a fundamentar teoricamente a pesquisa.

O agendamento, também chamado e Agenda Setting, e o Enquadramento estão presentes na forma como as notícias são selecionadas para que o público receptor possa pensar e discutir. No caso do agendamento, este corresponde a seleção do assunto que deve ser o objeto central de discussão, enquanto que o enquadramento busca mais precisamente dirigir o modo como o público deve aprender o assunto. Dessa forma, os jornais sempre que escolhem determinados temas a serem apresentados aos leitores ou telespectadores não deixam de ignorar outros assuntos, ou pelos menos partes do assunto escolhido para o público.

Ramonet (2010, p. 58) questiona o seguinte: como se oculta uma informação hoje em dia? O que pode se dá de forma dissimulada ou truncada, principalmente quando se tem informações diversas para serem consumidas.

Para Rothberg (2010, p. 56) uma informação ou notícia pode ser dada geralmente pelo enquadramento estratégico. Por exemplo, uma notícia da Lava Jato pode ter sido escolhida estrategicamente conforme se espera que o leitor ou espectador pense sobre ela. Um exemplo disso foi a divulgação de partes de conversas telefônicas entre a Presidente Dilma e o Ex-Presidente Lula, durante uma edição do Jornal Nacional, fato que resultou na proibição da nomeação do ex-presidente como Ministro da Casa civil e, conseqüentemente, abriu espaço para o impeachment da Presidente Dilma. A seleção feita pela Lava Jato para a divulgação da notícia e a forma como foi veiculada seguiram estrategicamente o que corresponde ao agendamento e ao enquadramento no jornalismo.

Wolf (1999,p. 62) destaca que s jornais a ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o publico sabe ou ignora, presta atenção ou descursa, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. Taal afirmação não deixa de ser verdade, tendo em vista que acontecimentos como o impeachment da Presidente Dilma em 2016 aconteceu principalmente em razão da forma como as notícias sobre o seu governo e os escândalos de corrupção atribuídos ao partido dos trabalhadores foram constantes alvos de notícias

estrategicamente selecionados para serem veiculadas nos principais jornais do país, especialmente na Rede Globo.

3. Metodologia do estudo

A pesquisa será de natureza qualitativa a partir de notícias das mídias centrais do país, mais precisamente da Globo, Folha de São Paulo e Estadão, com destaque para as notícias sobre a Lava Jato, Partido dos Trabalhadores, Ljula e Dilma. Serão considerados a forma como as notícias são apresentadas, seu enfoque e o que ficou de fora; para o contraponto das notícias veiculadas por essas mídias, serão considerados os jornais, blogs ou canais considerados de esquerda ou que demonstrem alguma característica de neutralidade, como o intercept, por exemplo.

4. Resultados e discussões

A pesquisa está em andamento, todavia, é possível perceber, ao comparar notícias da Globo, Folha de São Paulo e Intercept, que as notícias sobre o ex presidente Lula veiculadas por essas mídias tendem a apresentar-se de modo a criminalizar tudo o que está relacionado ao PT e ao ex presidente Lula.

Com o surgimento da Vaza jato, a partir das mensagens divulgadas pelo jornal Intercept sobre o envolvimento do ex juiz Sergio Moro e Deltan Dallagnol, este responsável pela Força tarefa da Lava Jato, percebe claramente que a sociedade brasileira foi ludibriada, tendo em vista que Moro e Dallagnol atuaram de forma parcial para impedir que o ex presidente Lula pudesse ser eleito no último pleito de 2018.

A Forma como as notícias sobre o PT são veiculadas no telejornal da Globo, principalmente no que se refere a Lava Jato, apresentam-se claramente selecionadas e enquadradas de tal forma que tem se tornado principal tema de discussão no seio da sociedade. Com isso estimulou-se uma reação antipetista, o que resultou na eleição de Jair Bolsonaro para Presidente da República.

Enquanto isso, todas as notícias que seriam negativas em relação a Lava Jato, Moro e Bolsonaro foram ignoradas pelos principais jornais do país. Ainda hoje é possível notar como a Globo seleciona as notícias de tal modo que induzam o leitor ou telespectador a pensar que o PT é corrupto e que somente o PT é um mal para o país; mesmo sendo veiculadas algumas notícias que de alguma forma se mostrem prejudiciais ao ex juiz Sergio Moro e a Lava Jato, a Globo apresenta de tal modo que seleciona detalhadamente o que deve passar e o que deve ficar de fora; por exemplo: a revelação da Vaza jato pelo Intercept até o presente momento em nada resultou de forma negativa para Moro ou Dallagnol; por outro lado, até o momento o ex presidente Lula continua preso sem que se mostre qualquer possibilidade de um julgamento favorável a sua soltura pelo STF, mesmo diante de tanta demonstração de ilegalidade praticadas por Moro e por Deltan Dallagnol.

5. Considerações finais

As pesquisas realizadas até o momento dão conta que a principal característica das principais mídias do país, principalmente da Globo é ignorar qualquer notícia que coloque em xeque o processo da Lava Jato contra o ex presidente Lula. Por exemplo, enquanto os jornais e blog de esquerda e ou de centro noticiem alguma coisa que se mostre negativa para Moro, Bolsonaro, Dallagnol e Lava Jato; por outro lado, qualquer notícia que possa beneficiar o ex presidente Lula tem sido ignorada por essa emissora. Dessa forma, até agora a blindagem efetuada pela principal emissora do país tem surtido efeito.

Os principais efeitos negativos contra o PT tem se mostrado forte a ponto de o ex juiz Sergio Moro em última pesquisa realizada pelo Data Folha apresentar ainda um alto índice de popularidade e de credibilidade, até mesmo maior do que o do Presidente Jair Bolsonaro. Em relação às notícias relacionadas a Bolsonaro, como a facada durante o período de eleição, a fake news, como o kit gay e a mamadeira de piroca, os escândalos envolvendo Flavio Bolsonaro e o Queiroz, nada disso tem sido noticiado de forma a chamar a atenção da maioria da sociedade e das principais instituições como o judiciário e o legislativo para colocar em pauta o impeachment de Jair Bolsonaro, tendo em vista tantos absurdos já demonstrados pelo Presidente, a exemplo de defesa de torturas, elogio ao torturador Ustra, o aumento dos desmatamentos e das queimadas, as demonstrações de ignorância e truculência do Bolsonaro em relação ao presidente e primeira dama da França, prática de nepotismo escancarada, entre

outros exemplos que no mínimo deveriam fazer com que o Presidente Bolsonaro fosse afastado do cargo de chefe maior da nação.

Referências

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROTHBERG, Danilo. **O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia**. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*. Covilha: LabCom Books, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

“ARRAIÁ” DA CAPITAL: REPRESENTAÇÕES DO ATIVISTA MIDIÁTICO NO JORNAL ANHANGUERA 1ª EDIÇÃO

Elaine Nolêto Jardim⁴
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Eixo temático: Acontecimento e narrativa

Resumo

A pesquisa⁵ descreve como o ativista midiático é representado na mídia local e qual o seu papel nesse espaço, através do telejornal com maior audiência da Rede Globo no Tocantins, o Jornal Anhanguera 1ª edição. O trabalho se embasou teoricamente em alguns autores como Beltrão, Fernandes, Trigueiro e Marques de Melo. Foram selecionadas reportagens do Jornal Anhanguera 1ª edição veiculadas no mês de junho dos anos de 2017, 2018 e 2019, sobre a preparação, acontecimento e pós-acontecimento das festas juninas do “Arraiá” da Capital, realizado em Palmas, Capital do Tocantins. Para essa discussão, utilizou-se de elementos da Análise de Conteúdo, na qual essas reportagens foram selecionadas, transcritas, classificadas, analisadas, destacou-se na mesma quantas fontes foram entrevistadas, se as fontes possuem um perfil definido como ativista midiático e suas variações, se o material se trata de uma reportagem, nota coberta ou boletim, bem como qual é assunto que está sendo retratado no material. Nota-se que o intercâmbio entre o meio televisão e camadas populares contribuem para a valorização da identidade cultural palmense.

Palavras-chave: Representatividade; ativista midiático; Televisão; Festas Juninas

1. Apresentação

Palmas, Capital do Tocantins, tece uma identidade cultural que está em constante formação. Essa tessitura acontece por meio de diversas pessoas que deixaram suas casas, seus estados, e até seus países para habitar a região a procura de oportunidades. A Prefeitura de Palmas mantém um calendário de festas para valorizar manifestações locais, como comidas típicas, música, teatro e a dança. Um deles é o “Arraiá” da Capital. O evento teve sua 27ª edição em 2019 e nem sempre contou com recursos do município. A festa nasceu com a população e

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e jornalista pela mesma instituição. E-mail: elainenoletto07@gmail.com.

⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

depois foi incorporada ao calendário oficial da cidade, passando a receber apoio da para organizar sua estrutura, premiação das quadrilhas juninas e movimentar o turismo local.

Os grupos de juninas⁶ se inscrevem através de um edital que é lançado todos os anos mantido pela Fundação Cultural de Palmas. O edital é quem dita a quantidade de grupos que podem se inscrever e as regras de premiação, que pode chegar até R\$ 30 mil para a melhor junina⁷. Esses grupos chegaram a tanto prestígio cultural que competiram nacionalmente e fizeram parte de programações internacionais divulgando a cultura palmense. Há algum tempo a realização dessa festa conta com a cobertura TV Anhanguera, em consequência disso, a pesquisa suscita a necessidade de analisar como o veículo televisivo tem retratado essas festas.

2. Televisão, telejornalismo e Jornal Anhanguera 1ª edição

A televisão tem uma grande abrangência populacional. Dados divulgados em 2016, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontaram que das 67,373 milhões das casas brasileiras existiam 102.633 milhões de televisões. Gorton (2009) destaca que a qualidade estética das programações televisivas prende a atenção do telespectador para que então eles participem dos momentos mostrados.

A TV tem cores, movimentos, imagens e sons que permitem ao telespectador uma realidade imaginada (JARDIM; TESKE, 2018). Essas características contribuem para retratar as festas juninas, tendo em vista a gama de cores através da decoração, movimentos que as apresentações trazem por meio da dança e muito mais. Jesus e Resende (2013, p. 6) acrescentam que a televisão se tornou difusora da cultura ao longo de sua evolução histórica. Eles ressaltam que a televisão “[...] moldou hábitos, criou linguagens, instigou o consumo, ditou moda e desenvolveu uma cultura que é recebida e disseminada por seus telespectadores dia-a-dia”.

O telejornalismo acaba por ser uma importante fonte de informação. A função de um profissional que atua no telejornalismo é “[...] contar um acontecimento, que tem um longo

⁶ Conforme Jardim (2017), as Festas Juninas são caracterizadas como festejos que celebram os santos populares da Igreja Católica, como Santo Antônio, São João e São Pedro. Segundo a autora, essas festas são celebradas há muitos anos e podem ter surgido com os romanos que realizam oferendas e louvavam a deusa Juno, que pode ter resultado a expressão “junina”.

⁷ Edital de 2019 está disponível no link: <https://www.palmas.to.gov.br/media/doc/29_3_2019_0_30_28.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2019.

período de duração e vários desdobramentos” (EMERIM, 2010, p. 9). Para Paternostro (1999), o texto para a televisão deve ter objetividade e precisão. Além disso, a construção textual deve ser coloquial, simples e com pausas.

Sobre a estrutura da narrativa, Emerim (2010) pontua que a reportagem é composta, normalmente, por *off*, parte da narração do repórter em cima de uma imagem, o boletim que mostra apenas o repórter quando não há imagens para ilustrar, e sonora que é a parte cortada da entrevista no qual há apenas a fala do entrevistado. Já a cabeça é o trecho onde o apresentador do jornal exhibe o que será retratado na reportagem ou boletim.

De acordo com o site de Negócios da Rede Globo, a TV Anhanguera, responsável por cobrir Palmas e região, possui 478.472 telespectadores. O Jornal Anhanguera 1ª edição é exibido de segunda a sábado entre 12h e 12h50 e está entre as 10 maiores audiências da filiada. Traz a proposta de cobertura comunitária, com “entrevistas especiais, notícias sobre política, economia e comportamento, além de orientações ao telespectador, dicas de lazer e culinária” (NEGÓCIOS GLOBO, s/n, texto online).

3. Ativistas midiáticos e agentes folkcomunicacionais no sistema de comunicação

A vida contemporânea é marcada pela presença constante dos meios de comunicação em vários aspectos que permeiam a sociedade. Beltrão (2001, p.79) definiu a folkcomunicação como o “processo de intercâmbio de informações e manifestações de opinião, ideias e atitudes da massa, por intermédio de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore”.

Beltrão (2001) começou a estudar as lideranças comunitárias, também atribuídos por ele e outros autores (MARQUES DE MELO, 2008; TRIGUEIRO, 2008) como “ativistas midiáticos” e agentes folkcomunicacionais. Fernandes (2011) afirma a ocorrência de uma troca mútua entre a mídia e os grupos organizados. Os veículos de comunicação precisam adequar o conteúdo ao público. O autor (2011) diz que o difícil acesso aos meios ortodoxos pela massa a leva a utilização de veículos não tradicionais.

Assim, surge a figura do líder de opinião, que é ciente das necessidades de seus pares, mas que tem a vantagem de ter mais contato com os meios de comunicação que seus liderados. Estudiosos em comunicação descrevem que pessoas presentes na audiência televisiva acabam por gerar os ativismos midiáticos. O ativista midiático, para Trigueiro (2008), é um narrador que conta o hoje e guarda a memória e a identidade local de um povo.

Segundo o mesmo autor, esses líderes de opinião se caracterizam por ser mediadores ativistas que atuam nas negociações da audiência das mensagens dispostas pela mídia que, por sua vez, circulam em diversas etapas de difusão nos grupos sociais considerados de referência da região em que vivem. Já Beltrão (2001) afirma que o líder de opinião não necessariamente precisa ser reconhecido enquanto autoridade ou ter algum título acadêmico. O único requisito é ter apreço popular. Com base na discussão acima, este trabalho objetiva a análise de tópicos como participação dessas pessoas na mídia televisiva, conteúdos abordados, duração do conteúdo jornalístico e como é representada sua (in) visibilidade.

4. Metodologia

Para a pesquisa analisou-se o conteúdo jornalístico veiculado nos meses junho dos anos de 2017, 2018 e 2019, no Jornal Anhanguera 1ª edição. Foram analisados 17 conteúdos jornalísticos do telejornal, que estão disponíveis no site do G1 Tocantins, local em que o material é hospedado. As reportagens foram selecionadas e transcritas para passar por apropriações de procedimentos da Análise de Conteúdo. Para realizar a análise, propomos neste trabalho algumas categorias para destacar, tais como quantas fontes foram entrevistadas, se as fontes possuem um perfil definido como ativista midiático e suas variações, se o material se trata de uma reportagem, nota coberta ou boletim, bem como qual é assunto que está sendo retratado no material.

5. Análise

No mês de junho dos anos de 2017, 2018 e 2019 foram veiculados 17 materiais jornalísticos sobre o “Arraiá” da Capital no Jornal Anhanguera 1ª edição. Desse total, seis foram em 2017, cinco em 2018 e seis no ano de 2019. Em 2017 foram entrevistadas 18 pessoas, as quais 13 são identificados como agentes folkmediáticos. Do material analisado, três são definidas como boletins e três como reportagem.

Entre os 13 ativistas midiáticos estão presidentes das juninas, dançarinos destaques, figurinistas, costureiras, casal de noivos e rainhas. O material trata de divulgação de programação, apresentação das juninas e organização do evento. Apesar da falta de profundidade em contar sobre o que é a festa, seu surgimento e sua relevância para a população

palmense, nas sonoradas, nota-se que a fala das fontes são icônicas e trazem o sentimento de como é fazer parte da festa.

No ano de 2018, todo o material jornalístico veiculado no Jornal Anhangüera sobre festas juninas do “Arraiá” da Capital trata-se de reportagens. Foram entrevistadas 13 pessoas. Desse número, seis são ativistas midiáticos. Dois seis ativistas midiáticos representados, todos fazem parte da organização das quadrilhas, são rainhas, costureiras, dançarinos e presidentes dos grupos. Diferente de 2017, dessa vez o jornal não entrevistou casais de noivos.

Já em 2019, do material jornalístico levantado para este trabalho, todas os seis tratam-se de reportagens. Foram entrevistadas 27 pessoas. Do total, 21 são identificados como ativistas midiáticos. O material de 2019 segue carecendo de profundidade ao retratar o que é a festa e sua representatividade para a cidade, pois ainda tratou da programação, preparação e bastidores do evento, ou seja, é mais uma cobertura sobre o que está acontecendo.

6. Considerações

Identificou-se que o material analisado é, basicamente, programação, produção, bastidores das festas juninas e não há aprofundamento, como, por exemplo, não há material jornalístico que descreva afincado o que essas festas representam, como elas surgiram e qual a relevância dela para a sociedade. Muito menos sobre especificidades de cada agente folkcomunicação, suas práticas e reivindicações culturais.

Sobre o que foi constatado, Melo (2009) afirma que o jornalista que trata sobre temas ligados à cultura deve ser habilidoso quanto à pesquisa, apuração e investigação. Ela acrescenta que o jornalista deve também aprimorar sua capacidade de reflexão para saber quais acontecimentos culturais são importantes para ser noticiados. Em consequência disso, para a autora, o jornalista é responsável por traduzir a cultura e sua realidade, que é complexa, de uma forma simples, de modo que o conteúdo não seja prejudicado.

Melo (2009) diz que a riqueza do fato cultural deve ser explorada em profundidade, sem perder de vista a capacidade de dar comunicabilidade à representação simbólica. Com esta investigação, pode-se perceber que o discurso do ativista midiático tem que se adequar às amarras jornalísticas, como o tempo de cada entrevista e, principalmente, o enquadramento noticioso. Conclui-se que o intercâmbio entre o meio televisão e camadas populares muito

contribuem para a valorização da identidade cultural palmense e manutenção dessa cultura que se forma cotidianamente.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

EMERIM, Cárilda. **O texto na reportagem de televisão**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2016/resumos/R5-0879-1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FERNANDES, Guilherme M. **Folkcomunicação, mediação e ativismo midiático**: do líder de opinião ao ativismo midiático. In: Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 15, n.15, p. 55-67, jan/dez. 2011.

GORTON, K. **Media audiences**: television, meaning and emotion. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

JARDIM, E. N.; TESKE, W. **Festas Juninas de Palmas-TO**: análise folkmidiática das reportagens do Jornal Anhanguera 1ª edição. In: 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2018, Joinville (SC). 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2018.

JESUS, Jordane Trindade de. RESENDE, Vitor Lopes. **A Televisão e sua influência como meio**: uma breve historiografia. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-televisao-e-sua-influencia-como-meio-uma-breve-historiografia>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MARQUES DE MELO, José. **Mídia e Cultura Popular**. História, taxionomia e metodologia da Folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

MELO, Isabelle Anchieta. **Jornalismo cultural**: por uma formação que produza o encontro da clareza do jornalismo com a densidade e complexidade da cultura. In: AZZOLINO, Adriana Pessate (org.). 7 propostas para o jornalismo cultural. São Paulo: Miró Editorial, 2009.

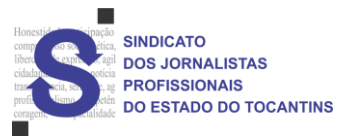
NEGÓCIOS GLOBO. **Cobertura Globo**. s.d. Online. Disponível em: <<http://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: **síntese de indicadores** 2016/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.



TRIGUEIRO, Osvaldo M. **Folkcomunicação e Ativismo Midiático**. João Pessoa: UFPB, 2008.



AS ABORDAGENS TEÓRICAS DA ORALIDADE E SEU CONCEITO COMO ÁREA DA COMUNICAÇÃO

Bruno Ricardo Carvalho Pires⁸
Universidade Federal do Tocantins

Nelson Russo de Moraes⁹
Universidade Estadual Paulista

Ana Paula Neres Cirqueira¹⁰
Faculdade Guaraf

Joiceleia Juliate Fonseca¹¹
Centro Universitário Católica do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares.

Resumo

O presente trabalho realiza um levantamento de abordagens que tratam da oralidade ou tradição oral pela ótica da cultura popular, concatenada ao atual período em que os processos comunicacionais evidenciam a importância do meio midiático. Aplicou-se na metodologia, a pesquisa do tipo exploratório-descritiva ancorada à técnica central de exploração bibliográfica para o delineamento da oralidade e cultura. Ressalta-se ainda que esse trabalho é um recorte preliminar de uma proposta em desenvolvimento, do projeto de dissertação: Análise da oralidade para produção de conhecimento de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Comunicação. Comunidades Tradicionais. Oralidade.

1 Introdução

A pesquisa sobre a oralidade como meio de comunicação resgata as diversas contextualizações da área da comunicação desvelando os meios pelo qual esta, se tornar efetiva, esclarecendo a definição da oralidade ou tradição oral, e fornecendo um aprofundamento teórico, demonstrando os cenários e contextos socioculturais presentes no campo da história.

De modo geral, as sociedades possuem características próprias, estruturadas a partir das dimensões políticas, culturais ou mesmo axiológicas. As comunidades tradicionais vêm

⁸ Assistente social, Esp. em Gestão de Projeto Sociais e Captação de Recursos, Esp. em Doc. do Ens. Superior. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. brunorradar@hotmail.com

⁹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Graduado em Administração (ITE). Docente do PPGCOM/UFT. Docente do PGAD/FCE/UNESP. nelsonrusso.unesp@gmail.com

¹⁰ Graduada em Administração. Aluna especial do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. anapaulaneres@hotmail.com.

¹¹ Graduada em Agronomia. joicileia.juliate@hotmail.com.

ganhando espaço nas pesquisas científicas, uma vez que as mesmas possuem características peculiares, e estão presentes muitas vezes em territórios de preservação ambiental, no qual os membros desenvolvem atividades de geração de renda de maneira sustentável. Contudo as comunidades podem ser objeto de pesquisa, dado o modelo existencial de cada uma.

Neste contexto se aglutinam estudos sociológicos e antropológicos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no Brasil, estudar a complexidade da comunicação utilizada como meio de evidenciar valores, estruturar a cultura e produzir conhecimento é fundamental para a academia. Este trabalho traz um pequeno estudo teórico sobre a importância da oralidade ou comunicação oral no plano de convergência entre povos originários e tradicionais e o campo da comunicação.

2 Fundamentação Teórica

2.1 História e Memória

Para estudar a história e memória pelo campo principalmente da comunicação, é preciso entender a questão do desenvolvimento e contingentes populacionais, e as alterações demasiadas a partir dos diversos processos migratórios, que interiorizaram famílias das perspectivas estabelecidas, principalmente por políticas públicas de desenvolvimento e povoamento do interior. Esse processo se entrelaça à conceituação de memória pela quarta fase de seu estudo (antropoceno), considerando a história do planeta Terra e trazendo uma dimensão a mais nos horizontes da Memória de nosso modo de existir e, portanto, de nossa Cultura (PALACIOS, 2019).

Via de regra, a construção de aspectos históricos atrelados à memória, sociologicamente desdobra-se pelas vontades naturais humanas, como estabelece o alemão Ferdinand Tönnies, que destaca que: “[...] o ser humano, dadas suas vontades naturais, diretamente ligadas à satisfação de suas necessidades biológicas e minimamente sociais, passa a desejar os elementos apresentados pela vida social em detrimento da caminhada nômade.” (MORAES, 2017, p. 7)

Adentrando essa conceituação teórica, é possível trazer a discussão para o então objeto de estudo comunidades tradicionais, partindo da definição legal de Comunidade Tradicional (que considera as condições históricas de surgimento dessas comunidades conforme descrito

sinteticamente no início desse item), trazida pelo decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 1)

No Brasil há um grande número de comunidades que hoje são reconhecidas legalmente pelo decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Toda comunidade tem suas características para seu fortalecimento e sustentação, adotando maneiras próprias de organizações e trabalho para a produção de suprimentos entre outras questões de convivência.

2.2 História Oral

A história oral é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural (THUPSON, p.19). Inicia-se esta pesquisa fazendo um levantamento teórico com o qual a oralidade é mecanismo para estudos da história, permeado pela forma como essa favorece o processo de constituição de pesquisa. “A História Oral (HO) é uma metodologia que permite a constituição de fontes históricas e documentais por meio do registro de testemunhos, depoimentos e narrativas.” (SOUZA, 2002, p. 01)

Souza (2002, p. 02) ainda afirma que “A vinculação direta com a História – inclusive no nome – não anula seu caráter abrangente, pois a história oral é uma metodologia de uso multidisciplinar, aplicada hoje áreas consideradas anteriormente díspares.”

Nesse ínterim, a história oral se qualifica como processo de caráter abrangente, multidisciplinar, abrindo possibilidades de visões mais criativas do objeto, perante um cenário de questionamentos das abordagens tradicionais (SOUZA, 2002).

É necessário enfatizar que se deve pensar e aplicar a história oral para além de um superficial processo de registrar a história, mas sim imbuí-la com criticidade considerando as influências do meio território e sujeito. Por isso Worckman e Pereira (2006) por meio dos marcos conceituais sobre a história oral de Thumpson (2006, p.27) diz que “[...] é uma

abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas.”

As influências de sociólogos da escola durkheimiana, mais especificamente nos estudos de Maurice Halbwachs, traçam paradigmas de estudo da história oral, parametrizada na variante condição de memória, pela premissa segundo a qual a memória é um fenômeno basicamente social (SOUZA, 2002).

Nessa sessão foi possível fazer um levantamento teórico da oralidade perante a situação da aplicabilidade na produção de pesquisa e conhecimento.

2.3 Oralidade e a comunicação

Ao longo de gerações, a oralidade tem sido o veículo de comunicação mais efetivo para a manutenção da cultura e da tradição como elementos estruturantes à produção do conhecimento junto aos povos originários e comunidades tradicionais. Diegues (2008) destaca que:

Dentro de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado existe, mas não é total. Essas culturas distinguem-se daquelas próprias ao modo de produção capitalista, em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria) (DIEGUES, 2008, p. 84)

Saindo do ‘mundo das TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação’, partindo para conhecer como os(as) anciãos transmitem conhecimento, é preciso definir a oralidade como área da comunicação se projetando dentre as diversas classes sociais, intergeracionais, permeando também as questões heterogêneas, nas diversas situações comunicativas, considerando os gêneros da fala têm aplicação direta em vários campos da vida social - o do trabalho, o das relações interpessoais e o da política

3 Metodologia do estudo

Utilizou-se a abordagem qualitativa, que é aquela que consegue dar maior importância à história de vida, muitas vezes indo para além das possibilidades dos números e percentuais, sendo neste caso ideal para o trabalho proposto Martins e Theóphilo (2009).

A exploração bibliográfica e documental permeou pelas informações básicas, oficiais e científicas, estruturando o alicerce desse trabalho e a sua articulação constante com o conhecimento posto e publicado em artigos, livros ou documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte de pesquisa descritiva ou experimental, cuja a que será utilizada é a descritiva, pois busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO, BERVIAN, 2002, p.65)

4 Resultados e discussões esperado

Esse trabalho (parte de um estudo de mestrado ainda em desenvolvimento), almeja romper com estereótipos sobre a oralidade como simples registro da fala e/ou história contada. A partir do desenvolvimento exploratório é desvelada a oralidade em sua centralidade de importância para a produção de conhecimento em comunidades tradicionais, com construção de uma contextualização teórica em constante desenvolvimento na arena da comunicação, tendo em vista que a tradição oral permite a transmissão de cultura entre as gerações a partir da explicação dos processos de memórias e história intrínsecos e interrelacionados.

5 Considerações finais

Perante o delineamento fundamentado realizado, constata-se que a tradição oral na comunicação possibilita integração intergeracional e fortalece o sentido de viver em comunidade a contribuir para a integração social, cultural e artística, permeando também pelo campo do direito à vida familiar e comunitária.

Os aspectos de memória valida a oralidade para produção de conhecimento aperfeiçoado, no processo condicionado à história, haja vista que a cultura, os saberes, pertencimento, dentre outros basicamente social, são fatores analisados em profundidade que é característico de um método de estudo multidisciplinar, especialmente no campo da história e da antropologia.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

_____. **Decreto nº 6049**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

_____. **Lei 10636**, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a aplicação de recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10636.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia científica. 5a ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocável. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, N. R. DE; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, vol. 3, n. 5, 2017

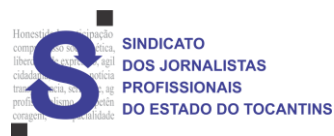
PALACIOS, Marcos. **Cultura e Memória: Fases e Escalas dos Estudos de Memória e o Desafio do Antropoceno**. **Revista Observatório**, vol. 5, n. 4, 2019



SILVA, Daniela Barros Pontes e. **Educação, resistências e tradição oral**: a transmissão de saberes pela oralidade de matriz africana nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais. 2017. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA, Carla Monteiro. **Memória e Oralidade**: Entre o individual e o social. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/viewFile/1149/936>

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. **História Falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.



A CULTURA ANCESTRAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAJEADO

Celenita Gualberto Pereira Bernieri¹²

Semec/ Dianópolis - UNB

Jardilene Gualberto Pereira Folha¹³

Semed/Palmas - UFT

Laurenita Gualberto Pereira Alves¹⁴

Seduc/ Dianópolis - UFT

Eixo Temático de submissão: Cultura, Economia e Desenvolvimento Regional

Resumo

Em meio às adversidades, os descendentes quilombolas buscam vivenciar a cultura ancestral, relacionada com as representações herdadas dos antepassados. Neste contexto, os quilombos representam a resistência e a resiliência para conservar os vínculos com sua ancestralidade. Neste sentido, a pesquisa busca compreender como a cultura ancestral é vivenciada no cotidiano da Comunidade Quilombola Lajeado. A pesquisa foi realizada por meio da revisão de literatura e documental. Percorre os estudos sociológicos, históricos e culturais, com abordagem qualitativa que possibilita o entendimento das particularidades da cultura ancestral dos quilombolas lajenses. A pesquisa aponta que a Comunidade Quilombola Lajeado tem buscado fortalecer as manifestações culturais, por meio da reciprocidade entre seus membros, sujeitos que possuem histórias marcadas pela resistência e resiliência diante das adversidades.

Palavras-chave: Ancestralidade. Comunidade Quilombola Lajeado. Cultura.

1. Introdução

¹² Mestra em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais-UNB, Gestora Educacional - Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis. Membro do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Membro da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. Membro da Comunidade Quilombola Lajeado. E-mail: celepb@gmail.com

¹³ Mestre em Educação-UFT, Técnica de Referência - Secretaria Municipal de Educação de Palmas, Coordenadora de Implementação do Currículo da Educação Infantil do Tocantins. Membro do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Membro da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. Membro da Comunidade Quilombola Lajeado. E-mail: jard-25@hotmail.com.

¹⁴ Mestranda em Educação-UFT, Assessora da EJA, Campo e Quilombola na Diretoria Regional de Educação de Dianópolis. Membro do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Membro da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. Membro da Comunidade Quilombola Lajeado. E-mail: laurinhagualberto25@gmail.com

A cultura das comunidades tradicionais mantém viva a memória e a história de povo afrodescendentes. As manifestações culturais são maneiras peculiares de cada povo ser construído e manter resistente em meio às diferenças. Azevedo (1996) conceitua cultura como o conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da vida de um grupo social concreto, conjunto que consciente ou inconscientemente, é vivido e assumido pelo grupo como expressão própria de sua realidade humana, passando de geração em geração, sendo conservado como foi recebido ou transformado, efetiva ou pretensamente pelo próprio grupo.

Por meio da cultura, os quilombolas lajenses vivenciam e experimentam de uma rede de relações sociais que promovem e cultivam os significados, símbolos, signos, práticas e valores. Essas relações vividas no âmbito da Comunidade fazem com que haja singularidade e individualidade do grupo específico. Furtado (2014, p.107) entende que “a cultura é percebida, portanto, como um sistema de códigos que comunicam o sentido das regras a fim de orientar as relações sociais”. Os aspectos culturais compartilhados entre os quilombolas refletem a realidade social desses sujeitos, tanto os aspectos **tangíveis, quanto os aspectos intangíveis**.

Para Mathews (2002), a cultura é o que nos faz e nos torna o que somos ao crescermos em um determinado ambiente. (...) cada cultura consiste em um universo simbólico em si mesmo, de cada povo, organizado socialmente de maneira coerente e limitada. Dessa maneira, haveria padrões discretos de comportamentos, cognição e valores compartilhados entre os membros componentes de cada grupo em contraste com os membros de outros grupos.

A ancestralidade quilombola está relacionada as heranças, representações e legado deixado pelos antepassados. Os quilombos representam a reciprocidade entre sujeitos que pelem para conservar os vínculos com sua ancestralidade, onde é transmitido os saberes da historicidade, coletividade, linguagem, autonomia, religiosidade e da relação com a natureza.

De acordo com Oliveira (2007) a ancestralidade é uma categoria de relação, ligação, inclusão, diversidade, unidade e encantamento. Ela, ao mesmo tempo, é enigma-ancestralidade e revelação profecia, indica e esconde caminhos. A ancestralidade é um modo de interpretar e produzir a realidade, um instrumento ideológico, um conjunto de representações que serve para construções políticas e sociais. Enquanto Lopes (2014, p. 59), a ancestralidade refere-se ao antepassado e “para o africano, o ancestral é importante e venerado porque deixa uma herança

espiritual sobre a terra, contribuindo assim para a evolução da comunidade ao longo da sua existência”.

2. Fundamentação Teórica

A pesquisa está fundamentada nas discussões teóricas apresentadas por Almeida (2008) e Moraes *et al* (2016); nos estudos sobre os quilombolas; Azevedo (1996) e Furtado (2014) nos debates a respeito da cultura; sobre a ancestralidade, Oliveira (2007) e Lopes (2014); ao tratar da cultura da Comunidade Quilombola Lajeado, foi consultado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) da Comunidade e Bernieri, Fôlha e Alves (2017) e Berniere e Fôlha (2018).

3. Metodologia do estudo

Esta pesquisa se concretiza como um estudo teórico e bibliográfico com abordagem qualitativa. Como instrumentos de coletas de dados utilizou-se: o levantamento bibliográfico e documental. Percorre os estudos sociológicos, históricos e culturais, que possibilita o entendimento das particularidades da cultura ancestral dos quilombolas lajenses.

4. Resultados e discussões

A Comunidade Quilombola Lajeado está localizada no município de Dianópolis, banhado pelas águas do Rio Manoel Alves. O território Lajeado está ocupado a mais 150 anos e tem relação ao passado do sistema de escravista que exploravam ouro na região da Serra Geral. O Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Lajeado (2016) registra que as famílias que vivem na comunidade identificam suas origens com a escravidão do século XVIII e XIX e reconstroem sua historicidade através das narrativas do grupo que contem referências territoriais precisas e que vão além de memória genérica, dando os contornos das terras as quais seus ascendentes faziam uso, que se estendia para além dos atuais limites do território que a comunidade reivindica.

O Decreto 6.040, 2007 no Art. 3 conceitua povos e comunidades tradicionais, como sendo grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

O território da Comunidade é reconhecido desde as gerações passadas como a *Terra dos Pretos*, enquanto os quilombolas ali residentes são conhecidos como *Pretos do Lajeado*, nome adquirido devido ao fato de serem pessoas com uma identidade diferente dos demais cidadãos negros daquela região. Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

A área territorial da Comunidade Lajeado está fragmentado em duas áreas devido os processos cercamentos das terras que seus moradores sofreram nos últimos 40 anos, *Lajeado de cima e Nova Prata*. Conforme o RTDI (2016) a luta da Comunidade Lajeado pela defesa e garantia de seus mecanismos de reprodução material e cultural se consolidou por meio de estratégias e reivindicações dos moradores diante das pressões exercidas por fazendeiros. As famílias começaram a buscar saídas ao sítio vivenciado especialmente nas últimas décadas. Mas, a própria história das comunidades quilombolas já é uma história de resistência e luta contra a condição de sujeição ao senhor e as suas formas cotidianas de resistências, na defesa de seu modo de vida através das suas manifestações culturais e religiosas.

Todo o território é constituído por significados e símbolos ligados aos antepassados e que influenciam diretamente na cultura do povo. Nesta perspectiva, Godoi (1999: 113), ressalta que “cada aspecto, cada detalhe dos lugares, possui um sentido inteligível somente para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço por eles ocupado passaram a se constituir em pontos de marcação de um tempo por ele vivido”. Almeida (2008) também conceitua território, antes de tudo, como uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural.

Furtado et al (2014, p.108), destaca a cultura como uma construção coletiva de significados, e acrescenta que:

A cultura, compreendida como uma construção de significados criados pelos sujeitos imprime autenticidade ao universo simbólico analisado, e nos permite perceber a lógica social envolvida. Assim, em busca de um caminho possível para compreender a cultura quilombola, deve-se partir do imaginário social construído por seus sujeitos, que nos remete a um passado comum de escravidão, lutas, fugas e constituição de quilombos.

A Comunidade Quilombola Lajeado possui uma cultura ancestral muito rica, desde 2012, após o reconhecimento da Comunidade, os moradores de Lajeado motivados pela política de reconhecimento dos remanescentes de quilombos e seus direitos coletivos, iniciaram ações para conter a desagregação das tradições entre as novas gerações, fortalecer a identidade e resgatar as suas manifestações culturais.

Neste sentido, Moraes *et al* (2017, p.02) faz uma alerta a respeito desse contexto social complexo em que os povos tradicionais estão perdendo suas culturas, “ao longo dos séculos perdendo seus espaços geográficos e observando a dissolução de seus traços culturais diante da força dos elementos advindos da sociedade, por sua vez (de maneira geral) pautada no individualismo e no consumo”. O autor Moraes *et al* (2016, p.11) observa também a ausência do poder público para fornecer a sustentabilidade das práticas culturais, “a falta de apoio do Estado em reconhecer os processos de educação própria dos povos e comunidades tradicionais e da importância da proteção e revitalização de sua cultura”.

Entre as manifestações culturais da Comunidade, destaca-se a dança sússia, a catira, as festas religiosas, a culinária, a medicina popular, a linguagem e entre outras. A sússia, por sua vez é uma dança que possuem a marca dos rituais de matriz africana como o tambor, a dança da sússia, as músicas que foram se perdendo ao longo do tempo. Bernieri, Fôlha e Alves (2017) entende a dança como uma prática cultural em formato de dança que ainda causa curiosidade e indagações em função dos seus passos marcados e o repertório de músicas em geral compostas pelo grupo coexistente, ainda que em menor escala, mas, que retratar a vida cotidiana daquele povo. Qual é repassada às crianças e jovens pelos mais velhos dotados da sabedoria ancestral quão transmite através da oralidade em contexto com a escola que busca cumprir o seu papel social a propor instrumentos metodológicos que viabilize a promoção do resgate identitário.

A catira é outra manifestação que se destaca na Comunidade, dança que possui o ritmo musical marcado pela batida dos pés e mãos dos participantes e ouvintes. Segundo Bernieri e Fôlha (2018), na Comunidade Lajeado, além de dançar a catira, possuem os autores que criam as letras de músicas cantadas durante a dança as chamadas “modas”. A música é cantata e acompanhada por viola e pandeiros. Os participantes se organizam em duas filas, uma na frente da outra, cantam, tocam e dançam, com fortes movimentos realizados com as mãos e pés.

As festas religiosas também são manifestações que fortalecem a cultura local, entre as principais estão os terços voltados para algumas divindades e as folias. A culinária local possui

suas características próprias do povo da Comunidade. Bernieri e Fôlha (2018, p.20) ressalta que a culinária “funciona como um marcador identitário, são pratos à base dos grãos, frutos, verduras e legumes cultivados nas roças, quintais e no cerrado”. Mantém muitas práticas alimentares e receitas ancestrais, como: as receitas do bolo quebrador, peta, bolo de arroz, canudo de palha de banana, alimentos utilizados no cotidiano e oferecidos nas festividades.

Na Comunidade Lajeado também se pratica constantemente a medicina popular, geralmente, aplicada pelos os mais velhos que procuram meios alternativos feitos a partir de plantas e/ou ervas medicinais, cultivadas por ele nos quintais de suas casas ou do próprio cerrado.

A memória social da Comunidade Quilombola Lajeado se forma a partir das experiências vividas nas diversas manifestações culturais. Nesta perspectiva, Furtado *et al* (2014) afirma que a cultura quilombola, é um espaço de trocas e compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos, e por se dar em relação a um contexto social, cultural e político específico, enfatiza as particularidades dos sujeitos que a constituem. É uma instância que preserva elementos culturais carregados de um passado histórico e social e que propicia um posicionamento subjetivo do sujeito ao reconhecer-se nesse passado.

5. Considerações finais

A Comunidade Quilombola Lajeado, enquanto grupo étnico-racial, busca se fortalecer pela reciprocidade entre seus membros, sujeitos que possuem histórias marcadas pela resistência e resiliência e que diante das adversidades tem buscado a preservação da sua cultura, por meio dos vínculos com a ancestralidade. Tanto as músicas, quanto as danças, a culinária, a medicina popular, a linguagem, as narrativas, entre outros aspectos culturais, têm passado por um processo de reintegração com objetivo de fortalecer a identidade dos quilombolas lajenses.

6. Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47 - 97.

AZEVEDO, M. **Comunidades Eclesiais de Base e inculturação da fé**. Loyola, 1996.

BERNIERI, Celenita Gualberto Pereira; FOLHA, Jardilene Gualberto Pereira; ALVES, Laurenita Gualberto Pereira. **Resiliência Cultural da Súsia: Num Resgate Identitário a partir da Relação entre Escolas e a Comunidade Quilombola de Lajeado.** Arraias: Universidade Federal do Tocantins - Campus Arraias – TO, 2017.

BERNIERI, Celenita Gualberto; FÔLHA, Jardilene Gualberto Pereira. **Comunidade Quilombola de Lajeado: Construção Histórica e Saberes Ancestrais.** In: MORAES, Nelson Russo de; *et al* (Orgs.). Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Vol 1: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. Porto Alegre, RS: Editora Fi, Boa Vista: EdUFRR, 2018.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.** (2003). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.html>. Acesso em 03 set. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** (2007). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.html>. Acesso em 03 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Lajeado - Dianópolis Tocantins.** Palmas. 2016.

FURTADO, Marcella; et al. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural.** *Psicol. Soc.* vol.26 no.1 Belo Horizonte Jan./Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100012>. Acesso em: 02 de set. 2019.

GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

LOPES Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. Selo Negro.** 4ª Ed. São Paulo. 2014

LOPES, J. S. L. (2015). **As origens africanas do samba.** Samba em Revista.

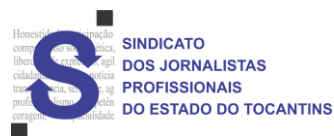
MATHEWS, G. (2002). **Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado.** Bauru, SP: EDUSC.

MORAES, Nelson Russo. *Et al.* **O Conceito de Território dentro de Comunidades Tradicionais Brasileiras.** *Revista Observatório.* Vol. 2, Especial 2, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em 02 set. 2019.

MORAES, Nelson Russo. *Et al.* **As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território.** *Revista Espacios.* Vol.38, nº12, 2017, p.17. Disponível em<<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em 04 de set. 2019.



OLIVEIRA, David Eduardo de. **Ancestralidade na Encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.



A INVASÃO E IMPOSIÇÃO DA IMAGEM DA MULHER INDÍGENA: INTERLOCUÇÃO ENTRE CAMINHA E ZÉ CARIOCA

Cidiclei Alcione Biavatti¹⁵

Universidade Federal do Tocantins

Leni Barbosa Feitosa¹⁶

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Narrativas Imagéticas

Resumo

Este texto objetiva compreender, por meio da narrativa textual e imagética, como a mulher indígena é representada na Carta de Pero Vaz de Caminha, encaminhada ao rei de Portugal, narrando às aventuras e os lucros da empreitada, e a revista em quadrinhos: *Especial Brasil 500 Anos - Zé Carioca*, que conta, do ponto de vista do personagem a chegada dos portugueses no Brasil, à luz de uma análise documental e imagética. Compreendemos que ambos documentos ecoam a mulher indígena ao estereótipo ingênuo, exótico e sensual. Ressaltam os padrões sociais de ocultamento do corpo da mulher, bem como as inúmeras tentativas de escondê-lo, sobretudo nos rituais religiosos. Pela sua nudez, a atribuem a culpa por cometerem o pecado carnal ao situar a posição feminina no contexto social eurocêntrico.

Palavras-chave: Mulher indígena. Narrativa textual e imagética. Caminha e Zé Carioca.

¹⁵ Jornalista, Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: cidbiavatti@gmail.com.

¹⁶ Professora. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins. Professora da Secretaria Estadual de Educação do Pará. E-mail: lenifeitosa@hotmail.com.

1. Introdução

O ano 2000, de acordo com o que registra a história oficial, marcou o *aniversário* de 500 anos da chegada dos portugueses a uma terra *desconhecida* que posteriormente foi batizada de Brasil. Embora habitada, os propalados corajosos descobridores, a qual tratamos neste texto como invasores, ao conceber a perspectiva dos que aqui viviam, não se furtaram em incorporá-la aos domínios da coroa portuguesa. Duas publicações, com quinhentos anos de intervalo, de certa maneira, são vistas como um registro comemorativo do evento. A primeira é a Carta de Pero Vaz de Caminha¹⁷, encaminhada ao rei de Portugal, narrando às aventuras e os lucros da empreitada. Já a segunda, com estilo bem mais atual, é uma revista em quadrinhos: *Especial Brasil 500 Anos - Zé Carioca*, que conta, do ponto de vista do personagem criado por Walt Disney¹⁸, como os portugueses vieram a imbicar por aqui.

Alicerçando nessas duas publicações, este texto objetiva compreender, por meio da narrativa textual e imagética, como a mulher indígena é representada na Carta de Pero Vaz de Caminha e nas narrativas da revista em quadrinhos *Especial Brasil 500 Anos - Zé Carioca*, à luz de uma análise documental e imagética.

2. Fundamentação Teórica

Caminha (1963, p. 1), em sua narrativa, detalha o encontro com os habitantes nativos, descrevendo-os como “pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”. Projeta-se assim que aqui habitavam nada além de selvagens, que não possuíam religiões ou crenças, sistema econômico, com relações sociais confusas, que iam da ampla comunhão social, até refregas imprevisíveis com outros grupos. Oliveira e Freire (2006, p. 28) chamam a atenção para as concepções europeias sobre os costumes dos gentios, inclusive a antropofagia, que, no entanto, não impediam “o potencial para se tornarem cristãos”, visto que aceitavam o contato, em sua grande maioria, de maneira pacífica. Constrói-se, assim, o cerne do discurso colonial,

¹⁷ Designado pelo rei para registrar a viagem de Pedro Alvares Cabral, que culminou com a chegada ao Brasil.

¹⁸ Walt Disney was an American motion-picture and television producer and showman, famous as a pioneer of cartoon films and as the creator of Disneyland. (<https://www.biography.com/people/walt-disney-9275533>).

que como explica Bhabha (1998, p. 111), tem como propósito evidenciar o grupo “colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”, legitimando as ações do invasor.

A construção de estereótipos culturais e étnicos nas duas fontes de narrativas estudadas, também merece ser destacada. Na revista especificamente, a condução da trama, que transita entre época presente e os acontecimentos do passado traz à tona o tratamento dispensado e, de certa forma a maneira como a sociedade reage e condiciona seu pensamento a esses fatos. Nela podemos perceber a idealização da beleza feminina e a construção de uma figura passiva e, porque não pacata do índio. No dicionário *on-line* Michaelis (2017), estereótipo é definido como imagem, ideia que categoriza alguém ou algo com base apenas em falsas generalizações, expectativas e hábitos de julgamento. Para Amossy e Pierrot (2010) são representações cristalizadas, amparadas por esquemas culturais já existentes, por meio dos quais, cada indivíduo cria sua visão da realidade, de acordo com o ambiente que o cerca.

3. Resultados e discussões

Em se tratando da história do Brasil, Del Priore (1994, p. 11), entende que a mulher “tem surgido recorrentemente sob a luz de estereótipos, dando-nos enfadada ilusão de imobilidade”. Tal acinesia, na Carta de Caminha, reflete em suas descrições acerca do comportamento das nativas recém contatadas. São descritas, de maneira quase poética, como belas mulheres, que cuidam dos filhos. Não estivessem nuas, presumimos que, no pensamento, e mais, no enquadramento social do invasor, seriam bem recebidas na corte.

Quando começamos a ler a revista do Zé Carioca, logo em sua quarta página da sequência de ilustrações, há um quadro com a narrativa que envolve um diálogo entre Zé Lusitano e Vasco da Gama¹⁹. A conversa gira em torno de um mapa que Lusitano vendeu ao famoso navegador. Tal carta geográfica seria um caminho para as Índias²⁰, contudo Vasco da Gama aportou em outro lugar, que não a Índia, sem, no entanto, chatear-se com o acontecido. O navegador mostra-se feliz por ter descoberto o “caminho das índias”, ilustrado por quatro

¹⁹ Navegador português (1460-1524)

²⁰ A primeira viagem de Vasco da Gama à Índia se deu entre 1497-1499 - www.mosteirojeronimos.gov.pt

garotas indígenas, utilizando vestimentas com motivos que remetem aos povos nativos norte-americanos (figura 1). Ainda hoje, é fácil se deparar com tal expressão de duplo sentido e de perceptível mau gosto. Tal conotação tenta relativizar as projeções culturais acerca da posição social da mulher indígena, sua conduta no grupo e nas relações pessoais, o que inclui os relacionamentos afetivos e sexuais. O ponto que queremos destacar é a representação imagética da mulher indígena, ingênua, mas com elementos que caracterizam sensualidade.

Figura 01 - As Índias



Fonte: Especial Brasil 500 Anos - Zé Carioca (2000, p.4)

Na visão do invasor português descrita na carta, Caminha (1963, p. 3) delinea o primeiro contato com a mulher indígena. O escrivão conta que eram “três ou quatro moças bem novinhas e gentis”. Ainda segundo o relato tinham “cabelos muito pretos e compridos pelas costas”, andavam nuas com “suas vergonhas tão limpas das cabeleiras”, e não se envergonhavam por andarem assim e serem observadas.

É de se imaginar o impacto que esse evento causou nos invasores, que tiveram que lidar com seus conceitos embutidos em sua carga cultural e religiosa, como explica Miranda (2003, p.4) para quem “olhar masculino, europeu” é centrado no “controle e ocultamento do corpo”, em particular o feminino, considerado estimulador do pecado. Continua seu relato Caminha, descrevendo a visita de uma mulher “a qual esteve sempre à missa”, e para quem lhe foi dado um “pano com que se cobrisse”. A tentativa mostrou-se inútil, já que a mulher não lembrava (por não ter costume) de estender o pano para se cobrir.

Caminha, nas vezes em que descreveu a mulher indígena buscou parecer *confortável* pelo fato de as mesmas se encontrarem nuas, não se furtando, no entanto de destacar que uma delas tinha “sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela”. Nesse sentido, Tambke (2013, p.141) discorre sobre “o estereótipo da mulher brasileira exótica e gostosa”, observando que esta projeção da mulher se apresenta “como um desdobramento dos tempos coloniais”, o que nitidamente nas duas fontes deste trabalho ficou destacado.

4. Considerações finais

Ao entrelaçar as narrativas, textual e imagética, acerca da representação da imagem da mulher indígena, reverberadas na Carta de Caminha e na revista Especial Brasil 500 Anos - Zé Carioca, compreendemos que ambos documentos ecoam a mulher indígena ao estereótipo ingênuo, exótico e sensual. Ressaltam os padrões sociais de ocultamento do corpo da mulher, bem como as inúmeras tentativas de escondê-lo, sobretudo nos rituais religiosos. Pela sua nudez, a atribuem a culpa por cometerem o pecado carnal ao situar a posição feminina no contexto social eurocêntrico.

Mais do que refletir enquanto autores, podemos deixar um questionamento, já que esse tema não se finda. E nem deve. Como é possível, em nosso colonialismo tardio, que ainda ecoa, aceitar as diferenças culturais que caracterizam e diferenciam a mulher nos diversos amálgamas sociais? Enquanto população miscigenada, incorremos ainda, ou mais do que nunca, na tentação de homogeneizar e subjugar as sociedades que diferem em pensamento, crenças e costumes.

Referências

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y clichés**. Colección Enciclopedia Semiológica. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

BHABHA, Homi K. **O lugar da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. Dominus: São Paulo, 1963.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1994.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MIRANDA, Janira Sodré. **Mulheres indígenas, igreja e escravidão na América Portuguesa**. IN Em Tempo de Histórias, n . 7, 2003. Disponível em <http://mukamukaupataxo.art.br/IMG/pdf/mulheres_indigenas.pdf> Acesso em 20 jul. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Forma o do Brasil**. Brasília: Ministério da Educa o, Secretaria de Educa o Continuada, Alfabetiza o e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

TAMBKE, Erika. **Mulheres Brasil 40 : os estereótipos das mulheres brasileiras em Londres**. Espaço e Cultura - UERJ, Rio de Janeiro, n. 34, p.123-150, jul./dez. 2013 Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/> Acesso em 28 jul. 2017

Z  CARIOCA - **ESPECIAL BRASIL 500 ANOS**. São Paulo: Abril, edi o especial, ano 1, n. 1, abril 2000. 84 p.

A LÍNGUA ESPANHOLA E O NOVO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL COM A LEI FEDERAL N. 13.415/2017

Giliade Ribeiro do Nascimento²¹

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Graziani França C. de Anicézio²²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Márcia Sepúlveda do Vale²³

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Eixo Temático de submissão: Temas interdisciplinares

Resumo

Teve-se por propositura analisar, refletir e criticar o retrocesso da Lei Federal n. 11.161/2005 frente às mudanças políticas no setor da educação nacional com o advento do Novo Ensino Médio introduzido pela Medida Provisória n. 746/2016 que culminou na promulgação da Lei Federal n. 13.415/17 que altera negativamente o ensino da Língua Espanhola no Brasil, causando implicações na ordem da política internacional do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Portanto, objetivou-se confirmar o retrocesso social, de desenvolvimento nacional e seus reflexos futuros para toda a sociedade brasileira. A pesquisa bibliográfica, histórica e normativa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, concluindo-se que o retrocesso no ensino do Espanhol no Brasil se dá pela falta de políticas públicas eficientes, de legislação própria para a pauta do ensino do Espanhol ante a revogação expressa da Lei Federal n. 11.161/2005.

Palavras-chave: Espanhol. Educação brasileira. Lei 13.415/17. Retrocesso educacional.

²¹ Graduado em Direito pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, membro pesquisador do Núcleo de Estudos em Linguagens e Políticas Públicas para a Educação – NELPPE/IFTO e do Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Violência, Estado e Sociedade – DHIVES/UNITINS. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCon/UFT. E-mail: giliarderibeiro@hotmail.com/ giliardenascimento@uft.edu.br

²² Mestre em Linguística. Professora do IFTO – Campus Paraíso do Tocantins. Líder do Núcleo de Estudos em Linguagens e Políticas Públicas para a Educação – NELPPE CAPES/IFTO. E-mail: graziani@ifto.edu.br.

²³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Ensino de Língua e Literatura (UFT). Especialista em Língua Espanhola. Professora do IFTO – Campus Paraíso do Tocantins. Membro do Núcleo de Estudo em Linguagens e Políticas Públicas para a Educação – NELPPE CAPES/IFTO. E-mail: marcia@ifto.edu.br.

1. Introdução

O ensinar é tido como o ato de criar possibilidades para a construção do conhecimento ou sua produção em sociedade (Freire, 2009, p. 23).

Desta sorte, tratar das recentes alterações no cenário político brasileiro é indispensável, pois se constará uma nova roupagem conferida ao ensino médio nacional através da Medida Provisória 746/2016 que culminou na promulgação da Lei Federal n. 13.415/17, com a reformulação de alguns dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e da Lei Federal n. 11.161/2005 (Lei do Espanhol). As mudanças interferem, a contrário senso, nos postulados de incentivo à quebra de barreiras linguísticas do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Assim, teve-se por objetivo analisar, refletir e criticar o retrocesso trazido pela Lei Federal n. 13.415/17 ao revogar a Lei Federal n. 11.161/2005 frente às mudanças no ensino da Língua Espanhola no Brasil. Logo. A pesquisa desenvolvida foi de base bibliográfica, histórica e normativa, tendo como referência a aplicabilidade da Lei do Espanhol em pesquisas do Núcleo de Estudos em Linguagens e Políticas Públicas para a Educação – NELPPE, do Instituto Federal de Educação do Tocantins - IFTO.

2. A educação na condição de direito fundamental social

Os direitos sociais, historicamente, surgem do abuso por parte da classe dominante burguesa sobre a classe do proletariado, fazendo com que essa se sentisse injustiçada, o que ocorreu em inícios da Revolução Industrial, na Inglaterra, ainda no século XX.

Desta feita, surgem os primórdios daquilo que depois de muitas lutas de ganhos e resistências se chegaria ao atual estágio de proteção aos direitos sociais sustentados pelo princípio fundamental da dignidade humana.

Em termos formais, Meireles (2008) observa que as primeiras constituições a incorporarem direitos de dimensão social foram a do México e a de Weimar em meados de 1917 e 1919.

Os direitos sociais, juridicamente falando, são classificados como direitos positivo-constitucionais de ordem social em sentido formal (constitucionalmente previstos) e material, pois estão legitimados pelo princípio maior, qual seja, o da dignidade da pessoa humana (Marmelstein, 2008).

Meireles (2008, p. 93) ilumina a discussão ao contribuir nos seguintes termos.

A garantia dos direitos sociais, hoje, representa condição necessária para que se possibilite o efetivo gozo dos direitos de liberdade civis e políticos clássicos. Sem aqueles, estes restam esvaziados de conteúdo e não passam de meras promessas inscritas em um papel ao qual, inclusive, nem todos têm acesso. [...] São eles autênticos e verdadeiros fundamentais, acionáveis, exigíveis e demanda séria e responsável observância. Por isso, devem ser reivindicados como direitos e não como caridade ou generosidade.

Com força na elucidada questão da fundamentalidade, o direito à educação não pode sofrer limitações acrílicas, ainda que por parte do próprio Estado.

3. O novo cenário político de revogação da lei federal 11.161/2005 – retrocesso social no campo do ensino brasileiro

A institucionalização do novo cenário educacional surge por meio da Lei n. 13.415/2017. Estar a se falar de alterações substanciais da LDB (Lei n. 9394/96), da implementação de escolas de ensino médio em tempo integral e da eliminação da Língua Espanhola enquanto disciplina de oferta obrigatória. A mais profunda mudança foi a desobrigatoriedade de oferta do Espanhol nas escolas de Ensino Médio, especialmente.

Tem-se nesta mudança a percepção de ferimento da norma constitucional, art. 4, parágrafo único, que busca a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando, todavia, a formação de uma comunidade latino-americana de nações (Constituição Federal do Brasil, 1988).

A importância da Língua Espanhola nas Américas como fenômeno de integração é inquestionável, senão veja-se meta do MERCOSUL trazida por Durão (1998, p. 4).

[...] torna-se conveniente mudanças no campo educacional. As principais linhas de trabalho destacadas pelo Plano Trienal consistem, em introduzir nos programas, nos diversos níveis de escolarização, o ensino do português e do espanhol; propor alternativas metodológicas para o ensino dos mesmos, desenvolver programas para a formação e capacitação docente, que facilitem o ensino dos idiomas oficiais ao MERCOSUL.

Em continuação, além da oferta da língua espanhola não mais ser obrigatória pelos centros educacionais, tornando-se idioma optativo, existem barreiras estruturais e de interesse governamental para que de fato a opção pelo o espanhol se dê.

Há uma interferência, no sistema educacional brasileiro, promovida pelas transformações na ordem global. Com todos os “avanços” apontados pelos condutores das políticas educacionais, impõe-se à escola novas estratégias para o enfrentamento das exigências de nosso tempo [...] as transformações socioculturais decorrentes da internacionalização da economia (Pimenta and Alves, 2010, p. 140-141).

Portanto, o Novo Cenário Político introduzido pela Lei Federal n. 13.415 traz retrocesso no setor do ensino brasileiro pelas razões retratadas através do dispositivo legal que restringe direito já adquirido, fala-se da educação de qualidade que deve considerar o cenário político, econômico e social internacional, o que não foi considerado criticamente ao se revogar a Lei do Espanhol.

4. O ensino do espanhol em escolas públicas no Brasil na vigência da lei federal n. 11.161/05

Reconhece-se a importância da revogada Lei do Espanhol como marco no ensino brasileiro por ter sido um instrumento de progresso econômico, político e social no setor do cone sul do globo terrestre. A referida lei, entretanto, não teve muito sucesso em quase todo o país. Essa afirmação surge a partir de observações feitas *in locu* como a partir de leituras de artigos e outros trabalhos publicados sobre o assunto.

Segundo Neide Gonzáles (2009, p. 5).

[...] até onde pudemos obter informações, poucos estados estão efetivamente preocupados e empenhados na implantação da língua espanhola no ensino médio, algo que precisaria de um planejamento mais diretamente voltado para as necessidades locais, muito variadas, em todos os sentidos, num país das dimensões do nosso.

Como observado, o ensino do espanhol no Brasil sofre inúmeras barreiras para sua perfeita instrumentalização na vida dos educandos, preparando-os para o mercado de trabalho. Ver-se que o Espanhol não alcançou um grau satisfatório de qualidade no aprendizado, tudo isso por barreiras estruturais e do interesse da gestão pública.

Trata-se, o Espanhol, de um ensino de língua que oportuniza ao aluno o contato com outra cultura, política e economia que caracterizam outros povos, razão pela qual se entende ser de grande importância a sua inclusão, em caráter definitivo, nos currículos do Ensino Médio.

A Língua Espanhol deve ser tida como um fator de inclusão social, com mais oportunidades culturais e no mercado de trabalho, pelo número de empresas espanholas e hispano-americanas instaladas em território nacional.

5. O Brasil e o Mercosul numa perspectiva de desenvolvimento nacional e humano

São fundamentos constitucionais do Brasil: a soberania nacional, a cidadania e a dignidade humana (Constituição Federal do Brasil, 1988). Já no plano internacional, dirigem as relações brasileiras, os direitos humanos.

Revelados os mais importantes princípios e objetivos do Brasil, voltemo-nos ao Tratado de Assunção de 1991, diploma ratificado pelo Brasil, membro oficial, e que versa sobre os direitos humanos de dimensão econômica, social e cultural, no qual o direito à educação é expresso para as propostas desenvolvimentistas.

O citado tratado busca avançar na integração da América Latina. Implica, nessa busca, para tanto, integrar os países membros e os novos que vierem a ingressá-lo, a quebra das barreiras linguísticas para o ensino do Espanhol e do Português.

Abreu (2008, p. 5) confirma a razão do idioma espanhol como meio de desenvolvimento econômico e social no contexto do MERCOSUL:

A globalização e as origens históricas do processo educacional brasileiro são aspectos relevantes a serem interpretados para situar a função e o objetivo do idioma espanhol, como segunda língua, nas escolas públicas ou privadas. [...] Segundo os dados do Plano Trienal de Educação, texto oficial do MERCOSUL, foi dado grande relevância à educação como fator de integração regional, à medida que poderia contribuir de forma expressiva para a superação das disparidades regionais, para consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico e social.

Ainda segundo Abreu (2008), o Brasil durante muito tempo não se apercebeu num cenário econômico que poderia favorecer seus empreendimentos comerciais, sendo a expansão do espanhol vertiginosa.

Diante de toda a importância do Espanhol no contexto do MERCOSUL, nota-se sem muito esforço a imprescindibilidade do ensino obrigatório como importante meio de inserção no mercado dos países limítrofes ao Brasil, fazendo com que os objetivos de desenvolvimento nacional, bem como do MERCOSUL, sejam cada vez mais auferidos.

6. Considerações finais

A discussão aqui difundida não visou esgotar o campo de estudo das políticas educacionais voltados ao ensino das línguas estrangeiras, precisamente da Língua Espanhola. Havendo, por certo, muito a se falar sobre as perdas que a falta da obrigatoriedade do Espanhol acarretará ao progresso nacional fulcrado na quebra de barreiras linguísticas com vistas a conquistas de plano político, econômico e social.

A Lei Federal n. 11.161/05 foi um marco educacional reconhecido ao longo deste estudo, pela sua importância na preparação linguística e cultural de nossos nacionais para o ingresso no mercado de trabalho nacional ou internacional. Malgrado de um *Novo Cenário Político*, referenciada norma não mais existe no plano jurídico senão como norma histórica sem validade.

Referências

Abreu, Z. H. L. 2008. A língua espanhola, o mercosul e o brasil [em linha]. Disponível em: <http://www.ecsbddefesa.com.br/fts/LINGUAESPANHOLA.pdf> [Consult. em 20 de jun. 2019].

Brasil. Lei 11.161 de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino de língua espanhola. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm [Consult. 14 de jan de 2019].

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 [em linha]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm [Consult. 05 de jan. 2019].

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm [Consult. 05 de jan. 2019].

Brasil. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dá outras providência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm [Consult. 05 de jan. 2019].

Brasil. Medida Provisória 746/2016. Brasília, 22 set. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm [Consult. 05 de jan. 2019].

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm [Consult. 05 de jan. 2019].

Durão, A. 1998. **La enseñanza de español y portugués en los países miembros del mercosur** [em linha], 34. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/n2006.htm> [Consult. 20 de jun. 2019].

Freire, P. 2008. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, Paz e Terra.

Gonzáles, N. M. 2004. **Lugares de reflexión en la formación del profesor de E/LE - La particular situación de Brasil** [em linha]. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/dam/jcr:34ef2625-ca03-4842-a70e-ca3b30933917/2004-redele-0-13gonzalez-pdf.pdf> [Consult. 01 de jun. 2019].

Gonzáles, N. M. 2009. **A lei 11.161, as orientações curriculares e as políticas públicas de formação de professores: a história de um descompasso entre o dizer e o fazer**. Revista digital Espanhol do Brasil. Disponível em: <https://espanholdobrasil.wordpress.com/page/33/?pages-list> [Consult. 01 de jun. 2019].

Marmelstein, G.2008. **Curso de direitos fundamentais**, São Paulo, Atlas.

Meireles, A. C. C. 2008. **A eficácia dos direitos sociais**, Salvador, Juspodivm.

Pimenta, C. A. M. & Alves, C. P. 2010. **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [em linha]. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/j8gtx/pdf/pimenta-9788578791216.pdf> [Consult. Em 10 jan. 2019].

A PAUTA OCULTA DO MATOPIBA: A AUSÊNCIA DE JORNALISMO AMBIENTAL NAS TELEVISÕES REGIONAIS

Laiane Evangelista Vilanova²⁴
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Estudos sobre Comunicação Audiovisual: Rádio, Tv e Cinema.

Resumo

A presente pesquisa analisou a cobertura jornalística feita durante o lançamento do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba no Tocantins e buscou identificar se a mesma foi tratada como jornalismo ambiental. A pesquisa foi do tipo exploratório e se apoiou nas técnicas da análise de conteúdo para chegar ao seu resultado final. Levantou-se inicialmente a hipótese de que a cobertura não poderia ser classificada como jornalismo ambiental e se confirmou a hipótese apoiada pelo pensamento de Wilson Bueno. Com isso pode-se perceber que para que a pauta ambientalista entre na programação diária dos meios de comunicação é preciso também um esforço dos jornalistas nesta direção.

Palavras-chave: Cerrado. Jornalismo Ambiental. Matopiba. Tocantins.

1. Introdução

Apoiada pelos estudos de Wilson Bueno (2007) esta pesquisa buscou identificar no o tratamento que é dado à pauta ambiental dentro das televisões regionais. Para isso, observou-se uma pauta com esse perfil e que tenha tido ampla cobertura das televisões tocantinenses, a partir disso, ficou definido como objeto a cobertura jornalística do lançamento do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba no Tocantins.

Definido isso, esse trabalho buscou responder à seguinte pergunta: A cobertura feita por duas televisões regionais sobre o Matopiba abordou a questão ambiental? Parte-se da hipótese de que o material produzido pelas televisões acerca do tema, dentro do período de recorte, não exploraram a questão levando em consideração as implicações ambientais. Com

²⁴ Laiane Evangelista Vilanova, jornalista formada pela Universidade Federal do Tocantins e atualmente aluna no curso de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: laianvilanova@gmail.com

isso estão entre os objetivos dessa pesquisa comprovar ou refutar a hipótese e identificar como a temática ambiental tem sido tratada nas televisões locais.

2. Fundamentação Teórica

A história do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, Matopiba, está atrelada a história do país por inteiro. A implementação desse plano reforça a escolha pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado por diversos planos políticos que o Brasil já teve, o agronegócio.

O Matopiba constitui a escolha de uma região geográfica que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Segundo nota técnica 01 da EMBRAPA "Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA", o Plano está delimitado em uma área de 73 milhões de hectares, composta por 337 municípios dos quais 139 estão localizados no estado do Tocantins. O montante de terras do estado corresponde a 38% do território do Plano.

Ainda de acordo com a nota técnica da Embrapa (2017), os municípios estão divididos em 31 microrregiões e abrigam 324.326 estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 781 assentamentos da reforma agrária e 34 áreas quilombolas. Dentro do estado do Tocantins, o Matopiba é composto por 08 microrregiões contemplando todos os 139 municípios e abrangendo 42% da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia (EMBRAPA, 2017).

Se por um lado, o PDA Matopiba se consolida como uma aposta para alavancar a economia da região, por outro lado, desperta preocupações sobre as implicações sociais e ambientais decorrentes do seu avanço. O agronegócio altera profundamente as relações de trabalho, modifica as paisagens, os hábitos, o consumo e as sociabilidades, além de que inviabilizam a reprodução da agricultura familiar e das culturas tradicionais que lhe antecederam nos territórios rurais. (SILVA, MONTEIRO E SILVA, 2015, p. 95),

Trabalho escravo, contaminação do ar, água e terra, conflitos e doenças causadas pela exposição a agrotóxicos, são algumas consequências que a descrição do Plano do Matopiba parece ter esquecido de abordar. Diante dessa lacuna, caberia então ao jornalismo, dada sua

missão de ampliar os debates com a sociedade (BUENO, 2007, p. 14) mostrar todas as faces desse projeto, em que o Brasil investiu e investe tantos recursos e tempo.

Entretanto esse não debate não vem acontecendo, pois segundo Bueno (2007), existe algumas síndromes que afetam o fazer jornalístico e impedem que os mesmos cumpram com a sua função. São elas: A “síndrome Lattes”, que faz com que o jornalismo ambiental priorize fontes com vasto currículo acadêmico, esquecendo o cidadão; A Síndrome do “Zoom ou Olho Vesgo”, apresentada pelo autor como a fragmentação das reportagens ambientais devido aos mecanismos acelerados de seleção da notícia dentro dos meios de comunicação; A síndrome do “Muro Alto” que dá legitimidade aos discursos da elite e do poder vigente, excluindo a população; A Síndrome do “marketing verde”, pelo qual empresas e profissionais de comunicação promovem uma melhora na imagem de grandes empresas, chamadas por Bueno (2007) de “predadoras”, como a Bayer e Monsanto; E a Síndrome da “Baleia Encalhada” relacionada à noticiabilidade de matérias ambientais com foco no trágico e sensacional, como por exemplo a morte de animais.

3. Metodologia do estudo

A pesquisa desenvolvida foi do tipo exploratório e explicativo. Apoiada nos conceitos abordados por Gil (2007 *apud*, GERHARDT e SILVEIRA, 2009), a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico sobre o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. E a pesquisa explicativa permite a explicação do *porquê* das coisas através dos resultados obtidos. Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL *apud*, GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A abordagem foi do tipo quantitativo-qualitativa, pois, levou em conta a quantidade de material produzido, mas não se encerrou na quantificação do corpus, mas sim por meio da análise desse material. Sendo assim, foi predominantemente qualitativa, pois considerou a visão sistêmica do problema.

Quanto ao método, a pesquisa se apoiou na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) por meio das suas técnicas de análise. Segundo a autora, a análise de conteúdo deve seguir três fases: Pré-análise, fase Exploratória e a fase de Tratamento dos Resultados.

A partir desses conceitos foi feito o levantamento do material bibliográfico sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, bem como seus efeitos para o bioma Cerrado, além de bibliografia relativa ao conceito de jornalismo ambiental e como os tipos de emissora (se pública ou privada) se portam diante da produção de notícias de viés ambiental.

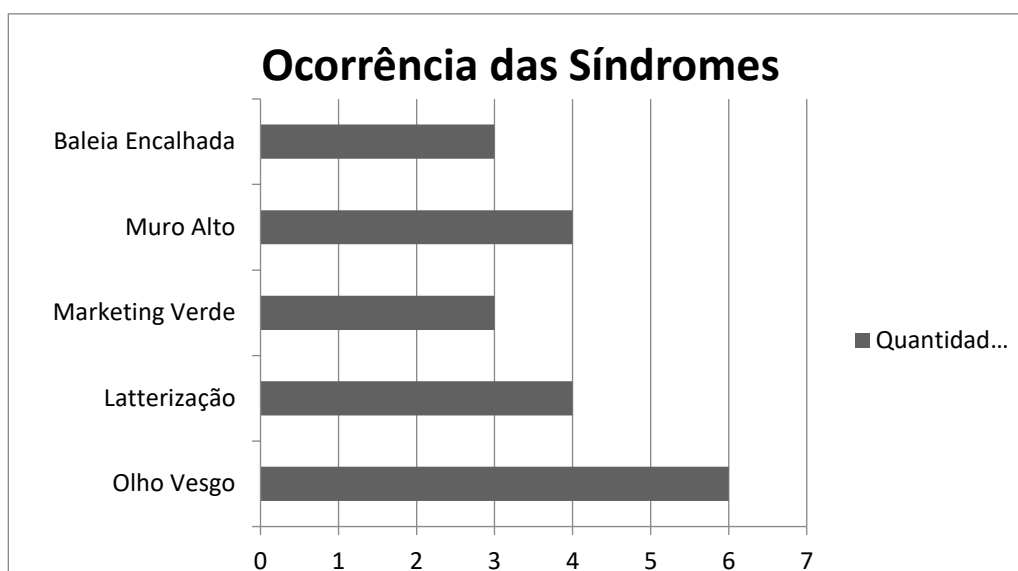
Na etapa de delimitação do material analisado, o recorte foi feito levando em consideração o que foi produzido pelas emissoras de televisão, a Anhanguera (privada) e a TVE Tocantins (pública). O período escolhido foi a semana do lançamento (nacional e estadual) do Matopiba, que compreendeu o período de 06 de maio de 2015 (lançamento nacional) a 14 de maio de 2015 (um dia após o lançamento estadual).

No ano de lançamento do Matopiba, tanto a TV Anhanguera, quanto a TVE Tocantins, mantinham em sua grade de programação jornais no período de meio dia e no período noturno. Eram eles Jornal Anhanguera 1ª edição e Jornal Anhanguera 2ª edição, para a emissora afiliada da Rede Globo e Jornal do Meio dia e Jornal da Noite para a TV estadual. Nesse mesmo ano somente a TV Anhanguera mantinha jornal no período da manhã, intitulado de Bom Dia Tocantins.

4. Resultados e discussões

Com isso, o primeiro resultado que temos é quanto à ocorrência das síndromes. Como veremos no gráfico abaixo, a “Síndrome do Olho Vesgo ou Zoom” foi a que mais apareceu, ela pode ser identificada em seis das sete edições analisadas. Em seguida tem-se a síndrome da “Latterização” e “Muro Alto”, ambas podendo ser identificadas em quatro das sete edições analisadas; e depois as síndromes do “Marketing Verde” e da “Baleia Encalhada” que ocorreram também na mesma frequência, sendo que cada uma foi identificada em três edições de jornais das sete edições usadas para análise.

Quadro 1 – Gráfico sobre a ocorrência das síndromes



Para melhor demonstrar em quais edições dos jornais as síndromes foram identificadas construíram-se os quadros abaixo.

Quadro 2 – Síndromes Identificadas nos jornais da TVE

TVE Tocantins – Edições	Síndromes				
	BE	LT	MA	MK	OV
Jornal da Noite (06/05)	■		■		■
Jornal da Noite (13/05)		■		■	■
Jornal do Meio dia (14/05)		■	■	■	■

Fonte: Elaboração do autor

*BE = Baleia Encalhada *LT = Litterização *MA = Muro Alto *MK = Marketing Verde *OV = Olho Vesgo

Quadro 3 – Síndromes Identificadas nos jornais da TV Anhanguera

TV Anhanguera – Edições	Síndromes				
	BE	LT	MA	MK	OV
Bom dia Tocantins (07/05)					
Jornal Anhanguera 1ª Edição (07/05)					
Bom dia Tocantins (08/05)					
Jornal Anhanguera 2ª Edição (13/05)					

Fonte: Elaboração do autor

*BE = Baleia Encalhada *LT = Litterização *MA = Muro Alto *MK = Marketing Verde *OV = Olho Vesgo

Pelos quadros é possível perceber que o segmento da emissora, se pública ou se privada, não veio a favorecer a ocorrência das síndromes, mas talvez sim, o modelo de produção da notícia que se tem dentro das TV's que valorizam mais o factual, aonde a qualquer momento a pauta ambiental pode ser derrubada. Outro ponto que pode ser percebido, é que as síndromes ocorreram quase que em mesmo número nas duas TV's. Sendo assim, por meio das síndromes, foi possível confirmar a hipótese de que a cobertura feita pelas televisões sobre o lançamento do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba não se enquadram no jornalismo ambiental.

5. Considerações finais

A realização da pesquisa permitiu entender um pouco mais como os meios de comunicação locais, em especial a televisão, vem tratando o jornalismo ambiental no dia-a-dia. Os veículos bem como o material observado, dentro do período de recorte, mostraram que a cobertura jornalística feita a respeito do lançamento do Matopiba não tratou do assunto sob o conceito de jornalismo ambiental que vem sendo desenvolvido por Jornalistas e intelectuais brasileiros. O jornalismo teria que abordar os temas, como o do Matopiba, levando em consideração todas as áreas que a sua formalização venha a ter efeitos, como na política, economia, educação, cidadania e natureza.

Com isso, levanta-se a questão de que a ausência da pauta ambiental dentro do jornalismo diários se dá pela também ausência de uma consciência dos próprios jornalistas da importância de se tratar diariamente temas que abordem também a preservação da natureza. Como afirma Petrarca (2008) a competição da pauta ambiental com as pautas de economia, política, polícia entre outros é afetada por uma série de fatores, dentre elas as medidas governamentais, a mobilização de grupos da sociedade e atividades reivindicatórias que são o que mais chamam a atenção dos jornalistas e conseqüentemente dos meios de comunicação.

Por fim, o que se conclui com essa pesquisa é que falta consciência sobre a importância de se tratar de assuntos ambientais, também nos jornais diários e nos mais diversos veículos, e não somente em programas específicos para determinados grupos. Confirma-se então a hipótese de que as televisões regionais não trataram como Jornalismo Ambiental, o lançamento do Plano de Desenvolvimento Agrário do Matopiba.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1977.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: Teoria e Pesquisa**. Ed. Majoara. SP, 2007.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Nota Técnica 1: Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA**. Brasil: Embrapa. 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf. Acesso em: 01 mar. 2017.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Surgimento do “Jornalismo Ambiental” e as Lógicas de Engajamento na Produção de Notícias Ambientais no Rio Grande do Sul**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/27-encontro-anual-da-anpocs/gt-24/gt16-20/4254-fpetrarca-jornalismo/file>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SILVA, Antônio Joaquim da; MONTEIRO, Maria do Socorro; SILVA, Lira Marlúcia Valéria da. Contrapontos da Consolidação do Agronegócio no Cerrado Brasileiro. In: **Sociedade e Território**. Vº 7. Nº 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/issue/view/484>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ACCOUNTABILITY APLICADA NA EDUCAÇÃO, AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA COMO INSTRUMENTOS, EXPLORAÇÃO MIDIÁTICAS DOS RESULTADOS

Claudius Vinicius Souza Oliveira²⁵

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Ana Cléia Gomes da Silva²⁶

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares

RESUMO: O trabalho parte da hipótese Políticas públicas de aplicação da *accountability* na educação básica do Tocantins, aplicação das avaliações em larga escala, tem o objetivo de quantificar resultados positivos e não diagnosticar os pontos que necessitam evoluir para alcançar uma educação de excelência. Assim, a pesquisa tem como fundamentação os princípios do materialismo histórico dialético, com abordagem mista qualitativa e quantitativa o desenvolvimento de análises bibliográficas, estudos de revisão bibliográfica em matérias impressos e sites de buscas, além de pesquisa documental. Trata-se de uma pesquisa que ainda está sendo realizada, portanto, não tem a pretensão de apresentar respostas conclusivas neste momento.

Palavras-chave: *Accountability*. Avaliação. Políticas Públicas Educacionais.

²⁵ Mestrando em Educação/PPGE/UFT, Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas. Membro do Subgrupo de estudos e Pesquisa em Educação Municipal e do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins. E-mail: claudius.vinicius@mail.uft.edu.br

²⁶ Mestrando em Educação/PPGE/UFT, Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas. Membro do Subgrupo de estudos e Pesquisa em Educação Municipal e do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins. E-mail: anacleiag@mail.uft.edu.br

1. Introdução

Este trabalho, *accountability* aplicada na educação, as avaliações em larga escala como instrumentos, exploração midiáticas dos resultados, problematiza como se dão perspectivas e contradições no processo de implantação do sistema de *accountability* na educação, com utilização das avaliações em larga escala como instrumentos e as publicações dos resultados.

Parte da hipótese que as políticas públicas de aplicação da *accountability* aplicada na educação, por meio das avaliações em larga escala, exploram midiaticamente os resultados, enaltecendo os resultados positivos alcançados pelas unidades escolares e seus educandos por meio dos instrumentos midiáticos, em detrimento do diagnosticar os pontos que necessitam evoluir para alcançar uma educação de excelência.

Tem como objetivo assim, analisar como se dão perspectivas e contradições no processo de implantação do sistema de *accountability* na educação, com utilização das avaliações em larga escala como instrumentos e as publicações dos resultados pelas gestões públicas.

A metodologia utilizada na pesquisa é fundamentada nos princípios do materialismo histórico dialético, com abordagem mista qualitativa e quantitativa o desenvolvimento de análises bibliográficas, com informações coletadas por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana (TRIVIÑOS, 1987, p.51).

Com a pesquisa, esperamos contribuir para as discussões com relação a utilização da *accountability* na educação, com aplicação das avaliações em larga escala como instrumentos do processo, atendendo aos princípios propostos, mas também, para compreender como são utilizados os resultados aferidos, como os mesmos são veiculados nos meios de comunicação.

2. Fundamentação Teórica

O autor aborda no artigo, de forma breve a definição de *accountability* os conceitos com significados amplos, mas ao mesmo tempo pouco flexíveis, as obrigações éticas de transparência das ações públicas dos entes gestores, as prestações de contas legais e necessárias, e as possíveis responsabilizações dos responsáveis dos entes.

Contudo, as definições trazidas não são aprofundadas pelo autor, que deseja de fato, fazer uma introdução para maior aprofundamento em três pilares que fundamentam *accountability*, a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização.

Afonso apresenta em seguida, a realidade de implantação da *accountability* na Educação dos Estados Unidos da América na gestão de George Walker Bush, a centralização da avaliação em um país de dimensões continentais, as dificuldades ou inobservância das diferenças.

Pontos de aplicação da *accountability* na educação são apresentados, estudo de caso na realidade em Portugal, com foco no desempenho dos profissionais em educação; nos acompanhamentos dos resultados alcançados pelas unidades educacionais; avaliações nacionais de ensino e o estabelecimento de rankings.

Accountability passou a ser utilizado como um sistema educacional unificado nos países capitalistas tomando proporções globalizadas, tendo como argumento para aplicação a desburocratização, a predominância das questões técnicas e teoricamente a imparcialidade.

As maiores críticas a aplicação do sistema de controle *accountability* na educação, estão na falta observância das particularidades e as dificuldades de mensuração de resultados daquilo que não é concreto, os resultados qualitativos não são devidamente explorados como pontos positivos alcançados.

O artigo aborda os processos de regulação das políticas públicas educacionais, emergentes a partir do século XX, motivados pelos sistemas neoliberais, que tem como um dos seus pilares a privatização dos serviços públicos.

Os conceitos de regulação são apresentados nos diversos campos, essencialmente compreendida como necessária para manter a estabilidade do sistema gestor, tanto no campo administrativo como nas questões sociais, permitindo detectar e corrigir os possíveis desequilíbrios encontrados.

Compreender a regulação como um sistema fundamental para o equilíbrio institucional ou da sociedade, podendo rever as ações se necessário retroagindo no ponto de desequilíbrio para devida correção, enaltecendo os pontos de sucesso e revendo os possíveis insucessos.

As estruturas de regulação possibilita aos órgãos responsáveis do sistema o imediato diagnóstico dos desequilíbrios, estabelecendo ações ordenadas para sanar os problemas identificados, a eficiência da regulação sendo capaz de compreender os múltiplos significados.

Como o processo neoliberal vem acompanhado do sistema capitalista, existe predominância dessa política de forma global, o autor destaca que assim, que alguns países adotam o sistema tornando uma globalizada pelas gestões públicas distribuídas pelo planeta.

As propostas de regulação das políticas públicas educacionais pela forma neoliberal, são fundamentadas na crença de que esse sistema é mais eficiente, diminuindo a burocracia facilitando aplicação dos recursos, sendo de mais fácil entendimento para o controle público tendo maior transparentes.

O artigo aborda também, a importância do estado promover o ensino público de qualidade, fazendo uso mais aprofundado dos sistemas vigentes no processo de gestão e controle das políticas públicas.

O artigo faz uma análise da relação do poder existente entre mídia e sociedade, abordando a natureza sociais e jurídica dos meios de comunicação em massa, definido uma perspectiva dos resultados dessa relação para os Direitos Fundamentais. Fazendo uma com o objetivo baseado no estudo dos Direitos Fundamentais e liberdades destacada na relação entre a mídia e o cidadão, considerando sobre o embate entre esses elementos constitucionais.

Finalizando com a concretização da certeza de necessidade de uma reforma midiática no país, que possa assim, aumentar o direito à informação, sem a limitação do direito de imprensa, contudo levando em conta uma ampliação de seu controle pela sociedade de forma efetiva, vencendo a situação contemporânea de oligarquia dos meios por poucas instituições que controlam à sociedade com as suas ideologias os seus interesses.

O livro aborda de forma didática os fundamentos básicos do Materialismo Histórico como concepção filosófica, compreendendo os fenômenos naturais de forma dialética, evidenciando as conclusões teoria pelo materialismo.

Os conceitos fundamentais do Materialismo Histórico são contemplados, as Relações de Produção; Forças Produtivas; Infra-estrutura e Superestrutura; Modo de Produção; Conceito de Classe as Lutas e Mais-valia.

O artigo promove um debate reflexivo sobre *accountability* em educação, tomando como referência central a obra do Professor Almerindo Janela Afonso “Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares”, que teve a sua publicação na Revista Lusófona de Educação, no ano de 2009. A discussão do texto é iniciada com a definição de *accountability* os processos de aplicação de testes como formas de examinar as unidades de ensino ranking ando conforme as médias alcançadas por cada uma.

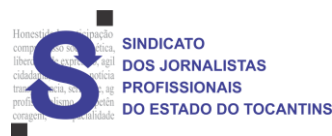
A compreensão da *accountability*, nos seus ter pilares fundamentais básicos, prestação de contas, a avaliação e as responsabilizações devidas, as várias compreensões consideradas a partir desse sistema de possível transparência organizada para o facilitar o acompanhamento social.

A prestação de contas na administração pública é fator legal, obrigatoriedade de atendimento do princípio da publicidade, a etapa de avaliação, considera o levantamento e devida análise do que fora pontuado, podendo aferir valores do momento social, fornecendo elementos para responsabilização.

O artigo menciona também, os elementos de justificativa que devem ser observadas seguindo as respostas as questões: o quê, como, porquê, com que custos e resultados, é destacado no texto que se há prêmios e sanções contemplados, o processo avaliativo deve ser mais rigoroso.

A utilização da *accountability* no processo avaliativo, sofre ataques considerando que é um sistema também propício as influências externas, *accountability* utilizada no processo avaliativo não é incapaz de sofre influencias dos valores externos.

3. Metodologia do estudo



A pesquisa será construída por meio de análise bibliográfica e documental, compreendendo a aplicação das avaliações em larga escala como instrumentos de *accountability* na educação, as posteriores explorações dos resultados pelos órgãos responsáveis.

As referências bibliográficas fundamentaram a importância *accountability* no amplo processo de responsabilidade de comunicação social, a promoção da instrumentalização e informações para participação do cidadão comprometido com o acompanhamento das políticas públicas eficientes para educação.

Os procedimentos de coletas de dados para obtenção da amostragem da investigação têm como ponto central pesquisa documental a ser realizada na Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, além da pesquisa bibliográfica. Sendo instrumentos de coletas de dados observação in loco, evidências após análise realizadas.

Conforme os objetivos da pesquisa a metodologia serão descritivas, com enfoque misto quantitativo e qualitativo, considerando a necessidade do levantamento de dados numéricos, como também exploratória, pois é uma investigação da situação existente de exploração dos resultados aferidos nas avaliações de larga escala.

A pesquisa se configura em uma análise aprofundada do processo com quantificação de dados e análise reflexiva e crítica da exploração midiática dos resultados cobertura realiza pelos órgãos responsáveis pelas aplicações e divulgações. O trabalho é orientado na perspectiva Materialista Histórico Dialética.

O materialismo histórico e dialético está constituído por uma teoria científica da história - o materialismo histórico - e por uma teoria filosófica - o materialismo dialético - cujo método foi utilizado por Marx e Engels para explicar o mundo a partir da evolução histórica da humanidade. (HARNECKER, 1981, p. 21).

Após a coleta, os dados serão analisados e interpretados, a partir tanto da realidade pesquisada, como à luz das teorias, de modo a construir uma síntese capaz de explicar criticamente a situação existente, expressando as razões de assim se encontrar, bem como possibilitar a percepção de que a transformação no estado das coisas poderá acontecer com a mudança de postura dos próprios sujeitos da pesquisa.

4. Resultados e discussões

Em pesquisa nas notícias veiculadas nos sites das Secretarias Estadual do Tocantins e Municipal de Palmas, observa-se tendência pelas publicações sobre os resultados das avaliações em larga escala dando ênfase aos resultados positivos alcançados pelas Unidades Escolares e seus educandos, em detrimentos daquelas que não alçam os índices desejados.

Cabendo assim, um aprofundamento nas pesquisas, estabelecendo um corte temporal das notícias veiculadas nos últimos três anos a respeito das avaliações que instrumentalizam *accountability* que tem como objetivo primordial promover a transparência dos fatos, com relação as execuções das políticas públicas para o setor.

5. Considerações finais

Conclusão sucinta e coerente dos resultados alcançados no estudo.

Nesta pesquisa, analisaremos as aplicações das políticas públicas educacionais de *accountability*, analisando como se dão as suas perspectivas e contradições do processo de instrumentalizado por meio das avaliações em larga escala e as posteriores publicações.

Partindo das definições do que é *accountability* na sua relação com a administração pública, enaltecendo o propósito em promover a transparência das atividades públicas, ações que impactam a sociedade, prestando conta dos gastos e as políticas públicas realizadas.

O trabalho deseja possibilitar a reflexão sobre as formas em que os resultados aferidos com as aplicações das avaliações em larga escala são divulgados e utilizados pelas gestões, como também, detectar a realidade encontrada com relação à implantação da *accountability* e os seus processos gestores.

Para isso, o processo metodológico que será utilizado terá o enfoque epistemológico do materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa e quantitativa, por tanto mista, a classificação metodológica descritiva com as informações coletadas pela revisão bibliográfica e também pesquisa documental.

Entendemos que a divulgação dos resultados das avaliações em larga escala é importante não só no sentido de apresentar transparência, mas para ter um resultado claro das

carências existentes e aproximar a participação popular nas tomadas de decisões e no planejamento das ações a serem realizadas por meio das políticas públicas.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes padronizados e rankings escolares.** Revista Lusófona de Educação, n.13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/48576298.pdf>> Acesso em: 24 agosto 2019.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** Educação & Sociedade. Campinas, v.26, n.92, esp. p.725-751, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>> Acesso em: 24 agosto 2019.

BELOTTO, Dagmar José; CASTRO, Matheus Felipe de. **O Poder Midiático e Os Direitos Fundamentais.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=58ae23d878a47004>> Acesso em: 25 de agosto de 2019

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico.** Global, São Paulo, 1981.

SANTA, Luís. **Accountability em Educação.** Disponível em: <http://cefopna.edu.pt/revista/revista_09/cm_07_09_ls.htm>. Acesso em: 20 agosto 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

AGENCIAMENTOS DAS IMAGENS ARMADILHAS: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISES IMAGÉTICAS

Adriano Alves da Silva²⁷

Programa de Mestrado em Comunicação e Sociedade PPGcom – UFT.

Eixo Temático de submissão: Narrativas Imagéticas

Resumo

A referencialidade imagética proposta pela semiologia tem sido o fio condutor para a análise das imagens, no entanto, limita-se ao reconhecimento de pistas daquilo que é representado. Por outro lado, a antropologia da arte proposta por Alfred Gell, busca sobretudo, outras abordagens epistêmicas que tratam as imagens com intencionalidades outras advindas das estratégias de captura e abdução de ações. Abre-se assim, furtivo espaço para novas possibilidades metodológicas perante as análises.

Palavras-chave: Agência, Análise de Imagens, Arte, Estética, Metodologias.

1. Introdução

O fascínio do homem pela imagem caminha paralelo à sua história. Desde as mais remotas pinturas rupestres, utilizamos imagens como linguagem não verbal, dotadas de sentido. O mundo, por sua vez mediado por imagens, aproveita-se da (in)voluntariedade que o sentido visual proporciona, para nos bombardear diariamente com uma infinita exposição imagética que se mistura à realidade, passando a dela manipular e fazer parte, o que para Guy Debord (1991), dá-se o nome de “Sociedade do Espetáculo”. A interpretação desta pluralidade visual pelo sujeito expectador, é dada a partir do cruzamento entre percepções fisiológicas e intelectivas, o que nem sempre é feito de maneira racional, pois estas narrativas visuais a qual nos submetemos, estão forjadas com teor enunciativo implícito de complexa detecção, mas de grande eficácia do ponto de vista persuasivo. O que problematizo neste estudo, vem a ser

²⁷ Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Bacharel em Comunicação Social pelo Centro Universitário Luterano de Palmas, MBA em Comunicação empresarial e Marketing. Professor na Faculdade Católica do Tocantins. E-mail: agencia.adriano@gmail.com

especificamente a interpretação simbólica das imagens por meio da arte e a sua capacidade de gerar ações, o que Gell (2018), classifica como agenciabilidade imagética.

A ideia de que a arte é uma questão de significação e enunciados comunicativos, paira por muito tempo e para muitos pesquisadores tornou-se arbitrariamente inquestionável, a semiologia se desenvolve nesta linha de raciocínio. A estética da arte reduziu-se a parâmetros universais (leia-se ocidentais) para descrição e comparação de culturas, onde o juízo estético é parametrizado conforme o senso crítico de quem o analisa. A antropologia da arte proposta por Alfred Gell (2018), por sua vez, traz abordagens epistêmicas que entendem o fazer artístico não pela sua referencialidade, mas como um processo que envolve índice e efeitos, como entidades materiais que motivam inferências, respostas ou interpretações fundadas na ação. Desta forma, uma abordagem para a interpretação da imagem e seus discursos, devem levar em consideração todo o complexo processo do fazer artístico. Para tanto, por meio de revisão bibliográfica, busco em Alfred Gell (2018), as principais sustentações teóricas para auxiliar na elucidação deste universo plurívoco.

2. Imagem e referencialidade

Recorrendo à etimologia, segundo Marques (2012), na origem grega *ikon*, se refere a imagem, figura; o que corresponde no grego antigo ao termo *eidos*, raiz etimológica do termo *idea* ou *eidea*, conceito cunhado por Platão; e do substantivo latino *imago-imaginis* que significa retrato, reprodução, representação de algo. No mundo antigo “imagem” correspondia à imagem de cera usada nos rituais fúnebres para reproduzir os rostos dos mortos com a ideia de representação e memória.

Para Platão, a representação figurativa da imagem não passa de uma mimese (*mímesis*), uma cópia da natureza das coisas. O impulso mimético é tratado como uma idealização daquilo que se deseja copiar. A incredulidade platônica nas imagens reside na sua falta de essência, por ser ela uma representação, um simulacro e não totalmente verdadeira no que diz ser o plano imaginário ideal. Sua filosofia, trata as imagens artísticas com desprezo, atribuindo-lhes uma sedução enganosa, um falso brilho à sensibilidade humana, características do *mythos* em detrimento ao *logos*.

Contra os conceitos de seu mestre, Aristóteles traz a ideia de *mímesis*, como atribuição humana privilegiada de aprendizado e representação. O conceito que Aristóteles propõe,

“*mimeisthai*”, não reduz a representação artística ao seu modelo exterior copiado, este, se preocupa mais com o desenvolvimento integral e harmonioso do resultado. Marques (2012) coloca que o interesse recai sobre a relação que existe entre a representação e o representado, o que chama de gozo do aprendizado por meio do “*mimeisthai*”. Este gancho aristotélico de se atribuir a imagem conceitos metafóricos da realidade, é o que fecundou a escola da representabilidade sígnica, ou seja, os signos que significam algo. Panofsky (1991), é representante desta ideia de narrativa imagética como reveladora de um caráter “comunicativo” que instrui o indivíduo a perceber a representabilidade figurativa das imagens tal como elas foram concebidas. Daí bifurcam os conceitos que associam a imagem à linguagem, na hipótese de que o discurso imagético, pode ser interpretado através do discurso verbal, assim como o faz a semiologia de Sanders Pierce. A problematização e incompletude destes pressupostos vem à tona a partir da essencialização analítica aplicada aos “*read made*” de Marcel Duchamp na arte moderna. A história da arte, pautava-se até então em conceitos estéticos, estilísticos e semiológicos que por sua vez, não davam conta de elucidar com eficácia a gênese, a referencialidade e a intencionalidade de todas as imagens.

Na França, a partir da década de 70, surgem os chamados estudos da “Arqueologia da Imagem”, em que os pressupostos se debruçam na análise de conteúdos temáticos inseridos em seus contextos, na busca de reconstruir e compreender os aspectos sociais e cosmológicos que materializaram as imagens, não se limitando ao seu teor estético e iconográfico.

Particularmente, não tenho nenhuma pretensão de menosprezar a dialética semiológica, pelo contrário, acredito na sua cientificidade em determinados casos, apenas discordo da generalização de suas interpretações conjecturais à todas imagens, como por exemplo, nas pinturas rupestres, grafismos indígenas, imagens abstratas, no minimalismo, ou até mesmo, na controversa arte contemporânea, como é o caso do graffiti.

3. Armadilha e Agência

Conforme os conceitos de Gell (2018), o contexto relacional que existe entre a visualidade de um determinado objeto e a fruição deste pelo espectador pode ser comparado a uma armadilha, onde a presa pode sucumbir-se à transformações e intencionalidades, uma vez que é o próprio objeto portador de agência social. Ou seja, as obras de arte são capazes de agir sobre o mundo e transformá-lo, pois não carregam apenas significados, mas propriedades

agentes ou pacientes dependendo da sua capacidade de abdução e a posição que se encontra nesta cadeia. Quando afirmo que existe intencionalidades na imagem, anoro meus pressupostos nos conceitos da antropologia da arte proposta por Gell (2001), na ideia de existe estratégia de captura de atenção do olhar do espectador, que por sua vez o induz a alguma ação, assim como faz o caçador para com a presa na atração para a armadilha.

Figura 1. O Graffiti de Michael Mettier exemplifica a indução à ação.



Fonte: <https://borncreatore.tumblr.com/post/98491339275/artist-michael-mettier>

O que move uma pessoa a se registrar em uma imagem de Graffiti é um bom exemplo do resultado da agência de Gell (2018). Nesta linha de pensamento, o autor compara o objeto de arte com uma armadilha, onde o artista como um caçador se vale de estratégias para fisgar a sua presa (o espectador), e dela extrair abstrações (agências), controladas ou não. A isca (imagem), é estrategicamente disposta, e cabe ao artista buscar estratégias de atração para sua armadilha.

Em outra situação, Gell (2018), tece a ideia de que o artista como autor da obra é agenciado pelo seu imaginário.

O ato de desenhar é precedido (esteja o objeto a ser desenhado presente ou não) por um ato de visualização do desenho a ser feito. Esse alguém ensaia internamente a(s) linha(s) e, em seguida, desenha-a(s) (um desenho, na verdade, é sempre um desenho de um desenho, isto é, o desenho visualizado na cabeça de quem o produz). Como a mão de quem desenha, na verdade, não é diretamente controlada pela linha visualizada ou prevista que se quer desenhlar, mas por alguma misteriosa alquimia muscular

totalmente opaca à introspecção, a linha que aparece no papel é sempre surpreendente de alguma forma. Tendo-se chegado a este ponto, quem desenha se torna espectador de seus próprios esforços no ato de desenhar, isto é, torna-se um paciente. (GELL, 2018. p. 84.)

O artista coloca-se na condição de agência “auto-recíproca”, de seu próprio trabalho, oscilando infinitamente a subjetividade de suas intervenções em si e em seus anônimos espectadores destinatários. A multiplicidade de contextualizações a que são submetidas as distribuições dos protótipos artísticos são proporcionalmente causadoras das subjetividades que afetam criadores e destinatários.

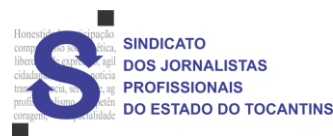
4. Considerações finais

Os conceitos da “antropologia da arte” propostos por Gell (2018), permitem novas abordagens epistemológicas à análise das imagens. O que antes era terreno explorado pela semiologia, dá lugar agora a olhares que não se limitam a representação simbólica das imagens, buscam sobretudo, de que forma são estrategicamente criadas para abduzir agências. As armadilhas imagéticas, tornam-se terreno fértil para as intencionalidades discursivas, sobretudo para a publicidade e o jornalismo.

Mesmo longe de serem tidos como consenso entre os pesquisadores, tais pressupostos trazem abordagens que precipitam um maremoto de novas possibilidades e publicações pouco exploradas até então. A partir deste estudo, pude aferir que a dinâmica de interpretação das imagens pelo espectador, está longe de simplesmente abarcar significações, é ela, objeto estratégico de ação. Desta forma, as questões ligadas à análise das imagens na antropologia da arte, não ignoram a sua representabilidade discursiva e semiológica, somam-se a elas, buscando por sua vez, responder outras perguntas.

As camadas mais complexas presentes na interação imagética a partir da análise proposta pela antropologia da arte, transborda os pressupostos da iconografia simbólica e linguística da qual a estética ocidental tem se guiado. Cabe agora, tentar absorver os possíveis desdobramentos que dela possam surgir.

5. Referências



AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus. 1993.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1991.

GELL, Alfred. **Arte e agência**: uma teoria antropológica. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

_____. A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. **Arte e Ensaios**, v. 8, n. 8, p. 174-191, 2001.

MARQUES, Marcelo Pimenta (Ed.). **Teorias da imagem na Antiguidade**. Paulus, 2012.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Trad. Maria Clara F. Kneese. J. Ginzburg. São Paulo: Perspectiva, 1991.

AGRICULTURA URBANA: USO DE AGROTÓXICOS EM HORTAS DA REGIÃO CENTRAL DE PALMAS, TOCANTINS

Alessandra Polastrini²⁸

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Claudia Regina de Sousa e Silva²⁹

Fundação Universidade Federal do Tocantins

João Aparecido Bazzoli³⁰

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Cultura, Economia e Desenvolvimento Regional

Resumo

O presente trabalho aborda a temática da agricultura urbana no âmbito da região sul cidade de Palmas, através de suas hortas comunitárias. O objetivo principal deste reside em analisar as práticas e suas implicações, associadas ao uso de agrotóxicos nas hortas selecionadas. Quanto a metodologia da pesquisa optou-se pela realização de um estudo descritivo de abordagem quantitativa e qualitativa e de natureza aplicada. Para tanto utilizou como técnica de coleta de dados questionário semiestruturado aplicado a horticultores/as e entrevista com representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. Assim, tendo como base os dados levantados, nos resultados apresentados evidenciou-se a não utilização de herbicidas e/ou pesticidas na produção das hortas estudadas bem como a necessidade de assistência técnica, e melhor formação para que os agricultores possam obter uma produção agroecológica.

Palavras-chave: Alimentos. Hortaliças. Pesticidas. Segurança.

1. Introdução

Observa-se atualmente ao redor de todo o globo um alto grau de avanço nos processos organizatórios, que resultam em significativa perda de capacidades para que as cidades sejam consideradas como sendo lugares adequados à vida saudável das pessoas. Dentre as problemáticas enfrentadas citam-se como exemplo: escassez e má gestão de recursos naturais; poluição; pobreza, desemprego e exclusão social; inadequação e manutenção inadequada das infraestruturas entre outras restrições à qualidade de vida humana. Segundo estimativas, em

²⁸ Bacharel em Zootecnia, licenciada em Ciências Biológicas, especialista em Ensino de Ciências e Biologia e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional em nível mestrado pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: polastrini.zootecnia@hotmail.com.

²⁹ Tecnóloga em Gestão Pública, especialista em Gestão Pública e Sociedade, mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: claudiaregina1106@hotmail.com.

³⁰ Bacharel em Ciências Econômica e em Ciências Jurídicas e Sociais, especialista em Análises de Sistemas, Mestre em Ciências do Ambiente, Doutor em Geografia. E-mail: jbazzoli@mail.uft.edu.br.

2020 cerca de 85% da população latino-americana de baixa renda estará vivendo em cidades (RUAF FOUNDATION, 2018). Somado a esta afirmativa, registra-se no cenário mundial um expressivo quadro de insegurança alimentar tanto no aspecto quantitativo como qualitativo.

Neste contexto, a agricultura urbana surge como uma promissora alternativa, principalmente através de atividades como a implantação e manutenção de hortas urbanas comunitárias. Sendo assim benéfica do ponto de vista financeiro (renda alternativa), e da segurança alimentar (RICARTE; FERRAZ; BORGES, 2011), ao promover emprego e aumento da oferta de hortaliças (MONTEIRO, 2006). Neste sentido, cita-se que o Relatório final do CONSEA (2015, p.26) coloca o alimento como “patrimônio sociocultural” e reafirma a necessidade de incentivo à produção agroecológica e sustentável, promovendo a saúde da sociedade e do planeta.

Todavia, apesar de serem reconhecidos inúmeros benefícios da horticultura urbana, foram detectados problemas que tornam necessária uma análise mais particular (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011). O uso de agrotóxicos, por exemplo, é um fator preocupante, uma vez que o Brasil se destaca como o maior consumidor de tais produtos a nível mundial (ALMEIDA; CARNEIRO; VILELA, 2009, p.94). Se por um lado esses produtos favoreceram um aumento considerável na produção de alimentos, por outro eles trazem ricos relevantes à saúde da população e a todo o meio ambiente (ARAÚJO; NOGUEIRA; AUGUSTO, 2000). Diante do exposto, a presente pesquisa se justifica por analisar a utilização de agrotóxicos em hortas urbanas na região central de Palmas, no Estado do Tocantins.

3. Metodologia do estudo

O estudo foi conduzido no período que compreende agosto a novembro de 2018, em hortas da região central de Palmas. Quanto aos seus objetivos a pesquisa se caracteriza como sendo descritiva. Em relação à sua abordagem, a mesma foi classificada como quantitativa e qualitativa e quanto à natureza em aplicada. Com o intuito de melhor elucidar o tema estudado promovendo uma maior compreensão do contexto da pesquisa, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental.

Posteriormente, se deu o levantamento das hortas existentes na região central da capital. Por meio desse levantamento foram realizadas visitas *in loco* sem aviso prévio. Como instrumento de coleta de dados foram aplicados questionários semiestruturados com questões

relacionadas às práticas de produção e manutenção realizadas nas hortas e ao uso de agrotóxicos. Os respondentes foram informados sobre a pesquisa, sua importância e os compromissos sociais e éticos da mesma. Tendo como base pesquisas realizadas anteriormente a partir de dados da Prefeitura Municipal de Palmas, registra-se que inicialmente o número de elementos existentes no universo da pesquisa (produtores cadastrados) foi constituído por 86 (oitenta e seis) produtores, todavia sabe-se que podem existir casos em que o público alvo se recuse a participar da pesquisa, bem como ausência de produtores no momento das visitas para aplicação dos questionários, entre outros fatores.

Neste sentido, para se conhecer a amostra necessária na pesquisa foi adotado um nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%. O cálculo foi realizado por meio de ferramenta disponível na web que realiza o cálculo *online* (SANTOS, 2018), cujo amostragem necessária seria de 71 produtores respondentes.

Ainda para coleta de dados, foram realizadas também entrevistas com servidor municipal responsável pela coordenação das hortas urbanas de Palmas, além de diálogos com profissionais que fornecem assistência aos horticultores para uma análise do suporte recebido por eles. As entrevistas foram realizadas após contato prévio por e-mail e telefone, ocasião onde foram relatadas as propostas, objetivos e importância do desenvolvimento da pesquisa para a sociedade. Registra-se ainda que as perguntas de entrevista foram também enviadas via Sistema de Informação ao Cidadão e e-mail à Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural. A análise dos dados e descrição dos fenômenos observados os mesmos foram tabulados no LibreOffice Calc.

4. Resultados e discussões

Primeiramente aponta-se que os resultados da pesquisa mostraram haver uma incompatibilidade naquilo que se refere ao número de agricultores cadastrados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SEDER) e o quantitativo localizado durante a execução do estudo. Assim, observa-se que a população é maior que o número real de produtores ativos nas hortas pesquisadas. No total foram localizados 59 agricultores, e destes, 42 (quarenta e dois) aceitaram participar da pesquisa. Houve recusa de 17 (dezesete) agricultores localizados em responder ao questionário proposto.

Em atenção à distribuição dos canteiros entre os beneficiários do programa, tem-se que, de acordo com Diretor de Desenvolvimento Rural da SEDER, cada pessoa (família) pode dispor de no máximo de 05 (cinco) canteiros. Observou-se que tem agricultores que passam seus canteiros a outros que estão trabalhando ativamente. Dessa forma registram-se agricultores dispendo de uma quantidade maior de canteiros, para além do limite regulamentado pela SEDER.

O perfil dos agricultores urbanos foi abordado através de questões acerca de gênero, renda, ocupação e escolaridade. Assim sendo, a maior parte dos agricultores urbanos que responderam ao questionário, 71,4%, são do sexo feminino (30), sendo apenas 12 (doze) do sexo masculino. Em atenção à geração de renda relacionada à atividade, verificou-se que os agricultores considerarem insuficiente os lucros oriundos da venda dos produtos cultivados, possuindo outras fontes de renda. Constatou-se que foi bastante comum os agricultores terem como fonte principal de renda aposentadorias ou auxílios doença. Existindo ainda aqueles que se ocupam de trabalhos informais como de pedreiro, diarista, e microempreendedores individuais.

Em relação à comercialização da produção, verificou-se que os agricultores demonstraram pouco conhecimento sobre os rendimentos da produção pois não realizam nenhum tipo de controle das vendas, como anotações, planilhas e etc. No entanto, todos afirmaram que a atividade é fonte de alimento, trabalho, renda auxiliar e “terapia”. Em atenção à pontos negativos e dificuldades enfrentadas no exercício da atividade, observa-se que houveram agricultores que expuseram suas críticas ao sistema adotado. Quanto à produção, a pesquisa constatou que as espécies mais cultivadas nas hortas da região central de Palmas são o cheiro verde (salsa, cebolinha verde e coentro), alface, couve e rúcula. Fato que se justifica segundo os agricultores, pela questão comercial, pois essas espécies vegetais são as que apresentam a maior demanda rotineiramente e são fáceis de serem cultivadas.

Em relação ao uso de agrotóxicos para a produção das hortaliças, constatou-se que todos os produtores respondentes afirmaram não fazerem tal uso. Segundo eles é proibido o uso desse tipo de produto devido ao risco a saúde. Todos os participantes do estudo apresentaram conhecimento acerca dos riscos dos agrotóxicos à saúde humana e ao meio ambiente. Neste sentido, o SEDER corroborou com os produtores e afirmou que realmente os mesmos não

utilizam agrotóxicos e são orientados a não adotarem produtos do tipo para a produção de hortaliças.

Vale aqui ressaltar que é possível o cultivo de hortaliças livres de agrotóxicos. Entretanto, é preciso que haja um manejo adequado que só pode acontecer de fato se os que trabalham na atividade possuem conhecimento suficiente para aplicação de técnicas necessárias. Nesta direção tem-se o manejo profilático que busca evitar ou atenuar a ocorrência de pragas ou doenças (MICHEREFF FILHO et al., 2013). Para Michereff Filho et al. (2013) etapas como monitoramento, manejo ambiental, reconhecimento de pragas e seus inimigos naturais e seleção o método adequado de controle do problema enfrentado são essenciais para tornar a produção agroecológica.

Nota-se então que em razão da não utilização de herbicidas, o controle de ervas daninhas é realizado principalmente manualmente na forma de “catação” das espécies invasoras. Quanto ao uso de herbicidas seletivos para eliminação das ervas daninhas invasoras nenhum dos agricultores respondeu fazer uso dos mesmos. Dito isso menciona-se que apesar de demandar um maior gasto de tempo, além de um trabalho minucioso, a eliminação das invasoras de modo manual se constitui em uma forma totalmente limpa e de acordo com o preconizado nas práticas agroecológicas. Neste sentido, registra-se que os agricultores afirmam ter participado de formação onde aprenderam a produzir produtos alternativos ao uso dos agrotóxicos. Os produtos então utilizados são geralmente a base de extrato de Neen (*Azadiractha Indica*), detergente, álcool, tabaco (plantas do gênero *Nicotiana*) e pimentas diversas.

5. Considerações finais

Agricultores das hortas urbanas de Palmas não utilizam herbicidas e/ou pesticidas na produção de hortaliças. Estes necessitam de assistência técnica e uma melhor formação para obterem uma produção agroecológica, pois apesar de não utilizarem agrotóxicos, eles estão passando por problemas relacionados à pragas e doenças na produção.

Apesar de não fazerem uso de agrotóxicos, os agricultores utilizam adubos químicos que por serem derivados de petróleo são potencialmente prejudiciais. Porém, é necessária uma formação adequada para que os produtores possam de fato produzir de forma “orgânica”.

Referências

ALMEIDA, V.E.S.; CARNEIRO, F.F.; VILELA, N.J. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde. **Embrapa Hortaliças-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2009.

ARAÚJO, A.C.P.; NOGUEIRA, D.P.; AUGUSTO, L.G.S. Impacto dos praguicidas na saúde: estudo da cultura de tomate. **Revista Saúde Pública**, v. 34, n. 3, 2000.

BRANCO, M.; DE ALCÂNTARA, F.A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Embrapa Arroz e Feijão** (Artigo em periódico indexado - ALICE), 2011.

CONSEA. **V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Documento Base, 2015. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio_2015_consea_web-final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MICHEREFF FILHO, M. et al. **Manejo de pragas em hortaliças durante a transição agroecológica**. Circular Técnica n. 119, Embrapa Hortaliças, Brasília – DF, 2013.

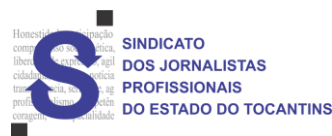
MONTEIRO, J.P. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revibec: revista iberoamericana de economía ecológica**, v. 5, p. 47-60, 2006.

RICARTE, J.D.; FERRAZ, J.M.G.; BORGES, J.R.P. **Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 6, n. 3, 2011.

RUAF FOUNDATION. Urban agriculture: What and why? 2018. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/urban-agriculture-what-and-why>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SANTOS, G.E.O. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ANÁLISE DA CADEIA DO LEITE EM PALMAS UTILIZANDO O SOFTWARE MICMAC



Alessandra Polastrini³¹

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Fernán Enrique Vergara Figueroa³²

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Manoel Xavier Pedroza Filho³³

Embrapa Pesca e Aquicultura/Fundação Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Cultura, Economia e Desenvolvimento Regional

Resumo

Este estudo objetivou analisar as variáveis que mais afetam a cadeia do leite no município de Palmas – TO por meio da matriz estrutural prospectiva utilizando o software MicMac. A pecuária de leite é importante para o desenvolvimento econômico e social, sendo responsável por gerar empregos, renda e proporcionar maior segurança alimentar. A pesquisa foi realizada no município de Palmas, capital do Tocantins e se balizou em pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas, por meio do MicMac. O estudo foi conduzido entre outubro de 2018 e junho de 2019. Os resultados da análise demonstraram que as variáveis logística e legislações são motrizes, sendo as mais influentes da cadeia. A variável aspectos culturais foi a mais instável e as variáveis mercado informal, cotações do leite e custo de produção foram as mais dependentes dentro da cadeia. O MicMac foi eficiente na realização das análises propostas, sendo uma ferramenta de fácil acesso, gratuita, de interpretação relativamente simples e capaz de trazer reflexões importantes a respeito da cadeia do leite em Palmas.

Palavras-chave: Bovinocultura. Lácteos. Produção. Prospecção.

1. Introdução

A pecuária de leite é importante para o desenvolvimento econômico e social. Além de promover a segurança alimentar, também é fundamental na redução da pobreza, geração de postos de trabalho, renda, redução do êxodo rural, empoderamento feminino e aumento da arrecadação de tributos, proporcionando assim melhor qualidade de vida as chamadas pequenas propriedades familiares (ACETO et al., 2017; JUNG; MATTE JÚNIOR, 2017).

³¹Bacharel em Zootecnia, licenciada em Ciências Biológicas, especialista em Ensino de Ciências e Biologia e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional em nível mestrado (UFT). E-mail: polastrini.zootecnia@hotmail.com.

³²Bacharel em Engenharia Civil, Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental, Doutor em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídrico e professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: vergara@uft.edu.br.

³³Bacharel em Engenharia Agrônoma, Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, Doutor em Economia pelo SupAgro/ França (2010), pesquisador em economia e gestão da inovação da Embrapa Pesca e Aquicultura e professor associado da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: manoel.pedroza@embrapa.br.

Atualmente, o Brasil é o terceiro maior produtor de leite bovino no mundo. São 33,5 bilhões de litros, perdendo apenas para os EUA e a Índia. O estado do Tocantins é o terceiro maior produtor da região norte e a capital, Palmas, produziu mais de 3 milhões de litros em 2017 (SIDRA, 2019). A produção de leite apresentou um aumento de mais de 100% nas últimas duas décadas e o município possui o maior demanda por lácteos no estado, em razão desta concentrar a maior densidade populacional (quase 300 mil habitantes) e o maior funcionalismo público (SIDRA, 2019). Entretanto, tem sido observado na cadeia local baixas produção e produtividade, forte comércio informal, baixo nível de escolaridade dos produtores associado a práticas errôneas de manejo dos animais e baixo associativismo/cooperativismo (POLASTRINI; PEDROZA FILHO, 2018; SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017).

Neste contexto exposto, alguns questionamentos podem ser levantados. Quais fatores tem influenciado a cadeia do leite em Palmas? Quais são as variáveis que exercem maior influência sobre a cadeia? Assim sendo, essa pesquisa se justifica por proporcionar reflexões sobre as variáveis que podem estar apresentando maior impacto sobre a cadeia do leite em Palmas. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as variáveis que mais afetam a cadeia do leite no município de Palmas – TO por meio da matriz estrutural prospectiva utilizando o software MicMac.

2. Fundamentação Teórica

A análise estrutural é um método interessante e que vem ao encontro deste estudo por classificar as variáveis do sistema ao qual se deseja melhor elucidar (MAGALHÃES, 2009). Também permite ao pesquisador identificar variáveis indiretas (MIDI). Estas podem estar atuando sobre a cadeia do leite mas não são facilmente identificáveis.

A chamada Matriz de Impactos Cruzados e Multiplicação Aplicada à Classificação – MicMac, é um software computacional que foi desenvolvido por Michel Godet em 1971 com o objetivo principal de “facilitar a estruturação de ideias” (BORGES; HURTADO; PADILHA, 2017, p. 36, tradução nossa). O MicMac proporciona reflexões relevantes que podem ser utilizadas para a tomada de decisão acerca da cadeia do leite em Palmas, auxiliando na interpretação e escolhas que priorizem o desenvolvimento da cadeia. Este foi julgado adequado por possibilitar o entendimento do sistema-objeto e por apresentar quais são as variáveis

motrizes desse sistema. O MicMac também possibilita a compreensão das influências indiretas que ocorrem no sistema analisado, o que seria difícil ao pesquisador sem um recurso tecnológico auxiliar como este.

3. Metodologia do estudo

A pesquisa foi classificada quanto à abordagem em qualitativa, quanto a natureza foi categorizada em aplicada e o método adotado foi o dedutivo. Com relação aos objetivos esta foi classificada em descritiva. A pesquisa foi realizada no município de Palmas, capital do Tocantins. A região foi escolhida devido esta demanda por produtos lácteos, uma vez que o município apresenta a maior densidade populacional do estado. O estudo foi conduzido entre outubro de 2018 e junho de 2019.

A análise estrutural foi efetuado por meio da utilização do MicMac, aplicativo livre desenvolvido pelo Laboratório de Prospectiva Estratégica e Organizacional (LIPSOR) da França. Este apresenta “três fases sucessivas: o recenseamento das variáveis, a descrição das relações entre as variáveis e a identificação das variáveis-chave” (GODET; DURANCE, 2011, p. 63).

Na fase 1, a matriz estrutural foi elaborada por meio de informações apresentadas por pesquisas relacionadas a cadeia do leite (POLASTRINI; PEDROZA FILHO, 2018) e confirmadas por meio de entrevistas à seis profissionais ligados ao setor. Foi realizado um diagnóstico das variáveis mais relevantes e que influenciam a cadeia do leite em Palmas. Assim chegou-se às seguintes variáveis: Assistência técnica, acesso ao crédito, custo de produção, logística, legislações, aspectos culturais, cotações de leite e derivados e mercado informal do leite. Na fase 2 aconteceu a descrição das relações entre variáveis. De acordo com Godet e Durance, o preenchimento da matriz de análise estrutural é qualitativo e se deve levantar a questão central: “existe uma relação de influência direta entre a variável i e a variável j ?” (2011, p. 65), sendo i a linha e j a coluna. O preenchimento da matriz se dá da esquerda para a direita, ou seja, da variável localizada na linha em relação a variável localizada na coluna. Vale lembrar que a influência de uma variável sobre ela mesma recebe valor zero, ou seja, nulo. Nas demais relações, para a ausência de influência é atribuído o valor zero. Para influência fraca foi

atribuído valor 1, influência considerada média 2 e forte 3. A letra P foi atribuída para uma influência potencial.

Finalmente, a fase 3 consistiu na identificação das variáveis-chave para a evolução do sistema. Os resultados são projetados em um “plano axial”, onde “o eixo das abcissas correspondem à dependência e o eixo das ordenadas à influência” (GODET; DURANCE, 2011, p. 65).

4. Resultados e discussões

O MicMac apresenta diversos recursos e gera mapas e gráficos de influência direta e indireta. Como apresentação de todos demandaria maior espaço e o principal resultado é evidenciado no gráfico de influência indireta, apenas este será citado e discutido.

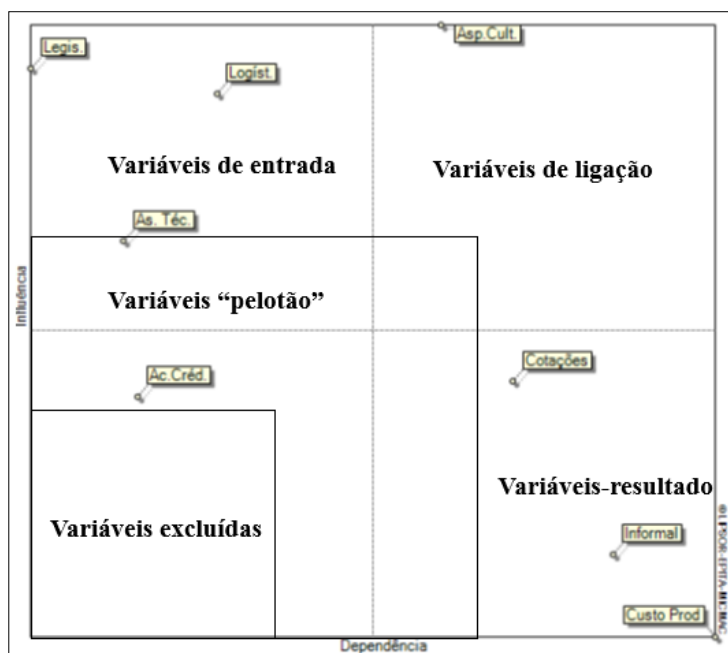
A influência indireta é encontrada pela multiplicação sucessiva da Matriz de Influência e Dependência Direta por ela mesma até alcançar a estabilidade. As variáveis “Logística” e “Legislações” foram classificadas como de entrada, sendo também chamadas de motrizes ou *drive power*, apresentando influência e dependência mais acentuada que no mapa de influência e dependência direta (MIDD). Estas apresentam importante influência, porém pouca dependência. Para Godet e Durance (2011) as variáveis classificadas como de entrada são responsáveis por explicar o sistema.

Maior atenção deve ser dada a estas duas variáveis de entrada (Legislações e Logística), devendo estas serem alvos reflexões e de ações prioritárias para que o cenário possa mudar de modo a proporcionar o desenvolvimento da cadeia a nível de município. A variável “aspectos culturais” foi classificada como de ligação, ou seja, é muito influente e muito dependente. Godet e Durance (2011) explicam que variáveis de ligação são instáveis e qualquer ação sobre elas poderão provocar alterações em todo o sistema. Na prática isso significa que em relação à cadeia do município, se tem grande número de variáveis que se sofrerem alguma ação irão repercutir em outras variáveis bem como também necessitam ser prioridade pois impactam o sucesso da cadeia, assim provocando um efeito “cascata”. A classificação das variáveis pode ser observada no MIDI que é apresentado na Figura 1.

Um maior número de variáveis foram encontradas na classificação “variável-resultado”. Estas variáveis (Cotações, Informal e Custo Prod.) caracterizam-se por serem pouco influentes

e muito dependentes. Isso faz com que elas sejam sensíveis aos efeitos de qualquer mudança na dinâmica das demais, especialmente as de entrada e as de ligação.

Figura 1: Mapa dos deslocamentos direto/indireto.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nenhuma variável foi excluído pelo MicMac. Isto significa que nenhuma variável da cadeia leiteira em Palmas é autônoma ou independente. E apenas duas variáveis foram classificadas como de pelotão, sendo elas Acesso ao crédito e Assistência técnica. As variáveis de pelotão “não são suficientemente características em termos de influência e dependência para que seja possível tirar uma conclusão sobre o seu papel no sistema” (GODET; DURANCE, 2011, p. 66). Observou-se que algumas relações, antes imperceptíveis ou aparentemente ausentes, na verdade existem e afetam a cadeia do leite. Também verificou-se que algumas variáveis apresentaram influência/dependência maior ou menor que o esperado, conforme relatado por Godet e Durance (2011).

5. Conclusões

O MicMac foi eficiente na realização das análises propostas. Verificou-se que a análise estrutural por meio do MicMac é uma ferramenta interessante para pesquisadores e formuladores de políticas públicas levantarem informações e refletirem sobre diferentes

problemas que precisam de uma solução a curto, médio ou longo prazo. O MicMac pode ser aplicado a diferentes estudos, auxiliando na tomada de decisão, no direcionamento de atenção para variáveis cuja ação sejam prioritárias. As variáveis motrizes do sistema são aquelas onde cabe, em maior grau, as ações do poder público.

Referências

ACETO, M.; MUSSO, D.; CALÀ, E. ARIERI, F.; ODDONE, M. Role of lanthanides in the traceability of the milk production chain. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, 65, p. 4200-4208, 2017.

BORGES, T.C.; HURTADO, E.C.; PADILHA, J.R. Diseño de um software R-MICMAC como complemento em el análisis para el consenso de los expertos en la investigación. **Revista Electrónica Actividad Física y Ciencias**, v. 9, n° 2, 2017.

GODET, M.; DURANCE, P. **A prospectiva estratégica: para as empresas e os territórios**. 2011.

MAGALHÃES, R.C. Cenários estratégicos em recursos hídricos: Estudo da bacia do rio Ararandeua. 2009. **Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)** – Instituto Tecnológico da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, Belém.

POLASTRINI, A.; PEDROZA FILHO, M.X. Estudo da cadeia produtiva do leite no município de Palmas – TO: Uma análise a partir da abordagem de Cadeia Global de Valor. In... **Anais IV SEDRES**, Palmas In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2018, Palmas. Anais... Palmas: Sedres, 2018. 4º edição, p. 1 – 15, 2018.

SIDRA, SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **SIDRA 2019**. 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 9 mai. 2019.

SILVA, J.A.; CANÇADO, A.C.; PACÍFICO FILHO, M. Políticas públicas estaduais para o cooperativismo no Tocantins: Uma análise das ações da Seagro no período de 1988 a 2012. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 15, n. 40, p. 140 – 174, 2017.

ANÁLISE DA PECUÁRIA LEITEIRA NO ESTADO DO TOCANTINS

Alessandra Polastrini³⁴

³⁴Bacharel em Zootecnia, licenciada em Ciências Biológicas, especialista em Ensino de Ciências e Biologia e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional em nível mestrado (UFT). E-mail: polastrini.zootecnia@hotmail.com.



Fundação Universidade Federal do Tocantins
Nilton Marques de Oliveira³⁵

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Rodolfo Alves da Luz³⁶

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Manoel Xavier Pedroza Filho³⁷

Embrapa Pesca e Aquicultura/Fundação Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Cultura, Economia e Desenvolvimento Regional

Resumo

A pesquisa teve a finalidade de analisar a pecuária leiteira no estado do Tocantins. O recorte temporal adotado foi 1997, 2007 e 2017 e utilizou dados da pecuária leiteira no estado do Tocantins a partir do banco de dados SIDRA/IBGE. Observou-se um crescimento da produção e do valor da produção leiteira no estado. Também houve redução no número de vacas ordenhadas indicando uma melhora na produtividade do rebanho leiteiro. A atividade acontece tanto em pequenas quanto em médias e grandes propriedades do estado. O nível tecnológico da pecuária é baixo, o uso de tecnologias como Inseminação Artificial e ordenha mecanizada são baixos e a maior parte dos produtores não recebem assistência técnica. É possível melhorar a cadeia produtiva do leite e torna-la mais eficiente, mas para isso é fundamental dar especial atenção à educação básica, formação profissional e fornecer assistência técnica aos produtores do leite do Tocantins.

Palavras-chave: Leite. Produção. Tecnologias. Tocantins.

1. Introdução

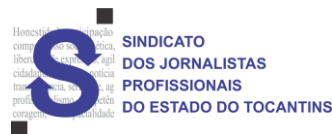
O agronegócio tem sido considerado o “braço forte” da economia brasileira. Diante da grave crise político-econômica enfrentada pelo Brasil nos últimos anos e que tem freado de maneira expressiva a economia nacional, o gerou milhões de empregos diretos e indiretos (SIDRA, 2019).

No caso da pecuária leiteira, esta é praticada em todas as regiões do Brasil (SILVA *et al.*, 2017). A relevância da atividade vai além do leite enquanto fonte de alimento e rendimentos financeiros regulares. Também é importante pela redução da pobreza no mundo, geração de

³⁵Bacharel em Economia, Mestre Economia Aplicada, Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: niltonmarques@mail.uft.edu.br.

³⁶Licenciatura em Geografia, Mestre e Doutor em Geografia Física pela USP, professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail:rodolfodaluz@mail.uft.edu.br.

³⁷Bacharel em Engenharia Agrônoma, Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, Doutor em Economia pelo SupAgro/ França (2010), pesquisador em economia e gestão da inovação da Embrapa Pesca e Aquicultura e professor associado da Universidade Federal do Tocantins. E-mail:manoel.pedroza@embrapa.br.



emprego e renda, redução do êxodo rural, arrecadação de tributos, proporcionando melhor qualidade de vida aos produtores (ACETO *et al.*, 2017; JUNG; MATTE JÚNIOR, 2017).

Passando a ocupar a terceira posição no ranking mundial de produção de leite, o Brasil produziu em 2017 aproximadamente 33,5 bilhões, atrás apenas dos EUA (97,7 bilhões) e da Índia (83,6 bilhões) (FAOSTAT, 2019). O Brasil apresentou um crescimento de quase 400% na produção de leite da década de 1970 até 2017, o que evidencia a expressividade que a cadeia leiteira tem apresentado no país (FAOSTAT, 2019).

O estado do Tocantins possui um efetivo bovino de 8,6 milhões cabeças (SIDRA, 2019) e produção leiteira de 385,5 milhões de litros (SIDRA, 2019). São mais de 528 mil vacas ordenhadas com produtividade de 730 litros/vaca/ano. No município de Palmas, a produção de leite gira em torno de 2,7 milhões de litros (SIDRA, 2019).

Este artigo teve a finalidade de analisar a pecuária leiteira no estado do Tocantins. Assim sendo, alguns questionamentos podem ser levantados. Como anda a pecuária leiteira no Tocantins? Esta evoluiu nos últimos anos ou permanece estagnada? A produção está concentrada em grandes, médias ou pequenas propriedades? Qual o nível tecnológico da atividade no Tocantins?

3. Metodologia do estudo

O recorte territorial adotado no estudo foi o estado do Tocantins. A escolha dessa região para o estudo se justifica pelo fato do agronegócio ser destaque, sendo uma das unidades da federação com maior tradição pecuária desde o início de sua história. O estudo foi desenvolvido de novembro de 2018 a maio de 2019. O corte temporal aplicado na presente pesquisa foi o de 1997 a 2017. A pesquisa se caracteriza por ter abordagem quantitativa, sendo de natureza pura.

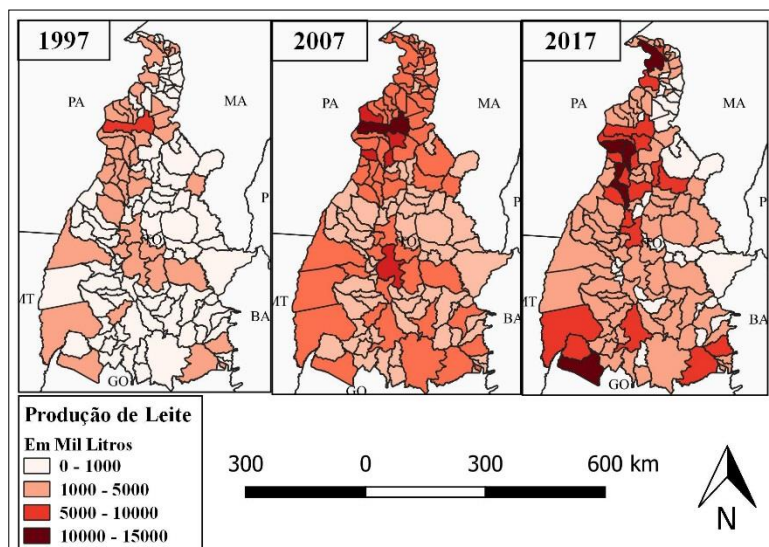
Com vistas a análise regional adotou-se o Quociente Locacional (QL), relacionado a área da propriedade (pequenas, médias e grandes) na produção de leite. Este indicador foi usado decorrente de sua simplicidade e robustez. A notação do QL pode ser exposto da seguinte forma, de acordo com (ALVES, 2012).

A formula é $QL = (T_{ij} \div Tit) / (T_{tj} \div T_{tt})$, em que T_{ij} é a área usada no município i na atividade j ; Tit é a área usada no município i em todas as atividades; T_{tj} é a área usada no estado do Tocantins na atividade j ; T_{tt} é a área usada no estado do Tocantins em todas as atividades. O QL pode ser analisado a partir de modalidades específicas ou no seu conjunto. Quando $QL \geq 1$ a proporção de áreas empregadas na bovinocultura de leite em uma unidade geográfica específica é maior que a proporção de terras empregadas na unidade geográfica de referência. A base de dados utilizada foi o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Os dados foram analisados, tabelados e transferidos para o Microsoft Office Excel®.

4. Resultados e discussões

Os dados disponíveis evidenciaram uma evolução significativa da produção leiteira no estado do Tocantins. A produção de leite no estado aumentou em mais de três vezes em trinta anos, saltando de 138 milhões de litros em 1997 para 432 milhões de litros em 2017 (SIDRA, 2019). A figura 1 apresenta essa evolução da produção leiteira no estado entre 1997 e 2017.

Figura 2: Evolução da produção de leite no Tocantins de 1997 a 2017.

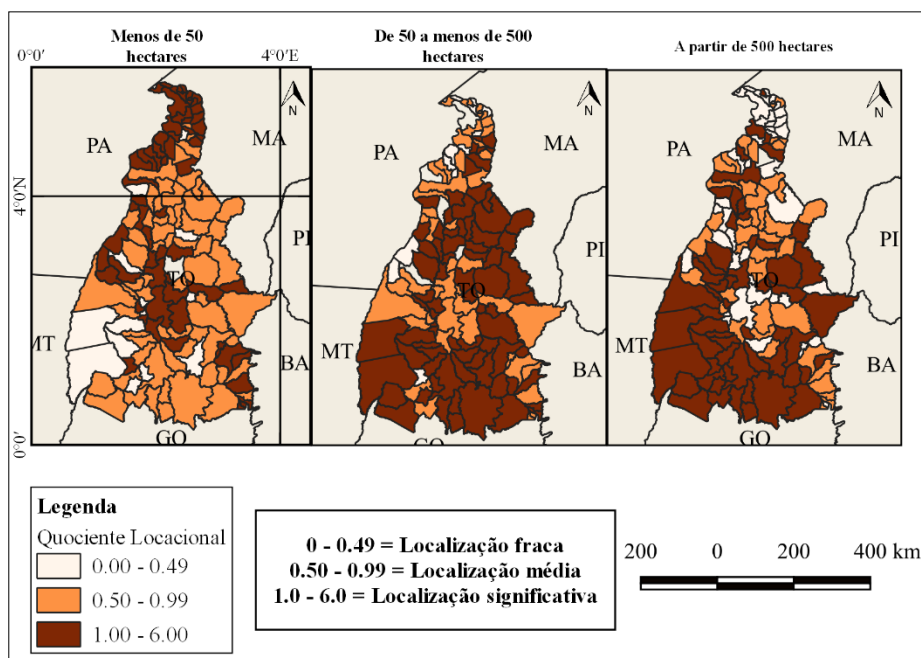


Fonte: Autores através de dados do SIDRA (2019).

O município de Araguaína se destacou com relação a produção de leite em 1997 e 2007. Porém, se verifica que na última década o município apresentou recuo na produção de leite e foi observado uma ascensão de outros municípios como Araguaçu, Araguatins, Arapoema, Bandeirantes do Tocantins, Colmeia e Pequizeiro. Essa elevação da produção leiteira se refletiu em elevação também em valores monetários SIDRA (2019).

O QL referente ao número de estabelecimentos que produzem leite em função do tamanho da área (hectares) apontou que existe uma concentração importante da produção de leite em propriedades maiores de quatro módulos fiscais. Foi constatada a especialização de pequenas propriedades no extremo norte e na região central do estado, incluindo a capital Palmas. Na região sudoeste houve maior especialização na produção de leite em propriedades maiores. Mas de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, a maior parte do leite produzido no Tocantins, ou seja 60% (109 milhões de litros), é oriundo da agricultura familiar. Para essa variável (produção de leite da agricultura familiar) os dados do último Censo Agropecuário/2017 (SIDRA, 2019) não estão disponíveis, o que pode justificar em parte a contradição encontrada. A figura 2 apresenta resultados do QL.

Figura 3: Especialização produtiva das propriedades produtoras de leite no Tocantins em função do tamanho do estabelecimento.



Fonte: Autores através de dados do SIDRA (2019).

No que se refere a caracterização regional da atividade, outros pontos importantes foram diagnosticados neste estudo. Conforme resultados encontrados, atualmente quase 18% (11284) dos produtores não sabem ler e escrever, habilidade básica para realizar essa atividade (SIDRA, 2019). Além disso, mesmo o percentual que sabe ler e escrever, geralmente apresenta baixo grau de escolaridade. Esses são fatos que impactam negativamente a bovinocultura leiteira no estado (SIDRA, 2019).

Dados de 2006 do SIDRA (2019) mostraram que 76% (43194) dos produtores não recebem assistência técnica. Apenas 7,9% (4439) recebem assistência técnica regular e 15,8% (8934) recebem assistência técnica ocasionalmente. Em 2017 os resultados encontrados foram ainda piores, quando atingiram a marca dos 86% (43323) dos produtores não receberam assistência. Esses resultados explicam o baixo desempenho em muitos estabelecimentos produtivos. Ao associar esse *déficit* de assistência técnica à baixa escolarização dos produtores se tem um cenário que dificulta o desenvolvimento efetivo da cadeia do leite.

Quando se avalia o uso de tecnologias, verifica-se um baixo nível tecnológico. Em 2006 pouco mais de 1% dos estabelecimentos tinham adotado a ordenha mecanizada (SIDRA, 2019).

Apenas 0,2% (22) dos estabelecimentos realizavam a Transferência de Embriões (TE) e apenas 1% (150) Inseminação Artificial (IA) (SIDRA, 2019). Os dados de 2017 não estão disponíveis mas provavelmente houve uma melhora no nível tecnológico das propriedades leiteiras, acompanhando o aumento da produção, valor da produção (possivelmente pagamento por qualidade) e produtividade leiteira. Porém, como os dados de 2006 foram extremamente baixos, acredita-se que por mais que tenha havia uma melhoria expressiva provavelmente ainda precisam ser haver uma evolução mais acentuada. A TE e a IA são grandes ferramentas para o melhoramento genético dos rebanhos e, conseqüentemente, a produção e produtividades além da qualidade, uma vez que algumas raças e/ou linhagens produzem leite com características superiores e que agregam maior valor

5. Considerações finais

A cadeia apresentou crescimento da produção de leite de 1997 a 2017. Também houve melhora na produtividade, representada pelo número de vacas ordenhadas. Também houve uma melhora significativa na infraestrutura de transporte e logística do estado, o que favoreceu a pecuária de leite e balizou seu desenvolvimento no estado.

A cadeia na região sudoeste do estado apresenta maior especialização das grandes propriedades na produção de leite e na região central e extremo norte maior concentração de pequenas propriedades na atividade leiteira.

Ainda persistem o analfabetismo, o baixo nível de escolaridade e a deficiente assistência técnica. Em um mundo globalizado é de suma importância para a pecuária leiteira que seus atores estejam preparados para uma nova forma de produção. Mais pesquisas são necessárias para se conhecer melhor a pecuária a nível regional e municipal.

Referências

ACETO, M. *et al.* Role of lanthanides in the traceability of the milk production chain. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, 65, p. 4200-4208, 2017.

ALVES, L. R. **Indicadores de localização, especialização e estruturação regional**. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (orgs.). *Análise regional: metodologias e indicadores*. Curitiba: Camões, 2012.

FAOSTAT. **Livestock primary**. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/?#data/QL>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

JUNG, C.F.; MATTE JÚNIOR, A.A. Produção leiteira no Brasil e características da bovinocultura leiteira no Rio Grande do Sul. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v.19, n.01, p. 34-47, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/8446>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SILVA, A.M. *et al.* Bovinocultura leiteira, cadeia produtiva, agronegócio. **Nutritime Revista Eletrônica**, on-line, Viçosa, v. 14, n.1, p. 4954-4958, 2017.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. 2018. **SIDRA 2019**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

ANÁLISE DO TERMO FEMINICÍDIO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (2017)

Cleide das Graças Veloso dos Santos³⁸

Universidade Federal do Tocantins

Cynthia Mara Miranda³⁹

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Estudos em mídia, Ética e Gênero

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Resumo

Este resumo expandido trata da análise do uso do termo feminicídio nas publicações que se referiram ao assassinato de mulheres, na versão on-line do jornal *Folha de S. Paulo* em 2017. No período analisado, a Lei nº 13.104/2015, que prevê os agravantes desse crime praticado por um companheiro ou ex-companheiro contra a mulher, no Brasil e que o tornou esse crime hediondo, completava dois anos de vigência. Sob o método da Análise de Conteúdo e Análise de Conteúdo Digital, a pesquisa investigou a amostra do veículo, com o objetivo de promover uma reflexão sobre a pauta feminicídio e o papel social do jornalismo, como ferramenta de acesso à informação e sensibilização social, para combate desse crime. Nos recortes amostrais analisados evidenciou-se a carência do uso do termo feminicídio em pautas sensibilizadora sobre as implicações desse tipo de violência contra a mulher, das penalidades previstas em lei e dos desfechos legitimados pela justiça. No período analisado, apesar do veículo ter adotado o termo na maioria dos recortes amostrais, a maioria destas publicações não possuía uma mensagem sensibilizadora para contribuir com o combate do feminicídio.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo. Feminicídio. Folha de S. Paulo. Jornalismo On-line.

1. Introdução

A emergência de políticas públicas e alternativas para combate do feminicídio, no Brasil, se evidencia nos frequentes assassinatos de mulheres, como registrado no Atlas da Violência (2019)⁴⁰, que aponta o país entre os mais violentos para mulheres. A sensibilização

³⁸ Cleide das Graças Veloso dos Santos. Mestra em Comunicação e Sociedade (UFT), Especialista em Ensino de Comunicação e Jornalismo (Opaje/UFT), MBA - Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa (Unesa/RJ), Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UFT), jornalista(GOV-TO). E-mail: cleide.veloso13@gmail.com.

³⁹ Doutora e mestre em Ciências Sociais (UnB), graduada em Comunicação/Jornalismo (UFT), professora do curso de Jornalismo e da Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (UFT). E-mail: cynthiamara@uft.edu.br.

⁴⁰ Atlas da Violência (2019) produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), traz dados de 2017 e de anos anteriores, publicado em 5 de jun 2019.

social é considerada ferramenta essencial para o combate do feminicídio. Mas, a mensagem midiática pode contribuir ou não, com a desconstrução do vocabulário da violência.

Em 2017, a Lei nº 13.104/2015⁴¹, tipificadora do feminicídio praticado pelo atual ou ex-companheiro da vítima e que tornou esse crime hediondo⁴²; completava dois anos de vigência. Sob o método da Análise de Conteúdo e da Análise de Conteúdo Digital; a pesquisa da cobertura jornalística, que se refere ao assassinato de mulheres, na versão on-line do jornal *Folha de S. Paulo*, de 01/01 a 31/12/2017, avalia o uso do termo feminicídio, na amostra. O veículo se elegeu por ter circulação nacional, ser propagador de ideias, formador de opinião e se destacar entre os mais acessados na pesquisa Análise de Mídia (ANDI, 2014)⁴³.

Esse estudo busca contribuir com as reflexões já iniciadas sobre a pauta feminicídio e o papel social do jornalismo; com amparos conceituais sobre a violência contra a mulher, o feminicídio e a desigualdade de gênero, como segue no próximo título.

2. Fundamentação Teórica

Diariamente, o ciclo da violência contra a mulher se encerra com o feminicídio, alguns casos são repercutidos na imprensa. A Organização Mundial da Saúde (2002) define a violência como uso intencional da força ou poder. Para Segato (2003) é preciso compreender a lógica dos agentes irracionais, pois a sociedade se referencia nas ideias compartilhadas.

Pateman (1988 *apud* SELFA, SPINELLI, 2017)⁴⁴ consideram o contrato social e sexual, formas de estabelecer relações sob subordinação. Para Bourdieu (2003) a violência simbólica são imposições de domínio que determina posições sociais. Na mídia, essa violência se reproduz em mensagens que perpetuam a subordinação da mulher (MIRANDA, 2017). Segundo Gomes (2018), esse discurso chega a responsabilizar a vítima pela agressão.

Para Lommi (2013), o objetivo do agressor é impor seu domínio sobre a mulher, ao esgotar os recursos que evita a separação, ele parte para agressão; e as frases e jargões reforçam

⁴¹ Lei nº 13.104/2015 que tipifica o feminicídio praticado pelo atual ou ex-companheiros, por menosprezo ou discriminação à condição de mulher, no Brasil, publicação disponível no site do Palácio do Planalto.

⁴² Na Lei 8.930/1994, altera a Lei 8.072/1990 são crimes tipificados no Decreto-Lei 2.848/1940-Código Penal.

⁴³ Análise de Mídia (2014) da ANDI - Comunicação e Direito, disponível no site <<http://www.andi.org.br/>>.

⁴⁴ Publicação sob o título As críticas de Carole Pateman e Susan Okin à dicotomia Público/Privado na Revista Sociais & Humanas (UFMS), em 2018.

a violência e ações dos agressores. Segato (2016) alerta que atos violentos tomados como mensagem influenciam a linguagem, que deve ser desinstalada do vocabulário social.

Segundo Cerqueira (2008, p. 161-162), o "discurso jornalístico reproduz atitudes e ideologias que legitimam a dominação". Christofolletti (2008) recomenda o desprendimento de valores e opiniões pessoais. Steiner (2017) conta que sob resistência masculina, as mulheres entraram nas redações e se tornaram maioria, mas os cargos de direção permanecem no domínio dos homens. Em 2018, o *Clarín de Buenos Aires*⁴⁵ destacou o curso da subeditora do *El Tiempo da Colombia*, Jineth Bedoya, que relata sua experiência, como vítima da violência e desigualdade de gênero no jornalismo. O relatório da Fenaj (2018)⁴⁶ aponta 227 vítimas, com 23,08% de mulheres, em 2017. Então, Segato (2018)⁴⁷ considera a reflexão, uma ferramenta essencial para a percepção social. O próximo título traz a metodologia adotada.

3. Metodologia do estudo

A pesquisa se concentrou na análise qualitativa da cobertura jornalística, que se refere ao assassinato de mulheres, na versão on-line do jornal Folha de S. Paulo (2017), para avaliar o uso do termo feminicídio, sob o método da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e da Análise de Conteúdo Digital de Jorge (2015). Para tanto, utilizou-se a pesquisa documental na coleta dos dados e a pesquisa bibliográfica na compreensão das especificidades da análise em comunicação e jornalismo, violência contra a mulher, feminicídio e desigualdade de gênero.

A escolha do jornal considerou o perfil da mídia integrante do Grupo Folha, com circulação diária, abrangência nacional e leitores de várias faixas etárias, em ambos os sexos (FOLHA, 2018). Na busca do *site* foram usadas Unidades de Registro (UR's), como "Feminicídio" (Tipificador); e "Outros Termos" (Não-Tipificador), entre esses, homicídio, crime passionai, assassinato de mulher; bem como, baleada, estrangulada e queimada.

Após o tratamento dos dados verificou-se no *Folha de S. Paulo*: 1) a quantidade de publicação com o termo feminicídio e outros termos; e 2) a frequência do termo feminicídio e

⁴⁵ Por Mariana Iglesias, sob o título "Los medios de comunicación tienen una deuda histórica con las mujeres", no jornal *Clarín de Buenos Aires*, em 2018, disponível na mídia on-line do veículo.

⁴⁶ Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2018) da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), publicado no site da instituição em 18 de janeiro de 2019.

⁴⁷ Palestra El periodismo y el espejo de la reina mala, Rita Segato, no XII Encuentro Nacional de la Red PAR, 18 ago. 2017, publicado na rede social no link < <https://www.youtube.com/watch?v=VisFuMndGZE>>.

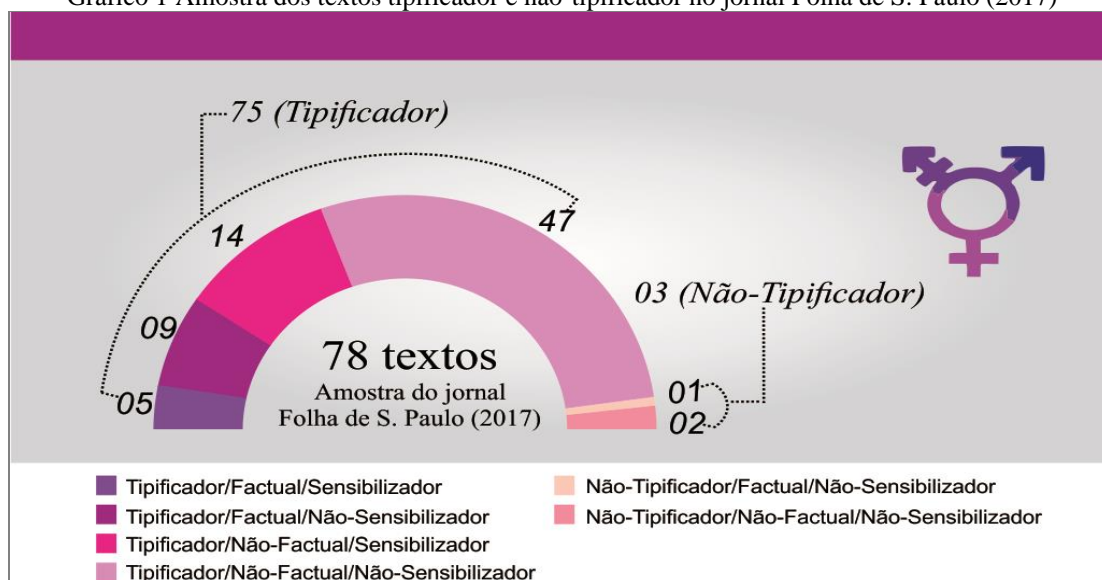
outros termos no conteúdo. A amostra foi categorizada, como: tipificador (termo feminicídio) e não-tipificador (outros termos); factual (relato da ocorrência) e não-factual (abordagem do assunto); sensibilizador (com contextualização) e não-sensibilizador (sem contextualização).

Para Gagniere e Lauri (2013), a falta do termo feminicídio favorece amenizadores, impede a tipificação, o contexto e o combate ao crime. O Dossiê Feminicídio (2016)⁴⁸ destaca entre outros, “ataque de ciúme” e “perdeu a cabeça”. Dessa forma, emerge-se o problema da pesquisa sobre o uso do termo feminicídio. O título a seguir traz os resultados e discussões.

4. Resultados e discussões

No *Folha de S. Paulo* (2017) foram localizados 78 publicações, sendo 75 textos com uso do termo "feminicídio" ou 96,15% da amostra; e 03 com uso de "outros termos" ou 3,85% dos recortes. Foram identificados 14 textos ou 17,94% como tipificador factual, com 6,41% sensibilizador e 11,53% não-sensibilizador. Outros 61 textos ou 78,20% como tipificador não-factual, com 17,94% sensibilizador e 60,25% não-sensibilizador. E ainda, 01 texto ou 1,28% como não-tipificador factual; e 02 textos ou 2,56% como não-tipificador não-factual, ambos não-sensibilizadores. O Gráfico 1 ilustra a amostra e as categorizações, a seguir.

Gráfico 1 Amostra dos textos tipificador e não-tipificador no jornal Folha de S. Paulo (2017)

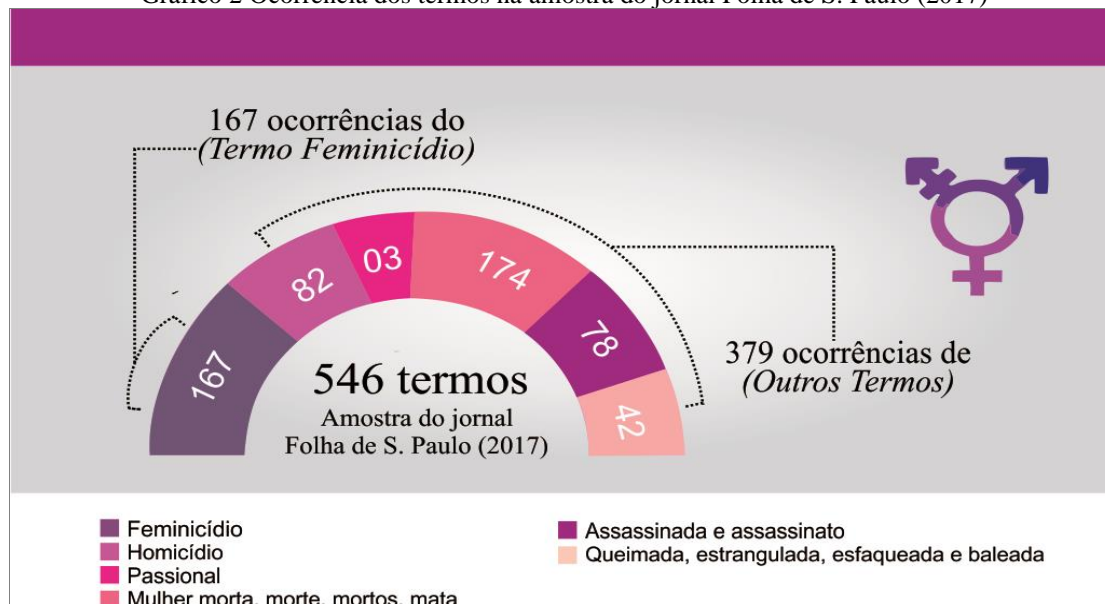


Fonte: Santos(2019).

⁴⁸ O Dossiê Feminicídio (2016) elaborado pelo Instituto Patrícia Galvão, publicado no site da organização.

O Gráfico 2 ilustra a frequência dos termos na amostra, conforme apresentado a seguir.

Gráfico 2 Ocorrência dos termos na amostra do jornal Folha de S. Paulo (2017)



Não foi encontrado texto não-tipificador e sensibilizador. Apesar de a maioria citar o termo feminicídio, mais de 71% era não-sensibilizador. Foram identificadas 167 ocorrências do termo feminicídio e 379 de outros termos; logo, para cada termo tipificador foram identificadas 2,26 vezes mais, os termos não-tipificadores, nessa amostra.

5. Considerações finais

A pesquisa alcançou os objetivos específicos propostos e promoveu uma reflexão sobre a importância do uso do termo feminicídio na cobertura jornalística para o combate desse crime. Na análise evidenciou-se que, apesar da adoção do termo tipificador, a maioria dos textos da amostra ainda carecia de contextualização sobre as implicações permeadas na prática do feminicídio. O estudo não encerra questões, mas deixa uma contribuição para continuidade das reflexões sobre a pauta feminicídio e o papel social do jornalismo.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CERQUEIRA, C. B. A Imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. **Observatorio Journal**. Portugal: U. Minho, ed. 5, p. 139-164, 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/55621464.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, p. 11-12, 2008.

GAGNIERE, L; LAURI, M. A. Los Femicidos desde un punto de vista legal. In: RICO, A. B. et al. **Por Ellas... 5 años de Informes de Femicídios**. Observatorio de Femicídios en Argentina “Adriana Marisel Zambrano”. 1 ed. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 27-33, 2013.

GOMES, L. S. A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. [On-line] **Dissertação**. Mestrado Comunicação e Sociedade. Palmas: UFT, 2018. 81f. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/985>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

JORGE, T. M. (Org.). **NOTÍCIA EM FRAGMENTOS Análise de conteúdo no jornalismo**. Série Jornalismo e Sociedade, vol. 1. Brasília: UnB, 2015.

LAGARDE, M. **Del femicidio al feminicidio**. Universidad Nacional de Colombia: Desde el Jardín de Freud, n. 6, p. 216-225, 2006. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MIRANDA, C. M; PARENTE, T. G. **Plataforma de Ação de Pequim, avanços e entraves ao gender mainstreaming**. Opsi, v. 14, p. 413-428, 2014.

RICO, A. B; LOMMI, S. G. El hogar puede ser el infierno tan temido. In: RICO, A. B. et al. **Por Ellas... 5 años de Informes de Femicídios**. Observatorio de Femicídios en Argentina “Adriana Marisel Zambrano”. 1 ed. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 61-62, 2013.

SEGATO, R. L. **Las Estructuras Elementales de la Violencia** - 1a ed. - Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. 264 p.

STEINER, L. **Gender and Journalism**. [On-line] Critical/Cultural Studies , Gender (Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Studies), Journalism Studies, Mass Communication. Oxford University, 2017.

AS NOVAS COMPETÊNCIAS DO JORNALISMO E O EMPREENDEDORISMO PARA UM MERCADO EM CONSTANTE MUTAÇÃO

Gabriela Pereira Melo⁴⁹

Universidade Federal do Tocantins

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior⁵⁰

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Comunicação e tecnologias

Resumo

Esta pesquisa amplia o debate sobre como o meio acadêmico dispõe das competências do jornalismo e se a Universidade Federal do Tocantins fomenta a formação de novos campos de trabalho por meio do empreendedorismo. Pretende-se compreender a atuação da Universidade pela manutenção da profissão que, com o advento de cada tecnologia e modos de convívios sociais, tem exigido reinvenção do profissional de modo a considerar o comportamento do público e o constante movimento da informação. Trata-se de uma pesquisa empírica com resultados que apontam para uma deficiência na cultura do empreendedorismo no ensino em jornalismo.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Ensino em jornalismo. Trabalho do jornalista. Mudanças no jornalismo.

1. Introdução

Diante das exigências encontradas pelo jornalista no mercado de trabalho e as constantes mudanças apresentadas pelo mundo globalizado, busca-se na temática do ensino, inovação e tecnologias envoltas ao jornalismo, estudar o papel da universidade e das competências formativas por ela trabalhadas neste contexto na necessidade da formação de novos campos de trabalho e geração de renda.

Esta pesquisa apresenta como problemática o estudo de como o meio acadêmico dispõe das competências do jornalismo e se a Universidade Federal do Tocantins fomenta a formação

⁴⁹ Jornalista formada pela UFT, com especialização em Ensino de comunicação/jornalismo, membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão “Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino” e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). E-mail: gabrielamelogpm@gmail.com

⁵⁰ Doutor em Comunicação (UFBA), é jornalista e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão “Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino”. É professor na UFT e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com

de novos campos de trabalho por meio do empreendedorismo. Com o objetivo de compreender a atuação da Universidade pela manutenção da profissão que, com o advento de cada tecnologia e modos de convívios sociais, tem exigido reinvenção do profissional de modo a considerar o comportamento do público e o constante movimento da informação.

Em discussão sobre as novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação em 2013, é necessário entender como essas novas diretrizes definiram os novos rumos da formação em jornalismo, desenvolvendo competências que podem contribuir com a formação da jornalista e para o meio profissional. De modo a possibilitar uma análise, serão discutidas as competências gerais estabelecidas no documento.

2. Fundamentação Teórica

Com a publicação das novas diretrizes estabelecidas, as Instituições de Ensino tiveram o prazo de dois anos para adequar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) às mudanças estabelecidas. Para alcançar os objetivos propostos, “algumas disciplinas devem permear o processo formativo e [...] contar com aspectos práticos desde o começo do curso” (PORTO JÚNIOR; SILVA, 2016, p. 242).

As competências gerais estabelecidas pela Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, trazem o perfil que as universidades devem se preocupar em formar, tanto na perspectiva do conhecimento teórico, como prático.

A começar, exige-se um conhecimento histórico, social, cultural, econômico e político, considerando os direitos humanos, o pluralismo de ideias e as diversidades regionais, seja no contexto nacional ou internacional. Conceitos inerentes às disciplinas como antropologia cultural, sociologia, filosofia. Além disso, as diretrizes determinam que o egresso deva saber identificar a relevância e o interesse público de temas da atualidade, competência que exige um saber contextualizado e pertinente aos valores notícia ensinados em disciplinas específicas sobre jornalismo.

O domínio da língua portuguesa escrita e oral, além do domínio instrumental de mais dois idiomas, preferencialmente, inglês e espanhol é exigido. Entende-se, portanto, pela

amplitude subjetividade na escolha do idioma, que não se trata de uma responsabilidade exclusiva da universidade de ofertar as possibilidades de conhecimento dos idiomas, mas também do aluno de buscar o aperfeiçoamento, como é colocado mais adiante quando determina que o egresso deve compreender que o aprendizado é permanente. Conceito que pode ser plantado no ensino, mas deve ser desenvolvido pelo aluno, egresso e profissional a partir de suas perspectivas de carreira.

É exigido que o egresso seja capaz de interagir com pessoas diversas, entendendo a variedade de grupos sociais e níveis de escolaridade. Questão inerente a quem deve ter acesso à sociedade, para produzir notícias com conteúdo. Além disso, como exigido pelo meio profissional, deve saber trabalhar em equipe diante de sua diversidade.

O jornalista formado na atualidade deve também saber lidar com as novas tecnologias, diante das mudanças estruturais, buscando a inovação. Nesse contexto, há de se destacar o “multitarefa”, um termo não utilizado explicitamente nas novas diretrizes estabelecidas, mas exigido pelo trabalho aos profissionais, reflete uma realidade precária de trabalho que merece atenção nesta pesquisa. Segundo Canavilhas (2008, p. 51) “tendencialmente, o trabalho dos jornalistas passará a ser multitarefa, e orientado para multiplataformas, pelo que o ensino só tem uma saída: formar profissionais para esta nova realidade”.

O profissional deve compreender e ter senso crítico em relação aos constrangimentos ocorridos na atuação profissional, como apresentado acima nas violências ocorridas com jornalistas. Por fim, mas inerente a todo processo, o jornalista deve atuar com discernimento ético, o que implica uma soma de valores pessoais e conhecimento acerca da legislação e código de ética do jornalismo.

A palavra “empreendedorismo” aparece uma vez no documento em formato de possibilidade de disciplina optativa ofertada pelos cursos. A palavra “empreendedor” aparece duas vezes, uma como referencial para o ensino, outra como objetivo específico do curso. Porém, não aparece como competência formativa, nem mesmo é compreendida pelo objetivo geral atribuído ao curso que implica “preparar para o exercício da profissão jornalistas capazes de sistematizar, organizar e divulgar as informações de interesse público, atuando em diversos meios de comunicação com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética e crítica” (BRASIL, 2009, p. 24).

A ideia do empreendedorismo na profissão do jornalista é relativamente nova e vem sendo implantada tanto no sentido de novos mercados quanto no empenho laboral. Mas nessa ótica, “a compreensão acadêmica está ficando para trás do rápido movimento que a indústria está fazendo em direção ao empreendedorismo” (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 21).

É possível atribuir esse atraso mencionado à velocidade das mudanças na comunicação que “acompanha ainda uma alteração na produção diária dos jornalistas”, nas mudanças tecnológicas e sociais por meio dessas tecnologias, a considerar novas formas de financiamento do empreendimento jornalístico e de relacionamento com o público (GROHMANN, 2012, p. 11).

3. Metodologia do estudo

Optou-se por um levantamento bibliográfico e documental de modo a contribuir com a compreensão e discussão do tema. Dentre os tipos e estruturas, além da tipologia qualitativa, do caráter documental e bibliográfico, da utilização da entrevista como um instrumento, uma abordagem descritiva e explicativa, esta pesquisa se classifica como empírica e de campo. A devolutiva ocorre por meio de publicações científicas disponíveis ao acesso. Para interpretar a entrevista e os documentos estudados, foi utilizado o método da análise de conteúdo por Bardin (1977).

A pesquisa qualitativa ocorreu com entrevistas com participantes não identificados com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino público superior de ensino, aplicados a quatro egressos da Universidade Federal do Tocantins que tenham terminado a graduação no período de cinco a dois anos. Os egressos foram selecionados de acordo com a disponibilidade em participar da pesquisa anunciada.

4. Resultados e discussões

Em entrevistas realizadas com quatro egressos da Universidade Federal do Tocantins, foi perguntado sobre quais são as competências que acreditam que um jornalista precisa ter para desenvolver o seu trabalho e se a universidade contribui com elas. As respostas citadas para as

competências foram: “responsabilidade, credibilidade, ter conhecimento em tudo, como conversar, como abordar pessoas, levar a informação, conhecimento, curiosidade, resiliência, ética, saber escrever, ser coerente com aquilo que diz, ter postura profissional”.

Sobre a universidade contribuir com essas competências, três afirmaram que sim, e uma afirmou que em alguns momentos. Um apontamento feito por um dos entrevistados foi a falta de incentivo ao empreendedorismo, o que traria fomento para a economia e contribuiria para o desenvolvimento social.

*[...] Eu não acredito que a universidade incentiva a pessoa a empreender, que seja no mercado de trabalho onde ela tá atuando ali mesmo, porque empreendedorismo não é só do ramo privado né. Por exemplo, dentro do setor público você pode sim empreender, pode inovar, pode fazer coisas diferentes. Nesse quesito eu não acredito que ela incentiva muito, mas agora dessas competências específicas que está na grade curricular dela, ela cumpre [...].*⁵¹

⁵¹ Fala de um dos entrevistados não identificados.

5. Considerações finais

De modo a responder a problemática apresentada sobre como o meio acadêmico tem disposto as competências do jornalismo e se a Universidade Federal do Tocantins tem fomentado a formação de novos campos de trabalho por meio do empreendedorismo; além de cumprir o objetivo de compreender a atuação da Universidade pela manutenção da profissão, esta pesquisa realizou as discussões e conclui que há uma deficiência no ensino voltado para esse aspecto e deve ser corrigida de modo a contribuir com a manutenção do mercado de trabalho.

Além do espaço limitado ao assunto no novo Projeto Pedagógico do Curso, os egressos não se lembram do empreendedorismo entre as competências citadas, apenas por um apontamento complementar levantado por um egresso como uma ausência. Entende-se que essa cultura do empreendedorismo não foi criada na formação do jornalista e os egressos aguardam se encaixar no mercado, não construir um novo. Portanto, é preciso rever a responsabilidade do indivíduo e, principalmente, a contribuição de quem o forma neste processo.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

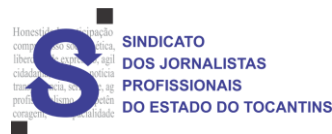
BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo**. Relatório da Comissão de especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009.

CANAVILHAS, J. M. M. **Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade**. In: jornalismo: mudanças na profissão, mudanças na formação, 2009, Braga, Portugal. Atas. Braga: Cecs, 2008. p. 49 - 56. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/717/1/ensino%20do%20jornalismo_2009.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Além do jornalismo**. Leituras do jornalismo, v. 2, n. 4, 2015.

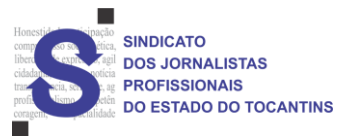
GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PÔRTO JÚNIOR, F. G. R; SILVA, S. S. C. **Formação em Comunicação/Jornalismo no Brasil: uma visão sobre as alterações nos PPC's de quatro universidades federais da Região Norte**. Jornada Interdisciplinar do PPGCOM/UFT- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Palmas, To, 8 a 11 de novembro de 2016.





**JORNADA
INTERDISCIPLINAR
PPGCOM/UFT**



ATIRANDO PARA TODOS OS LADOS (EM BUSCA DE GOL?); “FECHAMENTO”, CUMBIA, BARRA-BRAVA, CANDOMBLÉ E NOISECORE

Daniel Mittmann⁵²

PPGH-UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR

Eixo Temático de submissão: Narrativas imagéticas

Resumo

Na cidade de São Leopoldo, no subúrbio de Porto Alegre, desde o ano de 1936 uma pequena equipe de futebol busca sobreviver. A existência do Clube Esportivo Aimoré, o Índio Capilé, é simples: vive a brigar e habitar as segundas e terceiras divisões. Mesmo assim ao entorno do clube muitas subjetividades são forjadas e compartilhadas, dando brilho e cores variadas a personagens locais bem marcados. A ideia desse ensaio é nos intrometer em algumas experiências do time e da torcida, ou de torcedores, que vivem, sofrem e se alegram com o empobrecido time de futebol da cidade gaúcha. Vamos observar e comentar algumas vivências ligadas a práticas torcedoras, artísticas e esportivas. A diversidade é uma marca do time índio, e caboclo das religiões afro-brasileiras, em solo que se quer construir como berço da colonização alemã no país. O Aimoré é índio, caboclo, colono, punk, barra e nada disso.

Palavras-chave: Aimoré. São Leopoldo. Futebol. Torcer. Música Experimental.

1. Introdução

O texto que segue tem por objetivo, partindo de três imagens distintas, porém, potentes de aproximações, pensar a tradicional e pequena equipe de futebol do Clube Esportivo Aimoré e a cidade de São Leopoldo. Queremos mais especificamente nos imiscuir nas diversas relações possíveis de aproximação entre uma comunidade – os membros de uma cidade nesse caso – e a representação da mesma em uma equipe esportiva profissional. Lembramos aqui de um questionamento de Didi-Huberman (2012) em seu artigo *Quando as imagens tocam o real*: “a que tipo de conhecimento pode dar lugar a imagem?” As imagens que vamos comentar – e pensar – são, como referido acima, três. A primeira delas dá conta de um recorte de quatro jogadores do time do Aimoré no vestiário do estádio Monumental do Cristo rei participando de

52 formado em Filosofia pela UNISINOS, Rio Grande do Sul, especialista em Sociologia pela ESP - Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Mestre em Educação pela UNESP. Atualmente cursa o Mestrado em História, Cultura e Identidade pela UEPG, no Paraná. É bolsista no âmbito do acordo CAPES/Fundação Araucária e autor do livro "O Sujeito-Pixador: tensões acerca da prática da pichação paulista" (Multifoco, 2013). E-mail: prof.mittmann(a)gmail.com

um momento pré-jogo denominado de “*fechamento*”. A segunda fotografia é um recorte da torcida “barra-brava” *Los Reyes del Barrio* em jogo do Aimoré na cidade de São Leopoldo. Nessa imagem é possível notar a estética “argentina” da forma de torcer (*alentar*) dos jovens da banda da *Los Reyes*. E por fim, a terceira imagem, uma fotografia de um *show* na cidade de Porto Alegre, capital do RS, do grupo de música experimental e dadaísta Macedusss & As Desajustado Bando. Foto em que se pode notar as vestes (além do lixo) em referência ao Aimoré que os membros da Macedusss levam ao palco. O conjunto Macedusss é conhecido no cenário local – e *alternativo* nacional – como um representante fanático do Aimoré. A tentativa neste ensaio é cruzar três recortes de momentos e espaços distintos, mas todos ligados a um determinado time de futebol, e buscar entender o que uma prática mística como o *fechamento*, uma representação torcedora projetada do mundo *portenho* (argentino/uruguaio) e uma vivência artística alternativa e experimental podem ter em “comum”. Além do que, apoiando-se nessas fotos (recortes do real?), pensar e escrever sobre a vida cotidiana que circunda o Aimoré: e as práticas torcedoras oriundas da filiação de jovens e jovens adultos a esse grupo profissional de futebol.

2. Fundamentação Teórica

Sobe o *fechamento*, recorremos as palavras do antropólogo italiano Claude Patrognani (2019), que descreve tal prática como sendo:

“realizado pelos jogadores no interior do vestiário, mas não só, antes das partidas, ela consiste numa reza coletiva, estrondosa e em uníssono, do Pai Nosso católico, estando, nesta ocasião, todos os jogadores reunidos em círculo e apertando fortemente as mãos uns dos outros. Esta prática reveste-se de uma grande densidade simbólica uma vez que ela galvaniza e é capaz de condensar as principais mentalidades religiosas que compõem o pluralismo religioso brasileiro.”

Além dos grupos aqui abordados existe toda uma gama de variedades dos chamados “torcedores genéricos” (TOLEDO, 2013). Afinal, para quem acompanha o universo do futebol, e mais especificamente dos clubes desse esporte, sabe que existem “formas ou estilos de torcer” muito distintas, as quais “tratam das estilizações de práticas torcedoras em proximidade com

outros agentes (policiais militares, promotoria pública, de alteridade que supõe adesões variadas dentro do universo do clubismo” como afirma Toledo (2013) em artigo que aborda o “Corintianismo como forma de torcer”.

3. Metodologia do estudo

O atual trabalho é um ensaio que parte de uma pesquisa de mestrado em história que leva o nome de “Pensar Um Futebol-Menor; Identidade e Imagem de cidade na produção de torcida nos jogos do Clube Esportivo Aimoré (São Leopoldo, RS)”. A ideia é, a partir de uma escrita oriunda de uma reflexão mais livre, pensar nas diferentes frentes (devires) de ser um “índio” capilé no extremo sul do Brasil.

4. Resultados e discussões

O texto que segue tem por objetivo, partindo de três imagens distintas, porém, potentes de aproximações, pensar a tradicional e pequena equipe de futebol do Clube Esportivo Aimoré e a cidade de São Leopoldo. Queremos mais especificamente nos imiscuir nas diversas relações possíveis de aproximação entre uma comunidade – os membros de uma cidade nesse caso – e a representação da mesma em uma equipe esportiva profissional.

5. Considerações finais

No texto que acabamos de ler travamos contato com a realidade de um, entre tantos, times de futebol das divisões menos nobre do futebol. No caso específico do Aimoré nos referimos a segunda e ou terceira divisão do campeonato regional local: o conhecido Campeonato Gaúcho. Desde a sua fundação em 1936, um ano antes da instauração do Estado Novo, o Aimoré jogou apenas uma única partida de um campeonato nacional: a saber a Copa do Brasil de 2017, jogo a qual perdeu. Mesmo com a pequena significância em termos de resultados o Aimoré segue mexendo com torcedores ligados a diversos universos do cotidiano: seja a arte de vanguarda, punk-noise, ou as torcidas de origem argentinas, as chamadas *barra-bravas*. Nesse pequeno ensaio, além de ler, também tivemos a oportunidade de ver (imagens, fotos) dessas experiências. A *Los Reyes del Barrio* e os amalucados da

Maceduss & As Desajustados Bando seguem fechados com o colono/caboclo *Índio Capilé*, e resistem.

Referências

CIDADE, Everton Luiz. *A Babilônia ficará pela cyber Periferia (entrevista com Maceduss)*. Rádio Armazém. Santa Mária, 2018. Acesso em 02/06/2019: http://radioarmazem.net/default.php?pagina=blog.php&site_id=7817&pagina_id=136357&tipo=post&post_id=454

DIDI-HUBERMAN, G. *Quando as imagens tocam o real*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes – EBA/UFMG. v.2, n.4. p. 204-219, nov. 2012.

PETROGNANI, Claude. *Religião e futebol no Brasil: Análise do “fechamento”*. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. Vol.19 no.1 Porto Alegre, jan/abr, 2019.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Quase lá: A Copa do Mundo No Itaquerao e os impactos de um megaevento na socialidade torcedora*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 149-184, jul./dez. 2013.

ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA REDE DE PROTEÇÃO

Mírian Carvalho Lopes⁵³

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Ana Cristina Serafim da Silva⁵⁴

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares

Resumo

Pretendeu-se investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas e identificar as características desse fenômeno na cidade de Miracema do Tocantins; caracterizar os encaminhamentos e a atuação das escolas públicas no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes; caracterizar o suporte organizacional das escolas públicas para viabilizar a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Para coleta de dados, foi aplicado um questionário. Para análise dos dados utilizou-se o Iramutec e também o SPSS. Conclui-se que muitos dos profissionais entrevistados não identificam sua instituição como parte da Rede, há um desconhecimento da legislação que protege esses sujeitos. Não há uma atuação em rede na cidade.

Palavras-chave: Direitos da criança. Rede de proteção. Violência sexual a crianças e adolescentes.

1. Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que busca entender o papel das Escolas na Rede de Proteção. Pretendeu-se, através dessa pesquisa, investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas e identificar as características desse fenômeno na cidade de Miracema do Tocantins; Caracterizar os encaminhamentos e a atuação das escolas públicas no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes; Caracterizar o suporte organizacional das escolas públicas para viabilizar a promoção dos direitos da criança e do adolescente com relação violência sexual.

⁵³ Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema do Tocantins. PIVIC/UFT. E-mail: mirianatikum@gmail.com

⁵⁴ Doutora (2016) e Mestra (2009) em Psicologia Social. Psicóloga pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta II da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema, Colegiado de Psicologia. Email: anacris_serafim@uft.edu.br

2. Fundamentação Teórica

Para fundamentar a discussão buscamos autores que trabalham com o tema e assim encontramos em Faleiros e Faleiros (2007) a classificação da violência sexual, os autores a dividem em duas categorias sendo: abuso sexual e exploração sexual comercial, e ainda classifica abuso sexual em: intra-familiar que é quando o agressor é um ente da família ou pessoa muito próxima em convivência; e extra-familiar que é quando pessoas sem vínculo parentesco ou proximidade afetiva cometem a violência. Irene Rizzini (2009) esclarece que a legislação nas primeiras décadas do Brasil Império estava em torno do “recolhimento das crianças órfãs e expostas” com medidas assistencialistas e pela iniciativa religiosa. A legislação dessa época reflete a associação entre as ações do governo e da igreja na esfera política e jurídica. Sendo a infância nitidamente “judicializada” (termo empregado pela autora) surge daí o termo “menor” sendo designado a crianças abandonadas, desvalidas, delinquentes, viciosas, etc. Somente em 1990 cria-se o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente- oficializado que, dentre outras garantias, assegura a proteção contra o abuso e a exploração sexual.

Segundo Rocha, Lemos e Lirio (2011) a escola deve e pode ser uma parceira das pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual. Sua ação é uma grande vantagem para o movimento de prevenção e combate do problema ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade, auxiliando quem sofre essas agressões, rompendo o pacto de silêncio que ronda os crimes sexuais. Nesse contexto compreende-se que a Escola faz parte da Rede de Proteção, e por Rede de Proteção, a partir do conceito de Rizzini (2009, p. 112), entende-se que “as redes são formações dinâmicas e flexíveis, com continuada renovação dos participantes” ela ainda afirma que “a rede não tem dono”, pode-se ingressar a qualquer momento, bem como sair.

3. Metodologia do estudo

Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, foi realizada leituras do corpus bibliográfico sobre a história da criança, especialmente no Brasil, a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente e, sobretudo a legislação referente à temática em questão. Foi realizado um mapeamento de todas as escolas públicas municipais da cidade de Miracema do

Tocantins, identificando 7 dentro do perímetro urbano. Houve uma comunicação prévia com os dirigentes dessas instituições e a solicitação para agendamento de entrevistas, sendo estas previamente autorizadas pela Secretária de Educação do município. Para coleta de dados, foi aplicado um questionário. Para análise dos dados utilizou-se o Iramutec, um software que permite e viabiliza fazer diferentes análises estatísticas sobre corpus textuais, o programa identifica e reformata as unidades de texto, a quantidade de palavras e suas frequências, identifica formas ativas e suplementares. Utilizou-se, também, o SPSS versão 20.0 para Windows, e é muito utilizado para realizar testes e análises de vários tipos.

4. Resultados e discussões

Foram entrevistados 61 profissionais, entre professores, monitores, coordenadores, diretores e professores das salas de recurso. Predominou entre os entrevistados o sexo feminino, possuíam nível superior, com destaque de maior porcentagem para o curso de pedagogia. Com relação a formação para trabalhar com crianças e adolescentes a maioria dos entrevistados responderam que somente durante a graduação ou participação de palestras.

Com relação ao número de casos de violência no último ano na escola somente três afirmaram ter chegado até a escola, identificaram como abuso sexual intrafamiliar, sendo todas meninas, 85% dos entrevistados responderam que não teve nenhum caso. Considerando essa estatística alta questiona-se se realmente a Escola está tendo recursos para agir com essas demandas ou se a Escola está deixando de se envolver pelo pequeno baixo número de casos identificados.

Para caracterizar os encaminhamentos verificamos se a instituição se sentia na obrigação de participar da erradicação do problema e se no Brasil existe medidas para as crianças em situação de risco, 98% afirmaram que sim, se sentem nessa obrigação e tem conhecimento de que há medidas protetivas à criança, reforçando o que diz o Art. 86 do ECA que os órgãos dos Estados e também os órgãos não-governamentais estejam articulados para a proteção das crianças e adolescentes.

No que se refere ao lugar onde as medidas são solicitadas e qual o órgão responsável para receber as denúncias: a maioria dos entrevistados responderam ser no conselho tutelar, CRAS, polícia militar, promotoria da infância e juventude o disque 100, a assistência social municipal, delegacia da mulher e a escola. Corroborando com o Art. 86 do ECA que diz que “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”. Destaca-se que a Rede de Proteção desempenha seu trabalho em união com as Organizações que a constituem enquanto grupo de trabalho a fim de atender as demandas advindas desses órgãos que a concerne.

Sobre a escola ter procedimentos específicos para agir no caso de suspeita e/ou notificar a violência e quais informações prestar em uma denúncia: 67% afirmam positivamente que existe um procedimento específico os demais se dividem em não saber, não responder e afirmar que não existe. Dos que afirmam positivamente, 70% acionam o conselho tutelar; 20% declaram encaminhar ao órgão competente, porém não especifica qual órgão; 10% se dividem em não saber e não respondeu. Ao perguntarmos quem é responsável pelo acompanhamento da vítima somam-se 81% respectivamente: o conselho tutelar, a família, a escola, o psicólogo, assistente social e polícia, os demais se divide em não saber e não responder.

Ao se perguntar se existe um trabalho em rede no município, a maioria respondeu que não sabia, ou identificava o nome de uma instituição como sendo o trabalho em rede, conforme figura abaixo a palavra “não” é maior apontando uma frequência constante de respostas não respondidas e de pessoas que não sabia responder. O que vai contra o que Rizzini (2006) conceitua como rede onde “os grupos de facilitadores podem ser renovados” mas que “cada novo membro que chega é preparado para assumir suas funções, garantindo a continuidade das ações”.

Figura: Núvem de Palavras



Fonte: Sistema Iramutec

Com relação ao suporte organizacional disponibilizado pelo estado, a maioria não respondeu, poucos dos que responderam afirmam que esse suporte tem atendido a demanda que chega as escolas. É um pouco equivocado já que a partir da pesquisa identificamos que poucos tem recebido alguma demanda.

5. Considerações finais

Conclui-se que há índices baixos de detecção de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas municipais de Miracema do Tocantins. Nos poucos casos visíveis os profissionais envolvidos acionaram órgãos que pertencem à Rede de Proteção da criança e do Adolescente, e muitos deles não identificam sua instituição como parte da dessa Rede, percebe-se que esse desconhecimento é devido muito mais à falta de informação que falta de interesse desse profissional.

Referências

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª Ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da, LEMOS, Flávia Cristina e LÍRIO Flávio Corsini, Cadernos de Educação: 259-287, Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1550/0>. Acesso em 27 de jan.2019.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, Mary (org.). Historia das crianças no Brasil. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VIODRES INOUE, Silvia Regina; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 25, n. 1, p. 11-21, mar. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 jan. 2019.

BUMBA MEU BOI DE JUÇATUBA: FOTOGRAFIAS COMO FONTE HISTÓRICA E FORTALECIMENTO DA CULTURA

Marcus Elicius dos Santos Garcez⁵⁵
Universidade Federal do Tocantins

Amanda M. P. Leite⁵⁶
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Narrativas imagéticas

Resumo

O trabalho busca analisar algumas fotografias do Bumba Meu Boi de Juçatuba, do município de São José de Ribamar (MA), como documento e fonte histórica, um meio de fortalecimento da cultura popular do Maranhão. Para isso, faço uma introdução sobre a história do bumba meu boi no estado do Maranhão e em seguida uma breve reflexão sobre a fotografia a partir de autores como Barthes (2017) e Sontag (2004). O objetivo da pesquisa é tomar as fotografias como fonte de informação sobre a cultura maranhense para explorar também questões relativas à memória.

Palavras-chave: Comunicação. Bumba meu boi. Fotografia. Juçatuba. Memória.

1. Introdução

“Cheguei com minha trincheira e eu trouxe a minha brincadeira. Abre a janela para meu povão, eu trouxe o meu touro junto com meu batalhão”. (Boi de Juçatuba, 2010)

Apresento parte dos conhecimentos adquiridos até agora sobre a pesquisa que atualmente realizo no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT), sobre o fortalecimento do Bumba meu boi no Maranhão, em especial, o Bumba meu boi que acontece no povoado Juçatuba, localizado no município de São José de Ribamar/MA.

⁵⁵ Fotógrafo, bolsista CAPES/BRASIL e discente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Comunicação Social – Rádio e TV, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: marcus.elicius@uft.edu.br

⁵⁶ Fotógrafa. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora e Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: amandaleite@uft.edu.br – Site: www.amandaleite.com.br

O bumba meu boi teve origem em meados século XVII, com o ciclo do gado, na região nordeste do Brasil, fruto da miscigenação do negro, índio e do português. De acordo com Reis (1980) o folguedo representa uma das maiores manifestações culturais do país sendo realizado em diversos estados, como Amazonas, Pernambuco e Rio de Janeiro, de maneiras diferentes.

Somente no século XIX que o folguedo teve os primeiros registros publicados, sendo no Maranhão a primeira publicação, em uma pequena nota no jornal “Farol Maranhense”. Ainda assim, se configura como uma das expressões culturais mais antigas do estado.

A festa narra o renascimento do boi mais bonito de uma fazenda, morto por pai Francisco para saciar o desejo de sua esposa grávida, mãe Catirina. Ao descobrir a morte de seu boi preferido, o dono da fazenda, manda pai Francisco ressuscitar o animal, o que faz o nego Chico buscar pajés e doutores para salvar o boi e a vida de pai Francisco. Todos ficam muito felizes e festejam o renascimento do animal.

No Maranhão é onde acontece uma das principais festas no país, com mais de 450 grupos, segundo dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2011). A brincadeira é praticada em quase todo o estado, mas se concentra principalmente na região norte, sendo a região de São Luís com o maior número de grupos.

Em Juçatuba, povoado localizado no município de São José de Ribamar (região metropolitana) há relatos de que a cultura do bumba meu boi é festejada há mais de 100 anos, com diversos grupos formados ao longo do tempo, como forma de promessa para São João. Porém, atualmente apenas um grupo existe na comunidade, fundado em 1979, com o nome de Bumba Meu Boi de Juçatuba, carinhosamente chamado de batalhão de prata.

Tendo em vista a importância histórica e cultural que possui o folguedo do bumba, tanto em Juçatuba, quanto no Maranhão e no Brasil, busco neste trabalho analisar algumas fotografias do Bumba Meu Boi de Juçatuba/MA como documento e fonte histórica, um meio de fortalecimento da cultura popular do Maranhão. Além disso, busco dar visibilidade às características da manifestação popular de Juçatuba/MA.

2. Fundamentação Teórica

“Nossa Senhora Mãe dos Homens venha nos proteger, nos livre de todo mal, quando o Boi de Juçatuba guarnicê”.
(Boi de Juçatuba, 2018)

Por meio de fotografias, ao longo dos anos, tem se construído uma importante coleção de imagens sobre a sociedade, contendo uma diversidade de informações sobre a cultura, fatos históricos, guerras, comunidades tradicionais, retratos de famílias, entre outros usos possibilitados por essa técnica.

Visto as potencialidades da fotografia, as Ciências Sociais e Humanas, como a Antropologia e a Sociologia, gradativamente, foram utilizando também como meio de documentação e reflexão de expressões culturais, costumes, monumentos, mitos, religiões, estudos sobre comunidades tradicionais, o que auxiliou na identificação das diversidades do mundo. (KOSSOY, 1989).

Diferente da concepção que se tinha inicialmente da fotografia como prova indiscutível do real, tomamos neste resumo como fragmento capturado do real, registro de um instante do acontecimento, eternizado em um formato bidimensional, que a diferencia da tridimensionalidade do mundo real. (ANDRADE, 2002; KOSSOY, 1989).

As narrativas visuais nos ajudam a perceber as experiências humanas, através de imagens “povoadas de dimensões, significações e determinações que transcendem a realidade fotografada” (LOPES, 2007, p. 56). Ou seja, imagens nos levam a pensar e lembrar de experiências vividas, lugares conhecidos, diferentes culturas, etc. Cultura aqui é entendida conforme explicita Godoy (1995), como um conjunto de conhecimentos, crenças e ideias de um grupo específico utilizados para interpretar experiências e gerar comportamentos.

Nesse sentido, a imagem como fonte histórica (KOSSOY, 1989), constituída de um inventário de informações sobre o fragmento registrado é também um ponto de memória, pois é carregada de índices, ícones e símbolos que são decodificados pelo leitor, a partir de sua bagagem cultural e o provocam para situações vivenciadas.

Para Barbosa (2016), ao selecionarmos fatias do presente, temos os meios de comunicação como lugares de memória da sociedade. As imagens do bumba meu boi de Juçatuba, construídas ao longo de 2018, podem ter um papel tanto de fonte documental histórica como também de local de memória da comunidade no estado do Maranhão.

Essa narrativa visual tem o poder de dar valor ao que fotografa, como bem observou Barthes. “Em primeiro tempo, a Fotografia, para surpreender, fotografa o notável; mas logo, por uma inversão conhecida, ela decreta notável aquilo que ela fotografa. O ‘não importa o que’ se torna então o ponto mais sofisticado do valor” (BARTHES, 2017, p. 35)

As fotografias têm um papel de fortalecimento da cultura, tendo em vista que preservam momentos selecionados, tomados como importantes pelo fotógrafo, que representam parte do acontecimento do folguedo do bumba meu boi e colocam-no em evidência, a partir da divulgação dessas fotografias, seja em exposições e trabalhos científicos, por exemplo. Como diria Sontag (2004), mesmo com o fim do evento a foto ainda vai existir, o que dá a impressão de imortalidade e importância a aquele momento, que jamais se repetirá da mesma maneira.

3. Metodologia do estudo

“Saúdo a seleção brasileira que em 2010 vai jogar no estrangeiro. Eu gosto muito da nossa seleção que agora será hexacampeã” (Boi de Juçatuba, 2010).

Além de investigação bibliográfica sobre a fotografia como documento e memória, esta pesquisa é composta por fotografias feitas em uma pesquisa de campo realizada em 2018, junto à comunidade de Juçatuba, com registros documentais sobre as tradições locais, que culminou no trabalho de conclusão de curso “Livro fotográfico: cotidiano e tradições de Juçatuba” (GARCEZ, 2018).

As análises das imagens serão feitas a partir de leituras, como Barthes (2017), Wunder (2006), Leite (2016) que nos ajudam a pensar na fotografia não apenas em seus aspectos documentais, mas também como um objeto com múltiplos símbolos, índices e ícones que proporcionam leituras diferentes para cada sujeito.

Como já observado, antes de cada sessão, trouxe também pequenos trechos das letras das toadas (músicas) do Boi de Juçatuba que representam um meio de comunicação da comunidade, retratando o cotidiano, a religiosidade, entre outros temas.

4. Resultados e discussões

“Lá vai união do povo, lá vai meu batalhão de novo. Lá vai Boi de Juçatuba tomando conta do lugar” (Boi de Juçatuba, 2010)

Para que uma fotografia seja utilizada como fonte histórica e não apenas como mero registro visual, segundo Mauad (1996), é necessário que o corpus fotográfico tenha um conjunto de imagens e este seja organizado em função de um tema, seja ele morte, aniversário, crianças, etc. Nesse caso, trouxemos 5 fotografias sobre a tradição do Bumba Meu Boi de Juçatuba, afim mostrar uma pequena narrativa do folguedo.

Figura 4 - Matraqueiros e pandeireiros



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 6 - Integrantes do boi de Juçatuba



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 8 – Ritual de morte do boi



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 5 - Bois de Juçatuba



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 7 - Boi de Juçatuba



Fonte: Arquivo pessoal

Cada imagem dessa coleção exibe uma pequena dimensão de como acontece a festa do bumba meu boi no pequeno povoado do município de São José de Ribamar (MA). É possível ver o público que participa, a quantidade de pessoas que vão para o meio festejar o folgado, os personagens que ali estão presentes e muitas outras camadas que aqui não teremos tempo de

analisar. No entanto, dá para sentir como esse festejo, tradicional do Maranhão, também é motivo de orgulho para seu povo.

O recorte, tanto espacial, quanto temporal do material fotográfico narra desde o cortejo para buscar o bumba nas casas dos padrinhos até o último suspiro de um “boi reserva” que representa a morte do Boi de Juçatuba. De acordo com Wunder (2006), é nessas fotografias que é possível encontrar coisas e detalhes que muitas vezes passam despercebidos, como os diferentes tipos de matraca que são utilizados pelos brincantes do boi.

Os planos gerais fazem perceber uma riqueza de detalhes do folguedo como: o colorido das roupas dos caboclos de fita, da riqueza das roupas das índias e dos caboclos de pena, a quantidade de participantes, os bois que brincam no meio da multidão. As linhas presentes no enquadramento direcionam o olhar para uma leitura geral de identificação do que acontece em cada quadro.

Ainda estejamos diante de uma fotografia documental, a imagem pode gritar, ferir e torna-se mais que uma fotografia para quem a observa, como é o caso da figura 2. Enquanto os bois são levados em cortejo, me chama atenção um pequeno gesto de um dos personagens, que leva as mãos aos céus, como sinal de reverência aos bois, dando a impressão de respeito a tradição. “Pela marca de *alguma coisa*, a foto não é mais *qualquer*. Esse *alguma coisa* deu um *estalo*, provocou em mim um pequeno abalo, um *satori*, a passagem de um vazio (pouco importa que o referente seja irrisório)” (BARTHES, 2017, p. 46).

Conforme observa Leite (2016, p. 421), a função da fotografia hoje está além do documentar, pois, temos a possibilidade de relacionarmos diretamente com a imagem.

"A realidade exposta fotograficamente relaciona-se com o inconsciente. Daí então perceber que a função da fotografia, hoje, ultrapassa o simples documentar. A fotografia contemporânea, em diversos experimentos, amplia seus hibridismos e dimensões estéticas. As proposições de trabalhos mediados pelo uso de novas tecnologias tendem a convocar o leitor a abandonar o caráter passivo diante de uma foto para relacionar-se diretamente com ela"

Além do que é possível ver no âmbito do visível, é possível também sentir emoções, vibrações, pois mesmo sendo uma imagem estática, algo nelas parece vibrar, cantar, fazer lembrar das diversas vezes que fomos, participamos e brincamos com o Bumba meu Boi. No meu caso, as imagens rememoram minha infância, meu avô, meus tios, que desde cedo também tiveram suas vidas conectadas à brincadeira.

5. Considerações finais

“Meu povo brasileiro eu já vou sair, deixando saudade *pra* quem fica aqui. Vou me retirar, meu batalhão eu vou levar”
(Boi de Juçatuba, 2010).

Os estudos sobre as potencialidades da fotografia devem ser ampliados a respeito de suas implicações na relação com os sujeitos/leitor e fotógrafo, indo além do debate o que é ou não é Arte, conforme Benjamin (2017) já dizia.

A fotografia como documento tem importante papel como fonte de informação histórica para a sociedade, podendo ser inclusive um ponto de memória do acontecimento registrado. Nesse sentido, se torna um importante meio de fortalecimento cultural, tendo em vista que eterniza uma fração do acontecimento e possibilita a sua divulgação, facilitada por meio da agilidade das tecnologias digitais.

É importante destacar que esta reflexão é apenas uma pequena parte da pesquisa que está em andamento no mestrado em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins e que em breve teremos condições de ampliar a análise e o desfecho da pesquisa.

Referências

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

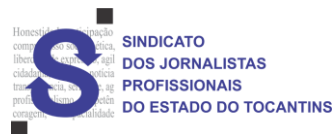
BARTHES, Roland. **A câmera clara: Nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 07-26, abr./jul., 2016.

DOBAL, Susana. Sete sintomas de transformação da fotografia documental. **Ícone**, v. 14, n. 1, 2012.

GARCEZ, Marcus Elicius dos Santos. **Livro fotográfico: cotidiano e tradições de Juçatuba**. 2018. 108 p. Monografia (Comunicação Social - Rádio e TV), Universidade Federal do Maranhão.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. maio/jun., 1995.



INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. **Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil**. São Luís: Iphan/MA, 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi(1).pdf). Acesso em: 30 de julho de 2019.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.
_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 4. Ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2009.

LEITE, Amanda Maurício Pereira. Fotografia: estímulos ao pensar. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 18, n. 2 - edição especial, p. 419-442, set. 2016.

LOPES, André Camargo. Por trás da imagem, ‘o olhar’: o uso da fotografia em estudos culturais. **Domínios da Imagem**. Londrina, ano 3, n. 6, p. 53-66, maio 2010.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

REIS, José Ribamar Sousa. **Bumba-meu-boi: o maior espetáculo do Maranhão**. São Luís: editora Massangana, 1980.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.
WUNDER, Alik. Fotografias como exercícios de olhar. **Reunião Anual da Associação de Pós**, 2006.

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CAPACIDADES ESTATAIS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS BRASILEIRA⁵⁷

⁵⁷ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001

Lucas Braga da Silva⁵⁸
Universidade Federal do Tocantins
Verônica Dantas Meneses⁵⁹
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Comunicação nas organizações

Resumo

Este trabalho discute a comunicação governamental como um instrumento para o desenvolvimento das capacidades político-relacionais na gestão de resíduos sólidos brasileira. A partir da pesquisa bibliográfica, foram explorados conceitos e processos que permitem inferir que a comunicação governamental possibilita a interação e a participação de atores sociais distintos na elaboração, implementação e até mesmo avaliação de políticas públicas e tornar transparentes tais processos.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Capacidades estatais. Capacidades político-relacionais.

Introdução

A comunicação governamental instituída entre as agências estatais e entre estas e a sociedade pode ser vista como um instrumento para o desenvolvimento de capacidades estatais e assim fortalecer a legitimidade na elaboração e implementação de políticas públicas (RAMESH et al., 2016). Para Souza (2016, p. 13) “as capacidades estatais são condições para formular, decidir e executar políticas públicas, elementos que levam o Estado a determinado desempenho, mas não de maneira independente à sociedade”.

Este estudo adota as intersecções entre os campos de estudos da comunicação governamental e das capacidades político-relacionais. Para Cezar (2018) a comunicação governamental possibilita a interação e a participação de atores sociais distintos na elaboração, implementação e até mesmo avaliação de políticas públicas, bem como divulgar e informar a respeito das decisões e outros acontecimentos relevantes apontados neste contexto. Já a capacidade político-relacional busca estabelecer ligações e associações entre o Estado e a sociedade civil, e também entre as instituições deste, bem como a mobilização social, política e a participação de atores distintos nas discussões relacionadas a elaboração e implementação de políticas públicas. Para alcançar a legitimidade da política pública é necessário um processo

⁵⁸ Tecnólogo em Logística, Administrador, Mestrando em Comunicação e Sociedade. E-mail: lucaslogistica19@gmail.com

⁵⁹ Jornalista, Mestra em Sociologia, Doutora em Comunicação. E-mail: veronica@mail.uft.edu.br

comunicativo, interativo e dialógico adequado nas relações e articulações estabelecidas entre os mais variados atores sociais (GOMIDE; PEREIRA, 2018).

Entendemos a comunicação governamental de forma intermediada pelas tecnologias de informação, tendo em vista que ela possibilita informações a respeito dos processos de políticas públicas e outros para a sociedade, e favorece um ambiente interativo e mais próximo das instituições estatais e dos cidadãos (CARNIELLO; SANTOS; OLIVEIRA, 2011). Além de “desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas” (DINIZ et al., 2009, p. 25). Ainda possibilita “a comunicação com os diversos segmentos sociais interessados em conhecer os resultados das ações efetivadas em decorrência da ação” da administração pública e viabiliza “a gestão participativa” (CARNIELLO; SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 10).

Este estudo é uma das discussões apresentadas em uma pesquisa maior, que objetiva apresentar a comunicação governamental como um instrumento para o desenvolvimento de capacidades estatais na gestão de resíduos sólidos brasileira, especificamente as capacidades político-relacionais instituídas pela comunicação estabelecida pelos sítios eletrônicos das secretarias de meio ambiente das unidades federativas brasileiras. Tal pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e adota a análise do conteúdo (a partir de critérios definidos) disponibilizado pelas páginas eletrônicas citadas anteriormente.

Capacidades estatais e comunicação governamental

Alguns autores consideram as capacidades estatais como um conjunto de habilidades, competências e recursos necessários para a elaboração e implementação de políticas públicas. Dispostos em três níveis: individual (refere-se ao conhecimento técnico dos gestores e analistas de políticas públicas), organizacional (disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos) e sistêmico (diz respeito ao apoio dos atores políticos e da sociedade civil) e três dimensões: analítica (garante estrutura consistente na elaboração e implementação de políticas públicas), operacional (busca alinhar os recursos disponíveis com os objetivos propostos) e política (apoio dos representantes do executivo e legislativo estadual e municipal) (XUN; RAMESH; HOWLETT, 2015; RAMESH et al., 2016; RAMESH; HOWLETT; SAGUIN, 2016).

Outros que as capacidades estatais diz respeito aos recursos institucionais e financeiros que os atores políticos, burocráticos e as instituições de apoio conseguem mobilizar para elaborar e implementar políticas públicas, especificamente para grupos sociais de um determinado setor da sociedade (GRIZA et al., 2017). De modo geral, conforme cita Gomide; Pereira e Machado (2017, p. 7), as capacidades estatais dizem “respeito ao poder de produção de políticas públicas pelas burocracias do Estado”.

Já Pires e Gomide (2016) consideram que as capacidades estatais se subdividem em dois grupos: técnico-administrativas e político-relacionais. No caso destas primeiras, envolveria gestores especializados para atuar em cargo público, disponibilidade de recursos financeiros, pessoal e de sistemas de informação, além de técnicas de monitoramento das políticas públicas. As capacidades político-relacionais referem-se às interações entre as empresas e o poder público, e entre este último e a própria sociedade, bem como a participação social nos processos decisórios e as interações entre as instituições estatais.

A comunicação entre as estruturas organizacionais do aparelho do estado e entre estas e a própria sociedade pode ser visto como um ponto crítico para as capacidades estatais, tendo em vista que trata-se de um mecanismo que afeta positivamente ou negativamente a compreensão e o apoio a gestão de políticas públicas. “Sem estruturas e processos de comunicação que possibilitem a troca de informações de duas vias entre o Estado e os cidadãos, é difícil para os estados responderem às necessidades e expectativas do público” (RAMESH et al., 2016, p. 13, tradução nossa). Portanto, para que o Estado adquira legitimidade de suas atividades é necessário uma boa comunicação entre a sua estrutura organizacional e a coletividade. Para isso acontecer um dos requisitos refere-se à interação dos gestores com os objetivos, planos e procedimentos organizacionais para a execução da política (RAMESH et al., 2016).

Para Cezar (2018), os processos comunicacionais governamentais tem se mostrado cada vez mais eficientes no sentido de divulgar e informar o cidadão a respeito da elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Além de buscar a mobilização da sociedade para participar dos debates nas arenas públicas e a interação neste contexto. Através da comunicação é possível a construção e a manutenção de políticas públicas mais transparentes e com a participação de atores estatais e não estatais.

Destaca-se, portanto, que o avanço das tecnologias de informação e comunicação trouxeram um novo conceito para a administração pública denominado de governo eletrônico. É uma plataforma eletrônica disponibilizada pelos governos tendo em vista democratizar o acesso à informação, o debate e participação da coletividade nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas, bem como aprimorar a qualidade dos serviços prestados e informações de interesse público (CARNIELLO, 2015).

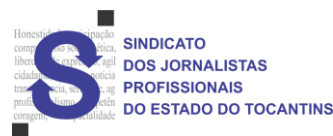
Diante dos avanços tecnológicos e da necessidade de modernizar os procedimentos organizacionais da administração pública, outros temas também passaram a integrar o governo eletrônico, tais como “desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas” (DINIZ et al., 2009, p. 25).

Ainda possibilita “a comunicação com os diversos segmentos sociais interessados em conhecer os resultados das ações efetivadas em decorrência da ação” da administração pública e viabiliza “a gestão participativa”. Através da comunicação governamental instituída pelas mídias digitais é possível a sociedade se informar a respeito de assuntos de ordem e pública e ainda favorece um espaço interativo e mais próximo entre governo e cidadãos (CARNIELLO; SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 10).

Neste caminho, adota-se as abordagens das capacidades político-relacionais defendidas por Pires e Gomide (2016, p. 127), segundo os quais elas estão “associadas às habilidades e procedimentos de inclusão dos múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) de forma articulada nos processos de políticas públicas”. Busca-se com isso “à construção de consensos mínimos e coalizões de suporte aos planos, programas e projetos governamentais”. Trata-se de habilidades e competências para articular processos participativos e interativos entre os atores estatais e não estatais.

Desta maneira, a capacidade político-relacional busca estabelecer ligações e associações entre o Estado e a sociedade civil, e também entre as instituições deste, bem como a mobilização social, política e a participação de atores distintos nas discussões relacionadas a elaboração e implementação de políticas públicas. Para alcançar a legitimidade da política pública é necessário um processo comunicativo, interativo e dialógico adequado nas relações e articulações estabelecidas entre os mais variados atores sociais (GOMIDE; PEREIRA, 2018).

Considerações finais



Pudemos observar que as “capacidades político-relacionais, envolvendo interações com agentes políticos e canais para a participação da sociedade civil, tendem a ampliar, relativamente, o potencial de revisão, aprendizado e inovação nas políticas públicas” (PIRES; GOMIDE, 2016, p. 121). Nesse sentido, os gestores devem buscar métodos de se relacionarem “com distintos sistemas institucionais, com seus atores e interesses: burocracias de diferentes poderes e níveis de governo, parlamentares de diversos partidos, empresas privadas e organizações da sociedade civil” (GOMIDE; SÁ e SILVA; PIRES, 2014, p. 237).

Portanto, as abordagens teóricas dos campos de estudo da comunicação governamental e das capacidades político-relacionais se inter-relacionam em alguns aspectos, tais como a promoção de uma gestão de políticas públicas interativa e participativa a fim de incluir atores sociais distintos nas arenas de debates públicos, dar visibilidade aos processos, permitir acesso à informação, controle público e transparência das atividades desenvolvidas pela administração pública a toda à sociedade.

Referências

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q.. Uso de ferramentas de comunicação digital na gestão de municípios das capitais brasileiras. **Gestão e desenvolvimento**, v. 8, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.

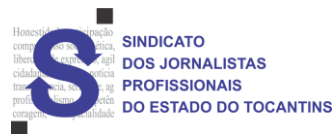
CARNIELLO, M. F. Proposta metodológica de avaliação de comunicação governamental digital. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 101-116, Set./Dez. 2015.

CEZAR, L. C. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, jan./fev. 2018.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23-48, Jan./Fev. 2009.

GOMIDE, A. de À.; PEREIRA, A. K. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 52, n. 5, p. 935-955, set./out. 2018.

GOMIDE, A. de Á.; PEREIRA, A. K.; MACHADO, R. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2017.



GOMIDE, A. À.; SÁ e SILVA, F. de.; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e políticas públicas: passado, presente e futuro da ação governamental para o desenvolvimento. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. 2 ed. Brasília: Ipea, 2014.p. 231-246.

GRIZA, C.; KATO, K. Y. M.; FLEXOR, G. G.; ZIMMERMANN, S. A. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017.

MAIELLO, A.; BRITTO, A. L. N de P.; VALLE, T. F. Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista de administração pública**, v. 52, n. 1, p. 24-51, jan./fev. 2018.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

RAMESH, M.; SAGUIN, K.; HOWLETT, M. P.; XUN, W. Rethinking Governance Capacity as Organizational and Systemic Resources. **Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper**, n. 16-12, 2016.

RAMESH, M.; HOWLETT, M. P.; SAGUIN, K. Measuring Individual-Level Analytical, Managerial and Political Policy Capacity: A Survey Instrument. **Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper**, n. 16-07, mai. 2016.

SOUZA, C. Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença. In: GOMIDE, A. de Á.; BOSCHI, R. R. (Orgs.). **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 51-103.

XUN, W.; RAMESH, M.; HOWLETT, M. Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and Society**, v. 34, n. 3-4, p. 165-171, 2015.

COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: MOVIMENTO #METOO NO JORNAL THE NEW YORK TIMES

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira⁶⁰
PPGCom/UFT
Cynthia Mara Miranda⁶¹

Eixo Temático de submissão: Estudos em mídia, ética e gênero

Resumo

Este trabalho apresenta as discussões iniciais acerca da comunicação como ferramenta de inclusão e a importância da comunicação em uma perspectiva de gênero para a manutenção de uma sociedade democrática. A partir de uma análise de conteúdo, a pesquisa estuda a cobertura jornalística do *#metoo* na coluna de gênero do jornal *The New York Times* por compreender que esse canal seria o espaço para uma comunicação mais inclusiva e representativa das mulheres. O estudo busca ainda, demonstrar a forma como a coluna retrata o movimento e se o viés é positivo.

Palavras-chave: comunicação na perspectiva de gênero; *#metoo*; jornalismo

1. Introdução

O direito à comunicação está longe de ser atingido pela humanidade de forma ampla. Nem todos os seres humanos exercem plenamente esse direito e no que diz respeito ao acesso das mulheres à comunicação muitas são as lacunas, tanto no que se refere ao direito de falar, direito de ser ouvida, como também o direito de ter uma representação justa e diversificada

⁶⁰ Jornalista formada pela Universidade Federal do Tocantins, mestranda do PPGCom/UFT. E-mail: tina.vieirademelo@gmail.com

⁶¹ Doutora e mestre em Ciências Sociais (UnB), graduada em Comunicação Social (UFT) professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje-UFT). E-mail: cynthiamara@mail.uft.edu.br.

pelos meios de comunicação e na sociedade. Maffia (2007) apresenta um questionamento sobre a utilização de palavras ditas “masculinas” na delimitação de direitos para ambos os sexos.

Cuando digo “todos los hombres nacen libres e iguales y tienen los mismos derechos”, hay una palabra – “todos” – que señala lo universal, se supone que esta es la declaración “universal” de los derechos del hombre y del ciudadano. Es universal porque me habla de todos. Ese “todos” del lenguaje ¿es el “todos” de la realidad? El universo del discurso no siempre es el universo de toda la realidad. Cuando digo “todos los hombres nacen libres e iguales”, “todos los ciudadanos nacen libres e iguales y tienen los mismos derechos”, en ese “todos” de lenguaje, ¿cuál es la pertinencia, cuál es el universo de alcance que tiene de la realidad? Ese universo de discurso ¿qué recorta de la realidad? ¿La totalidad de la realidad o un aspecto previamente recortado por la pertinencia del discurso? (MAFFIA, 2007, p.23)

Após a exposição da autora, é possível entender como a comunicação na perspectiva de gênero torna-se necessária para que haja uma compreensão do papel das mulheres em várias esferas da sociedade.

Para Miranda e Nogueira (2017) não é possível avançarmos na democratização dos meios de comunicação em um cenário de desigualdade entre gêneros. Dar voz às mulheres é cada vez mais importante, para que haja representatividade igualitária nos meios de comunicação em massa. Os meios devem ter um papel de responsabilidade social em sociedades em sociedades que almejam ser democráticas.

Torna-se cada vez mais necessário discutir a comunicação em uma perspectiva de gênero para garantir a maior representatividade da imagem das mulheres na sociedade, haja vista que são perceptíveis as tentativas de silenciamento dos discursos delas ao longo dos tempos.

Na pesquisa em questão, o objeto de estudo foi o movimento #metoo⁶² na coluna de gênero do jornal americano *The New York Times*. O meio escolhido para o estudo foi o jornal *The New York Times*, devido ao seu reconhecimento mundial como meio de comunicação e também pelo seu vanguardismo mundial ao lançar uma editoria de gênero em abril de 2018.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a comunicação em uma perspectiva de gênero, acompanhando os desdobramentos do movimento #metoo na coluna de gênero do jornal

⁶² Movimento contra o assédio e a agressão sexual idealizado pela ativista social americana Tana Burke em 2006, quando a mesma começou a usar a frase me too “eu também” na internet. Foi popularizado após a atriz Alyssa Milano postar no twitter em 2017 quando o produtor de Hollywood Harvey Weinstein foi acusado de assédio sexual.

americano *The New York Times*, tendo como objetivos específicos analisar o papel da comunicação na perspectiva de gênero, por meio de análise de conteúdo identificar o enfoque dado ao movimento #metoo e examinar por meio das reportagens selecionadas se houve algum avanço no julgamento dos crimes de assédio sexual após o #metoo.

2. Fundamentação Teórica

Em uma sociedade historicamente patriarcal, onde a mulher começou a ser apossada pelo homem desde o matrimônio e até então vem sendo submetida a domínios masculinos, que a tarefa de comunicar é sempre incumbida ao homem, ficando destinada a mulher as tarefas administrativas do lar (RODAL, 2015). Dessa forma, o pensamento da autora relaciona essa redoma na qual as mulheres são colocadas, ao patriarcado, e sinaliza isso como empecilho para que muitas mulheres busquem independência social.

Continuamente as mulheres foram subjugadas por seus pares em virtudes dos modelos que foram construídos socialmente e culturalmente a partir das relações de poder. Ocorre que a exclusão da mulher, legitimada tanto pela família e pela igreja, quanto pelo Estado, foi, por longo período temporal, a forma clarividente de dominação masculina. Assim, durante séculos, a mulher esteve às sombras, eis que ela própria não se via como sujeito capaz e igual. (DA COSTA; D'OLIVEIRA, Marcele; D'OLIVEIRA, Mariane, 2012).

Em sua obra, *Gender and Discourse*, Clare Walsh discorre sobre como uma sociedade naturalmente masculinista⁶³ trata a comunicação e o discurso do ponto de vista de gênero e as várias tentativas de silenciar a mulher. Da forma como mídia naturaliza a massificação da cultura patriarcal e do viés de gênero para a população, bem como deixa mais evidente as diferenças entre os gêneros na dicotomia público-privado. A autora explica que a maioria dos textos das mídias são mais propensos a reforçar um padrão de vida de leitores do sexo masculino, e que o capital da mídia das mulheres as vezes é percebido como tão baixo que suas

⁶³ Termo utilizado pela escritora Clare Walsh para referir-se às práticas discursivas que diferentemente de patriarcado, não pressupõe que essas práticas sejam coerentes ou intencionalmente concebidas para negar à mulher a igualdade de acesso ou status, embora seja frequentemente o seu efeito.

atividades na esfera pública não são consideradas dignas de notícia e são raramente, ou nunca, relatadas (WALSH, 2001).

O movimento #metoo⁶⁴, foi idealizado por Tanara Burke, uma americana ativista social, ao escrever a frase METOO pela primeira vez na internet no ano de 2006 e ganhou repercussão mundial em 2017, logo após as denúncias de assédio sexual de várias atrizes contra o produtor de Hollywood Harvey Weinstein.

De certa forma, o #metoo foi ganhando espaço na mídia e deixando de ser a notícia, para então pauta-la. Podemos aqui criar uma terminologia chamada de “contra pauta” e que ofereça dimensão de como o movimento acima citado, interferiu no agendamento do The New York Times.

Consideremos que as pautas são determinadas pelos meios de comunicação, de acordo com critérios de noticiabilidade delimitados pela linha editorial. Para Rossi (2017) pauta é o fio condutor que delimita o que será publicado ou não, pode ser elaborada principalmente em função da linha editorial de cada veículo. Como consequência, a pauta reflete parcialmente o que acontece e quais acontecimentos preocupam o público.

A “contra pauta”, terminologia que aqui sugerimos, poderia ser descrita então como um conjunto de informações ou acontecimentos relevantes para a sociedade, com força suficiente para “agendar” o editorial de veículos de comunicação e lançar luz sobre assuntos até então, não tão relevantes para os grandes conglomerados de comunicação.

A proposição exposta acima, pode ser exemplificada aplicando ao movimento #metoo o conceito de *Advocacy*⁶⁵. Quando o movimento se propõe a apoiar o bem comum, assim como as políticas públicas, está praticando a *Advocacy* e dessa forma, conseguindo visibilidade e força para interferir na mídia, passando a pauta-la e pressionando as autoridades para uma resposta ágil acerca das reivindicações.

⁶⁴ Movimento contra o assédio e a agressão sexual idealizado pela ativista social americana Tana Burke em 2006, quando a mesma começou a usar a frase me too “eu também” na internet. Foi popularizado após a atriz Alyssa Milano postar no twitter em 2017 quando o produtor de Hollywood Harvey Weinstein foi acusado de assédio sexual.

⁶⁵ *Advocacy*, na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

3. Metodologia do estudo

O presente estudo tem como objetivo analisar a comunicação na perspectiva de gênero a partir de um corpus formado por textos de caráter opinativo selecionados na coluna de gênero (*Gender Letter*) do jornal *The New York Times*, no período de 28/04/2018 a 28/04/2019, totalizando 52 reportagens. O processo metodológico utilizado para interpretar os documentos que compõe o corpus deste trabalho será a análise de conteúdo, de natureza qualitativa. A delimitação do que é a análise de conteúdo, foi proposta por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que permite por meio de descrição do conteúdo, a inferência de conhecimentos acerca do material analisado

O *corpus* da pesquisa será composto pelas reportagens selecionadas da coluna de gênero do jornal *The New York Times*, e após a leitura flutuante, serão delimitadas as categorias para análise.

4. Resultados e discussões

Para Catharine A. MacKinnon⁶⁶, a jurista pioneira que primeiro definiu o termo assédio sexual nos Estados Unidos, o #metoo fez o que a lei não conseguiu pelas mulheres vítimas de assédio sexual, para ela, a mobilização em massa derrubou uma das maiores barreiras para processar o assédio sexual quando muitas mulheres são desacreditadas em seus discursos (BENNETT, SALAM 2018).

Em reportagem publicada no dia 05 de outubro de 2018, com o título *original One Year After #MeToo, Examining a Collective Awakening* (Um ano após o #metoo, examinando um despertar coletivo - tradução livre). A jornalista Maya Salam faz uma leitura sobre como a *Gender Letter* percebe a questão de gênero após um ano do movimento, e relembra que um ano atrás o *The New York Times* havia publicado uma investigação sobre os abusos sexuais de Harvey Weinstein. Isso mudaria, de uma vez por todas, a percepção de assédio sexual e não demoraria muito para que #metoo deixasse de ser uma hashtag e se tornasse algo maior.

Se há algo que Salam (2018) deixou claro em seu texto, foi que o #metoo causou uma “cascata de normas” ou “uma mudança muito abrupta nas normas sociais”. Alguns americanos poderiam esperar que isso acontecesse desde a época do testemunho de Anita Hill contra Clarence Thomaz, algo como um efeito dominó, mas infelizmente isso só veio acontecer agora.

5. Considerações finais

O papel do *The New York Times*, ao abrir espaço e lançar de forma vanguardista uma coluna de gênero é suma importância para o movimento feminista. No entanto, são as reportagens publicadas na *Gender Letter* que demonstram como o #metoo enquanto fenômeno social, pautando a mídia e dando força para que as denúncias de assédio sexual fossem punidas de forma exemplar, causando um Tsunami e abalando as estruturas sociais, fazendo com que

⁶⁶ Biografia disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Catharine-A-MacKinnon>. Acesso em ago. 2019.

denúncias de assédio sexuais fossem realmente criminalizadas e que as mulheres não se sentissem “punidas” por denunciarem. A cultura do assédio foi quebrada em várias organizações, uma vez que o movimento #metoo criou uma rede de solidariedade entre as mulheres, quando elas decidiram dividir publicamente uma mesma dor e dar-se as mãos em uníssona denúncia contra o crime de assédio sexual.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 279 p. São Paulo: Almeida Brasil, v. 83, 2011.

MAFFÍA, Diana. Sujetos, política y ciudadanía. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo – introducción a un periodismo con perspectiva de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

MIRANDA, Cynthia Mara; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. **COMUNICAÇÃO E GÊNERO: reflexões sobre as ações da Defensoría Del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual da Argentina**. Revista Observatório, v. 3, n. 1, p. 33-57, 2017.

RODAL, Asunción Bernardez. **Mujeres en Medio (s). Propuesta para analizar la comunicación masiva con Madrid**. Fundamentos, 2015.

DA COSTA, Marli Marlene Moraes; D 'OLIVEIRA, Marcele Camargo; D 'OLIVEIRA, Mariane Camargo. Discurso e Poder: **A Mdiatização das Relações de Gênero**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 1., 2012, Universidade Federal de Santa Maria. Mídias e Direitos da Sociedade em Rede. Santa Maria-RS: [s.n.], 2012. p. 1-12. v. 1. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/16.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

WALSH, Clare. **Gender and discourse. Language and power in politics, the church and organisations**. Edinburgh and London: Pearson Education Ltd, 2001.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. Brasiliense, 2017.

SALAM, Maya. **One Year After #MeToo, Examining a Collective Awakening**: Gender Letter. The New York Times, New York, 05 out. 2018. Gender Letter, p. 1.

COMUNICAÇÃO, DOR E HOMOFOBIA: ANÁLISE DO FILME “PRAYERS FOR BOBBY” E SEUS IMPACTOS

Renan Antônio da Silva⁶⁷

Universidade Estadual do Tocantins – Unitins

Márcia Eliza Viviani⁶⁸

Universidade de Mogi das Cruzes – UMC

Luiz Antônio Pereira da Costa⁶⁹

Universidade de Mogi das Cruzes – UMC

Eixo Temático de submissão: Estudos de mídia, ética e gênero

Resumo

Nos dias atuais, o acesso a produções cinematográficas, se popularizou intensamente, em virtude do uso massivo da televisão na maioria das residências deste país. As vídeo locadoras, os baixos custos de alguns filmes, os frequentadores de cinemas e os downloads, por exemplo, são algumas das formas de aquisição e recepção de um filme pelo espectador. A maternidade de filhos(as) homossexuais por mães heterossexuais, na realidade pós-moderna e na tradicional família nuclear modificou-se e hoje nos deparamos com vários arranjos familiares. Inspirado no filme Orações para Bobby (Prayers for Bobby, 2009), nosso objetivo foi desvelar os significados atribuídos por mães heterossexuais à homossexualidade de filhos(as), para construirmos sentidos e abrangê-los à comunidade em geral. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre assuntos pertinentes ao referido trabalho, como o preconceito, violência, homofobia, cinema e homossexualidade.

Palavras-chave: Comunicação. Homofobia. Cinema.

1. Introdução

Segundo Silva (2016) violência pode remeter também ao conceito de um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo, sendo que este comportamento pode invadir a autonomia (espaço), integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. Segundo Durozoi; Roussel (1993:485), “[...] ato que se exerce com força contra um obstáculo; comportamento de uma pessoa contra outra que ela considera como um obstáculo à realização de seu desejo”. A questão da violência abrange todos os atos de violação

⁶⁷ Pós – Doutor em Ciências Sociais (UNESP). Doutor em Educação Escolar (UNESP). E-mail: renan.as@unitins.br

⁶⁸ Mestranda em Políticas Públicas – PPG/PP – Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. E-mail: marcia.viviani@yahoo.com.br

⁶⁹ Mestrando em Políticas Públicas – PPG/PP – Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. E-mail: luiz-qualidade1@hotmail.com

dos direitos: civis (liberdade, privacidade, proteção igualitária); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); econômicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto).

Para Lorenz (1973), na espécie humana, o vertiginoso desenvolvimento da tecnologia, especialmente, em relação à invenção das armas de fogo, cada vez mais letais, acarretou um desequilíbrio entre forças de instigação e de inibição da agressão, levando o homo sapiens a ser a espécie que mais pratica agressão intraespecífica, caminhando para um possível holocausto. A violência nega a consciência e o próprio poder do pensamento.

Exerce o poder da violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo do outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a ação violenta é exercida contra a vontade da vítima; como exceções, podem-se citar o suicídio, os atos de violência provocados pela vítima com finalidade propagandística, como os monges budistas que se auto imolavam, durante a Guerra do Vietnã, na década de 1960.

Uma das formas de violência é a homofobia. Ancorado em Borrillo (2001), homofobia é entendida como um ato de medo ou receio, direcionado para aqueles que adotam costumes de vida que não condizem com os padrões sexuais da sociedade ocidental hegemônica (heteronormatividade), e está ligada a pensamentos arraigados durante a convivência familiar, social e religiosa. Tais sentimentos empregados contra os homossexuais geram a homofobia e estão presentes em uma série de ações que são reforçadas no cotidiano da vida social, vivenciadas diversas vezes em telejornais diários, onde são mostrados casos de muitos homossexuais que sofrem agressões físicas, sexuais e psicológicas.

Numa acepção etimológica da palavra, “hetero” que em Grego quer dizer “diferente” e “norma” que em Latim quer dizer “esquadro”, constituem a formação da palavra heteronormatividade, ou seja, um conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexos opostos. Dessa forma, os homossexuais, bodes expiatórios diante da definição de homofobia sofrem em função de suas orientações

sexuais. Dessa maneira, a homofobia é construída e mantida por processos sociais que englobam a forma através da qual a própria sociedade é organizada, como, por exemplo, os estereótipos que constroem certos padrões de masculinidade e feminilidade, bem como a heterossexualidade hegemônica, impetrada na cultura como um todo, como por exemplo, o brinquedo em que um garoto pode brincar e uma garota não, e vice-versa.

O (a) agressor (a) é chamado (a) de homofóbico (a), sendo que em muitos casos, trata suas "vítimas" (homossexuais) com calúnias, insultos verbais, gestos, ou com um convívio social baseado na antipatia e na ironia.

Ao tratar a unidade do gênero humano, Arendt (1973) nos mostra que não existe uma "natureza humana", mas uma condição humana, cujos ingredientes principais são a pluralidade, a diversidade e a singularidade da natalidade (cada ser humano deve ser introduzido num mundo preexistente, com o qual manterá uma relação privilegiada e ao qual, com sua presença, trará a possibilidade do novo, da aceitação, do respeito as diferenças).

Para Junqueira (2007), em uma sociedade como a nossa, o racismo existe camuflado, assim como o preconceito contra homossexuais, bissexuais e transgêneros (o termo refere-se à condição cuja expressão de gênero não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado para elas no nascimento. Mais recentemente o termo também tem sido utilizado para definir pessoas que estão constantemente em trânsito entre um gênero e outro. O prefixo trans significa "além de", "através de"). Mesmo sem deixar de ter suas sutilezas, comumente encontra manifestação ostensiva e insistente, e seus mecanismos discriminatórios operam às claras sob o poder de instituições (mídia e grupos religiosos) e opinião pública.

Dando mais ênfase a essa definição, e pensando principalmente nas relações estabelecidas no núcleo familiar, Schulman (2009) demonstra como a violência contra os homossexuais é visível em todas as esferas da sociedade e aponta para o quão traumático é esse processo para o desenvolvimento da vida do indivíduo que sofre com tais acontecimentos "agressivos". Traumas que desde a infância são introjetados,

difíceis de serem anulados ou esquecidos, onde o núcleo familiar, composto pelos pais e irmãos, muitas vezes não aceitam a orientação sexual do (a) filho (a) e o deixa a mercê da sociedade, os agredindo e até mesmo expulsando - o de suas casas. A orientação sexual de uma pessoa indica por quais gêneros ela sente-se atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente. Ela pode ser assexual (nenhuma atração sexual), bissexual (atração pelos gêneros masculino e feminino), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou pansexual (atração independente do gênero). Muitas vezes se lê “opção sexual”, onde diversos pesquisadores questionam tal fala, pois, a homossexualidade não pode ser tratada como um ato de escolha (ser ou não ser homossexual).

2. Fundamentação Teórica

O protagonista do filme Orações para Bobby, retratado no drama de um jovem rapaz que vive um dilema existencial em função da sua orientação sexual. Filho caçula de uma família conservadora, Bobby Graffiti vê-se pressionado, perseguido e maltratado por membros da própria família quando revela que é gay. O caso dele reflete a realidade de milhões de jovens que são confrontados por sua condição sexual pela sociedade geral. O filme Orações Para Bobby narra a história real de Mary Griffith, vivida por Sigourney Weaver. A mãe presbiteriana que se arrepende de tentar curar o filho homossexual que se mata depois de não aguentar tamanha pressão. O filme estreou na TV americana em 2009, na noite anterior ao Oscar e mudou paradigmas. A história se passou nos anos 80 em Walnut Creek, Califórnia, próximo a São Francisco. Em 27 de agosto de 1983, Bobby Griffith tirou sua vida ao pular de um viaduto sobre uma autoestrada, aos 20 anos, em Portland, Oregon para onde se mudou. O filme e o livro são bem fiéis a história real. Por quase quatro anos ele sofreu pressão de sua família para deixar sua homossexualidade. Sua mãe, extremamente religiosa, não admitia a homossexualidade do filho, ao qual denominava de doença, ou aberração, e contra qual usava a Bíblia para respaldar seus preconceitos (infelizmente temos isso até hoje, em um tempo de negações de direitos). A estrutura e a dinâmica de relacionamento familiar têm sofrido alterações ao longo da história (Crepaldi Andreani, Hammes, Ristof; Abreu, 2006; Ponciano, 2003). Temos então a configuração familiar e suas funções são tecidas em contextos históricos e sociais distintos, mas

não podemos negar que mesmo com tantas mudanças, a homossexualidade ainda é um “tabu” perante alguns núcleos familiares, que aceitam muito bem os homossexuais, mas, fora de suas casas (sem grau de parentesco). A família continua sendo o alicerce de qualquer pessoa que tenta viver uma vida digna, sendo assim o homossexual também deve contar com a família para ter dignidade num mundo ainda preconceituoso, e que pode muitas vezes não aceitar o homossexual se esquecendo do ser humano que existe dentro dele.

Por um lado, segundo Lopes (2006) falar em arte de mulheres (mães que não aceitam um/a filho/a homossexual) e arte gay aparecia como um esforço militante de fazer falar na história do cinema e na atualidade sujeitos silenciados, o que foi logo articulado a um processo de segmentação do mercado, na criação de festivais e mostras pelo mundo afora, mas que adotará estratégias mais recentes de politizar mesmo as relações entre identidade e consumo. Por outro lado, o interesse pelo espectador iria realizar uma primeira desconstrução do paradigma hollywoodiano do olhar masculino/objeto feminino. Ou seja, com exceção do melodrama, os gêneros cinematográficos eram feitos em grande medida para um público masculino ou para quem se colocava na sua posição. A glamorização do personagem feminino o prendia sempre como um objeto de desejo e de contemplação.

Segundo Gois (2004), a partir da década de 1990, começou-se a perceber uma alteração significativa neste quadro, visível na maior diversificação temática e metodológica das reflexões sobre a homossexualidade. Foi um momento de esforço na instituição de um novo cânone, a partir do qual questões tradicionais passariam a ser reexaminadas e novas indagações levantadas. Mas mesmo assim, podemos observar que o papel maternal visto no filme “Orações para Bobby”, não se diferencia da realidade em nosso país ou em outras localidades, que pensam na: revelação da homossexualidade do(a) filho(a); revelação à família e convivência com a homossexualidade do(a) filho(a); relacionamentos familiares; horizonte de silêncio; expectativas maternas em relação ao projeto de vida do(a) filho(a). O que diferencia os significados que desvelam essa dor é o modo como as mães conseguem assimilar a vivência da homossexualidade dos filhos em sua temporalidade e conviver com ela. Caso isso não aconteça, “muitos sairão do armário e se esconderão nas telas dos cinemas, pois conviver com o imaginário é mais fácil do que sofrer com a realidade homofóbica”.

3. Metodologia do estudo

Pesquisa bibliográfica e audiovisual.

4. Considerações finais

Seguindo o exemplo do filme “Orações para Bobby”, tentar acolher o(a) filho(a) mesmo sem compreender, demonstrara grande preocupação com violência e preconceito que o/a mesmo sofrerá. Sentir a vivência como um choque, com culpa, angústia, revolta, dificuldade, desentendimento, muitas vezes não aceitando, muitas vezes lutando para compreender o(a) filho(a) independentemente de sua sexualidade, é conviver bem com a homossexualidade fora das telas cinematográficas, ainda que através do velamento, das dúvidas, da curiosidade e, por isso, a dificuldade em assimilar a vivência. A pesquisa nos permitiu concluir que o fenômeno estudado envolve uma multiplicidade de fatores e o contato com as mães heterossexuais de filhos/as, levando em conta, Mary Griffith, mãe de Bobby, abriu novas perspectivas de compreensão e ressignificação da vivência, ao revelar o que os mesmos atribuíram à maternidade, permitindo desconstruir tabus, mitos, preconceitos e estigmas.

Referências

- ARENDDT, H. Crisis da República. São Paulo: Perspectiva, 1973. BORRILLO, D. Homofobia. Espanha: Bellaterra, 2001.
- CREPALDI, M. A., Andreani, G., Hammers, P. S., Ristof, C. D., & Abreu, S. R. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança: segundo a concepção de mães. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 579–587. doi:10.1590/S1413-73722006000300014
- CUNHA, A.G. Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Papirus, 1993.
- GÓIS, João B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. In: LOPES, Denílson [et al] (org.). *Imagem & diversidade sexual. Estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa Edições, 2004.
- JUNQUEIRA, R. D. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Secad/MEC, 2009.



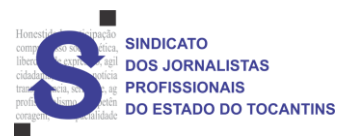
LOPES, Denilson. Cinema e gênero. MASCARELLO, Fernando. História do cinema mundial. Campinas, SP: Papirus, p. 379-393, 2006

LORENZ, K. A agressão: Uma história natural do mal. São Paulo: Moraes, 1973.

MOSER, P. A teoria do conhecimento: uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHULMAN, S. Ties that Bind: Familial Homophobia and its Consequences. New York: The New, 2009.

DA SILVA, Renan Antônio; DA SILVA, Marilda. Incluir excluindo ou excluir incluindo: escola destinada ao público gay e o processo (tentativa) de inclusão social. EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação, v. 3, n. 5, p. 26-43, 2016



COMUNICAÇÃO, GÊNERO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORTE

Janaina Costa Rodrigues⁷⁰
Universidade Federal do Tocantins
Cynthia Mara Miranda⁷¹
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Estudos de mídia, ética e gênero

Resumo

Esse artigo apresenta uma breve análise do modelo brasileiro de democracia representativa, no qual persiste a desigualdade de gênero, raça e classe. Trata-se de revisão de literatura que aponta as estratégias discursivas e o uso da mídia como vetores importantes para a inclusão (ou exclusão) das mulheres na arena política. Analisa-se a baixa proporção das mulheres na política, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE sobre as eleições municipais majoritárias na região norte do Brasil, dos anos de 2008, 2012 e 2016.

Palavras-chave: Comunicação. Gênero. Política. Eleições.

1. Introdução

No Brasil, a democracia representativa é um modelo excludente que encontra inúmeras barreiras para seu desenvolvimento, entre elas, a desigualdade de gênero, raça e classe. Em mais de uma década da implementação da cota de gênero para candidaturas femininas, prevista na Lei Federal nº 9.504/1997, ainda não há mudanças significativas no cenário de exclusão da mulher.

No pacto federativo, as eleições municipais são as que possuem menores proporções, em termos de logística local e financiamento, por alcançarem o território micro – as cidades. Sem dúvida, as mobilizações para cargos políticos e de gestão de âmbito estadual e federal, envolvem mais recursos, pessoas e esforços. Contudo, se considerarmos que a gestão municipal diz respeito ao dia a dia das pessoas, suas vivências locais e suas demandas emergentes, por exemplo, moradia, saúde, educação, assistência social e trabalho, entenderemos que é no

⁷⁰ Assistente Social e Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins–UFT, email: janarev@hotmail.com

⁷¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, email: cynthiamara@mail.uft.edu.br.

município que se processa a vida. Por esse motivo, entendemos que partindo do micro também é possível visualizar questões que se reportam ao macro. A sub-representação das mulheres na política tem proporções particulares nas eleições municipais das capitais da região norte do país e motiva a reflexão central do presente artigo. Assim, esse trabalho visa analisar a desigualdade de gênero nas eleições majoritárias municipais de 2008, 2012 e 2016, utilizando como referência a divulgação realizada no site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, entendido como um espaço de comunicação formal.

2. Fundamentação Teórica

A conquista de espaço em partidos, a adesão da população em geral a suas propostas e a consequente, conquista de cargos eletivos, passam também pelo uso de estratégias discursivas. O discurso autorizado na sociedade contemporânea é o discurso institucional, ou seja, a comunicação produzida pela classe dominante, pelos segmentos mais abastados da sociedade, se legitima mais facilmente no contexto político. Dijk (2015) analisa que até mesmo a conversa informal entre homens e mulheres é permeada por relações de poder. As mulheres costumam “trabalhar mais” nas conversas do que os homens, demonstrando mais interesse na argumentação para que o conjunto de suas ideias não seja rejeitado ou refutado. A dominação masculina não se restringe às conversas informais, mas também aos contextos públicos.

Persiste uma hierarquização que atribui maior valor ao argumento do homem em detrimento ao da mulher. Mulheres que possuem posição de destaque ou conhecimento especializado são convidadas ao diálogo institucional, mas ainda assim podem ser questionadas ou estigmatizadas pelo que falam. O espaço de fala autorizada está cada vez mais longe da realidade das mulheres que pleiteiam cargos políticos, visto que o processo de exclusão é amplo e pode ser observado numa breve consulta ao site do Tribunal Superior Eleitoral.

3. Metodologia do estudo

Esse estudo buscou observar, a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o quantitativo de mulheres candidatas e o número de mulheres eleitas ao cargo de prefeita nas sete capitais da Região Norte do Brasil, a saber: Palmas - TO; Macapá - AP; Rio Branco - AC; Belém - PA; Boa Vista - RR; Porto Velho - RO; e Manaus - AM. Os dados foram coletados no site do TSE tendo como foco as três últimas eleições municipais: 2008, 2012 e 2016. Essa

amostra de três períodos eleitorais objetiva elucidar a quantidade de mulheres que pleitearam a vaga em cargo eletivo de Prefeita, correlacionando com o número de mulheres eleitas em cada cidade e cargo. As informações registradas no site são de domínio público e compreende-se que o mesmo é um instrumento de transparência pública, uma forma de prestação de contas (accountability) para as cidadãs e cidadãos, podendo servir também como balizador para a análise da desigualdade de gênero no acesso aos cargos eletivos.

Considerando, o conteúdo do site do TSE é possível fazer reflexões preliminares, a partir desses dados. Convém destacar que esse estudo não se encerra em si mesmo, do contrário, serão necessários outros estudos que se aproximem dos sujeitos, sobretudo, para compreender as trajetórias das mulheres candidatas na região norte para um aprofundamento analítico mais amplo.

4. Resultados e discussões

Miguel e Queiróz (2006), em seus estudos sobre a participação da mulher na política, destacam que o desempenho das mulheres candidatas é maior em regiões, tidas como mais atrasadas em termos de desenvolvimento humano. No senso comum, ao contrário disso, prevalece o entendimento de que quanto mais desenvolvida a região, mais se aumenta a presença feminina em cargos eletivos. No entanto, a análise das disputas eleitorais ocorridas sob a vigência da legislação de cotas, *mostra que o desempenho das mulheres candidatas é sensivelmente superior nas regiões mais atrasadas. Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões menos industrializadas, menos escolarizadas e com indicadores sociais piores, elegem sempre uma proporção maior de mulheres do que o Sudeste e o Sul.* (MIGUEL e QUEIROZ, 2006).

Observou-se inicialmente que em Palmas, capital do Estado do Tocantins, nos períodos eleitorais analisados, três mulheres concorreram à Prefeitura: Nilmar Galvino Ruiz (Democratas- DEM), em 2008; Luana Matilde Ribeiro (Partido da República - PR), em 2012; e Cláudia Telles e Menezes Pires Martins Lelis (Partido Verde - PV), em 2016. Nenhuma foi eleita. Os dados da capital do Estado do Tocantins evidenciam a presença de uma mulher na condição de candidata, em cada pleito analisado. Observou-se que a participação das mulheres como candidatas se manteve em cada pleito, embora houvesse maior número de homens na mesma condição. Foram 14 candidatos do sexo masculino, sendo três homens eleitos. É notório que os homens são maioria no número de candidatos e eleitos.

Em Rio Branco, capital do Acre, três mulheres figuraram como candidatas. Difere o fato de 2008 não ter havido nenhuma mulher como postulante à vaga e 2012 ter havido duas mulheres candidatas. Em 2016, o eleito foi Marcus Alexandre (PT). A única mulher candidata, Eliane Pereira Sinhasique (PMDB), é jornalista, radialista e publicitária. Obteve 32,02% dos votos válidos. Em seu perfil político, acrescenta-se que *“ganhou notoriedade no Acre com o programa de rádio Toque Retoque transmitido pela Gazeta FM⁷²”*. Observa-se o nível de escolaridade e o exercício de funções públicas corroboram para o acesso de mulheres aos cargos eletivos. Embora existam candidatas, as candidaturas exitosas são poucas.

Em Macapá - AM, as duas mulheres candidatas em 2016 não chegaram ao segundo turno: Aline Paranhos Varonil Gurgel - PRB, com 25.365 votos válidos; e Doralice Nascimento de Souza - PT, com 2.174 votos válidos. A plataforma destaca que Doralice Nascimento de Souza foi vice-governadora do Amapá e também é geógrafa, já tendo se candidatado ao cargo de deputada federal – candidatura sem êxito.

No Estado do Amazonas, nas três eleições analisadas, apenas uma mulher foi candidata em 2012. Em 2008 foi eleito Amazonino Armando Mendes, do PTB, sem nenhuma mulher na disputa. Em 2012, eleito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto - PSDB. Na disputa, Vanessa Grazziotin – do PC do B foi ao segundo turno e teve 34,052% dos votos válidos. Vanessa Grazziotin é uma farmacêutica, atualmente Senadora da República e com expressiva base eleitoral no estado do Amazonas.

Em 2008 o Estado do Pará elegeu Duciomar Gomes da Costa - PTB. As duas mulheres postulantes ao cargo não chegaram ao segundo turno – Valéria Vinagre Pires Franco - DEM e Marinor Jorge Brito - PSOL. Com 2,03% dos votos válidos, Marinor Jorge Brito dos Santos, foi apresentada em campanha como sindicalista, professora e política brasileira filiada ao Partido Socialismo e Liberdade. Foi senadora pelo Pará e atualmente é vereadora de Belém. Com 13,34% dos votos válidos, Valéria Vinagre Pires Franco, é jornalista e casada com o também político Vitor Pires Franco Neto.

⁷² <https://www.eleicoesepolitica.net>. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

Em Porto Velho, Estado de Rondônia, duas mulheres se candidataram ao longo dos três períodos eleitorais. Em 2008, sem nenhuma mulher na disputa, foi eleito Roberto Eduardo Sobrinho, candidato do PT. Em 2012 foi eleito Mauro Nazif (PSB). As duas mulheres não chegaram ao segundo turno. Mariana Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes - PSDB, obteve 17,885% dos votos válidos, possui duas formações profissionais (advogada e médica), e é deputada federal por Rondônia. A outra candidata no mesmo pleito foi Fátima Cleide Rodrigues da Silva - PT, obteve 12,688% dos votos válidos, é graduada em Letras e tem forte ligação com os movimentos sindicais de professores. Em 2016 foi eleito o empresário Hildon de Lima Chaves - PSDB, sem a presença de nenhuma mulher na disputa.

Em Boa Vista, capital de Roraima temos a única mulher eleita para o cargo de prefeita na Região Norte, nos períodos analisados. Em 2008, foi eleito Iradilson Sampaio de Souza - PSB. Não houve presença de candidatura feminina no pleito. Já em 2012 foi eleita Maria Teresa Saenz Surita Jucá - PMDB, com 39,264% dos votos válidos. Na disputa concorreu com um homem. Em 2016, a referida candidata foi reeleita. Em seu perfil, destaca-se que iniciou a carreira política como primeira-dama e Coordenadora de Ação Social do Governo do Estado de Roraima, na gestão de Romero Jucá, seu ex-marido e Senador por Roraima. Em 1990 foi também eleita deputada federal. Importante destacar que o perfil político das mulheres candidatas, apresentado na plataforma do TSE, comumente destaca as relações familiares que conformam seu capital político. Para as mulheres, a escolaridade é um fator comum à boa parte das que conquistam cargo eletivo.

As mulheres postulantes ao cargo eletivo de prefeita nas capitais da região norte, nos períodos analisados possuem trajetória política anterior, sendo que boa parte já exerceu mandato de deputada. Percebe-se ainda que embora tenham sido derrotadas na disputa ao cargo de prefeita, muitas delas foram vitoriosas na candidatura para deputadas. A maioria dessas mulheres são casadas e agregam o diploma de formação em curso superior na área de humanas, ao seu perfil político. E uma delas por ser ligada a um programa de rádio, teve sua visibilidade ampliada pelo uso desse veículo de comunicação.

Há estudos que apontam a maior presença das mulheres eleitas nos partidos de esquerda e em partidos novos (MATLAND, 2002; HTUN, 2002). Foram 05 candidatas no ano de 2008, das quais duas eram de partido de esquerda (PT e PSOL). Em 2012 foram 10 candidatas, das quais 05 eram do campo político-ideológico da esquerda (PT, PSOL, PSB, PC

do B). Já em 2016, foram 06 candidatas, sendo 02 de partidos de esquerda (PSOL, PT). No geral, observando os dados as mulheres candidatas, salvo algumas exceções tiveram um quantitativo de votos mínimo, independente do partido político.

4. Considerações finais

Apesar da existência de algumas candidaturas femininas, nota-se que nos escrutínios eleitorais analisados, apenas uma das capitais da região norte conseguiu eleger uma mulher para o cargo de chefe do executivo municipal – Prefeita, nas últimas três eleições municipais. Pôde-se observar a partir dos dados da plataforma do TSE, a reduzida participação das mulheres como candidatas ao cargo eletivo de prefeita e um número ainda menor de mulheres eleitas. Nas eleições de 2008, a região norte contou com 05 mulheres candidatas. Em 2012 esse número de candidaturas aumentou para 10 e em 2016 reduziu para 06 mulheres. Ou seja, do universo de 21 mulheres candidatas, apenas uma mulher foi eleita em 2012 e reeleita na eleição posterior.

Não temos respostas para a subrepresentatividade das mulheres nas candidaturas majoritárias na região norte, mas algumas linhas de indagação podem ser efetuadas para compreensão do cenário tais como: o aumento do financiamento de campanhas das mulheres, a definição de maior tempo de uso da propaganda eleitoral, a adoção de medidas pedagógicas que estimulem o eleitor a rever seu preconceito de gênero e a discussão sobre a prioridade (ou não) dedicada pela coligação à candidatura de mulheres. A presença da mulher na política indica também a politização de suas demandas, ou seja, a inclusão de suas necessidades e interesses na agenda pública. Nesse contexto, para além de serem representadas por outros, as mulheres reivindicam a presença de “outras” que possam participar da construção de políticas para atendê-las.

5. Referências Bibliográficas

DIJK, T. A. V (org). **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015. 2.ed.

HTUN, Mala N. (2002), “**Mujeres y Poder Político en Latino américa**”, in M. Méndez Montalvo e J. Ballington (orgs.), *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los Números*. Strömsborg, International IDEA. Disponível em: <http://www.idea.int>, acessado em 9/11/2018.

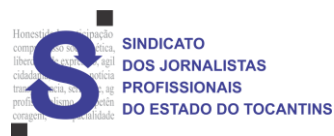
MATLAND, Richard E. (2002), “**Estrategias para Ampliar la Participación Femenina en el Parlamento. El Proceso de Selección de Candidatos Legislativos y los Sistemas Electorales**”, in M. Méndez-Montalvo e J. Ballington (orgs.), *Mujeres en el Parlamento. Más*



allá de los Números. Strömsborg, International IDEA. Disponível em <http://www.idea.int>, acessado em 9/11/2018.

MIGUEL, Luís Felipe e QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 363-385, maio-agosto/2006.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa**. Revista Opinião Pública, vol. 15. Nº 1, 2009.



COMUNIDADE TRADICIONAL DE GERAIZEIROS DA MATINHA, GUARÁÍTO: FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Alexandre de Castro Campos⁷³

Universidade Estadual Paulista

Nelson Russo de Moraes⁷⁴

Universidade Estadual Paulista

Valdemir Garcia Neto Melo⁷⁵

Universidade Estadual Paulista

Bruno Ricardo Carvalho Pires⁷⁶

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Cultura, Economia e Desenvolvimento Regional

Resumo

No Brasil, como também em algumas nações da América Latina, mesmo tendo diversidade cultural e étnica maior que os demais países, sua história conta a trajetória na formação do seu povo, que traz a presença dessa diversidade. Em território brasileiro os indígenas chegam a mais de 300 etnias distribuídas nas diversas regiões existentes, como povos originários e outros grupos de indivíduos limitados de modo geral conhecidos como comunidades tradicionais, dentre eles os quilombolas, os pescadores, os ribeirinhos, os caiçaras, as quebradeiras de coco de babaçu, as comunidades de fundo de pasto, comunidades de seringueiros e os geraizeiros. A identificação cultural da comunidade tradicional geraizeira foi modelada no transcórrer de séculos passando de geração em geração, sendo objeto de pesquisa de alguns trabalhos de investigação científica por universidades e grupos de pesquisa em programas de pós-graduação. O trabalho descreve a identidade da comunidade tradicional de geraizeiros da Matinha.

⁷³Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Especialista em Agricultura Biodinâmica (UNIUBE). Graduado em Geografia (USC). Docente (substituto) do curso de Geografia (UNESP). Integrante do GEDGS/FCE/UNESP. alexandregeo@hotmail.com. orcid.org/0000-0001-5663-8757

⁷⁴Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA), Mestre em Serviço Social (UNESP). Especialista em Gestão Pública (FAG). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE). Graduado em Administração (ITE). Docente do Curso de Administração (FCE/UNESP). Docente de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). nelsonrusso.unesp@gmail.com. orcid.org/0000-0003-0159-9433

⁷⁵Mestrando em Agronegócio de Desenvolvimento pelo programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD/FCE/UNESP). Graduado em Tecnologia em Agronegócio (FATEC). Integrante do GEDGS/FCE/UNESP. v.garcianetoo@gmail.com orcid.org/0000-0002-4942-1696

⁷⁶Mestrando em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT/2019). Especialista em Docência do Ensino Superior (FAG/2013) e Gestão de Projetos Sociais e Captação de Recursos (FAG/2011). Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Claretiano/2015). Integrante GEDGS/FCE/UNESP. brunorradar@hotmail.com orcid 0000-0001-8445-7179

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Cultura. Geraizeiros.

1. Introdução

Diante do contexto das comunidades tradicionais, legalmente diferenciadas, os geraizeiros caracterizam-se por serem historicamente formados por grupos familiares ou afetivos que se deslocaram das regiões das serras gerais, especialmente do estado mineiro e capixaba, formando novos agrupamentos especialmente nas áreas rurais e também nas áreas centrais do Brasil, com relevância para os estados de Goiás, Tocantins, sul do Maranhão e sudeste do Pará, que são caracterizados pela forte cultura mineira (MORAES *et al*, 2017a).

O objetivo geral do presente trabalho é descrever a formação da identidade cultural, a partir de um estudo da Comunidade da Matinha. Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, foram propostos objetivos específicos, resgatar historicamente a formação e as tradições da comunidade, bem como também descrever as relações sociais das comunidades tradicionais de geraizeiros, com destaque para a Comunidade Matinha.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Formação do povo brasileiro

O antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” descreve com profundidade e riqueza de detalhes o processo de formação do brasileiro, sua etnia, seu jeito de ser e método de trabalho, destacando-se o sistema latifundiário, onde surgiu e cresceu o povo brasileiro com suas naturais transformações ao longo de sua colonização (RIBEIRO, 2015).

Ribeiro (2015) destaca que no momento que os portugueses aqui chegaram, encontraram os índios “tupi”, indígenas que se espalhavam por diversa regiões, inclusive a o litoral atlântico da região amazônica e também as margens dos rios Paraguai, Guaporé e Tapajós. Destacando que seriam os europeus colonizadores trazendo doenças em meio ao processo de disputa por suas terras, florestas e riquezas naturais, surgindo assim grandes conflitos entre os indígenas e os portugueses.

Ribeiro (2015) destaca que a distância é grande quando separa e opõe os pobres dos ricos, com isso se soma a discriminação que pesa sobre os negros, mulatos e índios. Os africanos

submetidos aos processos de escravidão lutavam ao risco de morte por sua liberdade, em muitos casos formando-se as comunidades tradicionais de quilombos.

2.2 Comunidades tradicionais

O Decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007, regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, especificando:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, Decreto 6040, art.3, §1).

Tal Decreto Federal mencionado conduz a angularidade de que os fundamentos de uniformidade racial e étnica, constituídos pela Constituição Federal de 1988, deveriam ser mais bem especificados à realidade sócio cultural dos indivíduos dos povos e comunidades tradicionais. Outro ponto importante é a combinação do decreto de deixar evidente o debate em relação a definição de território, porém a redação não colabora:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (Brasil, 2007, Decreto 6040, art.3, §2).

Certificando-se então a definição, dos povos indígenas como povos originários e os demais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, quebradeiras de coco de babaçu e geraizeiros) como comunidades tradicionais brasileiras (MORAES *et al*, 2016)

2.3 Comunidade Tradicional de geraizeiros

As comunidades geraizeiras são exclusivamente associadas à formação geológica dos gerais, região com vegetação de cerrado que engloba o sul da Bahia e parte setentrional de Minas Gerais, onde aparecem também os planaltos, vales e escarpas. Os geraizeiros caracterizam uma tradição exclusivamente de mitos e crenças peculiares a natureza, além de terem seu próprio vocabulário e representações específicas. As comunidades geraizeiras produzem diversas e variadas culturas agrícolas, aplicando seus conhecimentos adquiridos de gerações passadas (DAYRELL, 1998).

O norte de Minas Gerais é formado pela vegetação de cerrado, caracterizando a formação dos gerais e das veredas, tendo condições essenciais para o desenvolvimento das comunidades tradicionais de geraizeiros, pois colaboram no desenvolvimento sustentável da região (OLIVEIRA, 2017).

O surgimento dessas comunidades totalmente interligadas às suas tradições, crenças, mitos além da fé religiosa, correlacionadas ao meio natural tendo uma sociabilidade única de convivência interpessoal. A exploração dos recursos naturais e do espaço físico ambiental sempre foi executada de maneira comunitária, mas eram conservados os espaços naturais mais familiares, como a moradia e seu quintal (NOGUEIRA, 2009).

2.3 Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO)

A comunidade de geraizeiros da Matinha foi criada há mais de cinco décadas e se localiza a uma distância de 15 quilômetros do município de Guaraí/TO, sentido sul do Estado do Pará, as margens da rodovia estadual TO 336 entre os municípios de Guaraí/TO e Colméia/TO, quando cinco famílias migraram do interior de Minas Gerais para desbravar novas áreas, trazendo na bagagem toda experiência adquirida dos seus antepassados em relação a agricultura familiar e toda tradição cultural e religiosa que sustenta a comunidade manter a forte território da Matinha é formado por vegetação de transição, tendo a predominância do cerrado e também faixas de vegetação amazônica, localizadas na bacia hidrográfica do Bananal (TOCANTINS, 1999). O clima tropical presente faz com que a temperatura média anual na comunidade varia entre 27 e 30 graus, havendo um período de chuva de outubro a maio, a vegetação campestre do cerrado junto com as gramíneas predominam a região onde se encontra a comunidade, com abundante presença de pequi, de ingá, babaçu e de veredas de buriti (LORENZI, 1992).

A condição de vida dos geraizeiros da Matinha só veio a melhorar com a chegada das pavimentações, da energia, da construção de escola e principalmente do acesso à água potável, há relatos que demonstram que a fé religiosa dos geraizeiros sempre foi um diferencial nas famílias, preservando também a musicalidade com a construção de um pequeno estúdio para momentos de orações, celebrações e gravações de músicas religiosas. Na atualidade, o local é usado para missas e celebrações, além de festas comemorativas (MORAES *et al*, 2017b).

Hoje na comunidade da Matinha vivem aproximadamente 200 geraizeiros, totalizando pouco mais de 50 famílias, atualmente esses geraizeiros cultivam de maneira agroecológica, preservando suas tradições deixadas pelas gerações passadas. (CAMPOS, 2019).

3. Metodologia do estudo

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (Grupo de Pesquisa regular e credenciado pela UNESP/Tupã), assumindo-se como pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, sendo que a exploração bibliográfica e documental foram as técnicas centrais da coleta de informações para a resolução dos trabalhos (CONDURÚ; PEREIRA, 2010).

4. Resultados e discussões

Conforme Dayrell (1998), os geraizeiros configuram uma tradição exclusiva de ambientação a natureza, abordada por uma tradição particularidade de crenças e mitos, símbolos e representações, desenvolvendo na agricultura diversas espécies e variedades, utilizando suas tradições passadas de produção normalmente de maneira agroflorestal.

Desse modo, os mais diversos ambientes do cerrado brasileiro na região setentrional do estado mineiro estão inseridos em um método produtivo, concordando, através da extração natural de diversos produtos para seu desenvolvimento social por meio de frutos, medicamentos, mel, madeira, dentre outros, que são comercializados em feiras e supermercados.

5. Considerações finais

Entretanto, sustentando-se as características do cerrado e dos resquícios que esse bioma traz às gerações e a origem ancestral nas experiências de retirada do encurralamento sofrido no norte mineiro, nota-se a formação de algumas comunidades de geraizeiros em outras regiões e estados brasileiros como na Bahia, no Tocantins e em Goiás.

Nestas comunidades tradicionais de geraizeiros, nota-se a identidade registrada pela resistência aos novos modelos econômicos capitalistas (que à sua origem eram fortemente marcados pela produção do eucalipto e a mineração), pela religiosidade que norteou seus antepassados e que orienta as famílias à relação respeitosa entre o ser humano e a natureza e

também a manutenção de trabalhos de forma comunitária e de terras comunais, assim como eram as terras soltas notadas nas comunidades geraizeiras das gerais no norte mineiro.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: Acesso em 22 de agosto de 2019.

_____. **Decreto 6040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em. Acesso em 22 de agosto de 2019.

CAMPOS, A.C. **Análise dos impactos sociais da transição de modelos agrícolas em comunidades tradicionais**: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO). Dissertação de Mestrado PGAD/FCE/UNESP/Tupã (2019), 90p. Tupã/SP: UNESP, 2019.

CONDURÚ, M.T.; PEREIRA, J.A.R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos: UFPA, 2010.

DARCY, R. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

DAYRELL, C. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais**: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGCS, Universidad Internacinal de Andalucía, Espanha, 1998.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: Plantarum, 1992.

MORAES, N.R; CAMPOS, A.C; MÜLLER, N.M; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F; BRAGA, W.R.O. O conceito de território dentro de comunidades tradicionais brasileiras. **Revista Observatório**, v. 2, p. 442, 2016.

_____; BRUMATTI, L.M.; LIMA, A.R.; CAMPOS, A.C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, vol 3, número 4, 2017. Disponível em sistemas.uft.edu.br/periódicos/index.php/observatório/article/view/366>

_____; CAMPOS, A.C.; SILVA, M.L.; SOUZA, F.C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, volume 3, número 5, ano 2017. Disponível em <sistemas.uft.edu.br/periódicos/index.php/observatório/article/view/367>

NOGUEIRA, M.C.R. **Geraizeiros a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado em Antropologia (Programa de Antropologia Social) Universidade de Brasília. 2009, 233p.

OLIVEIRA, M.D. **Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do norte de minas gerais**: o caso da comunidade sobrado. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). UNB, 2017, 138p.

TOCANTINS. **Atlas do Estado do Tocantins**. Governo do Estado do Tocantins, 1999.

DIFICULDADES, SOFRIMENTO E PRAZER NA VIDA ACADÊMICA: UM ESTUDO COM ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO E JORNALISMO

Janáina Vilares da Silva⁷⁷

Universidade Federal do Tocantins

Liliam Deisy Ghizoni⁷⁸

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Saúde Mental na Universidade

Resumo

Objetiva-se discutir as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes da graduação na atualidade, bem como as fontes de prazer e sofrimento por serem universitários. Trata-se de um recorte de pesquisa, com abordagem qualitativa, tendo como suporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho. Com relação aos resultados, a maior dificuldade apontada foi a questão financeira; já a falta de tempo foi a maior fonte de sofrimento; com relação ao prazer destaca-se as amizades. Conclui-se que não há apenas sofrimentos na universidade, havendo fontes de prazer para que ocorra a mobilização do sujeito em prol da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental. Prazer-sofrimento. Universitários.

1. Introdução

Na atualidade o adoecimento psíquico, bem como os sintomas psicossomáticos, a ideação suicida e a concretude do suicídio, vêm crescendo com uma velocidade assustadora, tornando-se cada vez mais recorrente na sociedade moderna. Dutra (2012) relata que há um crescimento de notícias, como redes sociais, blogs, instagram, facebook, dentre outros, a respeito do sofrimento mental a até mesmo o próprio suicídio.

Nas universidades o número de notícias de sofrimento psíquico e até mesmo de suicídios tem aumentado. De acordo com Santos et. al. (2017), o suicídio tornou-se a segunda maior

⁷⁷Mestranda do programa de pós-graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCom/UFT. Psicóloga da Universidade Federal do Tocantins. Membro do grupo de pesquisa no CNPQ “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”. E-mail: vilaresjana@gmail.com.

⁷⁸Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações na UnB com Estágio Sanduíche na Université Catholique de Louvain la Neuve - Bélgica. Mestre em Educação (área de Educação e Trabalho) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Saúde Mental pela FIOCRUZ. Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí, graduação em Estudos Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora adjunta da UFT, no curso de administração e no PPGCom. Líder do grupo de pesquisa no CNPQ “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”. E-mail: ldghizoni@gmail.com.

causa de óbito entre os estudantes universitários, o que é bastante preocupante, devido a toda potencialidade destes jovens e da perspectiva de anos a serem vividos.

Existe um senso comum de que a maioria dos casos de suicídio ocorre porque o sujeito encontra-se com depressão, todavia o suicídio é um evento multifatorial ou multidimensional, e até mesmo existencial⁷⁹, pois há inúmeros fatores na vida de um sujeito que podem levar ao adoecimento e ao suicídio.

Diante deste contexto, as universidades vêm pensando intervenções em saúde mental para a sua população, seja para os jovens universitários ou para os servidores. A Universidade Federal do Tocantins criou o Programa Mais Vida por meio da Portaria nº 559, de 11 de abril de 2018, e deste então vem articulando ações no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão.

Destarte a Universidade Federal do Tocantins (UFT), criou a disciplina “Prazer e Sofrimento na Universidade”, ofertada em 2019/1 para as graduações de administração e jornalismo do Campus de Palmas-TO. Esta experiência piloto foi ministrada pela professora doutora Liliam Deisy Ghizoni, juntamente com suas orientandas de mestrado Janaína Vilares da Silva e Jordanna de Sousa Parreira, que fizeram seus estágios de docência.

Assim, o presente estudo é um recorte do instrumento utilizado na disciplina para mapear o perfil dos estudantes que participaram da experiência. Deste modo, o objetivo é discutir as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes na atualidade, bem como as fontes de prazer e sofrimento por serem estudantes universitários.

2. Fundamentação Teórica

Os termos prazer-sofrimento vêm da abordagem teórica “Psicodinâmico do Trabalho” criada na França do século 20, por Cristophe Dejours. A partir da disciplina “Psicopatologia do Trabalho” que focava a questão do sofrimento e das patologias associadas à organização do trabalho, Dejours percebeu que a saúde e o trabalho como fonte de prazer eram negligenciados (DEJOURS, 2017a; FERREIRA, 2013b; SALGADO et. al., 2018).

Desta forma, a partir dos anos 1970, Dejours inicia seus estudos voltados ao viés da relação entre a saúde mental e o trabalho, embora até os anos de 1993 ainda use a denominação “Psicopatologia do Trabalho”, rompendo com esta com a publicação do Addendum do livro a

⁷⁹ Conceito apresentado pela professor Leny Carrasco, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), ministrado na palestra “Suicídio: Palestra de sensibilização e técnicas de manejo sobre suicídio e automutilação para técnicos e docentes”, ministrada em 11.06.2019, na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Loucura do Trabalho, no qual Dejours busca esclarecer que os trabalhadores agem a partir de estratégias defensivas individuais e coletivas, com a finalidade de enfrentar e se proteger dos efeitos nocivos ao sofrimento no trabalho e em busca de sua saúde mental (DEJOURS, 2011; VASCONCELOS, 2015; FERREIRA, 2013b; MENDES; ARAÚJO, 2012; LANCMAN; SZNELWAR, 2011).

Com essa mudança, os trabalhadores saem do modelo passivo, antes visto pelos estudiosos na área, e passam a ser considerados sujeitos que possuem a capacidade de enfrentamento com relação a organização do trabalho, e este torna-se um mediador à saúde e a emancipação do trabalhador quando ganha sentido (VASCONCELOS, 2015; MENDES; ARAÚJO, 2013; DEJOURS, 1999; 2017a; 2017c; 2011; MORAES, 2015).

Desta forma, Dejours trabalha com o constructo único e indissociável “Prazer-Sufrimento”, no qual o trabalho é tanto fonte de prazer, quanto de sofrimento, podendo este ocorrer de três formas distintas: criativo, ético e patogênico.

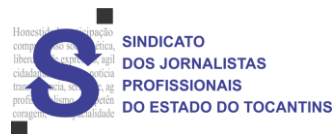
O prazer surge dos contextos de trabalho e é um princípio mobilizador, que leva o sujeito a ação, em busca da realização, gratificação e reconhecimento, promovendo uma ressignificação do sofrimento (MENDES; MULLER, 2013).

O sofrimento criativo é aquele que possibilita ao sujeito transformar os sofrimentos patológico ou ético em algo benéfico para o sujeito, subvertendo-o em prazer. Ocorre através da negociação entre as imposições organizacionais e os conteúdos subjetivos do trabalhador, para tanto é necessário uma flexibilidade entre as partes (MORAES, 2013b).

O sofrimento se torna patogênico quando o trabalhador não consegue encontrar meios de negociar com a organização de trabalho, impossibilitando o exercício de sua capacidade criadora, através de vivências fixas e rígidas. Esse tipo de sofrimento leva a frustração, alienação, sentimento de fracasso e impotência que, quando persistente, pode levar ao adoecimento físico e mental do trabalhador (MORAES, 2013b; MONTEIRO et al., 2015).

O sofrimento ético se diferencia dos outros, pois se trata de um conflito moral do sujeito consigo mesmo. Ocorre quando este se depara com situações no ambiente de trabalho que vão de encontro com seus princípios éticos e morais, levando-o a agir contra seus desejos e valores. Este sofrimento pode ser enfrentado, através da mobilização do sujeito, ou negado, podendo até chegar a se tornar patológico (MENDES; ARAÚJO, 2013).

3. Metodologia do estudo



Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza descritiva. Aplicou-se um instrumento cujo objetivo foi o levantamento do perfil dos alunos da disciplina “Prazer sofrimento na universidade”, turma 2019/1. Este foi dividido em quatro partes: dados pessoais; dados profissionais; sobre o seu estado de saúde e informações gerais.

Ao todo, foram realizadas 39 perguntas, todavia para este recorte serão analisadas, além da parte sociodemográfica, as três últimas perguntas abertas do questionário: 1. Está passando por alguma outra dificuldade específica? (financeira, familiar, conjugal, de saúde...); 2. Na UFT, enquanto estudante de Graduação, qual o seu principal sofrimento?; 3. Na UFT, enquanto estudante de Graduação, qual a sua principal fonte de prazer?

Fez-se uso do formulário eletrônico Google forms, disponibilizado no google sala de aula, deste modo, todos os alunos matriculados tiveram acesso para responder ou não.

Com relação aos cuidados éticos, tomou-se o cuidado para manter o sigilo de resposta, sendo que o participante poderia desistir da pesquisa em qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade. Os eventuais riscos decorrentes de participação na pesquisa poderiam estar relacionados ao desconforto emocional, intimidação, angústia, insatisfação, irritação e algum mal-estar frente aos questionamentos. Os benefícios aos participantes ocorrerão através do levantamento dos sofrimentos éticos, patológicos e criativos, bem como do prazer advindo do trabalhar do estudante universitário, possibilitando se pensar em saúde mental e prevenção do adoecimento físico e psicológico na universidade. As respostas serão analisadas a luz da teoria da “Psicodinâmica do Trabalho”, criada por Cristophe Dejours.

4. Resultados e Discussões

Ao todo a pesquisa teve a participação de 25 alunos de 27 matriculados, nascidos entre 1974 e 1999, tendo o aluno mais velho 45 anos e o mais novo 20 anos. Destes 60% são do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Ao todo, 80% são solteiros e não possuem filhos e 20% são casados ou em união estável e possuem filhos. Para 88% esta é a primeira graduação, os restantes já possuem formação em publicidade e propaganda, análise de sistemas e direito.

Atualmente, 92% dos acadêmicos trabalham juntamente ao estudo, nos seguintes ramos: atividades administrativas; informação e comunicação; educação; administração pública, defesa e seguridade social; atividades profissionais, científicas e técnicas; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias extrativas; atividades autônomas, aeronáutica; eventos; igreja e vendas e telefonia. Destes, 45,8% trabalham pela CLT

(Consolidação das Leis do Trabalho), 29% realizam estágio, 12,5% são servidores públicos, 12,5% autônomos, 4,2% contrato temporário e 4,2% possuem cargo comissionado.

Devido ao fato de as perguntas serem abertas, as respostas foram agregadas em categorias de acordo com a similaridade e repetição das respostas, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Resultados da pesquisa

PERGUNTAS ANALISADAS					
DIFICULDADES		SOFRIMENTO		PRAZER	
	%		%		%
Financeira	35	Falta de tempo	17	Amizades (colegas e professores)	47
Não/ Nenhuma	14	Excesso de trabalhos	11	Conhecimento/ Aprendizado/ Novas descobertas/ Experiências	23
Sim	14	Conciliar: vida acadêmica, social, familiar, trabalho e demais responsabilidades	11	Encontrar pessoas bem- sucedidas/ Inspirações	6
Familiar	14	Prazos e horários	9	Sentir-se capaz (ao entregar os trabalhos)	3
Saúde	14	Cansaço	7	Atlética	3
Problemas de saúde da mãe	3	Pressão	7	Eventos universitário/Projetos	3
Conflitos pessoais	3	Estresse	4	Estar próximo de finalizar o curso	3
Obesidade	3	Ansiedade/Nervosismo	4	Ser graduado em uma Universidade Federal	3
		Aula sábado	4	Estar numa sala de aula em sintonia	3
		Acordar cedo	4	Férias	3
		Apatia	2	Nenhuma	3
		Falta de foco	2		
		Noites mal dormidas	2		
		Críticas e julgamentos	2		
		Medo quanto ao futuro profissional e pessoal	2		
		Incapacidade em produzir texto científico	2		
		Falta de motivação	2		
		Arrogância de professores	2		
		Professores despreparados	2		
		TCC	2		
		Falar em público	2		

Fonte: Silva e Ghizoni (2019).

Desta forma, com relação a primeira pergunta analisada: “Está passando por alguma outra dificuldade específica? (financeira, familiar, conjugal, de saúde...)”, é possível observar na primeira coluna, intitulada “Dificuldades”, que são os percalços que aparecem na vida do estudante/ trabalhador e que podem a vir a levar a um sofrimento ou agravar algo que já exista, que a maioria dos alunos consideram os “problemas financeiros” em dos maiores empecilhos

durante a faculdade e gerador de sofrimento, seguidos de conflitos/ problemas familiares e das resposta “sim”, todavia sem especificar o problema e da resposta “não/ninguém” afirmando que não há alguma dificuldades específica. Infere-se haver um sofrimento ético, pois ao mesmo tempo em que são estudantes, também trabalham e mesmo assim tem problemas financeiros que geram sofrimento.

Com relação a segunda pergunta analisada: “Na UFT, enquanto estudante de Graduação, qual o seu principal sofrimento?”, na segunda coluna, destacam-se a “falta de tempo”, seguido de “conciliar: vida acadêmica, social, familiar, trabalho e demais responsabilidades”, “excesso de trabalhos” e “prazos e horários”. Dialogando com a Psicodinâmica do Trabalho observa-se que a fonte de sofrimento dos estudantes está ligada com o adoecimento do trabalhador contemporâneo, que não tem tempo para viver, somente sobrevive trabalhando, sem tempo para o lazer ou o ócio. É como se o mundo do consumo os fizessem entrar na roda vida de estudar, trabalhar, gastar, mas com isso se sobrecarregam e não tem tempo suficiente para fazerem os afazeres que a universidade demanda. Deste modo o fato de 3 pessoas terem colocado a obesidade como uma dificuldade, pode-se inferir que é reflexo deste excesso de estudo+trabalho, sem o devido cuidado com a saúde como um todo.

Com relação a terceira pergunta: “Na UFT, enquanto estudante de Graduação, qual a sua principal fonte de prazer?”, na terceira coluna, a resposta “amizades”, tanto de colegas, quanto de professores, destaca-se em disparada, seguido por “conhecimento/aprendizado/novas descobertas/experiências” e “encontrar pessoas bem-sucedidas/inspirações”, como forças mobilizadoras à saúde mental do estudante/ trabalhador. Observa-se que o prazer está no afeto, nas relações, nas trocas. Algo que valorizam e reconhecem, mas que pouco vivenciam, devido a sobrecarga já pontuada.

5. Considerações finais

Conclui-se que apesar das dificuldades e sofrimentos vivenciados pelos estudantes de graduação ainda há fontes de prazer que os impulsionam a continuar na universidade, persistindo na realização de sonhos e em busca de uma vida melhor.

A descoberta de novas amizades, aprendizados, experiências, bem como o contato social bem sucedidos e inspirações demonstraram ser a fonte de prazer mais importantes no período da graduação, embora alguns alunos ainda afirmam não haver prazer na universidade.

Com relação ao sofrimento, a falta de tempo, excesso de trabalhos acadêmicos e a conciliação entre responsabilidades, apareceu com grande destaque, levando-se a refletir sobre as exigências e cobranças a este sujeito que não apenas necessita dispor de tempo para assistir a aulas, fazer trabalhos, estudar para provas e seminários, mas também precisa dispor de tempo para o seu próprio sustendo e de seus familiares através de um trabalho remunerado, bem como de tempo para estar com a família e amigos.

Além dos sofrimentos, a maior dificuldade neste trajeto é o impasse financeiro, que parece corroborar com a falta de tempo, pois a maioria dos estudantes pesquisados trabalham concomitantemente a faculdade.

Pretende-se, em outros trabalhos, realizar a análise das demais questões do questionário aplicado a esta turma, de modo a ampliar a perspectiva com relação ao prazer-sofrimento nas universidades.

Devido a importância da temática deste estudo e pelo aumento da verbalização sobre o sofrimento e suicídio no ambiente universitário, sugere-se outros estudos com essa temática, seja replicando as mesmas perguntas em outros curso e universidades ou ampliando o foco para outros contextos e análises.

Referências

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

DEJOURS, C. Avant-propos para a edição brasileira. In: LANCMAN, S.; LAERTE I. (Orgs.). **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2011.

DEJOURS, C. Prefácio. In: DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017a, p. 6-8.

DEJOURS, C. Novas formas de servidão e suicídio In: DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017c, p. 117-142.

DUTRA, E. Suicídio de Universitários: O Vazio Existencial de Jovens na Contemporaneidade. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 12, nº.3, 2012, p. 924-937.

FERREIRA, J. B. Real do Trabalho. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013b, p. 343-349.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. U. (orgs.) **CHRISTOPHE DEJOURS**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho**: O sujeito em ação. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho**: O sujeito em ação. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

MENDES, A. M.; MULLER, T. da C. Prazer no Trabalho. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M. **Trabalho e prazer**: Teoria, pesquisa e práticas. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

MORAES, R. D. de M. Sofrimento Criativo e Patogênico. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013b.

MORAES, R. D. de M. Trabalho e emancipação: um olhar da psicodinâmica do trabalho. MORAES, R. D. de M.; VASCONCELOS, A. C. L. Orgs. **Trabalho e emancipação**: a potência da escuta clínica. Curitiba: Juruá, 2015.

SALGADO, C. C. R.; AIRES, R. F. de F.; SANTOS, F. J. S. dos. Dialética do “prazer e sofrimento”: A relação de mestrandos e doutorandos com seu trabalho acadêmico. **CONTEXTUS-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 16, nº 2, mai./ago, 2018.

SANTOS, H. G. B. dos; MARCON, S. R.; ESPINOSA, M. M.; BAPTISTA, M. N.; PAULO, P. M. C. de. Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 25, p. 1-8, 2017.

VASCONCELOS, A. C. L. Antecedente e construção da psicodinâmica do trabalho. MORAES, R. D. de; VASCONCELOS, A. C. L. Orgs. **Trabalho e emancipação**: a potência da escuta clínica. Curitiba: Juruá, 2015.

EMPREENDEDORISMO: ESTUDOS ACERCA DOS DESAFIOS AO SEU PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA

Ana Paula Neres Cirqueira⁸⁰

Faculdade Guarái

Patricia Pereira Costa⁸¹

Faculdade Guarái

Bruno Ricardo Carvalho Pires⁸²

Universidade Federal do Tocantins

Kelanne Mourão de Sousa Diniz⁸³

Faculdade Guarái

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares.

Resumo

O presente estudo contextualiza teoricamente a evolução do empreendedorismo e suas características. As ações empreendedoras são responsáveis por alavancar o desenvolvimento econômico e social de um país/nação, uma vez que fomenta e potencializa a capacidade de ofertar serviços e produtos, oportunizar vagas de emprego e distribuir riquezas. Em sua jornada, o empreendedor enfrenta vários desafios, a incerteza que o negócio dará certo, a falta de delineamento do projeto de negócio, razões culturais que impelem iniciar uma atividade no mercado sem calcular os riscos e a competitividade. A metodologia utilizada na estruturação do trabalho proposto, foi a tomada da pesquisa do tipo exploratório-descritiva, assumindo-se como técnica central a exploração bibliográfica, para assim se levantar informações que caracterizam, reforçam e enriquecem o tema em estudo. O estudo revelou, que o empreendedor é um dos mais importantes recursos que dispomos, no processo de geração de renda, diante disso, a pesquisa sugere a atenção às práticas de formação de jovens capazes de gerarem os seus próprios empregos, e políticas que apoiem e incentive a criação e a manutenção de empreendimentos.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Geração de renda. Papel do empreendedor.

⁸⁰ Graduada em Administração, Esp. em Docência do Ensino Superior e MBA em Gestão de Pessoas. Aluna especial do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. anapaulaneres@hotmail.com.

⁸¹ Graduada em Administração e Direito, Esp. em Gestão públicas e programas sociais e Esp. em Pedagogia nas organizações. Patricia.fag1@gmail.com

⁸² Assistente social, Esp. em Gestão de Projeto Sociais e Captação de Recursos, Esp. em Doc. do Ens. Superior. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. brunorradar@hotmail.com

⁸³ Graduada em Enfermagem, aluna especial do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da UFT. kleannemourao@hotmail.com.

1 Introdução

O empreendedorismo vem se conceituando como um dos principais impulsionadores do crescimento econômico e do desenvolvimento social da contemporaneidade, estabelecendo-se como importante ferramenta para evolução e alavancagem de uma nação, de maneira geral, e para as pessoas e famílias, em específico. O crescimento e a revolução do empreendedorismo ocorreram no mundo a partir de 1990, tomando maiores proporções em 2000, inclusive, no Brasil começou a se estruturar em 1990, com a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Os empreendedores estão mudando radicalmente o cenário empresarial contemporâneo, eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, enfim, globalizando e renovando os conceitos econômicos, ao ponto de criar novas relações de trabalho, quebrarem paradigmas e gerarem riquezas, diante disso, pode-se chamar os momentos vividos de a “era do empreendedorismo” (DORNELAS, 2008).

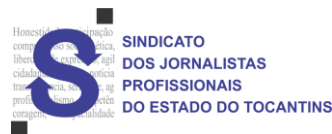
O presente trabalho que aborda como temática central o “empreendedorismo”, é primordialmente relevante para a área da administração e ciências sociais aplicadas, bem como para as organizações, sociedade e governo, o estudo realiza um aprofundamento teórico, demonstrando os cenários e contextos socioeconômicos presentes no campo do empreendedorismo. Diante disso, estabeleceu-se a problemática central: “Como o empreendedorismo surge e quais são os fatores presente nesse processo? ”

Perante esse questionamento o objetivo geral deste trabalho é: Contextualizar teoricamente a evolução do empreendedorismo e suas características. Para concatenar tal objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos: 1) caracterizar sócio-historicamente o perfil do empreendedor na sociedade contemporânea; 2) compreender o papel do empreendedor e sua importância no processo geração de renda; 3) desvelar os desafios dos empreendedores perante um cenário altamente competitivo.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que o presente estudo contribui, de maneira geral, para um melhor entendimento das demandas estabelecidas por este público emergente à academia e aos novos profissionais, especialmente da área de Administração.

2 Fundamentação Teórica

2.1 História da Evolução do Empreendedorismo



Remontando às origens históricas, o termo empreendedor (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer: aquele que assume riscos e começa algo novo. Foi utilizado, pela primeira vez, por volta de 1800 por Jean Baptiste Say, um economista francês, com o intuito de distinguir o indivíduo que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um setor com produtividade elevada e com maiores rendimentos. (DRUCKER, 1986).

Dolabela (1999), corrobora que o termo “empreendedor” foi tomando diferentes formas. A princípio, no fim do século XVII, o empreendedor era alguém que tinha a capacidade de fazer qualquer coisa. Já no século XIX e no início do século XX, se referia a grandes lideranças da área industrial, como Henry Ford, nos Estados Unidos ou Armand Peugeot, na França e outros. Contemporaneamente, caracteriza as atividades de pessoas que estão à frente de uma organização, seja ela de pequeno ou grande porte.

McClelland (1961), afirma que o empreendedor é o indivíduo que organiza e mantém uma empresa, assumindo os riscos para se beneficiar dos lucros. Nesse sentido, os empreendedores surgem em cenários incertos, estes – preparados – propõem ações empresariais (ou sociais, no campo do empreendedorismo social) com intuito de se beneficiar com um de seus produtos ou possibilidades, dentre eles o status, a auto-realização, o bem-estar social e principalmente o retorno sobre o risco e o capital investido. Neste sentido, para Dornelas (2001, p. 37), “[...] o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”.

2.2 Atividades Empreendedoras

O empreendedor é responsável pela quebra de estereótipos, pois constantemente se propõe a olhar para novas searas e de necessidades a serem atendidas e então a criar novos produtos e serviços. Essa destruição criativa resume-se na construção do novo, tanto na forma de agir, pensar, se comportar e reproduzir ambientes.

a riqueza de um país é medida por sua capacidade de produzir, em quantidade suficiente, os bens e serviços necessários ao bem-estar da população. Por esse motivo, acreditamos que o melhor recurso de que dispomos para solucionar os graves problemas sócio-econômicos pelos quais o Brasil passa é a liberação da criatividade dos empreendedores, através da livre iniciativa, para produzir esses bens e serviços. (DEGEN, 1989, p.9)

O empreendedorismo surge de uma variedade de fatores, mas por outro lado, existem inúmeros fatores que inibem o potencial empreendedor, destaca-se os mais importantes, são eles: a imagem social, disposição para assumir riscos e o capital social. Em relação a imagem social, muitos não possuem coragem de deixar um emprego estável e confortável, para enfrentar horas duras de trabalho e a incerteza de que o empreendimento dará certo. A coragem em assumir riscos é a central e mais importante das características de um empreendedor, contudo nem todos possuem essa disposição e acabam ousando menos, o que reduz o grau de inovação no empreendimento. O capital social é outro fator que inviabiliza a entrada de empreendedores no mercado, pois aborda várias formas de agir e pensar sobre o ato de empreender, em que se pode pensar que a lucratividade é algo imoral ou simplesmente seguir a profissão dos pais (DEGEN, 1989).

Para Druker (1986), muitos empreendimentos se tornam um fracasso pelo fato dos empreendedores não delinear bem o projeto ou não executá-lo com precisão, agindo com ganância, estupidez, participação irrefletida ou incompetência, ao invés de assumir com mais rigor as quatro funções da administração (planejar, organizar, dirigir, controlar). Contudo, uma significativa parcela do fracasso do movimento empreendedor particular ocorre quando o gestor/empreendedor identifica os erros e os deixa de lado, ou não visualiza, por intermédio dos erros, novas oportunidades de negócio.

3 Metodologia

Para o alcance dos objetivos traçados, utilizou-se estudos descritivos e fontes secundárias. Segundo Sampieri (2006), os estudos descritivos têm como tarefa especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidade ou qualquer outro recorte que necessite de análise. Para Cervo; Bervian (2002), os estudos descritivos procuram registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, tendo como precisão a frequência com que um determinado fenômeno ocorre, sua natureza e características.

Para Danhke (1989) *apud* Sampieri (2006), as fontes secundárias é o reprocessamento de dados de primeira mão. Por exemplo, a construção de artigos, tendo como base livros ou outros artigos, utilização de dados documentais entre outros.

Assim, o tipo de pesquisa foi o descritivo, dentre as técnicas de pesquisa destaca-se a exploração bibliográfica, especialmente em livros e periódicos com artigos sobre o assunto estudado. Por fim, à luz dos referenciais coletados, pode-se realizar a construção do texto descritivo a partir de fontes secundárias. (CERVO; BERVIEN, 2002)

4 Resultados e Discussões

A pesquisa revelou que o empreendedorismo surge impelido pelos fatores, como cultura, formação, origem, personalidade, conhecimento, capacidade de assumir risco, paixão pela área de atuação, necessidade, identificação de oportunidades de negócios, capacidade de tomar decisão, talento, dentre outros.

O empreendedorismo é impactado por ações desafiadoras ou mesmo inibidoras, da mesma forma que existem fatores que impelem o surgimento de empreendedores, temos fatores que inibem esse potencial, dentre as variáveis, destacamos: indisposição para assumir riscos, desencorajamento de deixar o trabalho estável para empreender, imagem social e a falta de delineamento do projeto empreendedor. As mudanças constantes no ambiente exigem que o empreendedor, esteja alinhado às tendências para conseguir sobressair ao alto nível de competitividade impelida pelo mercado.

5 Considerações Finais

Este estudo contribuiu para uma melhor compreensão sobre papel do empreendedor na constituição do cenário econômico e social contemporâneo. Os objetivos, geral e específicos, foram integralmente alcançados, uma vez que foi caracterizado socio-historicamente o perfil do empreendedor na sociedade contemporânea, perpassando pelas abordagens gerais que consolidam os permanentes desafios enfrentados nos empreendimentos do mercado atual, considerando o papel do empreendedor e sua importância no processo geração de renda.

A problemática “como o empreendedorismo surge e quais são os fatores presente nesse processo?”, norteou um levantamento peculiar de obras e materiais qualificados que demonstram a relevância do empreendedorismo para a pesquisa e desenvolvimento de uma nação, sociedade, comunidade e/ou grupo social.

Faz-se necessário ressaltar que o tema em estudo é de grande relevância, ao se tratar de uma temática que está intimamente ligada ao bem-estar da sociedade e do crescimento

econômico. No tocante aos resultados da pesquisa, podem vir a servir como subsídio mínimo contributivo para discussões e debates em arenas de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo e à geração de renda, bem como aos debates sobre incentivos ao processo de criação e manutenção dos empreendimentos, estruturação de espaços acadêmicos voltados a uma formação adequada e que fomente o empreendedorismo, no sentido de formar pessoas capazes de gerarem seus próprios empregos.

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que as ações empreendedoras movimentam o mercado, mediante a oferta de serviços e produtos, geração de renda e distribuição de riquezas. Para manter este ciclo, os empreendedores despendem todo o esforço possível para atender, com efetividade, as demandas que lhes são direcionadas.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

MCCLELLAND, D. **The achieving society**. New York: D. Van Nostrand, 1961.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégias**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SAMPIERI, R.H; COLLADO; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ESCUA CLÍNICA DO TRABALHO COM JORNALISTAS VINCULADAS AO SINDJOR/TO

Jordanna de Souza Parreira⁸⁴

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
Universidade Federal do Tocantins

Maria Aires Gomes Estevão de Souza⁸⁵

Psicóloga
Clínica Psiquê

Liliam Deisy Ghizoni⁸⁶

Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação e Subjetividade

Resumo

Este estudo traz uma análise preliminar sobre uma escuta clínica do trabalho feita com as jornalistas vinculadas ao Sindicato dos Jornalistas do Tocantins (SINDJOR). O objetivo é analisar as narrativas destas trabalhadoras sobre o seu trabalho na contemporaneidade. Os procedimentos metodológicos são adaptações da Psicodinâmica do Trabalho dejouriana, publicados por Mendes (2014). Para a análise das sessões adotou-se a Análise Clínica do Trabalho e a Análise das Narrativas Orais. Participaram deste estudo 6 jornalistas. As sessões ocorreram semanalmente de 14 de Março a 25 de Julho, totalizando 11 sessões. Fez-se também uma reunião de devolutiva, onde apresentou-se um relatório com as análises sobre todo o processo de escuta clínica. Todas as participantes relataram ter sofrido algum tipo de violência no desempenho de sua função e quatro delas relataram que já tiveram interesse de deixar a carreira de Jornalista. Quanto ao estado de saúde, todas as participantes relataram sentir desconfortos. Os sintomas com maior incidência foram: Sentimentos de tensão e Desânimo com 66% cada. Pelas narrativas analisadas o sofrimento no trabalho tem sido internalizado e enfrentado de forma individual com recursos internos e quando muito compartilhado com

⁸⁴ Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás. Especialista em Neuropsicologia Clínica pelo Instituto Brasileiro de Neuropsicológica IBNEURO e em Gestão de Pessoas pela UFT. Cursando mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade pela UFT. Psicóloga Clínica, Organizacional e do Trabalho com atuação em desenvolvimento humano e análise de perfil comportamental. E-mail: jordannasparreira@gmail.com

⁸⁵ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Graduada em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo - USP. Pós-graduanda em Gestão Executiva e Liderança pelo Instituto de Pós-graduação -IPOG. Psicóloga Clínica na clínica Psiquê. Analista de RH com foco em Recrutamento e Seleção. E-mail: airesmarias@gmail.com.

⁸⁶ Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade de Santa Catarina. Psicóloga pela Universidade Vale do Itajaí. Professora na Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão/CNPQ/UFT. E-mail: ldghizoni@gmail.com.

poucas pessoas com uma forma de desabafo, mas que muitas vezes são reprimidas de forma interna ou pelas pessoas externas. As fontes de prazer, devido a tantas dificuldades enfrentadas no dia a dia, estão sendo questionadas e muitas vezes ignoradas pelo processo de adoecimento. **Palavras-chave:** Escuta Clínica. Trabalho. Jornalistas.

1. Introdução

Este resumo expandido é um recorte de uma pesquisa de dissertação e traz uma análise preliminar sobre uma escuta clínica do trabalho feita com as jornalistas vinculadas ao Sindicato dos Jornalistas do Tocantins (SINDJOR). O objetivo, portanto, é analisar as narrativas destas trabalhadoras sobre o seu trabalho na contemporaneidade.

Pauta-se na precarização vivenciada no mundo do trabalho contemporâneo e na necessidade de oferecer escuta aos trabalhadores em sofrimento. Silva e Heloani (2007) afirmam que 77% dos jornalistas participantes do estudo, reconhecem que os reajustamentos sociais que ocorrem em decorrência da sobrecarga de trabalho estão diretamente associados ao nível de estresse.

Observa-se que a população de jornalistas vivencia uma realidade de sofrimento e adoecimento em todo território nacional, potencializados pelo cenário de precarização das relações de trabalho, considerando que é uma classe que não tem a obrigatoriedade do diploma para o exercício da sua atividade profissional, isso fora todas as demais mudanças em decorrência da nova morfologia do trabalho.

2. Metodologia do estudo

Trata-se de uma pesquisa social, qualitativa, aplicada e descritiva. Como uma pesquisa social o estudo busca descrever e analisar os fatos, controvérsias e/ou rivalidades sociais. Em seu desdobramento, é uma pesquisa qualitativa aplicada, que utiliza material empírico como as percepções da realidade social local para analisar os fenômenos (FLICK, 2009).

O estudo apresenta um desenho multi-metodológico, para melhor definição dos procedimentos metodológicos usou-se a obra de Mendes (2014) que apresenta adaptações brasileiras ao método da Teoria Psicodinâmica do Trabalho que foi nomeado primeiramente como Escuta Analítica do Sofrimento, e posteriormente foi renomeado para Escuta Clínica do Trabalho, o qual desdobra-se em três eixos: dispositivos clínicos (análise da demanda, transferência e interpretação); da formação do clínico e da supervisão (MENDES, 2014).

A demanda partiu da Universidade via grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação, teve adesão do Sindicato dos Jornalistas do estado do Tocantins e uma sensibilização da classe para

que se dispusessem a falar sobre as fontes de prazer-sofrimento que a ocupação impõe. Nas sessões, buscou-se estabelecer um ambiente propício para transferência como uma possibilidade da circulação do afeto e uma forma de acolhimento, processamento e reverberação das narrativas.

Como instrumento para escuta clínica utilizou-se: gravação e transcrição das sessões; diário de campo; quadro síntese; memorial; questionário de levantamento de perfil dos participantes. Formou-se um coletivo de pesquisa composto por: clínica-pesquisadora, auxiliar-pesquisadora e supervisora.

No decorrer das sessões adotou-se a Análise Clínica do Trabalho de Mendes e Araújo (2012) através dos seus três eixos: organização do trabalho; mobilização subjetiva; e sofrimento, defesas e patologias, para a análise do conteúdo de cada sessão.

Após a análise dos materiais o coletivo de pesquisa se encontrava semanalmente, para supervisão. Realizaram-se onze encontros de escuta clínica do trabalho 14/03 a 25/07/2019, sendo que o décimo primeiro não foi gravado, pois era uma sessão de encerramento do grupo com a participação da presidente do SINDJOR. Após 55 dias do encerramento das sessões fez-se um encontro apresentando um relatório como uma devolutiva para as participantes, acerca dos resultados dos dados coletados na escuta.

Com a finalização das sessões fez-se a análise das narrativas, Mota (2013), pois as narrativas orais, permitem a organização da trama narrativa, com o objetivo de produzir significações e dar sentido às coisas e atos do sujeito, assim como integrar ações relacionadas ao passado, ao presente e ao futuro.

Participaram deste estudo 6 jornalistas. Todas mulheres, entre 27 e 46 anos, que desenvolvem ou desenvolveram atividades como jornalistas de 4 a 25 anos, sendo que apenas 4 estão no mercado de trabalho formal atualmente. Duas não apresentam vínculos formais com nenhuma instituição, sendo que duas delas cursam Mestrado Acadêmico. Todas já foram vinculadas a atividades formais por no mínimo 4 anos. As atividades profissionais são diversificadas atualmente.

3. Resultados e discussões

Foi utilizado um questionário para mapear o perfil dos participantes, através dele foi possível identificar parte da realidade das profissionais que fizeram parte deste estudo. Todas as participantes relatam ter sofrido algum tipo de violência no desempenho de sua função e

quatro delas relatam que já tiveram interesse de deixar a carreira de Jornalista. Quanto ao estado de saúde, todas as participantes relatam sentir desconfortos. Dentre os sintomas destacados temos:

Tabela 1 – Estado de Saúde/ Sintomas apresentados

Sintoma	% de recorrência	Sintoma	% de recorrência
Sentimento de tensão	66	Sensação de Formigamento	33
Desânimo	66	Perda da Libido	33
Inquietação	50	Agitação	16
Desatenção	50	Sono fragmentado	16
Dificuldade para me concentrar	50	Despertar precoce	16
Fadiga	50	Desesperança	16
Angústia	50	Falta de Prazer em Passatempos	16
Sentimento de Culpa	50	Perda de Interesse	16
Sensação de Fraqueza	50	Perturbação da visão	16
Compulsão Alimentar	50	Taquicardia/ palpitações	16
Irritabilidade	33	Sensação de Desmaio	16
Tremores	33	Dores no peito	16
Indecisão	33	Ânsia de vômito/náusea	16
Memória Fraca	33	Sensação de Asfixia	16
Incapacidade de relaxar	33	Tontura	16
Dificuldade para dormir	33	Dores de cabeça	16
Choro com Facilidade	33	Ganho exagerado de peso	16
Tristeza	33	Ganho de apetite	16
Sentimento de Inutilidade	33	Vontade de Desistir de Tudo	16
Dificuldade de sentir intimidade e proximidade	33	Sinto que não consigo trabalhar em função do quadro atual	16
Dores no corpo	33	Sentimento de incapacidade de trabalhar	16
Zumbido nos Ouvidos	33	Demais sintomas	0

Fonte: Elaborado pela própria autora (julho, 2019).

Os sintomas com maior incidência foram: Sentimentos de tensão e Desânimo com 66%. Seguidos com o percentual de incidência de 50%: Inquietação; Desatenção; Dificuldade para me concentrar; Fadiga; Angústia; Sentimento de culpa; Sensação de Fraqueza; Compulsão alimentar. Nota-se que 50% das participantes destacam que os sintomas são causados pelo trabalho, 33% afirmam não achar umnexo causal e 16% não opinou. Quando questionadas se estes sintomas já apresentados, poderiam ter sido agravados pelo trabalho 66% afirmam que sim e 16% não opinaram.

Quanto a análise das narrativas das jornalistas nota-se que nas três primeiras sessões, foi falado muito sobre o caos que é ser jornalista nos tempos atuais e das dificuldades de enfrentar as mudanças na realidade da nova morfologia do trabalho que Antunes (2018) descreve como marcada pela precarização dos vínculos trabalhistas, auto aceleração e a

escravização pelas novas tecnologias. Muito do que foi dito pelas participantes estava fixado na inexigibilidade do diploma para atuação e na desunião da classe.

Narram também que os próprios jornalistas violentam os colegas de classe muitas vezes pelos lucros, status, poder ou apenas pela autoafirmação. Mas nota-se que as participantes estão em um processo de culpabilização das pessoas externas, os “outros”, mas estáticas, inertes no processo de serem agentes da mudança de postura. Remete-se a influência do processo brasileiro de colonialidade moderna que nos assola, que segundo Mignolo (2017) e Quijano (2000, 2007) é o lado negativo da modernidade vivenciando o mundo neoliberal capitalista de pertencimento.

Nas quinta e sexta sessões observou-se um processo de retorno aos temas já trabalhados como por exemplo a forma como os jornalistas organizam as rotinas de trabalho assim como a forma como encaramos as dificuldades que vivemos no dia a dia. Nota-se que novamente foi relatado o pesar pelo decreto da inexigibilidade do diploma, por mais que isso já tenha ocorrido a uma média de 10 anos atrás.

Na sétima e oitava sessão retornamos com o papel político do ser jornalista, e observamos que ser jornalista vai além das relações políticas que precisa olhar para o mercado, para as possibilidades de empreender pois vivemos uma metamorfose onde a necessidade da mudança contínua não tem como ser interrompida.

Na nona e décima sessão observamos uma reação otimista e positiva de mudança nos próprios medos e bloqueios das participantes em prol da tentativa de mudar a sua realidade de trabalho. Mas como deliberação do grupo foi proposto tentar levar as vivências para fora destes momentos para tentar melhorar a realidade externa com ações via sindicato.

4. Considerações finais

Pelas narrativas analisadas o sofrimento no trabalho tem sido internalizado e enfrentado de forma individual com recursos internos e quando muito compartilhado com poucas pessoas com uma forma de desabafo, mas que muitas vezes são reprimidas de forma interna ou pelas pessoas externas. As fontes de prazer, devido a tantas dificuldades enfrentadas no dia a dia, estão sendo questionadas e muitas vezes ignoradas pelo processo de adoecimento.

Ao analisar as narrativas do grupo das Jornalistas participantes nota-se que a organização do trabalho está passando por transformações em decorrência da mudança imposta pelo contexto social, mercadológico e político e que os profissionais estão precisando se

reinventar para permanecer no mercado. Pois como consequência destas mudanças os sofrimentos ético e patológico se apresentam intensamente, gerando adoecimento físico e mental da classe.

O grupo de jornalistas, enquanto agentes de transformação, se propuseram a mudar a forma como estão olhando para a realidade delas e de forma gradual tentam intervir nas suas áreas de atuação e convívio profissional buscando construir um olhar mais saudável através do enfrentamento e não de vitimização.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FLICK, U. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MENDES, A. M. Escuta Analítica do Sofrimento e o saber-fazer do clínico no trabalho. In: **Trabalho & Sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Mendes, A. M. (Org.) Curitiba: Juruá, 2014, p. 65-80.

MENDES, A. M; ARAUJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá. 2012.

MIGNOLO, W. D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciência Sociais. Jun 2017, vl. 32, n. 94. São Paulo. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9092017000200507&lang=pt. Acesso em: 25 jul. 2019.

QUIJANO A. **Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America**. Nepantla, vol. 1 (3): 215-232, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002005>. Acesso em: 07 jul. 2019.

QUIJANO A. **Coloniality and modernity/rationality**. Cultural Studies, vol. 21 (2-3): 168-178, mar/mai, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502380601164353?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SILVA, E. P.; HELOANI, R. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, SP, vol. 10, n. 1, pp. 105-120. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25812>. Acesso em: 28 abr. 2019.

“EU DORMIA NUM QUARTO DE EMPREGADA E LÁ EU NÃO PODIA COMER”:
O

CASO DA EMPREGADA DOMÉSTICA GIZA

Francineide Araújo Lira⁸⁷

Universidade Federal do Tocantins

Liliam Deisy Ghizoni⁸⁸

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação e Subjetividade

Resumo

O trabalho doméstico no Brasil carrega uma herança cultural do início de nossa colonização, onde as pessoas que não possuem condições econômicas e com menos escolaridade continuam a desempenhar essa função. O presente estudo foi realizado com uma empregada doméstica que exerce o seu ofício há 15 anos no município de Palmas – TO. Ela se dispôs a relatar as situações de humilhação que vivenciou no seu ambiente de trabalho. Giza tem 30 anos, é casada, tem 2 filhas. É o retrato da adolescente que sai do interior para morar na cidade grande para estudar, mas em troca precisa trabalhar na casa dos patrões, sem nenhum amparo legal. Foi no ensino médio, na escola, que uma amiga a alertou que não era assim que se tratava uma empregada doméstica. Foi quando pediu ajuda a sua mãe e saiu deste trabalho. Hoje continua trabalhando, mas como diarista e seus patrões são pessoas que ela considera bons. Agrupou-se os resultados em três categorias: 1) Descrição do caso evidenciando as situações de humilhação; 2) Dados da história pessoal e da história profissional que se entrelaçam e mostram a vulnerabilidade da participante; 3) Destinos que a participante deu a sua vida após as situações de humilhação vividas. Verificou-se que a sociedade atual trata o trabalho doméstico como uma forma de trabalho escravo semelhante a era colonial. Logo dada a complexidade da situação entre trabalho doméstico e sociedade constatou-se que ainda há muito o que fazer em favor desses profissionais que são pouco valorizados

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Humilhação. Escravidão.

⁸⁷ Formanda no Curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: francineide.araujolira@gmail.com.

⁸⁸ Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade de Santa Catarina. Psicóloga pela Universidade Vale do Itajaí. Professora na Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão/CNPQ/UFT. E-mail: ldghizoni@gmail.com

1. Introdução

O trabalho doméstico no Brasil carrega uma herança cultural do início de nossa colonização, onde as pessoas que não possuem condições econômicas e com menos escolaridade continuam a desempenhar essa função.

Considera-se empregado doméstico aquele maior de 18 (dezoito) anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante), subordinada, onerosa e pessoal, com finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 3 (três) dias por semana (FERREIRA, 2015). Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do empregador. Nesses termos, integram a categoria os seguintes trabalhadores: cozinheiro(a), governanta, mordomo, babá, lavador, lavadeira, faxineiro(a), vigia, piloto particular de avião e helicóptero, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a) quando o local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (BRASIL, 2015).

O trabalho doméstico possui traços de trabalho escravo, mas não se enquadra em absoluto. Tem traços de mercadoria, mas não se reduz somente a isto. Constitui uma forma servil de trabalho pelas suas formas de privação, mas pode ser paradoxal quando tratado sob a ótica do enigma da servidão voluntária. Encontra-se longe de uma regulamentação da jornada com direitos em comparação a outros ramos de atividade. Está tão sujeitado a forças externas quanto outras categorias profissionais, mas traz consigo elementos adicionais de precarização e uma combinação de outros riscos sociais, como a privação de liberdade, os riscos físicos e psicológicos da intensidade e extensividade da jornada e o privatismo das relações da casa (MARINHO 2018).

Na opinião de Freitas (2014), mesmo estando em pleno século vinte um, ninguém até hoje teve a preocupação com o modo em que o trabalho doméstico é realizado e o desconforto que o mesmo causa em quem o desenvolve todos os dias, uma espécie de rebaixamento social, ou seja, é considerado um tipo de humilhação. Para entendermos esse contraste social entre patrões e empregados, cabe dizer que a humilhação está onde não existe respeito pelo outro como ser humano. A humilhação no emprego doméstico não está diretamente ligada a condição

social, mas ao fato de que as pessoas buscam posições de destaque no meio em que vivem e de certa forma isso acaba afetando as relações entre os sujeitos em qualquer ambiente de trabalho seja doméstico ou outro tipo de ocupação.

Busca-se neste estudo responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as humilhações sofridas por uma empregada doméstica, residente em Palmas -TO, no exercício da sua ocupação? O objetivo geral, portanto, é identificar as humilhações sofridas por uma empregada doméstica no exercício da sua ocupação. E especificamente busca-se: a)

Descrever o caso de uma empregada doméstica com as situações de humilhação vivenciadas no trabalho; b) Levantar dados da história de vida pessoal entrelaçada com a história de trabalho, evidenciando os traços de vulnerabilidade socioeconômica; c) Delinear os destinos que a empregada doméstica deu a sua vida profissional após as vivências de humilhação.

3. Metodologia do estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que se busca descrever as situações de humilhação vividas pela trabalhadora, bem como o seu contexto histórico e econômico. Deste modo optou-se por fazer um estudo de caso único (YIN, 2001).

Por ser um estudo de caso único, este estudo contou com uma participante do sexo feminino, que atuou como doméstica dos 15 aos 20 anos de idade e depois disto atua como diarista.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados uma entrevista de profundidade. No dia marcado para a entrevista, a pesquisadora e a orientadora, explicaram os objetivos da pesquisa, por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Na sequência foi iniciada a entrevista, que teve o áudio gravado para posterior transcrição e análise.

A pesquisadora escolheu inicialmente transcrever todo o áudio para o papel, escrevendo manualmente, para ir fazendo uma análise livre do que ouvia e escrevia. Posteriormente fez a digitação deste material que serviu para a Análise de Conteúdo baseada em Bardin (1977).

4. Resultados e discussões

Giza, tem 30 anos é natural de Monte do Carmo no estado do Tocantins, cidade que fica a 121,3km de Palmas. A morte do pai quando ela tinha 10 anos, fez com a vida familiar mudasse. Ela, seus 3 irmãos e a mãe mudaram para Porto Nacional. A mãe empregada doméstica, recebeu o convite de uma senhora de Palmas, para que Giza fosse morar com ela, para concluir o ensino fundamental e cuidar de uma criança de 5 anos. Giza então com 15 anos aceita e muda para Palmas em 2004.

“eu comecei a trabalhar de babá cuidando de criança e aí depois passando a fazer outras coisas, porque o serviço de babá, na verdade o povo chama pra ser babá mas não é bem babá né, você faz de tudo mesmo, lava louça, lava roupa de criança, passa, todo o serviço da casa, lava roupas, essas coisas e acaba que a gente fica morando no serviço e faz tudo”⁸⁹.

Nesta casa onde passou a morar e trabalhar, não podia comer certos alimentos e a noite quando chegava da escola dormia com fome.

“Eu só podia comer arroz e carne, o resto, verdura, frutas, suco eu não podia tomar [choro]... sim ela falava que era só pra criança, que adulto não comia”.

A questão da privação de alimentos, foi uma marca desta primeira experiência de trabalho na vida de Giza: *“eu estudava a noite, porque de dia não tinha tempo (...) Quando era de tardezinha e ela chegava do serviço, ela falava assim, vai no mercadinho e compra dois pães e caixa de leite. (...). Eu ia e comprava dois pães e uma caixa de leite e ela comia mais o menininho dela e eu ia pra escola e voltava e dormia com fome [silêncio]”.*

As vasilhas que utilizava para se alimentar, como prato, copo, talheres, eram separados, para utilizar sempre os mesmos, não misturando aos demais da residência. Embora na casa houvesse máquina de lavar roupas, Giza precisava lavar as suas roupas na mão.

“Eu tinha o meu prato a minha colher e o meu copo. Eu não podia usar outras vasilhas, era aquele que ela tinha determinado pra eu usar. Era geralmente um copinho de plástico”.

Giza percebia que tudo era diferente dos seus costumes, mas achava que era natural, que trabalhar era assim. Não comentava nada com seus familiares *“foi bem estranho porque além*

⁸⁹ As falas da Giza serão destacadas no decorrer do texto, em *itálico*, entre aspas e sem recuo.

de você estar longe de casa, vive outra realidade as pessoas pensam diferentes, agem diferentes, eu... dormia num quarto de empregada”.

Nesta primeira experiência de trabalho, o combinado era Giza receber um salário mínimo (em 2004 o salário mínimo era R\$260,00), porém *“ela dava 100 reais, comprava alguma roupa, alguma coisa e aí ficou por isso”*. Giza sinaliza que a empregadora ganhava bem, tinha um bom emprego.

Importante destacar que a forma de pagamento nos primeiros anos de trabalho da Giza foram todos informais, com relações contratuais de trabalho frágeis.

“...nunca recebia salário mínimo. Era sempre, eles colocavam pra cê trabalhar meio período de manhã até depois do almoço pra não pagar salário mínimo. Ai então eles botavam assim e pagava menos né pra fazer tudo em meio período (...), eu tinha que fazer almoço, lavar, passar, arrumar a casa fazer tudo em meio período”.

Observou-se no relato da Giza que ela não só trabalhava como doméstica, mas como babá e como educadora da criança que cuidava, pois a sua empregadora delegava toda a educação do filho para ela: *“ela já tinha 45 anos na época e ela não tinha paciência nenhuma de cuidar só do menino. Então tudo era responsabilidade minha. É se ele queria comer, tudo tinha que ser eu, ele não obedecia ela. E aí ela passava a responsabilidade pra mim, eu tinha que dá conta de educar ele, pra ele obedecer”*.

Giza permaneceu nesta residência por um ano. Sua mãe veio buscá-la e ela retornou para Porto Nacional. Porém com a necessidade de trabalhar, retorna para Palmas pouco tempo depois, para trabalhar como empregada doméstica, mas morando sozinha.

“... era mais fácil porque é uma humilhação que você passa e você vai embora pra casa, não é como você ficar na casa o tempo todo. Você não tem hora pra dormir quando você mora na casa dos outros. Às vezes ela me acordava de madrugada porque ela queria alguma coisa. Queria que eu fizesse algumas coisas porque o menino estava tossindo, alguma coisa, ela queria um chá ela me acordava de madrugada pra eu fazer. Final de semana eu não podia sair, não podia ir pra Porto, pra casa da minha mãe porque eu tinha que ficar com eles. E agora não é... só ir trabalhar e voltar é uma coisa que você conseguiu melhor, porque você

largar o serviço vai pra casa, mas na questão de morar é bem difícil, é bem complicado morar na casa dos outros”.

Nesta nova fase, de ir para o trabalho e voltar para casa, Giza também sofreu. Em uma das casas que trabalhou, ela precisava passar as tardes cuidando de uma criança, na casa dos avós da criança: *“ela tinha medo de me deixar só com a menininha dela, então ela pegava nós duas e levava pra casa da mãe dela”.* Entretanto nesta casa o tio da menininha, cunhado da empregadora, assediava Giza sexualmente: *“Ele começou falando e depois passou a me tocar. Ele pegava na minha bunda, pegava nos meus peitos e a mulher dele dentro de casa, o tempo todo”.* Neste caso Giza falou com a empregadora e ela foi conversar com o cunhado, que respondeu: *“que pra eles lá era normal, porque ele sempre fazia isso com as funcionárias e a mulher dele não adiantava falar pra mulher dele que ela não acreditava, ela falava que as meninas que davam em cima, que as meninas que insinuando, então não adiantava falar pra ela. Aí ela acabou me tirando, parando de me levar pra lá, me deixando na casa dela com a menina dela, pra cuidar da menina”.*

Observa-se que nesta situação a empregadora se sensibilizou com a situação, mas também não levou a questão a diante, possivelmente por pactos familiares. Giza relata outra situação semelhante, onde a família tinha o hábito de andar sem roupas pela casa: *“Eles passeavam pela casa pelado, pelado, pelado mesmo, falavam coisas, mostravam (...) quando eu trabalhava de babá tinha muito assédio dos meus patrões”.*

Esta questão do assédio sexual foi recorrente em vários trabalhos de Giza e ela afirma ter sentido medo e sem saber o que fazer culpava-se:

“... dá medo e aí você fica assim, será, é verdade, é isso mesmo? Eu devo ta pensando errado, eu devo ta confundindo as coisas, talvez é só uma brincadeira, que quando começa com palavras você pensa assim: não ele tá brincando, é só uma brincadeira; até passar pra alguma coisa mais séria, a gente fica meio que anestesiada sem saber o que fazer”.

Neste movimento de inércia e culpa, Giza muda seu estilo de se vestir, mas com o tempo consegue captar que o problema não é com ela:

“No começo eu pensava que estava vestindo uma roupa curta ou que a minha blusa estava mostrando demais, aí então eu comecei a ir com uma roupa maior ir de calça pro

serviço, ir com uma blusa maior pra ver se ele não falava porque eu achava que eu estava, fazendo alguma coisa pra que ele fizesse assim comigo né, aí depois com o tempo, com o amadurecimento a gente vai percebendo que não, que o defeito não é nosso”.

Giza por ser muito jovem quando começou a trabalhar, não sabia que as condições a qual era submetida diariamente não era normal, só começou a ter noção de que ocorria, porque começou a frequentar a casa onde uma colega morava e a mãe dessa amiga lhe orientava, que as situações a qual estava sendo exposta não podia estar acontecendo, pois até então Giza achava aquilo tudo normal pois não sabia outro jeito de ser tratada.

Giza é casada com um colega de estudos, do tempo do ensino médio, há dez anos e tem duas filhas (de 10 e 4 anos). Tem contato sempre com os três irmãos e a mãe. Hoje todos casados e cuidando da herança que seu pai deixou a eles, a fazenda, que os uni quase todo fim de semana.

O que se observa na história de vida da Giza é que a vulnerabilidade socioeconômica que ela vivenciou após a morte do pai, fez com que a mãe e os irmãos tivessem que tomar outros rumos, sair do campo, ir para a cidade e começar a trabalhar na cidade.

A mãe de Giza foi doméstica, e viu a mesma possibilidade para a filha, mas sem que a mesma deixasse de estudar. E foi estudando, conversando com uma amiga da escola, que Giza conseguiu perceber a forma de trabalho escravo que estava sendo submetida, para sair deste lugar de dependência e mesmo muito jovem, com 16 anos, escolher outros caminhos, embora estes sejam muito semelhantes ao de sua mãe no campo profissional.

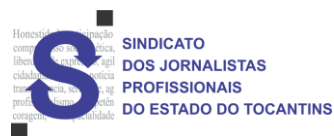
Verificou-se, que após a primeira experiência de trabalho como Babá (que fazia tudo), ela abriu os olhos e não permitiu a repetição da história. Conhece seus direitos, e luta por eles. Mas demarca-se a importância do apoio familiar, a mãe ao saber da forma como era tratada no primeiro emprego, aos 15 anos, deu apoio a ela e juntas encontraram outras alternativas.

Giza está feliz no trabalho atual, diarista em duas residências, tem um dia de folga na semana, para cuidar da sua casa, das filhas, do esposo e de si. E ela tem um sonho... fazer faculdade.

Duran (2016) destaca que as similaridades da escravidão contemporânea com a escravidão colonial não as tornam iguais, evidentemente. Há limites nas aproximações. Um



deles, fundamental, está no avanço do combate à exploração humana. Em 1995, o governo federal reconheceu a existência de Trabalho escravo no país. Desde então, por meio de ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTb) em parceria com ONGs e entidades da sociedade civil, mais de 47 mil pessoas foram resgatadas da escravidão no Brasil.



5. Considerações finais

Através deste estudo de caso constatou-se os diversos tipos de humilhações sofridas por uma empregada doméstica, residente em Palmas –TO. O preconceito social, as diferenças quanto ao poder aquisitivo ainda submetem os menos prestigiados a uma condição de humilhar-se para conseguir seu sustento.

As experiências vivenciadas por Giza demonstram que não basta desempenhar de forma satisfatória seus afazeres para ser reconhecida profissionalmente. É preciso que exista em qualquer relação de convivência um respeito ao próximo de tal forma que ninguém seja discriminado pela condição social que ocupa ou por qualquer estereótipo culturalmente imposto.

Referências

BARDIN, Laurence. **L'Analyse de Contem**. Universitaires de France, 1997, ed.70. (Tradução própria).

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei Complementar** N° 150, de 1° De Junho De 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp_150.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.

FERREIRA, Mateus Viana. Empregado doméstico: Jornada de trabalho e seus desdobramentos sob a ótica da Emenda Constitucional 72/2013.2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos35837/empregado-domestico/2>>. Acesso em: 17 fev.2019.

FREITAS, Danielli Xavier. **A evolução e as conquistas do emprego domésticos em relação à jornada de trabalho e horas extras, frente à Emenda Constitucional 72/2013**. Disponível em: <https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/148130457/a-evolucao-e-as-conquistas-do-empregado-domestico-em-relacao-a-jornada-de-trabalho-e-horas-extras-frente-a-emenda-constitucional-72-2013>. Acesso em: 23 fev. 2019.

DURAN, Sabrina. **Escravo de ontem e de hoje: nexos entre trabalhadores no canteiro colonial e contemporâneo**. Disponível em: www.ctescoladacidade.org/contraconduas/reportagens/escravos-de-ontem-e-hojenexosentretrabalhadores-no-canteiro-colonial-e-contemporaneo/. Acesso em: 20 fev. 2019.

MARINHO, Maria Oliveira: **Percepções Sobre a Servidão Após a Regulamentação do Trabalho Doméstico**. Universidade Federal Fluminense Faculdade de Administração, Ciências BARDIN, Laurence. **L' Analyse de Contem**. Universitaires de France, 1997, ed.70. (Tradução própria).

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei Complementar N° 150, de 1° De Junho De 2015**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp_150.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.

FERREIRA, Mateus Viana. **Empregado doméstico: Jornada de trabalho e seus desdobramentos sob a ótica da Emenda Constitucional 72/2013.2015**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos35837/empregado-domestico/2>>. Acesso em: 17 fev.2019.

FREITAS, Danielli Xavier. **A evolução e as conquistas do emprego domésticos em relação à jornada de trabalho e horas extras, frente à Emenda Constitucional 72/2013**. Disponível em: <https://dainiellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/148130457/a-evolucao-e-as-conquista-do-empregado-domestico-em-relacao-a-jornada-de-trabalho-e-horas-extras-frentesa-emenda-constitucional-72-2013>. Acesso em: 23 fev. 2019.

DURAN, Sabrina. **Escravo de ontem e de hoje: nexos entre trabalhadores no canteiro colonial e contemporâneo**. Disponível em: www.ctescoladacidade.org/contracondutas/reportagens/escravos-de-ontem-e-hojenexosentretrabalhadores-no-canteiro-colonial-e-contemporaneo/. Acesso em: 20 fev. 2019.

MARINHO, Maria Oliveira: **Percepções Sobre a Servidão Após a Regulamentação do Trabalho Doméstico**. Universidade Federal Fluminense Faculdade de Administração, Ciências

EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO

Alessandra Polastrini⁹⁰

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Helga Midori Iwamoto⁹¹

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Tania Mara de Lima Fontellas Brandalha⁹²

Centro Universitário Claretiano de Batatais

Eixo Temático de submissão: Intersecções entre ensino e pesquisa científica

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a importância da experimentação científica no ensino de ciências por meio de uma revisão. O estudo foi desenvolvido no período de julho a dezembro de 2017 por meio de revisão bibliográfica. Ficou evidente que a experimentação traz um retorno positivo ao processo de ensino-aprendizagem. Estas tornam as aulas mais ricas em significado, promove a construção de um conhecimento dinâmico e que provoca nos alunos a motivação para a pesquisa, para o diagnóstico de problemas e a busca pela solução destes. Os gargalos à experimentação são comumente citados como a causa da perpetuação das aulas expositivas tradicionais. Todavia, se constatou que a experimentação nas aulas de ciências não depende exclusivamente de recursos materiais. Para tanto, a formação docente é fundamental, mas nem sempre é o bastante para mudar a prática docente, pois depende de experiências vivenciadas pelo docente, suas crenças acerca do processo de ensino-aprendizagem, entre outros. Para elucidar essa problemática, mais estudos são necessários acerca do assunto.

Palavras-chave: Aprendizagem. Formação. Motivação.

⁹⁰Bacharel em Zootecnia (UniCatólica), licenciatura em Ciências Biológicas (Claretiano), especialização em Ensino de Ciências e Biologia (Claretiano) e mestranda em Desenvolvimento Regional (UFT). E-mail: polastrini.zootecnia@hotmail.com

⁹¹Licenciatura em Matemática (UFES), mestrado em Administração (UFES), doutorado em Administração (Mackenzie) e pós-doutoranda em Desenvolvimento Regional (UFT). E-mail: helda.iwamoto@gmail.com

⁹²Graduação em Ciências Biológicas (USP), mestrado em Entomologia (USP), doutorado em Entomologia (USP). E-mail: taniabrandalha@claretiano.edu.br

1. Introdução

A educação tem um poder transformador, constituindo-se em um dos pilares para o desenvolvimento de uma região e/ou nação em todas as dimensões, seja ela econômica, humana ou social. A educação científica é uma prática social indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e justa.

A literatura apresenta pesquisas demonstrando a importância da experimentação científica no ensino de Ciências e seu papel para a formação adequada do indivíduo (MAMPRIN; LABARÚ; BARROS, 2007; REGINALDO; SHEID; GULLICH, 2012; ANDRADE; MASSABNI, 2011; SANTOS, 2014). Mas o que se observa no cenário educacional brasileiro, é o predomínio de aulas expositivas, fundamentadas no uso do livro didático, sem aulas práticas, experimentos e pesquisas que são fundamentais para o desenvolvimento adequado do aluno (ARRUDA; LABURÚ, 1998; SANTOS *et al.*, 2011). Com esse perfil, as aulas se tornam descontextualizadas e pouco motivadora.

Como uma disciplina que estuda todos os encadeamentos da vida de um indivíduo pode ser considerada “chata” pelos discentes? Onde está a “velha” ciência que prepara o indivíduo para o mundo, para a vida, para o entendimento de tudo que o cerca? Neste contexto, este estudo teve como objetivo analisar a importância da experimentação científica no ensino de ciências, por meio de uma revisão de literatura.

3. Metodologia do estudo

O estudo foi desenvolvido no período de julho a dezembro de 2017 por meio de revisão bibliográfica. Esta foi realizada através de pesquisa a bancos de dados bibliográficos sobre o temática estudada. Assim sendo, a pesquisa foi caracterizada quanto a abordagem em qualitativa, utilizando o método dedutivo, com objetivo descritivo e apresentando natureza aplicada.

Para nortear a revisão foram levantadas as seguintes questões: (a) Qual a importância da experimentação científica no ensino de ciências? (b) O que limita sua aplicação em sala de aula? (c) Qual o papel da formação do professor para um efetivo uso didático da experimentação em sala de aula? (d) Quando comparado às aulas tradicionais, a experimentação proporciona

resultados positivos à motivação e aprendizagem dos alunos? Os resultados encontrados são apresentados na próxima seção.

4. Resultados e discussões

A experimentação é importante por proporcionar ao aluno a construção de seu conhecimento (AMADO; ALENCAR; LEITE, 2011). Aulas nessa modalidade “levam os alunos ao envolvimento com os fenômenos, assim podem fazer conjecturas, experimentar, errar, interagir com colegas e expor seus pontos de vista para testar a pertinência e validade das conclusões a que chegam durante tais atividades” (ANDRADE; MASSABNI, 2011, p. 838).

Essa afirmação está de acordo com Mamprin, Laburú e Barros (2007, p.2) que explicam “que o contato dos alunos com resultados não previstos desafia lhes a imaginação e raciocínio, permitindo ainda que vivenciem diferentes etapas, como a manipulação, observação, investigação e interpretação”. Pedroso (2009) acrescenta que o lúdico apresenta as vantagens de incentivar o aluno a participar mais da aula, desenvolver habilidades e ainda proporciona o “desenvolvimento da cooperação, da socialização e das relações afetivas e [...] construção do conhecimento em qualquer área” (p. 3183-3184). Já Giordan destaca que a experimentação desperta “um forte interesse entre os alunos de diversos níveis de escolarização” e atribuem “à experimentação um caráter motivador, lúdico, essencialmente vinculado aos sentidos” (1999, p. 43). A partir da experimentação, os alunos podem “construir” seu conhecimento.

Por meio dessa revisão de literatura ficou evidente que a experimentação traz um retorno positivo ao processo de ensino-aprendizagem e os professores tem convicção da “importância das atividades experimentais na motivação dos alunos dentro do processo de ensino-aprendizagem (100%)” (AMADO; ALENCAR; LEITE; 2011, p.5). Todavia, uma lista de justificativas são comumente apresentadas no ambiente educacional para explicar a falta de experimentação em sala de aula tais como: ausência de laboratório ou espaço adequado, alunos indisciplinados, turmas muito grandes de alunos, falta de apoio por parte da coordenação e direção da escola, falta de formação adequada dos professores, falta de recursos materiais, entre outras.

Conforme Giordan (1999, p. 43) “há mais de 2300 anos Aristóteles defendia a experiência”. Não é preciso laboratórios, materiais caros ou estruturas onerosas para que os alunos sejam educados e inicializados na experimentação científica. Muito pelo contrário, é

possível perceber que grandes descobertas foram feitas observando a própria natureza, os fenômenos naturais ou utilizando, por exemplo, microscópios ópticos simples que hoje são considerados rudimentares (BATISTELI; ARAÚJO; CALUZI, 2009).

Os livros didáticos que são utilizados como ferramenta básica indispensável e, às vezes, constitui no principal recurso para as aulas. Estes geralmente não contribuem para que os alunos recebam uma educação científica, com experimentação, investigação, pois são extremamente descontextualizados (BATISTELI; ARAÚJO; CALUZI, 2009). Os próprios professores têm certo preconceito e/ou insegurança ao encarar a irrefutabilidade das suas afirmações e hipóteses como indicador de “superioridade e, segundo esta perspectiva, reside aqui o caráter dinâmico, a possibilidade de o desenvolvimento científico desenvolver” (PRAIA; CACHAPUZ; GIL-PÉREZ, 2002, p. 255).

O entendimento do que é a experimentação científica se encontra “majoritariamente em uma **concepção de Ciência ultrapassada** e há muito tempo criticada pelos filósofos da Ciência” (ARRUDA; LABURÚ, 1998, p.53, grifo nosso). Muitos professores apesar de terem uma formação voltada para a educação científica, aulas práticas, experimentação em sala de aula, “mantém suas concepções sobre experimentação arraigadas a concepções empíricas” (GALIAZZI et al., 2001, p. 250).

Em relação à formação docente vale levar em conta que “as atividades práticas são uma forma de trabalho do professor, e querer utilizá-las, ou não, é uma decisão pedagógica que não depende da boa vontade do docente, seu preparo ou decisões dadas pela escola” (ANDRADE; MASSABNI, 2011, p.836). Pois depende também de “[...] julgamentos pessoais sobre como devem agir, avaliando crenças, valores [...]” e assim “Se o professor valoriza as atividades práticas e acredita que elas são determinantes para a aprendizagem de ciências, provavelmente buscará meios de desenvolvê-las na escola e de superar eventuais obstáculos” (p.836).

É preciso esclarecer que ao defender e incentivar a experimentação científica no ensino de Ciências não se está diminuindo a importância dos recursos tradicionalmente utilizados, pois estes também são importantes. O livro didático tem sido peça fundamental na educação de crianças e jovens no Brasil, todavia explora parcialmente o potencial do discente, uma vez que se aprende e constrói o próprio conhecimento através da exploração dos sentidos, das partes do corpo e de uma gama muito maior de formas como, por exemplo, os sons. O fato é que não se pode reduzir as aulas a processos automáticos, mecânicos, como uma receita pronta onde até

mesmo o aluno já sabe, em parte, o que irá acontecer nas fases seguintes. Neste contexto, aulas teóricas são consideradas ofertantes de um conhecimento fragmentado, com uma visão parcial.

Kenski (1998) afirma que vivemos em um mundo muito diferente, de informações rápidas, enquanto há anos atrás “a ciência, seus postulados e suas teorias tinham a força e o poder de verdades absolutas e inquestionáveis” (p.134). Kenski (1998, p.134) acrescenta que “na atualidade, ao contrário, a única certeza que temos ao sermos informados de novas descobertas ou novos posicionamentos científicos é da sua transitoriedade”. Professores bem formados, que tiveram uma formação voltada para esse “olhar” sobre a ciência, tenderão a aplicar essa modalidade de ensino.

O prazer em aprender não se basta apenas das motivações extrínsecas, pois está acima de tudo dentro de cada indivíduo e a experimentação científica é o caminho para promover esse prazer, essa motivação em ir buscar o conhecimento, levantando novas hipóteses, procurando soluções para os mais diversos problemas.

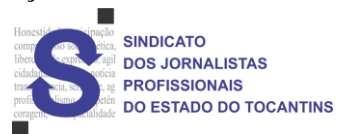
5. Considerações finais

A experimentação científica é fundamental para a construção de um conhecimento crítico, imparcial, significativo e independente além de ser importante para o próprio processo de ensino-aprendizagem. Todos precisam fazer sua parte para que o ensino de ciências possa evoluir significativamente, ou seja, instituição, professor, Estado e também pais e alunos. Apesar dos fatores limitantes, o maior empecilho à experimentação em sala de aula são fatores imateriais.

O docente tem a missão de ensinar o aluno a “aprender a aprender”. A experimentação tem papel extremamente importante nesse processo, por proporcionar aos alunos a associação do conhecimento teórico à prática, evolução conceitual, significação. Para elucidar melhor a questão da experimentação científica no ensino de ciências, é importante que mais pesquisas sejam conduzidas seguindo este enfoque.

Referências

AMADO, M.V.; ALENCAR, I.C.C.; LEITE, S.Q.M. O ensino de Biologia na rede estadual de ensino médio do Espírito Santo: Um diagnóstico preliminar sobre o uso de práticas experimentais e investigativas. In: VIII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa, 2011, Campinas. **Anais...** VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2011.



ANDRADE, M.L.F. De; MASSABNI, V.G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. **Ciência e Educação**, Campinas, v.17, n.4, p.835-854, 2011.

ARRUDA, S.M.; LABURÚ, C.E. Considerações sobre a função do experimento no ensino de Ciências. **In:** NARDI, Roberto (Org.) *Questões atuais no ensino de Ciências*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

BATISTELI, C.B.; ARAÚJO, E.S.N.; CALUZI, J.J. As estruturas celulares: o estudo histórico do núcleo e sua contribuição para o ensino de biologia. *Filosofia e História da Biologia*, v. 4, p. 17-42, 2009.

KENSKI, V.M. A formação do professor-pesquisador: Experiência no grupo de pesquisa “memória, ensino e novas tecnologias (MENT)”. **In:** FAZENDA, Ivani (Org.) *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 1998

MAMPRIN, M.I.L.L.; LABURÚ, C.E.; BARROS, M.A. A implementação ou não de atividades experimentais em biologia no ensino médio e as relações com o saber profissional, baseadas numa leitura de Charlot. **In:** VI ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa, 2007, Florianópolis. **Anais...** VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2007.

GALIAZZI, M.C. et al. Objetivos das atividades experimentais no ensino médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de Ciências. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 7, n. 2, p.249-263, 2001.

GIORDAN, M. O papel da experimentação no ensino de Ciências. **In:** Encontro Nacional de Pesquisa em Educação – Química Nova na Escola n.10, 1999, Valinhos. Atlas...Valinhos, 1999.

PEDROSO, C.V. Jogos Didáticos no ensino de Biologia: Uma proposta metodológica baseada em Módulo Didático. **In:** IX EDUCERE – Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba, 2009.

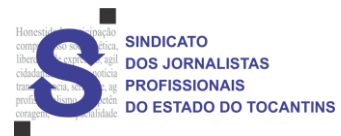
PRAIA, J.; CACHAPUZ, A.; GIL-PÈREZ, D. A hipótese e a experiência científica em educação em ciências: contributos para uma reorientação epistemológica. **Ciência e Educação**, v. 8, n. 2, p. 253-262, 2002.

REGINALDO, C.R.; SHEID, N.J.; GULLICH, R.I.C. O ensino de Ciências e a experimentação. **In:** IX ANPEDSUL - Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012. Disponível em:
<<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/2782/286>>. Acesso em: 14 set. 2017.

SANTOS, A.C. et al. A importância do ensino de Ciências na percepção de alunos de escola da rede pública municipal de Criciúma – SC. **Revista Univap**, São José dos Campos – SP, v.17, n. 30, p. 68-80, dez. 2011.



SANTOS, K.P.D. **A importância de experimentos para ensinar ciências no ensino fundamental.** 2014. 47 p. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



FAKE NEWS: A FOTOGRAFIA QUE MENTE E/OU FALSEIA A REALIDADE

Glês Cristina do Nascimento⁹³
Universidade Federal do Tocantins

Amanda M.P. Leite⁹⁴
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Narrativas Imagéticas

Resumo

Em meio à avalanche de informações e desinformações que circulam no ciberespaço nos dias atuais, e diante do novo fenômeno – não tão contemporâneo assim - das *Fake News*, este trabalho propõe pensar as imagens manipuladas e/ ou adulteradas com o objetivo de ludibriar o espectador quer seja criando uma realidade, quer seja levando-o a pensá-la sob uma falsa perspectiva, atuando como imagens *fakes*, causando desinformação aos espectadores e consumidores. O recorte de análise são três fotografias não relacionadas entre si, mas com a mesma similaridade quanto aos procedimentos técnicos tomados a partir da foto capturada, nota-se interferência a fim de manipular o conteúdo da imagem com o objetivo de falsear a realidade, atuando como imagens *fakes*, causando desinformação aos espectadores e consumidores.

Palavras-chave: Comunicação. Manipulação fotográfica. Redes Sociais. *Fake News*.

⁹³ Jornalista pela Universidade do Tocantins, Unitins, especialista em Marketing Político pela Universidade Católica do Tocantins, especialista em Educação, Comunicação e Novas Tecnologias pela Universidade do Tocantins, Unitins. Discente no Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade – PPGCom. E-mail: glesnascimento@gmail.com

⁹⁴ Docente na Universidade Federal do Tocantins, é fotógrafa, professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPGCOM). Pós-Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/PPGE). Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGE). E-mail: amandaleite@mail.uft.edu.br

1. Introdução

“Uma imagem vale mais que mil palavras”, é um dito popular cuja autoria é atribuída ao filósofo e pensador político chinês, Confúcio (552 e 479 a.C.⁹⁵), que significa como as imagens têm mais poder de comunicação que as palavras. Assim, tomando o raciocínio de Confúcio, é mais fácil compreender determinada situação a partir do uso de recursos visuais, em vez de palavras - sejam escritas ou faladas.

Coelho (2011), Santaella (2012) destacam que com a ascensão das redes sociais e da internet, essa frase está mais viva do que nunca. Fotografias compartilhadas podem ser consideradas a principal linguagem dos usuários dos sites de redes sociais mais usados no Brasil e no mundo, como o Facebook – mais usado no Brasil⁹⁶, Instagram – ocupa o quarto lugar na preferência dos brasileiros - e Pinterest – em sétimo.

Entretanto, diante da enxurrada de informações que circulam no ciberespaço -, e, mais especificamente, da quantidade de desinformação e *fake news* -, nos colocamos a pensar sobre a frase de Confúcio, será que ela carrega o mesmo sentido?

A manipulação da imagem – em um amplo significado – é inerente ao processo de produção de imagens fotográficas (SOUSA, 1998; MITCHELL, 1992; WHEELER, 2002; LISTER, 1997; FONTCUBERTA, 1998). A opção por um determinado ângulo, lente ou profundidade de campo pode em muito alterar os modos de se perceber fotograficamente uma determinada cena, deslocando o contexto de significação e conduzindo uma interpretação desejada. Nesse sentido, “o processo de pós-produção, por meio de tratamentos químicos e de exposições controladas à luz, no caso da fotografia analógica, completava o processo de intervenção resultando na “imagem final” (MUNHOZ, 2014). Alguns tipos de interferências, tais como deslocar ou retirar objetos ou pessoas do enquadramento registrado, alterar as cores ou acrescentar elementos antes inexistentes transformam a noção da fotografia como “espelho da realidade”. O observador é transportado a um mundo transformado, a uma realidade

⁹⁵ Informação disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-foi-confucio/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

⁹⁶ De acordo com pesquisa realizada pela Digital In 2017, feito pela *We Are Social* em parceria com a Hootsuite, o Facebook é a rede social mais usada pelos brasileiros (130 milhões de usuários). Informação disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

distorcida e nem sempre familiar criando, dessa forma, ilusões de existência (SOUSA, 1998; NEWTON, 2001; MOUTINHO, 2007 *apud* MUNHOZ, 2014, p. 221)

De acordo com Munhoz (2014) no caso de pós-produção, existem níveis de interferência no conteúdo de uma fotografia que podem envolver o ajuste sutil das cores, da luminosidade ou do brilho; o reenquadramento da fotografia; a eliminação de reflexos ou de poeiras e outras impurezas.

As interferências de “tratamento da imagem” aparecem nos editais de concursos de fotografias com o nome de “manipulação”. É possível encontrar em regulamentos os impedimentos de manipulações, bem como sua autorização mediante algumas regras. Um exemplo de vedação do uso de procedimentos de pós-produção, aparece no Edital do Concurso de Fotografia da Universidade Federal de Juiz de Fora:

Não serão aceitas fotografias que apresentem interferência eletrônica e/ou montagens, colagens, ou qualquer outra manipulação. Sendo constatada alguma dessas situações, a referida fotografia estará, automaticamente, desclassificada.⁹⁷

Hoje discutimos o fenômeno das *fake news* que está em toda a parte na internet e não é algo recente. Considerada pela editora britânica Collins, a que detém o dicionário Collins, a palavra do ano de 2017, as *fake news* já tomam conta de debates nas Universidades, das entrevistas, e grupos de pesquisa. Segundo informações da editora, as menções ao termo aumentaram 365% em 2017. *Fake news*, ou notícias falsas na língua portuguesa, podem ser definidas como “informações falsas, muitas vezes sensacionalistas, divulgadas sob o disfarce de notícias”⁹⁸.

O crescimento do engajamento em redes sociais on-line, associado ao declínio da confiança em veículos tradicionais de informações, explica o vertiginoso crescimento de circulação de notícias falsas. Todavia a circulação desse tipo de conteúdo não é novidade (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

⁹⁷ Disponível em: < <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2019/01/edital-concurso-de-fotografia-ufjf-2019.pdf>> Acesso em 12 de jul. 2019.

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.collinsdictionary.com/>> Acesso em: 20 jun. 2019.

Pensar sobre as *fake news* e a circulação de desinformação implica também em pesar sobre a pós-verdade. Eleita pelo Dicionário de Oxford a palavra do ano de 2016 – assim como as *fake news*, a pós-verdade ocupa uma posição de destaque no debate público. Sua descrição – “relativa a circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais”⁹⁹ (ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES, 2016) - se encaixa perfeitamente em um mundo em que mentiras, rumores e fofocas se espalham velozmente, em um cenário propício para a formação de redes cujos integrantes confiam mais uns nos outros do que em qualquer órgão tradicional da imprensa (SANTOS, 2017; SPINELLI, 2017)¹⁰⁰.

Se é difícil identificar se uma notícia é verdadeira ou falsa, imaginem então qual o tamanho da complexidade que é descobrir se a imagem é verídica ou não?

Por esta razão, o artigo tem o objetivo de expor o uso de artifícios que alterem a imagem no sentido de manipulá-la, transformando a fotografia em imagem fabricada (fake) com o intuito de ludibriar o espectador/consumidor.

Para estimular a reflexão, realizamos pesquisas bibliográficas em diferentes fontes com a finalidade de buscar dialogar com literaturas sobre o tema *fake news* e manipulação de imagem. Propõe então, um diálogo a partir da pesquisa descritiva-analítica, envolvendo o estudo de informações disponíveis na tentativa de explorar o fenômeno das *fake news* impressas nas imagens.

2. Quando a imagem mente

Na era digital, a disponibilidade de *softwares* de edição como Photoshop ou Adobe Première, por exemplo, ou mesmo os de baixo custo colaboram para a criação de fotografias falsificadas, mas, visualmente atraentes. O Photoshop - programa que cria manipulações e amplia as possibilidades da imagem¹⁰¹ - é o software mundialmente mais usado para tratar as imagens, principalmente das pessoas famosas em fotografias para revistas. Muitas delas trazem

⁹⁹ Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/post-truth> Acesso em 12 de jul. 2019

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/746/462>> Acesso em 12 de jul. de 2019

¹⁰¹ Disponível em: < <https://www.tecmundo.com.br/photoshop/37907-a-historia-do-photoshop-o-editor-de-imagens-mais-usado-no-mundo.htm>>. Acesso em: 23 de jun. 2019

um homem ou mulher normalmente com um padrão da beleza perfeita, inatingível. Porém, mesmo as leves alterações já começaram a ser criticadas, inclusive, pelos próprios famosos. Um dos casos mais conhecidos foi da atriz ganhadora de Oscar Lupita Nyong'o, que, em novembro de 2017, fez uma postagem em suas redes sociais criticando a publicação da revista britânica *Grazia*, que cortou um pedaço de seu cabelo na foto de capa por questões estéticas.¹⁰²

A expressão *fake news* tal como se conhece foi cunhada em 2016 durante a disputa presidencial norte-americana (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Por isso, as fotografias *fakes* ganham destaque na política, em alguns casos, ultrapassando o ambiente virtual e transformando-se em reportagens, confundindo e influenciando diversos leitores. Em 2017, uma montagem do presidente russo, Vladimir Putin rodeado de líderes mundiais no G20 fez sucesso na Rússia. Após o encontro do G20, na Alemanha, políticos e famosos russos passaram a compartilhar uma imagem editada em que o presidente Vladimir Putin aparece cercado de outros líderes, como o presidente americano, Donald Trump e a primeira-ministra alemã, Angela Merkel¹⁰³.

Outro exemplo, envolve a vereadora assassinada Marielle Franco (PSOL-RJ), alvo mais recente de uma onda de *fake news* espalhadas pelas redes sociais no Brasil. Uma pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), divulgada pelo jornal *O Globo*, revelou que a notícia mais compartilhada na internet sobre a morte de Marielle Franco era uma *fake news* comprovada¹⁰⁴. E embora tenha sido rapidamente desmentida, algumas pessoas continuam fazendo circular imagem como se fosse verdadeira.

3. Considerações provisórias

¹⁰²Disponível em: https://twitter.com/Lupita_Nyong'o/status/928815665862942720/photo/1?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E928815665862942720&ref_url=http%3A%2F%2Fopiniaoenoticia.com.br%2Fexclusiva%2Fimagens-e-videos-falsos-sao-as-novas-fake-news%2F. Acesso em 23 de jun. 2019.

¹⁰³ Disponível em: < <https://www.buzzfeed.com/br/janelytvynenko/putin-g20-foto-falsa>>. Acesso em: 24 de jun. 2019

¹⁰⁴ Disponível em: < <http://www.labic.net/>>. Acesso em: 20 jun.2018.

Parece-nos que a mentira chega mais rápido e avança com maior velocidade que a verdade. Como um combustível que queima e consome o olhar curioso do espectador, notícias e imagens falsas se espalham nas redes. Recebemos imagens todos os dias e rapidamente compartilhamos, espalhamos ao vento, especialmente se o recorte for em torno de algo que fuja do habitual, seja bizarro, esquisito, excêntrico e/ou incomum.

O tema merece aprofundamento e investigação sobre a identificação. “Se as *fake news* podem ser associadas a noção de pós-verdade, onde especialmente no “contexto midiático, em que as mentiras, os rumores e a proliferação de boatos na Internet têm se tornado uma ferramenta política”, propusemos nesta breve reflexão problematizar os dois termos na tentativa de tencionar também os modos como nos “comunicamos e nos tornamos o que somos”. (LEITE, NETO, SILVA, 2018).

4. Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. 2017. **Social Media and Fake News in the 2016 Election**. Journal of Economic Perspectives, 31(2): 211-36. Disponível em: <<https://goo.gl/TLYvEP>> Acesso em: 17 jul. 2017.

COELHO, C. N. P. **Mídia e poder na sociedade do espetáculo**. 2011. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2011/02/midia-e-poder-na-sociedade-do-espetaculo/>>. Acesso em 25 de jun. 2019

DFNDR LAB. Relatório da segurança digital no Brasil: segundo trimestre de 2018. 2018. Faculdade Estácio da Paraíba. 2016. **Revista Manguai Acadêmico**, v. 1, n.1, jan/jun, 2016. Disponível em: <<http://revistadireitobh.estacio.br/index.php/manguai/article/viewFile/1821/1116>> Acesso em 25 de jun. 2019

FONTCUBERTA, J. **El Beso de Judas Fotografia y verdad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1998.

LEITE, Amanda M. P.; NETO, Leon Farhi. SILVA, Renata Ferreira. Dossiê Pós-verdade, escrita e... In Revista Observatório v. 4 n. 1 (2018): Vol. 4 N. 1 (2018) Janeiro-Março. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/206>.

LISTER, M. **La imagen fotográfica en la cultura digital**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

MITCHELL, W. J. **The Reconfigured Eye: Visual Truth in the Post-Photographic Era**. London, England: The MIT Press, 1992.

MUNHOZ, P. V. Manipulação, prática profissional e deontologia na fotografia de informação: identificando novos parâmetros. **Brazilian Journalism Research**, v. 10, n. 1, p. 218-245, 2014. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/550/529>>. Acesso em 24 de jun. 2019

NEWTON, J. H. **The Burden of Visual Truth: the role of photojournalism in Mediating Reality**. London: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2001.

SANTAELLA, L. *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, J. de A; SPINELLI, E. M; **Pós-verdade, fake news e fact-checking: impactos e oportunidades para o jornalismo**. SBPJor. Ano. Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/746/462>> Acesso em 12 de jul. 2019

SOUSA, J.P. **A tolerância dos fotojornalistas portugueses à alteração digital de fotografias jornalísticas**. Covilhã - BOCC (Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação) - Universidade da Beira Interior. 1998. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=sousa-pedrojorge-Alteracao-Fotografias.html>> Acesso em: 12 jul. 2019.

WHEELER, T. H. **Phototruth or photofiction? Ethics and Media Imagery in the Digital Age**. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 2002.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA ORIENTAL: um retrato da implantação da usina hidrelétrica de Estreito (MA)

Lucas Ribeiro da Silva¹⁰⁵
Universidade Federal do Tocantins - UFT
luucas.ribeiros@hotmail.com

Eixo Temático: Cultura, economia e desenvolvimento regional

Resumo

O presente trabalho retrata o desenvolvimentismo econômico de grandes projetos na região amazônica, em especial as hidrelétricas. Além disso, fala dos impactos socioambientais decorrentes de tais iniciativas. Dessa forma, o objetivo central deste estudo é analisar o processo de implantação da usina hidrelétrica de Estreito - MA e as consequências não só ambientais, como também sociais, culturais e territoriais que acabam por afetar diretamente as populações adjacentes. Como estratégias metodológicas, adotou-se a pesquisa bibliográfica, amparada principalmente nas contribuições de Almeida (2012), Amorim & Jesus (2006), Coelho & Quadros (2013), bem como a observação simples e a análise de dados levantados.

Palavras-chave: Impactos socioambientais. Hidrelétrica. Estreito - MA.

1. Introdução

Desde a década de 1950, a Amazônia brasileira vem sofrendo grandes mudanças em seu cenário socioespacial. Estas mudanças foram acarretadas em razão de vários investimentos estruturais através da adoção de projetos e programas governamentais, realizados pelos governos militares, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento desta região.

Algumas ferrovias e rodovias tais como a Belém-Brasília e a Transamazônica foram implantadas. As que já existiam foram recuperadas. Portos foram construídos nas principais cidades litorâneas, com a finalidade de escoar a produção para o comércio nacional e internacional.

¹⁰⁵ Licenciado em Geografia através da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Especialista em Gestão e Educação Ambiental por meio da Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco – FAPAF. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Tocantins – PPGG/UFT.

Um fator determinante para a intensificação da ocupação da Amazônia brasileira é o fato de ser considerada uma região com grande valor econômico, o que facilitaria a reprodução do capital.

Isso fez com que, as terras amazônicas que em sua grande maioria não tinham nenhum tipo de valor, sendo consideradas “espaços vazios”, passassem a se tornar produtivas, dando início aos vários modos de exploração dos recursos naturais.

Ao levar em consideração tais mudanças sociais e espaciais ocorrentes na Amazônia brasileira por volta de 1950 é que destacamos as singularidades precisas das transformações de Estreito, cidade que acaba sendo uma das integrantes da Amazônia Legal, mais precisamente na Amazônia Oriental e que conheceu de perto as transformações materializadas nesta macro-região.

Nesse sentido, este trabalho busca compreender as transformações não somente sociais, como também ambientais, culturais e territoriais, decorrentes da implantação e operação da usina hidrelétrica na cidade de Estreito - MA.

Para tanto, para que fosse possível a construção do presente estudo, foi necessário estabelecer estratégias que possibilitasse o desenvolvimento do mesmo. Sendo assim, o presente trabalho se concentrou em três momentos: A pesquisa bibliográfica, amparada principalmente nas contribuições de Almeida (2012), Amorim & Jesus (2006) e Coelho & Quadros (2013). A observação simples, promovendo o envolvimento com os moradores da cidade, em especial, com os pescadores. E por último, a análise de dados levantados.

Estes instrumentos metodológicos foram essenciais para o processo de desenvolvimento desta investigação, pois forneceram as direções adequadas para a compreensão das particularidades da implantação da Usina hidrelétrica de Estreito e seus reflexos em níveis: sociais, ambientais, culturais e territoriais.

2. Localização e Caracterização da área de estudo

A instalação da UHE (Usina Hidrelétrica de Estreito) passou a ocorrer a partir do ano de 2002. Tal implantação surgiu de um investimento do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. De acordo com Almeida (2012):

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito faz parte do Plano Decenal (2000/2009) elaborado pelo Grupo Coordenador dos Sistemas Elétricos que estabelece que a construção desse empreendimento hidrelétrico é de vital importância para atender a demanda de energia nacional. Assim, no ano de 2002, o projeto da Usina Hidrelétrica de Estreito foi licitado e a concessão foi adquirida pelo CESTE - Consórcio Estreito de Energia que é formada pelas empresas: Tractebel, Vale, Alcoa, Billiton e Camargo Córrea. Sendo que somente esta última é brasileira, ou seja, o referido consórcio apresenta-se intimamente ligado ao capital monopolista global, revelando assim, relações que vem de fora para dentro e que passam a exercer forte domínio e controle nas regiões e populações que estão sendo abarcadas por este em empreendimento. (ALMEIDA, 2012, p. 6).

De acordo com Amorim & Jesus (2006), a construção de tal empreendimento, foi projetada para uma potência de 1.109,7 MW, formando um reservatório de 590 km² de superfície, 434 km² de terras inundadas e 5.400x10⁶ m³ de volume de água. Conforme podemos observar na imagem abaixo:

Figura nº 1: UHE/Estreito em sua fase de construção



Fonte: ALMEIDA, 2012.

Como já foi citado nas considerações iniciais, a presente hidrelétrica foi implantada na cidade de Estreito – MA, um município que fica localizado a uma latitude de 06°33'38" ao sul e uma longitude de 47°27'04" oeste, estando a uma altitude de 153 metros, tendo em sua população um número de aproximadamente 41.000 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Nesse sentido, o presente artigo se preocupa em entender a problemática advinda da implantação de grandes projetos econômicos, em especial, os de caráter energéticos, neste caso, as consequências negativas para a cidade de Estreito – MA e região, em especial a comunidade pesqueira que depende muitas das vezes única e exclusivamente da pesca realizada na cidade e que com o funcionamento da Usina Hidrelétrica.

3. Impactos da instalação da hidrelétrica em Estreito – MA

É cada vez mais notória a presença de grandes empreendimentos econômicos em território brasileiro. Tal realidade se justifica pelo modelo econômico vigente no mundo globalizado, o capitalismo.

Cada grande empreendimento desse, apresenta as suas particularidades. Todavia, como qualquer outra obra de grande escala, acaba por gerar inúmeros impactos ambientais, sociais, espaciais, econômicos e culturais que transformam as adjacências onde se instalam. E não seria diferente com os grandes projetos hidrelétricos. De acordo com Coelho & Quadros (2013):

A construção de empreendimentos hidrelétricos ocasiona diversos tipos de impactos, dentre eles são abordadas questões como reassentamento populacional, mortalidade de peixes e alterações nos ecossistemas, mecanismos de transposição de peixes, transporte de sedimentos, alterações do microclima local, transporte fluvial, perda de vidas devido a rompimento de barragens. (COELHO & QUADROS, 2013, p. 20).

A lucratividade gerada por esses empreendimentos é altíssima, entretanto, o preço a ser pago pela população residente das áreas atingidas pelas obras é enorme. Como por exemplo a modificação na vazão natural do rio, que tem ocasionado a inundação de grandes áreas florestadas, além de fomentar o desequilíbrio nos ecossistemas, impactando a fauna e flora local e regional.

Além disso, a comunidade acaba perdendo sua própria identidade com o lugar, que acaba adquirindo valor afetivo e tendo grande representatividade para essas populações. Impregnando assim, suas memórias e toda sua vivência nesses lugares.

No início da construção da usina hidrelétrica de Estreito, a população sentiu na pele os impactos negativos causados pela implantação da UHE, sobretudo, com o inchaço

populacional, que conseqüentemente acaba por acarretar o crescimento da criminalidade, da prostituição, além de degradação ambiental.

Além disso, a comunidade pesqueira da região passou também a sofrer com tais impactos. A exemplo disso, destaca-se a Colônia de Pescadores Z-35 que acaba ganhando destaque pela resistência contra os impactos provocados pela hidrelétrica de Estreito, por dependerem inteiramente da atividade pesqueira e estarem insatisfeitos com os rumos que suas vidas tomaram em decorrência da implantação da UHE.

Percebe-se então, que a construção da usina hidrelétrica tem causado diversos impactos para os pescadores, provocando intensas modificações nas formas tradicionais de pesca, já que o curso do rio é alterado, o que dificulta o acesso as áreas mais propicias de pesca. Conforme destacam Amorim & Jesus (2006):

A pesca artesanal em pequenas embarcações e mesmo nas ribanceiras do rio, que será afetada pela inviabilidade de navegação com pequenas canoas e com a redução das populações de peixes migratórios que são as populações íctias tradicionais do Rio Tocantins. (AMORIM & JESUS, 2006, p. 10).

Sendo assim, o que se pode concluir é que tais empreendimentos econômicos, trazem inúmeros prejuízos não só sociais e econômicos, como também culturais, territoriais e principalmente ambientais para as comunidades adjacentes, fazendo com que as mesmas sofram, não só com a perda de terras, mas também por sua identidade cultural e verem seu majestoso rio Tocantins e toda sua beleza padecer com os impactos gerados pela hidrelétrica de Estreito - MA.

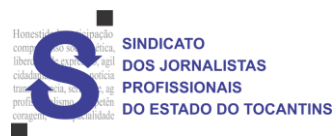
Considerações Finais

Com o presente trabalho consideramos que os grandes projetos econômicos são em grande parte responsáveis pelos impactos socioambientais decorrentes nas áreas onde se instalam. Ao se instalar, esses grandes projetos econômicos lançam seus discursos desenvolvimentistas e de progresso, no sentido de acalmarem a população e fazer com que o empreendimento seja aceito por todos. Entretanto, tais atitudes não passam de mera formalidade.



Como foi observado durante a fase de observação simples deste estudo, a população, em especial, os pescadores de Estreito - MA sofrem com problemas de cunho social, cultural, territorial e principalmente ambiental.

Nota-se que um empreendimento dessa magnitude traz consigo grandes expectativas para a população de seu entorno, porém, os mesmos acabam por se frustrar, tendo em vista os diversos impactos gerados.



Referências

ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental: uma reflexão a partir das representações sociais das populações atingidas pela UHE – Estreito** (monografia de Conclusão do curso) Imperatriz, MA: CESI/UEMA, 2012. p.47.

AMORIM, Fred Lima; JESUS, Antonivaldo de. **Impactos socioambientais da construção da UHE - Estreito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-TO**. Revista Geoambiente, 2006.

COELHO, Massoli; QUADROS, Borges. Impactos sociais a partir de empreendimentos hidrelétricos: um estudo em estreito no Maranhão, Brasil. **En contribuciones a las ciencias sociales**. Diciembre 2013.

INTERNET, REDES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO DEBATE DAS MINORIAS

Henrique Vieira Lopes¹⁰⁶

Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade- UFT

Otília Paiva Nunes Alves¹⁰⁷

Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade- UFT

Sergio Roberto Jorge Alves¹⁰⁸

Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade- UFT

Eixo Temático de submissão: ESTUDOS EM MÍDIA, ÉTICA E GÊNERO

Resumo

Este trabalho tem como precípua preocupação, analisar a internet, em especial as redes sociais e sua relação na construção do debate acerca das minorias no Brasil. A problemática deste estudo tem como premissa saber: como as redes sociais contribuem na construção do debate sobre as minorias (LGBTQI+)? Considerando sobretudo, aspectos teóricos sobre LGBTQI+, para elucidação da problematização proposta neste resumo. No que se refere ao objetivo geral desta pesquisa, se torna preponderante explicar que, o foco principal é a compreensão das redes sociais como dispositivos de conexões e compartilhamento de informações, tendo como cerne o processo debate sobre as minorias (LGBTQI+).A metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica, acerca dos conceitos de redes sociais e minorias (LGBTQI+),considerando ainda, como método um estudo de caso de uma página no Facebook e Instagram chamada Re-Pense. Os resultados observados apontam na direção que as redes sociais e a construção do debate das minorias (LGBTQI+) tem total sinergia, frisando sobretudo, que esta coesão propicia um ambiente virtual de manifestações de pensamentos. Os apontamentos finais deste resumo acerca das redes sociais e a construção do debate das minorias (LGBTQI+), configuram uma modesta contribuição para o entendimento desta temática, ao mesmo tempo, que pode subsidiar novas pesquisas sobre este assunto.

Palavras-chave: Internet. Redes Sociais. Debate. Minorias.

¹⁰⁶ Henrique Vieira Lopes. Graduado em Comunicação Social- Jornalismo. Acadêmico da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail:

¹⁰⁷ Otília Paiva Nunes Alves: Graduada em Contabilidade; Especialista em Auditoria Contábil (PUC-GO); Acadêmica da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: otiliapn@hotmail.com

¹⁰⁸ Sergio Roberto Jorge Alves: Graduado em Ciências Sociais. Mestre em Educação (UFMS). Acadêmico da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail:sergioroberto@ifto.edu.br

1. Introdução

Compulsando a história da internet, observa-se que seu conceito pode ser definido como: rede mundial de computadores, ou seja, um conglomerado de redes interligadas que permite o acesso e troca de informações em qualquer lugar do planeta. Neste diapasão, este trabalho tem como primordial inquietação, investigar aspectos da internet, em especial as redes sociais e sua relação na construção do debate acerca das minorias no Brasil.

Para concretização destas investigações acerca da internet, a ancoragem deste estudo tem como fundamental problemática, entender: como as redes sociais contribuem na construção do debate sobre as minorias (LGBTQI+)?

A partir do que foi exposto acima, torna-se imprescindível neste momento, apresentar o objetivo geral desta pesquisa. Sendo assim, o enfoque principal deste trabalho é a compreensão das redes sociais como dispositivo de conexão e compartilhamento de informações, tendo como cerne o processo debate sobre as minorias (LGBTQI+).

Após esta breve apresentação da problemática e do objetivo geral deste estudo, em sequência será feita a exposição sobre a fundamentação teórica sobre a internet e as redes sociais e como estas podem contribuir com o debate sobre as minorias (LGBTQI+).

2. Fundamentação Teórica

A ascensão da tecnologia e inovação digital, a partir do século XXI, foi primordial para a construção das novas formas de relação humanas e sociais, principalmente relacionadas à comunicação e a representação dos indivíduos. Um dos impulsionadores dessas mudanças, a internet, oportunizou a sociedade moderna, fruto dessa ligação direta com os avanços tecnológicos, novas formas de sociabilidade, implementados por meio dos ciberespaços e das redes sociais.

Compostos por uma pluralidade e diversidade, que abre espaços para a construção de um espaço polifônico, global e ilimitado, as redes sociais vêm sendo usadas como instrumentos de desconstrução de uma unilateralidade comunicativa existente, que até então era determinada por meio dos diversos veículos de comunicação de massa.

É dentro dessa polifonia, que os grupos denominados como minorias, ganham notoriedade e dão visibilidade às suas demandas e necessidades, ora invisibilidades, usando o meio, ou seja, as redes sociais, como ferramenta para propagação de uma agenda temática a ser levada as esferas sociais fora das redes até os meios de comunicação de massa, como defende Miguel (2003).

Os diversos grupos de interesse presentes na sociedade disputam a inclusão ou exclusão de temas na agenda, bem como sua hierarquização, mas quem ocupa a posição central são os meios de comunicação de massa (...) os grupos de interesses e mesmo os representantes eleitos, na medida em que desejam introduzir determinadas questões na agenda pública, têm de sensibilizar os meios de comunicação. (MIGUEL, 2003, p. 132)

Por outro lado, as redes sócias, por sua vez, também agem como espaços de construção coletivos, em que as diversas realidades são complementadas pelas infinitas experiências e vivências disseminadas no ambiente virtual, criando símbolos identitários que serão agregados aos distintos grupos e refletem na construção de símbolos que auxiliam as narrativas que compõem as suas lutas sociais diárias.

[...] os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos de muitas regiões do mundo de hoje. A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem na sociedade tecnocapitalista contemporâneas. (KELLNER, 2001 P. 9).

É dentro espaços de redes virtuais, que conectam milhares de pessoas a todos os instantes, independente das classes sociais, localização geográfica, condição-afetivo sexual, filosofias religiosas, grupos sociais, sobretudo os que vivem à mercê do reconhecimento social ou segregados e marginalizadas pelo preconceito e discriminação, que resignificamos signos e símbolos propagados de forma errônea ou equivocada, involuntariamente ou propositalmente, pela grandes mídias ou veículos de massa para, assim, reivindicamos direitos fundamentais como dignidade e respeito. Peruzzo (1998), ao abordar sobre a importância de polifonia e da representatividade na construção de uma sociedade democrática, frisa que está comunicação é uma das molas propulsoras contra a preponderância imposta por alguns padrões sociais.



A participação e a comunicação representam uma necessidade no processo de constituição de uma cultura democrática, de ampliação dos direitos de cidadania e da conquista da hegemonia, na construção de uma sociedade que veja o ser humano como força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do desenvolvimento histórico (PERUZZO, 1998, p. 296).

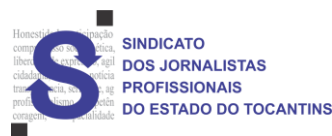
Esta representatividade nas redes, que continua a crescer diariamente, garante uma maior disseminação de informações, principalmente por meio de recortes sociais específicos que pautam suas demandas com um olhar diferenciado das mídias tradicionais. Através de redes sociais, entre outras ferramentas, os conteúdos podem ser rapidamente compartilhados e as experiências facilmente trocadas, promovendo uma rede de diálogo, debate que dão as minorias maior visibilidade, como destaca Neto ao dizer que: “socialização do acesso à internet significa a necessidade de romper novas barreiras que impedem o exercício ampliado da cidadania com igualdade e liberdade” (2015, p. 4).

A quebra da homogeneização dos conceitos de comunicação obtidos por meio da internet e do advento das redes sociais, deu voz aos mais diversos grupos. Ao possibilitar a sonorização de suas demandas, as redes e espaços cibernéticos também fez com que se manifestassem dentro desses grupos uma construção de poder forte e bastante representativa em escalas que variam desde a local, em pequenos grupos identitários, até global, reunindo milhares de pessoas por todo o mundo.

3. Metodologia do estudo

O aporte metodológico utilizado neste estudo foi uma pesquisa bibliográfica, sobre os temas: internet, redes sociais e debate sobre minorias. Esclarecendo, sobretudo que, para materializar explicitamente este exercício metodológico foi adotado um estudo de caso, de um site de Facebook e Instagram intitulado Re-Pense.

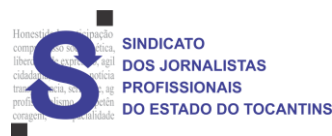
Considerando a metodologia do estudo, aspectos conceituais sobre internet, redes sociais e debate sobre minorias, foram abordados neste resumo no tópico fundamentação teórica. Sendo assim, torna-se imprescindível descrever o estudo de caso acerca do site de Facebook e Instagram intitulado Re-Pense. Dito isto, na sequência será apresentada como foi feito o estudo do referido site.





Selecionou-se uma página de Facebook e Instagram chamada Re-Pense, que foi criada por um grupo de aluno(a)s a partir de uma demanda de uma disciplina Realidade Brasileira, ministrada pela professora Me. Sabrina Silva de Carvalho, no período de 27 e 28 de abril de 2019 no curso de Pós-Graduação Lato Sensu- Especialização em Gestão Pública e Sociedade. Desta forma, os/as aluno(a)s criaram uma página no Facebook e Instagram com a temática sobre: Homofobia nos dias atuais.

Durante o período 29/05/2019 a 02/08/2019, totalizando 65 (sessenta e cinco) dias, os/ aluno(a)s observaram alguns resultados desta página, que apontam aspectos relevantes acerca do debate sobre minorias (LGBTQI+). Ainda acerca deste período de análise desta página, escrutina-se que foram feitas 28 (vinte e oito) publicações na página; atingiram 246 (duzentos e quarenta e seis) visitas; alcançaram 124 (cento e vinte e quatro) pessoas que curtiram o conteúdo; ganharam 86 (oitenta e seis) seguidores no Instagram.



4. Resultados e discussões

Os resultados deste trabalho mostram que as redes sociais e a construção do debate das minorias (LGBTQI+) tem total sinergia, frisando sobretudo, que esta coesão propicia um ambiente virtual de manifestações de pensamentos. Para melhor esclarecimento desta afirmação, torna-se oportuno dizer que, a internet propicia a troca de informações, bem como, a rápida circulação de dados em todo planeta, com isto pessoas que tem interesse em debater esta temática podem interagirem em tempo real suas percepções e sentimentos. Salientado que, a temporalidade de análise do estudo de caso foi condicionada ao prazo que os/as aluno(a)s tiveram para entregar o relatório final avaliativo da disciplina sobre a página Re-Pense.

5. Considerações finais

Por fim, os resultados obtidos neste trabalho mostram que a internet e as redes sociais associadas ao debate sobre as minorias (LGBTQI+), são oportunos para o entendimento, da propagação de campanhas de combate as atitudes preconceituosas e homofóbicas. Em outras palavras, estes apontamentos trazidos neste resumo podem servir de subsídios para novas discussões e pesquisas que tratem do tema internet e redes sociais, em especial no que se fere ao debate sobre as minorias.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo. Editora Gente, 1994.

DANTAS, Monica Lucia Gomes; NETO, André de Faria Pereira. **O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook “Rio sem Homofobia-Grupo Público”**. Cadernos do Tempo Presente, n. 19, 2015.



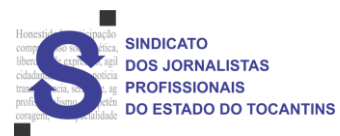
JESUS, J.; ALVES, H. **Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais**. Cronos, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Dissertação. Brasília: Autor, 2012.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. São Paulo: EDUSC, 2001.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MIGUEL, L. Felipe. **Representação política em 3-D – elementos para uma teoria ampliada da representação política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18, no 51, 2003.



INTERVENÇÃO COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, EM UM CSC DE PALMAS - TO

Lanusse Guimarães de Castro Ribeiro¹⁰⁹
Camila Campos Oliveira¹¹⁰
Lauriane dos Santos Moreira¹¹¹

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares.

Resumo

Este trabalho teve como objetivo desenvolver atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida no trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS's) de um Centro de Saúde da Comunidade (CSC), em Palmas -TO, a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária. Foram realizados 6 encontros nos quais as ACS's foram acompanhadas por acadêmicas de Psicologia durante a rotina de trabalho. Percebeu-se que as ACS's vivenciam prazer e sofrimento no trabalho, como: rejeição, desvalorização profissional e falta de materiais; no que tange ao prazer sentem que podem ajudar e são úteis às famílias atendidas. Elas também vivenciam estresse no trabalho, pois, por exemplo, há cobrança por serviços que não são de sua competência e constante pressão para baterem metas de visitas domiciliares. Após tais reflexões, enfatizou-se a importância do “cuidado ao cuidador”, visto que esses profissionais trabalham no âmbito da saúde, entretanto, não estão isentos de sofrer doenças, apresentar transtornos ou sofrerem algum acidente no local de trabalho e que a inserção de acadêmicos nestes campos é importante para a construção de uma prática deselitizada de saúde que vise a garantia de direitos.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Agente Comunitário de Saúde. Psicologia Social Comunitária.

1. Introdução

A disciplina de Estágio Básico III trabalha, a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária, as relações estabelecidas e os processos de formação de subjetividade da sociedade contemporânea, através da inserção dos acadêmicos em campos de atuação. Além disso, discute-se a influência dos aspectos socioculturais em problemas identificados nesses

¹⁰⁹ Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA. lanusseg3@gmail.com

¹¹⁰ Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA. camila-campos-97@hotmail.com

¹¹¹ Professora de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA. lauriane@ceulp.edu.br

campos, de modo que o acadêmico seja capaz de avaliar o impacto de sua atuação e interação nesses locais (CEULP/ULBRA, 2019).

O estudo da Psicologia Social Comunitária se apresenta como uma ferramenta para auxiliar no desenvolvimento do trabalho dos ACS's, sendo ainda indispensável ao acadêmico para se conhecer a cultura, as comunidades, instituições e organizações nas quais fará intervenções futuras como profissional.

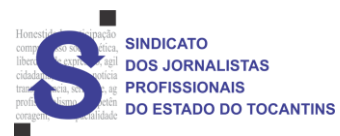
Em sua práxis, os ACS's se deparam com dificuldades e limites suscitados pela multiplicidade de demandas da comunidade, as quais requerem amplitude e diversidade de conhecimentos e técnicas (STALINO; ARAUJO; COELHO, 2009).

No que tange aos desafios existentes na profissão, são encontradas dificuldades de interação entre si e com os demais profissionais da unidade de saúde, pouco sentimento de pertença, baixa autoestima e dificuldade em construir alternativas para mudança (MENDES; CEOTTO, 2011). Além disso, há capacitação insuficiente para lidar com as demandas da comunidade e, ao se depararem no cotidiano com situações diferenciadas e particularidades subjetivas, os ACS's precisam de um suporte efetivo da equipe e dos gestores, para evitar a fragilização de suas ações ou, por outro lado, como defesa da cristalização/endurecimento (GOMES *et al*, 2016).

Logo, é imprescindível entender o trabalho dos ACSs, suas dificuldades e desafios impostos em sua atuação. Assim objetiva-se relatar uma intervenção realizada com os ACS's de um CSC de Palmas - TO, utilizando como perspectiva teórica a Psicologia Social Comunitária, buscando a esses profissionais, tão necessários na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), melhor qualidade de vida no trabalho e promoção de saúde mental.

2. Fundamentação Teórica

O SUS é reconhecido como um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. Dentre seus princípios, temos a universalidade, que preconiza a saúde como um direito de todos e compete ao Estado proporcioná-la; a equidade - objetiva reduzir as desigualdades, pois mesmo que todos tenham direitos iguais, algumas pessoas possuem necessidades distintas de outros e, dessa forma, é importante que sejam atendidas de acordo com suas especificidades; a integralidade dos serviços e de atendimento ao indivíduo; a participação da comunidade, entre outros (BRASIL, 2002).



Para ofertar uma atenção em saúde própria e melhorada, foi preciso descentralizá-la, sendo mais eficaz cuidar de casos simples até os mais complexos através da divisão dos níveis de atenção em saúde. Ao todos existem três níveis de atenção em saúde: primário (também conhecido como atenção básica), secundário (oferta serviços de média complexidade) e terciário (serviços de alta complexidade). Este prioriza a rede de atenção básica.

A atenção básica é definida como “o conjunto de ações, de caráter individual ou coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação” (BRASIL, 1999, p. 9). Logo, o primeiro nível de atenção objetiva realizar práticas que diminuam riscos de doenças e promovam saúde, através da lógica de territorialização.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF), foi criada para atender as demandas das famílias na atenção básica, visando à promoção e prevenção da saúde. Para atender as pessoas no PSF, existem as Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou, mais recentemente, Unidades de Saúde da Família (USF).

A ESF busca reorientar o modelo de atenção à saúde por meio da aproximação dos profissionais de saúde à comunidade (JESUS *et al.*, 2014). O ACS é o profissional que atua nas UBS, que se apresenta nessa conjuntura com papel de destaque na equipe multiprofissional, uma vez que atua como elo entre equipe e usuário (CARDOSO; NASCIMENTO, 2010). Suas atividades absorvem as demandas da comunidade e as levam para a UBS; a partir daí, traçam intervenções e procuram oferecer serviços de saúde de qualidade para todos.

Nesse contexto, a Psicologia Social Comunitária se apresenta como uma ferramenta para auxiliar no desenvolvimento do trabalho dos ACS's. No Brasil, entre as décadas de 60 e 70, a Psicologia Social sofreu diversas críticas por não ser efetiva no projeto de transformação social e reproduzir conceitos de dominação. A partir disso, surgem novas perspectivas que dão maior enfoque às demandas sociais, a fim de garantir dignidade humana, diminuição das desigualdades sociais e qualidade de vida.

Desta forma, a Psicologia Social Comunitária atua como ponte ao auxiliar no processo de “desenvolvimento da consciência crítica [...] a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade” (CAMPOS, 2007, p. 10), o que pode proporcionar menor sofrimento aos ACS's e a efetividade como agente transformador da comunidade.

3. Metodologia do estudo

A intervenção foi realizada com os ACS's de um CSC de Palmas - TO. Os encontros aconteceram às segundas e/ou quintas-feiras, com início dia 01 de outubro de 2018 e encerramento dia 12 de novembro de 2018 - entre as 14h00 e 18h00. Para a intervenção utilizou-se da perspectiva da observação-participante e da pesquisa-ação, de modo que na primeira fase do contato com as ACSs o seu trabalho foi acompanhado, desde visitas domiciliares em conjunto até a rotina dentro do CSC; e na segunda fase houve intervenção pontual, pelo viés da Psicologia Social Comunitária, sendo realizados dois encontros, nos dias 08/11/2018 e 12/11/2018, com duração de 30min cada.

4. Resultados e discussões

Nas visitas domiciliares ficou evidente a importância do ACS como elo entre comunidade e o SUS, através da estimulação da participação da sociedade nas políticas públicas e de ações de educação para a saúde. No entanto, percebeu-se que as ACS ora se sentem responsáveis ora incapazes de serem agentes efetivos de transformação da sociedade.

O primeiro dia de intervenção no CSC foi pautado por discussões a respeito do sofrimento e prazer no trabalho. Segundo Lane (2006, p. 55), “o trabalho que modifica a natureza, ao produzir a subexistência do homem, também produz o homem”. A partir dessa afirmação, entende-se que ao exercer certas atividades, o sujeito constrói relações sociais através da cooperação e da linguagem e, ao entrar em contato com outros, transforma a si mesmo.

As relações estabelecidas no ambiente de trabalho podem acarretar sofrimento ou prazer ao sujeito, esses dois fatores coexistem de forma dinâmica. De acordo com Seligmann-Silva (1997, p. 96).

O trabalho tem sido identificado como um importante mediador entre diferentes instâncias sociais e a saúde humana, em processos que podem repercutir favorecendo ou prejudicando coletividades e os atores individuais de quaisquer tipos de atividade produtiva.

A partir disso, foi solicitado que as agentes levantassem situações do trabalho que proporcionam sofrimento e/ou prazer, com o objetivo de promover a reflexão sobre a dinamicidade desses dois conceitos na atuação profissional. Foram descritas as seguintes

situações que serão discutidas adiante: sofrimento - rejeição, desvalorização profissional e falta de materiais; prazer - poder ajudar, saber que foi útil à família atendida.

Uma das atribuições do ACS é “acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade” (BRASIL, 2012, p. 49). As agentes argumentaram que, devido à grande quantidade de casas que se deve visitar e as pessoas que não as recebem mesmo estando em casa, dificilmente elas conseguem cumprir as metas impostas.

No quesito prazer, todas afirmaram que poder ajudar as pessoas, e saber que foram úteis aos indivíduos, proporciona-lhes bem-estar no trabalho. A partir da Psicologia Social Comunitária, pode-se ter diversos olhares sobre esse fenômeno. Harari (2017, p. 18) afirma que “[...] é necessária uma tribo para criar um ser humano. A evolução, assim, favoreceu aqueles capazes de formar fortes laços sociais”. Desta forma, viver em um grupo requer ajudar e ser ajudado, em um constante movimento de troca.

No segundo dia de intervenção, conforme solicitado pelas ACS, foram trabalhados o enfrentamento do estresse decorrente do trabalho. Para Silveira et al (2003), o estresse caracteriza-se por estímulos que provocam respostas emocionais e, pelo aumento de secreção de adrenalina, produzindo diversas manifestações sistêmicas, com distúrbios fisiológico e psicológico.

Para abordar o tema, utilizou-se afirmações que podem ter a função de “medir o estresse”, adaptadas de Ribeiro (2015), objetivando identificar possíveis sintomas que podem alertar ao nível de estresse vivido pelo indivíduo e promover reflexões sobre como a percepção dos estressores afeta a cada um de formas variadas.

Uma ACS iniciou a discussão, afirmando que os agentes não são valorizados, há cobrança por serviços que não são de sua competência, existe uma constante pressão para bater metas de visitas, além da falta de recursos materiais para execução de atividades. Também ressaltou que, apesar disso, a equipe é muito unida, se ajudam bastante, contudo a classe dos ACS não se mobiliza em prol de conquistas para a classe.

Após tais reflexões, enfatizou-se a importância do “cuidado ao cuidador”, visto que esses profissionais trabalham no âmbito da saúde, entretanto, não estão isentos de sofrer doenças. Pois segundo Souza et al (2015), voltar-se à atenção aos cuidadores, compreendendo as dificuldades físicas, sociais e psicológicas envolvidas no ato de cuidar, torna-se

imprescindível no âmbito da saúde, tanto para proporcionar maior qualidade de vida e menor sobrecarga nos cuidadores quanto a comunidade.

5. Considerações finais

A partir do que foi observado e experienciado no estágio, percebeu-se que as ACS's vivenciam constantemente as relações de sofrimento e prazer no trabalho. Apesar disso, as mesmas possuem estratégias de enfrentamento do sofrimento e do estresse, como participar de uma religião, a leitura, a música e a família.

Além disso, as visitas domiciliares realizadas na comunidade foram de extrema importância para perceber a realidade social das pessoas que são atendidas pelo SUS e que estão em constante relação com as ACS's. Atuar nesses contextos reforça a importância de uma prática profissional deselitizada, que seja capaz de alcançar aqueles que mais precisam de atenção e que menos têm recursos para acessar esses serviços, além de ser promotora de transformação social.

Referências

BRASIL. **O sistema público de saúde brasileiro** (2002). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude.pdf>. Acesso em 27 ago. 2018.

BRASIL. **Política nacional de atenção básica**. Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

CARDOSO, A. S.; NASCIMENTO, M. C. **Comunicação no Programa Saúde da Família: o agente de saúde como elo integrador entre a equipe e a comunidade**. Ciência & Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1509-20, 2010.

CEULP/ULBRA. **Plano de Ensino de Estágio Básico III - 2018/2**. Disponível em: <<http://ulbra-to.br/cursos/Psicologia/2018/2/turmas/0842/plano-de-ensino>>. Acesso em 10 set. 2018.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. DECRETO Nº 3.189, DE 4 DE OUTUBRO DE 1999.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3189-4-outubro-1999-369118-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

GOMES, R. C. M. *et al.* **O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da educação popular em saúde: possibilidades e desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, 21(5):1637-1646, 2016.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 26ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

JESUS, A. S. *et al.* **Atuação do agente comunitário de saúde: conhecimento de usuários**. Revista de Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 239-44, 2014.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO. R. S. **Dinâmica Medidora de Estresse** (2015). Disponível em:

<<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Psicologia/A-Din%C3%A2mica-Medidora-de-Estresse-854703.html>>. Acesso em: 14 nov 2018.

MENDES, F. M. S.; CEOTTO, E. C.. **Relato de intervenção em psicologia: identidade social do agente comunitário de saúde**. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.2, p.496-506, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual para a organização da atenção básica**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

SELIGMANN-SILVA, E. **Saúde mental e automação: a propósito de um estudo de caso no setor ferroviário**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 13(Supl. 2), P. 95-109, 1997.

SILVEIRA, R. O. *et al.* **Relação entre estressores, estresse e ansiedade**. R. Psiquiatr. RS, 25'(suplemento 1): 65-74, abril 2003.

SOUSA, R. F. **Religiosidade no Brasil**. Estud. av., São Paulo, v. 27, n. 79, p. 285-288, 2013.

SOUZA, et al. Sobrecarga no cuidado, estresse e impacto na qualidade de vida de cuidadores domiciliares assistidos na atenção básica. Cad. Saúde Colet., 2015, Rio de Janeiro, 23 (2): 140-149.

STALINO, P.; ARAUJO, T.C. F; COELHO, A.E. L. Práticas emergentes em psicologia: atuação com agentes comunitários de saúde. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, pp. 473-477, out./dez. 2009.

TESSER, C. D.; POLI NETO, P.; CAMPOS, G. W. S. Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 15, supl. 3, p. 3615-3624, Nov. 2010.

JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA: AS NARRATIVAS SOBRE CONFLITOS AGRÁRIOS NO WEBSITE AMAZÔNIA REAL

Kamily Glória Pantoja¹¹²

Universidade Federal do Tocantins

Débora dos Santos Gomes¹¹³

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Acontecimento e Narrativa

Resumo

O presente resumo expandido tem por objetivo analisar e compreender como são construídas as narrativas jornalísticas das mídias alternativas no que tange à produção de matérias sobre os povos indígenas. Para isso, tem como lócus de estudo a agência de notícias Amazônia Real, e como corpus, o total de dez notícias publicadas no período de janeiro a agosto de 2019. O estudo adotou como método a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística do autor Luiz Gonzaga Motta (2008), especificamente acerca da construção dos personagens nas matérias jornalísticas. Desse modo, concluiu-se que o Amazônia Real possui características da mídia alternativa, visto que produz conteúdos com maior visibilidade as classes minoritárias.

Palavras-chave: Conflitos agrários. Jornalismo Alternativo. Povos indígenas.

1. Introdução

Ao longo dos anos, percebe-se que a atividade jornalística veio modificando seu interesse ontológico para se adequar a lógica capitalista, e, portanto, as notícias que antigamente resultavam em formas de se contar determinada factualidade, passaram a atender interesses financeiros próprios das empresas de comunicação. Tal lógica mercantilista teve que se adaptar a diferentes meios, principalmente após o surgimento da internet, pois permitiu que tradicionais veículos de mídia (rádio, TV e impresso) publicassem com rapidez as informações no ambiente virtual.

¹¹² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: deboradsgomes@gmail.com

¹¹³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: kamily.gpantoja@gmail.com

Desse modo, em contrapartida aos grandes veículos de comunicação que atendem ao capital e a interesses políticos, surgiu um novo tipo de jornalismo, que possibilita maior visibilidade a todos tipos de classes: o jornalismo alternativo ou mídia alternativa. Dentre os portais de grande visibilidade no campo do jornalismo alternativo destaca-se o Amazônia Real, no qual divulga conteúdos relacionados ao meio ambiente, política, cultura, povos indígenas entre outros.

Partindo dessa conjuntura o estudo que aqui se segue tem como finalidade verificar como são construídas narrativas do jornalismo alternativo acerca dos conflitos agrários que envolvem povos indígenas, especificamente na construção dos personagens.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Conflitos Agrários

Mesmo após séculos da colonização portuguesa, grande parte da população brasileira ainda possui o imagético no qual os indígenas equivalem ao retrocesso do avanço da sociedade moderna, mas ao contrário disso, Leroy e Malermba (2010) esclarecem que o problema está no próprio modelo de desenvolvimento capitalista, profundamente injusto e afirmar o contrário é demonstrar preconceito contra os indígenas.

Além disso, pelo fato do Brasil ainda prevalecer a velha política do capital, os indígenas e demais grupos minoritários acabam por perder diversos direitos. Locatel e Lima (2016) elucidam que no país atual “a banca ruralista tem atuado, prioritariamente, com o intuito da legislação trabalhista, fundiária, tributária, indigenista e quilombola” (p.78).

Desse modo, uma das principais problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas na atualidade é a disputa por terras, onde fez/faz com que milhares de indígenas morram ao longo dos anos em confrontos ou fiquem desabrigados.

2.2 Jornalismo alternativo no Brasil

Com o passar dos anos observa-se que a criticidade da atividade jornalística vem sendo deixada de lado devido a grande imprensa seguir à lógica comercial, visando, na maioria das vezes, o lucro e tratando as informações como mercadoria.

Diante desse cenário, diversos profissionais da área passaram a seguir uma lógica contrária ao sistema capitalista, criando, portanto, o jornalismo alternativo e/ou mídia alternativa, como forma de dar maior visibilidade às classes menos favorecidas e ao proletariado. Perseu Abramo (1988) afirma que não se tinha o intuito de substituir a grande mídia – a intenção era ter um meio para fazer contraponto a imprensa burguesa e expor outros pontos de vistas políticos e sociais por meio do impresso.

No Brasil, as mídias alternativas existem desde o período colonial, visto que a imprensa não era permitida pela Coroa Portuguesa, mas ainda assim diversos grupos produziam manuscritos, panfletos entre outros, como forma de disseminar suas informações.

Ressalta-se que após o surgimento da internet e inclusão digital em todo o mundo, as mídias alternativas encontraram-se um ambiente oportuno para a difusão de seus conteúdos aos mais variados públicos, como por exemplo na Amazônia. Uma das mídias reconhecidas internacionalmente por esse posicionamento alternativo na região, é a agência Amazônia Real, objeto de estudo para o presente artigo.

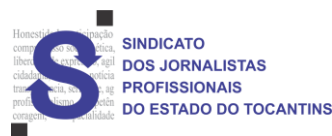
3. Metodologia do estudo

O presente artigo, utilizou-se da abordagem qualitativa no qual “o ambiente natural é fonte direta para a coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 128).

Para a realização das análises das notícias utilizou-se as propostas da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística de Luiz Gonzaga Motta (2008), especificamente o quinto movimento, denominado como *personagem*. De acordo com Motta (2013) os personagens assumem nas matérias jornalísticas, certos arquétipos e traços singulares que o caracterizam ao longo dos textos, esse sujeito é o eixo do conflito, no qual gira o enredo.

O corpus da pesquisa somara um total de dez notícias publicadas no período de janeiro a agosto de 2019 no website da agência Amazônia Real de modo a identificar como são apresentados os personagens nas matérias, especificamente os indígenas.

4. Resultados e discussões



A primeira reportagem a ser analisada tem como título “Índigenas de sete dos nove estados da Amazônia pedem demarcações na Funai” publicada no dia 30 de janeiro de 2019, trata sobre o pedido realizado por indígenas ao Ministério Público Federal (MPF) em que solicitam o retorno da demarcação de terras à Fundação Nacional do Índio (Funai). Diferentemente das reportagens veiculadas pela grande mídia, que priorizam os definidores primários (igreja, polícia, estado e instituições) a reportagem usou como fontes principais os indígenas, deixando exposto sua insatisfação quanto ao repasse da Funai ao Ministério da Agricultura, enquanto os demais envolvidos (presidente e ministros), ficaram como antagonistas, sem citações ou menção na reportagem.

A próxima matéria “Índigenas convocam protestos no Brasil e no exterior contra medidas de Bolsonaro”, expõe que a narrativa está voltada em evidenciar a insatisfação dos indígenas com a medida. De modo geral, a narrativa se construiu sob a resistência dos povos indígenas, dando a compreender de que não ficar calados perante tais medidas. Quanto aos demais, nenhuma das autoridades (governo) ficou em destaque, tornando-se antagonista.

A matéria com o título “Protesto em Rondônia lembra que mais da metade das terras indígenas continua sem demarcação” publicado em 01 de fevereiro de 2019 segue com os personagens indígenas assumindo o protagonismo da notícia, além disso fotos e vídeo foram utilizados para dar destaque as causas desses povos. Não foram abordadas fontes oficiais do governo.

A notícia seguinte intitulada “Somos a favor da demarcação já, sim, afirma procurador da República, em Macapá” foi publicada no mesmo dia da matéria anterior. No texto, houve seis fontes a favor do posicionamento indígena, dentre elas o próprio procurador do Ministério Público Federal (MPF), Alexandre Guimarães – o que só favoreceu para o protagonismo desse grupo.

A reportagem publicada no dia 02 de fevereiro de 2019 em a manchete “No Acre, indígenas prometem um ano de ‘luta e vigília’”. Possui diversas fotos retiradas da internet e ainda de própria autoria do jornalista, a cerca de manifestações indígenas, fazendo com que ao visualizar, o internauta compreendesse o enredo e as motivações que ocasionaram os personagens a tomar tal atitude. E novamente os causadores do manifesto (governo) foram os

antagonistas, pois são mencionados superficialmente (apenas uma vez), de modo que as citações utilizadas fossem dos indígenas.

A matéria jornalística intitulada “Lideranças indígenas reagem às mudanças nas demarcações anunciadas por Bolsonaro” publicada na agência Amazônia Real também no dia 02 de fevereiro de 2019 é apresentada quatro fontes favoráveis ao discurso indígena, enquanto que duas fontes foram contrárias, no entanto tiveram espaço bem inferior aos demais.

Na reportagem publicada no dia 04 de abril de 2019 com o título “Ameaças aos Karipuna” a narrativa se constrói destacando a vulnerabilidade dos Karipuna quanto a ganância dos ruralistas sob terras que mesmo estando em área de preservação, acabam por serem invadidas. Mesmo sendo extensa, a reportagem possui um enredo de fácil compreensão, que mesmo sem citações dos que ali habitam, deixa evidente que os personagens principais são os Karipuna, de modo a evidenciar quão falhas são as leis brasileiras que “amparam” os povos indígenas, tendo como antagonistas o governo brasileiro.

A reportagem denominada “O Genocídio dos Povos Indígenas – Uma Tragédia Anunciada” publicada no dia 18 de maio de 2019, não parte de uma notícia factual, mas sim de determinado tema, os direitos as demarcações que serão e estão sendo perdidos durante o governo Bolsonaro, contestando ainda a fala do presidente sobre os indígenas em que diz que “não temos que mantê-los reclusos em reservas, como se fossem animais em zoológicos”. O enredo é tecido em torno de críticas aos pronunciamentos do atual presidente, de modo a evidenciar e argumentar a importância da demarcação de terras aos povos indígenas, deixando claro os personagens principais: os povos indígenas.

Por conseguinte, temos a matéria “MPF pede investigação de morte de cacique Wajãpi após invasão de garimpeiros no Amapá” publicada em 28 de julho de 2019. Nessa notícia apresenta quatro fontes indígenas. Enquanto que o governo tem uma imagem negativa na matéria.

Já a reportagem “Não somos mentirosos”, diz liderança Wajãpi, em resposta a Bolsonaro” publicada em 05 de agosto de 2019. Apesar da matéria iniciar com os antagonistas em questão, no caso duas fontes do governo, é notório durante a leitura que o posicionamento que a agência Amazônia Real faz é em favor dos indígenas.

Diante do que foi apresentado nas dez matérias jornalísticas da agência Amazônia Real, notou-se o fortalecimento em se construir o imaginário positivo desses povos, visto que possuem pouca visibilidade ou nenhuma nas grandes mídias.

5. Considerações finais

A agência Amazônia Real mostrou-se estar cumprindo tal papel, visto que possibilita protagonismo às classes minoritárias, nesse caso, os indígenas. Desde o início do ano, até o mês de agosto notou-se que a agência vem assumindo um compromisso com as causas desses povos, e não mediu esforços em utilizar as mais variadas fontes de líderes indígenas, enquanto que o atual governo é representado como o antagonista. A análise dos personagens permitiu a reflexão acerca do quanto os grandes veículos de comunicação “condicionam” a visão da população aos interesses de quem está no poder, enquanto que os grupos minoritários permanecem com pouco destaque.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Imprensa Alternativa: alcance e limites**. Revista Tempo e Presença, nº. 233, agosto de 1988. Boletim Periscópio Internacional.

LEROY, Jean; MALERBA, Julianna. **IIRSA, energia e mineração: Ameaças e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Fase, 2010.

LOCATEL, Celso Donizete, LIMA, Fernanda Laize Silva de. **Agronegócio e Poder Político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. Sociedade e Território – Natal**. Vol. 28, N. 2 p. 57. Dezembro 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MEMÓRIA MIDIATIZADA: UM ESTUDO SOBRE OS COMENTÁRIOS NO CANAL PEDRO JANOV NO YOUTUBE

Antônio Carlos Santiago Freitas¹¹⁴

Universidade Federal do Maranhão

Roseane Arcanjo Pinheiro¹¹⁵

Universidade Federal do Maranhão

Eixo Temático de submissão: Comunicação e Tecnologias

Resumo

Este estudo tem como objetivo discutir o fenômeno da memória, à luz do conceito de midiaticização (HJARVARD, 2014). Compreendendo que memórias individuais e coletivas são influenciadas pelas experiências adquiridas no contato a mídia, o artigo explora o Canal Pedro Janov no YouTube. A página recupera e digitaliza programas de televisão gravados em fitas VHS, entre 1970 e o início dos anos 2000. A pesquisa verifica como se efetiva a participação do público que acessa o canal. Para isto recorreu-se à análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a fim de estudar os comentários dos usuários no vídeo “Linha Direta: caso dos caixotes no Rio e crime passionnal na Paraíba - 04/05/2006”. Criou-se categorias que ajudam a entender sentidos gerados a partir das reações dos usuários que comentaram o vídeo selecionado. Conclui-se que o canal busca se firmar como lugar de memória, a partir do acervo em construção, e que as escolhas de consumo do público influenciam na lógica de publicações da página, ao priorizar conteúdos do Linha Direta. Assim, há uma relação mútua e recíproca entre canal e usuários.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo. Comentários. Memória. Midiaticização. YouTube.

1. Introdução

A sociedade contemporânea encontra no ciberespaço ambientes que favorecem múltiplas e complexas interações, com efeitos diretos na reconfiguração de identidades e subjetividades. Os meios digitais vêm exercendo grande influência na conformação de padrões e fenômenos socioculturais, que imprimem novos modos de ser e de estar no mundo.

¹¹⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (CAPES). Jornalista graduado pela UFMA. Integra o grupo de pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória da UFMA - campus Imperatriz. E-mail: antoniocarlosfreitas92@gmail.com

¹¹⁵ Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUCRS. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Email: roseane.ufma@gmail.com

Neste contexto, nos últimos anos, emerge uma importante agenda de pesquisas que relacionam as mudanças sentidas no meio social ao processo de midiatização da cultura e da sociedade. O conceito de midiatização busca compreender como a mídia se propaga, entrelaça e influencia outros campos, investigando como instituições e fenômenos sociais encontram-se atravessados pela lógica dos meios de comunicação.

Memórias individuais e coletivas também são influenciadas pelas experiências adquiridas no contato com os meios de comunicação. As mídias digitais são, por excelência, lugares de memórias, cuja ambiência é configurada por variados sentidos propagados em rede. Ao olhar para o site de compartilhamento de vídeos YouTube, vemos como a sociedade contemporânea produz e consome informação.

Este estudo propõe entender o fenômeno da memória midiatizada. A ideia é explorar o Canal Pedro Janov - página no YouTube que digitaliza imagens gravadas em fitas VHS, recuperando programas transmitidos pelas emissoras de televisão entre 1970 e início dos anos 2000 - e verificar como a participação do público que acessa o canal para consumir vídeos antigos colabora com o processo de construção da memória coletiva em rede. A audiência influencia na rotina de publicações da página? O que podemos apreender das interações das pessoas que optam por assistir esse tipo de conteúdo?

2. Fundamentação Teórica

Com a expansão das tecnologias digitais, as inter-relações comunicacionais e os processos midiáticos tornam-se mais dinâmicos e complexos. Na contemporaneidade, a presença predominante da mídia sobre uma série de fenômenos e instituições se configura como condição estruturante para práticas sociais e culturais.

Hjarvad (2014) chama esta nova ambiência de midiatização. O conceito busca compreender o papel dos meios de comunicação na transformação da cultura e da sociedade. “Por midiatização da cultura e da sociedade entendemos o processo pelo qual ambas as esferas se tornam cada vez mais dependentes da mídia e de sua lógica” (HJARVAD, 2014, p. 3). Pelo termo “lógica da mídia”, o autor concebe um *modus operandi* próprio e específico, capaz de influenciar a cultura e a sociedade em geral, ao passo que tornar-se cada vez mais crescente a dependência das instituições sociais em relação aos recursos controlados e disponibilizados

pelos meios de comunicação. Para ter acesso a tais recursos, atores e instituições devem submeter-se as regras pelas quais regem esses meios.

Em face da midiatização, os modos de acionamento da memória também se encontram alterados, por conta dos vínculos estabelecidos entre a sociedade e os meios de comunicação. Para Henn (2006), os dispositivos midiáticos servem como recursos de armazenamento de informações, se constituindo numa rica fonte histórica, possibilitando o resgate de acontecimentos passados, imprimindo-lhes novos enquadramentos. Isso vai de encontro com o conceito de lugares de memória, cunhado pelo historiador Pierre Nora (1993).

Os lugares de memória servem de estímulos para memórias individuais e coletivas, sendo simultaneamente ou não, concretos, abstratos ou simbólicos. A sociedade necessita desses ambientes para abrigar o registro de eventos. “As mídias podem ser reconhecidas como lugares de memória, ou lugares de fabricação do presente, mas que contribuem para ‘debilitar o passado’” (LUCENA, 2015, p. 4). O fluxo de relações humanas na internet cria e altera sociabilidades. Como aponta Casalegno (2006), os sujeitos encontram no ciberespaço a possibilidade de nutrir um sistema com suas vivências pessoais e temáticas do presente. O acesso a esses espaços favorece a participação da comunidade, criando um habitat social na rede. Numa visão mais crítica, Baudrillard (2006) acredita que as novas formas de comunicação permitem estocar informações, mas não garantem o compartilhamento verdadeiro desses saberes. Para o autor, é preciso buscar e saber como buscar esses conteúdos, fazê-los circular, caso contrário, esta memória torna-se quase uma função inútil.

3. Metodologia do estudo

Tendo como foco estudar as interações que decorrem dos canais no YouTube, cuja finalidade se vale de conteúdos antigos, mapeou-se através de uma pesquisa exploratória dez canais que assumem esta proposta na plataforma. Considerando a página com o maior número de usuários inscritos, selecionou-se o canal Pedro Janov.

A pesquisa visa verificar se a participação do público que acessa os conteúdos disponibilizados determina a rotina de publicações do canal. Para isto recorreu-se a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para analisar comentários dos usuários no vídeo “Linha Direta: caso dos caixotes no Rio e crime passionnal na Paraíba - 04/05/2006”. A publicação obteve o maior número de visualizações, de oito postagens realizadas pelo canal Pedro Janov, entre os dias 15 e 22 de agosto de 2019. Por fim, criou-se categorias que agrupam as reações dos usuários que comentaram o vídeo selecionado.

4. Memória em rede: a participação do público no canal Pedro Janov

Com 2.837 vídeos publicados e 134.438 pessoas inscritas, o canal Pedro Janov tem se colocado como um acervo, no qual navegantes do YouTube podem encontrar conteúdos antigos da televisão brasileira. As produções antecedem ou são contemporâneas ao início da exploração comercial da internet no país, bem como ao fenômeno da convergência de mídias. A página é administrada pelo jornalista Danilo Rodrigues e existe desde 26 de novembro de 2012, acumulando quase 35 milhões de visualizações, dentre todos os vídeos publicados.

Danilo Rodrigues é um colecionador de fitas VHS e de vídeos antigos da TV. No YouTube usa o pseudônimo de Pedro Janov. Na descrição do canal, ele explica que já usou o verdadeiro nome numa antiga conta criada em 2006, que tinha as mesmas finalidades da página atual. Após sofrer denúncias por violação de direitos autorais, teve o primeiro canal deletado. A estratégia encontrada para se manter no ar foi criar uma nova página com nome fantasia.

Durante a observação do canal Pedro Janov, foram publicados oito vídeos. Durante a observação do canal Pedro Janov, foram publicados oito vídeos: Globo Repórter – Tragédia em Ruanda – 12/08/1994; Domingo 10 – Band 1994; Roda Viva – 100 anos de psicanálise 23/10/2000; Linha Direta: o caso dos caixotes no Rio e crime passionnal na Paraíba - 04/05/2006;

Jornal da Globo – 16/04/2007; Jornal da Globo - 04/05/2006; Linha Direta: o estelionatário da internet 13/07/2006; e Rio, cidade sitiada, TV Cultura, 03/12/1994.

Com o intuito de analisar a participação do público, por meio dos comentários, optou-se por selecionar a publicação: Linha Direta - o caso dos caixotes no Rio e crime passionnal na Paraíba - 04/05/2006, que apresenta casos que culminaram em assassinatos, motivados por inveja e vingança. O vídeo obteve 10.219 visualizações, sendo o mais assistido na semana em que o canal tornou-se objeto de análise.

Em linhas gerais, o vídeo trata de uma edição completa do programa Linha Direta, transmitido pelo Rede Globo em 04 de maio de 2006. Ao olhar para o uso do campo comentários desta publicação no YouTube, verificou-se 70 interações durante a semana selecionada. Após análise dos enunciados, foi possível pensar dez categorias que agrupam os comentários.

No vídeo do programa Linha Direta, as reações dos usuários se deram da seguinte forma: 1) Foram 22 comentários que se relacionam diretamente com o conteúdo da publicação, nos quais usuários emitem opiniões; 2) 19 comentários nostálgicos relacionados ao programa; 3) nove solicitações para que o canal publique outros casos exibidos pelo programa; 4) seis elogios direcionados ao canal; 5) quatro questionamentos sobre o desenrolar dos casos apresentados no vídeo; 6) quatro respostas do administrador do canal a perguntas dos usuários; 7) duas sugestões do público; 8) dois usuários afirmam lembrar dos casos, quando exibidos na TV; 9) um usuário manifestou o desejo de contribuir com a construção da página; 10) e um questionamento sobre a origem do acervo.

Pela constatare procura por outros casos apresentados no programa investigado, o canal Pedro Janov esclareceu, no campo Comunidade, que prioriza postagens sobre o Linha Direta, em razão da preferência demonstrada pelo público nas interações. Contudo, a página não tem controle sobre as histórias específicas que vão surgindo com a digitalização das fitas. Disso, depreende-se que há uma mútua influência na relação entre o canal Pedro Janov e o público. Os usuários que acessam a página têm uma preferência sobre qual programa rever. Imagens que ainda repercutem na memória dos sujeitos. A nostalgia é um sentimento que motiva usuários a revisitar o programa extinto da TV. Por outro lado, o canal, quando localiza arquivos, em meio a fitas VHS, opta pela publicação do Linha Direta. Isso é um indício que o canal se pauta pelos gostos da audiência.

5. Considerações finais

As mídias se firmam como lugares de memória, auxiliando a sociedade a evocar lembranças individuais e coletivas. Ao olhar para o canal Pedro Janov, no YouTube, verificou-se que a página se constitui como um repositório que abriga variado leque de arquivos da televisão brasileira, considerados raros pelo público. Notou-se que existe significativa procura por edições do Linha Direta. Mesmo 12 anos após deixar a grade de programação da Rede Globo, o programa ainda repercute no imaginário de uma parcela de internautas, que é sedenta para rever outros casos abordados pelo jornalístico.

A preferência por revisitar o programa, números de visualizações e fluxo de comentários são fatores importantes para o canal Pedro Janov ao selecionar o que deve ser publicado. A partir da edição analisada, apreende-se que a lógica de postagens da página está diretamente relacionada às aspirações dos usuários, o que torna mútua e recíproca a relação entre canal e audiência.

Estudar memórias e interações sociais patrocinadas pelos meios de comunicação resulta em uma atividade complexa, que envolve uma gama de subjetividades difíceis de sintetizar. Isso, aliás, se configura como uma das características do processo de midiaticização, que desencadeia efeitos sobre a cultura e a sociedade e rende inúmeras perspectivas de investigação.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed.70, 1977.

BAUDRILLARD, Jean. Diálogo com Jean Baudrillard: além do princípio da memória do social. In: CASALEGNO, Federico (Org). **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CASALEGNO, Federico. Uma abordagem ecológica da memória em rede. In: _____(Org). **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

HENN, Ronaldo. Direito a memória na semiosfera midiaticizada. In: **Fronteiras – estudos midiáticos VIII**. Unisinos, São Leopoldo, v.3, n. 3, p. 177-184, set./2006 – dez./2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6132>. Acesso em: 20 ago. 2019.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

LUCENA, Giselle Xavier. Um estudo sobre memória, identidade e midiatização: O Acre não existe. **Compós**: 2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-03a306c2-b8eb-4552-a9df-cbc13e539ab9_2889.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, PUCSP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MIDIATIZAÇÃO NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE QUALITATIVA

Mab Favero Nathasje¹¹⁶
Universidade Federal do Maranhão
Marcos Fabio Belo Matos¹¹⁷
Universidade Federal do Maranhão

Eixo Temático de submissão: Comunicação e Tecnologias

Resumo

Esse artigo apresenta uma análise qualitativa do último ano de produção acadêmica disponibilizada na plataforma Sucupira da CAPES, dentre as teses e dissertações que abordam a temática da Midiatização e Política nos programas brasileiros de Pós-Graduação em Comunicação e Ciências da Informação. Desta forma, busca-se compreender o conceito de midiatização associado à política e sobre quais elementos se pautam a problemática abordada pelos pesquisadores nos trabalhos analisados.

Palavras-chave: Estado da Arte. Midiatização. Política. Metodologia.

1. Introdução

O conceito de midiatização vem crescendo em importância conceitual dentro das pesquisas de comunicação no Brasil desde o início dos anos 2000. Como MARTINO (2019) revela, este fato se traduz pelo crescente uso da expressão “midiatizada” ou “midiatização” em pesquisas, livros, artigos e eventos.

Para a análise aqui realizada, fez-se um recorte temático e temporal dentro da coleta e se analisou os cinco trabalhos que tinham como objeto de estudo, aliado à midiatização, os sistemas, instituições, processos e fenômenos políticos em determinado governo ou Estado no último ano de produção acadêmica.

2. Contexto teórico da midiatização

¹¹⁶ Mestranda em Comunicação; Universidade Federal do Maranhão; Imperatriz, MA, Brasil.

mabfnathasje@gmail.com

¹¹⁷ Professor dos Cursos de Jornalismo e Pedagogia e do Ppgcom Ufma Imperatriz. Pesquisador do Lidime, do Gpeld e do Neeq, grupos de pesquisa da Universidade Federal do Maranhão

marcosfmatos@gmail.com

Nos últimos anos percebe-se que tem crescido a importância desse conceito para as pesquisas na área da comunicação, pois derruba definitivamente as propostas de um receptor passivo, deslocando as investigações para o campo da circulação e na sociedade atual, como revela Gomes (2016) a mídiatização é um conceito chave para descrever o presente e entender as mudanças que vem ocorrendo.

Tal expansão do uso do termo mídiatização, como afirma Fausto Neto (2008), esteve em todo o processo de ampliação do uso das mídias sociais na apropriação feita pela sociedade. No mesmo sentido, Hjarvard (2014) assegura que a mídia permeia toda a sociedade contemporânea como uma ferramenta que altera a lógica das outras instituições sociais.

Por outro lado, Verón (2014), em sua visão semio-antropológica, percebe esse processo como sendo uma “movimentação” relacionada ao desenvolvimento histórico do homem e suas tecnologias. Se aproximando, desta forma, da proposta de McLuhan (1996) ao tratar da idade elétrica, na qual afirma que a rede elétrica cria uma rede global e transforma as tecnologias midiáticas em extensões dos sentidos dos homens, chegando a afirmar em um novo sistema nervoso central.

Na esteira desse pensamento, Braga (2006) reforça que segundo a lógica da mídiatização emerge uma processualidade midiática que se torna referência para os outros processos de interação sociais. Deve ser compreendida como um processo interacional entre instituições numa construção dialética de sentido.

Por fim, cabe ressaltar que no embate político de construção de uma agenda midiática visando conquistar a opinião pública, os relacionamentos construídos em interação com os meios de comunicação de massa e a circulação de sentido que conseguiu se construir na arena das redes sociais, tornam-se primordiais para o sucesso nessa ambiência política.

3. Metodologia

A metodologia adotada para o levantamento dos dados na Plataforma Sucupira, vinculada à CAPES, é o Estado da Arte. Como revela FERREIRA, “nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” (FERREIRA, p.2, 2002).

Escolheu-se os termos “MIDIATIZACAO AND POLITICA”, para o mapeamento deste artigo, selecionou-se como Grande Área do Conhecimento, as *Ciências Sociais Aplicadas*,

como Área de Conhecimento, *Comunicação* e como Área de Avaliação, *Comunicação e Informação e Comunicação/Ciência da Informação* no último ano disponibilizado pela plataforma.

4. A pesquisa em seu viés qualitativo: como se tem pesquisado

Para realizar a análise qualitativa, escolheu-se o ano de 2018¹¹⁸ para estudar profundamente as pesquisas que trazem estudos sobre mídiatização, as instituições, os processos políticos e os sistemas de governo ou Estado.

A tese de doutorado defendida por Marcelo Igor de Sousa, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, teve como orientador o Professor Doutor Antonio Fausto Neto e se intitulou *Processos tentativos de interação entre governo e sociedade: Casos e percalços comunicacionais nos Governos Dilma Rousseff*. E foi analisado as experiências de interação entre Governo Federal Brasileiro e cidadão, com recorte temporal de 2011 a 2016.

Construiu-se o corpo textual a partir da identificação do objeto da pesquisa e problematização desse objeto. Traçou-se um cenário político relativo ao governo de Dilma

¹¹⁸GOMES, Vinicius Borges. **Propaganda partidária gratuita: as narrativas dos três maiores partidos no Brasil em tempos de crise de representação**. 28/02/2018. Mestrado em Comunicação. UFJF. Juiz de fora, 2018. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6316865> Acesso em 18 de julho de 2019.

MAGALHAES, Vanilda Gomes Cantarino de. **Das mídias massivas às mídias digitais: uma análise das estratégias midiáticas nas propagandas políticas dos candidatos à prefeitura de Juiz de Fora em 2016**. 23/02/2018. Mestrado em Comunicação. UFJF: Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6316864> Acesso em 18 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Nathalia Bettoni. **Mídiatização e espetacularização do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff – a circulação da hashtag #Impeachmentday**. 28/02/2018. Mestrado em Comunicação Social. PUC-MG: Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7199515> Acesso em 18 de julho de 2019.

RODRIGUES, Isabel Cristina de Araújo. **A narrativa espetacular na mídia televisiva: A votação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) na câmara dos deputados**. 26/03/2018. Mestrado em Comunicação. UNIP: São Paulo, 2018. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5973915> Acesso em 18 de julho de 2019.

SOUSA, Marcelo Igor de. **Processos tentativos de interação entre governo e sociedade: casos e percalços comunicacionais nos Governos Dilma Rousseff**. 13/04/2018. Doutorado em Ciências da Comunicação. UNISINOS: São Leopoldo, 2018. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6411639> Acesso em 18 de julho de 2019.

Rousseff e seguiu-se a análise da midiaticização como norte teórico. A tese parte da midiaticização da política com foco principal nos usos e apropriações das tecnologias da internet e das redes sociais. Observou-se ainda os circuitos das ações comunicativas produzidas nesse âmbito. Como aporte metodológico foi realizado um estudo de caso com olhar direcionado a multiplicidade das plataformas analisadas.

A dissertação defendida por Isabel Cristina de Araújo Rodrigues, intitulada *A narrativa espetacular na mídia televisiva: a votação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) na câmara dos deputados*, na Universidade Paulista, orientada pela Professora Doutora Carla Montuori Fernandes, buscou aferir as narrativas dos políticos da Câmara dos Deputados na votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* no dia 17 de abril de 2016.

Como guia teórico partiu-se da constituição do campo político e campo midiático, construiu-se o cenário político à época do *impeachment*. Realizou-se ainda a categorização dos votos dos políticos de acordo com duas categorias criadas pela autora. A metodologia utilizada no trabalho foi a análise de conteúdo de Bardin e concluiu-se quanto as narrativas a predominância do propósito político partidário se aproveitando da visibilidade midiática dada a ocasião.

Outra dissertação analisada foi a de Nathalia Bettoni Oliveira, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e se intitulou *Midiaticização e Espetacularização do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff – a circulação da hashtag #Impeachmentday* e teve como orientador a Professora Doutora Maria Ângela Mattos.

Este trabalho teve como questão central investigar de que forma se processou a midiaticização e espetacularização da ex-presidente Dilma Rousseff e a utilização da hashtag *#impeachmentday* com enfoque nos elementos da cultura e da circulação midiáticas no dia 31 de agosto de 2016. O *corpus* foi constituído pelas publicações na rede social Twitter entre os horários de 14 horas e 16 horas e 59 minutos.

Como processo de construção da dissertação, efetuou-se um estado da arte das pesquisas sobre midiaticização e espetacularização no Brasil com enfoque no processo de *impeachment*, construiu-se o cenário sociopolítico brasileiro, identificou, sistematizou e categorizou as postagens e se analisou o processo de produção e circulação de sentido. Para tanto a autora adotou como suporte metodológico a análise de conteúdo em suas versões quantitativa e

qualitativa e concluiu que houve uma apropriação e ressignificação dos elementos da cultura da mídia aplicados ao âmbito político pelos atores sociais na rede social especificada.

O quarto trabalho analisado, uma dissertação produzida na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Ademir de Oliveira e defendida por Vanilda Gomes Cantarino de Magalhães, sob o título “Das mídias massivas às mídias digitais: uma análise das estratégias midiáticas nas propagandas políticas dos candidatos à prefeitura de Juiz de Fora em 2016”, e discute o crescente processo de midiatização da vida social.

Como objeto, aborda as estratégias políticas e midiáticas, nos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e nas *fanpages*, utilizadas pelos candidatos na campanha para prefeito da cidade. Quanto a parte metodológica, utilizou-se a análise de conteúdo para compreender de que forma os candidatos a prefeito se apropriam dessa plataforma para alcançar seus objetivos políticos concluindo que há uma hibridização das mídias massivas e digitais.

A última dissertação analisada, produzida por Vinicíus Borges Gomes e orientada pelo Professor Doutor Luiz Ademir de Oliveira na Universidade Federal de Juiz de Fora, tem como título “Propaganda partidária gratuita: as narrativas dos três maiores partidos no Brasil em tempos de crise de representação”, visa observar de que forma a midiatização da política afeta a representação partidária, tendo em vista que devido a crise de representação os partidos políticos buscam resgatar a memória histórica como instrumentos de legitimação de suas ações.

O *corpus* de análise abrange todas as propagandas exibidas entre os anos de 2014 e 2017 produzidas pelo Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Social Democracia Brasileira. Utilizou-se para tanto a análise de conteúdo e fez-se um estudo de conceito de campanha permanente, discutiu-se os conceitos de representação e a crise do presidencialismo de coalisão.

5. Considerações finais

Ao se analisar a midiatização associada a política para perceber a forma como os pesquisadores olham para o objeto e o problematizam tendo como recorte temporal o último ano de pesquisa observou-se que midiatização é de fato um tema amplo e que abrange os mais variados campos sociais.

Pode se perceber por fim, que os estudos em mediação estão crescendo em importância no país, demonstrando que esse viés de análise que parte dos processos de mediação surge como grande suporte teórico para se analisar essa sociedade que está cada vez mais vinculada à mídia.

Referências

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. **Mediação & Mediação**. Salvador/Brasília: EDUFBA, 2012.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação e Sociedade, Campinas: v. 79, ano XXIII, 2002. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>> Acesso em 08 de julho de 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragmentos de uma analítica da mediação**. Matrizes, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008. Disponível em: <
<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194>> Acesso em 15 de julho de 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. Mediação: um conceito, múltiplas vozes. **Famecos**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, Maio-Agosto, 2016. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253>> Acesso em 12 de julho de 2019.

HJARVARD, Stig. **A mediação da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2014.

MARTINO, L. M. S. **Rumo a uma teoria da mediação: exercício conceitual e metodológico de sistematização**. Intexto, Porto Alegre, v. 45, p. 16-34, 2019. Disponível em: <
<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/77889>> Acesso em 12 de julho de 2019.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1996.

VERÓN, Eliseo. Teoria da mediação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-19, Janeiro-Junho, 2014. Disponível em: <
http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20180205111629.pdf> Acesso em 18 de julho de 2019.

NARRATIVA DISCURSO E ACONTECIMENTO A LÍNGUA PORTUGUESA COMO PAUTA EM VEÍCULOS NOTICIOSOS DO BRASIL E PORTUGAL

Andreia Rocha¹

Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Jr.²

Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Eixo Temático de submissão: Acontecimento e Narrativa

Resumo

A presente pesquisa, que ainda está em curso, tem objetivo de analisar a língua portuguesa como pauta em dois jornais do universo lusófono: Correio Braziliense e Diário de Notícias, tendo como foco os eixos narrativa, discurso e acontecimento. Será feito recorte temporal de uma década (2009 a 2019), com análise do dia 5 de maio (Dia da Língua Portuguesa e Cultura Lusófona). O intuito é verificar quais acontecimentos permeiam a narrativa das matérias publicadas neste dia, fazendo comparativo dos dois jornais, especificamente da coluna Sociedade (Diário de Notícias) e Blog da Dad (Correio Braziliense), a fim de traçar panorama de como a língua portuguesa é noticiada pelos dois veículos midiáticos e que concepção de língua norteia essas matérias.

Palavras-chave: Acontecimento. Língua Portuguesa. Mídia. Narrativa. Pauta.

1. Introdução

A língua é parte estrutural do ser humano e que o torna ser sociocultural. Pela língua, é possível expressar-se, conhecer o mundo, alcançar a interação social. Por meio da linguagem, seja ela verbal ou não verbal, a sociedade segue seu rumo, ora aglutinando ideias, ora movimentando-se por forças de repulsa, mas, importa salientar, que esse viver e esse acontecer social se torna possível experimentar e narrar, por meio da língua. É esse aspecto estruturante da língua, que transita em várias áreas do conhecimento e os integra- uma vez que aprendemos e apreendemos por meio da linguagem-, que torna o universo linguístico um objeto atraente de estudo, o que aconteceu na presente pesquisa que ainda está em andamento.

1. Especialista em Jornalismo e Educação: Temas Contemporâneos (UFT). Graduada em Jornalismo e Letras. Email: jornalistaandreiariocha@gmail.com

2. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (PPGE-UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Email: gilsonporto@uft.edu.br

Uma área importante de interdisciplinaridade, conceito cada vez mais presente na área acadêmica, é quando se realiza a interseção entre Jornalismo e Linguística, ou, de maneira ainda mais geral, as áreas de Comunicação Social e Letras. É notório que os profissionais de mídia lidam de maneira intrínseca com a linguagem. Diariamente, jornalistas e demais profissionais da área se instrumentalizam da língua no exercício da sua profissão, seja na produção das matérias- de qualquer formato-, seja na apuração dos fatos e acontecimentos. O jornalista é um profissional essencialmente inserido no universo linguístico e precisa desse universo para alcançar o público.

Por isso, a presente pesquisa se propõe a abordar essa interseção entre as duas áreas, em busca de divergências e convergências conceituais quanto à língua. E, para que o panorama tenha, ao final do percurso, um desenho mais histórico e mais bem delineado, será feita análise da interseção dos universos midiático e linguístico, tendo como objeto dois veículos noticiosos de países lusófonos, sendo um brasileiro (Correio Braziliense) e outro português (Diário de Notícias).

Dessa forma, acredita-se que a pesquisa poderá se inserir também em outra esfera: a histórica, uma vez que os estudos serão realizados no jornalismo feito em dois países que possuem laços históricos, e que mantêm, portanto, similaridade na língua (MELO, 2017; REIS, 2017; TEIXEIRA et al., 2017; ALVES et. al., 2017; MOIO et al., 2017; MOTA; FERREIRA, 2017; NUNES et al., 2017; PORTO JUNIOR et al., 2017). Além disso, importa entender como a língua é noticiada e como ela se torna pauta nos dois veículos e, para entender isso, será feita análise da narrativa dessas matérias jornalísticas, objetivando ir além do patamar meramente gramatical e ortográfico da língua, alcançando a esfera discursiva, do uso da língua propriamente dito. (PERINI, 2009)

A tríade temática língua-mídia-narrativa vai conduzir os estudos e englobará ainda os conceitos de discurso e acontecimento. Para conduzir o percurso metodológico, foram traçados os seguintes objetivos gerais: a) Compreender como se dá a construção da narrativa e do discurso jornalístico como parte do *métier* de atuação do jornalista, tendo como foco matérias que tratam sobre a língua portuguesa nos dois jornais pesquisados; b) Analisar quais acontecimentos e valores-notícia impulsionam a produção de matérias jornalísticas sobre a língua portuguesa nos dois jornais analisados.

2. Fundamentação Teórica

Com o surgimento da Linguística, ciência que se consolidou, sobretudo, nos meados dos anos de 1920, buscou-se elevar a língua ao patamar mais social, deixando de lado o aspecto prescritivista do uso, pautado apenas no que a gramática e o dicionário preconizam. Dessa forma, os linguistas passaram a considerar também a fala, como modalidade legítima do uso da língua- com regras próprias de funcionamento-, o que provocou certo desconforto por parte dos professores mais puristas e estudiosos em geral que temem a perda da pureza da língua.

No entanto, uma das premissas da Linguística é: toda língua muda no tempo e no espaço. Se o ser humano muda, se as relações sociais mudam, a língua também acaba por sofrer mudanças. Sendo assim, cumprir com as regras gramaticais, que foram criadas como modelo a ser seguido, tendo como molde a escrita dos clássicos, passou a ser questionado pelos estudos da Linguística que revelam que toda língua tem como fundamento basilar o ato comunicativo, e que, muitas vezes, pode sair do arcabouço prescritivista da gramática e, ainda assim, ser eficaz de acordo com cada situação comunicativa (BAGNO, 2000).

E, nesse aspecto, analisar como a língua se torna pauta e é abordada/noticiada em veículos de comunicação pode revelar qual concepção de língua permeia essas narrativas jornalísticas e quais vozes/fontes estão sendo utilizadas. Segundo Possenti (2009), o profissional jornalista no Brasil ainda está centralizado em apontar apenas o que é “certo” e “errado”, conforme as regras gramaticais e ortográficas, fazendo com que as matérias se tornem rasas, não trazendo contextualizações, dados e vozes diferenciadas:

Uma análise linguística, mesmo se bem feita segundo certos critérios, se tais critérios forem ruins, equivale a fazer jornalismo com release, isto é, péssimo jornalismo. Por que se procuram fontes diversas para avaliar opiniões políticas, econômicas, morais, e não se buscam critérios diversos para analisar fatos de linguagem? (p. 21)

É por considerar a palavra, ou seja, a língua, instrumento fundamental da vida humana, sobretudo no âmbito social, que pretendemos mesclar os universos midiático e linguístico, a fim de traçar um panorama de como a temática da língua é abordada em dois jornais importantes em seus respectivos países. Com isso, o material a ser explorado será a própria construção textual das matérias, no âmbito da narrativa e do discurso, pois é a manifestação da linguagem que permite ao homem apreender a realidade. Nesse sentido, ressalta Motta (2005):

Alguns autores mais ousados propõem que o homem apreende narrativamente a realidade e que as narrativas imaginárias ou factuais nos ajudam a sondar e testar a realidade, e simultaneamente instituem as identidades, as organizações e as sociedades. (p. 08)

3. Metodologia do estudo

A escolha dos dois jornais Correio Braziliense e Diário de Notícias resultou do interesse em analisar de maneira comparativa a língua portuguesa em dois periódicos de grande circulação no Brasil e em Portugal, países considerados no cenário político e socioeconômico como os de maior prestígio no universo lusófono.

Para elucidar o cenário da língua desenhado nos dois jornais pesquisados, foi feito recorte temporal de uma década de celebração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura Lusófona, comemorado no dia 5 de maio, desde 2009, data criada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Cabe destacar ainda que se pretende, com isso, traçar um panorama do jornalismo português e brasileiro, no âmbito da abordagem da língua, considerando a forma com que o público recebe e lida com as notícias produzidas nessa seara, tendo como mote a língua do colonizador x língua do colonizado.

A pesquisa, que classificamos como exploratória, terá inicialmente a leitura do material bibliográfico sobre o tema, buscando ter como foco os eixos: narrativa, mídia e língua. Em seguida, será feita coleta das matérias veiculadas especialmente na data proposta, sendo catalogadas e elencadas conforme os objetivos propostos. Para a concatenação desse material, será feita pesquisa no site dos dois jornais, a princípio sem determinar datas, utilizando as palavras-chave: CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Dia da Língua Portuguesa, idioma português e língua. Dessa forma, pretende-se verificar se em outros momentos houve publicação sobre o universo linguístico português, e não apenas na data comemorativa já mencionada anteriormente. Após a catalogação do material, realizar-se-á a avaliação das matérias, com ênfase nas concepções de língua e nos aspectos/estruturas das narrativas jornalísticas, pois, como aponta Motta (2005, p.86), *“as narrativas, enquanto construções discursivas, atuam na constituição da realidade social”*.

Para concluir o percurso metodológico, serão realizadas a análise dos dados e discussão dos resultados. Durante o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se também trazer para a

discussão os estudos realizados pela Sociolinguística, com vistas a redimensionar a concepção de língua para o âmbito mais social, sob a óptica de autores como Marcos Bagno, Carlos Faraco e Louis_Jean Calvet, além de estudos sobre narrativas, com objetivo de traçar um panorama de construção textual nas matérias jornalísticas nos dois jornais estudados.

4. Resultados e discussões

A fim de orientar a pesquisa que está sendo realizada, elencamos quatro hipóteses que fazem referência a cada um dos objetivos específicos, que são:

HIPÓTESE 1	As mídias portuguesa e brasileira consideram a língua apenas como um arcabouço de regras gramaticais e ortográficas ou também abordam o universo linguístico no âmbito da Linguística, enquanto Ciência da Linguagem?
HIPÓTESE 2	As matérias jornalísticas analisadas estão alicerçadas apenas em dicas gramaticais e ortográficas, utilizando o dualismo certo x errado, ou são impulsionadas por outros aspectos da língua?
HIPÓTESE 3	A narrativa das matérias jornalísticas avaliadas traz vozes de especialistas ou está centrada somente na voz do jornalista, causando superficialidades e tendencionismos nas matérias?
HIPÓTESE 4	Os profissionais jornalistas, autores dos textos analisados nesta pesquisa, são superficiais e não aprofundam as questões da língua, conduzindo suas narrativas apenas na esfera do prescritivismo gramatical e ortográfico?

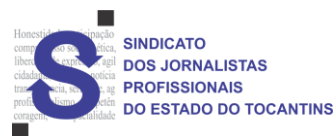
Tabela 1: Hipóteses da pesquisa (elaborada pela autora)

5. Considerações finais

Verificar como a língua portuguesa é abordada em matérias jornalísticas publicadas em dois jornais de grande circulação em seus países pode apontar para um cenário frutífero de estudos acerca do universo linguístico em interseção com a esfera midiática. Sobretudo, a linha



temporal de uma década, tendo como destaque uma data criada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), instituição de maior nome do universo linguístico lusófono e que pretende ser aglutinadora dos países que falam a língua portuguesa, pode favorecer a criação de um painel significativo sobre como a mídia e o público destes países estão vivenciando a questão da língua, reconhecendo a influência que a mídia pode exercer nas relações estabelecidas pelo indivíduo na sociedade, por meio da língua, e na sua forma de conhecer e lidar com o mundo, tendo como mote a prestação de serviço e a responsabilidade social que cada profissional de comunicação deve ter como guias para o exercício da sua profissão.



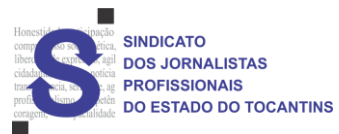
Referências

- ALVES, E. J.; SILVA, B. D. DA; SILVA, R. DA S. DA. Mapeamento dos estudos sobre a formação de professores no âmbito do processo de Bolonha em Portugal. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 248-273, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p248>
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- _____. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- _____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística- Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. **História Sociopolítica da Língua Portuguesa**. São Paulo. Parábola Editorial, 2016.
- MELO, A. S. E. Enquadramento histórico legal do processo de Bolonha e o seu impacto no sistema de ensino superior português. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 75-141, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p75>.
- MOTA, L. C. M. DE A.; FERREIRA, A. G. A formação de professores em Portugal no quadro do espaço europeu de ensino superior. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 38-74, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p38>.
- MOTTA, Gonzaga Luiz. **Análise Crítica da Narrativa**. Rio de Janeiro. Editora UNB, 2013.
- MOIO, I.; ALCOFORADO, L.; VIEIRA, C. C. A declaração de Bolonha e o reforço da abertura do ensino superior a novos públicos: percepções de pessoas adultas que frequentam a Universidade de Coimbra. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 169-201, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p169>.
- NUNES, S. G.; PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R. DE. Conhecimento e organização: indicativos pós-Bolonha de uma sociedade em construção. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 338-353, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p338>.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2006
- PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2009.
- PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R. DE. Formando pesquisadores pós-Bolonha em Portugal: relações entre a formação de graduação e o campo da pesquisa/investigação. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 202-228, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p202>.



REIS, E. G. DOS. O ensino superior em cabo verde e os desafios do processo de bolonha. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 142-168, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p142>.

TEIXEIRA, I.; DA SILVA, V. C.; MARTINS, J. L. A convergência midiática e as tecnologias móveis pós-Bolonha: novas práticas sociais. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 229-247, 1 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p229>.



O DISCURSO AUTONOMISTA DO NORTE GOIANO NO JORNAL ECOS DO TOCANTINS

Aurielly Queiroz Painkow¹²⁰¹

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Estudos do Jornalismo

Resumo

O Estado do Tocantins conta hoje com iniciativas promissoras relacionadas ao estudo e registro de sua história. Mas ainda persiste uma carência de pesquisas que reflitam sobre a história jornalística e o papel do jornalismo no processo político que culminou na separação do Estado de Goiás e criação do Tocantins. Após a formação do Núcleo de Pesquisa e Extensão "Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino" (Opaje) da UFT em 2014 consolida-se uma classe acadêmica mais focada nesses levantamentos sobre a imprensa tocaninense. O presente artigo pretende, por meio do método de análise de discurso, e categorização de gêneros jornalísticos, estudar o Jornal Ecos do Tocantins, importante veículo impresso, que circulou de 1950 a 1960 no Garimpo de Piau, e sua contribuição com o “discurso autonomista” do Tocantins. Entender e valorizar o papel da imprensa e de jornalistas como personagens importantes nessa construção histórica de conquista da autonomia tão desejada pelos tocaninos é o eixo principal da investigação. A finalidade desta pesquisa é constatar no acervo documental ainda existente, que o periódico surgiu para pautar e difundir o movimento de emancipação do Estado.

Palavras-chave: discurso autonomista; jornalismo impresso; Ecos do Tocantins.

Introdução

A análise do conteúdo do discurso autonomista pautado no jornal Ecos do Tocantins constitui-se questão central da dissertação de mestrado em desenvolvimento na Universidade

¹²⁰ Mestranda do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, e-mail: auriipainkow@gmail.com

Federal do Tocantins (UFT), que se aprofundará nos 10 anos de existência do veículo explorando seu aspecto histórico e documental. A pesquisa propõe a análise do texto, observando sua intencionalidade, com o propósito de levantar o papel da imprensa local diante das manifestações pela emancipação política do norte goiano na década de 1950. O problema será enfrentado buscando entender a história e a produção editorial do jornal para analisar como se empenhou na criação do Estado do Tocantins.

Em trabalhos anteriores, Painkow (2002) apontou o empenho do jornal Ecos do Tocantins na causa separatista e emancipatória do antigo norte de Goiás mostrando que, durante uma década, Ecos do Tocantins pautou bandeiras municipalistas como a emancipação de Pium e Cristalândia, o desenvolvimento e a emancipação da região tocantina, e o desenvolvimento da cidade de Paraíso, uma pauta desde o primeiro editorial, colocando a imprensa como agente de desenvolvimento que encampou a bandeira desenvolvimentista (ECOS DO TOCANTINS, 1951).

A pesquisa desdobra-se no estudo do movimento da criação do Estado do Tocantins, partindo da hipótese de que jornais criados na década de 50, principalmente, nasceram para dar sustentação comunicacional ao movimento separatista e desenvolveram uma pauta alinhada ao discurso de autonomia do norte de Goiás.

1. Fundamentação Teórica

A criação do Tocantins na Constituição da República de 1988 é tratada pela historiografia como o resultado de projetos separatistas inconclusos de outras gerações (CAVALCANTE, 2003). A historiadora Cavalcante (2003) considera três momentos marcantes do discurso autonomista no percurso da criação do Estado: os anos 20 do séc. XIX (1821-1823) e as décadas de 50 e 80 do século XX (1956 a 1960 e de 1985 a 1988). Segundo ela, em 1821 o ouvidor da Comarca do Norte, recém-separada da Comarca do Sul, na capitania de Goiás, Joaquim Teotônio Segurado, fez circular uma promulgação em que se declarou separado do governo central.

Com a repressão governamental, o movimento autonomista calou seu discurso por um longo tempo, contudo, permaneceria vivo em manifestações na imprensa local, nitidamente em Porto Nacional, cidade que ocupava posição de destaque e influência regional, principalmente, por ser um importante porto fluvial que mantinha vínculo comercial com Belém por meio da navegação no rio Tocantins .

Em 3 de julho de 1891 a novidade em Porto Nacional era *Typographia Tocantina*. O editorial de estreia da primeira tipografia fixada na região do então norte de Goiás firmou compromisso de defender os nortistas:

É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem público dos nossos co- estadinos, [trecho danificado] ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho da sciencia e as grandezas da ilustração, aparece possuída da melhor vontade de constituir-se uma pequena luz com o auxílio da qual, fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gozamos dos poderes governantes. (FOLHA DO NORTE. 3 jul. 1891)

Logo depois em 1905, nasce o jornal O Norte de Goiás, que se destaca pelo período de circulação de quase meio século ininterruptamente, só suspenso pela Coluna Prestes, na década de 20. Surgem na mesma década do Ecos, no então norte de Goiás, hoje Tocantins, os jornais *O Tocantins* (1950) em Tocantinópolis, *A Norma* (1953) em Porto Nacional. Ao longo dos anos seguintes o jornalismo da região seria palco de artigos denunciando a situação de descaso da administração de Goiás com o norte do Estado e revelavam as dificuldades de aglutinar as forças políticas em torno do movimento em prol da criação do Tocantins (CAVALCANTE, 2003).

Contudo, segundo Cavalcante (2003), o discurso autonomista na imprensa local não era propriamente a defesa por nenhum partido, mas, manifestações pessoais influenciadas por discussões que pregavam a necessidade de redivisão territorial do Brasil. Tal alegação ganharia novos delineamentos com sua “recriação” amparada nas dimensões da política local, regional e nacional na década de 1950, tendo como marco principal a “Proclamação Autonomista” de 13 de maio de 1956 em Porto Nacional, que passou à história como o “movimento de 56”.

Nesse período, o município era um dos maiores do norte goiano, abrangendo diversas vilas e distritos. Uma delas, Piau (hoje, município de Pium-TO), onde, em 22 de julho de 1951, teve início a circulação do jornal Ecos do Tocantins, periódico que retomou e popularizou o discurso autonomista, sob a atuação de seu fundador, o empresário Trajano Coelho Neto, que acabaria assassinado e se tornaria mártir da luta separatista do Estado e do jornalismo tocantinense (PAINKOW; COSTA; MELO, 2002).

Nos primeiros anos do jornal, os textos e todo o processo de impressão de Ecos do Tocantins era realizado em domicílio. A família era responsável pela pauta e produção do jornal, da impressão ao envio para outros estados (PAINKOW; COSTA; MELO, 2002). Ecos circulou por pouco mais de uma década sendo extinto em 22 de julho de 1961, data de seu 11º aniversário, alcançando 600 edições impressas, com uma breve interrupção no final de 1954, por dificuldades financeiras (PAINKOW, 2002).

2. Metodologia do estudo

Trata-se de uma pesquisa documental de cunho qualitativo, que se utilizará do método de análise de discurso para comunicação autonomista do jornal Ecos e suas contribuições no movimento pela criação do Estado do Tocantins; o método de análise de conteúdo irá descrever e categorizar os gêneros jornalísticos presentes no periódico. Serão analisadas 600 edições do referido jornal, ou seja, todo o período de sua existência, mas especificamente as notícias que dão voz ao movimento separatista pela emancipação política do norte de Goiás.

A categorização e análise dos gêneros estão dentro da base epistemológica do estudo qualitativo, o que permitirá apresentar a classificação das informações do jornal Ecos do Tocantins, rodado no formato germânico (com a página medindo 47 cm por 31,5 cm), como também observar sua composição e as distribuições discursivas quando analisado. Foi Bakhtin que levou a discussão de gêneros, antes restrita à literatura, para outras áreas. (BAKHTIN, 1992)

3. Resultados esperados

O presente trabalho espera contribuir significativamente, e trazer a luz do conhecimento, a importante participação da imprensa norte goiana no movimento autonomista do Tocantins, como também apresentar personagens da história (jornalistas, tipógrafos, empresários, garimpeiros, entre outros), que também contribuíram para a criação do Estado do Tocantins, personagens esses que foram relegados e ficaram adormecidos com o passar dos anos. Entender e valorizar o papel da imprensa e de jornalistas como protagonistas importantes nessa construção histórica de conquista da autonomia tão desejada pelos tocantinos é o eixo principal da investigação para obter as respostas almejadas.

4. Considerações finais

Aqui é importante relatar que nome do jornal Ecos do Tocantins já dizia a que vinha, ecoar, produzir ecos do descaso dos governos em relação ao norte goiano, como também de incutir na cabeça daquela população esquecida e relegada pelo poder público a ideia da autonomia como renascimento de um lugar que pudesse se desenvolver. O periódico surgiu focado em pautar e difundir o movimento de emancipação do Estado de Goiás, para isso o conteúdo do veículo trazia semanalmente artigos, matérias, enfim notícias de que a autonomia era sim mais que necessária, era *sine qua non* para levar o desenvolvimento ao povo tocantino.

Referências

- A CAUSA DO NOSSO APARECIMENTO. Ecos do Tocantins, Pium, p.1, 22 jul.
1951. BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes,
1992 CAMPANHA AUTONOMISTA. Ecos do Tocantins, Pium, p.2, 20 jan. 1952.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Discurso Autonomista do Tocantins**. Goiânia: UCG, 2003.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880-1910**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1997.

PAINKOW, Aurielly Queiroz. **O jornal do Cristal: Um eco ressoa na região garimpeira**. Revista Ensaios: comunicação em revista. v. 1. n.1. Palmas: Unitins, 2002.

PAINKOW, Aurielly Queiroz; COSTA, L. A. ; MELO, J. M. **Trajano Coelho Neto: jornalismo como serviço público**. Imprensa, São Paulo (SP), p. 54-62, 2002. PROGRAMA. Folha do Norte. P.1, 3 jul. 1891.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, José Mendonça. **A Imprensa Matutina**. Goiânia: Editora CERNE, 1989.

O ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: UM ATO POLÍTICO NA FORMAÇÃO DE PENSAMENTO CRÍTICO

Aline Andréa Carreira de Fraga¹²¹

Graduada do curso de Pedagogia da UFT

Luiz Augusto Mazzarolo¹²²

Docente do curso de Pedagogia da UFT

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares

Resumo

A Educação Ambiental, como disciplina integradora nos vários segmentos educacionais, pode estimular o desenvolvimento de princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos necessários para uma maior e melhor transformação social que leve a uma sociedade mais justa e cidadã. Desta forma, a Educação Ambiental pode ser compreendida como uma forma de Educação Política, formadora de cidadãos cientes de seus direitos e deveres, capazes de reivindicar justiça social, cidadania, respeito e ética em todas as vertentes relevantes ao meio ambiente e a sociedade. O objetivo principal deste estudo é realizar uma reflexão acerca da inserção da Educação Ambiental como ferramenta para uma sociedade mais justa, mais consciente e mais sustentável. Contudo, esse trabalho não tem a pretensão de propor soluções para os problemas ambientais, mas sim realizar uma reflexão acerca de como o ensino de Educação Ambiental nas escolas pode ser considerado como um ato político na formação de pensamento crítico.

Palavras chave: Educação Ambiental, escola, pensamento crítico, transformação social.

¹²¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO. Brasil (2019) Pós graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão. CENSUPEG. Brasil (2019). alinecarreira@uft.edu.br

¹²² Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989). Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e Doutor em Ciências (Entomologia) pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente sou Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Tocantins. mazza@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

O sentimento de superioridade e as práticas dominantes do homem sobre o meio ambiente foram se intensificando ao longo da história e tornaram-se mais acentuados a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII. Nesta caminhada, sérias questões foram sendo criadas e expandidas, tais como: a exploração sem controle dos recursos naturais, a exclusão social e econômica, a poluição e a degradação dos ecossistemas, como também, a geração diversificada e crescente dos resíduos. Destaca-se também, no decorrer desse tempo, o rápido crescimento demográfico em nível mundial.

Durante o decorrer do século XX pode-se observar um crescente interesse da sociedade pelos problemas socioambientais que a prejudicam, o que parece ser sinal de uma mudança de sensibilidade com relação ao vínculo entre ser humano e ambiente. Este cenário vem se intensificando no século XXI. Dessa maneira, tornou-se necessário pensar em novos paradigmas educacionais, para as mudanças nos valores, conhecimentos e comportamentos relacionados à área ambiental. Acredita-se que este interesse possibilite as transformações sociais futuras.

A Educação Ambiental, como disciplina integradora nos vários segmentos educacionais, pode estimular o desenvolvimento de princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos necessários para uma maior e melhor transformação social que leve a uma sociedade mais justa e cidadã. Desta forma, a Educação Ambiental pode ser compreendida como uma forma de Educação Política, formadora de cidadãos cientes de seus direitos e deveres, capazes de reivindicar justiça social, cidadania, respeito e ética em todas as vertentes relevantes ao meio ambiente e a sociedade.

Sendo assim, o objetivo principal deste estudo é realizar uma reflexão acerca da inserção da Educação Ambiental como ferramenta para uma sociedade mais justa, mais consciente e mais sustentável. Contudo, esse trabalho não tem a pretensão de propor soluções para os problemas ambientais, mas sim realizar uma reflexão acerca de como o ensino de Educação Ambiental nas escolas pode ser considerado como um ato político na formação de pensamento crítico.

CAMINHO METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se por ser de natureza qualitativa. Com relação a este tipo de estudo, Teixeira (2006, p. 137) afirma:

[...] Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados.

O presente trabalho se enquadra em pesquisas do tipo descritivo e bibliográfico, com fontes de dados documentais e abordagem metodológica de revisão sistemática da literatura, cujo objetivo é realizar sínteses da bibliografia sobre um tema específico, mediante avaliação crítica e sumarizada das informações apuradas (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Dessa forma, a busca pelo material bibliográfico acerca da temática foi realizada em três etapas. A primeira se constituiu do levantamento dos estudos em livros e periódicos, por meio de revistas eletrônicas e bases de dados virtuais, visando à coleta abrangente de informações, sendo possível abarcar uma vasta produção científica. Na segunda etapa realizou-se a análise de títulos e resumos, levando em consideração a relevância dos estudos, bem como sua fidedignidade. Nesse momento, foram descartadas algumas publicações que não apresentavam relação direta com o escopo do presente trabalho, bem como aquelas cuja interpretação não se mostrarem satisfatórias na descrição do estudo. A última etapa englobou a leitura crítica dos artigos considerados elegíveis, para que assim, fosse elaborada uma síntese sobre a temática proposta.

UM POUCO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No ano de 1997, o Ministério da Educação elaborou uma nova proposta curricular denominada Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), onde o meio ambiente passa a ser um tema transversal nos currículos básicos do Ensino Fundamental, isto é, de 1ª a 8ª séries (MEDEIROS *et. al*, 2011).

Em 1999, no Brasil, foi promulgada a Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Nela a Educação Ambiental aparece entendida como um componente essencial e permanente da educação, que deve estar presente de forma articulada e integrada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em benefício de construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Para reforçar a legitimidade da EA são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (BRASIL, 2012), as quais remetem a uma educação que desenvolve o senso crítico relacionando aspectos socioambientais e cidadania com o ambiente em que vivemos. Com respaldo no seguinte entendimento:

Art. 6º - A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino (BRASIL, 2012, p. 69).

Mais recentemente foi aprovada a nova Base Nacional Comum Curricular (ver MEC, 2016) onde, infelizmente, percebe-se que a EA vem perdendo espaço na BNCC. As questões socioambientais contidas no documento não problematizam a EA como campo político que atua criticamente e para tanto limita a EA às áreas das Ciências da Natureza e Geografia. Dessa maneira, observamos um grande retrocesso, pois se coloca contrária ao que assegura a legislação vigente.

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A compreensão tradicional das relações entre sociedade e natureza, desenvolvidas até o século XIX e vinculadas ao processo de produção capitalista, consideravam ao homem e a natureza polos excludentes, tendo a natureza como fonte ilimitada de recursos a disposição do homem, mas com o decorrer do tempo, constatou-se que tal entendimento não se configurava como satisfatório (BERNARDES; FERREIRA, 2003). Em suas premissas de vida e de exploração dos recursos naturais, o homem via como inesgotáveis tais recursos e pressupunha que a natureza poderia receber e assimilar indefinidamente tais agressões. Porém, a grande

preocupação com o potencial técnico-científico destrutivo da humanidade e da natureza deu-se após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com o lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki.

Assim, perante à complexidade em que foram se tornando os problemas ambientais, a humanidade em escala planetária começou a pensar em adotar novos posicionamentos frente à natureza. Esses novos posicionamentos incluíam novos paradigmas educacionais que tinham o objetivo de desenvolver práticas e comportamentos que conduziam ao desenvolvimento de uma cultura mais consciente e sustentável (JACOBI, 2003).

O termo “sustentabilidade” define que a sociedade e seus integrantes devem produzir bens e serviços suficientes, sem que se tornem escassos os recursos naturais e aonde se preservem a biodiversidade e os ecossistemas naturais, com o propósito de que as gerações futuras consigam usufruir estes bens naturais, e assim possam também preencher as suas necessidades e preservar consecutivamente para as gerações posteriores (CAVALCANTI, 2002). Compreendendo este conceito, nas últimas décadas se tem reconhecido que o desenvolvimento econômico de uma sociedade depende de um processo equilibrado entre os âmbitos social, econômico e ecológico, que não acontece sem a melhora na qualidade de vida das pessoas e do ambiente (RUPPENTHAL, 2014).

Assim, segundo Dickmann e Carneiro (2012) para que a sustentabilidade seja um fato real, se necessita de uma metodologia educativa que aborde conteúdos de tipo ambiental. Ainda, segundo Leff (2001), é impossível resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Para Gadotti (2008) educar para a sustentabilidade ambiental significa educar para o equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio, sendo uma educação para outro mundo possível. Diante deste panorama, a educação é a chave do desenvolvimento sustentável e autossuficiente, uma educação possível a todas as esferas da sociedade, garantindo o real exercício da cidadania (FREITAS, 2004).

Como ferramenta de mudança deste contexto destaca-se a Educação Ambiental, que tem como norte a incorporação da vertente ambiental nas percepções, comportamentos e nos imaginários das populações (OLIVA JUNIOR, 2013). Dias (1999), nesse foco, diz que um

programa de EA eficiente deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atividades e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental, sendo capaz de combater à crise vivenciada pelas comunidades de todo planeta.

Segundo Reigota (1994), não se trata de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, embora essas questões sejam importantes. O que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens, possibilitando a ampliação da participação política dos cidadãos. Dessa maneira, formando um novo sujeito social e redimensionando o comportamento humano em relação ao planeta – nas formas local e global, no intuito de buscar o convívio harmônico entre os homens e destes com o meio ambiente (CARVALHO, 2001).

A EA NAS ESCOLAS: UM ATO POLÍTICO NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO

A escola, responsável pela formação integral de cidadãos, têm o dever social de desenvolver sistemas de conhecimentos, preceitos e valores, que construam a conduta e fundamentem o comportamento próprio de proteção do meio ambiente (CATELAN; JESUS, 2013). Ainda, enquanto instituição social, a escola é um dos espaços privilegiados para a formação, onde sujeitos podem ser transformados em indivíduos críticos e participativos, capazes de transformar com responsabilidade o meio que habitam (SOUZA *et al.*, 2014).

Para isso, Oliveira e Nascimento (2007) afirmam que ela deve se tornar uma instituição “essencialmente inclusiva”. Desta forma, nos últimos anos têm surgido a necessidade de compreender como a escola atual e os sujeitos que nela interagem, estão exercendo práticas de transformação social perante a sociedade contemporânea.

Ainda, Tozoni-Reis (2010, p. 4) afirma que:

Os estudos da sociologia da educação apontam para a ideia de que a educação escolarizada tem, em geral, algumas funções. Pode ter o objetivo “redentor” de salvar a sociedade da situação em que se encontra, como pode ter como objetivo “reproduzir” a sociedade na sua forma de organização, ou ainda, mediar a busca de entendimento da vida e da sociedade, contribuindo assim para “transformá-la”. Muitos estudos sobre a função da escola têm refletido sobre o antagonismo destas três funções: redentora, reprodutora e transformadora.

No entanto, adotando uma ou outra visão, reconhecesse que para definir o papel da escola é necessário pensar no papel do professor. Neste quesito, Ruiz (2003, p. 63) descreve tacitamente:

Os professores não podem mais agir de forma neutra nessa sociedade do conflito, não podem ser ausentes apoiando-se apenas nos conteúdos, métodos e técnicas; não podem mais ser omissos, pois os alunos pedem uma posição deles sobre os problemas sociais, não com o intuito de inculcação ideológica de suas crenças, mas como pessoas que tem opinião formada sobre os assuntos mais emergentes e que estão dispostos ao diálogo, ao conflito, à problematização do seu saber.

Diante deste contexto, o papel da escola na construção de consciência ambiental se revela cada vez mais importante, pois a sociedade atual precisa de um saber que reconheça que o mundo requer novos direcionamentos, a partir da formação de sujeitos reflexivos, criativos, críticos e atuantes.

Desta forma, a Educação Ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2003). Sobre esta perspectiva, construir consciência ambiental é uma das bases para o agir na realidade socioambiental, por conseguinte, é também uma base na formação de cidadania (SOARES *et al.*, 2004).

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Uma vertente importante no processo de implementar a Educação Ambiental nas escolas é a formação profissional. É notório no cotidiano escolar que diversos profissionais não estão preparados para a discussão de temas que englobem as questões socioambientais, mas vale destacar diante desses desafios, que os professores não devem ser culpados pela falta de atualização, pois a classe sofre com a falta de estímulos, sendo eles: salários baixos, falta de infraestrutura para aplicação dos projetos, como também, falta o apoio da gestão escolar. Mas, apesar de todos pesares, muitos profissionais tentam lidar e contornar todas essas dificuldades, adequando seus projetos à realidade da escola e ao contexto na qual ela está inserida

Diante deste panorama, é necessário pensar no professor como instrumento transformador tanto na construção individual quanto na coletiva. O processo de formação em

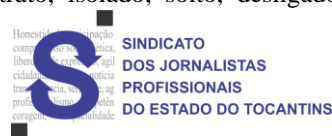
EA deve ser contínuo e permanente, e é o professor quem deveria inserir a dimensão ambiental dentro do contexto local, sempre construindo modelos através da realidade e pelas experiências dos próprios alunos (PIAGET, 1978). Estas experiências podem estar centradas na família, os locais preferidos de passeios e de brincadeiras, os elementos dos arredores das escolas, caminho de casa, entre outros. Sobre este quesito, Dias (1999, p. 39) afirma que “principalmente, se deve sensibilizar ao professor, já que ele é o principal agente promotor na escola. Esta sensibilização pode ser feita através de projetos e cursos de capacitação desses profissionais”.

É importante que os professores, disseminadores de conhecimento, independente da disciplina que são responsáveis, trabalhem trazendo temas da atualidade, bem como, apresentem propostas que tragam resultados visíveis, pois, a rápida mudança de panorama se tratando de questões ambientais exige constante atualização (PIVA, 2008). Para tanto, a temática deve ser abordada diariamente, na qual o aluno se veja inserido no processo, ocasionando assim, o sentimento de pertencimento. Se isto acontecesse, os alunos terão mais incentivo e vontade de trazer à tona o debate e reflexões, não somente no ambiente escolar, como também em casa, e mais pessoas terão acesso à importância da discussão e mudanças de hábito frente às questões socioambientais (COUSIN, 2013). Assim, ao amadurecer a ideia de que algo está errado e que pode ser melhorado “dá-se ao aluno o instrumento reflexivo e concreto que ele é o agente modificador e transformador do ambiente em que vive, podendo reverter à situação em que se encontra nosso meio ambiente, em desarmonia e clamando por ajuda, nossa ajuda” (OLIVEIRA; TONIOSSO, 2014, p. XX).

Formar sujeitos que consigam criar um vínculo com a natureza para que possam se reconhecer como uma grande família integrada ao planeta Terra, não é uma tarefa simples e tampouco fácil, de se encontrar nos livros didáticos. Neste sentido, entre as obras de Paulo Freire nenhuma é claramente dedicada à Educação Ambiental, entretanto, se podem encontrar inúmeras contribuições em seus escritos relacionadas à EA crítica, politizadora e comprometida com a transformação dos homens e do mundo, através de princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que enaltecem a importância de formar cidadãos que respeitam todas as formas de vida e o mundo que nele habitam.

Segundo o autor:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do



mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente de homens (FREIRE, 1970, p. 70).

As reflexões entre professor e aluno precisam ler a comunidade em que estão inseridos, reconhecer, identificar e compreender essa relação para que possam juntos construir possíveis possibilidades de intervenções. Para Freire, o diálogo é uma necessidade existencial, e é dialogando e problematizando a realidade que o ser humano pode emergir em consciência crítica. Mas, segundo ele, não existe diálogo sem amor. Mais que isso, o diálogo para Freire (1970) é a essência da educação como prática de liberdade.

Freire nos desperta para “que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e florestas” (FREIRE, 2000, p.67) e ainda completa: “Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo” (FREIRE, 2000, p.76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as principais posições assumidas frente às problemáticas socioambientais, encontra-se o chamado aos governos para que eles invistam em mudanças de mentalidade e de construção de consciência ambiental que garantam práticas humanas mais cuidadosas do ambiente. Assim, segundo as Políticas Nacionais, a Educação Ambiental é um componente essencial que deve ser permanente na educação, tendo presença de forma articulada, integrada, e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Sobre esta perspectiva, construir consciência ambiental é uma das bases para agir na realidade socioambiental e, por conseguinte, é também uma base na formação da cidadania. Diante deste contexto, o papel da escola e da sociedade na construção de consciência ambiental se revela cada vez mais importante, pois a sociedade atual precisa de um saber que reconheça que o mundo requer novos direcionamentos, a partir da formação de sujeitos reflexivos, criativos, críticos e atuantes.

A Educação Ambiental, como processo formativo, deve propiciar que as pessoas desenvolvam uma compreensão crítica e global do ambiente, para ter atitudes e elucidar valores que lhes permitam adotar uma posição participativa e consciente ao respeito das situações

relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais. Em consequência, isto melhora à qualidade de vida de todos nós.

A escola, enquanto instituição social, é um dos espaços privilegiados de formação, onde sujeitos podem ser transformados em indivíduos críticos e participativos, capazes de modificar com responsabilidade o meio que habitam. Desta forma, a Educação Ambiental que se busca deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social.

As escolas, então, estão criando a consciência da necessidade em abordar a sustentabilidade, onde projetos estão sendo desenvolvidos acerca da temática. Além disso, em muitas instituições toda essa problemática, bem como, a busca por soluções vem sendo incluída de forma transversal nos currículos escolares, adentrando por toda prática educacional. A finalidade dessas ações é a formação de cidadãos com uma visão crítica e consciente em meio a esse turbilhão de informações que são disseminadas na atualidade, para que assim, sejam tomadores de decisão conscientes quanto à problemática socioambiental.

Dessa maneira, conclui-se que a Educação Ambiental é de extrema importância para a sociedade, sendo necessária sua abordagem nas escolas, para que as crianças e jovens se tornem membros com consciência ambiental e com atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente, garantindo uma sociedade futura melhor para todos. Para tanto, o desenvolvimento do pensamento crítico, aqui tratado, se torna fundamental.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza In: CUNHA, S. B.; GUERRA, J. T. (Org). A questão ambiental – diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2003.

BRASIL. Lei no 9795/1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 1999. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 13 de março de 2019.

BRASIL. Resolução N. 2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71. 2012. Disponível em < <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2019.

CARVALHO, J. S., O discurso pedagógico das diretrizes curriculares nacionais: competência crítica e interdisciplinaridade. Faculdade de Educação da USP, 2001, caderno de pesquisa nº112, p. 155-165. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16106.pdf>>. Acesso em 06 de março de 2018.

CATELAN, S. S.; JESUS, A. S.; Educação Ambiental e permacultura na escola: práticas de intervenção mediada pela formação continuada. Revista Educação, Cultura e Sociedade, 2013. Disponível em < <file:///C:/Users/Regina/Downloads/1248-3808-1-PB.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2019.

CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

COUSIN, C. da S. Pertencimento ao lugar e a formação de educadores ambientais: um diálogo necessário. Anais do VII EPEA- Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro, São Paulo. 2013. Disponível em: < http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0130-1.pdf>. Acesso em 10 de março de 2019.

DIAS, G. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 9 edição. 1999.

DICKMANN, I.; CARNEIRO, S. M. M. Paulo Freire e Educação ambiental: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia. Cuiabá, 2012. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/article/view/334/302>>. Acesso em outubro de 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970

_____, P. Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

FREITAS, M. A educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores. Revista Perspectivas, v. 22, n. 02, p. 547- 575, jul/dez, 2004.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em <

http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3080/FPF_PTPF_12_077.pdf
>. Acesso em 10 de março de 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118. 2003.

LEFF, E. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2016. Disponível em:
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

MEDEIROS, B., MENDONÇA, M., SOUSA, G., OLIVEIRA, I. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v.4, n.1.2011.

OLIVA JÚNIOR, E. F. Resíduos sólidos, consumo e sustentabilidade: os desafios da sociedade contemporânea. 2013.

OLIVEIRA, A.; NASCIMENTO, C. (Orgs.). Educação na alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

OLIVEIRA, G. C. S, TONIOSSO, J. P. Educação ambiental: práticas pedagógicas na educação infantil. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro/SP, 2014. Disponível em:
<<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014073822.pdf>>. Acesso em 11 de março de 2019.

PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. 24. ed. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1978.

PIVA, I. C. Fundamentos da Educação Ambiental. POSEAD Educação a Distância. Brasília DF. 2008.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUPPENTHAL, J. Gestão ambiental. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. 2014.

RUIZ, M. O papel social do professor: uma contribuição da filosofia da educação e do pensamento freireano à formação do professor. Revista Iberoamericana de Educación, n.33. 2003.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 11, n. 1. 2007.

SOUZA, A.; SILVA, R.; ARRUDA, M.; ALMEIDA, V.; CARVALHO, T. A necessidade da relação entre teoria e prática no ensino de Ciências Naturais. UNOPAR Revista Científica das Ciências Humanas e da Educação, v. 15. 2014.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

TOZONI-REIS, M. A contribuição da Sociologia da Educação para a compreensão da educação escolar. In: PINHO, S.Z. (Org.). Cadernos de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 3. 2010

O PANÓPTICO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS E SUA RELAÇÃO COM A SUBJETIVIDADE DOS SUJEITOS

Jéssyka Hanah da Silva Oliveira Lima¹²³

Ceulp/Ulbra

Sonielson Luciano de Sousa¹²⁴

Ceulp/Ulbra

Eixo Temático de submissão: Comunicação e Tecnologias

Resumo

O uso de redes sociais digitais na contemporaneidade é bastante utilizado no cotidiano dos sujeitos, de forma que permite-se observar a subjetividade de outros sujeitos e também ser observado. Tendo isso em vista, este trabalho tem o objetivo de identificar como se exercem algumas formas do panóptico de vigilância dos corpos em redes sociais digitais, e sua relação com a subjetividade dos sujeitos, sendo usada uma revisão sistemática dos últimos 5 anos contando à partir de 01/01/2014 à 12/11/2018 com levantamentos de artigos nas plataformas Pepsic e Google Acadêmico através das palavras-chaves panóptico, redes sociais, dispositivos de controle, psicanálise, subjetividade, Facebook e Instagram. Além disso, as redes sociais escolhidas como critério de interesse para esta pesquisa foram Facebook e Instagram. Nesse seguimento, esta pesquisa tem finalidade metodológica básica, de objetivo experimental, de abordagem qualitativa, com método exploratório descritivo e explicativo. Procurou identificar de que forma os impactos em redes sociais digitais se exercem e obteve como resposta ao problema de pesquisa, que o panóptico nas redes sociais digitais interfere na subjetividade dos sujeitos de modo negativo e positivo, operando através de narrativas em diversos contextos, tais como comentários, publicações sobre políticas, uso de hashtags, stories e nos discursos de humor. Além disso, foi possível observar a carência de psicólogos e psicanalistas na pesquisa sobre tal temática.

Palavras-chave: Panóptico; Redes Sociais; Psicanálise; Facebook; Instagram.

1. Introdução

Na contemporaneidade a interação nas redes sociais consome muito tempo da vida dos indivíduos em sociedade, sendo os brasileiros alguns dos que mais se utilizam delas, vivem a passar mais de três horas e meia diariamente em redes sociais, estando bem acima da média mundial.*¹²⁵ Compreender as nuances que fazem com que as pessoas consumam tanto tempo, e avaliar o que passa nelas é de grande importância para entender o comportamento do

¹²³ Psicóloga graduada pelo Ceulp/Ulbra. E-mail: jessykah99@gmail.com

¹²⁴ Professor Mestre do Ceulp/Ulbra. E-mail: sonielson.davince@gmail.com

¹²⁵ Dados do relatório “2018 Global Digital” da We Are Social e Hootsuite.

indivíduo nas redes sociais mais usadas da atualidade, como o Facebook e Instagram*¹²⁶ por exemplo, e das que irão surgir.

Com o avanço do acesso às redes sociais digitais, têm sido notadas as diversas formações de interações que estas permitem aos indivíduos, e como possuem influência nos seus modos de interagir. Essa relação, dotada de meios tecnológicos como celulares, *tablets* e computadores, cada vez mais aperfeiçoados por técnicas, possibilitam a observação de um sujeito em forma de perfil dentro da rede social, e de inspecionar os outros, permitindo também dar *likes*, compartilhamentos, registrar comentários, fazer e desfazer amizades, proceder com denúncias, tirar *prints*, postar conteúdos, criar grupos, eventos e páginas de assuntos voltados ao entretenimento; notícias; lazer; política etc. Por esses motivos propõe-se a investigar, cada vez mais de perto, como se desenvolve a formação destas massas em rede e o que se passa no psiquismo coletivo em meio à essas interações.

Para a existência de uma interação é preciso que haja a influência mútua de dois ou mais indivíduos de maneira inter-relacionada, e que com a ascensão da internet e das redes sociais é possível ter convivência, diálogo, trato e contato pessoalmente e online. Os fatores que contribuem para a interação online estão relacionados à solicitação de amizade ou *follow* dos quais estas redes permitem, de forma que assim, constitua a um ter o outro em sua lista de amigos, seguidores ou perfis que a pessoa acompanha. E a partir daí esse sujeito pode visualizar, observar, vigiar, expressar opiniões e publicar em rede.

É compreensiva a popularidade dessas redes levando em consideração o entretenimento, informações e possibilidades de expor suas opiniões que podem ser utilizadas por meio dos serviços que ela oferece. Portanto, além dessa gama de alternativas, o sujeito com seu perfil pode reagir com sentimentos, fazer denúncias, bloquear outro usuário, bem como compartilhar com elogios para promover a página ou opinião da pessoa que postou algo considerado “plausível” ou compartilhar com críticas, tendo o objetivo de menosprezar o que fora postado de forma negativa no qual demonstra sua avaliação e percepção.

¹²⁶ O Facebook aparece em 1º lugar como a rede social mais usada com 2 bilhões de usuários e o Instagram em 6º com 1 bilhão de usuários segundo o relatório Digital in 2018 da We Are Social.

É considerável lembrar que além de perfis individuais de pessoas físicas, também permeiam nas redes sociais perfis políticos, de meios de comunicação, famosos, instituições religiosas, instituições econômicas, instituições de saúde, instituições educacionais, instituições judiciárias e afins, as quais oportunizam a abertura de espaço, conteúdo informativo e debates com as ferramentas interativas oferecidas pelas redes. A participação dessas instituições em rede constitui-se como objetos de importante destaque neste trabalho, devido o poder que as mesmas possuem no estado instituindo leis, regras, repressão, contrato social e estabelecendo relações com os meios jurídicos.

A quantidade de dados processados e compartilhados por meio das redes sociais está produzindo mudanças na forma como os humanos se comunicam, elaboram saberes e tomam decisões. Desse modo, através dos registros de dados feitos pelas pessoas nos perfis, tais como *check-in*, rejeições a determinados conteúdos, fornecer informações em aplicativos de saúde, é possível que esses dados sirvam para o governo e para os aplicativos acompanharem o comportamento vigente em sociedade, permitindo-os manipular os sujeitos e controlar de forma efetiva (Harari, 2018).

Nesse contexto, o presente estudo foi realizado com o objetivo de avaliar se o panóptico - a vigilância - presente nas redes sociais digitais, tem interferência na formação subjetiva dos sujeitos. Assim, o problema que norteia esta pesquisa é: de que forma o panóptico nas redes sociais exerce impactos na formação da subjetividade dos sujeitos?

Para tentar compreender mais a questão, esta pesquisa se utilizou de uma revisão sistemática com recorte temporal de 5 anos, contando da data de 01/01/2014 à 12/11/2018 nas plataformas Google Acadêmico e Pepsic a partir das palavras-chaves: Panóptico; Redes Sociais; Dispositivos de Controle; Psicanálise, Subjetividade, Facebook e Instagram. Percebe-se durante a graduação de Psicologia, a necessidade de estudos e debates que explorem a influência do demasiado uso das redes sociais digitais, com as formações subjetivas dos sujeitos, gerando conhecimento sobre como são esses afetos e suas respectivas consequências.

Além do mais, a pesquisa visou ampliar o olhar da Psicanálise devido a autora deste trabalho saber da perspectiva crítica, questionadora e analítica ter conexão com a Antropologia Cultural e assim tomar acepção de costumes, crenças, conhecimentos, comportamento, grupos

sociais etc, sobre a dimensão política do profissional de Psicanálise e de Psicologia. Este estudo procurou preencher essa lacuna por levar em consideração que nas bases de dados de universidades como Universidade Federal do Tocantins, Universidade Católica de Palmas e Ceulp/Ulbra não foram encontrados artigos que abordassem essa temática no âmbito regional.

Este trabalho tem como objetivo de pesquisa problematizar de quais formas o panóptico exerce impactos nas redes sociais e como se dão as suas relações com a subjetividade dos sujeitos.

Teve como hipótese geral que o panóptico nas redes sociais digitais interfere na subjetividade dos sujeitos, influenciando em sua vida cotidiana e ocasionando prejuízos nas habilidades sociais, bem como comprometendo a percepção da imagem do sujeito em relação a ele mesmo, ansiedade e exposição excessiva, percepção de imagem negativa de si próprio e do outro, ansiedade e exposição excessiva.

Estabeleceu como objetivos específicos investigar de quais formas o panóptico se exerce nas redes sociais e quais as influências do mesmo sobre a subjetividade dos sujeitos e através da revisão da literatura, de que forma o panóptico nas redes sociais digitais Facebook e Instagram tem causado impacto na subjetividade dos sujeitos; além de conhecer, através da revisão da literatura, se as pessoas se comportam como observadoras e/ou observadas em redes sociais, ou ambas; verificar, através da revisão da literatura, se os meios de controle operacionalizam-se nas redes sociais e se influenciam as formações de identidades, modos de comportamentos e saúde mental dos sujeitos e conhecer o que a literatura na psicologia e outras áreas afins já abordam sobre o tema.

A realização desta pesquisa, com esta problemática se justifica devido os avanços tecnológicos que a sociedade tem experimentado as redes sociais digitais tornaram-se ferramentas de uso constante no cotidiano dos sujeitos. *Facebook* que conta com mais de 2,2 bilhões de usuários mensais e *Instagram* com mais de 1 bilhão de usuários, possuem cada vez mais opções de entretenimento para manter os sujeitos *online*. Com isto, é possível notar o quanto estes espaços em rede formam cenários de prazer que dão a sensação de aplacar, em alguma medida, as necessidades humanas. Além do interesse pessoal da autora deste trabalho pelos escritos de Michel Foucault e pela Psicanálise. Tendo em vista a recorrente abordagem sobre Redes Sociais no decorrer desta graduação resolveu casar estes três temas.

Os resultados dessa pesquisa podem colaborar para que se esclareçam as influências do panóptico nas redes sociais digitais e sua influência na subjetividade dos sujeitos. Esta pesquisa mostra-se de suma importância para a psicanálise e para a psicologia por buscar respostas a estas questões, devido o fato de nas redes sociais digitais operarem os maiores acontecimentos da vida na atualidade. A relevância acadêmica se dará por investigar como andam as produções da psicologia e psicanálise neste campo e oferecer subsídios para a prática clínica e social, pois as questões relacionadas as redes sociais digitais estão cada vez mais presentes nos discursos dos sujeitos, dentro dos consultórios. Assim, como, por se tratar de uma revisão sistemática, estará atualizando informações acerca dos dados coletados e procurará investigar se a psicologia está fazendo parte deste campo de estudo.

O trabalho foi organizado em capítulos que visam esclarecer as teorias que fundamentam esta pesquisa. O capítulo 2(dois) “O Panóptico e as Redes Sociais Digitais”. O capítulo 3(três) “O panóptico e a psicanálise. O capítulo 4(quatro) “O panóptico e a subjetividade. O capítulo 5(cinco) “*Hashtags e Stories*”.

Em seguida, são explicadas as opções metodológicas utilizadas na pesquisa. A seguir são explicitados os resultados e discussões acerca dos dados coletados. Neste ponto, correlaciona-se os dados coletados com o referencial teórico utilizado neste estudo. Em seguida, são apresentadas as considerações finais, onde se traça um parecer geral da pesquisa e apontam-se propostas para futuras investigações. Por fim, seguem as referências bibliográficas utilizadas no trabalho.

2 PANÓPTICO E REDES SOCIAIS

Entender sobre o panóptico implica conhecer a história e a constituição de normas da sociedade que foram construídas e acatadas pelo ser humano no decorrer do tempo. O panóptico é um termo conceitual que foi criado por Jeremy Bentham em 1787 e, tempos depois, utilizado por Michel Foucault.

Em relação à Bentham (2000), este concede o panóptico como a casa de inspeção contendo a ideia de um novo princípio de construção aplicável a sorte de estabelecimento nos quais pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob vigilância; em particular, no contexto histórico de Bentham (Idem), esta dinâmica era observada especialmente em casas

penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos que eram estações dos viajantes marítimos, hospitais, e escolas com um plano de administração de vigilância no qual prosperava o objetivo de fazer com que todos os sujeitos tivessem os mesmos comportamentos de ordem .

Para Foucault (1975), em sua obra *Vigiar e Punir*, o panoptismo é

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1975, p. 221).

O filósofo recorre à historicidade para pensar a transversalidade do pensamento e como foram formadas as ideias, sobretudo da loucura e do que é considerado perigoso. Para a constituição desses pensamentos e sobre as ideias formadas, que geram regras na sociedade, ainda de acordo com o filósofo não é o poder que gera normas de observação, mas sim o sujeito. As normas são constituídas por tecnologias de poder que são dirigidas pelos sujeitos, ou seja, tudo é permeado pelas relações de poder no qual o sujeito está imerso nas dimensões que fazem ele mesmo ser efeito de poder.

Foucault (1975) diz que o poder não é algo que se tenha, mas sim, que se exerce, falando sempre do surgimento das instituições tais como igrejas, escola, famílias que instituíam o que ele nomeava de micropoder. Este micropoder forma são microesferas no meio da sociedade o que vem a salientar o poder nos sujeitos interferindo diretamente em suas vidas. O filósofo dizia que estas microesferas possuem como objetivo a docilização dos corpos dos indivíduos que terminam por deixar o homem habilitado para o controle do Estado. Neste sentido, há que se falar de um sujeito que foi domesticado para atuar, inclusive nas redes sociais.

Atualmente, então, há servidão voluntária. Ettiéne (2006) denomina a servidão voluntária como a autoescravização do povo que podendo escolher entre operar no meio como

submisso ou livre, escolhe por aceitar as imposições criadas pelas instituições e o estado. Nas relações de poder e fazer, este mesmo poder se exercer para corromper o ideal de liberdade, é o objetivo deste panóptico, que com o tempo vem se sofisticando cada vez mais e se estabelecendo nos mínimos locais das redes sociais eletrônicas, principalmente as que segundo o jornal *New York Times* tem maior número de adeptos, tais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.

Segundo Bruno (2006) se tomado como referência as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância na Modernidade, são identificados dois elementos centrais: o olhar (as táticas do ver e do ser visto) e as técnicas de coleta, registro e classificação da informação sobre os indivíduos. Tais dispositivos instauram um regime de visibilidade que é inseparável da própria constituição da subjetividade e do indivíduo moderno que convive com as redes sociais online como parte do seu cotidiano.

Esta dinâmica se dá porque as instituições disciplinares funcionam como verdadeiros observatórios da multiplicidade humana e inauguram um mecanismo de vigilância que individualiza pelo olhar, colocando cada indivíduo sob o foco de uma visibilidade que atravessa e ao mesmo tempo produz seu corpo e sua alma segundo Silveira (2005). Além do olhar, a informação é o segundo elemento chave dos dispositivos de vigilância. O alcance e os efeitos da observação disciplinar não poderiam contar apenas com o olhar, eles requeriam também todo um “sistema de registro intenso e de acumulação documentária” (FOUCAULT, 1983a, p. 168) com seus métodos de identificação, de assimilação ou de descrição.

Na escola, no exército, na fábrica, nos hospitais, nas prisões, nas redes sociais digitais os sujeitos são, ao mesmo tempo, olhados e objetivados através de exames que irão constituir registros dos seus dados individuais (suas competências, evoluções, falhas, sintomas, características físicas e psíquicas, biografia etc.) e organizar campos comparativos que permitam classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas (FOUCAULT, 1983a, p. 169). Foucault reconhece neste “aparelho de escrita, nestas pequenas técnicas de anotação, registro, de constituição de processos, de colocação de colunas um dos agentes fundamentais da liberação epistemológica das ciências do indivíduo”.

Bauman (2006) define a modernidade como uma modernidade líquida, na qual o imediatismo impera de forma congruente com as atitudes experimentadas pelo indivíduo nos aspectos da vida humana. O sociólogo polonês observou que na pós-modernidade o individualismo, a fluidez e a efemeridade nas relações tomam conta das relações humanas nos tempos atuais. Apenas num campo de visibilidade, mas também num campo de informações, anotações e descrições, até então privilégio dos heróis e do poderio. Ao figurar nestes campos, o indivíduo se constitui, ao mesmo tempo, como um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder.

Aciolo (2015) defende que assim como na sociedade, nas redes sociais digitais é possível relacionar-se com os sujeitos, de forma que neste local ocorre uma relativização deste espaço interno como o espaço onde valoriza-se a comunicação difundida fora destas redes. Segundo Dias; Couto (2011), as redes sociais são ambientes virtuais nas quais as pessoas interagem construindo e perpetuando normas como modo de sociabilidade estando em consonância com a divulgação do conhecimento. O processo de ascensão das redes sociais digitais fez com que novos modos de subjetivação do sujeito fossem formados. E a partir disso, estes dispositivos passaram a ter importante papel na vida e na formação de conhecimento dos sujeitos, incluindo papel importante na vigilância das pessoas.

Portanto, Bruno (2008) destaca quatro processos que interferem no processo digital, que são: os mecanismos de coleta, monitoramento e arquivo de informação, os sistemas de classificação e conhecimento de dados, os procedimentos da formação de individualização e processos relacionais de identidades, as formas de controle sobre as ações, gostos e escolhas dos indivíduos. Portanto, nota-se a partir disso um poder de coleta, registro e processamento de informações sobre indivíduos. Segundo ele diversos autores veem, na atualidade, uma espécie de superpanóptico, que não mais se restringe aos espaços fechados das instituições, mas se estende tanto sobre dimensões alargadas do espaço físico quanto sobre o ciberespaço, ampliando enormemente o número de indivíduos sujeitos à vigilância. No entanto, se comparados tais sistemas informacionais com os sistemas disciplinares e panópticos, nota-se algumas transformações nas técnicas e procedimentos adotados, nos jogos de poder e de saber, nos efeitos sobre a subjetividade e a identidade.

De modo semelhante, Garton et al (1997, p.1 apud RECUERO, 2004) fala que as redes sociais digitais são reconhecidas como sistemas complexos em argumentos nos quais os usuários se conectam podendo interagir apoiados em comunicação, ou seja, um modo de sociabilidade contemporânea, que além de conectar pessoas, conecta organizações. As relações em uma rede de computadores têm a capacidade de conectar uma rede de pessoas e organizações, o que logo a torna uma rede social.

Ainda conforme Recuero (2004), redes sociais se trata da conjunção de dois elementos formados por atores, indivíduos, empresas, instituições ou grupos e suas conexões (interações ou laços sociais), isto é o que forma o “nós” da rede (WASSERMAN E FAUST, 1994; DEGENNE & FORSE, 1999). Uma rede, assim, é um espaço de vigilância assim como o modelo prisional panóptico para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os sujeitos em estado de observação. A rede tem, desta forma, como seu foco na estrutura social um trabalho onde não é possível os sujeitos de suas conexões sociais que lhe dão identidade e com isto, criar novas socializações.

De forma complementar, Redaly (2011) afirma que as redes ocupam lugar de organização das relações sociais contemporâneas, como por exemplo a organização de movimentos políticos, o que certamente traz consequências para a própria configuração e usos da mídia, principalmente através da internet. A principal consequência centra-se na passagem de uma lógica hegemônica de transmissão das informações de forma massiva e generalizada, de um pequeno grupo produtor que seriam as macro esferas de poder na perspectiva foucaultiana, a um coletivo indiscriminado que seria o micro poder o que possibilita a produção de informação e estabelecimento de comunicação de uma forma mais descentralizada e distribuída para públicos segmentados.

Em concordância com Calixto (2011) pode-se dizer que o modelo de comunicação massiva se mantém e pode ser identificado em lógicas presentes na própria internet, mas é impactado por um modelo de comunicação que se baseia, entre outros aspectos, na relação entre as mídias, em um espaço de participação maior do público na produção da informação e de autonomia no processo comunicativo. Além dos impactos mencionados, também cabe destacar o impacto que a comunicação e informação de massa ocasionadas por meio das redes sociais geram na subjetividade dos sujeitos.

3 IMPACTO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS NA SAÚDE MENTAL

Para pensar a relação entre saúde mental e as configurações panópticas através das redes sociais, é necessário conceituar Saúde Mental, que para a Organização Mundial de Saúde – OMS (OMS, 2007) trata-se do estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere. No entanto, diferenças culturais, julgamentos subjetivos, e teorias relacionadas concorrentes afetam o modo como a "saúde mental" é definida. A saúde mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar uma forma de equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. Admite-se, entretanto, que o conceito de saúde mental é mais amplo que a ausência de transtornos mentais.

Desta forma Bauman (2016) fala que as redes sociais funcionam como armadilha para a saúde mental dos sujeitos. Segundo ele, a questão da identidade foi modificada e moldada de algo preestabelecido para uma tarefa onde o sujeito tenha que criar a sua própria comunidade. Segundo o polonês, não se cria uma comunidade nos moldes modernos a partir de dispositivos eletrônicos. Ou o sujeito tem uma comunidade ou não tem. As redes sociais digitais, neste sentido, podem gerar um substitutivo frágil para o conceito de comunidade.

Neste mesmo sentido, nas redes se torna fácil adicionar, denunciar, criticar e deletar pessoas que as habilidades sociais deixaram de ser consideradas como essenciais na vida dos sujeitos. Pondé (2014) apresenta que Redes Sociais Digitais revelam o lado da banalidade do mau vigente no ser humano, desenvolvidas na rua, no trabalho, e nas relações de encontros com outras pessoas. O autor diz que as redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia. Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que o filósofo chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco da voz do próprio sujeito.

Para Pinker (2009), as dimensões da cognição humana são decorrentes das influências de presente, passado e futuro sendo então as redes sociais digitais pontos de foco de estudos deste psicólogo. O autor ainda ressalta que as redes sociais digitais interferem na capacidade de memória dos seres humanos, trazendo aspectos positivos e negativos para o cérebro. Para o

cérebro, que muda bastante o modo como o sujeito age em sociedade. Para ele a cognição é tudo que reúne a historicidade, biologia e genética do ser humano para poder pesquisar o que seja a saúde mental dos sujeitos. Vale ressaltar que Pinker considera que, na visão psicanalítica, o ser humano transcende esta definição comportamental, uma vez que o sujeito é atravessado irredutivelmente pela constituição do inconsciente.

Assim, problemas como ansiedade, distúrbios de sono, depressão e medo estão associados segundo pesquisadores do *Royal Society for Public Health* (2017) associados ao consumo excessivo das redes sociais, o que acarreta problemas aos usuários – sobretudo jovens como idade entre 14 e 24 anos – que interagem corriqueiramente em redes como o Facebook, Instagram, Snapchat e Twitter.

O referido estudo constatou um efeito chamado em inglês *Fear Or Missing Out - FOMO*, tradução em português para “medo de perder”, que é a definição do receio que incentiva o usuário da rede a estar sempre conectado para saber do que ocorre na rede temendo ficar de fora das curtidas, comentários, novidades, compartilhamentos e também de compartilhar o que sai de novo.

A rede social Instagram demonstrou-se como a mais nociva para a saúde mental dos sujeitos de acordo com o estudo nomeado *Status Of Mind*, que em tradução para o português significa “estado da mente”. A pesquisa se dispôs a pesquisar as reações dos usuários das redes sociais *Facebook, Instagram, YouTube e Snapchat*. O estudo da *Royal Society Public Health* examinou os efeitos positivos e negativos das mídias sociais sobre a saúde dos jovens e constatou que o *YouTube* foi o mais positivo, com o *Instagram* e o *Snapchat* sendo os mais prejudiciais para a saúde mental e o bem-estar dos jovens.

A pesquisa destacada anteriormente solicitou ações do governo, empresas de tecnologia e formuladores de políticas para ajudar a promover os aspectos positivos das mídias sociais para os jovens, enquanto mitigam os potenciais negativos, sendo estas recomendações: introdução de um aviso de uso pesado *pop-up* nas mídias sociais - inclua o apoio dos jovens para cada uma dessas recomendações, plataformas de mídia social para identificar usuários que poderiam estar sofrendo de problemas de saúde mental por seus posts, e discretamente sinalizar para apoiar, plataformas de mídia social para destacar quando fotos de pessoas foram manipuladas digitalmente.

“A mídia social se tornou um espaço no qual nós formamos e construímos relacionamentos, formamos a auto identidade, nos expressamos e aprendemos sobre mundo ao nosso redor; está intrinsicamente ligado à saúde mental” (CRAMMER, diretor executivo da RSPH, 2018).

A autora explica que as ferramentas da internet estão presentes no avanço da globalização, integrando dimensões pessoais, sociais, comunitárias e tecnológicas e vários temas podem ser pesquisados na Internet entre eles o suicídio. O suicídio é problema de saúde pública que tem grande influência das mídias e por tais motivos se implementam cada vez mais estratégias de prevenção do comportamento suicida em redes sociais. Neste sentido Luxton (2012) observa: vídeos no *Youtube* que disponibilizam de comunicação preventiva às quais incluem serviços de ajuda; sistema de busca Google que possui ferramenta de caráter preventivo ao disponibilizar links.

Para o psicanalista Christian Dunker (2017) que traça um perfil da sociedade atual em *Patologias do Social* no qual dentre os temas traz a pressão por perfeição no mundo digital, o que acarreta como consequências problemas à saúde mental dos sujeitos. A argumentação do psicanalista confirma os dados levantados pelos psicólogos do estudo da ONG inglesa *Girlguiding* que já realizou uma pesquisa com mais de mil meninas, entre 11 e 21 anos, e apontou que a relação delas com mundo virtual não possui o caráter amistoso como se mostram online.

Outro autor, Shansis (2017) afirma que as redes sociais ainda mudaram a forma de interação e comunicação das pessoas. Entre os sinais mais comuns, são citados: sono desregulado, dores de cabeça, nervosismo, problemas de foco nos estudos e no trabalho, entre outros. O psiquiatra dá ênfase no principal e mais grave aspecto, que é o agravamento da depressão. Isso acontece na medida em que as pessoas fazem comparação com as vidas de outras pessoas, se sentindo infelizes e menos interessantes. Tristeza e solidão também são sinais que aparecem em quem usa rede social constantemente, defende o pesquisador.

No entanto, as consequências pelo extenso uso de Redes Sociais e, sobretudo, a vigilância nela, varia de acordo com a faixa etária de quem usa segundo os dados levantados. Se com a parcela de jovens tem demonstrado crescente resultados negativos, com idosos o seu uso prolongado os resultados mostram-se satisfatórios em relação à saúde mental dos mesmos.

Miguel (2018) diz que há duas grandes vertentes hoje em relação ao uso de tecnologia para estimular o cérebro. Uma delas é o de pacotes prontos de aplicativos e softwares para treinar áreas específicas, como cognição, memória episódica, memória operacional, foco e atenção. E devido o tempo de acesso entre idosos sem ainda bem menor que nas demais faixas etárias os hábitos e comportamentos dentro da rede são outros.

Fala ainda Tapias (2003) que, ao se apoiar na tecnologia digital, a nova sociedade e sua cultura constituem o novo mundo digital, que, à maneira das impressões digitais, deixa a sua marca em todos os âmbitos da vida social. A tecnologia digital provoca uma densa retícula de relações reconstruídas na realidade sociocultural em que são inseridos os indivíduos, transformando radicalmente as estruturas da realidade social a partir do momento em que é modificado os dois pilares da realidade cultural humana: a comunicação e a produção.

Ainda segundo o autor, a tecnologia atual alcançou uma potência inusitada e a sua capacidade de construção do mundo é de um nível inédito na história da humanidade, as novas tecnologias da informação e da comunicação ajustam-se à época de fragmentação do sujeito, de expansão ilimitada das diferenças, de identidades mutantes, de reconfiguração da realidade a partir de novas e múltiplas coordenadas. O espaço e o tempo são vividos de maneira profundamente alterada em relação ao passado, o tempo real nos instala na simultaneidade e na virtualidade, abrandando as rígidas fronteiras que até então delimitavam o real e o irreal, reconfigurando a realidade social. Há uma perda de sentido na cultura atual. O verticalismo das formas anteriores de estruturação social é substituído por estruturas horizontalistas, que, segundo o autor, muitas vezes são pseudo-horizontais, pois camuflam as relações de poder nas redes informáticas. O autor acredita que a internet não favorece a socialização, ao contrário, ela fomenta o individualismo, pois as conexões em rede não compensam a carência de relações face a face. Elas criam o individualismo em rede, pois engendram o auto encerramento de todos os indivíduos sobre o seu meio tecnológico.

Numa perspectiva otimista, Castells (2013) aponta que as redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, podem criar companheirismo entre os indivíduos. A horizontalidade das redes pode favorecer a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal como no exemplo do estudo de idosos que já fora mencionado. Os movimentos políticos em defesa da democracia iniciados na rede também são exemplos disso. Eles são movimentos profundamente auto reflexivos,

questionam-se frequentemente através dos múltiplos grupos de discussão das redes sociais. Para o autor, essa "é uma sociedade em rede autoconstruída com base na conectividade perpétua".

4 PSICANÁLISE E REDES SOCIAIS

Conforme Christian Dunker (2018) a psicanálise teoriza sobre os sofrimentos decorrentes das redes sociais. Com efeito, Kallas (2016, p. 56) diz que “Aos poucos, o véu que escondia a dor da perda e o luto passou a ser falado, compartilhado e exposto em fotografias e memoriais *on-line*. O sofrimento também é curtido através da internet. Logo, entende-se que a psicanálise na contemporaneidade tem se debruçado sobre os novos modos de expor o sofrimento, sobretudo a partir do uso de redes sociais digitais e os novos modos de transmissão do mesmo.

Em contrapartida, segundo Lima et al (2015 p. 425) “o espaço virtual, em especial as redes sociais, veicula imperativos de beleza e de felicidade que se constituem como requisitos para que o sujeito se apresente na internet”. Em vista disso, é possível afirmar que a psicanálise também olha o corpo do sujeito nas redes sociais digitais como instrumento para o seu uso, já que a beleza é usufruto do corpo.

De acordo com Dornelles (2004, apud Leal et al., 2015, p.3), “As limitações impostas pela sociedade ao comportamento individual parecem não participar da vida online, o que estimula a auto expressão livre, que, por sua vez, pode favorecer o desenvolvimento de uma nova identidade”. Indicando que nas redes sociais digitais as pessoas conseguem se sentir à vontade para expressar o que desejam, o que acham e o que pensam, ao contrário do mundo real, onde se preocupam com as regras morais impostas da sociedade.

Assim, Furtado et al., (2016 p. 34) postula que as redes sociais oferecem um espaço para a realização de fantasias que são censuradas pela cultura. E com suas diversas possibilidades ofertadas termina por constituir-se como objeto de desejo do sujeito que insatisfeito por não poder realizar seus desejos, então recorre ao meio virtual para obter satisfação. Desta maneira, é notável que postando ou compartilhando em rede o cenário de mal-estar do sujeito se modifica.

Do mesmo modo que é possível compartilhar outros conteúdos em redes sociais digitais, também é possível compartilhar memes¹²⁷ para fins de satisfação. Rudiger (2017) explica que os memes trazem característica de nonsense que na tradução para o português significa sem-sentido. Então, os memes fora de contexto do que é visto em suas imagens. Segundo Freud (1905), conforme citado por (Rudiger, 2017) o chiste, que é habilidade de encontrar similaridades entre coisas nada semelhantes, tem relação com o inconsciente porque quando alguém sorri dele é porque produz prazer do qual nem sempre o indivíduo sabe sua origem.

Para Azevedo et al (2012, p. 73) “o desejo de obter visibilidade exerce um enorme poder sobre o sujeito, forçando-o a um ritual maniqueísta superdimensionado pelas Redes”. Portanto, segundo esta autora, a busca para ser visto em redes sociais digitais, traz consigo uma série de comportamentos e que logo a partir de desejo desenvolvem-se comportamentos que passam a fazer parte da identidade do indivíduo.

Segundo Danut (2013) o impulso por se exibir faz parte da natureza humana. O psicanalista fala que as pessoas se exibem porque querem amor, querem ser amados e serem atraentes. Ele traz como exemplo os odiadores do mundo virtual, que insultam como forma de exibicionismo e com isto atacam como uma forma de “reparo” a fazer contra o outro por se colocarem numa posição de autoridade que os levam a pensar que sejam melhores que o outro. Estabelecendo desta forma uma autoestima forçada no qual é necessário atingir a autoestima do outro em rede.

Levy (2013, p. 4) diz que “utilizadas como meio de comunicação em massa, as redes sociais são formadoras de opinião, informando e sensibilizando a opinião pública, universalizando conflitos, organizando manifestações. Angariando a simpatia de milhões de adeptos ao redor do mundo, essas mídias se autorizam a ditar novos parâmetros de conduta e incitam o jovem a se (re)inserir no mundo pela ação”. O que evidencia a influência que este meio possui para uma formação de identidade, formação de novos laços sociais e formação de mudanças históricas.

¹²⁷ Memes: chavismos, ideias, modismos que são passados de pessoas para pessoas.

Santos (2016, p. 32) explicita “há ainda, paradoxalmente às identificações de usuários considerados solitários, as identificações em grupo, a partir de comunidades virtuais”. Daí exprimindo que possuem dois lados nas redes, que é um positivo e outro negativo. Pois, ao mesmo tempo em que a identificação destas comunidades pode suscitar conhecimento sobre elas, também podem disseminar formas de adoecimentos, como por exemplo os grupos onde há trocas de experiências sobre automutilações, tentativa de suicídio, anorexias.

Segundo Birman (2012) conforme citado por Nicaretta e Pretto (2017, p. 87) “as relações entre os sujeitos e as redes sociais sugere estar atravessada por aquilo que Birman (2012) nomeia como um ‘sentimento de vazio’, o que acarreta por um sentimento de vazio, o que acarreta uma busca por elementos capazes de preencher espaços, de refletir e assegurar uma imagem de si”. Expressando que o contemporâneo causaria um mal-estar nos indivíduos de forma que este sentimento traria a ação dos excessos em redes sociais.

O psicanalista Contardo Calligaris (2017) avalia que nas redes sociais digitais, é possível expressar ódio, dar a ele um alcance público, receber curtidas de amigos e seguidores, e de alguma forma se sentir validado por este efeito. O que equivale a dizer, segundo o mesmo, que em tempos de mal-estar o sujeito não é validado pelo seu histórico de vida, mas sim por quantas pessoas gostam do sujeito e quantos *likes* recebem as publicações dele.

Outro aspecto produzido nas redes sociais digitais e que chama atenção da perspectiva psicanalítica é a linguagem, modos de falas, uso de termos e nomes impostos para certos grupos, que são comumente vistos no cotidiano dos usuários. Por isso, a psicanalista Ana Laura (2017) levanta que “é preciso reconhecer que o politicamente correto surgiu como uma reação de grupos de pessoas marginalizados e que se sentiam ofendidos por usos da linguagem que os privilegiados consideravam comum”. O que demonstra a reação das partes que convivem em rede e que ao corroborarem uma posição também recebem um nome que lhe é empregado.

Siero (2011) recorta que “o que podemos afirmar é que a internet, como campo de relações, trouxe e vem trazendo profundos impactos subjetivos em todos os indivíduos, usuários ou não da rede”. Fundamenta que os efeitos das redes sociais digitais têm a capacidade de interferir até mesmo para quem não faz parte dela, devido o contato nas relações com os outros sujeitos que estão dentro dela. A interação vivenciada na rede é parte da vida dos indivíduos.

Mostra que as pessoas na contemporaneidade também tecem suas relações externas por meio delas.

O estar conectado oferece a sensação de encontrar-se em grupo, no entanto, não é para todos como sugere a psicanalista Flanzer (2018) ao falar que existem pessoas que passaram muito tempo de suas vidas sem conseguir fazer laços sociais e sempre foram tímidas. Então, podem ter conseguido ganhar vida social em rede. Por outro lado, segundo a mesma, há pessoas extremamente extrovertidas e eloquentes, que encontram dificuldade em se relacionar com as redes sociais. O que demonstra que não há um padrão fixo e universal para as pessoas que estão formando as comunidades virtuais dentro da rede.

5 HASHTAGS E STORIES

Dentre os recursos oferecidos pelo Facebook e Instagram - redes sociais escolhidas como foco de estudo deste trabalho - é possível fazer uso de hashtags e stories. Hashtags e Stories e ambas permitem fazer uma narrativa efêmera do cotidiano, ao mesmo passo que permitem que o sujeito mostre suas interações com o mundo, como também permite ver como se dá a relação do outro consigo, com os outros e com o mundo em seu cotidiano.

Explica Barros (2017) que quem deu o pontapé inicial com este recurso situando a rede social digital Snapchat, que segundo o autor criou o recurso chamado Storie do português história, que literalmente serve para fazer uma foto ou vídeo “por fazer” sendo esse o seu objetivo. A foto ou vídeo tem um tempo estabelecido de limite para ficar disponível aos usuários. Assim, o formato ficou bastante conhecido e utilizado e logo, o Instagram e Facebook fizeram sua rede passar a se utilizar do mesmo, após o empresário Mark Zuckerberg dono das duas redes sociais tentar comprá-lo sem obter sucesso.

Uma *hashtag* é uma palavra ou uma frase prefixada, precedida pelo símbolo # (*hash*, em inglês). Moura (2014) diz que toda combinação de letras ou caracteres liderados pelo símbolo # é uma *hashtag*, porque se trata justamente de uma formalização da linguagem que foi criada pelas pessoas no universo online. Um 'post' qualquer, em mensagens curtas de *microblogging* e serviços de redes sociais como o *Twitter*, *Tumblr*, *Instagram*, *Flickr*, *Google*, *Instagram* + ou *Facebook* pode ser marcado com um ou inúmeros - o número é ilimitado - "#" antes de palavras que passam a fornecer um meio de agrupamento instantâneo

de mensagens e metadados - os quais, a partir daí podem ser acessados, ao alcance de um clique, de qualquer lugar do planeta, juntamente com o conjunto todo (*streaming*) de mensagens que circulam na rede com a mesma #.

O uso das *hashtags* mostram que há uma vigilância presente a que se permite observar e também ser observado não apenas outros sujeitos, mas também ao que se está em ascensão, além de produzir um conhecimento que tem influência na formação subjetiva dos sujeitos. Então, diferentes meios comunicacionais produzem modos distintos de subjetivação e este processo de organização, seleção, participação/envolvimento (inclusive afetivo) e produção de informações por parte dos sujeitos envolvidos – favorecidos pelas tecnologias (como no caso da otimização do acesso a todas as postagens feitas com a mesma *hashtag*) - estão diretamente relacionados às experiências dos produtores de conteúdo e às experiências dos leitores.

No trabalho intitulado “Entre experiências e diferenças nas mídias digitais: modos de uso e desejos-hashtag na #será que é racismo” de Baboni (2016) a autora retrata outros campos de conhecimento que centralizaram o foco de estudo sobre as *hashtags* voltadas para o campo de ciberativismos, a ativismos on-line e aos debates políticos relacionados à organização de grupos sociais, entre as quais destacam-se, segundo ela, os estudos de Amaral; Júnior (2016), sobre feminismos em rede, ciberativismo e a propagação das *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto, os de Bortolon; Malini; Malini (2015), sobre ciberjornalismo na campanha #Nãomereçoserestuprada no Facebook; os de Reis; Leite (2016), refletindo sobre violência contra a mulher e movimentos feministas na web via *hashtag* #meuamigosecreto, na área de comunicação social⁴; os de Ferreira (2015), sobre feminismos na web e modos de atuação e debates contemporâneos, na área das Ciências Sociais.

Ainda sobre o trabalho de Baboni (2016) a autora também diz que Raquel Recuero e colaboradores também desenvolvem importantes pesquisas voltadas a análises estruturais de redes sociais sobre o Twitter e o uso de algumas *hashtags*, entre as quais destacam-se as análises de discursos sobre o dia da consciência negra (RECUERO, 2014), que aponta esta plataforma como espaço de ativismo, espalhamento de mensagem e mobilização de determinado assunto; e sobre as campanhas #primeirossedio, feita por Perdigoão (2016), #Estupronãoóculpadavítima e #Belarecatadaedolar, realizadas por Rodeghiero; Schinestsck; Soares (2016).

Levanta-se também a hipótese de que o uso das hashtags no cenário da convergência midiática pode ser considerado uma história oral virtual. Em uma pesquisa que narra o uso das hashtags para uma novela, Conceição (2018) diz que quando a aderência do telespectador à narrativa televisiva transborda para outras mídias paralelamente, entendemos que existe um resgate, quase instantâneo, de uma vivência.

No Twitter, pode considerar que os assuntos pautados como “os mais comentados” (trend topics) expressam experiências e pensamentos comuns a um grupo de usuários (comunidades de interesse). Ter uma telenovela alçada ao assunto mais comentado em uma rede social digital é estar diante de uma nova forma de “assistir”, agora, diretamente ligada ao consumo em segunda tela. Se a mídia regente - neste caso a televisão, publica conteúdo no Twitter concomitante à exibição da telenovela na TV, encontra-se nesse ato um indicativo de interesse em consumo simultâneo. Porém, a temporalidade tem suas especificidades na Internet. Os conteúdos postados com hashtags, por exemplo, permitem que a busca por eles seja constante e atemporal. Assim, constrói-se uma espécie de história oral “virtual”, que congrega memórias que até então estavam anônimas. As experiências e pensamentos comuns a um grupo tornam-se uma comunidade afetiva, que se agrupa em torno da narrativa ficcional por meio das referências individuais que cada sujeito tem sobre ela.

Outra percepção interessante, diz respeito à de Len e Mazzilli (2015) que abordam a construção de identidade e conseqüentemente da subjetividade através do recurso de Storie por meio do envio de imagens efêmeras através dos dispositivos eletrônicos móveis. Para as autoras, essa construção diz bastante respeito a teoria de liquidez de Bauman e ressaltam que a efemeridade é o principal diferencial do Storie em comparação com outros serviços de redes sociais. A efemeridade atribui certo valor à imagem no momento que, partindo de uma perspectiva econômica, o tempo de sua apreciação é escasso. Ou seja, após o tempo limite, o conteúdo desaparece para sempre e por isso, no momento que o sujeito se dispõe a visualizá-la, ele “aproveita ao máximo” a oportunidade de visualizar a imagem ou vídeo divulgado no storie.

Nesse sentido, as autoras defendem que o uso do aplicativo envolve um “jogo de poder” entre os interagentes, visto que o remetente da imagem tem a possibilidade de definir o tempo em que ela será exibida aos receptores, possuindo então certo “controle” sobre a maneira como

ela será consumida. A publicação limita-se, entretanto, em abordar apenas o envio de snaps diretamente entre os usuários, sem considerar as Histórias. Além disso, a relação entre efemeridade das imagens e a construção de uma identidade não se mostrou clara, apesar do título do trabalho, que se limitou a descrever identidades do sujeito pós-moderno e a lógica de funcionamento do aplicativo, não aprofundando nos efeitos dessa relação.

Chateris et al. (2014), em sua publicação, faz uma revisão do discurso dos adolescentes da Oceania em meio a serviços que chamam de “mídia efêmera”. O comentário baseia-se somente em uma recuperação bibliográfica, destacando discursos de representação de si e construção de identidade dos adolescentes e jovens, com foco especialmente na construção dos discursos da sexualidade, através da perspectiva de Foucault. A relação que faz com a rede social digital Snapchat que também conta com o recurso de Storie, nesse sentido, é a de que o aplicativo empodera os adolescentes e dá-lhes controle desses discursos, devido ao caráter efêmero e privado do aplicativo. Os autores ressaltam, ao final, que o tema é rico e merece explorações mais aprofundadas.

3. Metodologia do estudo

Nesta pesquisa foi realizada uma revisão sistemática que, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Conforme Sampaio et al. (2007), tem como base estudos encontrados, mais especificamente nas bases de dados: Portal de Periódicos Pepsic e Google Acadêmico.

A revisão sistemática da literatura é atividade fundamental para a prática baseada em evidência, uma vez que condensa uma grande quantidade de informações em um único estudo, tornando de fácil acesso a informação, refinando os estudos e separando os de menor rigor acadêmico dos fortemente confiáveis, além de servir de base científica para formulação de guias de condutas (GALVÃO et al. 2004, p. 496).

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo básica e exploratória do tipo bibliográfica com abordagem qualitativa, que visou alcançar dados através de levantamentos de publicações nacionais, análises de livros, artigos científicos e monográficos.

Segundo Oliveira (2011), o estudo exploratório possibilita ao pesquisador conhecimento sobre os fatos, o desenvolvimento e orientação mais precisa sobre uma

problemática, trazendo novas descobertas que permite ao pesquisador buscar informações mais estruturadas.

E ainda de acordo com Gil (2008, p. 27):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento de referências, publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, que posteriormente foram analisados, selecionados os que foram lidos, agregados no estudo, e foram excluídos aqueles que não se encaixaram no tema da pesquisa, bem como estudos que não abordaram em seu conteúdo o panóptico a partir das redes sociais digitais.

E ainda, em relação à pesquisa qualitativa, que tem a finalidade de compreender um determinado grupo social ou organização, nessa forma de pesquisa a preocupação não é quantidade (números), mas sim na relevância da informação. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT et al. 2009).

Quanto aos critérios de inclusão foi utilizado o seguinte esquema: os artigos científicos de periódicos indexados nas bases de dados Portal de Periódicos Pepsic e Google Acadêmico nos últimos 5 anos, período de 01/01/2014 à 30/12/2018, e artigos de campo, que abordem o tema panóptico; redes sociais; dispositivos de controle; psicologia; psicanálise, subjetividade; facebook; instagram.

A metodologia para a realização da revisão sistemática, segundo Rother (2007), baseia-se em sete passos: (01) formulação da pergunta, (02) localização dos estudos, (03) avaliação crítica dos estudos, (04) coleta de dados, (05) análise e apresentação dos dados, (07) interpretação dos dados e aprimoramento e atualização da revisão.

Passo 01: A formulação da pergunta tem por objetivo guiar o que deve ser incluído no trabalho. A revisão sistemática “trata-se de uma fase aparentemente simples, mas que é crucial, pois, o processo de resolução do problema só terá sucesso se a questão for apropriadamente definida” (Pereira et al 2006, p. 492).

Passo 02: A localização dos estudos recomenda que “sejam utilizadas pelo menos duas bases de dados amplas e específicas para o tema em questão, selecionando palavras chaves para identificar as pesquisas existentes” (PEREIRA et al. 2006, p. 493). A busca de estudos mais amplos, sistematizada, diferencia a revisão sistemática de uma revisão tradicional (GALVÃO et al. 2004). As bases de dados utilizadas foram Pepsic e Google Acadêmico.

Passo 03: A validade dos estudos, “os critérios de inclusão determinados pelo revisor devem refletir diretamente a pergunta selecionada para a elaboração da revisão sistemática, incluindo os participantes, a intervenção e os resultados de interesse” (GALVÃO et al. 2004, p. 552). Foram excluídos os artigos que, ao analisar o título e o resumo, verificou-se que o conteúdo não se encaixava no interesse desse trabalho. Em sua maioria, os assuntos abordados estão associados a área da saúde, referindo-se a temas clínicos ou abordagens do tema aprendizagem, a partir do nascimento.

Passo 04: Todas as características estudadas devem ser observadas e resumidas, levando em conta as características do método, de quem participa e do objetivo clínico, que viabilizarão ou não a utilização deste estudo (ROTHER, 2007). Para a seleção dos estudos científicos, foi realizada uma busca por artigos, sobre o tema panóptico nas redes sociais digitais e sua relação com a subjetividade dos sujeitos e possíveis combinações das seguintes palavras chaves no período de 01/01/2014 à 30/12/2018: Panóptico; Redes Sociais; Dispositivos de Controle; Psicologia; Psicanálise, Subjetividade; Facebook; Instagram nas bases de dados Portal de Periódicos da Pepsic e Google Acadêmico.

Após a busca realizada, selecionaram-se os artigos e a partir da leitura analisou-se o título e o resumo dos artigos, e em seguida, feito a verificação e selecionado apenas os artigos de língua portuguesa e que abordassem a temática do panóptico nas redes sociais que estão abordados nos resultados e discussões.

Passo 05: Nessa fase os dados foram pré-estabelecidos e agrupados baseados na semelhança dos estudos, assim como a apresentação gráfica e numérica, organizando e facilitando o entendimento do leitor. No momento da interpretação de dados, o objetivo foi determinar a força da evidência encontrada e a relevância da aplicabilidade (ROTHER, 2007).

Passo 06: Para a apresentação dos resultados, foi necessário que os artigos utilizados sejam dispostos em quadros, contendo informações como autores, ano de publicação, desenho metodológico, características do estudo, grupos de comparação. Todos os artigos selecionados foram dispostos em uma tabela, a fim de proporcionar uma visão geral da revisão, assim como as conclusões apresentadas pelos respectivos autores. Na análise de dados foi construído um formulário com base nas variáveis do estudo, em que foram dispostas as seguintes informações: nome dos autores das pesquisas, título do artigo, ano de publicação do trabalho, país onde a pesquisa foi realizada ou nacionalidade dos participantes do estudo, características do estudo ou design metodológico, e referência nas normas da ABNT.

Passo 07: Aprimoramento, uma vez concluído, a primeira versão da revisão sistemática recebeu comentários, críticas e sugestões que, quando pertinentes, deverão ser incorporadas à revisão por meio de aprimoramentos. Caso surja novos estudos sobre o assunto os mesmos serão agregados a pesquisa. “Se esta frequência for inadequada, pode-se optar por intervalos menores ou maiores, desde que as razões sejam devidamente explicitadas e acordadas com o grupo editorial” (SAMPAIO et al. 2007, p. 87).

4. Resultados e discussões

Para obter resultados desse trabalho, primeiramente, realizou-se a busca dos artigos sobre o panóptico nas redes sociais digitais e sua interferência na subjetividade dos sujeitos. Identificaram-se esses estudos através da procura direta e combinações das palavras-chaves nas bases de dados do Portal de Periódicos da Google Acadêmico e Pepsic.

Apesar de um total alto de artigos encontrados na busca realizada no Google Acadêmico, ao analisar o título e o resumo constatou-se que o conteúdo de grande parte destes não se encaixava de fato, no contexto abordado neste estudo. Em sua maioria, devido a palavra-chave rede social, evidenciaram a questão de diversas instituições consideradas como dispositivos de controle que não somente as redes sociais digitais, tais como: redes sociais de pessoas, redes sociais de grupos etc.

Como exemplo, ilustrado na Figura 1, foram encontrados na base “Google Acadêmico”, na busca pelas palavras – chave: “panóptico”, “redes sociais”, “dispositivos de controle”, “psicologia”, “psicanálise” e “subjetividade” juntos, com período de 2014 a 2018 e apenas em português, um total de 623 resultados encontrados, dos quais notou-se, através das leituras dos títulos, que poucos indicavam que estavam relacionados ao tema buscado. Ao final, foi decidido refinar mais a pesquisa, inserindo duas palavras-chaves: “facebook” e “instagram”.

Figura 1 – Resultados das buscas nas bases de dados com as palavras-chaves propostas inicialmente.

Resultados da pesquisa	Google Acadêmico	Pepsic
Facebook; Instagram; Panóptico; Subjetividade; Redes Sociais; Psicologia; Psicanálise; Dispositivos de Controle	623	0

Após a referida mudança, ainda assim na base de trabalho Google Acadêmico em língua portuguesa, apresenta um número menor em resultados e maior no que diz respeito à artigos de acordo com o tema desejado, segundo a leitura dos títulos.

Na base Pepsic, encontrou-se o número de 0 resultados com a combinação das palavras-chaves, porém, ao final, foi feita uma busca apenas com a palavra-chave panóptico e foi constatado o número de 2 resultados encontrados e pela análise do título e resumo foi constatado que não se aproximam do tema proposto.

Contudo, esta pesquisa obteve 67 resultados encontrados apenas na base Google Acadêmico. Após esta busca, todos os artigos tiveram seus resumos analisados, e restaram 07 artigos selecionados ao final.

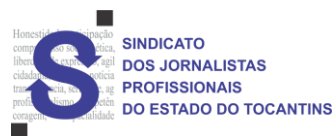
Figura 2- Resultados das buscas com o acréscimo de novas palavras-chaves para refinar a pesquisa.

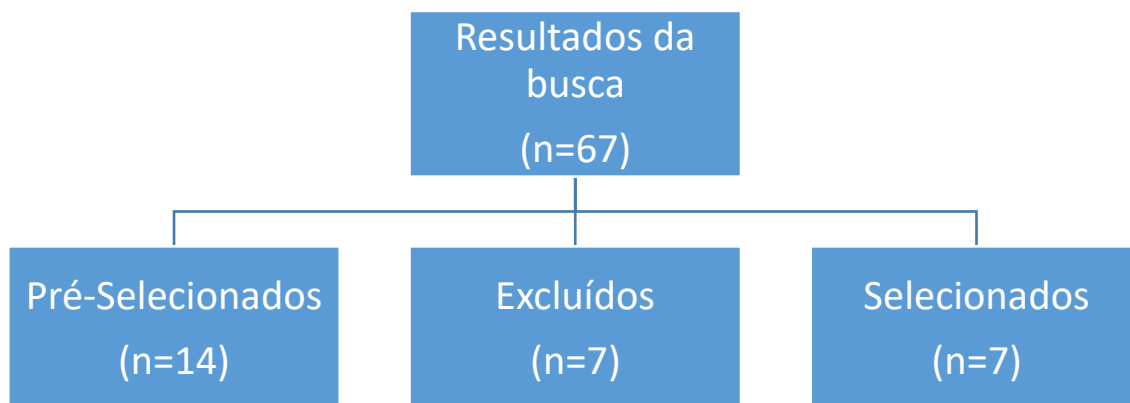
Resultados da pesquisa	Google Acadêmico	Pepsic
Facebook; Instagram; Panóptico; Subjetividade; Redes Sociais; Psicologia; Psicanálise; Dispositivos de Controle; Facebook; Instagram.	67	0

Os motivos da exclusão dos artigos envolveram inúmeros fatores. A principal causa ocorreu por não serem estudos sobre o panóptico nas redes sociais digitais voltado para o âmbito da subjetividade. Desta forma, dos artigos selecionados pela análise do título, foram excluídos aqueles que tinham contexto voltado apenas para o processo de falar do panóptico nas redes sociais sem ter conexão com a subjetividade dos sujeitos.

Assim, ao final, os 7 artigos selecionados foram analisados e o resultado deste trabalho segue nos próximos parágrafos.

Figura 3 – Resultados da busca pelo título e resumo





Resultados encontrados no Google Acadêmico

Fonte: Autora desta pesquisa

O panóptico nas redes sociais digitais exerce influência na subjetividade dos indivíduos de formas negativas e positivas através da política, auto narrativas, humor e situações efêmeras do cotidiano. Mas como ele se exerce? De quais formas? Que hábitos em rede contribuem para tal?

Para responder essas perguntas serão apresentadas algumas informações relevantes levantadas nesta revisão sistemática sobre esse assunto.

Para os autores Assunção e Jorge (2014) “As mídias sociais como tecnologias de si” analisam que mutações estão ocorrendo sob o assédio de uma modelagem da ordem da cultura, cujo alcance e efeitos carecem de maior aprofundamento. Sob a perspectiva de Michel Foucault e sua compreensão dos dispositivos de controle, os autores falam a respeito da modificação no plano da comunicação, especialmente a partir do advento da internet. O estudo procurou compreender as implicações na constituição da subjetividade dos sujeitos e na forma de se comportar devido os tipos de interação nas redes sociais digitais.

Como conclusão, os autores constataram que as formações discursivas nas redes sociais digitais não são apenas formadas através das interações entre elas e nem mesmo exclusivas, considerando que o processo de formação de identidade é extenso e também formado na interação de outros contextos vivenciados pelos sujeitos.

Segundo Pfanffenseller (2016) em “O ‘eu’ no contemporâneo: narrativas de si na rede social facebook” estudou os relatos que os próprios sujeitos fazem si na rede social facebook e diz que a vida dos sujeitos são acontecimentos narrativos e que há uma montagem para o indivíduo fazer o seu “eu”.

Como conclusão a autora evidencia que estudar as narrativas dos sujeitos voluntários da pesquisa, principalmente no campo das redes sociais digitais, é compreender o processo de existência. Menciona ainda que a vida assim como as narrativas é autopoietica, o que significa que nenhuma das duas nunca estão por finalizadas. Pois, segunda a mesma, a identidade nunca é acabada, sendo ele um ser em constante aprendizagem e formador de sua personalidade enquanto vive. Assim, a autora deixa claro que o que mostra em seu trabalho é um extrato daquele momento da vida dos indivíduos pesquisados. A autora ainda extraiu que a vida dos sujeitos relatados na pesquisa é muito significativa fora das redes sociais digitais e importantes também para a formação de suas identidades. Tanto que a temática mais encontrada por eles foi “Relacionamentos”, em que foi identificado que os voluntários falavam bastante sobre famílias, animais de estimação, namoro e amigos.

Souza (2016) em “A luta por reconhecimento no facebook: a comunicação social nas redes sociais” narra as teorias sobre reconhecimento de vários filósofos, como Hegel e Honneth, Habermas, Fraser e Taylor. Diz que através da mediação social o indivíduo cria uma perspectiva moral de comportamento que quando não é correspondida pode até mesmo causar conflitos no meio social e que, por conseguinte podem causar até conflitos na sociedade.

Como conclusão o autor diz que no Facebook ainda que tenha uma noção de liberdade de expressão, existem condições que restringem a autonomia deste sujeito em rede na busca por esta visibilidade no interior desta rede social, como por exemplo, as expectativas do que é imposto moralmente e reivindicações de caráter normatizador com que os mesmos sujeitos buscam expressar sua identidade e assim, se auto realizarem. Conclui ainda que o Facebook é importante para a criação de atores sociais individuais e coletivamente. No entanto, não é sozinho que esta rede social faz isto. E que ainda, esta rede social é muito importante para a criação de poder e um poder que apresenta uma nova face que se descentraliza, mas nem por isto se desorganiza. E os sujeitos nela, brigam por um reconhecimento.

A autora Souza (2018) no artigo intitulado “Maternidade, Culpa e Ruminação em Tempos Digitais” traz as discussões sobre o ideal de cuidado e amor na maternidade tem

aumentado nas redes sociais, ocorrendo debates que buscam desconstruir este tradicional tabu. Tais cobranças causariam um sentimento de culpa nas mães e para isto a autora expõe sobre Freud e sua base de mal-estar. A autora deixa claro, que tornar público um testemunho produz uma nova subjetividade: a da vítima. E assim, demonstram que por meio de tais discursos não apenas mostram como se veem, mas também se comunicam com aqueles que a veem.

A autora conclui que as imposições da atualidade para uma maternidade prazerosa tornam difícil a convivência para as mães devido o sentimento de culpa causados, então diante da possibilidade de ser observada pelo outro, tornam público para assim modificarem o entendimento deste contexto e assim não tornam a experiência da maternidade tão frustradora.

Rosa e Chevitarese (2017) em “Vigilância e relações de poder nas redes sociais: questões éticas na sociedade contemporânea” analisaram a relação do uso das redes sociais e os mecanismos de vigilância social que tensionam as publicações e a interação nas redes sociais. Os autores entendem o panóptico nas redes sociais como uma nova forma de regulação da subjetividade dos indivíduos, nova forma de vigilância e nova forma de produção do saber. No entanto, ao citarem Bauman, diferenciam o panóptico de Foucault para o da atualidade, afirmando que o panóptico da atualidade é um banco de dados que funciona pela sua mobilidade, ao contrário do panóptico de antigamente que queria mobilizar as pessoas. Logo, afirmam que o panóptico da atualidade atua com sedução ligada a ideia de liberdade e visibilidade.

Como conclusão dizem que os sujeitos não são apenas “vítimas” da vigilância que se faz nas redes sociais, mas que todos também exercem o poder continuamente ao curtir, comentar, compartilhar, manifestar *emoticons*, para assim reforçar ou rebater discursos e práticas do meio social e investir em uma certa configuração de regulação da subjetividade e comportamento dos sujeitos à fim de desconstruir outras.

Silva (2018) em “Governança algorítmica e publicização das marcas: um estudo de caso” busca compreender como as marcas atuam em meio aos algoritmos nas redes sociais e se utilizou do Facebook para esta pesquisa, e para compreender como se dá sua distribuição de conteúdos. Assim, como compreende que os algoritmos fazem que os indivíduos tomem decisões na vida devido o alto teor de empresas que rastreiam a vida dos indivíduos na atualidade. Discute ainda a dinâmica das gigantes do consumo e como elas são capazes de atuar

diante dos seus públicos de interesse na criação de valor e visibilidade estando assim a vigiar seus usuários.

Como conclusão afirma que a lógica dos conteúdos vigentes nas redes sociais digitais é baseada em determinar o que se consome nelas e quais conteúdos irão imperar para cada usuário, de acordo com suas regras e interesses. Bem como ressalta que as marcas podem chamar atenção dos usuários e assim agenciar novos movimentos culturais, da mesma forma que se utilizam de alguns movimentos para chamar atenção do consumidor.

Nascimento (2016) em “Do riso à materialização de ideologias: o funcionamento discursivo das piadas no facebook” estudou os discursos de memes, piadas e ilustrações retiradas do Facebook. Investigou de que forma o humor se encontra presente nas entrelinhas de discursos que são perpassados no decorrer de gerações até chegarem à internet. Em cima disso, levantou a teoria de Michel Foucault para explicar que na sociedade ocorrem os controles dos discursos como mecanismo de poder e que ainda que certas piadas possam parecer inocentes, elas são todas controladas nas redes sociais. Para analisar os dados colhidos, se utilizou da teoria da constituição dos sujeitos de Pêcheux (1993) e Orlandi (2002, 2007) sobre o discurso e sobre o intradiscurso, a formação discursiva e a formação ideológica.

Como conclusão a autora observou que as piadas não são textos apolíticos como muitos pensam, mas possuem um teor de verdade que foi perpassado. Destacou ainda que os discursos aceitos sem questionamentos dos indivíduos, servem de regulação dos corpos dos sujeitos. A autora conclui que as piadas também são modos de relação de poder, pois são transmitidas através de discursos de verdade do social que visa estabelecer uma verdade para que os sujeitos sigam estas normas.

A tabela número 1 a seguir apresenta um resumo dos artigos analisados no qual está descrito os nomes dos autores e o ano da publicação do artigo, as principais ideias abordadas no estudo, as características de cada estudo e o enfoque principal da conclusão dos trabalhos.

Nos artigos colhidos para esta revisão sistemática imperou um maior número de homens que falam sobre esta temática. Sendo a área de comunicação a que mais recorre a trabalhar esta temática.

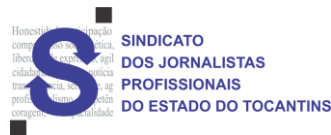
Tabela 1 – Resumo das Análises dos Resultados

Nº	Autores (s) e ano	Portal	Título	Principais ideias do autor	Características do estudo	Conclusões
01	Souza (2016)	Google Acadêmico	A “luta por reconhecimento” no FACEBOOK: a comunicação social nas redes sociais, uma interpretação sociológica.	Faz referência a luta por reconhecimento no Facebook desde o reconhecimento político, social e pessoal do próprio indivíduo no universo online, imperando a liberdade.	Uma pesquisa sobre as manifestações das formas de comunicação no Facebook de caráter qualitativa, experimental e exploratória.	As formas de lutar por reconhecimento no Facebook são bastante subjetivas e intersubjetivas.
02	Assunção e Jorge (2014)	Google Acadêmico	As mídias sociais como tecnologias de si.	Aborda as mídias sociais e as influências nas formas de expressarem suas individualidades decorrentes dela. A constituição da subjetividade dos sujeitos e a apresentação dos comportamentos em sociedade.	Análise discursiva dos memes e ilustrações nomeadas como piadas no facebook.	As piadas são discursos de agenciamento de poder. Elas não possuem caráter de inocência como muitos pensam. Levam consigo um estigma do que foi

naturalizado e
perpassado.

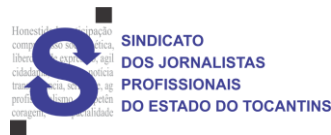
03 Nascimento (2016) Google Acadêmico Do riso à materialização de ideologias: o funcionamento discursivo das piadas no facebook. Investigou-se o humor para abordar o controle dos discursos e como elas dizem muito mais sobre acontecimentos. Análises discursivas de memes e ilustrações nomeadas como piadas no facebook. As piadas são de discursos e agenciamento de poder. Levando consigo um estigma perpassado por gerações.

04 Silva (2018) Google Acadêmico Governança Algorítmica e publicização das marcas: estudo de caso sob o paradigma da propagabilidade no algoritmos de frente ao controle de algoritmos meio às estratégias Procurou-se analisar como as marcas são capazes de atuar em especial no facebook, buscando reconstruir as situações reais por meio de dados e Através do método de estudos de casos, buscou-se reconstruir as situações reais por meio de dados e Os algoritmos manipulam os processos de consumo de informação na web, manipulando a



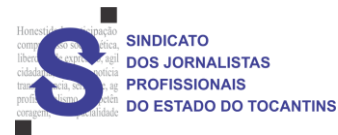
			ambiente numérico do relacionamento orientado por informações para escolha dos facebook. dados. sustentam a análise e comunicadores por possíveis soluções meio da filtragem para o problema de invisível e bolhas pesquisa. de informação.
05	Souza (2018)	Google Acadêmico	Maternidade, Culpa e Explora as modificações Ruminação em Tempos históricas e subjetivas Digitais. permitem as mulheres da maternidade.
			Analisou-se alguns comentários que expectativa imposta feitos por mães no pela sociedade no facebook sobre papel de mãe, as falarem suas mulheres estão se vivências maternas utilizando das redes para refletir sobre sociais para expor esta manifestação seus sentimentos contemporânea. maternos.

06	Pfaffenseller (2016)	Google Acadêmico	O “eu” no Estudou as narrativas contemporâneo: de si e de 9 narrativas de si na “autonarrativas” no rede social facebook. Facebook.	As narrativas do eu de 9 sujeitos voluntários foram analisadas no facebook no período de 4 meses durante o estudo.	A vida, assim como as narrativas, portanto, é autopoiética, ou seja, nunca estão acabadas enquanto acontecem.	
07	Rosa e Chevitarese (2017)	Google Acadêmico	Vigilância e relações de poder nas redes sociais: questões éticas na sociedade contemporânea.	Discutem as redes sociais enquanto meio de comunicação da contemporaneidade mediante uma leitura filosófica desse fenômeno social, considerando o problema da liberdade na atualidade	Os caminhos metodológicos descrevem o facebook como pano de fundo para formular desafios éticos, envolvendo a problemática dos mecanismos de poder e vigilância.	Se por um lado o Facebook é uma rede aberta, onde tudo que é postado encontra-se passível de julgamento e vigilância social, o Snapchat por sua vez pode ser entendido como uma área de relativa “sombra”



sociedade
tecnológica.

para este panóptico
cibernético. Pelo fato
do conteúdo
desaparecer em
pouco tempo, a
vigilância social é
limitada e os
usuários se sentem
mais livres das
amarras da
“netiqueta” e dos
impactos de controle
exercidos pelos
diferentes atores
dessa rede.



Foi proposto buscar compreender as concentrações em formas de ideologias que permeiam o universo social. Ao final deste trabalho, observou-se que o panóptico tem perspectivas positivas e negativas, manifestando-se nas redes sociais digitais em formas de piadas, política, marcas e autonarrativas de si. Para compreendê-los, faz-se necessário o acionamento de diversos dados, tanto expressos na sua materialidade linguística quanto a partir da discursivização. Dessa forma, é importante destacar que essa análise não recai somente nas piadas propriamente dita, mas reflete também em seu locutor e ouvinte, sendo que cada leitor é único e este precisa dispor de conhecimento prévio e de mundo para facilitar sua compreensão.

Nota-se que o processo do panóptico passou por transformações devido o avanço das redes sociais, de acordo com as mudanças da sociedade, porém, este controle de vigilância nunca deixou de ser um tabu em qualquer época. Entende-se que o panóptico é um poder e não uma patologia, mas a depender das particularidades da elaboração deste processo para cada indivíduo, há a possibilidade de tornar-se uma doença. Através da pesquisa bibliográfica inicial, consegue-se perceber que, mesmo utilizando autores diferentes, as fases ou tarefas que constituem o processo do panóptico permeiam entre sentimentos de raiva, revolta, incredulidade, narrativas de si, humor, autoafirmação, publicidade e amor.

Mas, a depender das particularidades da elaboração deste processo para cada indivíduo, há a possibilidade de tornar-se uma doença. O panóptico no virtual surge, neste contexto, como uma saída para a sociedade contemporânea, que encontrou no espaço virtual uma maneira de ser autêntico e, ao mesmo tempo, não abandonar a característica de individualidade tão presente nos hábitos atuais como foi visto em Culpa, Ruminação e Maternidade.

Leva-se em conta a praticidade oferecida pela internet e o fato de ser um uma ação em um ambiente que não possui limites visíveis, o que pode ser um agravante para a não interação humana no cotidiano quando os sujeitos estão próximos fisicamente uns dos outros. Em contrapartida, esta vivência nas redes sociais possibilitou a expansão dos limites no que diz respeito a assuntos de cunho delicado, como a homossexualidade, transexualidade e preconceitos direcionados as mulheres, como mostrou os trabalhos de Assunção e Jorge, Pfaffenseller e Souza. Que falam de uma luta de algum partido, que para ser feita é preciso de

linguagem, o que vem a abordar o trabalho Souza que explica o Facebook como um instrumento de comunicação social pelo o qual o sujeito pode externa-se, ou seja, pode se colocar em relação ao mundo como achar que melhor lhe convém. É um canal onde o indivíduo pode escolher como e quando interagir, mas que para tal, um processo mostra-se de suma importância que são os processos comunicativos, mas que até para que este processo comunicativo ocorra é necessário o reconhecimento de si e que o outro o reconheça. Conceito defendido por Taylor que prega a importância da linguagem para a luta do reconhecimento.

Aliado a este fator, assuntos que são tabus para a sociedade em geral tornaram-se mais acessíveis, não podendo deixar de enfatizar que, cada vez mais, a internet torna-se uma extensão da vida “off-line”, por isso carrega as mesmas contradições e dificuldades do mundo real. Ou seja: se os sujeitos não soubessem que estão sendo observados, não estariam nesta busca por desconstruir preconceitos. As relações de poder e o controle estão destituindo a biopolítica e a docilização dos corpos “grotescas” como Foucault dizia.

Michel Foucault (1975) disse certa vez em entrevista sobre Poder-Corpo “se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da punição, do impedimento, da exclusão, do recalçamento, ele seria muito frágil. Se ele é forte é porque produz efeitos positivos a nível de desejo e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.” E a este nível notou-se os resultados deste trabalho. O panóptico nas redes sociais digitais não somente exerceu efeitos negativos, como também exerceu efeitos positivos, como o falar de si mesmo para elaboração do cotidiano que se vê no trabalho de Souza sobre a luta pelo reconhecimento de si e no trabalho de Pfansefeller sobre as narrativas de si. Em que ambas possuem a formação de identidade ao falar de relacionamentos, amor, amizade, gostos e família.

Para Foucault, o poder encontra-se sempre associado a alguma forma de saber. Exercer o poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação. Em nome da verdade legitimam-se e viabilizam-se práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. Inversamente, é no centro de aparatos sofisticados de poder que sujeitos podem ser observados, esquadrihados, de maneira que deles sejam extraídos saberes produtores de subjetividade. Esta pesquisa mostrou como resultados os efeitos positivos do poder a partir do momento em que os sujeitos demonstram

querer sair das práticas autoritárias, isto porque o poder irradia-se de modo microfísico, sem possuir um centro permanente. As relações de força são móveis e suscetíveis de se modificarem, compõem arranjos transitórios dados a uma constante transfiguração, com isso produzindo um novo saber.

Tecnologias de si de Rosa e Chevitarese se refere ao mesmo poder, no entanto dentro da perspectiva das redes sociais digitais, apresentando que as mesmas trazem maior descompromisso com o impacto ou repercussão social de determinadas manifestações o que favorece a expressão de conteúdos desfavoráveis e preconceituosos como mostrou o trabalho de Nascimento sobre as piadas e memes no Facebook.

Se outrora vigorou o princípio segundo o qual era legítimo provocar a morte ou deixar viver, agora, invertendo-se a esta equação, os mecanismos de poder visam produzir a vida, articulados à possibilidade de se deixar morrer. Em cima de uma perspectiva psicanalítica pode-se afirmar que os indivíduos sentem que há coisas nele que o dominam sem que ele saiba o motivo – o que o Romantismo denomina “paixões” (para Freud, “pulsões”; para Nietzsche, “descargas do querer”). O homem moderno é alguém que se vê livre para agir, mas, enquanto possui e constrói seu destino, também se vê despossuído de si próprio, pois a paixão irrompe como um impulso intenso que o domina. Tal cenário permite o surgimento do psiquismo e da psicanálise. Ainda assim, existe um mundo que lhe é externo, a cujas regras o sujeito deve se adequar.

Para Freud, “a liberdade individual não é um bem cultural” (2010, p.57). A civilização nunca visou a liberdade, apesar de muitas delas, sobretudo ocidentais, terem sido construídas sob o discurso libertário. Graças ao que chama de evolução cultural, a liberdade experimenta restrições – e a justiça pede que ninguém escape a elas. Tal evolução surge como um processo peculiar que se desenvolve na humanidade, movida, por sua vez, à força (Trieb), ou seja, pela pulsão de agressividade e autodestrutividade inerente aos indivíduos. Em paralelo, tem-se a sublimação do instinto. Na visão de Freud, sublimar seria cercear potências em vez de elevá-las. Não seria positivo, e sim problemático. O homem estabeleceu determinadas instâncias (leis, moral, costumes) para se afastar dos instintos que sublima – ainda presentes e que precisam ser

controlados. No entanto, quando se vê neste trabalho que os indivíduos estão se tornando mais autênticos para liberar suas pulsões, isto demonstra um aspecto criativo.

Ainda nesta luta por sair das amarras impostas pela sociedade o trabalho sobre Maternidade e Culpa de Souza mostra como a subjetividade pode ser alterdirigida na qual a busca é pelo olhar alheio, tendo em vista que a participação de outros agentes além de si mesma com a sua opinião e reações, integram a construção subjetiva contemporânea. A autora ainda destaca a prática bastante empregada das pessoas compartilharem informações e registros que serão “aplaudidos” pelos demais usuários à fim de não serem ignorados em redes sociais, e ao contrário disso, as mães tem publicado imagens que tendem a causar incomodo para mostrarem a sua realidade e assim criando um novo espaço de subjetividade.

E em cima dessas lutas tem quem participa dela com cunho capitalista para angariar o aparecimento das marcas, como mostra o trabalho de Governança Algorítmica de Silva. O autor aponta o processo de publicização algorítmica como mediador e modelador da subjetividade dos sujeitos por direcionar os usuários na produção de consumo por meio dos algoritmos. E ainda, investem em propagandas com “pegada” de militância para chamar atenção dos sujeitos, no qual incluem *hashtags* e assuntos voltados para minorias que estão em alta na mídia como mães, homossexualidade, negros etc. O trabalho de Silva mostra que a visibilidade procurada pelas mães pesquisadas em Maternidade e Culpa de Souza estão conseguindo obter sim visibilidades.

Fiel escudeiro do monismo do reconhecimento, Honneth (2003) promoveu um debate acalorado com Nancy Fraser. Nessa questão, os pontos levantados por Fraser nos ajudam a acreditar que a luta por reconhecimento não tem fundamentos suficientes para ser eleita como motivo único dos conflitos sociais. O que nos faz tomar partido de Fraser durante o debate com Honneth é o fato que esta autora apresenta o fator “redistribuição”. Para tentar explicar melhor nosso ponto de vista, precisamos novamente resgatar Hegel

Quando a filosofia insinua que um indivíduo precisa problematizar, acredita-se que ele está em consonância com o trabalho de Nascimento sobre o funcionamento discursivo das piadas no qual diz que a ideologia age por meio de piadas e memes, mas não ocultando sentidos, porém apagando o processo de sua constituição. A agressividade disfarçada de piada, representa

preconceitos, imposições, dogmas religiosos e força uma posição. Essa naturalização dos discursos causam modificações no cotidiano das pessoas, uma vez que possuem ideologias e os sujeitos se constituem de ideologias perpassadas pela sociedade.

É nesse sentido que pode ser suposto que a autora Pfanffenseller concorda com todos os autores mencionados nesta revisão sistemática por ela supor que o Facebook não isola as pessoas, pois todos os sujeitos possuem contatos em suas relações como amigos da rede social. E essa visibilidade é justamente o que permite fazer tudo o que foi visto nos outros artigos dos outros autores por permitir fortalecer os laços já existentes entre os atores sociais.

Entrando no amago desta pesquisa, que são as diversas formas de atuação do poder, o panóptico deste trabalho, e ainda, as suas formas de atuação e influência na subjetividade dos sujeitos em sociedade. Como foi possível perceber no transcorrer deste trabalho, foi apontada a grande importância do panóptico para o cenário de luta por reconhecimento, ativismo social, desconstrução de dogmas e estabelecer papel de fala.

Porém, para que isto aconteça, é importante que na comunicação online dos sujeitos tudo seja feito de modo muito claro. É nesse sentido que concorda-se com o “cuidado de si” de Michel Foucault no qual mostra como os romanos viveram uma ética de austeridade. Na qual, cuidar de si era uma prática social e política. O filósofo mencionava as chamadas técnicas de si que transformavam o imperativo socrático “conhece-te a ti mesmo” em algo mais prático, porém bem mais amplo, que virtual pelo caminho de não somente se conhecer, mas também, se governar, ampliar ações a si próprio, tendo por certo que o objetivo do indivíduo maior a ser na vida seja o si mesmo, e que o maior instrumento para tal fim, seja ele mesmo também.

Por último, e não menos importante, pode ser afirmado que os sujeitos nas redes sociais digitais conforme os trabalhos encontrados nesta revisão sistemática, estão fazendo as práticas relativas ao cuidado de si mencionadas por Foucault, que diziam respeito à necessidade que o homem tinha de discursos verdadeiros para dirigir-lhe a vida.

5. Considerações finais

De que forma este trabalho responde ao problema de pesquisa? O panóptico se exerce de inúmeras formas e por meio de discursos. Pode-se afirmar que os sujeitos estão todos os dias em constante estado de ativismo na luta por reconhecimento de seus sentimentos, ideologias, causas, lutas, discursos e até por si mesmo. O poder que no passado se exerceu apenas como prisão, atualmente também se exerce como fonte de liberdade e autenticidade. Uma grande mudança que causou surpresa para a autora deste trabalho que vê com otimismo uma parte das consequências deste panóptico com a sua influência na subjetividade dos sujeitos devido as redes sociais.

É importante dizer que a pequena quantidade de artigos selecionados sobre essa temática deve-se a grande maioria tratar de trabalhos realizados por profissionais de outras áreas, tais como Comunicação Social, Publicidade, Administração, Letras e Sociologia que quase todos vem abordar o panóptico nas redes sociais e sua influência na subjetividade dos sujeitos. Vale ressaltar ainda que o assunto redes sociais é muito comum nas pesquisas realizadas nas bases de dados, assim tornando a quantidade de artigos bem elevado, pois, os temas relacionados a esse assunto, bem como subjetividade, são bastante discutidos, principalmente por profissionais da comunicação e filosofia. Como é parte do processo da revisão sistemática, este trabalho estará sujeito a aprimoramento periódico, por autores externos, no intuito de mantê-lo atualizado no que se refere aos estudos que ainda surgirão, sobre o panóptico na contemporaneidade.

Conclui-se que existem muitas discussões voltadas para a rede social Facebook e ainda muito pouco do Instagram. No entanto, a Psicologia e Psicanálise também ganham destaque nesse campo sendo extremamente mencionadas e citadas nestas pesquisas por todos os autores, apresentando teorias e estudos que se mostram eficazes e confiáveis, pois a maioria dos estudos demonstram boa avaliação de confiança na compreensão das duas áreas sobre sociedade, cultura e sujeito.

É importante dizer que a pequena quantidade de artigos selecionados sobre essa temática deve-se ao fato de que existem muitos trabalhos sobre redes sociais digitais, mas não atrelados a temática do panóptico ou especificamente da subjetividade.

Ao final, conclui-se que a maior dificuldade deste trabalho foi devido ao fato de maioria deles serem teses e dissertações. O que tornou a leitura deles bastante densa devido possuírem mais de 200 páginas em sua maioria. Por outro lado, foi observado que muitos pesquisadores estão atentos para as necessidades que as redes sociais possuem. Este modo de pensar, fornece a expectativa de que este campo ainda terá grande destaque.

Como é parte do processo de revisão sistemática, este trabalho estará sujeito a aprimoramento periódico, por autores externos, no intuito de mantê-lo atualizado no que se refere aos estudos que ainda surgirão, sobre o panóptico nas redes sociais digitais e sua relação com a subjetividade dos sujeitos.

É importante que psicólogos atenham-se a pesquisar sobre a temática da vigilância nas redes sociais, assim como a sua interferência na subjetividade dos sujeitos, tendo em vista que no campo social da contemporaneidade as redes sociais permeiam grande parte do tempo dos indivíduos, onde todos estão expondo os mesmos conteúdos levados para um setting terapêutico ou um divã. Afinal, é preciso saber o que estão fazendo os psicólogos e psicanalistas diante das queixas que apresentam as redes sociais.

Referências

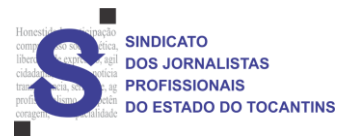
BARROS, José D'Assunção. **O conceito de alienação no jovem Marx**. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, p. 223-245, v. 23, n. 1, São Paulo, 2011. Disponível em: . Acesso: 05 març. 2019.

BENTHAM, J. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora LTDA, 2008.

BRASILEIRO PASSA MAIS DE 3 HORAS E MEIA POR DIA EM REDES SOCIAIS. **Blog Porta 23**. 2018. Disponível em: <<https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2018/02/05/brasileiro-passa-mais-de-3-horas-e-meia-por-dia-em-redes-sociais/>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRUNO, Fernanda. **Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e vigilâncias simuladas**. Revista Fronteiras, São Leopoldo, v.8, n. 2, p. 152-159, maio/ago. 2006.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



COSTA-MOURA, F. **Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos.** *Ágora* (Rio J.), vol.17. Rio de Janeiro, Agosto. 2014

CHARTERIS, J., GREGORY, S., & MASTERS, Y. (2014). **Snapchat ‘selfies’: The case of disappearing data.** In B. Hegarty, J. McDonald, & S.-K. Loke (Eds.), *Rhetoric and Reality: Critical perspectives on educational technology. Proceedings ascilite Dunedin 2014* (pp. 389-393).

DIAS, C. COUTO, O, F. **As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias.** *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, 2011.

Entrevista com Alison Darcy. **Redes Sociais. “A nossa saúde mental nunca esteve tão perturbada como agora.”** *Observador*. Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/redes-sociais-a-nossa-saude-mental-nunca-esteve- tao-perturbada-como-agora/>>. Acesso em: 12 de nov 2018.

ETIENNE, L. B. **Discurso sobre a servidão voluntária**, 2006. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria.pdf> Acessado em: 24 nov. 2018.>

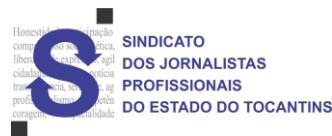
FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história do nascimento das prisões.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Cartilha sobre saúde mental**, 2007.

HARARI, Y. N. **Entrevista sobre “A tecnologia permitirá ‘hackear’ os humanos”.** *El País*: 26 ago. 2018. Entrevista concedida a Cristina Galindo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/20/eps/1534781175_639404.html>. Acesso em: 24/10/2018.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: Uma breve história do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. .

Lyon, D. **A sociabilidade do ciberespaço: controvérsias sobre relações mediadas por computador**, 1997.



RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes Sociais na Internet: Considerações iniciais**, 2004.

PINKER, Steve. **Tábula Rasa: A negação contemporânea da natureza humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GALVÃO, C. M; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. **Revisão Sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem**. Revista Latinoamericana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 3, n. 12, p.549-556, maio/jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v12n3/v12n3a14>>. Acesso em: 28 de julho 2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008, p. 27.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática versus revisão narrativa**. 2007 Disponível em: Acesso em: 01 ago 2018.

LEN, Fernando; MAZZILLI, Paola. **Imagens Líquidas: Um Estudo Sobre a Construção de Identidades no Aplicativo Snapchat**. Intercom XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. (Uberlândia, MG). 19 a 21/02/2019

OLIVEIRA, M.F.. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** Catalão: UFG, 2011, p.21.

PEREIRA, Â. L.; BACHION, M. M.. **Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência**. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 4, n. 27, p.491-498, dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4633/2548>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

LUXTON, D. D., June, J. D., & Fairall, J. M. (2012). **Social media and suicide: A public health perspective**. American Journal of Public Health, 102(2), 195-200.

TAPIAS, J.A. P. **Internautas e naufragos. A busca do sentido na cultura digital**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** V. 11, n. 1. São Carlos-SP: Revista Brasileira de Fisioterapia, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-3552007000100013> Acesso em 01 de ago 2018.

ROYAL SOCIETY FOR PUBLIC HEALTH. **Status of Mind.** 2018. Disponível em: <<https://www.rsph.org.uk/our-work/campaigns/status-of-mind.html>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** V. 11, n. 1. São Carlos-SP: Revista Brasileira de Fisioterapia, 2007. Disponível em acesso em 12 de ago 2017.

Diretrizes metodologias de revisão sistemática. Ministério da Saúde, 2015.

O PODER DAS REDES SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Karla Rezende Andrade¹²⁸

Eixo Temático de submissão: Comunicação e Tecnologias

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a interferência do discurso nas mídias digitais para a construção da identidade cultural do internauta. O estudo será desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e posteriormente pesquisa aplicada. Com o estudo espera-se identificar a influência do conteúdo publicado na formação da identidade cultural, bem como refletir sobre o poder dessas postagens na percepção dos usuários das redes sociais.

Palavras-chave: Cultura. Discurso. Identidade. Mídia Digital. Rede Social.

1. Introdução

Atualmente a mídia digital têm alcançando um público cada vez maior. Com a popularização da internet e o rápido alcance à grande massa, o poder que as redes sociais exercem sob a sociedade tem influenciado no comportamento gerando situações muitas vezes inesperadas. Os memes e textões, postagens que viralizam, ou seja, propagam-se de forma rápida, são usadas para repercutir fatos, reivindicar ou apenas expressar um ponto de vista. Esse tipo de artifício digital reforça o poder que o discurso implícito reflete na cultura e identidade pós-moderna.

As pessoas estão conectadas em rede. Estamos num mundo, ciberespaço, que está dividido por nichos que permite o encontro de pessoas com interesses em comum, independentemente da localização geográfica. O discurso adaptado ao público alvo tornou-se uma técnica poderosa. O meme é uma forma de deixar os problemas cotidianos, por exemplo, mais leve por meio do humor e sarcasmo. Uma nova forma de enxergar a vida e que conecta pessoas que compartilham da mesma opinião.

¹²⁸ Jornalista especialista em jornalismo digital. E-mail: karlinharezend@gmail.com

A rede social permite a conectividade entre pessoas e a troca de informações, por meio de compartilhamentos, comentários e curtidas. Além de leitor, o usuário também passa a ser produtor de conteúdo. Muitas pessoas são persuadidas e sem perceber adotam hábitos e opiniões prontas. Seja comprando o produto de beleza indicado no *post* do amigo ou adotando a dieta saudável que o influenciador digital publica diariamente mostrando os pratos e resultados alcançados.

Desta forma, levanta-se a seguinte questão: Qual o nível de interferência das redes sociais para a construção da identidade cultural do internauta?

2. Fundamentação Teórica

Nas redes sociais o vídeo, meme e o textão são usados frequentemente. O poder que essas postagens podem exercer sobre os usuários provocam reflexões, pois interferem nos hábitos cotidianos dos internautas e assuntos a serem repercutidos.

Dados do *site* da empresa *Facebook Business* revelam que há mais de 1,5 bilhão de pessoas que usam o *Facebook* todos os dias e mais de 2,3 bilhões de pessoas usam o *Facebook* todos os meses. No *Instagram* são mais de um bilhão de contas ativas em todo o mundo todos os meses e mais de 500 milhões de contas ativas todos os dias.

A rapidez e a facilidade de relacionamentos levantam outras questões, a exemplo da veracidade do conteúdo, da compreensão e do recebimento da mensagem em sua totalidade; o grau de aprofundamento dessas relações e se esses perfis não estão sendo usados apenas com o propósito comercial.

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência (DEBORD, 2003, p. 17).

Desta forma, as redes sociais ocupam uma dimensão significativa na construção da realidade cultural e da identidade da sociedade digital. O uso do celular conectado à internet já se tornou

um hábito entre a população. A informação está ao alcance de qualquer pessoa. Busca-se por novidades, respostas imediatas e verdadeiras. Acordar e checar as redes sociais tornou-se um hábito para muitos, assim como conferir a *timeline* enquanto aguarda o sono.

Pensar hoje sobre as identidades – sejam elas sexuais, étnicas ou raciais – é ter claro que elas não são um produto acabado, mas um processo contínuo que nunca se completa, subjetivando-se em seu espaço e tempo. Os sujeitos são fluidos e se constroem no transcurso de complexas histórias, fundadas em um sentimento de pertença que torna possível o funcionamento da vida, embora estejam sempre sujeitos a mudanças e revisões. Ou seja, são constituídos no interior das relações de poder e estão implicados, portanto, nas operações de inclusão e de exclusão (LIMA; WATSON, 2017, p. 107).

Para os autores “identidade é sempre um processo em construção”. Falar em identidade é o mesmo que falar de pertencimento e não pertencimento. Neste contexto, as pessoas que fazem uso das mídias sociais possuem identidades diferentes das pessoas não conectadas a este meio de comunicação. Como se a sociedade digital possuísse uma identidade distinta da sociedade *off-line*, embora os reflexos emitidos por ambas podem se entrelaçar.

No mundo moderno o sujeito sociológico, segundo HALL (2006), apresentava a questão do homem não autossuficiente e destacava a relação com outras pessoas, identificando os valores e códigos da cultura em seu mundo habitado para a construção de sua própria identidade. A palavra chave nessa concepção é a interação que hoje, no mundo pós-moderno, ganhou uma proporção maior. A interação é constante nas redes sociais, já que este é um dos objetivos primordiais deste canal. Afinal, esta é a essência da rede social.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2006, p. 11-12).

No entanto, o sujeito pós-moderno surge fragmentado, formado por várias identidades culturais. Não conseguimos diferenciar os códigos de identificação com facilidade devido à mutabilidade e a velocidade das informações. A tecnologia trouxe mudanças e o usuário tenta acompanhar modificando para isso os seus hábitos. A identidade cultural não é mais permanente. A transformação é constante.

O ser humano precisa do sentimento de ‘pertencimento’ para se sentir completo. Precisa estar inserido em algo maior do que ele. Além disso, sendo o homem um animal social, as redes sociais encontraram um terreno fértil para se desenvolver na psique humana. O homem precisa saber que está ligado aos semelhantes seja por um mesmo time de futebol, uma mesma marca de bolsa, um mesmo carro. A propaganda explora esse sentimento de pertencimento vendendo estilo de vida em vez de produtos. O desejo de pertencimento por afinidade gera o que chamamos de clusterizações das redes sociais. Em outras palavras, pessoas se juntam em grupos distintos [...] (ADOLPHO, 2011, p. 217).

Os recursos na internet são muitos, assim como as possibilidades de interpretação. Tendo em vista a diversidade do público, receptor da informação, deve-se levar em consideração a identidade social do emissor e identidade social do receptor em função das condições de produção discursiva.

A linguagem usada para a internet é mais simples e breve. A exemplo das matérias publicadas em *sites* de notícias. O internauta procura a imagem, lê o título, busca a *sinopse* e apenas os mais interessados clica para ler a matéria completa.

Nas redes sociais não é diferente. Em um ambiente de descontração e entretenimento a linguagem tende a ser mais curta e despojada. Destaque para os vídeos de humor que viralizam, para os memes que brincam com situações pesadas através de imagens e frases curtas; e para o textão que motiva a olhar o lado bom da vida ou que expõe uma opinião sobre um determinado produto ou uma experiência que merece ser compartilhada. Pode parecer algo irrelevante num primeiro olhar, mas essas postagens são uma forma de comunicação e que trazem informações.

3. Metodologia do estudo

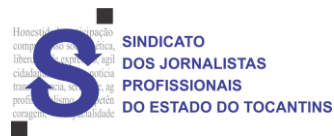
Este estudo será desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e pesquisa aplicada. A pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet (GIL, 2002, p. 41). A pesquisa aplicada refere-se ao estudo científico que busca solucionar problemas práticos. Esse tipo de pesquisa é útil para encontrar soluções para problemas cotidianos. (GIL, 2002, p. 56) Neste caso, a pesquisa aplicada será utilizada para compreender a interferência do discurso utilizado nas redes sociais para a construção da identidade cultural dos internautas. Para tanto, será elaborado um instrumento de pesquisa, no formato de questionário semiestruturado, para coleta de dados junto aos participantes da pesquisa, internautas do *Facebook* e do *Instagram*.

Será exigido para os participantes da pesquisa a idade mínima de 18 anos, do sexo feminino e masculino, há pelo menos um ano nas redes sociais. A delimitação do número de participantes será de dez para o Instagram e dez para o Facebook, totalizando ao todo 20 participantes. Para análise dos dados coletados será feita a análise de conteúdo. O resultado final da pesquisa aplicada será uma dissertação para conclusão do estudo.

4. Resultados e discussões

A presente pesquisa pretende levantar discussões acerca dos novos hábitos da sociedade, bem como verificar a influência das redes sociais na construção da identidade cultural. Muitas pessoas aproveitam as redes sociais para alimentar o ego, outras como forma de trabalho e ainda para o objetivo inicial, que é para se relacionar com pessoas.

Neste espaço virtual sobressai-se quem posta a foto mais bonita, quem fala persuasivamente, quem está num lugar mais interessante e quem tem um padrão considerado fora do comum. Por isso, os perfis com maiores seguidores ou público são os de celebridades. As pessoas que aprenderam a utilizar a ferramenta e que tem algum conteúdo relevante para um nicho específico tornaram-se referência na área e desempenham papel de influenciadores digitais.



Como resultado desse novo hábito da sociedade temos as campanhas eleitorais, que souberam utilizar essa nova forma de comunicação. Nos últimos anos presenciamos dois candidatos que foram eleitos por suas campanhas feitas principalmente na internet. O reflexo atinge toda a população com acesso ou não à internet e inscrito ou não em redes sociais. Isso é uma forma clara do poder exercido pelas mídias digitais.

5. Considerações finais

É importante que se tenha uma sociedade digital alfabetizada. Não apenas no sentido de manuseio dos aparelhos, softwares e aplicativos. Mas no que tange a leitura do que se vê como o todo, incluindo os signos implícitos. Destaca-se no primeiro momento a interpretação da imagem, dos textos, legendas, das mensagens transmitidas nos vídeos e nos memes. Porém, o internauta deve interpretar o conteúdo como o todo. É preciso ir além das gargalhadas ao ver um meme em sua *timeline* ou ficar impactado com um textão acompanhado de uma bela imagem. É preciso estar atento a mensagem central.

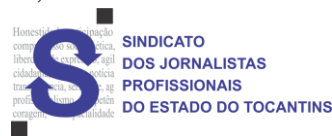
A publicidade é comum neste meio de comunicação. A questão é que nem todos percebem nas redes sociais quando estão sendo persuadidos ou influenciados digitalmente. O poder de persuasão ideológica deve ser discutido, tendo em vista a grande quantidade de grupos que usam as redes sociais para defender seus posicionamentos políticos, direitos das minorias ou questão de gênero.

A presente pesquisa pretende analisar os reflexos das mudanças que a sociedade tem enfrentado com o advento da internet e sua acessibilidade à grande massa. Está se construindo uma outra identidade perante os novos hábitos, o imediatismo da informação.

Referências

ADOLPHO, Conrado. **Os 8Ps Do Marketing Digital**: O guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: São Paulo, 2003.





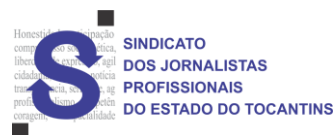
FACEBOOK BUSINESS. Disponível em:

<https://www.facebook.com/business/marketing/facebook>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4. Ed., São Paulo. Atlas, 2002.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMA, Emanuel Fonseca; WATSON, Carmen Soledad Aurazo de (Orgs). **Identidade e diversidade cultural na América Latina**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.



O PODER DO COURO: ANÁLISE DA REPORTAGEM VENCEDORA DO 17º PRÊMIO MASSEY FERGUSON DE JORNALISMO

Sebastião José Nascimento de Souza¹²⁹

Universidade Federal do Tocantins

Liana Vidigal Rocha¹³⁰

Universidade Federal do Tocantins

O presente artigo foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – Brasil (CAPES) –
Código de Financiamento 001_

Eixo Temático de submissão: Estudos do Jornalismo

Resumo

Este estudo tem por objetivo identificar a presença da multimídia na reportagem “O Poder do Couro”, do Portal Correio, vencedora da categoria multimídia do 17º Prêmio Massey Ferguson de Jornalismo. Para a realização da pesquisa, tomou-se como fundamentação teórico-metodológica o estudo de Salaverría (2014), no qual o pesquisador argumenta que um produto multimidiático deve apresentar oito elementos: 1) texto; 2) fotografia; 3) gráficos, iconografia e ilustrações estáticas; 4) vídeo; 5) animação digital; 6) discurso oral; 7) música e efeitos sonoros; 8) vibração. Para o desenvolvimento da análise, foi utilizado o método Análise de Conteúdo (AC), fundamentado em Bardin (2011). A investigação identificou a presença e a utilização de elementos multimídia na reportagem. Porém conclui-se que nem todos os elementos estão presentes e os apresentados não são explorados em sua total potencialidade.

Palavras-chave: Ciberjornalismo. Elementos multimídia. Jornalismo multimídia. Reportagem.

¹²⁹Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: sebastiaoascimentoc@outlook.com.

¹³⁰Docente do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia, do CNPq. lividigal@uol.com.br.

1. Introdução

A sociedade é multimídia. Esse é o argumento que, de acordo com Salaverría (2014), descreve a comunicação humana. Segundo o autor, os seres humanos percebem o mundo por meio dos cinco sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar, e, por este motivo, argumenta que é possível construir uma representação da realidade por meio de “encaixes informativos”, os quais são recebidos ao longo da vida. “Assim como para a maior parte dos seres vivos, o normal é receber a informação através de múltiplas vias” (SALAVERRÍA, 2014, p. 25).

Porém, não há limitação em apenas receber informação de maneira multissensorial; pois nos comunicamos desta forma. Ainda de acordo com Salaverría (2014), os humanos da era neolítica registravam mensagens visuais por meio de pinturas rupestres e petróglifos¹³¹. Desde o homem da caverna de Altamira e Lascaux, até os dias atuais, nossa espécie sempre foi uma comunicadora multimídia nata. Contudo, esta realidade se intensificou com avanço de tecnologias da informação, especialmente com o surgimento da *World Wide Web*, que foi criada com o intuito de ampliar o compartilhamento de conhecimento. Posteriormente com o desenvolvimento da Web. 2.0 essa prática se globalizou e democratizou a informação, permitindo a união de diferentes mídias em um só espaço, no caso, o ciberespaço.

No ciberespaço, o jornalismo se reinventou e reconfigurou-se, segundo a linguagem deste novo meio de comunicação, e passou a se denominar, por alguns pesquisadores da comunicação, como ciberjornalismo. É nesse momento também que os profissionais da área se adaptam às novas possibilidades proporcionadas pelo avanço da tecnologia. Para Levy (1999), a revolução tecnológica promoveu o aparecimento de um “ambiente cultural singular e universal” constituído por técnicas, práticas, modos de pensamento e valores.

Assim, percebe-se que o multimídia cerca nossa sociedade, como se fosse um “espírito” onnipresente. Isto é visível, sobretudo, em [...] profissões vinculadas à comunicação, que apresentam expressões como “empresas multimídia”, “marketing multimídia”, “jornalistas multimídia”, “dispositivos multimídia” e, claro, “informações multimídia” (SALAVERRÍA, 2014, p. 26).

¹³¹ Representações gravadas pelo homem em pedras ou rochas na era neolítica.

Diante deste cenário, pretende-se com este estudo analisar a reportagem “O Poder do Couro” do Portal Correio, vencedora da categoria multimídia no 17º Prêmio Massey Ferguson de Jornalismo, com o objetivo de identificar a utilização dos elementos multimídia apresentados por Salaverría (2014). De tal modo, parte-se de uma metodologia qualitativa, cuja pesquisa se classifica como básica, descritiva e com a análise de um objeto empírico.

2. Multimídia e jornalismo

Para Salaverría (2014, p. 27), existem três concepções que englobam o conceito de multimedialidade. A primeira “[...] se refere à coordenação logística de distintos meios de comunicação”. Trata-se dos casos em que meios distintos de uma empresa jornalística articulam a cobertura de um fato para alcançar um resultado em conjunto, ou seja, uma cobertura informativa multimidiática. Este tipo de modalidade, segundo autor, é denominado na comunicação como multiplataforma. Porém, “ambos aludem à mesma realidade: casos em que distintos meios coordenam as suas respectivas estratégias editoriais e/ou comerciais para conseguir um melhor resultado conjunto” (p. 27).

Outra concepção, muito comum no jornalismo é a utilização do termo “jornalista multimídia”. Este adjetivo aponta um novo perfil do jornalista que é caracterizado por acumular distintas funções que no passado eram realizadas por diferentes profissionais. Isso dá-se por múltiplos fatores como “a convergência das tecnologias digitais e a reconfiguração das empresas jornalísticas” (SALAVERRÍA, 2014, p. 27). Para Jenkins (2009), estes fatores se referem ao fluxo de conteúdo através múltiplas plataformas de mídia. Ou seja, a cooperação entre múltiplos mercados midiáticos.

A última concepção jornalística é a “linguagem multimídia” cujo conteúdo expressa-se “[...] efetivamente, através de um único tipo de linguagem – texto, som, fotografia... – ou através de vários tipos de linguagem em simultâneo. Quando o conteúdo se expressa através de um único tipo de linguagem, encontramos-nos perante um conteúdo *monomédia*” (SALAVERRÍA, 2014, p. 30). Assim:

Seguindo o mesmo critério, se combinarmos dois tipos de linguagem estamos perante um conteúdo *bimédia*; se forem três, *trimédia*, e assim sucessivamente. Segundo este critério, todos os conteúdos que contam com pelo menos dois tipos de linguagem associados entre si são, por natureza, *multimédia*. Dito de outro modo, qualquer mensagem que não seja *monomédia* é multimédia.

Esta nova realidade imposta pela cibercomunicação fez com que os comunicadores idealizassem novos modos de “expressão sincrética” (SALAVERRÍA, 2014), recorrendo a diversos tipos de linguagens.

Discutir sobre multimídia e suas especificidades, nos dias atuais, tornou-se quase um dogma no universo acadêmico, uma vez que muitos pesquisadores limitam o conceito de multimídia apenas a uma combinação de texto, som e imagens (SALAVERRÍA, 2014). Para o pesquisador a amplitude do conceito de multimídia pressupõe mais significados do consolidado no campo profissional e na academia. O autor descreve que a imprecisão na terminologia de multimídia, variantes conceituais, estão sendo discutidas, pois de fato, multimídia é mais que só combinação de texto, som e imagem, especialmente com a globalização de tecnologias da informação.

A popularização do termo multimídia se deu em virtude de a internet ter o potencial de oferecer uma plataforma de enorme versatilidade para a integração de formatos textuais, gráficos e audiovisuais. Não é, portanto, de estranhar que “após a irrupção da internet o conceito de jornalismo multimídia tenha alcançado especial protagonismo” (SALAVERRÍA, 2014, p. 32). Porém, não se deve cometer o equívoco de considerar a multimídia como produto da internet, visto que bem antes dos meios digitais, alguns meios (*stricto sensu*) já eram multimidiáticos, como os livros didáticos, que apresentam texto, imagem, gráficos, etc.

3. Metodologia

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os elementos multimidiáticos descritos por Salaverría (2014), na categoria Multimídia do 17º Prêmio Massey Ferguson de Jornalismo¹³². Para realizar a análise, foi escolhida a reportagem vencedora do ano de 2018: O poder do couro. Esse prêmio foi escolhido em virtude da sua consolidação no segmento e por apresentar uma categoria específica para o jornalismo multimídia.

Esta pesquisa é do tipo básica, com uma abordagem qualitativa do objeto em estudo. Para o desenvolvimento da análise foi utilizado o método Análise de Conteúdo (AC), fundamentado em Bardin (2011), que pode ser entendido como um conjunto de técnicas de

¹³² O prêmio de Jornalismo foi criado em 2001 em comemoração aos 40 anos da Massey Ferguson Brasil e destaca o talento e dedicação de profissionais e empresas de comunicação que contam a história da agricultura brasileira e a evolução do setor rural no país.

análise das comunicações, baseado no tipo de “fala” a que o pesquisador se dedica e do tipo de interpretação que se pretende de acordo com o objetivo, uma interpretação da realidade em que o objeto se encontra.

Como critério de análise foi estabelecido que a reportagem O Poder do Couro fosse investigada segundo o conceito de multimídia apresentado por Ramon Salaverría (2014). O pesquisador aponta que um produto multimídia deve apresentar oito elementos: 1) texto; 2) fotografia; 3) gráficos, iconografia e ilustrações estáticas; 4) vídeo; 5) animação digital; 6) discurso oral; 7) música e efeitos sonoros; 8) vibração.

4. Análise e resultados

O **texto** ainda é o elemento preponderante no ciberespaço, seja no ciberjornalismo ou não. Apesar de a narrativa multimídia “[...] ter dado especial realce aos formatos gráficos e audiovisuais, na era da internet o conteúdo textual continua a ser um elemento chave. É a coluna vertebral que sustenta e estrutura as peças informativas multimídia” (SALAVERRÍA, 2014, p. 34). Na reportagem em análise, o texto é um dos elementos chave. O Poder do Couro se caracteriza por ser uma grande-reportagem multimídia. Assim, o texto tem papel importante na narrativa. Pois, como descreve (SALAVERRÍA, 2014, p. 34), em um produto multimídia, o texto atua como elemento de “contextualização” e “documentação” por excelência, que “[...] informa o utilizador sobre os aspectos essenciais da informação que este tem diante de si, ao mesmo tempo que se apresenta como a via mais eficaz para oferecer dados complementares”.

É fato que a internet deu forte realce a imagem. A **fotografia** constitui como um dos principais elementos da narrativa multimídia, em todos os aspectos. “Talvez seja a fotografia – juntamente com o vídeo, como veremos – aquela que alcançou maior apogeu. As fotografias, como é óbvio, já eram bastante relevantes antes do aparecimento da internet (SALAVERRÍA, 2014, p. 34).

Além das fotografias que compõem o texto jornalístico, a internet possibilitou a publicação de ilimitadas fotos, na galeria de fotos, onde o jornalista, se desejar, pode publicar quantas fotos achar necessária para compor a narrativa. Um dos ganhos da fotografia no ciberespaço foi a proporção em quesito de tamanho, o que antes no impresso, era apenas

colocada de forma integrada ao texto jornalístico quase que em miniatura, o que é possível identificar na reportagem em estudo.

Foram identificadas 24 fotografias em O Poder do Couro. As fotografias apresentadas na reportagem têm papel importante na construção da narrativa, atuam como elemento ilustrativo ao texto verbal e também assumem narrativa própria, que auxiliam na construção no universo narrativo. Foi possível identificar a utilização de uma galeria de fotos interativa, um espaço em que foram apresentadas imagens sobre o assunto que não foram colocadas no corpo da reportagem, configurando-se em uma complementação.

Além da fotografia que tem expressivo destaque na web, os elementos icônicos (gráficos, iconografias e ilustrações) criados segundo ilustrações têm grande importância no ciberjornalismo. “Num meio que exige constantemente a participação do utilizador, permitindo uma navegação ativa, os elementos iconográficos são determinantes” (SALAVERRÍA, 2014, p. 35).

A reportagem em estudo apresenta apenas um gráfico. Todo o texto é apresentado de forma corrida, sem ícones. Há pouca interação na página que a reportagem é apresentada e não foi explorado o elemento ilustração. Portanto, a reportagem falha em apresentar estes elementos, o que para Salaverría (2014) é um problema, pois estes três elementos icônicos funcionam como sinais eficazes de tráfego que orientam o público sobre os itinerários que lhe são ofertados e acerca das ações que a cada momento podem realizar. O efeito de cada elemento orienta o público durante toda a navegação na web, especialmente nas páginas jornalísticas.

O vídeo é um dos elementos multimídia que mais ganhou destaque nos últimos anos na internet. Vivemos a era do protagonismo da imagem em movimento. “Desde que, a partir de meados da primeira década deste século, se popularizaram as primeiras páginas de publicação de vídeos, a utilização deste formato em qualquer tipo de páginas web multiplicou-se” (SALAVERRÍA, 2014, p. 35). Os cibermeios não foram estranhos ao “boom” do vídeo e utilizam este recurso para aumentar a dinâmica das páginas e, conseqüentemente, alcançar resultados satisfatórios em termos de audiência. No ciberjornalismo o vídeo adquire novas características que o diferencia de qualquer outro formato audiovisual produzidos para outros meios como a televisão.

A reportagem apresenta dois vídeos. O primeiro é apresentado como plano de fundo do título de abertura do produto, criando uma sensação de movimento. O segundo tem 6'54'' e traz uma narrativa que complementa o conteúdo abordado. Para (SALAVERRÍA, 2014, p. 35), o vídeo é um importante elemento multimídia, pois o público "pode interagir com o elemento, avançando ou retrocedendo as informações. Além disso, o vídeo pode apresentar as informações sobre o fato de forma mais dinâmica e também mais veloz.

A **animação** é um dos mais novos recursos utilizados para construir as informações multimídia e é criada por programas de computador. "Trata-se de imagens e ilustrações geradas mediante procedimentos informáticos, quer a duas, quer a três dimensões, às quais se acrescentam efeitos de movimento" (SALAVERRÍA, 2014, p. 36), em um produto multimidiático.

Este elemento é bem pouco utilizado no ciberjornalismo diário, mas é muitas vezes utilizado em informações multimídia que não necessitam tanta urgência na sua propagação, como no caso de reportagens em profundidade. No quesito interatividade, a reportagem O Poder do Couro é bem interativa, já que é um longo formato e para não ficar cansativa foram apresentados recursos computacionais que permitem esta sensação. Na imagem abaixo a animação foi construída para causar uma sensação de movimento, visto que ao rolar a página os números dos gráficos se alteram.

Imagem 1 – animação gráfica



Fonte: Portal Correio

Já "[...] o som é um elemento multimídia que quando utilizado corretamente acrescenta bastante valor às informações digitais. Não raras vezes, o som utiliza-se em conjunto com o vídeo mediante peças audiovisuais" (SALAVERRÍA, 2014, p. 36). Este pode atuar como elemento isolado como "formato comunicativo". Para Salaverría (2014), há distinções entre som e áudio, pois podem ser compreendidas como duas modalidades diferentes. "Por um lado,

o discurso oral e, por outro, a música e os efeitos sonoros. Ambas as modalidades se utilizam de forma bastante diferente nos conteúdos multimídia e, como tal, acreditamos que é pertinente diferenciá-las” (p. 36).

Na reportagem O Poder do Couro este elemento é utilizado das duas maneiras que o pesquisador descreve acima, tanto “voz off” quanto acompanhadas pelo som das suas palavras. Porém, a voz do entrevistado é o fio condutor da narrativa.

“Além do discurso oral, existem outros formatos áudio bastante comuns nas peças multimídia, tais como a música, os efeitos sonoros e o som ambiente. Estes elementos acentuam a intensidade emocional e acrescentam veracidade àquilo que se mostra através das imagens.” (SALAVERRÍA, 2014, p 37). Na reportagem, este elemento é utilizado apenas uma vez em que o personagem de um dos vídeos o entrevistado toca e canta e enquanto isso imagens de panos de fundam são apresentadas para contextualizar a produção do couro. “De fato, a música e os efeitos sonoros constituem um recurso relevante para todos aqueles que desejem elaborar um conteúdo multimídia de qualidade (SALAVERRÍA, 2014, p. 37).

Salaverría (2014) acrescenta a vibração como um último elemento que integra a linguagem multimídia. Para o pesquisador, há uma falta de interpretação de produtores de conteúdos multimidiáticos, pois muitos não consideram a vibração como um elemento disponível para compor a narrativa jornalística.

Porém, “[...] é obrigatório reconhecer que nos dispositivos móveis atuais a vibração faz, indiscutivelmente, parte das modalidades de transmissão informativa”. Não foi possível identificar este elemento na reportagem em estudo. Visto que “Apesar da vibração ser um elemento técnico bastante comum na atualidade, o seu uso enquanto meio informativo é praticamente inexistente” (SALAVERRÍA, 2014, p. 38).

5. Considerações finais

Para Salaverría (2014), compor eficazmente a narrativa multimídia implica coordenar tipos de linguagem ou formatos que tradicionalmente se manipulavam em separado. Até há bem pouco tempo, a escrita, a linguagem fotográfica, a criação sonora e a narrativa audiovisual seguiram caminhos independentes, mas esta realidade vem se transformando devido ao surgimento de tecnologias aliadas a comunicação.

Com este estudo, conclui-se que a reportagem O Poder do Couro configura-se como um produto multimidiático e se enquadra no conceito apresentado por Salaverría (2014), visto que apresenta a combinação de mais de um tipo de linguagem em apenas uma mensagem. Com esta investigação foi possível identificar a utilização de sete elementos na reportagem. Somente o elemento vibração não foi apresentado. Entretanto, dos elementos identificados, percebe-se que estes não foram explorados em sua potencialidade como um produto para web necessita, porque percebe-se uma certa limitação na utilização destes elementos. Os elementos texto e fotografia tiveram destaques na reportagem.

Contudo, o profissional multimídia deve explorar o potencial comunicativos que as novas tecnologias proporcionam a arte de contar histórias, pois a internet “[...] necessita contar com excelentes dotes de escritor e com grandes aptidões para a narrativa gráfica e audiovisual” (SALAVERRÍA, 2014, p. 33).

Referências

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. **Notícias e Mobilidade. O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis, Covilhã, PT, Livros LabCOM**, p. 33-54, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Aleph, 2015.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 2010.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. 2003.

RIBAS, Beatriz. O contexto digital e os gêneros jornalísticos: considerações sobre a retórica da narrativa na web. **IV ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM JORNALISMO**, v. 4, 2006.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. **Webjornalismo**, v. 7, p. 25-52, 2014.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel. Conteúdos digitais multimídia: o foco na usabilidade e acessibilidade. **Ciência da informação**, v. 33, n. 2, 2004.

O TELEJORNALISMO NO TOCANTINS EM TRÊS MOMENTOS: LINGUAGEM, HISTÓRIA E TÉCNICA

Adriano Nogueira da Fonseca¹³³
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Eixo Temático de submissão: Estudos sobre a comunicação audiovisual: Rádio, TV e Cinema.

Resumo

O presente trabalho tem a intenção de contribuir com as discussões da necessidade de buscar alternativas inovadoras para se fazer televisão. A partir dos conceitos teóricos iremos analisar o Bom Dia Tocantins, também conhecido pelas iniciais – “B-D-T”. Esse é maior telejornal, em tempo de produção, com notícias do Estado. São duas horas de notícias locais. Começa às seis da manhã e segue até oito da manhã. O noticioso matinal pertencente a grade fixa da TV Anhanguera, emissora que faz parte da principal empresa de comunicação das regiões Norte e Centro-Oeste e é afiliada da TV Globo. O principal objetivo do estudo, que segue em construção, é mostrar como se deu a trajetória do telejornalismo tocantins a partir desse noticioso em um recorte de três períodos distintos inseridos em vinte anos: 1998, 2008 e 2018 analisando a linguagem, a história e a técnica no maior telejornal do Estado do Tocantins cumprindo justamente o papel que a ciência busca, conforme Targino (1995, p. 12), que é de desvelar e compreender a natureza de fenômenos. Espera-se entender a trajetória e provas que as novas tecnologia influenciaram a forma de produzir e apresentar o telejornal.

Palavras-chave: Comunicação. Linguagem. Técnica. Telejornalismo. Televisão.

1. Introdução

O trabalho do jornalista de televisão precisou se reinventar por causa dos constantes avanços tecnológicos aliados à convergência midiática e ao comportamento do telespectador que, além de consumir notícia, passou a contribuir com a produção de conteúdo. É o cenário contemporâneo que vem exigindo profissionais e telejornais multiplataformas a partir de novos processos que vêm se aprimorando desde o primeiro telejornal, exibido no início da década de 1950. “Daquela data até hoje, o telejornalismo foi conquistando o público brasileiro e se adequando às novas tecnologias e às necessidades do público-alvo” (MELLO, 2009, p. 1). E para envolver o público, de acordo com Kevin Moloney (2011), os jornalistas devem lançar mão de todo tipo de ferramenta disponível, novas ou velhas mídias e das redes sociais.

¹³³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: fonseca.adriano@uft.edu.br.

Para fortalecer o telejornalismo participativo, os noticiosos têm se utilizado da convergência tecnológica, incluindo os princípios da Narrativa Transmídia de Henry Jenkins (2009), como apresentar a notícia em pequenas partes e divulga-las também por meio de outras plataformas. Um exemplo disso é exibir, na sequência de uma reportagem, infográficos com informações complementares, uma entrevista ao vivo com um especialista contando com a participação do telespectador – pelo telefone, *WhatsApp* ou aplicativos da emissora e, ainda, abrir espaço para continuar a discussão do assunto na página do telejornal na internet, além de responder dúvidas pelas redes sociais.

A partir do conceito de Jenkins, uma das características importantes da Narrativa Transmídia defendida por Scolari (2009) é não apenas reproduzir, repetir ou adaptar a linguagem entre as mídias, mas complementar a notícia apresentada entre as plataformas, o que deve contar com a colaboração dos *prosumidores*, consumidores que produzem conteúdo, para sua construção.

Pode-se dizer que o jornalismo satisfaz as duas condições que caracterizam narrativas crossmedia: estamos na presença de uma história que é contada através de várias mídias (web, RSS, blogs, rádio, televisão, imprensa impressa, etc.) e por sua vez é enriquecida com as contribuições dos usuários (blogs, comentários, tweets, telefonemas, cartas ao editor, etc.) (SCOLARI, 2011, p. 28).

Essa nova forma de fazer jornalismo, utilizando-se de outras mídias, tem gerado transformações nas redações, e reforçado a conjuntura de Ramón Salaverría (2009) no conceito em que defende a Convergência Jornalística – que vai além da integração de redações (rádio, jornal, tv, internet), mas da necessidade da formação do profissional multiplataforma – um jornalista que trabalha no jornal impresso deve entender, por exemplo, o funcionamento das ferramentas de edição de áudio e de vídeo.

O presente trabalho tem o objetivo de estudar o percurso histórico do telejornalismo no Estado do Tocantins, por meio da análise do telejornal Bom Dia Tocantins, que recentemente também passou a ser chamado a partir das iniciais – “B-D-T”. A análise será feita em um recorte de três períodos em um intervalo de vinte anos: 1998, 2008 e 2018 – avaliando linguagem, história e técnica. O Bom Dia Tocantins é o maior telejornal, em tempo de produção, com notícias do Estado. São duas horas de notícias locais. Começa às seis da manhã e segue até oito

da manhã. O noticioso matinal pertencente a grade fixa da TV Anhanguera, emissora que faz parte da principal rede de comunicação das regiões Norte e Centro-Oeste pertencente ao Grupo Jaime Grupo e é afiliada da TV Globo.

2. Novos eixos do Telejornalismo

Os telejornais têm passado por processos frequentes de mudanças na maneira de levar as notícias ao público inserido nas mais diversas plataformas. Na era da convergência, o telejornal deixou de ser exibido apenas na televisão; está presente em outras mídias e nas redes sociais, fomentando o jornalismo colaborativo, conteúdo produzido com ajuda também dos telespectadores. De acordo com Cavalcanti e Rocha Neto (2014) é impossível interromper a participação do leitor/telespectador na produção da notícia.

É um caminho sem volta. As redes sociais permitem que qualquer pessoa produza informação, independente se ela está ligada a algum veículo de comunicação ou se tem conhecimento jornalístico. O desenvolvimento dos meios eletrônicos e a digitalização do conteúdo permitiram que este continuasse sendo desenvolvido por qualquer um, em qualquer lugar, independente de línguas, fronteiras e formação. Com a internet, os indivíduos são estimulados a criar conteúdo e a propor aos outros internautas que criem também (CAVALCANTI; ROCHA, 2014, p. 66).

Para Jenkins (2008), a atual convergência é uma oportunidade para as empresas de comunicação se reinventarem. A proposta é que essas organizações não se tornem dependentes exclusivamente de notícias produzidas por um setor de jornalismo, mas que contem com colaboradores/espectadores externos que ajudarão nessa produção de conteúdo.

Ainda nesse sentido, Lemos (2014) afirma que os cidadãos passaram a utilizar as tecnologias das quais fazem uso de modo mais intuitivo, trocando experiências. A partir disso se criou um campo favorável para que as pessoas se tornassem agentes atuantes na rede com reflexos no jornalismo. Isso vai ao encontro do que defende Rocha (2015) em relação às mudanças nas fontes jornalísticas, e o papel do celular nesse processo de envio de informações. “Agora são milhões de fontes, pois qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode ser uma testemunha e fazer um registro” (ROCHA, 2015, p. 50).

Assim, o estudo, que ainda segue em produção, responderá o seguinte problema: Como ocorreram as mudanças e as adaptações no noticioso matinal "Bom Dia Tocantins" (TV Anhanguera/TO) a partir do recorte de três períodos distintos inseridos em vinte anos: 1998, 2008 e 2018. A escolha dos anos se dá em função dos arquivos disponíveis para a análise.

3. Metodologia

A metodologia deste trabalho se constituirá em uma pesquisa qualitativa, uma investigação científica que analisa subjetivamente o objeto. A mídia analisada é o telejornalismo, por ser campo de atuação profissional do pesquisador. A proposta é explicar o porquê de determinadas ações, sem se preocupar em quantificar ou submeter há algum tipo de prova. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Quanto à natureza, será utilizada a pesquisa básica que, para Gerhardt e Silveira (2009), tem por objetivo a geração de novos conhecimentos, que serão úteis para o avanço da ciência, mesmo que sem aplicação prática. Para Rudio (2007), a pesquisa será descritiva porque propõe um estudo detalhado, com coleta de dados, análise e interpretação sem interação ou envolvimento do pesquisador.

Estudando o fenômeno, a pesquisa descritiva deseja conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam (...). Os dados obtidos devem ser analisados e interpretados e podem ser qualitativos, utilizando-se palavras para descrever o fenômeno (como, por exemplo, num estudo de caso) (RUDIO, 2007, p. 71).

Também haverá pesquisa documental, em acervos do Centro de Documentação e Informação da emissora, de empresas especializadas em clipagem eletrônica, além de entrevistas e técnicas da observação e bibliográfica. O levantamento de títulos e publicações nortearam o trabalho científico. Boccato (2006) destaca que a pesquisa bibliográfica busca a resolução de uma hipótese por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.

Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266)

A partir da conclusão da revisão de literatura será feita uma análise das edições exibidas do Bom Dia Tocantins nos anos de 1998, 2008 e 2018 – representados – a seguir – por trechos das vinhetas a partir de cada ano analisado, como segue:

Figura 1

Descrição: Vinheta de abertura em 1998

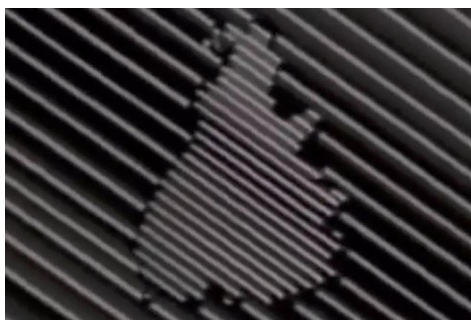


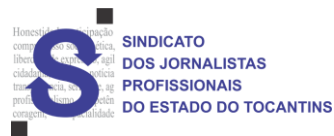
Figura 2

Descrição: Vinheta de abertura em 2008



Figura 3

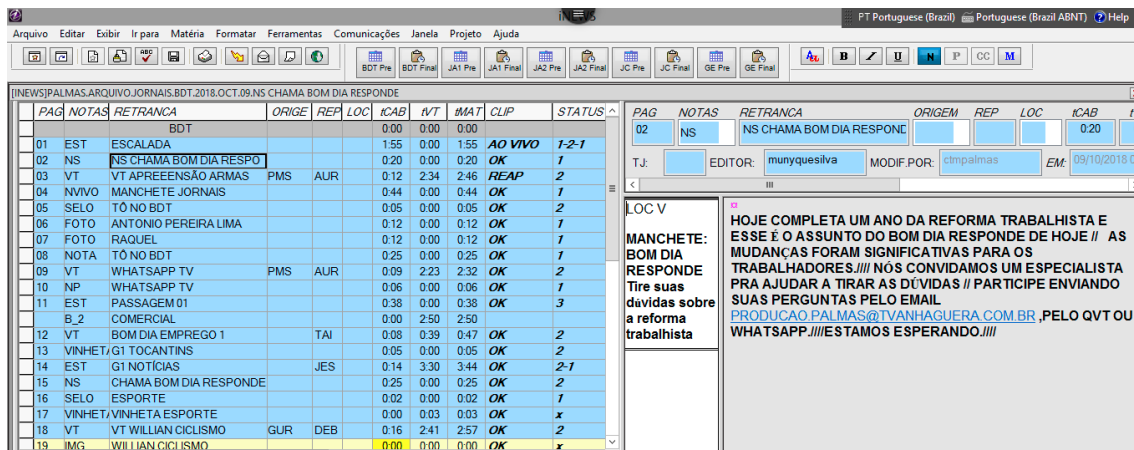
Descrição: Vinheta de abertura 2018 e atual





Fonte: TV Anhanguera/TO – afiliada TV Globo

Portanto, propõe-se analisar quatro edições de cada mês – uma por semana – dos anos pesquisados, totalizando 144 edições (cerca de nove mil minutos de gravações exibidas) incluindo os espelhos – uma espécie de cronograma, com previsão de exibição de reportagens, notas, entradas ao vivo, participação do telespectador, quadros, encerramento – conforme figura 4:



PAG	NOTAS	RETRANÇA	ORIGEM	REP	LOC	ICAB	IVT	IMAT	CLIP	STATUS
01	EST	ESCALADA				0.00	0.00	0.00		
02	NS	NS CHAMA BOM DIA RESPO				1.55	0.00	1.55	AO VIVO	1-2-1
03	VT	VT APREENSÃO ARMAS	PMS	AUR		0.20	0.00	0.20	OK	1
04	NVIVO	MANCHETE JORNAIS				0.12	2.34	2.46	REAP	2
05	SELO	TO NO BDT				0.44	0.00	0.44	OK	1
06	FOTO	ANTONIO PEREIRA LIMA				0.05	0.00	0.05	OK	2
07	FOTO	RAQUEL				0.12	0.00	0.12	OK	1
08	NOTA	TO NO BDT				0.25	0.00	0.25	OK	1
09	VT	WHATSAPP TV	PMS	AUR		0.09	2.23	2.32	OK	2
10	NP	WHATSAPP TV				0.06	0.00	0.06	OK	1
11	EST	PASSAGEM 01				0.38	0.00	0.38	OK	1
12	VT	BOM DIA EMPREGO 1			TAI	0.00	2.50	2.50	OK	2
13	VINHETA	G1 NOTÍCIAS			JES	0.05	0.00	0.05	OK	2
14	EST	G1 NOTÍCIAS				0.14	3.30	3.44	OK	2-1
15	NS	CHAMA BOM DIA RESPONDE				0.25	0.00	0.25	OK	2
16	SELO	ESPORTE				0.02	0.00	0.02	OK	1
17	VINHETA	VINHETA ESPORTE				0.00	0.03	0.03	OK	1
18	VT	VT WILLIAN CICLISMO	GUR	DEB		0.16	2.41	2.57	OK	2
19	IMG	WILLIAN CICLISMO				0.00	0.00	0.00	OK	1

LOC V

MANCHETE: HOJE COMPLETA UM ANO DA REFORMA TRABALHISTA E ESSE É O ASSUNTO DO BOM DIA RESPONDE DE HOJE // AS MUDANÇAS FORAM SIGNIFICATIVAS PARA OS TRABALHADORES./// NÓS CONVIDAMOS UM ESPECIALISTA PARA AJUDAR A TIRAR AS DÚVIDAS // PARTICIPE ENVIANDO SUAS PERGUNTAS PELO EMAIL PRODUCAO.PALMAS@TVANHAGUERA.COM.BR ,PELO QVT OU WHATSAPP.///ESTAMOS ESPERANDO.///

Figura 4

Descrição: parte do espelho do Bom Dia Tocantins – edição do dia 09/10/2018

Fonte: TV Anhanguera/TO – afiliada TV Globo

A proposta dessa análise é de verificar a linguagem, o aprofundamento da notícia, a utilização dos recursos tecnológicos dentro do telejornal e como se deu a participação do telespectador dentro dos três recortes no período de vinte anos. As informações obtidas serão tabuladas e esse resultado servirá para que seja feito um comparativo entre os três anos pesquisados. Com isso, espera-se observar como a notícia era apresentada para o público, a participação e se existia algum tipo de interação do telespectador e como se deu a transformação do telejornal com o advento da tecnologia.

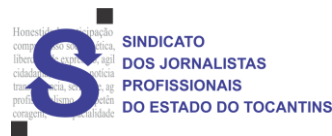
Ainda na etapa de análise, será traçado o perfil do profissional que trabalhou no telejornal em cada ano pesquisado através de aplicação de entrevistas, com perguntas abertas e fechadas, junto aos editores-chefes, apresentadores, editores de texto, repórteres, repórteres cinematográficos, editores de imagens, gerência de jornalismo e direção de jornalismo que eram responsáveis pelo conteúdo do telejornal em cada um dos três anos analisados. Com os dados compilados espera-se entender o reflexo das mudanças na rotina desses profissionais a partir da convergência midiática e de conteúdo. A execução dessa etapa seguirá um roteiro semiestruturado que, para Duarte (2006), é a possibilidade de formar, a partir daí uma estrutura para comparar, analisar resultados, e sistematizar as informações transmitidas pelos entrevistados. Essas entrevistas serão feitas por e-mail, *WhatsApp*, e ainda pessoalmente, a partir da disponibilidade e acesso do profissional, já que alguns deles estão vivendo fora do Estado ou até mesmo do país.

A pesquisa levará em consideração conceitos aplicados por Lopes (2003) no que diz respeito a reconstrução da realidade a partir da coleta de provas e evidências para a reprodução de fenômenos. Também foi utilizada análise de conteúdo seguindo os estudos de Bardin (2011).

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Partindo da proposta de Lopes (2003) os procedimentos metodológicos desta pesquisa serão divididos em quatro fases começando pela definição do objeto, seguido pela observação, depois a descrição, finalizando pela interpretação. Essa etapa converge com a análise de conteúdo na visão de Bardin (2011), que começa pela pré-análise, com a escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos para a pesquisa para que se consigam subsídios que permitam a interpretação final; na sequência haverá a exploração do material, onde são aplicadas técnicas a partir dos objetivos e por fim pelo tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4. Considerações finais



Quando o estudo estiver concluído espera-se entender como as novas tendências do telejornalismo têm influenciada a trajetória do Bom Dia Tocantins – o maior telejornal do Tocantins. Uma análise inicial, enquanto se fazia o levantamento para subsidiar o trabalho, já aponta que o BDT é um telejornal que se propõe em discutir notícias de cunho político analítico, comunitário, informações de esporte, cultura, além de incentivar a interatividade a exemplo de quadros como “Notícias do G1”, “TÔ no BDT”, “Animais de estimação desaparecidos”, “BDT Responde”, “QVT – Quero Ver na TV” – que já incentivam a participação do público no envio de informações que serão exibidas ao longo do telejornal, além do *App WhatsApp*, que também oportuniza a interação dos telespectadores. Mudanças que ocorreram a partir da chegada das novas tecnologias e da necessidade da edição e do público de promover maior interação entre os telespectadores que também passaram a contribuir com a produção do conteúdo.

Referências

BALDI, Vania (Org.). **A insustentável leveza da Web. Retóricas, dissonâncias e práticas na sociedade em rede**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-76.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Org.). **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 7. Ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAVALCANTI, M. E. T. V.; ROCHA NETO, M. P. O uso das redes sociais na prática do Jornalismo Colaborativo. *Revista Quipus*, v. III, n. 2, p. 65-78, jun/nov 2014.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMONS, André. A crítica da crítica essencialista da cibercultura. In.: OLIVEIRA, Lúcia; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7. ed. São Paulo:

Loyola, 2003.

MELLO, J. N. **Telejornalismo no Brasil**. Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal. 2009.

MOLONEY, Kevin T. **Porting Transmedia Storytelling to Journalism**. Dissertação. Faculty of Social Science, University of Denver, Denver, 2011.

ROCHA, LIANA VIDIGAL. Mobilidade, convergência e hiperlocalismo no webjornalismo brasileiro. *Interin (UTP)*, v. 20, p. 43-65, 2015.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SALAVERRÍA, Ramón. Los medios de comunicación ante la convergencia digital. In: I Congreso Internacional de Cyberperiodismo y Web 2.0. Bilbao, noviembre, 2009. *Actas Bilbao: Servicio Editorial de La Universidad del País Vasco*, 2009, p. 11-13.

SCOLARI, Carlos A. *Hipermediaciones: elementos para uma teoria de la comunicación digital interactiva*. Barcelona, España, Editorial Gedisa, 2008.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da ciência da Informação como área de pesquisa. *Inf. Soc.*, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 12-17, 1995.

_____. *Narrativas Transmidiáticas: mundos de ficción y prosumidores en la ecología de los médios*. Apresentação de slide. 2010. Disponível em:
< <https://www.slideshare.net/cscolari/02-transmedia> >. Acesso em: 26 jan. 2019.

O USO DE METÁFORAS NA COMUNICAÇÃO COM O INCONSCIENTE

Rísia Sousa Lima¹³⁴

Centro Universitário Luterano de Ensino Superior (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa²

Centro Universitário Luterano de Ensino Superior (CEULP/ULBRA)

Eixo Temático de submissão: Trabalho Comunicação e Subjetividade

Resumo

O presente estudo objetivou investigar como se dá a utilização de metáforas, por terapeutas, na comunicação direta com o inconsciente de seus pacientes. Para tal, realizou-se uma pesquisa baseada na revisão sistemática de literatura, com levantamento de informações em fontes bibliográficas como livros e revistas científicas e em base de dados online, tomando o devido cuidado com procedência de fontes. Tendo em vista essa preocupação, foram selecionadas publicações relacionadas em sites de universidades e bases de dados representativas e idôneas como PubMed, SciELO, PePSIC e, por fim, Google Acadêmico. Como principal resultado observou-se a dificuldade em encontrar publicações específicas sobre a temática pesquisada, especialmente nas que atuam com o inconsciente.

1 Introdução

Sabe-se que o recurso das metáforas vem sendo largamente utilizado na filosofia, na religião e, mais recentemente, na psicologia para acessar emoções humanas e provocar um dar-se conta da realidade por parte dos ouvintes. É sabido, também, que os pacientes clínicos muitas vezes se utilizam de metáforas para comunicar algo que não conseguem expressar sobre si; os próprios sonhos são considerados linguagem inconsciente carregada de metáforas passíveis de interpretações.

Sabe-se que o inconsciente é um "domínio de estados psíquicos gerados pela repressão" (LOPARIC, 1999) e que há mecanismos de defesa agindo todo o tempo para impedir que conteúdos reprimidos venham à consciência, dificultando as associações necessárias pelo

¹³⁴ Jornalista e acadêmica de Psicologia do CEULP/ULBRA. E-mail: risiasl@gmail.com

² Comunicador social, professor no CEULP/ULBRA, mestre em Comunicação e Sociedade (UFT). E-mail: sonielson.davince@gmail.com

paciente. Considerando que lógica e emoções estão sempre entrando em conflito, quando o terapeuta fala à consciência apenas, pode esbarrar na censura moral e racional; nesse sentido, a comunicação que alcança as emoções é sempre mais efetiva por inabilitar, mesmo que provisoriamente, as instâncias moral e racional, provocando o rebaixamento do senso crítico e certa suspensão das defesas.

Considerando a hipótese de serem, as metáforas, recursos de linguagem capazes de falar diretamente ao inconsciente, deduz-se que podem ser utilizadas como recurso terapêutico para comunicação direta com o inconsciente, trazendo à tona emoções indizíveis e agonias impensáveis, dando a elas representação e sentido que tornam possível ressignificar vivências traumáticas anteriores. Nesse sentido, o presente estudo procurou identificar o que as abordagens que trabalham com o inconsciente dizem a respeito da utilização de metáforas pelo terapeuta na prática clínica.

2 Fundamentação Teórica

Magnanti (2000) aponta que a metáfora é a única capaz de abarcar em si as funções emotiva e conotativa da linguagem à medida que envolve persuasão, sedução, emoção e arte. Complementando, Mendes (2010) afirma que apenas a metáfora consegue reproduzir de modo original a expressão de sentimentos e emoções. “Se por um lado a palavra pode sustentar diversas metáforas, ela também pode servir para focar em um sentido dentre os vários possíveis” (IMANISHI, 2008, p. 136). Esse ponto se torna muito interessante para o entendimento da aplicabilidade das metáforas pelo terapeuta, visto que, dessa forma, é possível deixar livre ao analisando a atribuição de sentido, não forçando sua própria interpretação.

Com ênfase na *escutação*, Zanello (2007) diz que a metáfora que promove uma “redefinição de mundo”, sendo constitutiva do mundo do sujeito e não apenas um ato de fala, “por exemplo, uma paciente ao referir-se a si mesma como uma ‘leitoa gorda’, não está apenas falando sobre a sua gordura, mas de um modo de sentir-se e dispor-se em relação a si mesma.” (ZANELLO, 2007, p.133). Já Marques (2008), ao explicar a relação entre sentido e metáfora, aproxima-se da metapsicologia freudiana ao afirmar que

o sentido não se esgota em uma matriz de traços conceituais/cognitivos (significado). Na verdade, essa matriz é acrescida de uma intenção. A metáfora é, desta forma,

conjuntural. Tanto é assim que os modelos lógicos não conseguiriam descrever todas as dimensões do sentido... não existe um sentido único, nunca, em nenhuma frase, embora exista um sentido consensual muitas vezes. É só lembrar, por exemplo, o sentido das palavras cana, lixo, dos nomes de animais como veado, leão, galinha... enfim, qualquer palavra ou expressão dependerá do uso para efetivar sua significação. Dentro dessa mesma perspectiva, Verón (1980) defende que não devemos observar nos discursos quem fala ou com que intenção elabora, mas **como diz e sobre que bases o faz.** (MARQUES, 2008, p.10)

Para o autor, no nível do discurso a construção de sentido da metáfora depende das relações de sentido criadas entre as palavras. Mas, a metapsicologia freudiana vai além ao considerar que o sentido, além de se constituir nas relações estabelecidas na cadeia de representações, é o próprio objetivo e, também, o ponto de partida que promove a instituição de tais relações.

Costa *et. al.* (2015) relatam um caso em que o ciclo de repetições ao qual a paciente se sentia presa pôde ser rompido a partir do trabalho psíquico provocado pelas interpretações, a partir das metáforas constantes em seu discurso. Para as autoras, as transformações psíquicas da paciente foram possíveis através do uso de metáforas no processo psicoterápico. Nesse sentido, Medeiros (2007) acrescenta que “o trabalho do terapeuta é entender como o cliente se expressa metaforicamente, os recursos que ele já utiliza e usar isso a favor da terapia” (MEDEIROS, 2007, p.7).

Para Alves (1999), metáforas são particularmente adequadas nos casos de pacientes que “apresentam maior resistência às mudanças, ou naqueles casos em que a comunicação direta mostrou-se ineficaz” (ALVES, 1999, p.65). E, Rocha (2003) considera a metáfora “uma força criativa. Resignificando o passado, ela o recupera, abrindo-o para inúmeras outras possibilidades e significações” (ROCHA, 2003, p.99), sendo assim, pode facilitar a associação de uma nova representação na cadeia de pensamentos conferindo-lhe um novo sentido que ressignifique a situação vivenciada pelo paciente.

3 Metodologia do estudo

A presente pesquisa baseou-se em uma revisão sistemática de literatura, com finalidade básica, natureza qualitativa e caráter exploratório e descritivo. O processo deu-se em seis etapas: “(i) formular o problema, (ii) localizar e selecionar os estudos, (iii) avaliar a qualidade dos estudos, (iv) coletar dados, (v) analisar e apresentar os resultados, (vi) interpretar os

resultados” (CAIADO *et al*, 2016). A análise de resultados envolveu três etapas: 1) a pré análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados com base em inferência e interpretação. Utilizou-se da leitura flutuante, para escolha do material a ser analisado; e, então, da elaboração de indicadores por meio de recortes de textos.

Questões relevantes foram identificadas por deduções lógicas ou inferências obtidas a partir das categorias pré definidas, sendo feita leitura crítica e reflexiva e cruzamento das informações coletadas, observando convergências e divergências entre autores e a possível ausência de respostas para a questão central de pesquisa, apontando para a necessidade de novos estudos de aprofundamento em aspectos específicos.

4 Resultados

De início, a pesquisa em bases digitais focou apenas em algumas palavras chave como: comunicação com o inconsciente; metáforas e inconsciente; uso de metáforas na comunicação com o inconsciente. Mas, na ausência de dados, decidiu-se ampliar os termos de pesquisa. O mesmo ocorreu com a base de dados que, ao final, foi acrescentada de busca no Google Acadêmico, a fim de verificar mais incidências dos termos procurados nas 10 primeiras páginas apresentadas na busca.

Tomando como referência as bases de dados obteve-se: na SciElo um total de 880 resultados e 06 pré seleções; na PePsic, 600 resultados para 04 pré seleções; na PubMed, 09 resultados e nenhuma pré seleção; e na Google Acadêmico, 445.175 resultados, sendo 900 títulos verificados e 25 pré selecionados. Ao todo foram revelados 456.662 resultados na busca dentre todas as palavras chave, chegando a partir da leitura flutuante de títulos e resumos, a uma pré seleção de 29 artigos (após eliminação de reincidências) e à escolha de 08 destes para leitura preliminar, mediante a qual restaram 05 artigos a serem comparados: 02 de referencial teórico psicanalítico e 02 relativos à técnica ericksoniana e 01 tendo perspectiva mais filosóficas sobre a interferências das metáforas na clínica médica, usando para isso alguns referenciais psicanalíticos.

Boa parte dos textos pré selecionados e eliminados eram relativos às teorias da comunicação, voltados para a atividade publicitária, utilizando metáforas para comunicação com o inconsciente. Outros tratavam de comunicação, metáforas e terapias sem considerar o

inconsciente, tendo como base teórica abordagem Sistêmica, Behaviorismo, Abordagem Centrada na Pessoa, Biblioterapia, dentre outras.

Dentre os 05 textos analisados, os de abordagem psicanalítica tratam especificamente da utilização de metáforas em terapia infantil, tanto esses quanto os de base ericksoniana focam apenas nos benefícios do uso de metáforas, apenas um dos cinco artigos questiona os efeitos de sua utilização na clínica médica, se contrapondo aos demais.

5 Considerações finais

Nota-se uma clara ausência de estudos que tratem de forma objetiva a utilização das metáforas como recurso do terapeuta para falar diretamente ao inconsciente do analisando. O assunto é tratado, na maioria dos casos, de forma geral e pouco sistematizada nas terapias que consideram o inconsciente sendo que, em outras abordagens há estudos e proposições bastante objetivas sobre o mesmo assunto. Apresenta-se, portanto, uma lacuna teórica a ser preenchida, especialmente pelas abordagens mais clássicas como a psicanálise e a analítica.

Referências

ALVES, Lindoia M. C. **Metáforas como ferramenta terapêutica**. Pensando Famílias, 1, p. 62-68., 1999. Disponível em <<http://www.domusterapia.com.br/site/files/PF1B.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2019.

CAIADO, Rodrigo et al. **Metodologia de revisão sistemática da literatura com aplicação do método de apoio multicritério à decisão SMARTER**. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão e III Inovarse–responsabilidade Social e Aplicada. 2016. p. 1-20.

COSTA, Beatriz L. C.; BRASIL, Katia Tarouquella Rodrigues; ZANELLO, Valeska. **Metáforas em psicoterapia: expressão do conflito da relação entre mãe e filho na psicose**. Ágora (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 131-148, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982015000100131&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982015000100010>.

MAGNANTI, Celestina. **O que se faz com a linguagem verbal?** In: Linguagem em (Dis)curso; Tubarão Vol. 1, Ed. 1, (2000). Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/5bb708c0d3dd8668d471de06470d5555/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2037793>>. Acesso em 29 abr. 2019.

MARQUES, Luciana M. B.; ABRAHAM, Virgínia B. B. **A metáfora e a produção de sentido.** Rev. (Con)textos Linguísticos, v. 2, n. 2, p. 123-141, 2008. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5212/3896>>. Acesso em 29 abr. 2019.

MEDEIROS, Maurício B. H. de. **O uso de metáfora em psicoterapia: falando com o inconsciente.** Monografia apresentada no Centro Universitário de Brasília UNICEUB. Brasília, dez. de 2007. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2600/2/20342697.pdf>>. Acesso em 27 de abr. 2019.

MENDES, Paula. **Metáforas.** In: E-Dicionário de termos literários, 2010. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/metafora/>>. Acesso em 27 abr. 2019.

ROCHA, Zeferino. **Transferência e criatividade no tempo da análise.** Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 6, n. 4, p. 80-101, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142003000400080&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-47142003004007>.

ZANELLO, Valeska. **Metáfora e transferência.** Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 132-137, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000100017&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000100017>.

OS MANUSCRITOS NO NORTE DE GOIÁS: JORNALISMO COM GRAÇA E OUSADIA

Francisco Gilson Rebouças Júnior¹³⁵

Ruy Alberto Pereira Bucar¹³⁶

Eixo Temático de submissão: Estudos do Jornalismo

Resumo :

A história da imprensa tocantinense, em processo de construção (Bucar, 2017) terá que dedicar algum capítulo aos jornais manuscritos, que têm sido ignorados pelos estudos de mídia, mas que tem uma importância singular no contexto das comunicações no norte de Goiás que viria a ser o Tocantins. Esses periódicos, feitos à mão, classificados como imprensa artesanal (Sodré, 1983) integram um ordem comunicacional manuscrita (Barbosa, 2017) e que tem como principal característica a linguagem despojada e elevado senso de humor. Em muitos momentos os manuscritos foram mais audaciosos e causaram mais impacto na opinião pública que os tipográficos. É esta lacuna da história da imprensa do norte de Goiás que pretendemos preencher ao tentar desvendar o universo dos manuscritos do norte de Goiás.

Palavras-chave: Bens Simbólicos. Estado do Tocantins. Jornais Manuscritos. Norte de Goiás. Representação

1. Introdução

O complexo aparato de comunicação que o Tocantins dispõe atualmente como resultado direto das transformações operadas principalmente a partir da criação do Estado se torna difícil imaginar como era a comunicação na região norte de Goiás antes da criação do Estado. Durante

¹³⁵Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

¹³⁶ Mestrando em Comunicação e Sociedade PPGCom/UFT. Pós-graduado em Especialização em Ensino de Comunicação e Jornalismo Opaje/UFT. Graduado em Jornalismo UFG. E-mail: ruybucar@globocom.com.

quase 100 anos a imprensa dominou o cenário da produção jornalística como a única mídia no norte com lugar de fala da região (Ribeiro, 2017). A história dos jornais do norte de Goiás precisa contemplar os manuscritos, que guardam um pouco da memória deste período e que se prestaram múltiplos propósitos.

Eles surgiram em várias cidades como Porto Nacional e Pedro Afonso, tradicionais polos de imprensa, mas também em Dianópolis e Cristalândia que nunca tiveram prelo, dentre outras, sem nenhuma relação direta com a imprensa tipográfica. Os manuscritos são conceituados como publicações alternativas, artesanais, de baixo custo e tiragem limitada (RIZZINI, 1977; SODRÉ, 1983; BARBOSA, 2019), produzidos muitas vezes com a utilização de recursos rudimentares, como relata Anna Brito Miranda, sobre a experiência de *O Colegial*.

Em dezembro de 1940, dois jovens estudantes Messias Tavares e Álvaro Maranhão Japiassú lançaram um jornal manuscrito – O Colegial, que chegou a circular com clichês confeccionados em casca de cajazeira. O pequeno jornal circulou 43 vezes, no período compreendido entre 1º de dezembro de 1940 a 9 de julho de 1942. (MIRANDA, 1973, p.52).

2. Fundamentação Teórica

A pesquisa tem como fonte de informação as narrativas dos jornais manuscritos e tem como referencial teórico Bourdieu (2017) tendo como base o seu conceito de trocas simbólicas e análise de conteúdo de Bardim (1977).

3. Metodologia do estudo

Pesquisa exploratória realizada a partir da leitura e pesquisa de exemplares e análise de conteúdo de Bardim(1977)

4. Resultados e discussões

Esses periódicos são considerados jornais porque difundiam notícias, ao seu modo, cumpriam a missão de informar, de fazer jornalismo. Um tipo de jornalismo bem próprio, em função das suas condições de produção.

Jornalismo epistolar, quase periódico ou periódico – geralmente semanal de acordo com os ordinários – variado e indiscreto, dispondo de um público resumido, mas ávido e crescente, não necessitava senão atravessar do diletantismo ao profissionalismo para encarrear no seu próprio e sôfrego destino de informar mais, mais depressa e a mais gente. (RIZZINI, 1977, p. 73).

Críticos, debochados e às vezes ferinos, mas sempre bem humorados. Os manuscritos faziam jornalismo com graça, ousadia e irreverência. Tratavam de assuntos corriqueiros, iam da política ao colunismo social, passando pela cultura e polícia. Eram admirados e odiados ao mesmo tempo. Eram mantidos basicamente com recursos da venda de assinaturas que mais que apoio financeiro estabelecia-se um vínculo de fidelidade de leitura que justificava a sua produção. Rizzini (1977) observa que assinatura garantiu a sobrevivência da informação escrita em momentos de cerceamento desta atividade.

Estudos revelam que o norte contou com um número considerável de jornais de variados formatos envolvendo diferentes meios de produção (COSTA, 2004; MACEDO, 2015; BUCAR, 2018). Este pesquisador encontrou pelo menos nove periódicos que se enquadram na ordem comunicacional manuscrita (Barbosa, 2017).

Relação de jornais manuscritos editados no norte de Goiás

Periódico	Circulação	Cidade	Editor
<i>A Luz</i>	1920	Pedro Afonso	Silvina de Souza Brito
<i>O Cordão</i>	1928/?	Porto Nacional	E. S. Portuense
<i>O Grito</i>	1930/1931	Dianópolis	Fianel
<i>A Vida</i>	1935/1935	Pedro Afonso	Redação anônima
<i>O Norte</i>	1935/1935	Pedro Afonso	Maria da Conceição Tavares
<i>O Brasil</i>	1940/1940	Pedro Afonso	Messias Tavares e Álvaro Japiassú
<i>O Colegial</i>	1940/1942	Pedro Afonso	Messias Tavares e Álvaro Japiassú
<i>Voz do Araguaia</i>	1958/1958	Cristalândia	Sebastião A. Oliveira e Alberto Pinheiro Lemos
<i>Terra Boa</i>	1972/1974	Dianópolis	Edilton Bartolomeu Silva, Benedito Pereira Lima e Antonio Costa Aires

O primeiro jornal manuscrito no norte de Goiás que se tem conhecimento é o mensário *A Luz* que teria circulado em 1920, em Pedro Afonso, fundado pela estudante Silvina de Souza Brito. Sobre este periódico encontramos apenas registro na obra de Miranda.

O primeiro jornalzinho escrito à mão – A LUZ – foi fundado pela estudante Silvina de Souza Brito, que circulou em 1920, quando a cidade de Pedro Afonso começava a renascer das próprias cinzas, como a fênix da lenda. A referida estudante era sobrinha e aluna da autora. (MIRANDA, 1973, p.51).

O segundo foi *O Cordão*, que surgiu em 1928, em Porto Nacional, tendo permanecido ativo pelo menos até 1929. Escrito em papel almaço com pauta, quatro páginas e pequena tiragem. No subtítulo vinha os dizeres, Propriedade e direção do E. S. Portuense. A assinatura do editor sugere a ideia de pseudônimo, uma maneira de mostrar que tinha dono e autoria, mas sem revelar, no entanto a identidade do responsável.

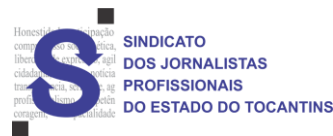
[...] o jornalzinho manuscrito “O Cordão”, confeccionado com todo esmero é um conjunto de boas ideias e é ainda um atestado vivo da intelectualidade da mocidade portuense. E assim pode ser considerado como responsável, vibrante, entusiasta, cívica, empreendedora e perseverante da mocidade desta bela Porto Nacional. (O CORDÃO, Nº 15, 1929).

As matérias não tinham título e seguiam uma coluna, passando para a seguinte e conforme o tamanho do texto virava a página. Os temas de pauta eram os mais variados possíveis, um pouco de tudo, uma miscelânea. O tom crítico e a linguagem despojada revelam o cotidiano da cidade com seus costumes e hábitos que não deixam de causar estranhamento. E revela o que os manuscritos tinham de melhor, a crítica aos costumes.

Em 1930 surge em São José do Duro, Dianópolis, o semanário *O Grito*, que circulou até 1931. Escrito em papel almaço com pauta, quatro páginas, duas colunas sem qualquer ilustração. Novamente a ideia de uso pseudônimo. Possivelmente devia tratar-se de uma estratégia para preservar a linha crítica sem enfrentar as ameaças que acompanhavam esse tipo de publicação. O pedido de desculpa de um colaborador pode nos ajudar a compreender melhor esse dilema.

<<Perdão>>

Tendo eu a ousadia de no Grito do dia 20 me utilizar de um nome para publicar um Acrostico, e como me conta que pessoas que tem o referido nome tenha ficado bastante amarrado, por isso venho por meio deste folheiro implorar-nos o perdão de tamanho atrevimento [...]. (O GRITO, Nº ? 1931).



Em Pedro Afonso os manuscritos surgiram antes dos tipógrafos e permaneceram com eles. Pelo menos cinco jornais manuscritos circularam na cidade, mesmo depois da chegada de um prelo. Ainda em 1935 surge *O Norte*, o segundo jornal editado por uma mulher. Maria da Conceição Tavares, que bem pode merecer o título de pioneira da imprensa de Pedro Afonso.

No final dos anos 40, dois jovens estudantes – Messias Tavares e Álvaro Japiassú – que tinham acabado de concluir o ensino básico decidem empreender um projeto ousado. Editar um jornal para noticiar os acontecimentos da cidade. Talvez influenciados por *A Vida* e *O Norte* eles editam *O Brasil*, informativo juvenil bem humorado. Uma nota de rodapé, sem título chama atenção para a missão do periódico. “Estamos trabalhando com todo o esforço para acendermos uma luz que aclare o espírito de todos e esta luz é o saber.” (*O BRASIL*, Nº38, 1940).

O Terra Boa trazia como subtítulo, Informativo Educativo. Tendo como patrono João Terra Holmis. Era datilografado em papel de mimeógrafo que permitia a reprodução com melhor qualidade. Formato ofício, quatro páginas, duas colunas e recursos de ilustrações, assinadas por EB, o diretor administrativo Edilton Bartolomeu. O jornal contava com várias colunas que ajudava a separar os assuntos. O manuscrito mais famoso é *O Colegial*, fundado em novembro de 1940 pelos jovens estudantes Messias Tavares e Álvaro Japiassú, que se identificava como um veículo juvenil, humorístico e noticioso, que pretendia ser porta-voz de Pedro Afonso.

A sua entrada para o campo das letras pedroafonsinas contribuirá grandemente para o melhoramento literário e humorístico deste semanário que tem na pessoa deste ilustre estudante o seu mais incansável defensor. Portanto estamos agora mais corajosos para prosseguir na árdua jornada do jornalismo [sic]. (*O COLEGIAL*, Nº 29, 1941).

Ao menos cinco jornais manuscritos circularam na cidade, mesmo depois da chegada de um prelo

A partir de 9 de julho de 1942 o *Colegial* passa a ser impresso na gráfica do semanário *A Palavra* que foi adquirida pelos jovens editores. *O Colegial* era semanário, formato ofício, quatro páginas, três colunas e tiragem de 50 exemplares, que atendia a cota de assinantes. *O Colegial* pode ser considerado um manuscrito referência, já que conseguiu alcançar a versão tipográfica. O único manuscrito do norte de Goiás que conseguiu essa transição entre duas ordens de dois mundos moderno/antigo. Sobre o *Voz do Araguaia*, de Cristalândia, que surgiu

em 1958, só sabemos que era datilografado com a reprodução de um exemplar por vez, como o mecanismo de manuscrito. O *Terra Boa*, de Dianópolis circulou até 1973, tendo alcançado um padrão gráfico bem apresentável.

Jornais manuscritos são ignorados pelo estudo de mídia, mas tiveram sua importância na história da imprensa brasileira. Antecipou a tipografia e não cessou com a instalação da indústria gráfica. A Biblioteca Nacional mantém em seu acervo 22 desses periódicos. O título mais antigo presente nesta exposição é *A Careta*, de 1863.

Considerações finais

Os manuscritos do norte de Goiás eram contundentes nas críticas aos costumes, mas bebiam na mesma fonte do engajamento dos jornais impressos. A evidência de sua existência já era uma crítica à imprensa tipográfica tradicional. Esses jornais com sua postura irreverente e debochada também era uma crítica ao modelo da imprensa da época, formal e em linguagem “empolada”, no dizer de Sodré (1983). Um dado que os coloca em contraposição aos tipográficos. Enquanto os jornais tipográficos não abriam espaço para participação da mulher, os manuscritos eram produzidos por mulheres. Pelo menos três dos nove manuscritos catalogados por esta pesquisa foram criados e dirigidos por mulheres.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BARBOSA, Marinalva, Org. **Os manuscritos do Brasil: Uma rede de textos no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora EDUFF, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**/Pierre Bourdieu: introdução, organização e Seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão, Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 1997.

TAVARES, Messias. **Vozes do Tempo**. Goiânia. Gráfica e Editora Bandeirante, 2016.

PARA ALÉM DE UM MEIO DE TRANSPORTE: O ÔNIBUS E SUAS POSSIBILIDADES

Rosana Roseo Batista¹³⁷
Universidade Federal do Ceará

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares

Resumo

A discussão desenvolvida neste texto está centrada em analisar as possibilidades de entendimento sobre o ônibus, para além de sua característica principal como meio de transporte. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico com essa temática, além de pesquisas com palavras-chaves que se relacionam com o objeto proposto. Assim, recorreremos, principalmente, aos trabalhos da pesquisadora Janice Caiafa (2002) sobre os coletivos e discutimos à luz dos conceitos de lugar e não-lugar propostos por Marc Augé (1994). Dialogamos ainda com os estudos sobre cotidiano de Michel de Certeau (2012) e Maurice Blanchot (2007), e os relacionamos aos conhecimentos sobre lugares heterotópicos sugeridos por Michel Foucault (1986). Por fim, concluimos que as práticas interacionais cotidianas desenham e modificam as dinâmicas socioespaciais desses locais e que, devido à riqueza de possibilidades de análises dessa temática, a pesquisa carece de continuidade.

Palavras-chave: Cotidiano. Heterotopia. Lugar. Não-lugar. Ônibus.

1. Introdução

Os ônibus foram desenvolvidos fundamentalmente para suprir uma necessidade de locomoção pela cidade. De lá para cá, entretanto, por mais que ainda preserve sua finalidade original de transportar pessoas de uma parte a outra, já se evidencia outras funções sociais que exerce, principalmente nos grandes centros. Uma delas é a sua capacidade de promover a dispersão. Isso porque o ônibus possibilita aos usuários o afastamento de sua vizinhança, que lhe é familiar, corriqueira e confortável, ao passo em que permite o contato com diversas regiões citadinas e viabiliza a ocupação de espaços públicos (CAIAFA, 2002).

¹³⁷ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará, integrante do projeto de pesquisa Narrativas de Consumo de Cidades e bolsista Capes. E-mail: rosanappgcom@gmail.com.

Uma outra função social que o ônibus exerce é a democratização dos espaços da cidade, ao passo que a realiza, pois esta não existe sem mobilidade em suas ruas, avenidas, becos, vielas, etc. Como bem disse Janice Caiafa, a cidade não existe se toda movimentação ocorrer apenas em locais privados e já previstos, como shoppings centers e condomínios. Sendo assim, os transportes públicos possibilitariam a fuga a um sistema que visa a privatização do movimento¹³⁸ e efetivariam a existência da polis, ao mesmo tempo em que proporciona uma lógica interacional semelhante à que ocorre em ruas e praças, reunindo estranhos, o que “vai desencadear o potencial comunicativo do transporte público” (DELGADO, 2007, p. 34).

Esse potencial comunicativo se concretiza através da interação entre os usuários desses transportes públicos, sejam eles passageiros, trabalhadores das companhias de ônibus, performers, pedintes, dentre outros indivíduos facilmente encontrados nas viagens, e os estímulos comunicacionais nos ônibus são os mais diversos. Eles podem vir por parte dos usuários, das condições da viagem, das informações afixadas nas suas paredes e até mesmo das imagens da cidade que passam velozmente pelas janelas. Desde a hora que entramos, até a descida no ponto final da viagem, somos confrontados por inúmeras mídias escritas, faladas, palpáveis ou não, e emitimos também informações visuais, sonoras e táteis. Belchior diz que os ônibus são apenas meios de transporte até que sejam atribuídos a ele a condição de cenário para ações performáticas (BELCHIOR, 2010, p. 45). Assim, entendendo o ônibus também como uma plataforma de interações, nos sentimos à vontade de questionar seu entendimento como, exclusivamente, um meio de transporte.

2. Fundamentação Teórica

Antes de discorrermos sobre as possibilidades do ônibus, entendemos ser necessário nos debruçar sobre sua razão primeira de existir, o transporte de pessoas, e de como isso é tratado pelas lentes que teorizam a temática. Nesta perspectiva funcional, o coletivo funcionaria apenas como um local de passagem, e não como um destino final. Esse tipo de espaços, o antropólogo

¹³⁸ Ver Caiafa, 2002, p. 21.

Marc Augé vai classificar como não-lugares¹³⁹, pois eles seriam constituídos com fins de transporte, trânsito, comércio e lazer, onde a circulação ocorre de modo acelerado, e em que não a busca por eles como destinos finais, funcionando sempre como locais de passagem. Ele aponta os meios de transporte, os centros comerciais e as ruas como exemplos desse conceito (AUGÉ, 1994).

Em se tratando dos ônibus como não-lugares, a relação que possui com seus usuários é primariamente contratual e essa condição pré-estabelecida é sempre lembrada no momento oportuno. A catraca, o cobrador e a passagem a ser paga funcionariam, então, como lembretes dessa condição que, para Augé, impossibilita a criação de laços reais e criaria o que ele denomina como tensão solitária. Allan Mocellim vai concordar com essa ideia e acrescentar que nesses espaços a comunicação é indiferente e dirige-se a um homem mediano, que podem ser todos ou qualquer um (MOCELLIN, 2009). Isso pode ser evidenciado nas comunicações oficiais afixadas no interior dos coletivos, tais como “Não pare nos degraus”, “confira seu troco”, “obrigado por viajar conosco”, “assento preferencial”, dentre outros, que se dirigem a cada um ou a todos do mesmo modo, como se houvesse uma unidade.

Apesar de reconhecermos as características que fazem do ônibus um não-lugar, precisamos levar em consideração que os indivíduos que o utilizam não o fazem de modo passivo, mas que respondem aos mais variados estímulos comunicacionais evidenciados no espaço em questão, e que são essas respostas que modificam suas dinâmicas socioespaciais, fazendo dele também um lugar. Para Michel de Certeau, os lugares são “a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] e que implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 2012, p. 184), enquanto para Augé, eles “se completam pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores” (AUGÉ, 1994, p. 73), possuindo identidade, relações e história. Ao passo em que Certeau faz essa designação pela confluência de personalidades, Augé defende uma identidade própria dos ocupantes do espaço. Para Wesley Xavier, o lugar é uma parcela do espaço que possui identidade e o fornece significado e sentido a ele (XAVIER et al, 2012, p. 40).

¹³⁹ Ver Augé, 1994.

Essas definições dialogam com a realidade cotidiana das viagens de ônibus pela cidade, o que nos permite classifica-los, também, como lugares, pois em dados momentos a relação contratual e a comunicação indiferente é ultrapassada de alguma forma, e podemos conferir neles uma identidade, história e relações estabelecidas em seus espaços. Para alguns usuários, como um performer, por exemplo, que adentra no transporte coletivo em busca de plateia e donativos, local não é somente uma passagem, mas sim um destino final, o seu local de trabalho. Ali o artista se relaciona com os passageiros e com o recinto, sua atividade obedece à identidade espacial (barulhenta, movimentada, apertada, efêmera) e, involuntariamente ou não, ele se faz gravar na história daquelas viagens. Mesmo que os passageiros optem por não lhe darem atenção, aquele indivíduo modificou minimamente as relações socioespaciais daquele lugar, nem que tenha sido apenas para ele. Augé vai reconhecer que os espaços podem ser mistos, estar misturados, interpenetrados (AUGÉ, 1994), ao passo que Teresa Sá afirma que os não-lugares de uns podem ser os lugares de outros (SÁ, 2014, p. 213). Sendo assim, a leitura do espaço dependeria, então, do ponto de vista pelo qual estará sendo observado.

3. Metodologia do estudo

Essa pesquisa surgiu do estranhamento que se deu entre a realidade cotidiana vivenciada nas viagens de ônibus na cidade de Fortaleza, no Ceará, e os conceitos que apresentam esse ambiente como um espaço de passagem, em que seus usuários são passivos ou indiferentes aos estímulos comunicacionais que se apresentam. Assim, unindo a experiência do dia-a-dia dessas trajetórias com a necessidade de apresentar a riqueza de possibilidades existentes nesses percursos que cruzam toda a cidade, é que foi realizado um levantamento bibliográfico que abrangeu palavras-chave como ônibus, cotidiano, rotina e heterotopias. Para isso, a pesquisa se deu em dois momentos principais. Primeiro, recorremos aos autores clássicos que abordam esses temas, como Michel de Certeau, Maurice Blanchot, Janice Caiafa e Michel Foucault. Em seguida, buscamos nos periódicos da Capes o que havia de mais recente e relevante em pesquisas nesse mesmo viés sendo produzido pela comunidade acadêmica. Como critérios de busca no portal, estabelecemos um filtro de seleção do que foi publicado nos últimos 5 anos e apenas os artigos revisados por pares.

5. Considerações finais

Diante dessa discussão, podemos começar a pensar o ônibus para além de sua razão funcional. Ao transitar pela cidade, levando consigo milhares de pessoas todos os dias, ele aproxima realidades diversas e possibilita que a cidade, enfim, flua de maneira real, para além dos itinerários prescritos pelo capital, que visam o confinamento dos indivíduos por trás de muros de consumo e medo. Os transportes coletivos promovem, então, uma fuga ao cotidiano confortável da residência e da vizinhança ao aproximar estranhos, tal qual ocorre nos espaços públicos, como nas praças, por exemplo. Sua organização espacial interna e as condições encaradas em suas viagens, propiciam interação social entre os usuários de seus serviços e, a partir do compartilhamento de códigos comuns desse convívio, inicia-se todo um processo de alteração das dinâmicas imaginadas para este espaço.

Apesar disso, entendemos que a percepção de um espaço é pessoal e que, enquanto para uns as viagens trazem consigo todo um potencial de sociabilidade, para outros esses trajetos não ultrapassam sua proposta inicial de locomoção pela cidade. Sendo assim, reconhecemos que os lugares de uns podem ser os não-lugares de outros e que, para entendermos esses fenômenos, precisamos levar em consideração a observação do cotidiano dessas trajetórias, mesmo que saibamos que analisá-lo não é uma atividade fácil, pois a existência da rotina pressupõe que isso naturalmente por nós. Por fim, assumimos que a pesquisa ainda está em andamento e que, por isso, carece de maior aprofundamento teórico e prático, o que será realizado em trabalhos posteriores.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 1994.

BELCHIOR, Marcela. **Sacolejar no ônibus: deslizos da comunicação na performance em trânsito.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (PEPGCOS), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, p. 117. 2010.

BLANCHOT, Maurice. A fala cotidiana. In: _____. **A conversa infinita 2: a experiência limite**. São Paulo: Escuta, 2007. p. 235-246.

CAIAFA, Janice. **Jornadas urbanas. Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELGADO, Manoel. **Sociedades movedizas. Pasos hacia una antropologia de las calles**. Barcelona: Anagrama, 2007.

FOUCAULT, Michel. **“Of other spaces”**. Tradução: Pedro Moura. *Diacritics*, v.16, no.1. Baltimore, 1986.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições, 2013.

MOCELLIM, Alan. **Lugares, Não-Lugares, Lugares Virtuais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 6, no. 3, jan/jul, 2009.

SÁ, Teresa. **Lugares e não-lugares em Marc Augé**. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 26, n. 2, p.209-229, nov/2014.

XAVIER, Wescley Silva. et al. **O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar**. *R.Ad.*, São Paulo, v.47, n.1, p.38-50, jan/fev/mar, 2012.

PERDAS EM FUNÇÃO DO TRANSPORTE DE BOVINOS: O CASO DO ESTADO DO TOCANTINS

Alessandra Polastrini¹⁴⁰

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Lilian dos Santos Fontes Pereira Bracarense¹⁴¹

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Manoel Xavier Pedroza Filho¹⁴²

Embrapa Pesca e Aquicultura/Fundação Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Cultura, Economia e Desenvolvimento Regional

Resumo

A pecuária de corte é um dos mais importantes setores da economia do estado, todavia, perdas importantes são atribuídas a etapa do transporte dos bovinos até o abate. A pesquisa teve o objetivo de estimar as perdas em função do transportes de bovinos para o abate no estado do Tocantins. A pesquisa foi realizada no período de abril a novembro de 2018 e os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. As estimativas apontaram que a etapa do transporte pode ter provocado perdas significativas à cadeia da carne bovina. Também foi constatado que as malha rodoviária está bem aquém do almejado sendo que grande parte ainda permanece sem pavimentação ou com insuficiente manutenção. As perdas anuais foram estimadas entre 92 mil a 27,6 milhões de reais, o que deixa explícita a necessidade de melhorias nessa etapa da cadeia. O cenário atual do estado apresenta-se de maneira a perpetuar essas perdas pelos próximos anos se não houver mudanças que melhorem o transporte de bovinos.

Palavras-chave: Abate. Caminhão. Carne. Qualidade.

1. Introdução

A pecuária de corte é um importante setor econômico brasileiro, que movimentou mais de R\$ 504 bilhões em 2016, tendo quase dobrado o montante em menos de uma década e gerado milhões de empregos diretos e indiretos (ABIEC, 2017). O Brasil apresentou um rebanho

¹⁴⁰ Bacharel em Zootecnia, licenciada em Ciências Biológicas, especialista em Ensino de Ciências e Biologia e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional em nível mestrado (UFT). E-mail:polastrini.zootecnia@hotmail.com.

¹⁴¹ Bacharel em Engenharia Civil, Mestre em Engenharia de Transportes, Doutora em Transportes e professora da Universidade Federal do Tocantins. E-mail:lilianfontes@mail.uft.edu.br.

¹⁴² Bacharel em Engenharia Agrônoma, Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, Doutor em Economia pelo SupAgro/ França (2010), pesquisador em economia e gestão da inovação da Embrapa Pesca e Aquicultura e professor associado da Universidade Federal do Tocantins. E-mail:manoel.pedroza@embrapa.br.

efetivo de 219 milhões de cabeças no ano de 2016 que corresponderam a 13,8% do total mundial e possui o maior rebanho do mundo, sendo também o maior exportador de carne bovina (ABIEC, 2017). No referido ano foram 36,9 milhões de animais abatidos e mais de 9 milhões de toneladas de carne produzidas e, deste total, 20% foi exportado e 80% foi para consumo interno, que girou em torno de 36 quilos *per capita* (ABIEC, 2017).

O estado do Tocantins é uma das unidades da federação que se destaca pela sua tradição na produção de rebanho de corte, apresentando um efetivo de 8,6 milhões de cabeças em 2016 e mais de 1 milhão de animais abatidos por ano (SIDRA, 2019), sendo o município de Araguaína um Polo (Cluster Norte) de destaque na pecuária do estado.

Todavia, em função do território brasileiro apresentar grande extensão e as regiões de produção, abate e consumo serem dispersas espacialmente, os animais precisam ser transportados por longas distâncias, frequentemente em malhas viárias precárias, gerando maiores custos operacionais (ANDRADE et al., 2008; MAPA, 2016). O transporte do rebanho bovino nacional acontece principalmente pelo sistema rodoviário e em uma rede de 1,72 milhões de quilômetros de rodovias, sendo que, desse total, apenas 12,4% são pavimentados (CNT, 2017) e que geralmente apresentam piores condições em períodos chuvosos. Isso faz com que o tempo de viagem fique mais longo, os animais fiquem estressados, ocorra maior número de lesões provocando prejuízos importantes.

Conscientes da existência desses prejuízos causados pelos diversos fatores relacionados ao transporte de bovinos da fazenda até o abatedouro, pesquisas têm sido realizadas para conhecer melhor essa problemática (ANDRADE *et al.*, 2008). Diante do exposto, a pesquisa tem o objetivo de estimar as perdas em função do transporte de bovinos para o abate no estado do Tocantins.

3. Metodologia do estudo

A pesquisa foi realizada no período de abril a novembro de 2018 e a região analisada foi o estado do Tocantins. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa e quantitativa. O método aplicado foi o dedutivo e quanto à natureza em aplicada. Quanto ao objetivo, esta apresenta caráter exploratório. Os procedimentos utilizados para o estudo de caso foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, tendo sido adotado simultaneamente a observação assistemática de forma complementar às

entrevistas. O Quadro 1 apresenta parte da base bibliográfica que se constituiu no norte para a estimativa de perdas causadas em função do transporte de bovinos até o abate.

Quadro 1: Estudos relatando perdas econômicos decorrentes da etapa de transporte.

Nº de animais/carcças	Percentual de animais contundidos	Perda	Autores
121	45,5 a 100%	56,1 kg	Andrade <i>et al.</i> (2008)
209	88,5%	96,2 kg	Andrade, Silva e Roça (2009)
22.234	62 a 84%	1,67 a 3,17 lesões/animal	Pellecchia (2014)

Fonte: Os autores (2018).

Foi realizado o levantamento das plantas frigoríficas existentes no estado. Essa informação foi obtida por meio de entrevistas aos membros do Sindicato das Indústrias Frigoríficas de Carnes Bovinas, Suínas, Aves, Peixes e Derivados do Estado do Tocantins – SINDICARNES e também da unidade local do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA localizado no município de Palmas, capital do estado. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos grupos de profissionais das etapas de embarque na propriedade, transporte, desembarque e abate. O processo de amostragem adotado foi o sequencial e orientado. Os entrevistados perfizeram um total de 21 sendo: Dois pecuaristas, um vaqueiro, três motoristas de caminhão do tipo “truck”, representantes dos frigoríficos com SIF (dez), um veterinário e quatro zootecnistas.

Após construir uma base documental e bibliográfica com dados secundários sobre o número de animais abatidos (SIDRA, 2019), valor da arroba atualizado (CEPEA/ESALQ, 2018), condições de manutenção das rodovias (CNT, 2017), nível de perdas encontradas em carcaças bovinas decorrentes do transporte relatadas na literatura científica e localização dos frigoríficos com Selo de Inspeção Federal – SIF, foi realizada a estimativa de perdas financeiros seguindo o modelo proposto por Ferreira *et al.* (2010).

Estimativas do impacto das perdas econômicas à cadeia da carne bovina foram calculadas considerando os seguintes valores hipotéticos de lesão por animal: 0,1 kg; 0,5 kg; 1,0kg; 1,5 kg; 2,0 kg; 3,0 kg. Com o intuito de enriquecer a análise e proporcionar uma reflexão mais realista foram estabelecidos também diferentes percentuais de animais contundidos sobre

o total de bovinos abatidos no estado, ou seja, 1,02 milhões de cabeças. Para isso foram adotados percentuais hipotéticos de animais contundidos de 10, 30, 50, 70, 80 e 100%, que são percentuais comumente relatados em pesquisas na literatura científica nacional e internacional.

4. Resultados e discussões

A pesquisa evidenciou que existe uma localização estratégica dos frigoríficos com SIF no estado do Tocantins. Os frigoríficos estão localizados em municípios que tem um efetivo bovino maior ou próximos a estes. O rebanho bovino do estado está mais concentrado na região oeste e ao extremo sul do estado. Provavelmente isso ocorre devido às características climáticas, pedológicas e logísticas dessas regiões.

Com relação a malha rodoviária, foi constatado que os frigoríficos também estão localizados próximos à BR 153, que corta praticamente todo o estado de norte a sul. Os municípios que possuem frigoríficos com SIF são aqueles por onde a BR 153 passa, como Alvorada (1), Gurupi (1), Paraíso (2), Colinas (1), Nova Olinda (1) e Araguaína (4). Observou-se que o município de Araguaína possui o maior número de frigoríficos com SIF (quatro). A cidade apresenta um grande rebanho bovino e está próxima de regiões também grandes produtoras tanto do estado do Tocantins quanto do Pará.

Todas as plantas frigoríficas com SIF no estado se comprometem a transportar os animais da propriedade até o frigorífico para o abate, seja com veículo da própria ou terceirizado, geralmente em um raio de 100 a 150 km de distância do estabelecimento. Basicamente essas medidas são por questões econômicas, uma vez que o frete é oneroso, sendo a questão do bem-estar animal em si ainda pouco considerada nas tomadas de decisão.

A capacidade de abate das plantas frigoríficas analisadas ficou entre 300 e 750 cabeças/dia, segundo os entrevistados. Os animais abatidos são oriundos do estado e de estados vizinhos, em um raio de 100 a 150 km do frigorífico. Entre as dificuldades no transporte que foram informadas pelos entrevistados, as chuvas torrenciais frequentes que ocasionaram queda de pontes nas zonas rurais, atoleiros e buracos nas estradas pavimentadas ou não levam a um atraso na viagem, foi a mais citada.

O mercado *spot* para o boi gordo no país apresentou preços elevados no segundo semestre de 2018. Considerando que o valor médio da arroba no estado para o mês de novembro/2018 foi R\$ 135,00 (CEPEA/ESALQ, 2018), foram obtidos valores expressivos de

perdas econômicas pela remoção de tecidos contundidos/lesionados em bovinos decorrentes da etapa de transporte.

Os valores variaram de 92 mil reais, quando considerada a remoção de lesões de 0,1 kg em 10% do total de animais abatidos, a 27 milhões de reais, ao considerar que todos os animais abatidos apresentaram lesões e que estas pesavam em média 3,0 kg. O que se verifica é que tanto as estimativas subestimadas quanto as superestimadas são relevantes do ponto de vista financeiro, trazendo prejuízos aos produtores, frigoríficos e até mesmo aos consumidores, apesar de ser de difícil mensuração os impactos a estes últimos. O Quadro 2 mostra os valores referentes as estimativas.

Quadro 2: Estimativas de prejuízos em função do tamanho das lesões para dois valores no preço da arroba, com base no número de animais abatidos no estado.

Peso de lesão/cab.	Estimativas do percentual de perdas (R\$)					
	10%	30%	50%	70%	80%	100%
0,10	92.026	276.078	460.130	644.182	736.208	920.260,80
0,50	460.130	1.380.391	2.300.652	3.220.912	3.681.043	4.601.304
1,00	920.260	2.760.782	4.601.304	6.441.825	7.362.086	9.202.608
1,50	1.380.391	4.141.173	6.901.95	9.662.738	11.043.129	13.803.912
2,00	1.840.521	5.521.564	9.202.608	12.883.651	14.724.172	18.405.216
3,00	2.760.782	8.282.347	13.803.912	19.325.476	22.086.259	27.607.824

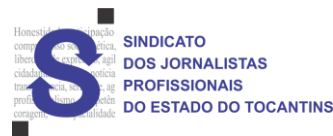
Fonte: Estimativa realizada pelos autores com base na literatura científica e baseado no modelo de Ferreira et al. (2010).

5. Conclusões

A pecuária de corte sofre prejuízos consideráveis em razão de falhas na etapa de transporte dos bovinos até o abate e o cenário atual do estado tende a perpetuar essas perdas pelos próximos anos, caso não haja uma mudança mais expressiva no modelo atual de transporte animal.

Mais estudos são necessários para que se possa quantificar com maior precisão as perdas atuais que a etapa do transporte de bovinos representa para a cadeia produtiva da carne.

Referências



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CARNE – ABIEC. **Perfil da Pecuária no Brasil: Relatório Anual. 2017.** Disponível em: <abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ANDRADE, E. N. *et al.* Ocorrência de lesões em carcaças de bovinos de corte no Pantanal em função do transporte. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 38, n. 7, p. 1991-1996, 2008.

ANDRADE, E. N.; SILVA, R. A. M. S.; ROÇA, R. O. Manejo pré-abate de bovinos de corte no Pantanal, Brasil. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 58, n. 222, p. 301-304, 2009.

BERTOLONI, W. *et al.* Bem-estar e taxa de hematomas de bovinos transportados em diferentes distâncias e modelos de carroceria no estado do Mato Grosso – Brasil. **Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 850-859, 2012

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. (2018). **Indicador do boi gordo Esalq/BM&FBovespa.** 2018. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/boi-gordo.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. (2017). **Anuário CNT dos Transportes: Estatísticas consolidadas 2017.** Disponível em: <<http://anuariodotransporte.cnt.org.br/2017/>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

FERREIRA, J. L. *et al.* Influência do manejo pré-abate na produção de carne bovina no município de Araguaína, Tocantins. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Garça, ano 8, 15, 2010.

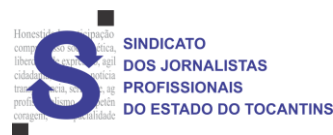
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Relação de estabelecimentos: Frigoríficos com Selo de Inspeção Federal (SIF) no estado do Tocantins.** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif/relatorios-sif-para-exportacao/tocantins>>. Acesso em: 15 set. 2018.

PELLECCHIA, A. J. R. **Caracterização do risco de hematomas em carcaças bovinas.** 2014. 78 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Câmpus de Jaboticabal, Jaboticabal, 2014.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. 2018. **SIDRA 2019.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CARNES DO TOCANTINS – SINDICARNES. **Quem somos.** 2018. Disponível em: <<http://www.sindicatodaindustria.com.br/sindicarnesto/quemsomos/>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS: *MODU OPERANDIS* DE FAZER CINEMA NO TOCANTINS



Thuanny Vieira Silva¹⁴³
Universidade da Beira Interior – UBI
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Eixo Temático de submissão: Estudos sobre a comunicação audiovisual: rádio, Tv e cinema

Resumo

O presente trabalho apresenta a trajetória das políticas públicas nacionais para o cinema/audiovisual e o impacto delas na produção cinematográfica do Tocantins. Os impactos mostrados levantam hipóteses, inclusive da interferência direta na formação da identidade da obra cinematográfica local.

Palavras-chave: Cinema. Políticas Públicas. Produção. Tocantins.

1. Introdução

O Estado do Tocantins é o mais novo da federação brasileira, embora com pouca idade a produção cinematográfica é relevante considerando os fatores: indústria, mercado e formação. O seguinte resumo apresenta a trajetória das políticas públicas nacionais para o audiovisual e como elas impactaram o fomento das políticas públicas estaduais para o setor. Além de influenciar o modo de fomento da produção de cinematográfica local, elas interferem diretamente nos formatos, na estética e na linguagem, fatores estes que delineiam a construção da identidade cinematográfica do Tocantins. Ademais de provocar interferências nos critérios artísticos da produção local, as políticas públicas afetam diretamente e em dois elos da cadeia cinematográfica, a Distribuição e Exibição, principais deficiências do tripé do cinema no Tocantins. Os dados apresentados neste trabalho foram levantados no ano de 2017 para a produção da minha dissertação de mestrado, intitulada *Palmas, eu longe gosto de tu!*, e atualizados em 2019 para IV Jornada Interdisciplinar PPGCOM/UFT.

2. Fundamentação Teórica

¹⁴³ Thuanny Vieira Silva está doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior em Portugal e professora convidada no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, Brasil. E-mail: thucavieira@gmail.com

No Brasil, as políticas públicas para o cinema remontam ainda à era Vargas (1930–1945). O primeiro marco legal de proteção ao cinema nacional data de 1932, com o Decreto-lei 21.240, que determinava a obrigatoriedade de um filme nacional nas salas de cinemas, nomeadamente curtas-metragens educativos, e mais tarde foi estendida para produções de longa-metragem (TIMES, 2013). Entre as décadas de 40 e 50 é que surgem as primeiras tentativas de uma indústria cinematográfica nacional (BAHIA, 2009, p. 21). Entretanto, devido ao estágio primitivo de industrialização, o surgimento da televisão e as estratégias agressivas das distribuidoras norte-americanas no país, elas vigoraram somente até a metade da década de 50 e início dos anos 60.

O período áureo do cinema brasileiro se iniciaria em 1969, com a criação da Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme), constituída inicialmente como uma distribuidora de filmes nacionais no exterior, rapidamente, a Embrafilme logo passou a ser responsável pelo financiamento de filmes de longa-metragem. Ações como a Lei Dobra e a fiscalização mais rigorosa das bilheterias e do cumprimento da cota de tela contribuíram com o melhor desempenho que o cinema brasileiro já teve. (IKEDA, 2010, 2013 e 2015)

O pior período até o momento para o cinema foi durante a crise política e econômica que se instalou no país entre a década de 80 e 90 refletiu diretamente no setor cinematográfico. A Lei Sarney de 1986 que dispunha sobre a renúncia fiscal e colocou a Embrafilme em ampla concorrência; denúncias de má administração e favorecimentos; e, por fim, a eleição de Fernando Collor de Mello em 1990, que extinguiu as leis de incentivo e os órgãos culturais, resultou no fechamento da Embrafilme, (TIMES, 2013, p.7).

O cinema voltou a reagir com Itamar Franco que assumiu a presidência e se mostrou favorável a cultura recriando o Ministério da Cultura, retomando a cota de tela, e aprovação da Lei 8.685/93, conhecida como a Lei do Audiovisual que em 1995 começou a surtir efeito no cenário cinematográfico do Brasil, e a partir desse momento foi tido como o período da Retomada do cinema brasileiro (IKEDA, 2015).

Em 2001 foi criado o Conselho Superior de Cinema (CSC), a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e a Secretaria do Audiovisual (SAV) com a edição da Medida Provisória - MP nº 2.228/01, constituindo a formação do tripé institucional do audiovisual por três órgãos estatais. Considerando que as políticas públicas para o audiovisual de âmbito nacional surtiram

efeito no Tocantins a partir dos anos 2000, convém referir a importância de programas como o DocTv, Programa Amazônia Cultural, Programa Mais Cultura e os Arranjos Regionais da Ancine, por meio do programa Brasil de Todas as Telas, para a produção cinematográfica local.

3. Metodologia do estudo

Para compreender os efeitos das Políticas Públicas no cinema local, se fez necessário o levantamento das obras cinematográficas do Tocantins e que circularam, completando os três elos da cadeia: produção, distribuição e exibição. No entanto, por não haver informações completas catalogadas a respeito de toda realização cinematográfica no Estado a primeira tarefa foi investigar, reunir, resgatar, valorizar e atualizar um conjunto de dados quantitativos e qualitativos. Para identificarmos quais foram as obras cinematográficas produzidas e que circularam, se fez fundamental o mapeamento e a inventariação de todos os filmes realizados desde a criação do Estado do Tocantins até ao presente momento.

Os filmes mapeados e catalogados neste trabalho obedeceram aos critérios de exibição e circulação. É válido destacar que foi considerado filme do Tocantins aqueles que foram gravados no estado com equipe composta por tocantinenses ou filmes de coprodução em que o realizador e parte da produção é tocantinense. Com a coleta de dados, foi possível fazer a reflexão, procurei conceituar toda a revisão teórica desta investigação a partir do conteúdo coletado e aplicar o conhecimento científico da revisão teórica à pesquisa.

4. Resultados e discussões

O Tocantins, ao longo dos seus 30 anos, tem tido uma produção considerável de curtas e medias metragens em vista de sua pouca idade. Até o momento foi possível catalogar 130 filmes: 94 documentários e 36 ficções, dos quais dois são de longa-metragens e 3 animações; identificamos 15 produtoras audiovisuais e uma distribuidora registrada na Ancine, a SuperOito.

Atualmente a distribuidora está trabalhando no próximo filme de longa-metragem que tem previsão de lançamento para 2020, o *Comedy Club*, também da produtora SuperOito que tem uma linguagem bem menos regionalista e tem pretensões de atingir as salas de cinema de

todo o país. O longa-metragem de Eva Pereira, *O Barulho da Noite* também entrará no catálogo, também com previsão de estreia para 2020, o filme foi produzido pela MZN Filmes e Bananeira Filmes. A MZN também lançará para o ano que vem três séries de televisão.

Sendo os editais públicos uma oportunidade de trabalhar e ser remunerado no Cinema, nos últimos anos tem sido uma via cada vez mais recorrida. Desde 2002, um ano após a criação da Ancine é que a palavra edital começou a ser famosa e executada no estado do Tocantins.

Todavia os editais a nível municipal estão praticamente todos concentrados em Palmas. Desde 2004, editais de incentivo à cultura, sem ser exclusivo ao cinema são publicados, no entanto, não havia regularidades nas publicações e eram prêmios irrisórios em vista ao custo de uma produção cinematográfica. A partir de 2013 é que há uma regularidade, o que começa a caracterizar os nossos meios de produção, seguimos para um salto a nível municipal com o edital Promic. O Programa Municipal de Incentivo à Cultura – 2013, Promic, foi um edital que contemplou todas artes, beneficiando 91 projetos com quase 1,5 milhão de reais. Deste valor, quase 350 mil reais foram destinados ao Audiovisual, contemplando 17 projetos divididos em sete módulos, com a temática Palmas 25 anos, ¼ de século. O edital seguiu o regulamento da Ancine podendo se candidatar somente produtora audiovisual com registro na Ancine. Desse edital, saiu o primeiro longa-metragem exibido comercialmente no Estado, *Palmas, eu gosto de tu!*. Em 2014, também foi lançado o edital Promic com as mesmas características, mas curiosamente não foram inscritos nenhum projeto da área audiovisual.

Já em 2015, a prefeitura de Palmas juntamente com a Ancine divulgou um edital exclusivo para o audiovisual com o valor de mais 1 milhão de reais, o maior incentivo já concedido para a produção do audiovisual no Estado, o Procine. Os recursos são provenientes do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura da FCP e do Fundo Setorial do Audiovisual Brasileiro – FSA, cuja aplicação é regulamentada pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Audiovisual - Prodav. Esse edital forçou uma profissionalização da classe audiovisual do Tocantins. Foi este edital que contemplou o *Comedy Club*.

A nível estadual podemos citar editais de relevância direcionados para o audiovisual a partir do ano de 2011 por meio da Fundação de Cultura do Estado do Tocantins – Funcult. O Funcult previa mais de R\$ 7,3 milhões a fim de beneficiar 340 projetos, todavia somente 209

projetos foram premiados. Dentro deste programa foram publicados 3 editais em que as atividades de audiovisual pudessem ser contempladas.

Em julho de 2013, a Funcult por meio do Programa de Incentivo à Cultura do Estado do Tocantins - Procultura publicou novamente o edital de Incentivo à Cultura, contemplando todas as artes totalizando um valor de 5,1 milhão de reais, que seriam distribuídos em 145 projetos. Neste edital mais de 400 propostas foram recebidas. No entanto, devido a problemas da administração pública o recurso não foi pago a todos os premiados, tendo alguns recebido somente a 1ª parcela do prêmio no ano de 2015.

Em 2015, o governo do Estado também publicou um edital de incentivo ao Audiovisual em uma parceria entre a Secult e a Ancine, que previa um mesmo funcionamento do edital municipal Procine. Contudo, o Estado não conseguiu cumprir com o valor prometido, o edital foi cancelado antes mesmo de encerrar suas inscrições.

Já os incentivos a nível federal têm sido mais regulares desde a abertura da Ancine e SAV. Editais como Doctv, Microprojetos Amazônia Legal, Projeto Amazônia Cultural foram editais a nível federal com recursos inteiramente destinados somente para região norte. Já os editais de ampla concorrência nacional, a participação do Estado neles são mínimas.

Editais a nível federal de ampla concorrência é um recurso muito distante da realidade da produção cinematográfica tocantinense. Os programas da Ancine de fomento direto juntamente com o Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (Prodav, Prodecine, Pró-infra), realizados prioritariamente por meio de Chamadas Públicas que são ações estruturadas com seleção por meio de um processo de competição aberto ao público. Os primeiros projetos do Tocantins a serem contemplados em Chamadas Públicas de ampla concorrência via FSA, foram no ano de 2016, *O Boneco de Barro e o Rei*, Nival Correia e *Mistério de Nhemyrõ* e *O Barulho da Noite* de Eva Pereira.

5. Considerações finais

Diante dos expostos, podemos afirmar que mais de 90% da produção tocantinense é dependente de políticas públicas. E como toda política pública vem acompanhadas de exigências e condições é possível afirmar que os filmes até certo momento são condicionados as determinações previstas em regulamentos ou editais. Caso claro a citar foi o edital da prefeitura de Palmas 25 anos $\frac{1}{4}$ de século, que disponibilizou recursos para as produções que retratassem de alguma maneira este tema. Todavia, o produto deste edital foi o primeiro longa-metragem a ser exibido comercialmente em um multiplex, Cinemark. Essa relação de dependência não é exclusividade do Tocantins, podemos constatar em diversas obras brasileiras essa mesma relação, só que com vistas a patrocinadores e uma infinidade de possibilidade de exibições comerciais ou não. Assim como constatamos influências das políticas públicas nacionais nas políticas para o setor no Estado, podemos aspirar um Tocantins cinematográfico com novos formatos de produção e janelas de exibição e as empresas de streaming e a Internet em si está aí para ser aproveitada e experimentada de diversas maneiras, contribuindo desta maneira para identidade da produção local. Já que as Políticas Públicas para o setor tão necessárias estão seriamente ameaçadas neste governo.

Referências

BAHIA, Lia. *Uma análise do campo cinematográfico brasileiro sob a perspectiva industrial*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

IKEDA, Marcelo. Distribuição de longas-metragens brasileiros a partir das leis de incentivo (1995–2007): um panorama. In: *X Estudos de Cinema e Audiovisual*. São Paulo: Socine, 2010.

_____. Novas Tendências do Cinema Contemporâneo Brasileiro e o Coletivo Alumbramento. In: SUPPIA, A. *Cinema(s) Independente(s)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

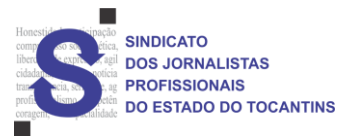
_____. *Cinema brasileiro a partir da retomada: Aspectos econômicos e políticos*. São Paulo: Summus Editora, 2015.

LAKATOS, E & MARCONI, Marina. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 3ª edição, 1996.

TIMES, M. Políticas públicas do audiovisual no Brasil: formação e desafios. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Manaus, AM: Intercom, 2013. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1462-1.pdf>>. Consultado em: 01.VI.17



SILVA, T. V. **Palmas, eu longe/gosto de tu!**: produção e circulação de cinema no Tocantins. 2017. Dissertação (Mestrado em Cinema) - Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2017



PRAZER E COMUNICAÇÃO NO TRABALHO DE UMA AGENTE DA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DO TOCANTINS

Geovanna Gomes de Moraes¹⁴⁴
Thais Moura Monteiro

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação E Subjetividade.

Resumo

Este trabalho buscou entrevistar uma agente da Unidade Prisional Feminina do Tocantins com o objetivo de verificar a relação entre a comunicação e o prazer no trabalho da agente penitenciária. Para que este seja alcançado, buscou-se averiguar as vivências de prazer da trabalhadora e os espaços de fala entre as servidoras para o desempenho das funções diárias. Esta pesquisa foi realizada de forma aplicada, de natureza qualitativa, descritiva, por meio de um Estudo de Caso realizado com uma trabalhadora de um órgão público do Estado do Tocantins. O levantamento dos dados para o Estudo de Caso aconteceu por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada, desenvolvida por Facas (2009). A partir da entrevista observou-se que mesmo com as dificuldades que passam dentro da Unidade, elas conseguem mudar a realidade e alcançar satisfação e prazer ao realizar suas atividades. Isso pode ser possível graças ao coletivo de trabalho. A união entre as servidoras é visível e proporciona espaços de fala para mudanças no dia a dia, relatos dos sofrimentos, das relações que estabelecem entre si; e esta (a comunicação) é um importante principio mobilizador dentro da organização do trabalho. Por fim, é possível considerar que a comunicação entre as servidoras é de suma importância para desempenharem desde atividades simples a mais complexas, proporcionando a modificação do cenário de sofrimento e indo em busca da mobilização, o prazer.

Palavras-chave: Comunicação. Coletivo de trabalho. Prazer no trabalho.

1. Introdução

Nesse cenário do século XXI, pensar no sujeito é pensar, também, no trabalho, sendo este fundamental para proporcionar condições básicas de sobrevivência e a existência deste, já que junto a ele, está ligado o papel social que o sujeito ocupa por meio da sua posição profissional (PONTIERI, 2008).

¹⁴⁴Psicóloga formada pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Pós-graduanda em Neuropsicologia pela Nepsneuro – Faculdade Cambury. E-mail: gomes.m163@gmail.com.

Por meio desse cenário, houve o interesse em estudar sobre o trabalho dos agentes penitenciários e, por meio da narrativa de uma trabalhadora da Unidade Prisional Feminina do Tocantins, verificar possível ligação da comunicação para o alcance do prazer no trabalho entre as servidoras. Diante disso qual a relação entre o prazer no trabalho e os espaços de fala entre as trabalhadoras?

Para responder a este questionamento, o objetivo geral é verificar a relação entre a comunicação e o prazer no trabalho da agente penitenciária. Para que este seja alcançado, buscou-se relatar as vivências de prazer da trabalhadora e os espaços de fala entre as servidoras para o desempenho das funções diárias.

2. Fundamentação Teórica

Torna-se difícil falar sobre prazer no trabalho, sem antes falar da Psicodinâmica do Trabalho e conseqüentemente, sem falar de sofrimento no trabalho. Pois, em alguns casos, é a partir dele que se alcança o prazer.

A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours, na França, por volta de 1980, é explicada a partir da organização do trabalho, entre o trabalho prescrito e o real do trabalho. Seligmann-Silva (2011) pontuou que a PdT busca superar esse distanciamento. No momento em que isso ocorre, pode-se configurar o sofrimento, pois o sujeito se depara no real com a sua incapacidade diante do prescrito.

O sofrimento no ambiente de trabalho pode ser subdividido em 3 tipos: patogênico, ético, e, por último, o sofrimento criativo (BUENO; MACÊDO, 2012). Ele não deve ser pensado como adoecimento, mas como alerta para que haja ação mobilizadora. Essa mobilização é chamada de fontes de prazer. É sobre ela que este trabalho irá abordar, pois prazer é um princípio mobilizador que coloca o sujeito em ação para a busca da gratificação, realização de si e reconhecimento do outro pelo seu trabalho (MENDES; MULLER, 2013).

O prazer pode ser alcançado, por exemplo, por meio da fala, sendo essa um modo de agir sobre o ambiente de trabalho, pois, é por meio dela que os trabalhadores podem verbalizar sobre suas rotinas de trabalho, expressar suas impressões, sentimentos e percepções relacionadas à organização do trabalho (ARAÚJO, 2013).

A mobilização, nesse caso, pode ser entendida como o processo que possibilita a transformação da realidade do trabalho, realidade esta que está baseada no sofrimento. Para que essa mobilização possa vir a acontecer, o trabalhador deve se utilizar de algumas estratégias, por exemplo a inteligência prática e o coletivo de trabalho. Por essa razão, instiga o trabalhador a buscar soluções, utilizar do seu saber, da sua criatividade, da sua inteligência e iniciativa para enfrentar as situações causadoras de sofrimento que vêm da organização do trabalho (MENDES, 1995, FACAS, 2009, BUENO; MACÊDO, 2012).

O prazer pode ser identificado no momento em que o trabalhador passa a ser reconhecido na organização e, ainda, consegue colocar em prática a mobilização subjetiva, a inteligência prática, tendo apoio e suporte do coletivo de trabalho para que seja incentivados e criados espaços de fala, de discussão e exposição dos sentimentos, das dificuldades e de suas rotinas de trabalho.

3. Metodologia do estudo

Esta pesquisa foi realizada de forma aplicada, de natureza qualitativa, descritiva, por meio de um Estudo de Caso realizado com uma trabalhadora de um órgão público do Estado do Tocantins. O levantamento dos dados para o Estudo de Caso aconteceu por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada, desenvolvida por Facas (2009).

Como instrumento, além da entrevista, foi utilizado gravador para que não fosse perdida nenhuma informação importante ou, ainda, para que não tenha equívocos durante a análise das respostas da trabalhadora. Para participar da pesquisa, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE em duas vias. Após a entrevista e gravação da mesma, foi realizada a transcrição que auxiliou no processo da análise e exposição dos dados.

Esta pesquisa obedeceu aos princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Com a aprovação concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Nº do Parecer 3.190.617. Vale ressaltar que durante o processo desta, da explicação sobre o projeto à entrevista com a voluntária, a imagem da participante foi resguardada. A entrevista foi realizada em uma sala privada, para que a mesma pudesse se sentir mais confortável e segura.

4. Resultados e discussões

A partir da entrevista realizada com a trabalhadora podem-se elencar muitas questões envolvendo a Psicodinâmica do Trabalho: prescrito e real, sofrimento, organização do trabalho. Porém, para alcançar o objetivo deste trabalho, será exposto apenas sobre prazer e os espaços de fala entre as trabalhadoras.

Com relação as vivências de **prazer** e os espaços de discussão e **livre circulação da fala** entre as trabalhadoras:

“(...) mas tem muitas situações prazerosas que a gente vive dentro da unidade, eu mesmo quando eu entro no meu plantão que eu trabalho lá com minha equipe, na minha equipe assim a gente se dá muito bem, a gente aprendeu assim, a ser uma família... porque a gente faz muita reunião, a gente conversa muito e a gente fala muito sobre essa questão de relevar (...) a gente aprendeu muito a conversar, se tem um colega que não tá bem hoje, procurar ajudar e tudo, a gente se tornou uma família ali dentro, por mais que a gente sofra ali dentro, a gente aprendeu a conviver, ajudar o colega (...)”.

Observou-se, ainda, que existe a **cooperação do coletivo** de trabalho para ajudarem umas as outras:

(...) e os momentos que a gente tem às vezes ali dentro, quando a unidade tá tranquila, da gente chegar na unidade e ver que tá tudo fora do lugar.... pensar assim “hoje não vai dar para trabalhar, hoje vai ser um dia difícil” e todo mundo se unir, todo mundo fazer a parte dele (...) por diversas vezes a gente já ficou sem ninguém para fazer a limpeza, de repente você ver uma pessoa, um pega uma vassoura, outro “não vou ali no mercado, vou comprar um material de limpeza”, vou limpar isso aqui, tá muito sujo, não tem saco para colocar o lixo... um faz uma coisa, outro faz outra, todo mundo faz o teu trabalho, a gente consegue contornar situações às vezes na unidade, assim, situação de conflito até mesmo entre as presas, você chega tipo assim “hoje deu tudo pra dar errado”, mas a gente conseguia contornar algumas situações”.

Em outro momento pontua que:

“(...) às vezes foi a sugestão da sua equipe de trabalho, de fazer uma coisa, dá uma sugestão, tipo vamos fazer esse teste e as coisas realmente funcionar e andar e você vê fomos nós que sugerimos isso, ninguém acreditava mas deu certo, a pessoa mudou, ou até mesmo conseguir fazer o impossível com praticamente nada de recurso, é um prazer”.

A trabalhadora busca sempre conversar com sua equipe de trabalho, permitindo trocas, posicionamentos e ideias das agentes:

“(...) Eu falo pras meninas assim para o pessoal da minha equipe, a gente conversa muito, faz muita reunião, sempre a gente tá sempre aberta a sugestões porque as vezes nem sempre eu como chefe de plantão, nem sempre, às vezes, a minha decisão vai ser a melhor para equipe, para a segurança da unidade, eu não sou absoluta, a dona da

razão, às vezes eles têm opiniões, eu falo que vamos fazer uma coisa de um jeito, eu acho que é o melhor, mas depois eles vem chega em mim, fala que não é a melhor forma, vamos fazer dessa forma, a gente faz. Eu acho que tudo a gente pode resolver na base da conversa(...)”.

“(...) É igual eu te falei, assim... com a nossa equipe, nós somos muito unido e tentamos tornar o ambiente mais leve possível, porque a gente passa... é um ambiente muito tenso, então assim, eu gosto da companhia dos colegas ao que eu faço lá dentro (...)”.

Como já dito anteriormente, o prazer é alcançado quando o sujeito age sobre seu contexto de trabalho, utilizando-se de estratégias para transformação da realidade. Diante disso, muitas são as formas utilizadas como tentativa de mudar a realidade do seu trabalho como agente penitenciária. Como já foi visto, o prazer pode ser alcançado, por exemplo, por meio da fala, sendo essa um modo de agir sobre o ambiente de trabalho, pois, é por meio dela que os trabalhadores podem verbalizar sobre suas rotinas de trabalho, expressar suas impressões, sentimentos e percepções relacionadas à organização do trabalho (ARAÚJO, 2013). A todo instante esses momentos de discussão, conversas, é visível na fala da trabalhadora. Por ela ser chefe de plantão, e possuir sua equipe, a mesma abre espaços para que as outras trabalhadoras possam falar sobre o que gostam, o que fazem, discordar de alguma atitude.

Bezerra, Assis e Constantino (2016) pontuam que outra atribuição importante dos Agentes Penitenciários é o trabalho em equipe, para que juntos garantam a segurança das prisões. Ligado a isso, observou-se que a cooperação está presente nos espaços de fala entre as trabalhadoras, mostrando a forma com que se relacionam. Mesmo com os momentos difíceis dentro da Unidade, pedem desculpas e conversam para resolver qualquer mal entendido entre elas.

5. Considerações finais

Os resultados e discussão da pesquisa demonstram que a trabalhadora gosta do que faz, sente prazer em estar dentro da Unidade, realizando suas tarefas. Está sempre buscando formas para conquistar um ambiente melhor. Como consequência, isso pode facilitar no processo de mobilização e possibilitar a transformação da realidade do seu trabalho, realidade essa que está baseada, também, nas dificuldades e sofrimento.

Verifica-se, também, o quanto os espaços de fala entre as trabalhadoras se fazem necessários para exposição dos sofrimentos, das dificuldades, de sugestões para melhor as

atividades que devem desempenhar no dia a dia. Além de a comunicação possibilitar mudanças na forma de trabalhar, proporciona também aproximação afetiva entre as agentes, melhorando os relacionamentos dentro da Unidade.

Mesmo que sua fala tenha sido pautada, em alguns momentos, em suas vivências de prazer, por outro lado, seu discurso esteve fundamentando nas dificuldades, obstáculos e sofrimentos que passam no trabalho. Dessa forma, sugerem-se mais trabalhos para explorar as vivências de sofrimento dessas trabalhadoras.

Referências

BUENO, Marcos; MACÊDO, Kátia Barbosa. A clínica Psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **Ecos - Estudos Contemporâneos Subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.307-318, 21 nov. 2012.

FACAS, Emílio Peres. **Estratégias de mediação do sofrimento no trabalho automatizado: estudo exploratório com pilotos de trem de metrô do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p.34-38, mar. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100009>. Acesso em 10 nov. 2018.

MENDES, A. M; MULLER, T. C. Prazer no trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MELO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p.289-292.

PONTIERI, Alexandre. **Brasil Trabalho do preso**. ADITAL. 2008. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=39787>>. Acesso em: 08 set. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patricia. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 7, p.2135-2146, jul. 2016.

PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, SEXUAL E DE GÊNERO DO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE PALMAS

Romário Rocha do Nascimento¹⁴⁵

Universidade Federal do Tocantins -UFT

Amanda M. P. Leite¹⁴⁶

Universidade Federal do Tocantins -UFT

Eixo Temático de submissão: Temas interdisciplinares

Resumo

O rito de passagem de preparação da criança para a vida adulta requer uma melhor atenção sobre a relevância da diversidade. Naturalmente o debate, seja ele sobre gênero, cultura ou sexualidade, torna-se mais do que indispensável, visto que as problematizações vão além do que é padronizado em diretrizes educacionais. Dessa forma, o presente estudo busca analisar e problematizar concepções teóricas acerca do currículo proposto pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Palmas, tendo como base as teorias sobre diversidade cultural, sexual e de gênero para a educação básica. Como problema, questionamos se a diversidade se faz presente no currículo e o que os teóricos, como Foucault (1988); Da Silva (1999); Felipe (2006); Maia; Rocha; Vizolli (2017); Alecrim (2017); Lionço (2018), narram sobre, considerando que a descentralização do sujeito é calcada pela característica subjetiva de ser. O presente estudo assenta-se como uma pesquisa documental, onde o Plano Municipal da Educação Básica de Palmas-TO é analisado, por meio de uma abordagem teórica. O estudo mostra a existência de conflitos entre o que defende o currículo do Município de Palmas/TO e os apontamentos das teorias pós-críticas em relação à temática de gênero e sexualidade.

Palavras-chaves: Currículo. Diversidade. Educação básica.

1. Introdução

Apesar do avanço democrático em relação a participação e o respeito às diferenças dentro da sociedade ainda há muito que refletir e agir em relação a lógica expressiva da

¹⁴⁵Administração de empresas (UFT). MBA executivo em Gestão de Negócios (Esalq-USP). Mestrando em Comunicação e sociedade PPGCOM-UFT. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES). E-mail: admrocha13@gmail.com

¹⁴⁶ Pós-Doutora em Educação (UNICAMP). Doutora e Mestre em Educação (UFSC). Pesquisadora e Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: amandaleite@mail.uft.edu.br Site: www.amandaleite.com.br

diversidade dentro do contexto escolar. A escola como espaço social e o currículo como instrumento condicionado de princípios, regras, roteiros e diretrizes, são também repletos de concepções que, através de experiências sociais, podem ser problematizados na guia de valores e ideologias. Ao longo do tempo o currículo da educação básica passou por inúmeras fases, adaptações e mudanças, reguladas especialmente pelo Governo através de leis e diretrizes de educação.

Os direcionamentos do currículo no âmbito escolar foram mudando de acordo com fundamentos teórico-metodológicos e práticas de professores, contudo, os eixos onde se aborda sexualidade, cultura e gênero ainda são muito sensíveis ao debate. Se colocado em evidência a perspectiva social, a abordagem construtiva do currículo passaria por inúmeras indagações e expandiria, porém, ainda é restrita. Nesse pensamento questionamos como as concepções, problematizações e construções teóricas têm a colaborar com essa premissa.

Considerando a complexidade do processo de avaliação curricular do atual debate sobre diversidade, a investigação desse estudo parte da seguinte questão: Quais as concepções teóricas sobre diversidade cultural, sexual e de gênero na educação básica no currículo proposto pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Palmas/TO? Para responder o questionamento o objetivo deste estudo consiste em analisar, por meio de abordagens teóricas, o texto do Plano Municipal de Educação do município de Palmas para verificar até que ponto o discurso sobre diversidade cultural, sexual e de gênero se (des) encontram.

A escola tem um grande papel na sociedade, nela os indivíduos aprendem de forma sistemática os conceitos sobre ter uma vida ética e emancipada. Já a formulação do currículo entra em constante confronto e atravessa a linha de vários princípios e representações. As implicações pedagógicas na construção do aluno como ser social, são algumas das formas de assimilação da complexidade de se debater currículo sob a perspectiva da teoria pós-crítica, que evidencia a necessidade de trabalhar temas como: identidade, diferenças, subjetividade, saber, poder, cultura, gênero, raça e multiculturalismo, por exemplo.

2. Perspectivas de representatividade cultural, sexual e de gênero na educação básica

Magalhães, Rocha e Damas (2009), discorrem que hoje é comum as organizações curriculares se basearem em um modelo linear de disciplina, baseado na ciência do século XVII ao XX onde possibilitava o progresso acelerado de cada área do saber. Dessa forma, quando se trata de assuntos que aguçam o debate ideológico da maioria da sociedade, como sexualidade e gênero, as indagações vão muito além da perspectiva cultural e social, cujo determinismo natural vale mais que a construção social do homem.

A chamada Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº9.394/96 - sugere que sejam reconhecidas diferentes culturas, etnias e diversos grupos étnicos na formação da sociedade brasileira, fazendo com que a elaboração do currículo avance no reconhecimento das diferenças (ARROYO, 2015). Porém, existe muita resistência popular que sempre busca limitar a escola de ministrar aulas, palestras, oficinas e formações quando temas como a ideologia ou a teoria de gênero ganham foco.

Atos de resistência, muitas vezes, são reflexos do imaginário coletivo que trata o tópico como parte de um processo de disseminação da “imoralização” na sociedade, pensamento equivocado e infundado que limita as trocas e as aprendizagens dentro do ambiente escolar. O destaque atual da ideologia de gênero faz com que o debate seja ainda mais complexo, uma vez que é visto como indulto ideológico que descontrola os papéis de gênero tradicionais, tornando a família um pânico moral e retrocesso, quando na verdade, apenas se trata de uma orientação sexual e promoção da igualdade social na escola (REIS; EGGERT, 2017). Do lado sexual, ao que tudo indica, mesmo com evolução social sobre essas concepções, o debate ainda é muito difícil, definido especialmente por grupos que tem a necessidade de manter valores mais conservadores de uma “cultura tradicional”.

Nos dias de hoje, apesar da consolidação dos avanços sociais encabeçados pelos movimentos democráticos ocorridos nas últimas décadas, as desigualdades sociais ainda se fazem presentes no âmbito escolar e também para além das salas de aula. “As relações entre as distintas identidades culturais, assim como as tentativas, por partes de diferentes grupos, de afirmação e de representação em políticas e práticas sociais, são complexas, tensas, competitivas, imprevisíveis” (MOREIRA, 2002, p. 02).

Ao longo de anos temos acompanhado o conflito cultural e seus debates que levantam condições de poder a grupos dominantes sobre aqueles que chamamos de minorias¹⁴⁷. A exclusão e a discriminação são evidências do cenário de guerra (simbólica e até física) que assola o cotidiano social daqueles que querem reconhecimento além dos direitos e deveres assegurados pela legislação brasileira.

Em propostas de práticas e reformas educacionais, o currículo é uma das questões principais, pois, propicia espaços de luta para entre diferentes grupos, especialmente quando se passa para o pensamento pós-crítico, relacionado à luta de conflitos simbólicos e estudos multiculturais (RAIMANN, 2007).

De acordo com Arroyo (2015) as mudanças nos currículos exigem estratégias de intervenção no Estado e, posteriormente, em suas instituições. Ele – Estado – condena relações sociais e políticas na especificidade de nossa sociedade. Possivelmente, a padronização do currículo, mesmo podendo ser reformulado, ainda é barrada pela expressão resistente da maioria da população, carregada de concepções ideológicas e até do próprio sistema escolar.

3. Metodologia

As metodologias utilizadas para realização deste estudo foram de ordem qualitativa, utilizando a pesquisa descritiva e por meio procedimento bibliográfico e documental. Na pesquisa documental foram analisados princípios pedagógicos e ideológicos inseridos dentro do Plano Municipal de educação, regidos conforme levantamento bibliográfico, elaborados em constructos teóricos dentro dos seguintes eixos: (i) cultura; (ii) sexualidade e (iii) gênero. O quadro teórico foi pautado sobre a premissa das teorias pós-críticas, difundida em uma das obras mais importantes sobre currículo, publicada por Tomaz Tadeu da Silva (1999), chamado “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo”. Na concepção que se emprega o quadro teórico, se ver a contribuição de autores que defendem o multiculturalismo,

¹⁴⁷“Minoria pode ser definida a partir de uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele.” (CARMO, 2016, p. 205).

diversidade cultural, sexual e de gênero, como forma de promoção de conhecimento das peculiaridades da sociedade e não como uma imposição ideológica superior.

4. Resultados e discussões

Plano de educação municipal de Palmas-TO foi aprovado por meio da lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016 e alterado pelo Decreto nº 2.243, de 23/03/2016. O novo plano de educação define metas, estratégias e processo curricular para até 2025. Ao tocante de gênero é indispensável destacar que ao dia 15/03/2016 a câmara municipal de Palmas e o então Prefeito Carlos Amastha (PSB), aprovaram a proibição de livros que tratassem do tema sobre gênero no plano municipal de educação no município. Sessão pautada de argumentos que destacavam os valores da família e o amadurecimento natural da criança sem interrupção da escola, a questão definitivamente não teve o debate profundo que naturalmente seria necessária uma análise expressiva sobre o assunto. No Quadro teórico, analisamos contribuições que poderiam aguçar um debate expressivo diante da flexibilidade do currículo e da inclusão de temas transversais como diversidade cultural, sexual e de gênero.

Quadro 01. Indagações teóricas do Plano de educação municipal de Palmas-TO

SEXUALIDADE
Estratégia 5.24
Estabelece: [...] vedada à discussão [...], bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização .
Indagação teórica: Notamos no texto que a sexualidade é popularmente associada à erotização. No entanto, “a sexualidade remete, a uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades sociais historicamente construídas” (FELIPE, 2006, p. 258). Foucault (1988) escreve que do século XIX até então a sexualidade ganha forma de múltiplas perversões. Dessa forma, Do Nascimento (2016) explica que, a sexualidade pode até ser, mas não é vista como uma temática que vislumbra o conhecimento sobre o sexo e os riscos eminentes, ou como uma educação sexual efetiva.
GÊNERO
Estratégia 5.24
Estabelece: [...] vedada à discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática.
Indagação teórica: Ideologia e teoria de gênero são limitadas ao debate na educação básica por defenderem, na maioria das vezes, por meio de preceitos religiosos, que podem induzir comportamentos e atos relacionados à sexualidade e erotização (LIONÇO, 2018). Diferente do que trata a biologia, a ideologia de gênero toma parte de um espaço de poder de lutas, enquanto sexualidade não se limita a prática sexual, mas sim, outros elementos que constroem a sexualidade (MAIA; ROCHA; VIZOLLI, 2017). O feminismo, por exemplo, como forma de luta na construção de igualdade social e de gênero tenta destruir a desigualdade que muito resulta em violência contra mulheres (ALECRIM, 2017).
CULTURA
Estratégias 5.25 e 5.26
5.25 - Estabelece: [...] garantir a oferta da educação do campo garantindo que ela se efetive considerando o desenvolvimento sustentável, a preservação da identidade cultural [grifo nosso], a participação da comunidade

na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo e do espaço [...].

Indagação teórica: Identidade e cultura são acepções que sempre passam por conflitos, mudanças, normas sociais e é “cultural tudo que é produto de escolhas humanas” (MAIA; ROCHA; VIZOLLI, 2017, p. 156). Uma forma de preservar a identidade cultural é respeitar os conflitos e mudanças que se instauram na sociedade. Educação de direitos humanos também está ligado à cultura e diversidade, mais especificamente Bhabha (2007) afirma em seus estudos que o gênero é uma prerrogativa cultural.

5.26 - Estabelece: “[...] assegurar a oferta de formação continuada específica e a inclusão transversal, para que as formações considerem temáticas relativas à educação ambiental, à diversidade cultural, às relações étnico-raciais [grifo nosso] [...]”.

Indagação teórica: Compreende-se que, diversidade cultural se relaciona com outros grupos sociais da sociedade. Da Silva (1999) esclarece que as relações étnico-raciais são outras prerrogativas, que além de gênero e sexualidade são elementos que reforçam a luta pela desigualdade social. A diversidade múltipla faz parte da humanidade e a escola tem como princípio mostrar que apoia as diferentes culturas (FERNANDES, 2005).

Meta 14.

Estratégia 14.4 – Estabelece: Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município de Palmas [grifo nosso] [...].

Indagação teórica: Necessidades culturais e sociais são perspectivas que abrangem as teorias pós-críticas apresentadas nos estudos de Da Silva (1999), uma vez que defende, inclusive de maneira abrangente, o multiculturalismo como forma de luta política e reconhecimento de todos os grupos. Se o currículo busca considerar as necessidades culturais e sociais do município, automaticamente considera toda uma esfera de prerrogativas sociais e culturais já supracitadas.

Fonte: Plano de Educação do Município de Palmas-TO (2015), alterado pelo Decreto nº 2.243, de 23/03/2016 (2016) com indagação de vários autores.

É importante destacar que ao dia 27 de agosto de 2018, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Juíz Luiz Roberto Barroso, suspendeu os Artigos da Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016, que proíbe o ensino sobre sexualidade e gênero nas escolas. Como argumento, o Ministro discorre que cabe a União discutir sobre a diretrizes de base da educação básica.

5. Considerações finais

Por meio do estudo foi possível verificar, por meio da literatura até onde a teoria e aplicabilidade se (des) encontram no currículo do município de Palmas-TO. Há conflitos no texto quando se tenta defender a prerrogativa cultural, e o apoio às diferenças. A sexualidade, por exemplo é documentada e popularmente associada a erotização, sendo que a temática parte de princípios mais complexos e distintos dos que as informações geradas pelo senso comum da sociedade. A questão da sexualidade já saiu de centralidade de discussão desde o século XVII com o poder de desassociação da Igreja (FOUCAULT, 1988), por ser considerado “imoral”.

A discussão sobre gênero é limitada ao debate por estar associada a construção de múltiplas sexualidades na sociedade, sem considerar as forças políticas e sociais dos movimentos feministas no Brasil e no mundo. Gênero não é sexualidade. Gênero é uma construção identitária e o texto curricular não dá visibilidade a isso, ao contrário, faz confusão.

Ao se referir sobre a cultura, vemos no currículo uma desassociação do significado social da palavra, onde é tratado como relevante, contudo, descentralizado quando voltado para lógica do multiculturalismo defendido dentro da teoria pós-crítica que se releva na sociedade atual de múltiplas diversidades.

É importante frisar que desde de 1997 existem evidências sobre a pluralidade cultural e orientação sexual nos documentos curriculares de educação com o lançamento dos Parâmetros Nacionais de Educação (PCNS) pelo Governo Federal. Observa-se nessa máxima que mesmo estando dentro dos parâmetros educacionais, o debate sobre os temas transversais aqui tratados ainda passa por resistências dentro do currículo regular. Dentro do currículo oculto, que trata de assuntos que não são planejados, mas difundidos por meio da vivência dos professores (PERRENOUD, 1996) é que ainda se vê a discussão de temas transversais, como multiculturalismo, diversidade cultural, sexual e gênero. Por esse contexto, que os aspectos de formação do currículo devem ser propostos a partir de questões relacionadas à realidade da sociedade e em diferentes contextos, ou seja, deve ser diversificado.

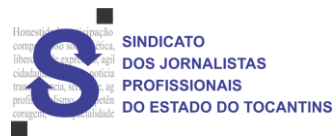
Referências

ALECRIM, Edisselma dos Santos. Discussão de Gênero no Plano Municipal de Educação de Palmas -TO. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos**...Florianópolis, 2017.

ARROYO, Miguel G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.



CARMO, Cláudio Márcio do. Minority groups, vulnerable groups and the problem of (in)tolerance: a linguistic-discursive and ideological relationship between disrespect and the manifestation of hatred in the Brazilian context. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 201-223, 2016.

DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

DO NASCIMENTO, Maria do Socorro. Sexualidades e currículo: quem tem medo dessa relação? **Rev. Revista De Estudios Brasileños I**, v. 3, n. 5, 2016.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. **Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 251-263. 2006.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LIONÇO, Tatiana et al., Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 599-621, 2018.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra; ROCHA, José Damião Trindade; DAMAS, Luiz Antônio Hunold de Oliveira. O currículo como vivência da complexidade no espaço escolar. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.11, n.1, p.35-51, jul./ dez. 2009.

MAIA, Macos Felipe Gonçalves; ROCHA, Damião; VIZOLLI, Idemar. identidade cultural, diversidade e diferença: um olhar para gênero e sexualidade na educação. **Cad. Ed. Tec. Soc., Br. J. Ed., Tech. Soc.**, v. 10, n. 2, p. 153-167, 2017.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. **Educação & Sociedade**, Rio de Janeiro. n. 79, 2002.

PERRENOUD, P. **La construcción del éxito y del fracaso escolar**. Madrid: Morata, 1996.

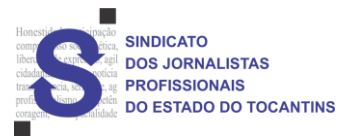
PALMAS – TO. Lei Municipal nº 2.243/2016, de 23 de março de 2016. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-ordinaria-2.243-2016-03-23-3-6-2016-15-41-30.pdf> Acesso em 25 jun. 2019.

PALMAS – TO. Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016 – Plano Municipal de Educação de Palmas – TO. Diário Oficial de Palmas - TO, 19 jan. 2016. Acesso em 04 jul. 2019.



RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. O currículo e a educação de jovens e adultos: espaço de poder-saber. **Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2007.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26. 2017.



PROPOSTA DE ANÁLISE DA DIVERSIDADE RACIAL E DE ÁREAS CIENTÍFICAS NA PUBLICIDADE SOBRE UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Bianca Zanella Ribeiro¹⁴⁸
Universidade do Minho

Eixo Temático de submissão: Narrativas Imagéticas

Resumo

Neste trabalho, apresento meu projeto de pesquisa de doutorado atualmente em curso com o objetivo de compartilhar a proposta de estudo, obter novas referências e efetuar trocas de experiências a respeito da metodologia adotada. No âmbito do referido projeto, proponho-me a investigar se a publicidade governamental praticada pelas universidades federais e pelo governo brasileiro para divulgação das provas e processos seletivos que possibilitam o ingresso de estudantes na rede pública de ensino superior apresenta-se como inclusiva, promotora da diversidade e interdisciplinar ou, ao contrário, reforça estereótipos que são considerados entraves para o desenvolvimento do país segundo uma perspectiva social. A metodologia centra-se na análise visual de peças de publicidade relativas ao SiSU, ao Enem, a vestibulares e a outros processos seletivos de 2010 a 2019.

Palavras-chave: Comunicação pública. Diversidade racial. Interdisciplinaridade. Publicidade governamental. Universidade.

1. Introdução

Diante do cenário de históricas desigualdades e de redirecionamento do sistema e do discurso governamental sobre a educação superior no Brasil, o presente trabalho consiste em uma proposta de análise que pretende debater a publicidade governamental praticada pelas universidades federais e pelo governo brasileiro para divulgação das provas e processos seletivos que possibilitam o ingresso de estudantes em cursos de graduação de instituições públicas a fim de verificar se esta, na última década, apresenta um discurso inclusivo, promotor da diversidade (racial e de conhecimentos) e da interdisciplinaridade ou, ao contrário, reforça estereótipos que são considerados entraves para o desenvolvimento do país segundo uma

¹⁴⁸ Jornalista, mestre em Gestão de Políticas Públicas (UFT, 2015) e doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (UMinho, Portugal). E-mail: bianca@uft.edu.br

perspectiva social, que pressupõe a necessidade de redução das desigualdades e entende como fundamental o papel da educação, em especial das ciências humanas e sociais, neste processo.

Não se trata de buscar subsídios em defesa de uma ou outra ideologia no cenário de polarização política, mas de verificar, do ponto de vista da comunicação estratégica e integrada, se tais peças mostram-se alinhadas com o posicionamento assumido pelo governo e pelas universidades federais agora e no momento político-educacional anterior. Ou, ao contrário, se ao invés de reforçar tais posicionamentos e concorrer para uma comunicação organizacional mais efetiva, estas mostram-se desarticuladas e contraditórias.

2. Fundamentação Teórica

Embora o termo desenvolvimento tenha sido amplamente disseminado a partir da década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, como sinônimo de crescimento econômico, urbanização, modernização e industrialização, contemporaneamente é amplamente reconhecido que este conceito representa um processo de evolução e aperfeiçoamento ou um ideal a ser perseguido pelas sociedades que deve, necessariamente, englobar melhorias das condições de vida gerais de toda a população, inclusive em aspectos sociais e, por assim dizer, culturais e intelectuais (AMARO, 2003; FERREIRA; RAPOSO, 2017; MILONE, 1996).

Como observa Amaro (2003, parag. 238–245), o conceito de desenvolvimento está semanticamente relacionado à ideia de libertação – dos indivíduos e das sociedades – de invólucros ou envoltórios que impedem a realização de suas potencialidades. Uma dessas barreiras, segundo a agenda global definida pelas Nações Unidas, é a redução das desigualdades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Ademais, é amplamente consolidada a noção de que as possibilidades de aprimoramento das condições de vida da população perpassa pela evolução científica em todas as áreas do conhecimento, de forma transdisciplinar ou até “indisciplinar”, como defende Amaro (2003, parag. 250), e por uma postura permanentemente vigilante e crítica sobre a produção e a aplicação do conhecimento e sobre as instituições.

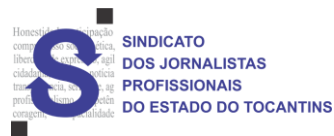
Sabe-se, também, que a educação é uma das principais variáveis que condiciona o acesso dos indivíduos a distintas oportunidades nas sociedades democráticas, com grande influência na determinação da renda, no *status* de ocupação e na mobilidade social dos indivíduos (IBGE, 2018), embora como ressalva Alves (1996), o mero aumento quantitativo da escolarização não represente, diretamente, uma maior propulsão para o desenvolvimento econômico e social.

Atualmente, observa-se que as instituições federais de ensino superior no Brasil buscam continuar sustentando a bandeira da educação pública, gratuita e de qualidade para todos conforme o ideal estabelecido nas últimas décadas, em contraponto às atuais políticas públicas e ao discurso governamental recentemente instaurado, o qual defende que o ensino superior deve ser restrito (“As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, diz ministro da educação”, 2019), majoritariamente privado (BASILIO, 2019), e que deve priorizar áreas que gerem “retorno imediato”, como “veterinária, engenharia e medicina”, em detrimento das áreas de humanidades (“Bolsonaro diz que MEC estuda ‘descentralizar’ investimento em cursos de filosofia e sociologia”, 2019).

Diante desse tensionamento, cabe lembrar que o Brasil é um país miscigenado onde a maioria da população se autodeclara negra (preta ou parda) conforme números oficiais (IBGE, 2019), e que embora levantamento registre que a maioria dos estudantes das universidades públicas do país é também negra (ANDIFES, 2019), a sociedade brasileira ainda está distante de um quadro de igualdade, em especial entre negros e brancos, no que se refere à educação e, também em função disso, nos demais indicadores sociais (IBGE, 2018).

Do ponto de vista da comunicação, entende-se que a comunicação pública deve ser pautada pelo interesse público e estar comprometida com os princípios da democracia, com a inclusão social, a promoção da igualdade de oportunidades, a cidadania e o diálogo (BRANDÃO, 2012), e enquanto comunicação organizacional deve ser estratégica e integrada (KUNSCH, 2013).

Ademais, entende-se que a publicidade corresponde à modalidade mais massiva e direta de comunicação dos discursos organizacionais aos públicos, com maior potencial de alcance e de assimilação que um comunicado oficial ou uma reportagem jornalística, por exemplo.



Apesar de sua superficialidade em relação a outros formatos, a publicidade carrega mensagens objetivas e subjetivas com efeitos significativos sobre os receptores, podendo atuar como estímulo ao consumo ou a determinados comportamentos ou, ao contrário, como fator de frustração e de rejeição às representações da realidade que apresenta, ao criar uma “uma consciência mais nítida das diferenças de classe e da injustiça social na distribuição da riqueza” (HAMBURGER, 1964, p. 66).

3. Metodologia do estudo

O estudo proposto centra-se na análise visual das peças publicitárias para a divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) a partir de 2010, assim como de peças elaboradas pelas 20 universidades federais que realizam processos seletivos próprios para seus cursos de graduação em geral.

A análise terá como foco dois aspectos: as representações da figura humana, classificadas segundo cor/raça, e as referências textuais ou visuais a cursos ou áreas do conhecimento, classificados segundo a área genérica: ciências sociais e humanas ou ciências exatas e biológicas. Considerando-se o universo e o período pesquisado, estima-se coletar cerca de 600 peças para o estudo, o qual será complementado por análise documental e, posteriormente, por entrevistas com os gestores de comunicação das universidades.

4. Resultados e discussões

Diversos estudos já demonstraram de forma consistente a sub-representatividade de negros na publicidade e na mídia em geral, bem como a grande incidência de representações estereotipadas, embora observe-se uma tendência cada vez maior de diversidade nesses segmentos (HEADS PROPAGANDA, 2018; MARTINS, 2009; STROZENBERG, 2005), refletindo reivindicações das organizações representativas do movimento negro e denúncias contra a discriminação racial.

Mesmo assim, análise preliminar de 46 imagens da campanha de divulgação do Enem 2019 revela que dos 43 indivíduos identificados, apenas 14% eram negros. Além disso, das seis imagens com negros, apenas uma delas não tratava especificamente sobre isenção de taxa de inscrição, reforçando o estereótipo que associa pessoas negras à situação de baixa renda..

Com relação à diversidade de cursos e áreas científicas, observa-se que são referenciados direta ou indiretamente apenas os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia e outros da área biológica, justamente aqueles que são historicamente mais concorridos e independentes da publicidade para serem procurados, não havendo qualquer referência a licenciaturas ou a cursos das Ciências Sociais e Humanas.

5. Considerações parciais

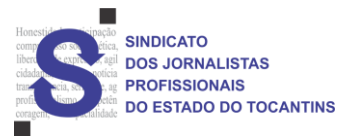
A análise preliminar da campanha de divulgação do Enem 2019 elaborada pelo Ministério da Educação representa um forte indício da sub-representatividade negra e da predileção por determinadas áreas do conhecimento na comunicação governamental em dissonância com o discurso que vem sendo preconizado pelas instituições universitárias. Acredita-se, contudo, que estes fenômenos se repetem também nas peças elaboradas pelas próprias universidades para divulgação de seus processos seletivos. A continuidade da pesquisa permitirá a verificação de tal hipótese e a investigação de suas causas, as quais, acreditamos, estejam relacionadas ao uso indiscriminado de bancos de imagens e à falta de um exercício permanente de reflexão em torno da comunicação nessas organizações, o que ao nosso ver permitiria uma atuação mais técnica, estratégica e integrada, bem como menos sujeita à reprodução voluntária e involuntária de clichês.

Referências

AGOSTINI, R. MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **O Estado de S. Paulo** [online], 30 abr. 2019.

ALVES, D. C. DE O. Educação e Desenvolvimento Econômico a Experiência Brasileira. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. DE (Eds.). **Manual de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

AMARO, R. R. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, p. 35–70, 1 jun. 2003.



“As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, diz ministro da educação. **Carta Educação (Carta Capital)**, 28 jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Universidades Federais - 2018**. Uberlândia: [s.n.]. Disponível em: <<http://bit.ly/Vpesquisaandifes>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

BASILIO, A. L. Weintraub escancara porta do MEC para setor privado no ensino superior. **CartaCapital**, 7 jun. 2019.

Bolsonaro diz que MEC estuda “descentralizar” investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1**, 26 abr. 2019.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Ed.). . **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1–33.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113–144, 29 dez. 2017.

HAMBURGER, P. L. A propaganda como elemento de frustração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 10, p. 55–68, mar. 1964.

HEADS PROPAGANDA. **Todxs? - Uma análise da representatividade na publicidade brasileira (7ª onda - dez/2018)**. [s.l.: s.n.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. [s.l.: s.n.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://bit.ly/pnadcontinuax>>. Acesso em: 28 maio. 2019.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, H. (Ed.). . **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas organização**. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 3–14.

MARTINS, C. A. DE M. E. **Racismo Anunciado: o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005)**. [s.l.: s.n.].

MILONE, P. C. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. DE (Eds.). . **Manual de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 467–481.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | ODS 10: Redução das Desigualdades**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods10/>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

STROZENBERG, I. O apelo da cor: percepções dos consumidores sobre as imagens da diferença racial na propaganda brasileira. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 2, n. 4, p. 199–220, 2005.

SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO VIGIADO!

Lidiane Moreira Gonçalves da Silva¹⁴⁹

Universidade Federal do Tocantins

Amanda M. P. Leite¹⁵⁰

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Narrativas imagéticas

Resumo

Este trabalho traz uma reflexão sobre o mecanismo baseado no princípio do panóptico na vigilância social urbana e nas redes sociais. Além da vigilância, que remete há uma variável de segurança, há uma espécie de vigilância ‘invisível’ nas redes sociais cujo controle de comportamentos é evidenciado nos padrões de consumo, expressões corporais, referências fotográficas e códigos de linguagem.

Palavras-chave: Câmeras. Comunicação. Panóptico. Segurança. Vigilância.

1. Introdução

Quando uma mulher grávida vai ao médico realizar um exame de ultrassonografia, o primeiro contato visual que ela e sua família realizam com o bebê é o feito por um recurso audiovisual. Depois do nascimento, as fotos e vídeos passam a registrar cenas do dia a dia, momentos especiais como aniversários, viagens, almoços em família, festas de natal e ano novo. E assim é ao longo da vida, fotos e vídeos guardam memórias de um tempo.

Viver estes momentos sem fotografá-los ou filmá-los parece não fazer sentido, sobretudo, no tempo em que as tecnologias da informação e da comunicação funcionam como um *tsunami* sobre nossas vidas.

¹⁴⁹ Jornalista pela Universidade de Gurupi (Unirg), especialista em Ensino e Educação e Gestão de Políticas Sociais, e mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: moreira.lidiane@uft.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8958-8274>

¹⁵⁰ Fotógrafa, pesquisadora e professora no Programa de Pós-Graduação de Comunicação e Sociedade (PPGCom) e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: amandaleite@mail.uft.edu.br . Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6434-0053>

Abrimos um parêntese para dizer que hoje, parece haver um julgamento social que considera ser quase inadmissível não se ter uma conta no *Facebook*, no *Instagram* ou não utilizar um aplicativo de mensagens instantâneas como o *Whatsapp* ou *Telegram*. Na medida em que temos mais acesso às tecnologias, passamos a utilizar com mais e mais frequência e seguir assim uma tendência de superexposição da intimidade.

Obviamente que dizer ‘filmado’ é muito mais amigável do que ‘vigiado’. É como se dissesse assim: estamos te filmando, mas fique tranquilo, é apenas por segurança. Placas de “sorria, você está sendo filmado” estão espalhadas por toda a cidade. Quando entramos em um ambiente e somos alertados sobre isso, até a nossa comunicação corporal muda de forma.

Para reforçar a ideia de que estamos seguros, casas e condomínios estão repletos de câmeras por todos os lados, posicionados em locais considerados estratégicos. No caminho entre a casa e o trabalho ou entre a casa e a universidade, passamos por várias câmeras de segurança que estão espalhadas por avenidas e ruas e também nos pardais de velocidade, que assim registram e conhecem todo nosso trajeto diário.

Se utilizarmos o transporte público, as câmeras das estações sabem qual ônibus pegamos para chegar ao trabalho ou a universidade. Ainda utilizamos aplicativos com *GPS*¹⁵¹ em nossos aparelhos que registram todos os locais por onde passamos. Nos supermercados, nos hospitais, nas lojas, na universidade, no trabalho, na clínica de psicologia, na academia, na mercearia da quadra. Você já parou para observar, pelo menos uma vez na vida, durante todo um dia, como acontece a vigilância sobre você?

As pessoas estão o tempo todo com seus celulares a postos. Quando estão passivos diante da tecnologia, curvam seus pescoços. Quando ativos, levantam seus celulares em diferentes posições para registrar tudo. Nos shows musicais, por exemplo, é impressionante a quantidade de pessoas que filmam. A qualidade dos vídeos, na maioria das vezes é ruim, mas a internet e as redes sociais nos tornaram cada dia mais vidrados nisso: registramos onde estamos, com quem estamos, fazendo o que, comendo o que e vestindo o que. Paramos de memorizar as imagens, os lugares, os nomes

¹⁵¹ GPS é a sigla para *Global Positioning System*. Traduzido significa “Sistema de Posicionamento Global”, que consiste numa tecnologia de localização por satélite.

de estabelecimentos, os endereços. Para que fazer isso? Afinal a memória do celular é uma extensão da nossa memória e existe para armazenar, é um argumento.

2. Fundamentação Teórica

Como disse Marshall McLuhan (1995), em os *Meios de Comunicação com Extensões do Homem*, hoje, com a convergência midiática, os aparelhos que mediam as comunicações, são quase que extensões orgânicas, indissociáveis do nosso corpo. Neste tempo, onde as tecnologias da comunicação e da informação tomaram conta da nossa vida, ela está literalmente dentro do aparelho. Fazemos quase tudo por ele. Graças pelo “quase”. Ainda nos resta um pouco de vida que não precisa ser mediada. Desde criança, sustentei¹⁵² o imaginário de que alguém estaria filmando todos os passos da minha vida e eu iria conhecer em algum momento essa história pelo olhar de quem eu achava que me vigiava. Coisas de criança e de adulto também. Pode ser que realmente esse filme com uma trilha sonora legal seja coisa da minha fértil imaginação, mas a vigilância é real. Nossos aparelhos celulares, notebooks e televisores com multifuncionalidades captam as imagens e os sons que emitimos. Os aplicativos que aceitamos com condições de uso monitoram e impõem padrões de comportamento. Gostos, desejos e sentimentos são mapeados a cada segundo de uso.

A teoria panóptica cunhada por Michel Foucault há mais de 40 anos permite pensar sobre o padrão comportamental e o uso das tecnologias contemporâneas. A questão do monitoramento e do controle também foi analisada na teoria panóptica, gestada por Jeremy Bentham como uma forma de explicar o controle do comportamento de prisioneiros em ambientes restritos de liberdade, por exemplo. Para Bentham o modelo panóptico teria uma arquitetura circular em torno de um ponto central, uma torre em que seria possível visualizar todo o espaço e, desta forma, controlar o comportamento de pessoas em reclusão. Os reclusos não teriam consciência se eram observados já que a construção da torre não permitia a identificação de quem ou do que se vigiava.

Foucault vê a sociedade contemporânea como espelho desse sistema que impõe padrões e modos de agir em diferentes comunidades baseados na premissa

¹⁵² Memória da primeira autora deste texto. As referências usadas ao longo do texto em primeira pessoa também se referem à primeira.

de que todos são observados e podem sofrer punição ou ser ‘premiados’ ao se enquadrarem num determinado tipo de comportamento.

Desta forma há um autogerenciamento de comportamentos baseado no que é considerado correto pelos poderes constituídos, como as instituições sociais e políticas.

É nítido que o uso desse mecanismo baseado no princípio do panóptico nas redes sociais, mostra também o corpo como *locus* da representação e do biopoder. Há uma espécie de vigilância ‘invisível’ nas redes sociais, cujo controle de comportamentos é evidenciado nos padrões de consumo, expressões corporais, referências fotográficas e códigos de linguagem.

O ambiente prisional que Bentham imaginou é mais atual do que nunca. Foucault (1985) corrobora neste sentido ao afirmar que as instituições baseiam-se nesse tipo de organização, de disciplina e de vigilância. Pelos artifícios da técnica, que através de câmeras instaladas em ambientes de trabalho, instituições financeiras, *shopping centers*, meios de transporte urbanos, por exemplo, têm além do objetivo, que intuem teoricamente à segurança, monitorar e controlar comportamentos sob o simpático aviso de "sorria, você está sendo filmado".

Ademais, Foucault e Bentham apontam para uma inegável sequela psicológica, a do autocontrole de indivíduos pela presença da vigilância. Corresponde a um condicionamento operacional que faz com que um comportamento seja emitido ou inibido pela consequência do ato. O ato de ser monitorado é motivador para a realização do que traz consequências positivas e se evita aquilo que gera punição.

Black Mirror, série distópica da Netflix, expõe este cenário no episódio *Queda Livre*, onde a necessidade de avaliação positiva forja comportamentos. O monitoramento implica consequências à ação. No *reality show* da vida real, os reflexos das redes sociais levam a uma série de desconfortos psíquicos reações de depressão e ansiedade. Há uma mudança de comportamento em razão das possíveis consequências negativas e punições. O ambiente prisional que Bentham em 1795 imaginou é contemporâneo e merece mais atenção.

O *Instagram*, por exemplo, em julho de 2019 passou a ocultar o contador de curtidas/ *likes* para os perfis brasileiros. Inicialmente, pensamos que o teste teria desdobramentos talvez associados ao alto índice competitivo que os usuários demonstram nas redes sociais, mas também com a taxa de suicídio

no país que tem crescido e assustado a população. Será mesmo que o aplicativo com valor de mercado de cerca de U\$ 100 bilhões está preocupado com nossa saúde mental?

3. Metodologia, resultados e discussões

Com o intento de trazer uma reflexão a partir desta pesquisa sobre a vigilância presente nas câmeras de segurança, nos celulares, nas redes sociais, apresentado um videoarte produzido de forma experimental com duração de pouco mais de um minuto, protagonizada e editada por mim.

Inicialmente planejei um roteiro para fotografar e filmar durante uma semana todos os locais por onde eu passasse e observasse câmeras de segurança. Optei apenas pela filmagem e também observar e incluir a primeira ação que a maioria de nós costuma fazer ao acordar e ao deitar-se. Despertamos com o alarme do celular, tomamos posse dele para desligar e muitas vezes não resistimos e verificamos todas as notificações. Assim seguimos durante o dia. Sempre dando atenção às mensagens, as atualizações de *feed*, *status* ou *stories*.

Durante uma semana, filmei todos os lugares por onde eu passei. Alguns se repetiram, outros foram novos. Com a limitação de espaço e tempo, procurei na edição mostrar estes principais momentos em que estamos vigiando ou sendo vigiados. A música da banda pernambucana Nação Zumbi que é usada no vídeo, traz uma poesia muito bela, num dos trechos cantam: “hoje de manhã eu acordei sem imagem e sem som”.

Figura 1: Com leitor de QR Code acesse o vídeo. No rodapé, hiperlink¹⁵³ que irá direcionar a exibição.



¹⁵³ <https://www.youtube.com/watch?v=ZtLbHGk8XDA>

4. Considerações finais

Sem dúvida ser filmado, vigiado e controlado não só pelas câmeras, mas também por contadores de *likes* nas redes sociais altera o modo de ser e de habitar este lugar que chamamos planeta Terra. A tentativa foi a de problematizar o tema deste resumo e também produzir conteúdo reflexivo/artístico em caráter experimental.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação – como extensões do homem**. 10^a. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NETFLIX. **Black Mirror**. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/70264888>. Acesso em: fevereiro, 2018.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias atuais**. Rio de Janeiro, 2002.

SUBJETIVIDADE NEGRA: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO RACISMO NA MÍDIA

Yasmin Coelho dos Santos Parreão¹⁵⁴

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Ladislau Ribeiro do Nascimento¹⁵⁵

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

¹⁵⁴ Estudante do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFT. E-mail: yasminparreao@gmail.com

¹⁵⁵ Psicólogo, Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: ladislaunascimento@uft.edu.br

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação e Subjetividade

Resumo

O presente estudo buscou compreender, de forma crítica, como as mídias (televisão, jornal, rádio, internet, redes sociais) influenciam a dimensão subjetiva de pessoas negras. Em um primeiro momento, realizamos uma revisão de literatura sobre a temática. Em seguida, recorremos à coleta de dados através da aplicação de um questionário estruturado e disseminado via plataforma online. Os resultados apontam que a propagação do racismo, do preconceito e da discriminação através dos meios midiáticos engendra maneiras de existir. Isto ocorre porque discursos, imagens e ideias difundidas operam com potencial para conformar subjetividades. Sendo assim, a psicologia deve ser colocada a serviço do enfrentamento da desigualdade racial e de suas mazelas.

Palavras-chave: Comunicação. Mídia. Racismo. Subjetividade.

1. Introdução

O Brasil passou por um processo de colonização e escravidão constituindo assim um grave histórico de opressão da população negra. Desde o período escravocrata, os negros não conseguem ter as mesmas oportunidades e experiências sociais comuns aos brancos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil possui 52,2% de pessoas autodeclaradas pretas, pardas, amarelas e/ou indígenas. Este percentual corresponde a mais da metade do montante populacional. Embora o país seja majoritariamente constituído de pessoas não brancas, a invisibilidade e a falta de representatividade deste segmento populacional na mídia e em outros espaços são alarmantes.

Na contemporaneidade, mídias de massa estão presentes em toda parte. Filmes, vídeos e desenhos animados são disseminados para todos os tipos de público através de canais de TV e de diversas plataformas virtuais. Entretenimento, esportes, filmes, novelas, *reality shows*, etc. Não faltam opções para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

A mídia produz e reproduz imagens, discursos, modelos de comportamento, tendências, dentre outros elementos operantes em nossa constituição subjetiva (BATISTA, CAVALHEIRO, LEITE, 2008; ROCHA, 2011). Preconceitos e estigmatizações com potencial para perpetuar a opressão sofrida pelos negros são difundidos aos mais distintos espaços de vida.

Deste modo, desde a mais tenra idade, pessoas negras são alcançadas pelas nocivas expressões do racismo e da discriminação propagadas pela mídia (BIROLI, 2011). Personagens negros costumam representar papéis de pouco prestígio. Em muitos casos, sobretudo através de

filmes e telenovelas, a imagem do negro aparece associada com a delinquência e a marginalidade.

Reconhecendo a necessidade de analisarmos e problematizarmos efeitos da mídia sobre a dimensão subjetiva da população negra, propusemos um estudo sobre a difusão do racismo pelos produtos e meios midiáticos e seus efeitos aos modos de subjetividade da população negra.

2. Fundamentação Teórica

Neste estudo, entendemos subjetividade como uma produção incessante (GUATTARI, ROLNIK, 1996). Ela não é definida como instância supostamente inerente ao sujeito. Composta por uma multiplicidade de sentidos, ideias, desejos, concepções e valores, sua produção deriva de forças coletivas, históricas, sociais e institucionais (DELEUZE, GUATTARI, 1996). Deste modo, a subjetividade da população negra brasileira é tecida em meio a discursos, relações de poder e regimes de verdade associados a uma história de violência e de opressão.

Bolsanello (1996) ressalta o fato de a abolição da escravatura no Brasil não ter sido acompanhada de medidas de suporte que seriam imprescindíveis para reparar efeitos das atrocidades promovidas contra os negros ao longo de mais de três séculos de escravidão. Pelo contrário, o povo negro foi lançado às margens da sociedade e posto como alvo de investidas racistas, discriminatórias e excludentes.

Mediante as mais diversas situações aviltantes experimentadas cotidianamente pelos negros, perguntamos: qual seria a influência da mídia no engendramento de modos de subjetividade da população negra? Como o negro tem sido veiculado pelos canais midiáticos? No próximo item, apontamos a estratégia metodológica empregada em busca de respostas às questões lançadas.

3. Metodologia do estudo

Dados quantitativos e qualitativos foram coletados através de um questionário propagado *online* através das redes sociais. O instrumento foi estruturado com oito questões (vide quadro n. 1). As duas primeiras voltadas para a consulta de dados como idade e etnia dos participantes. As subsequentes investigaram a quantidade e a representatividade de artistas e

personagens negros vistos através de filmes, desenhos animados, telenovelas, shows musicais e noticiários veiculados na mídia. No processo de análise, identificamos o fator *raça/etnia* declarado por cada respondente e consideramos ideias, discursos e estereótipos associados à imagem do negro.

Quadro n. 1: Itens do questionário utilizado na coleta de dados.

1. Idade: () 15 – 18 () 19 – 25 () 26 – 30 () 31 - 40
2. Raça/Etnia: () Branco () Preto () Pardo () Indígena () Quilombola () Outro: _____
3. Durante a sua infância, quantos personagens negros você conhecia nos desenhos animados? Se sim, quais?
4. Na sua adolescência, quantos artistas negros você conhecia? (músicxs, pintorxs, atorxs, poetas...) Se sim, quais?
5. Nas novelas, que tipo de personagens você vê pessoas negras interpretando?
6. Quantos super-heróis e super-heroínas negrxs você conhece? Se sim, quais?
7. Quantas princesas e príncipes negrxs você conhece? Se sim, qual?
8. De que forma a representação de pessoas negras na mídia influenciou no seu desenvolvimento?

Elaborado pelos autores.

4. Resultados e discussão

A pesquisa foi respondida pelo total de 63 participantes. A maioria, 43 pessoas (68,3%), na faixa etária entre 19 e 25 anos, seguida de 15 (23,8%) com idades entre 15 e 18, três (4,8%) na faixa de 31 a 40, e, por fim, duas (3,2%) com idades entre 26 e 30 anos. Em relação à categoria *raça/etnia*, 34 participantes (54%) se autodeclararam pardos, 15 (23,8%) pretos, 13 (20,6%) brancos e um (1,6%) indígena.

Vale observar que, apesar de o questionário incluir o termo “pardo”, em concordância com os parâmetros raciais adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste estudo utilizamos a categoria “preto” para nos referirmos a quem se declara pardo e/ou preto. Esta medida foi pautada pela compreensão de que o termo “pardo” tem sido ideologicamente utilizado em tentativas de “embranquecer” a população negra do Brasil (DAFLON, CARVALHAES, FERES JUNIOR, 2017). Posto isto, registramos neste estudo a participação do expressivo percentual de 77,8% de pretos.

Em relação à terceira questão, os participantes mencionaram 36 personagens negros representados em desenhos animados. Seis entrevistados afirmaram não terem tomado conhecimento sobre a existência de tais personagens à época em que eram crianças.

Na quarta questão, 115 foi o total de artistas negros mencionados como tendo sido conhecidos quando os participantes estavam na adolescência. O maior índice refere-se a cantoras negras de música *pop* norte-americana. Em menor quantidade, deparamo-nos com nomes de cantoras e cantores da música popular brasileira. Associados ao campo da teledramaturgia, a atriz Taís Araújo e o ator Lázaro Ramos, ambos negros, receberam quatorze menções cada um. Quatro entrevistados afirmaram não terem percebido a existência de um único artista negro durante a adolescência.

Em resposta à quinta questão, participantes relataram contato com atrizes e atores negros em papéis de menor importância, invariavelmente em posições subalternas, sem expressividade. Em muitos casos, a imagem do negro aparece associada à criminalidade. No caso das mulheres, papéis de babás, cozinheiras, prostitutas e empregadas domésticas tiveram a maior frequência. Aos homens atribuem-se, de um modo geral, papéis de motoristas, seguranças, bandidos e traficantes.

Em respostas à sexta questão, mencionaram 25 super-heroínas e super-heróis no total. Os maiores índices de citações foram para o super-herói Pantera Negra, 36 vezes, seguido por Super Choque, Lanterna Verde e Tempestade, mencionados 26, 25 e 18 vezes, respectivamente. De um modo geral, destacam-se pela força e sempre aparecem ao lado de personagens brancos. Um dos participantes observou que, embora Lanterna Verde seja um conhecido personagem negro das histórias em quadrinhos, nas telas dos cinemas ele costuma ser representado por atores brancos.

Na sétima questão, onze participantes alegaram desconhecimento sobre a presença de qualquer princesa negra ou príncipe negro na mídia. Entre as respostas daqueles que tinham conhecimento sobre o assunto, destacaram-se a princesa Tiana, do universo Disney, com 30 citações, seguida por Moana, citada 14 vezes, Jasmine, com quatro menções, e, por fim, Aladdin, o único príncipe citado, apareceu em duas respostas.

Sabe-se que imagens, atitudes, comportamentos e ideias pertinentes ao universo dos super-heróis, príncipes e princesas conformam modos de subjetividade. Diante da hegemonia branca representada na mídia, e da estigmatização racial promovida pela proliferação da imagem do negro associada à ideia de uma suposta inferioridade de raça, o racismo se perpetua e interfere na constituição de sujeitos. Vale lembrar que, a mídia destaca-se pela sua capacidade

de “[...] ressaltar quem os indivíduos devem considerar como modelos ou padrões normativos de comportamento” (BATISTA, CAVALHEIRO, LEITE, 2008, p. 152).

Por fim, a oitava e última questão suscitou relatos sobre como as práticas racistas da mídia teriam sido influentes na constituição subjetiva de cada participante. Algumas respostas indicaram a produção de sentimento de desvalia associado aos modos pelos quais os negros são representados na mídia. Houve relatos de quem teria mudado a aparência para aproximar-se do padrão branco valorizado pela mídia. Contudo, inúmeras respostas expressaram fortalecimento subjetivo alcançado em virtude da representatividade de negras e negros presentes na mídia. Destacamos o caso de um participante que teria se reconhecido negro depois de pesquisar e aprender sobre algumas referências negras com presença marcante nos diversos canais midiáticos.

5. Considerações Finais

A mídia opera como dispositivo importante ao engendramento de modos de subjetividade de pessoas negras e não negras. Ela prolifera discursos, imagens e ideias com potencial para reforçar estereótipos racistas e excludentes. A negritude, constantemente projetada na mídia para crianças, adolescentes, adultos e idosos sob os contornos do racismo estrutural, padece em uma sociedade marcada pela opressão e pela desigualdade racial.

Por fim, afirmamos a necessidade de inserirmos o debate sobre antirracismo nos domínios da Psicologia. É tempo de lidar efetivamente com as temáticas raciais a partir de referenciais pautados na ética e no compromisso com a promoção da igualdade racial. Devemos construir referenciais teóricos e metodológicos vigorosos para lidarmos com a complexidade deste problema. Precisamos pesquisar e falar sobre o assunto. É tempo de dar voz ao povo preto. Apostamos neste caminho para construirmos uma sociedade mais justa.

Referências

- BATISTA, L. L; LEITE, F; CAVALHEIRO, R. Mídia e referências: um estudo sobre interações e efeitos. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 3, p. 151-161, 2009.
- BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira Ciências Políticas**, Brasília, n. 6, p. 71-98, dez.

2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 ago. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo " científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, n. 12, p. 153-165, 1996.

DAFLON, V. T; CARVALHAES, F; JÚNIOR, J. F. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (III)**. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1996.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

ROCHA, S. Seja você mesmo: mídia, consumo e subjetividade. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, 2011.

SÍNDROME DE *BURNOUT*: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES ENVELHESCENTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Keila de Sousa Leitão¹⁵⁶

Estudante do curso de Pedagogia- UFT

Denise de Barros Capuzzo¹⁵⁷

Docente do curso de Pedagogia - UFT

Eixo Temático de submissão: Saúde Mental na Universidade

Resumo

Esta pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, tem como objetivo identificar se os professores envelhecidos, com mais de 45 anos, da Universidade Federal do Tocantins, do curso de Pedagogia, atuantes nos programas de Pós-graduação em Educação Acadêmico e Profissional, se percebem diante das características que podem levar a Síndrome de *Burnout*. Para atingir este objetivo, realizaremos entrevistas com os docentes dos referidos programas. A análise dos dados e informações será por meio de análise de conteúdo, de acordo com os três pólos cronológicos definidos por Bardin. Esperamos que esta pesquisa traga benefícios para a comunidade acadêmica como a ampliação do conhecimento sobre a Síndrome de *Burnout* em professores e o fomento às investigações sobre os problemas de saúde dos professores em decorrência do estresse laboral, bem como a discussão se o envelhecimento tem afetado a saúde destes, auxiliando na busca de possíveis alternativas, que possam minimizar esta situação de adoecimento desses profissionais.

Palavras-chave: Professores Envelhecidos. Saúde Mental. Síndrome de *Burnout*.

1. Introdução

A profissão docente, de acordo com Carlloto (2002, p.23), sofreu várias mudanças ao longo dos tempos, indo desde uma profissão de fé, ligada às concepções da igreja, até o que se vê hoje, um profissional de certo modo moldado pelas exigências do capitalismo que adentrou os sistemas de ensino. Todas essas mudanças no âmbito da carreira docente só aumentaram as exigências feitas ao professor que “neste processo, se depara com a necessidade de desempenhar vários papéis, muitas vezes contraditórios, que lhe exigem manter o equilíbrio em várias situações.”

¹⁵⁶ Estudante do curso de Pedagogia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET Pedagogia E-mail: keilaleitão6@gmail.com.

¹⁵⁷ Doutora em Educação e docente do curso de Pedagogia da UFT. E-mail: capuzzo@uft.edu.br

Quando se trata do professor universitário, é necessário observar as exigências feitas a este. Visto que, além de atuar em sala de aula colaborando no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, ainda deve atentar-se para o tripé da educação, em especial da educação superior que é: o ensino, pesquisa e extensão. Além de lidar com os alunos da graduação, da pós-graduação, ainda deve produzir textos para publicações, seja de forma individual, seja orientando alunos.

Aliados a essa jornada exorbitante, há outros fatores, como limitações, sejam físicas, emocionais, sociais, entre outras, decorrentes das más condições de trabalho como a desvalorização da categoria, a indisciplina dos educandos, e ainda as nuances decorrentes do envelhecimento que inevitavelmente trazem algumas “mudanças físicas em todo o organismo do indivíduo, alterando suas funções e trazendo mudanças nos seus comportamentos, percepções, sentimentos, pensamentos, ações e reações” (SPIRDUSO, 2005 *apud* MACHADO; LUCAS, 2017, p.577). A consequência disto é que os professores podem vir a desenvolver algumas síndromes, dentre as quais destacamos a Síndrome de *Burnout*.

Definindo a Síndrome de *Burnout*, Carlotto (2011), a compreende como um fenômeno psicossocial resultante do estresse excessivo relacionado ao trabalho, constituído de três dimensões: Exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional.

O termo “envelhescente” foi utilizado pelo escritor Mário Prata na crônica “Você é um envelhescente?” (PRATA, 1997), para caracterizar a etapa da vida entre 55 aos 70 anos de idade, na qual o autor define como sendo uma preparação para a velhice, comparando-a com a adolescência que é uma preparação para a maturidade. No âmbito deste escrito, utilizar-se-á esta expressão “envelhescente” para distinguir os sujeitos entre 45 e 60 anos de idade, antes da velhice. Sendo que a pessoa velha “dos países em desenvolvimento é aquela que tem idade a partir de 60 anos” (CAPUZZO, 2012, p.9-10).

A partir desse raciocínio, surge então uma pergunta: os Professores envelhescentes da Universidade Federal do Tocantins, do curso de Pedagogia, atuantes nos Programas de Pós-Graduação em Educação Acadêmico e Profissional, se percebem diante de características que podem levar à Síndrome de *Burnout*?

Este trabalho, aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa da UFT (CEP), tem como objetivo geral identificar se os Professores envelhescentes da Universidade Federal do

Tocantins do curso de Pedagogia, atuantes nos Programas de Pós-Graduação em Educação Acadêmico e Profissional, se percebem diante das características que podem levar à Síndrome de *Burnout*.

2. Fundamentação Teórica

Na sociedade contemporânea “o trabalho alcança um lugar de valor, de algo que define tanto a identidade quanto a existência de cada sujeito” (MACHADO; LUCAS, 2017, p.578). Passando este a ser reconhecido pelo cargo que ocupa e pelo salário que recebe. Sendo que, muitas vezes precisa exercer diversas funções com carga horária de trabalho excessiva em busca de uma melhoria financeira.

O trabalho docente, além de ser uma categoria pouco valorizada socialmente e financeiramente, ainda exige uma preparação e capacitação contínua, uma boa relação com os alunos, com a família destes alunos e com a comunidade acadêmica. O que acaba por exaurir este profissional diante de tantas exigências.

Essa exaustão profissional aliada a outros fatores familiares e sociais muitas vezes tem levado esses profissionais a seqüentes afastamentos do laboro por causa de adoecimentos. Dentre as enfermidades que levam os profissionais da educação a se afastar do trabalho está a Síndrome de *Burnout*.

Na década de 1980, cresce o interesse por Burnout, pois diversas investigações mostraram resultados considerados alarmantes. Foram identificados sintomas em grupos profissionais que, até então, não eram consideradas populações de risco, pelo contrário, por serem profissões consideradas vocacionais, sendo a docência uma delas, acreditava-se que esses profissionais obtinham gratificações em todos os níveis, dos pessoais aos sociais (DELGADO, *apud* CARLLOTO, 2011, p.403).

Quando imaginamos este profissional diante das nuances do envelhecimento, uma vez que “com a longevidade conquistada, [...] pensa-se que o fazer docente não pode ser reduzido ao prazer quando se sabe, por observação, que a proximidade da velhice causa inquietação às pessoas” (RIBEIRO; SMEHA, 2009, *apud* MACHADO; LUCAS, 2017, p.580). Mesmo porque a concepção que se tem socialmente da pessoa velha “[...] não é algo que diz respeito somente a ele, mas aos demais agentes sociais, que também vão interferir e contribuir para o conceito de envelhecimento que possuímos” (CALDAS; TOMAZ, 2010, p.76).

O envelhecimento sempre vai afetar o sujeito de algumas maneiras, às vezes de forma positiva, outras vezes negativa, o que nos interessa saber é se essas alterações podem de alguma forma influenciar no surgimento da Síndrome de *Burnout* nos professores que estão adentrando no envelhecimento.

O afastamento de professores das funções trabalhistas, devido o adoecimento, seja por um curto ou longo espaço de tempo, requer urgente atenção das políticas públicas e até mesmo do próprio sujeito, uma vez que, quanto antes se der a devida atenção às causas, mais facilmente se extirparão as consequências.

3. Metodologia do estudo

Partindo do princípio de que o método “[...] se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.106), elegemos para esta pesquisa o Materialismo Histórico Dialético, que busca entender os fenômenos a partir das relações históricas sociais e culturais dos sujeitos. “O materialismo dialético pode, pois, ser entendido com um método de interpretação da realidade [...]” (GIL, 2008, p.13)

Para a coleta de dados e informações, realizaremos revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Em relação à revisão bibliográfica é de fundamental importância para a construção desta pesquisa, pois, “[...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Os participantes da pesquisa serão-professores envelhescentes da Universidade Federal do Tocantins, do curso de Pedagogia, atuantes nos Programas de Pós-Graduação em Educação Acadêmico e Profissional, a partir dos 45 anos de idade, ou seja, não os professores que se encontram na velhice, mas sim os que se encontram na transição, antes de completar os 60 anos.

Para a coleta dos dados e informações, serão utilizados arquivos específicos para registrar o levantamento e a organização de material bibliográfico e entrevista semiestruturada.

4. Resultados e discussões

Este estudo ainda está em desenvolvimento, iniciando as primeiras entrevistas com os professores. A análise dos dados e informações será por meio de análise de conteúdo, de acordo com os três pólos cronológicos definidos por Bardin (2004, p.89-95): Pré-análise; Exploração do material; e o Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

5. Considerações finais

Esperamos que esta pesquisa traga benefícios para a comunidade acadêmica como a ampliação do conhecimento sobre a Síndrome de *Burnout* em professores e o fomento às investigações sobre os problemas de saúde dos professores em decorrência do estresse laboral, bem como a discussão se o envelhecimento tem afetado a saúde destes, auxiliando na busca de possíveis alternativas, que possam minimizar esta situação de adoecimento desses profissionais.

Referências

AULETE, Caldas. **Aulete de bolso**: dicionário da língua portuguesa. Porto Alegre, RS: L&PM; Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004. ISBN 972-44-1214-8.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: <07 Maio, 2018>.

CALDAS, Célia Pereira; THOMAZ, Andrea Fernandes. **A Velhice no Olhar do Outro**: Uma perspectiva do jovem sobre o que é ser velho. Revista Kairós Gerontologia 13(2), ISSN 2176-901X, novembro: 75-89. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/5367/3847>>. Acesso em: <17 maio 2017>.

CAPUZZO, Denise de Barros. **Elementos para a educação de pessoas velhas**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/676/1/DENISE%20DE%20BARROS%20CAPUZZO.pdf>>. Acesso em: <22 maio 2018 >.

CARLOTTO, Mary Sandra. **Síndrome de Burnout em Professores: Prevalência e Fatores Associados.** São Leopoldo – RS. *Psicologia: Teoria e Pesquisa. Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, p. 403-410.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000400003>. Acesso em: <20 Abr. 2018>.

_____. **A síndrome de burnout e o trabalho docente.** São Leopoldo – RS. *Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002.* Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: <22 maio 2018>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Cristiane Nervis Conrado; LUCAS, Michele Gaboardi. **Aposentadoria: como professores vivenciam este momento?.** ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas. Volume VII - Número 02 - Mai/Jun/Jul/Ago São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/32753/0>>. Acesso em: <22 maio 2018>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARTINES, Maria Guiomar de Simone. **O “morar” na velhice: expectativas entre envelhescentes.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programas de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12538/1/Maria%20Guiomar%20de%20Simone%20Martines.pdf>>. Acesso em: <22 maio 2018>.

PRATA, Mário. **100 crônicas.** São Paulo: Cartaz/O Estado de São Paulo, 1997, p. 13. Disponível em: <<https://marioprata.net/cronicas/voce-e-um-envelhescente/>>. Acesso em: < 26 jul. 2018>.

TEATRO DE MISTÉRIO: A TRAJETÓRIA DO ÚLTIMO PROGRAMA DE SUCESSO DA RADIODRAMATURGIA NO BRASIL

Cláudio Chaves Paixão¹⁵⁸

Universidade Federal do Tocantins

Amanda Maurício Pereira Leite¹⁵⁹

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Estudos Sobre a Comunicação Audiovisual: Rádio, TV e Cinema

Resumo

O presente trabalho se propõe a resgatar o programa *Teatro de Mistério*, que estreou na Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 1957 e ficou no ar até 1984, marcando a última grande fase da radiodramaturgia brasileira. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográfico e documental para verificar a repercussão do programa na imprensa, na época de sua estreia. O programa teve grande recepção entre os ouvintes e atravessou diferentes fases, conseguindo, inclusive, criar um herói de grande sucesso da radiodramaturgia nacional, o inspetor Marques, que depois se tornou o inspetor Santos.

Palavras-chave: Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Radioteatro. Teatro de Mistério.

1. Introdução

Quando o *Teatro de Mistério* estreou na Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 1957, a radiodramaturgia estava atravessando os seus últimos anos de sucesso, mas o programa conseguiu marcar uma nova fase na história do radioteatro policial da emissora carioca e permaneceu por três décadas, sempre se mantendo em alta entre os ouvintes. Ao longo dos anos, o programa sofreu os impactos da Ditadura Militar e a morte de alguns intérpretes dos seus personagens.

¹⁵⁸ Jornalista formado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da UFT. Membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia, do CNPq. E-mail: ccpaixao@gmail.com.

¹⁵⁹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Fotógrafa e Artista Visual. E-mail: amandaleite@mail.uft.edu.br – www.amandaleite.com.br

O grande marco da radiodramaturgia brasileira foi *Em busca da felicidade*, radionovela que estreou pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1941. Tratava-se de um original cubano de Leandro Blanco, adaptada por Gilberto Martins. A história contou com 284 capítulos, levados ao ar nas manhãs de segundas, quartas e sextas-feiras. Alcançando muito sucesso, ficou por quase dois anos no ar (até maio de 1943) e aumentou ainda mais o prestígio do elenco da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. “A ideia de importar o texto partiu da Empresa de Propaganda Standard, de Cicero Leurenroth, [...]. Detentora de conta publicitária da Colgate-Palmolive, a agência projetou a veiculação de uma radionovela para alavancar as vendas do creme dental da indústria norte-americana (FERRARETO, 2000, p. 119).

Com o tempo as radionovelas passaram a ocupar diferentes horários nas emissoras de rádio, algumas delas chegavam a levar ao ar mais de 10 produções em um dia. A mais famosa das radionovelas brasileiras foi veiculada pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, *O Direito de Nascer*, outro roteiro cubano, levada ao ar de 8 de janeiro de 1951 a 17 de setembro de 1952. A trama de 260 capítulos, patrocinada pelo creme dental Colgate e o sabonete Palmolive, mudou a rotina dos cariocas que paravam para ouvir as histórias de Mamãe Dolores e Albertinho Limonta ou da pecadora Maria Helena e Isabel Cristina, entre tantos outros personagens.

Ressalto que uma das dificuldades na realização dessa pesquisa foi a ausência de um acervo sistematizado na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, sendo que no próprio *site*¹⁶⁰ da emissora foram localizadas informações desencontradas sobre o programa *Teatro de Mistérios*. Em uma página, por exemplo, afirma-se que o programa contou com 316 edições, quando na verdade essa é a quantidade de episódios gravados por um ouvinte, apenas na década de 1980.

2. Fundamentação Teórica

¹⁶⁰ RADIOS EBC. O suspense no Teatro de Mistério, da Rádio Nacional. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/todas-vozes/edicao/2016-08/o-suspense-no-teatro-de-misterio-da-radio-nacional>. Acesso em: 19 ago. 2019.

O *Teatro de Mistério* estreou na Rádio Nacional do Rio de Janeiro no dia 6 de novembro de 1957, às 22h10, com a história ‘A Arma do Crime’. Em suas primeiras décadas, o programa de Hélio do Soveral era levado ao ar nas quartas-feiras e marcou uma nova fase na história do radioteatro policial da emissora carioca e atravessou as décadas de 1960, 1970 e 1980. Em entrevista ao jornal ‘A Noite’, do dia da estreia do novo programa, Hélio Soveral assim definiu a primeira peça veiculada: - Como o próprio título sugere, trata-se de uma história de homicídio. Diria melhor: de uma série de homicídios. Estou certo de que ‘A Arma do Crime’ emocionará o público-ouvinte de todo o país¹⁶¹”.

Na estreia do programa estavam reunidos na produção destacado elenco da PRE-8, sendo que nos principais papéis atuaram Celso Guimarães, Ismênia dos Santos, Domício Costa, Gessy Fonseca, Darcy Pedrosa, Saint-Clair Lopes, Neyda Rodrigues, Samir de Montemor, João Zacarias e Rafael de Almeida. A narração esteve a cargo de Cahuê Filho e a direção foi de Floriano Faissal, chefe do Departamento de Radioteatro da emissora. Anos mais tarde outros nomes passariam pela direção do programa, como Daisy Lúcid, Domicío Costa, entre outros.

Desde o início a série fez grande sucesso, poucas semanas após o primeiro programa, em 11/12/1957, o jornal ‘A Noite’ trouxe mais uma manchete sobre a produção: *Emoção e "suspense", pela PRE-8 no "Teatro de Mistério Philco"*, que destacou a repercussão do programa. “O Teatro de Mistério Philco já conta com uma verdadeira legião de ouvintes. [...] As estatísticas fornecida pelo IBOPE também demonstram a preferência dos ouvintes pelo já famoso "Teatro Philco"¹⁶².

Era comum as produções da PRE-8 receberem o nome de seus patrocinadores, com o *Teatro de Mistério* não foi diferente, patrocinado pelos televisores Philco, a produção inicialmente foi anunciada como *Teatro de Mistério Philco*. Outra particularidade das produções de radioteatro da PRE-8 era a revelação de personagens que se transformavam em

¹⁶¹ HOJE, pela PRE-8, lançamento do Teatro de Mistério Philco. **A Noite**, Rio de Janeiro, 6 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=Teatro%20de%20Mist%C3%A9rio. Acesso em: 19 ago. 2019.

¹⁶² EXITO do Teatro de Mistério. **A Noite**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=Teatro%20de%20Mist%C3%A9rio. Acesso em: 19 ago. 2019.

heróis brasileiros. Em *Teatro de Mistério* foi o caso do inspetor Marques, interpretado por Rodolfo Mayer e o detetive Zito vivido por Gerdal dos Santos.

O perfil de Hélio de Soveral, fruto de uma série de três entrevistas, publicado na revista Status, em 1981, destacou que já naquela época o escritor havia perdido as contas de quantas histórias já haviam sido escritas para o *Teatro de Mistério*, mas pelos cálculos estimou-se cerca de mil peças, de aproximadamente 50 minutos. Apresentando uma citação de Soveral, a publicação revela que a fictícia Polícia Judiciária, havia passado a existir após a criação do seriado. “Gozado, não é? Só que a que eu montei é mais perfeita do que a que eles montaram depois” (MARGUESI, 1981, p. 2).

No início, o *Teatro de Mistério* não contava com personagens fixos, apenas a partir da década de 1960 que surgiram dois heróis do Departamento de Polícia Judiciária, o inspetor Marques, interpretado por Rodolfo Mayer e o detetive Zito, interpretado por Gerdal dos Santos, que juntos revelavam os mistérios que se escondiam por trás das histórias. Os personagens se tornaram personagens de livros de bolso, publicado em 1962 e 1963, respectivamente, pela editora Vecchi: Departamento de Polícia Judiciária e 3 Casos do Inspetor Marques.

As narrativas, sempre cheia de mistérios, eram nitidamente influenciadas pelos textos policiais norte-americanos, na linha de Dashiell Hammett e Raymond Chandler. O Inspetor Mário Marques não era um personagem fácil de catalogar. Ele não usava a dedução rebuscada de um Sherlock Holmes, nem a psicologia infalível de um Hércule Poirot, nem o refinamento esnobe de um Philo Vance, nem a burocracia estreita de um Comissário Maigret. O Inspetor Marques, e depois o inspetor Santos, usavam um pouco de cada coisa, daí o seu encanto e a sua genialidade (AGUIAR, 2007, p.105).

Outra característica interessante do *Teatro de Mistério* era a trilha sonora que promovia o clima das narrativas. A sonoplastia, em uma época em que não existia computador era feita ao vivo. O contrarregista estudava o roteiro como todos os atores e diretores. Ele comandava o som dos objetos e instrumentos criados especialmente para a “decoreção sonora”, como se dizia na época, dos textos que eram interpretados pelo mais importante *cast* de radioteatro da época.

O diretor regia tudo: músicos e atores. A um sinal, começava a música e cada intérprete saía de seu assento no semicírculo e se dirigia ao microfone conforme era solicitado pelo *script*.

Não havia plateia no estúdio. Os títulos sugeriam a tensão que acompanhava o caso policial. ‘O Pássaro mortal’, ‘Um Morto na Estrada’, ‘Desfilando para a Morte’, ‘Terror em Irajá’, ‘A Última Viagem’ Morte no Auditório, ‘Golpe Fatal’ e ‘A Morte do Boêmio’, são alguns deles. Além de usar a imaginação, Hélio do Soveral se inspirava nas manchetes de jornal para escrever as histórias.

Não foi apenas o sucesso que marcou a trajetória do programa, em 1964, quando o regime de exceção foi instaurado no Brasil e por força do Ato Institucional nº 1, 36 artistas ligados ao radioteatro e a produção da Rádio Nacional do Rio de Janeiro foram demitidos, incluindo Rodolfo Mayer e Gerdal dos Santos, Hélio do Soveral não manteve os nomes dos personagens dos atores punidos. Foi a forma encontrada de protestar contra o que havia acontecido com os colegas, isso se tornou depois, um fato histórico no rádio brasileiro.

Com o desaparecimento do inspetor Marques e do detetive Zito, Hélio do Soveral criou inspetor Santos, interpretado por Domício Costa e o japonês Minôro, interpretado por Cauê Filho e a secretária. Mesmo com essas mudanças, o sucesso do *Teatro de Mistério* continuou até o programa sair do ar, marcando um dos últimos grandes momentos da história da radiodramaturgia no Brasil.

3. Metodologia do estudo

Para seguir os passos da trajetória do *Teatro de Mistério*, na perspectiva dos objetivos, realizamos uma pesquisa exploratória, que “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando, assim, um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. (SEVERINO, 2007, p.123). Usamos também a pesquisa bibliográfica, indispensável a qualquer pesquisa científica, pois ajuda a fornecer os conhecimentos os quais nortearão o trabalho desenvolvido. Se desenvolve a partir de material já elaborado, principalmente artigos científicos, livros, periódicos, monografias e textos em *sites* confiáveis. Essas referências são tomadas com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado tema de investigação.

[...] a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório

quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (LAKATOS, 1992, p.44).

Além disso, por tomarmos gravações de acervo (da rádio e do próprio pesquisador¹⁶³) e textos publicados em revistas e jornais, de diferentes épocas, como documentos históricos. Uma pesquisa que pode ser classificada como documental, que segundo Gil (2008, p. 51), trilha caminho semelhante ao da pesquisa bibliográfica, se diferenciando apenas pela origem das fontes. A pesquisa documental recorre a fontes diversificadas, sem tratamento analítico ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

O primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

A utilização de documentos permite fazer investigações históricas que ajudam a descrever e a comparar fatos sociais estabelecendo suas características e tendências o que corrobora com a proposta do trabalho de conhecer a trajetória do programa *Teatro de Mistério*, assim como a sua repercussão entre os ouvintes, por meio das publicações nas páginas dos jornais e revistas de época.

¹⁶³ Em 2007 comecei a colecionar gravações de programas radiofônico e desde então guardo uma amostra significativa de programas de diferentes emissoras do país.

4. Resultados e discussões

O interessante é que a maioria das publicações localizadas sobre o programa aponta para o seu sucesso e para relação estabelecida com os ouvintes, sendo que, por exemplo, o maior acervo de áudios trata-se de gravações feitas direto das transmissões da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, por um ouvinte, na década de 1980, e recentemente disponibilizado na *internet*. Os 316 episódios disponibilizados é superior à quantidade de arquivos localizados no próprio acervo da emissora carioca, que conta outras 70 história, referentes aos últimos anos do *Teatro de Mistério*.

A história do programa de algum modo reflete a história do país ao ponto em que as consequências da Ditadura Militar respingaram no programa, promovendo, inclusive, a saída de personagens, em função da demissão de profissionais que atuavam na produção por serem considerados comunistas. Interessante, que o fictício Departamento de Polícia Judiciária criado para a série acabou virando nome de instituição oficial. Outro aspecto destacado foi a presença de um herói nacional que até hoje é lembrado nos livros sobre a história do rádio, como o Almanaque da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que primeiro cita o personagem para poder falar do programa.

Quando o programa *Teatro de Mistério* saiu do ar, o horário de veiculação havia mudado para os sábados, às 9h5, e o mesmo contava com reapresentação nas segundas-feiras, às 22h5. Nessa época, em função do falecimento de Cauê Filho, em 1984, o personagem Minoro já não fazia mais parte da produção. Em uma época em que pouco se investia no gênero e que a televisão era o principal meio de comunicação, o programa se mostrou um grande poder de resistência ao longo dos quase 40 anos que ficou no ar.

Dos registros do programa que sobreviveram ao tempo foram em sua maioria feitos pelo ouvinte da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Pedro Salenbauch, durante a década de 1980 e que foram disponibilizados na *internet*¹⁶⁴, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, dentro do projeto TROPIX. Foram gravadas por Pedro Salenbauch 316 episódios da série, e contam no acervo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro outras 70 história, referentes aos últimos anos do *Teatro de Mistério*. Atualmente, os episódios do *Teatro de Mistério* também podem ser

¹⁶⁴ O site Tropix disponibilizou 316 edições do Teatro de Mistério gravadas pelo ouvinte Pedro Salenbauch. Disponível em: <http://www.tropix.nce.ufrj.br/teatro/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

ouvidos na programação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro – AM 1130 -, aos sábados, às 7h, com reprise aos domingos, às 23h. Os episódios estão sendo reapresentados **desde 11 de março de 2017**.

5. Considerações finais

Com essa pesquisa, abrimos uma ampla janela de possibilidade de estudos sobre radiodramaturgia nacional e sobre o programa *Teatro de Mistério*. Mesmo sem aprofundarmos as discussões, por se tratar aqui de uma abordagem pontual, realizada para a IV Interdisciplinar PPGCOM/UFT, foi possível identificar a força da produção que ocupou a grade de programação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro por quase 40 anos. Entre as muitas possibilidades de estudo está, por exemplo, o uso da sonoplastia, a relação dos casos apresentados com o cotidiano do Rio de Janeiro.

Um dos maiores desafios do estudo sobre o rádio continua sendo a localização de fontes e a salvaguarda de materiais de acervo como os programas produzidos pelas emissoras de rádio brasileiro que possam servir de base para análise. Felizmente, o programa *Teatro de Mistério* conta com uma amostra significativa de programas que foram conservados por um ouvinte da emissora e que está acessível, o que possibilita diferentes estudos.

Dadas às limitações de informações, a partir dessa pesquisa foi possível localizar fatos marcantes da trajetória do *Teatro de Mistério*, porém, não se pode dizer que esse estudo está esgotado, pois certamente o programa teve vários outros momentos importantes em sua trajetória. Podendo, por exemplo, ser estudado o impacto do programa na vida da cidade do Rio de Janeiro e como ele se adequou a nova realidade do rádio brasileiro após o fim da era de ouro (década de 40 e 50) desse veículo.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

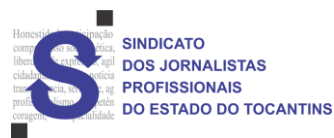
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo. Atlas, 2007.



LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Mariade Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico** /4ed. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas,1992.

MAGUESI, Dagomir. Este homem vive de mistério, **Status**, 1981. Disponível em: https://kupdf.net/download/este-homem-vive-de-misterio-por-dagomir-marquezi_5cba4bfce2b6f5bb7cc7f22a_pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez, 2007.



TELEJORNALISMO REGIONAL: UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS ENTRE 2014 E 2018

Sarah Dantas do Rego Silva¹⁶⁵
Universidade Federal do Maranhão
Camilla Quesada Tavares¹⁶⁶
Universidade Federal do Maranhão

Eixo Temático de submissão: Estudos do Jornalismo

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de realizar um mapeamento nas teses e dissertações defendidas entre os anos de 2014 e 2018 que, de algum modo, abordem questões relacionadas ao tema de regionalização na mídia. Para isso, foi realizado um Estado da Arte com o intuito de verificar os principais assuntos que vêm sendo estudados sobre este fenômeno nos programas de pós-graduação no país. Como mecanismo de busca, foram utilizadas três palavras-chave: regionalismo, Maranhão e Telejornalismo and regional, já que se pretende saber o que tem sobre regionalização, em particular, sobre telejornalismo regional, recortado para o estado do Maranhão. Com um *corpus* de 45 trabalhos coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo para o tratamento deste material. Os principais achados da pesquisa indicam uma necessidade de se pesquisar mais sobre TV regional, principalmente no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo. Estado da Arte. Maranhão. Regionalismo. Telejornalismo.

1. Introdução

Este trabalho tem a proposta de mapear os trabalhos defendidos entre os anos de 2014 e 2018 cadastrados no banco de Teses e Dissertações da Capes, que possuem como tema central o aspecto da regionalização na mídia. Para isso, este artigo ancora-se teoricamente em discussões acerca do regionalismo e suas tendências nos meios de comunicação. Ressalta-se a relevância de se pesquisar como ocorrem os processos de representação regional na mídia, tendo em vista que as pessoas desejam ver características do lugar de onde vivem como forma

¹⁶⁵ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão/Capes, campus Imperatriz. Bolsista Capes. E-mail: s.dantassarah@gmail.com

¹⁶⁶ Orientadora do trabalho. Professora Doutora da graduação e Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. E-mail: camilla.tavares8@gmail.com

de aproximação da sociedade com os meios de comunicação, que em tese, oferece um espaço de visibilidade para o grupo de pessoas que consomem seu conteúdo.

Deste modo, para atingir os objetivos da pesquisa, foi realizado um estado da arte sobre trabalhos que discutem a regionalização na mídia e, como técnica de pesquisa, utilizou-se a Análise de Conteúdo, de abordagem quantitativa. A partir dos critérios estabelecidos, chegou-se a um *corpus* de 45 trabalhos coletados e analisados. Para o mecanismo de busca foram utilizadas três palavras-chave: regionalismo, Maranhão e telejornalismo and¹⁶⁷ regional. Na análise serão apresentados os dados encontrados durante o mapeamento.

2. Fenômeno da regionalização no jornalismo

A mídia, como instituição social, tem como função oferecer espaço às diversas representações sociais, valorizando as características regionais, pois as pessoas que consomem e constroem sua visão de mundo a partir do que se é noticiado na mídia, valem-se da credibilidade moral dos profissionais de comunicação. Nesse contexto, Sousa (2002) defende que a comunicação local e regional passa a ideia de familiaridade com comunidades existentes em cada território, pois a mídia estabelecida em cada região apropria-se de uma linguagem próxima, e transmite a informação de acordo com peculiaridades do lugar. Uma das principais características e papel da mídia regional é aproximar-se de seu público e atender aos anseios da comunidade. Essa aproximação é tanto física como psicológica e afetiva. Além disso, a produção de pautas regionais permite aos jornalistas um engajamento mais efetivo e uma fidedignidade por parte do público (BAZI, 2001).

Peruzzo (2005) ressalta a relevância de se atentar as especificidades, características, identidades e representações da sociedade local na mídia, tendo em vista que um dos valores-notícia no jornalismo é o fator de proximidade (SILVA, 2005). Ressalta-se que a mídia regional vai além das barreiras geográficas, permeando por fatores emocionais, empáticos e culturais, por exemplo. Além disso, é perceptível que o processo de regionalização midiática nas emissoras de comunicação aberta é de suma importância para o equilíbrio econômico e a manutenção da audiência nos programas de televisão, pois, imagina-se que, em grande parte,

¹⁶⁷ A expressão em inglês foi utilizada por recomendação de um tutorial para obter resultados mais precisos.

quando as pessoas se veem em uma programação que conte seu estilo de vida e aspectos próximos ao local de onde vivem, elas podem se tornar mais representadas pela mídia e consomem de forma mais efetiva seus produtos. Por estas razões, faz-se necessário observar o que tem se produzido sobre o tema no âmbito da academia. O que será discutido de forma pontual a seguir.

3. Metodologia do estudo

Tendo em vista a importância de se efetivar os aspectos de regionalismo no meio jornalístico e, ainda, compreender como ocorre esse processo, por meio de pesquisas, promoveu-se, então, um levantamento do Estado da Arte sobre o tema no banco de Teses e Dissertações da Capes. Foram coletados trabalhos defendidos entre os anos de 2014 e 2018, que, de alguma forma, se encaixem na temática de regionalização e utilizadas três palavras-chave para a busca: regionalismo, Maranhão, telejornalismo and regional.

A escolha da palavra “regionalismo” deu-se por ser o tema central do trabalho em questão; “Maranhão” foi escolhido com o objetivo de averiguar o que se tem produzido, em termos de teses e dissertação, sobre o estado; e “telejornalismo and regional” para saber o que tem se pesquisado sobre regionalismo no meio televisivo. Vale ressaltar que, para a pesquisa das palavras no catálogo, foi utilizado um tutorial de pesquisas em banco de teses da Capes¹⁶⁸, o qual explica que utilizar a palavra “and” tem-se resultados mais precisos.

Para a realização deste trabalho foi preciso ancorar-se metodologicamente no conceito de Estado da Arte, que tem como objetivo principal pesquisar o que se tem feito, em termos de pesquisa científica, sobre o tema que pretende-se trabalhar (FERREIRA, 2002). Para avaliar o material coletado, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, quantitativa e qualitativa, defendida por Bauer (2002). Foram mapeados os trabalhos encontrados em cada palavra-chave e divididas suas características em variáveis, sendo elas: área temática; técnicas de pesquisa,

¹⁶⁸Disponível

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1LOLrkuCl34J:www.arq.ufmg.br/bib/wp-content/uploads/2014/03/Tutorial-Banco-Teses-da-CAPES.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 08. Jul. 2019

processo de estudo e as universidades em que foram produzidas as pesquisas. A análise apresenta os dados de modo mais específicos.

4. Resultados e discussões

A coleta de dados das pesquisas de teses e dissertações que tratavam de algum modo sobre regionalismo, Maranhão e Telejornalismo and regional, resultou em 45 trabalhos. Ao buscar-se pela palavra-chave “regionalismo” foram encontrados quatro trabalhos, sendo três dissertações e uma tese. Ao se pesquisar pela palavra “Maranhão”, foram encontrados 28 trabalhos. No entanto, destes foram descartados 11, pois não tinham vínculo com as pesquisas relacionadas ao estado. Isso se justifica, em parte, pelo fato de a palavra “Maranhão” ser sobrenome de alguns autores. Assim, restaram 17 trabalhos, sendo nove dissertações e oito teses, desenvolvidos sobre o Estado do Maranhão.

Optou-se por extrair, também, da base de dados de teses e dissertações da Capes trabalhos que se correlacionavam ao telejornalismo e regionalismo. Para o mecanismo de busca foi utilizado a palavra “and” (traduzida para o português significa “e”) com objetivo de se ter um resultado mais preciso, como recomendado pelo tutorial de busca de teses e dissertações da Capes. A busca retornou 25 trabalhos, porém, um destes teve que ser descartado por não se tratar especificamente de telejornalismo ou regionalismo, que é o foco deste mapeamento. Totaliza-se então, 24 trabalhos analisados nesta palavra-chave, sendo todas dissertações.

A partir desse breve panorama, foi necessário identificar as principais áreas temáticas de estudos. Para isso, foram criadas as seguintes categorias: Jornalismo – impresso, rádio, televisão etc.; Cinema e audiovisual – fotografia, imagem, documentários, novela, série e filme; e Comunicação – textos sobre teorias amplas que não se encaixam nas outras categorias. Dos 45 trabalhos, 36 tinham como área temática o Jornalismo, com estudo sobre temas de telejornalismo, radiojornalismo, jornais impressos e sites de notícia; oito se enquadraram na categoria de Comunicação, pois analisavam páginas nas redes sociais ou rituais festivos, como por exemplo o São João (ALMEIDA, 2018); e somente um tratava sobre Cinema e audiovisual, com análise de narrativas webseriadas inspiradas em narrativas seriadas televisivas (FREIRE, 2017).

Também foi analisado em qual parte do processo de comunicação os estudos foram aplicados, averiguando-se os estudos e o processo de produção midiática e de conteúdo; estudos sobre conteúdo de mídia nos suportes, o conteúdo em si; estudos sobre recepção/comportamento do público. A maioria dos estudos se tratava do conteúdo na mídia, com 22 casos. Logo atrás, 10 trabalhos estudaram os processos de produção e nove utilizaram-se dos dois processos. Somente um estudou sobre recepção e comportamento do público.

Neste mesmo cenário, a próxima variável de análise diz respeito às técnicas de pesquisas utilizadas para o estudo empírico das teses e dissertações. A maioria dos trabalhos utilizaram a Análise de Conteúdo, seguido de Entrevistas, e Observação Participante. Três se apropriaram da técnica de Análise do Discurso. Já Etnografia; Questionário e Análise Cultural foram utilizados por dois trabalhos respectivamente. No mais, tem-se as mais diversas técnicas da área da Comunicação e fora da área, como, por exemplo, Estudo de Caso; Análise Mitocrítica; Metodologia Hermenêutica Filosófica, Entrevista Narrativa; Grupo de Discussão e etc. Salienta-se que 16 dos 42 trabalhos utilizaram-se de duas ou mais ferramentas metodológicas para a análise empírica de seus objetos, utilizando até quatro técnicas em um mesmo trabalho.

Por fim, verificou-se as universidades que mais contribuem com pesquisas sobre o regionalismo no país. A análise apontou que a maior parte dos trabalhos se concentra em universidades do sul do país: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Federal do Paraná. Isso se justifica, em grande parte, pelo fato de a região concentrar várias instituições com programas de pós-graduação. A região possui, ao todo, 984 programas¹⁶⁹. Outro destaque positivo fica por conta da Universidade Federal de Pernambuco, com quatro trabalhos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas na área.

169

Disponível

em

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>>

Acesso em: 18 jul. 2019

5. Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de oferecer um panorama dos temas estudados nos últimos cinco anos sobre regionalismo nos programas de pós-graduação do país. Para contemplar os anseios da pesquisa, foi realizado um Estado da Arte sobre a temática no banco de teses e dissertações da capes. Para o mecanismo de busca utilizou-se três palavras-chave: regionalismo, Maranhão, telejornalismo and regional. O mapeamento resultou em um corpus de 45 trabalhos coletados.

Sobre as principais conclusões do estudo, percebeu-se que ainda há lacunas no que tange as pesquisas sobre regionalismo e que é preciso completar o que já se vem trabalhado na academia. Já que se trata de regionalismo midiático é válido analisar e estudar este fenômeno em veículos de comunicação de cada região. No Maranhão, ainda não foram encontradas pesquisas que falem diretamente de TV regional, circunstância que reforça o interesse da autora deste trabalho em contribuir com o que ainda é preciso estudar, por se tratar de um tema vasto, com a possibilidade de se obter diversos olhares.

No entanto, ao mesmo tempo, os trabalhos analisados oferecem um panorama de como estudar o tema e suas tendências. Encontrou-se as mais diversas técnicas de pesquisas utilizadas e suas combinações em uma mesma pesquisa, isso permite entender que um mesmo assunto pode ser trabalhado de diversas formas. Além disso, possibilita também uma vasta discussão teórica acerca do conteúdo estudado.

Referências

ALMEIDA, Francinete Louseiro de. **Rituais e folkcomunicação: um sistema de comunicação simbólico no São João do Maranhão**. 2018. 281f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BAUER, Martin. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189-217.

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. **TV Regional: trajetórias e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2001.

FERREIRA, Norma. **As pesquisas denominadas Estados da arte**. Educação & Sociedade, 2002.

FREIRE, Elisabete de Jesus Estumano. **Narrativas ficcionais seriadas e a representação dos “dois Brasis”**: A produção de sentidos nas webséries inspiradas nos seriados televisivos as brasileiras e as cariocas. 2015. 199f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) –Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 1, n. 38, 2005, p. 67-84.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, 2005, p. 95-107.

SOUSA, Jorge Pedro. **Comunicação regional e local na Europa Ocidental**. Situ, 2002.

TERRITÓRIOS FÍLMICOS NAS MICROGEOGRAFIAS DE PALMAS-TO

Sérgio Ricardo Soares¹⁷⁰
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Estudos sobre a comunicação audiovisual: rádio, TV e cinema.

Resumo

Esta investigação observa como o filme *Palmas eu gosto de tu* agencia o projeto de oferecer à capital tocantinense uma imagem cinematográfica elogiosa e tecnicamente comercial, combinada à uma leitura crítica da urbanidade local. Através de análise fílmica que tome as marcas materiais da obra como ponto de partida, identifica-se o recurso ao cotidiano comum para gerar identidade, permitindo a reflexão sobre territorialidades pouco midiaticizadas, mas buscando garantir o afeto do espectador.

Palavras-chave: Geografias do cinema. Identidade. Microgeografias. Nacionalismo banal. Palmas.

1. Introdução

Com apenas três décadas de história, a cidade de Palmas, Tocantins, segue em um debate explícito a respeito da constituição de uma identidade. Como é frequente no universo das cidades novas (TREVISAN, 2009), o campo da cultura e das artes se mostra profícuo aos embates de seleção, exclusão e reafirmação de marcas identitárias, ações estas submetidas a toda sorte de interesses políticos e econômicos (ANJOS, 2017).

Mesmo pouco desenvolvido e dependente de condições precárias de produção, o cinema palmense participa desta luta por uma imagem do lugar. Assim, proponho apresentar um olhar sobre o longa-metragem *Palmas eu gosto de tu* (André Araújo et al., 2014), realizado por um coletivo de seis cineastas locais e capaz de galgar um novo degrau no nível de produção audiovisual regional, inclusive com a conquista simbólica de espaços hegemônicos de exibição, tais como as salas *multiplex* de shopping centers.

¹⁷⁰ Doutor em Ciências da Comunicação (Universidade da Beira Interior/Portugal). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo e Mestre em Letras (Universidade Federal de Pernambuco). Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins. Membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (Nepjor/UFT) e do LabCom.IFP (UBI). E-mail: serrsoares@gmail.com

A obra se apresenta multifacetada para uma abordagem das relações entre filme, contexto histórico e político e urbanidades, como já sugerido em trabalho anterior (SOARES, 2016). A intenção, para o momento, é questionar as aproximações que *Palmas eu gosto de tu* desenvolve com o conceito de microgeografias, ou, mais especificamente, microterritorialidades, a partir da constatação de que seus seis episódios se ancoram em narrativas triviais do cotidiano e personagens ordinários, mas precisam dar conta da imagem cinematográfica afetiva da cidade. A realização em foco não configura uma excepcionalidade nesse fenômeno, mas interessa pela clareza com que assume a missão identitária, além de ter tido relevante divulgação à época de seu lançamento. Os caminhos indicados nesta análise, portanto, podem auxiliar na reflexão crítica sobre outros trabalhos audiovisuais palmenses e mesmo sobre criações de outras formas de arte.

2. Fundamentação Teórica

Assim como ocorre em diversas áreas das Humanidades, a Geografia Humana tem se dirigido contemporaneamente para o estudo dos pequenos espaços, as intimidades, as subjetividades. Emergem então as Microgeografias, cujos espaços estudados são “micro” tanto em escala (por exemplo, as geografias dos espaços internos das moradias) como no sentido de lugares onde grupos sociais vivenciam um existir distinto das maneiras culturais predominantes. Essas microterritorialidades, contraponto à massificação do *establishment* capitalista, distinguem territórios e práticas sociais e culturais que possibilitam maneiras autênticas de habitar o lugar (TURRA NETO, 2013).

Para compreender as microterritorialidades em Palmas, este texto toma como ponto de partida o cinema. Tal trajeto se ancora nas Geografias de Cinema, caracterizadas por Wanceslao Oliveira Jr (2005). como não apenas uma investigação das representações dos lugares nos filmes, mas como consideração das repercussões também dos filmes na vida dos lugares. O mesmo Oliveira Jr. realça a relevância midiática para esta tarefa, pois “conhecer o espaço é também pensar sobre como ele é inventado diariamente diante de nós pelas câmeras fotográficas e pelas narrativas da tevê, e sobre como ele é criado em nossas próprias práticas

educativas, onde aparecem muitos mapas, fotografias, filmes, pinturas e outras tantas imagens”.
(OLIVEIRA JR., 2009, p. 23)

No caso de uma cidade nova como Palmas, as questões levantadas não se relacionam apenas com uma identidade cultural mais ou menos estabelecida e suas trocas com a arte. O que se evidencia no fazer cinematográfico é a pretensão de uma construção de identidade do lugar nos filmes, o que inclusive propicie esses filmes como patrimônio cultural do lugar. Esse projeto artístico, hipoteticamente, pode se encaminhar para um retrato estereotipado e abertamente ufanista da cidade e de sua história. Para confirmar esse fenômeno ou apontar outras articulações ideológicas do cinema, utilizo o conceito de nacionalismo banal, do psicólogo social Michael Billig (2010), que recobre aquelas formas sutis, diurnais, quase despercebidas de identidade cultural de nações (mas também estados, cidades, aldeias, etc.), diferentes das manifestações cívicas mais explícitas e oficiais.

3. Metodologia do estudo

Em suas Geografias de Cinema, Oliveira Jr. (2005) se preocupa em firmar o filme, ou seja, a matéria cinematográfica como ponto de partida de toda análise. O objetivo é observar o diálogo das obras com seus contextos, mas nunca perdendo de vista que estas obras são o objeto de estudo. Assim, uma investigação como a aqui exposta não pode prescindir de uma análise fílmica detalhada (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2011), que englobe marcas cenográficas, fotográficas, sonoras e narrativas que revelem a elaboração de uma imagem identitária da cidade. No caso em questão, particularmente interessam como marcas as locações (paisagens muito divulgadas *versus* lugares não-midiatizados), direção de arte (*decór* de ambientes, figurinos, etc.), caracterização de personagens, situações do cotidiano narradas no roteiro e trilha musical. Naturalmente, essa decomposição analítica do filme e sua posterior síntese precisam ser acompanhadas de pesquisa bibliográfica que dê conta da história política da cidade e das representações midiáticas anteriores.

4. Resultados e discussões

Há entre os seis episódios que formam *Palmas eu gosto de tu* uma costura de planos genéricos abertos, que oferecem uma paisagem monumental da região central da cidade. Esses interlúdios funcionam como cartões-postais cinematográficos. Despertam a identificação e o afeto no espectador, porém, quase sempre aéreos, deixam o olhar distante do cotidiano. Cada episódio, todavia, inicia-se com a descida da perspectiva ao chão. As narrativas passam a se centrar em acontecimentos triviais e personagens ordinárias. Não há figuras históricas ou heroicas em cena. A própria ambientação, variada a cada episódio, muitas vezes se dá nas periferias pouco midiaticizadas ou nas existências excluídas (kitnets, quadras residenciais, etc.).

Elaborado sobretudo para um público local, o filme, ao dirigir-se a esse referido cotidiano, enche-se de referências identitárias singelas, que dificilmente integrariam a decodificação de um espectador externo e, por causa do seu caráter íntimo, condiciona uma identificação emocional da audiência palmense. Como exemplos dessas referências, temos os efeitos do calor extremo, a dependência dos favores políticos, o engajamento nos concursos públicos, a (baixa) qualidade do atendimento no comércio ou a grande rotatividade dos habitantes. Esses fenômenos corriqueiros permitem preencher de territorialidade os ambientes dramatizados quando a câmera não tem em foco as paisagens mais oficialmente representativas ou turísticas da cidade.

5. Considerações finais

Ainda que *Palmas eu gosto de tu* seja uma obra com autoria coletiva e inclua variados gêneros, apresenta algumas manifestações constantes que remetem à busca identitária permeada por uma versão local de nacionalismo banal. O contraste entre a glamourização da imagem técnica e o foco narrativo no dia a dia comum viabiliza um discurso sobre a cidade que sintetiza o elogio a uma consideração crítica sobre sua urbanidade. Este pretense equilíbrio garante um patrimônio fílmico inédito para Palmas, formador de possíveis afetividades espectatoriais, não pelo caminho da reafirmação de uma história oficial acrítica, mas pela inclusão de tensões relacionadas à vivência comum da urbanidade local.

Referências

ANJOS, A. C. C. **Do girassol ao capim dourado**: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins. Porto Alegre: Fi, 2017.

BILLIG, M. **Banal nationalism**. London: Sage, 2010.

MOTTER, A. E. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

OLIVEIRA JR., W. M. O que seriam as geografias de cinema?. **Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 27-33, 2005.

_____. Grafar o espaço, educar os olhos: rumo a geografias menores. **Pro-posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 17-28, 2009.

SILVA, T. V. **Palmas, eu longe/gosto de tu!**: produção e circulação de cinema no Tocantins. 2017. Dissertação (Mestrado em Cinema) - Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2017.

SOARES, S. R. A cidade mais íntima e mundial em Palmas, eu gosto de tu. *In*: SIDOCHA, U., MOURA, C. (orgs.). **Culturas em movimento**: livro de atas do I Congresso Internacional sobre Cultura. Covilhã: LabCom.IFP, 2016. p. 777-787.

TREVISAN, R. **Cidades novas**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TURRA NETO, N. Microterritorialidades nas cidades: uma introdução à temática. **Cidades**, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 7-17, 2013.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papyrus, 2011.

TIFANNY E O *FRAMING* DA IMPRENSA ESPORTIVA BRASILEIRA

Lidiane Moreira Gonçalves da Silva¹⁷¹

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Amanda M. P. Leite¹⁷²

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Eixo Temático de submissão: Estudos de mídia, ética e gênero.

Resumo

O estudo analisa os enquadramentos noticiosos, do inglês *framing*, sobre a participação da primeira mulher transexual na Superliga Feminina de vôlei no Brasil, na tentativa de compreender como a imprensa brasileira agendou a visibilidade trans no esporte. Para tanto, selecionamos 23 publicações no período de 15 meses, entre janeiro de 2018 e abril de 2019.

Palavras-chave: Comunicação. *Framing*. Imprensa esportiva. Transexualidade. Vôlei.

1. Introdução

Praticado nas escolas desde as séries iniciais nas aulas de Educação Física, o voleibol tornou-se o segundo esporte mais popular no país do futebol. Popularidade que cresceu a partir dos anos de 1980 com os excelentes resultados das seleções brasileiras tanto feminina como masculina, nas principais competições como as olimpíadas, campeonatos mundiais, jogos pan-americanos, ligas mundiais e *grands prix*.

¹⁷¹ Jornalista pela Universidade de Gurupi (Unirg), especialista em Ensino e Educação e mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: moreira.lidiane@uft.edu.br

¹⁷² Fotógrafa. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora e Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: amandaleite@uft.edu.br Site: www.amandaleite.com.br

Principal competição profissional de voleibol no Brasil, a Superliga reúne 12 equipes masculinas e 12 femininas¹⁷³. Quanto ao espaço dado na mídia, a modalidade é uma das poucas que possui transmissão na mídia televisiva brasileira nas duas categorias.

Na temporada 2017/2018, uma atleta em especial ganhou espaço nas redações da imprensa esportiva brasileira. Tiffany Abreu, de 35 anos, chamou atenção pelo seu desempenho como oposta¹⁷⁴ do Sesi Bauru¹⁷⁵. Mas não foi apenas pelo seu aproveitamento no ataque que ela ganhou o noticiário esportivo. Seu desempenho é questionado porque se tornou a primeira mulher transexual a competir no maior campeonato profissional da categoria no Brasil.

Há questionamentos sobre o critério científico¹⁷⁶ que delimita o nível de testosterona, principal hormônio sexual masculino, como fator que garanta a igualdade de condições físicas com as mulheres cisgênero¹⁷⁷.

Aos 30 anos, antes de realizar a transição de gênero na Europa, Tiffany Abreu era Rodrigo Pará. O sobrenome era uma referência ao Estado onde cresceu profissionalmente: foi em Conceição do Araguaia, sul do Pará, onde a atleta iniciou no esporte. No entanto, é natural de Paraíso do Tocantins, cidade da região central deste Estado. Após todas as mudanças físicas e hormonais do período de transição, competiu numa equipe masculina da Bélgica e na Itália, onde conseguiu liberação para competir em uma equipe feminina, o que acendeu o debate sobre transexuais no esporte de alto rendimento. Neste contexto, chama atenção reações de

¹⁷³A maioria das equipes tem sede nos estados das regiões sul e sudeste e disputam fase classificatória em pontos corridos, turno e retorno. Na fase de *playoffs*, as quartas-de-final são definidas em série melhor de três, semifinais também em melhor de três e final em jogo único. Este formato passou a ser adotado desde a temporada 2009/2010. As partidas acontecem de dezembro a março do ano seguinte e por isso as temporadas são designadas em biênio, 2017/2018 e 2018/2019, por exemplo.

¹⁷⁴ Trata-se da posição oposta ao levantador, nesta condição a (o) atleta costuma ser mais atuante no ataque.

¹⁷⁵ Fundada em 2005, a Associação Vôlei Bauru, também chamado Vôlei Bauru e Sesi Bauru, é uma equipe de voleibol feminina de Bauru, município do interior de São Paulo.

¹⁷⁶ Tiffany conseguiu a liberação do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) por atender os critérios estabelecidos para atletas trans, já que seu nível de testosterona está abaixo do que é permitido para mulheres no esporte.

¹⁷⁷ De acordo com a cartilha do Ministério Público Federal (2017, p.14) cisgênero “são as pessoas que possuem uma identidade de gênero correspondente ao sexo biológico. Um homem é cisgênero se seu sexo biológico e sua identidade de gênero forem masculinas, independentemente da orientação sexual que tenha, homossexual ou heterossexual.

intolerância, repulsa e transfobia nos comentários em reportagens e nas redes sociais tanto na Itália como no Brasil.

O debate em torno deste assunto não é novo, mas reacendeu quando, em 2015, o Comitê Olímpico Internacional (COI) autorizou transexuais no esporte. Em 2003, a entidade já havia se manifestado sobre autonomia da identidade de gênero. Outro episódio aconteceu em 1998, quando uma das promessas do vôlei brasileiro, a ponteira Érika Coimbra¹⁷⁸, de 18 anos, não pode ser convocada pelo técnico Bernardo Rezende, o Bernardinho. O

caso de Tiffany levanta muita polêmica dentro das questões científicas. No entanto, este trabalho não se atentará a este recorte, até porque cabe à Ciência, em seus critérios qualitativos, apontar estudos para ratificar ou rechaçar os parâmetros utilizados para legalizar a participação. O objetivo desta pesquisa é analisar o enquadramento noticioso da imprensa esportiva brasileira nas publicações sobre Tiffany.

A partir do *framing* adotado, vamos avaliar de que forma os conteúdos jornalísticos publicados trataram da visibilidade trans no esporte e analisar se os critérios editoriais nas escolhas de imagens para ancorar os textos contribuíram ou não para a desconstrução do estigma social de pessoas transgênero.

2. Fundamentação Teórica

Framing, de origem na língua inglesa, significa enquadramento noticioso, uma teoria da comunicação cujos teóricos precursores são Gregory Bateson (1954) e Erving Goffman (1974). Sob o olhar desta teoria, a (o) jornalista promove a construção de reportagens que priorizam uma forma de escrita, de entonação da voz e enfoque noticioso que molda o acontecimento ao focar em um aspecto e desfocar outro. Este labor diário das redações fica evidenciado na escolha por palavras do título e ao longo do texto, expressões, as fontes que serão entrevistadas, que podem sustentar ou confrontar a ideia principal (o que inclui a edição com escolha de partes das sonoras), as imagens em movimento ou estáticas e as suas legendas.

Todo este conglomerado constrói a linha editorial, que traz em si a carga

¹⁷⁸ Durante o mundial juvenil daquele ano, o resultado de um exame indicou que a taxa de testosterona de Érika estava acima do parâmetro considerado normal pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). A atleta se afastou das competições e foi submetida à cirurgia para correção da disfunção hormonal.

ideológica daquele veículo e também de quem o escreve. Entra em jogo aqui o poder político e/ou econômico que sustenta determinada empresa, afinal, quem paga o salário “fala” mais alto.

Um mesmo assunto pode ser escrito de maneira diferente por dezenas de jornalistas, dizer a mesma coisa ou trazer outra perspectiva, já que a carga subjetiva é basilar da escrita. As experiências pessoais e a afinidade daquela ou daquele profissional ficam registrados na escrita, sejam dos parágrafos do texto ou na composição dos *offs* na televisão ou rádio. De outro lado, está quem interpreta, quem recebe a notícia. Com a diversidade de mídias disponíveis, há uma tendência em ler, assistir ou ouvir aquilo que se aproxima mais da nossa forma de ver o mundo, que é construído ao longo dos anos, muito por influência da própria mídia e também da cultura, do espaço social onde se vive e com que se relaciona.

Conforme Rossetto e Silva (2012, p. 106), o *framing* pode ser estudado como estratégia para construir e processar a notícia ou uma forma de caracterizar o discurso. Assim, “examina como os enquadramentos são patrocinados por atores políticos, como jornalistas empregam enquadramentos na construção de estórias noticiosas, como essas estórias articulam enquadramentos e como a audiência os interpreta”.

3. Metodologia do estudo

O

recorte temporal adotado para esta pesquisa compreende o período de 15 meses, entre janeiro de 2018 e abril de 2019 que abarca um espaço de tempo de duas temporadas da Superliga Feminina: 2017/2018 e 2018/2019. Será analisado o conteúdo textual e imagético de 23 publicações¹⁷⁹ sobre Tiffany. A análise de conteúdo, consoante Bardin (2009), é um dos métodos mais eficientes para inferências de produtos jornalísticos. Foram adotados os seguintes critérios para descrever e classificar as publicações: título, ideia central, palavras-chave, editoria e comentários (se há ou não).

4. Resultados e discussões

O

resultado esperado para esta pesquisa pretendia chegar à análise dos conteúdos de 23

¹⁷⁹ As 23 publicações compreendem notícias, matérias e reportagens que podem ser acessadas pelo link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1PIKboN7N7AGnl8IFnJfbMwKvlddHx5Z7dtvy91e8K_s/edit#gid=0

publicações, destas, 13 repercutiram sobre o episódio polêmico em que Bernardinho disse: "*Um homem é f**". O fato foi exaustivamente explorado seja como ideia central ou com uma citação menor em um parágrafo, o que reacendeu o debate acerca do tema.

Percebemos, durante a análise de cada texto, a dimensão que poderia ser explorada a partir da temática. Desta forma, escolhemos ampliar a análise e apresentar aqui, dada a limitação de espaço, apenas o esboço de uma pesquisa que está em curso.

Nas publicações em que o título destacou a fala de Bernardinho, como em uma do *Lance*, cuja chamada "*Após ser flagrado chamando Tiffany de 'homem', Bernardinho se desculpa*", gerou cerca de 200 comentários que continham palavras/frases cujas mais 'suaves' eram: "*covardia*", "*isso é homem*", "*Bernardinho está certo*" e "*não é justo com as mulheres*".

Na ocasião, o enquadramento dado pelo *Lance*, assim como feito pelo *IG*, *Globo Esporte*, *Toque de Bola*, vai ao encontro do que Rosseto e Silva (2012, p. 107) classificam como enquadramento de audiência que se refere "à influência que enquadramentos dos meios de comunicação exercem no processo cognitivo e interpretativo dos receptores". Assim, a forma como Bernardinho, referência neste esporte, se expressou em um momento de "ânimos exaltados", endossou a reação e comentários públicos.

Por outro lado, o mesmo episódio foi enquadrado de forma diferente pelo *Yahoo Esportes*, no título "*Bernardinho critica jogadora trans e depois se desculpa*". Embora o teor dos comentários, mais de 200, tenha sido bem semelhante aos do *Lance*: "*covardia jogar com mulheres*", "*infelizmente agora tem que ser politicamente correto*", "*ele não tinha q ter se desculpado de nada*" (sic), "*mas é homem*" e "*já pensou se a moda pega*". Por isto, outra teoria da comunicação pode ser utilizada neste estudo: o da *agenda setting*, também chamada teoria do agendamento, que diz que os *mass media* determinam o que será o assunto de conversas e discussões, mas não influenciam como as pessoas vão pensar, conforme Pena (2010, p.144).

Outras 10 matérias trouxeram um enquadramento baseado na junção de diferentes perspectivas seja de profissionais do meio esportivo e médico, de ativistas LGBTQIAP+¹⁸⁰, de outras jogadoras e da própria atleta. Na televisão, o *Esporte Espetacular* da Rede Globo, um dos programais esportivos com maior audiência, trouxe uma reportagem especial com duração de mais de seis minutos. Na televisão paga, Tiffany foi entrevistada do programa *Bola da Vez*, da ESPN Brasil, com duração de cerca de 60 minutos.

5. Considerações finais

No Brasil, país em que as mulheres conseguiram direito ao voto no século passado, não há de ser novidade que elas, no esporte, enfrentassem preconceitos de toda ordem: desde a forma do seu corpo, do peso, das roupas, do cabelo, do modo ser na sociedade até o direito e o reconhecimento da participação na Superliga. Estigmas que ao longo de séculos, rotulam a mulher como sexo frágil e pouco apta às modalidades esportivas.

Chegamos à segunda década do século XXI, quando uma série de padrões preconceituosos começa a ser desconstruída dentro e fora das quadras e nisto a imprensa esportiva tem um papel crucial, assim como fez na Copa do Mundo deste ano, com a ampla cobertura dos jogos em canais da televisão aberta e em canal pago. A competição feminina na França foi transmitida pela Globo, Band e SporTV, e a audiência mais que dobrou em relação a edição anterior.

Se mulheres *cis* ainda enfrentam barreiras para construir carreira no esporte de alto rendimento, falar em minorias no pódio ainda é um tabu para uma parcela considerável da sociedade. Quando essas minorias são mulheres *trans*, as discussões baseadas em senso comum e estereótipos criados há séculos e que são reproduzidas nos comentários emperram a inclusão de atletas no esporte. Somos, no mundo, o país que mais mata¹⁸¹ pessoas *trans*, onde a expectativa de vida não passa dos 35 anos. O espaço para estas atletas no esporte e no jornalismo significa também sobrevivência e resistência.

¹⁸⁰ A sigla traz a letra inicial dos seguintes gêneros: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli, e mais.

¹⁸¹ De acordo com a ONG Transgender Europe (TGEu), morreram no Brasil mais de 800 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que leva o Brasil ao topo de países como maior índice de homicídios.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; SILVA, Alberto Marques. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?. **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 99-114, jul. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto>. Acesso em: 21 ago. 2019.

O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público do Estado do Ceará. 2. ed. Brasília: MPF, 2017.

TROVADORISMO PORTUGUÊS E IMAGEM FEMININA NA MÚSICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Maria Eduarda Ferraz¹⁸²

Universidade Federal do Tocantins

Verônica Dantas Meneses¹⁸³

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Acontecimento e Narrativa

Resumo

O presente trabalho discute sinais do trovadorismo português, no que se refere à imagem feminina, presentes na música contemporânea brasileira. O texto faz alguns esboços projetando elementos para uma pesquisa mais abrangente. Os resultados dão indícios que, apesar de ser possível enxergar que muitos comportamentos do medievo ainda se repetem, com as mudanças sociais e o empoderamento feminino a imagem da mulher na arte tem sofrido uma mudança expressiva.

Palavras-chave: Cantigas. Música. Trovadorismo. Imagem feminina.

1. Introdução

De modo geral, todos nós somos apresentados à poesia trovadoresca no ensino médio, durante as aulas de literatura brasileira e portuguesa, mas muitos aspectos que perpassam o tema acabam não sendo explorados, como a imagem da mulher e como essas eram representadas nos escritos. Contudo, as artes dialogam entre si, e os versos medievais lusitanos se relacionam com a música contemporânea brasileira não somente pelo português e galego-português, mas pela sua principal característica, que é o fato de serem musicalizados.

Assim, este ensaio traz uma reflexão social e comportamental sobre as influências do passado nos valores do presente e como, com a transmutação da sociedade feudal até a chegada da sociedade contemporânea, as relações de poder apresentaram mudanças expressivas e ao mesmo tempo ainda possuem similaridades diversas, mostrando-se desta forma, um tema atual.

¹⁸² Graduada em Jornalismo e mestranda em Comunicação e Sociedade, com bolsa CAPES, na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: ferrazduarda@gmail.com.

¹⁸³ Jornalista e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente dos cursos de Bacharelado em Jornalismo e Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: veronica@uft.edu.br.

A imagem da mulher no cinema, na literatura, na teledramaturgia, na política ou na música, é um assunto provocador e curioso, seja como forma de exaltar uma imagem real e fiel, seja como forma de estudar o retrato de uma época ou ainda como meio de criticar figuras que aparecem de maneira distorcida. Ver o sexo feminino sendo retratado como algo abaixo do que se é, alguém de sua capacidade intelectual ou física, sendo colocado como vilão, com carga histórica de culpa, é coisa corriqueira. Também é comum ver a mulher sendo associada a fragilidade das coisas, a delicadeza, como dona de um comportamento perfeito, temperamento calmo pois, se do contrário for, será duramente criticada.

Os padrões que a sociedade espera são o resultado de centenas de anos da montagem de um perfil que deveria ser perfeito. Mesmo no século XXI, vê-se nas mais diversas manifestações de indivíduos, formas de pensar que foram cultivadas no passado e que ainda não mudaram. É neste contexto que trazemos a representação da imagem feminina: de um lado, na cantiga medieval portuguesa; do outro, na música contemporânea brasileira.

2. Fundamentação Teórica

A poesia medieval portuguesa a que nos referimos neste trabalho é o Trovadorismo, movimento literário que surgiu a partir da Canção da Ribeirinha, de Paio Soares de Taverirós, datada em 1189, no século XII, e seguiu até o início do século XVI, quando o cronista, Fernão Lopes, foi nomeado Guarda-Mor da Torre do Tombo, que fazia parte do Castelo de São Jorge, pertencente a Coroa Portuguesa. O cargo servia para guardar e conservar todos os arquivos do reino.

A poesia trovadoresca se divide em dois gêneros: o lírico-amoroso e o satírico. Dentro deles, quatro subdivisões: cantigas de amor, cantigas de amigo, cantigas de escárnio e cantigas de maldizer, respectivamente, sendo assim, dois em cada subgênero. Nesses trabalhos, a mulher era vista com enorme frequência, sendo personagem principal em grande parte deles.

No primeiro subgênero, o de amor, o sexo feminino era colocado como algo impossível de ser alcançado, inatingível, geralmente pondo a personagem principal como uma dama da alta sociedade ou ainda uma senhora já comprometida. A figura masculina, entretanto, aparece sendo sempre a de um homem vassalo, que sofre. Na cantiga de amigo, por outro lado, quem sente as tristezas do amor é a mulher, mas de forma diferente, pois seu caso ou relacionamento

se concretizou, foi real, mas no presente, ela não se encontra mais com a pessoa que ama e por isso sofre.

Em se tratando das cantigas de escárnio e de maldizer, que fazem parte do gênero satírico, os temas englobam desde os costumes da corte a decadência dos nobres. São nessas cantigas, apresentadas em canto pelos trovadores, que podemos encontrar histórias sobre os escândalos da sociedade. Também nestas poesias vê-se a presença do adultério feminino como um tema.

Algieri e Sibin (2007), afirmam que o período era de grande influência religiosa na sociedade, que funcionava no modelo feudal, sendo assim, a poesia produzida variava-se entre um lirismo exacerbado, uma certa morbidez, e uma crítica enorme, exagerada, que podia ofender e muito ao outro. Isso mostra a dualidade presente no trovadorismo, podendo ser romântico e sofrido, mas também uma forma de agredir e inquietar alguém.

Como os meios de escrever e documentar as cantigas eram mínimos, elas eram passadas por via oral, através da musicalização, utilizando instrumentos de corda, como por exemplo, o saltério, a viola, a harpa e o alaúde. Quem contava e cantava as histórias eram os trovadores do sexo masculino, mesmo em caso de cantigas de amigo, onde o eu lírico é feminino. Muito embora seja sabido da presença de trovadoras em algumas regiões europeias, como na França, por exemplo, até onde se sabe, não há tantos registros oficiais a seu respeito.

Sabe-se, entretanto, que estas eram chamadas de *trobairitz* e adotavam um nível maior de subjetividade em seus trabalhos, utilizando um estilo mais livre, conforme diz Deplagne (2010). Nos poucos trabalhos encontrados, foi identificado uma modalidade conhecida como *tenson*, que é basicamente um debate poético entre dois interlocutores.

No século XXI, muito tempo se passou neste recorte e coisas importantes foram conquistadas pelas mulheres, ainda que o caminho para a igualdade de gênero tenha um longo percurso a ser seguido, dentre essas o direito à livre expressão (um direito global, mas não usufruído em todos os lugares), seja ela através da fala, da escrita ou do canto.

É justamente pela forma em que as cantigas se espalharam, por via oral, que na pesquisa é estabelecido sua relação com a música, somando a ela o fato de o Brasil ter sido uma colônia portuguesa, e ambos os países falarem a mesma língua, apesar de suas inúmeras diferenças e variações. Sendo assim, na forma de problema para esta pesquisa, trazemos os seguintes

questionamentos: como as mulheres eram retratadas nas canções medievais portuguesas e como são retratadas na música contemporânea brasileira, pela visão masculina dos trovadores, pelos cantores do sexo masculino no “mundo moderno” e pela própria ótica feminina? Em que a conquista da voz, pelas mulheres, e o uso da palavra cantada como instrumento ajuda a mudar sua representação? O que há de medieval na atualidade?

A cantiga trovadoresca é um reflexo da sociedade medieval e seu pensamento é um fato, mas a arte de séculos atrás ainda influencia o pensamento atual e é indispensável refletir até que ponto isso é aceitável e/ou prejudicial as formas de uma mulher se ver e se moldar para atender a imagem perfeita.

3. Metodologia do estudo

A ideia da pesquisa consiste em fazer uma relação das obras poéticas medievais portuguesas, com a música contemporânea brasileira, sendo assim, uma investigação feita, exclusivamente, em língua portuguesa. Primeiramente a observação se dará nas 4 categorias de cantigas trovadorescas, na sequência, o procedimento a ser realizado consistirá em identificar no cancionário brasileiro a repetição de comportamentos, presentes nos escritos do passado, e a contestação deles, para, por fim, investigar um possível novo gênero de resposta.

O trabalho será de cunho qualitativo, já que está sendo feito em uma forma mais subjetiva, não tendo como finalidade o levantamento de números e dados sobre o tema escolhido. Sendo assim, após a observação descrita anteriormente, a segunda parte são as leituras referentes a técnica escolhida para nortear esta investigação, a análise de conteúdo que, segundo Richardson (2011), é usada para estudar material qualitativo e, sendo assim, faz-se necessário uma primeira leitura, tendo como fim organizar o pensamento para, assim, partir para a análise em si e suas regras.

Para melhor compreender o assunto estudado, as leituras escolhidas para entender a técnica e ajudar na interpretação dos materiais de uso, são os trabalhos de Roberto Jarry Richardson, no livro Pesquisa Social: métodos e técnicas, Laurence Bardin, em Análise de Conteúdo, e Bauer e Gaskell (2002), no livro Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som, onde Bauer aponta que a análise de conteúdo trabalha, de modo geral, com material escrito, mas que também pode ser aplicada em sons e imagens.

Dando sequência ao plano traçado, o passo seguinte é fazer a leitura e seleção das poesias trovadorescas, o que possibilitará a escolha dos exemplos que deverão ser utilizados para análise. As cantigas podem ser consultadas, gratuitamente, em projetos portugueses e galegos, disponíveis na internet, como é o caso do *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*, ligado a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o *Glosario da poesia medieval profana galego-portuguesa*, ligado ao Grupo de Inverstigación Lingüística e Literaria Galega, da Universidade da Coruña, situada na região da Galícia, na Espanha. Através de seu site, chegamos ao portal Universo Cantigas, que, como o próprio nome já sugere, traz cantigas diversas em seu espaço.

4. Resultados e discussões

Selecionamos para a pesquisa nove artistas brasileiros para identificar aspectos das poesias trovadorescas do medievo português no que concerne à imagem da mulher, a fim de identificar possíveis repetições de comportamento. Neste ensaio trazemos quatro deles. A partir disso, no trabalho final, pretendemos verificar o possível aparecimento de um novo gênero, que seria o de resposta, cantado nas vozes femininas contemporâneas.

Na Música “Devolva-me”, por exemplo, Adriana Calcanhoto faz uma inversão de papéis, que gera um interesse investigativo pois, se nas cantigas trovadorescas de amigo, os trovadores escreviam com um eu-lírico feminino, colocando-se no lugar da mulher, nesta canção a artista é vista pondo-se no papel masculino. Já em Chico Buarque, percebemos que o músico é, diversas vezes, apontado como um homem que entende bem as mulheres, sendo que muitas de suas canções são escritas a partir de um referencial feminino, como é o caso de “Tatuagem” e “Olhos nos olhos”.

Dando continuidade, chegamos em Lupicínio Rodrigues, embora tenha sido predecessor dos artistas anteriores. Conhecido como “o inventor da dor de cotovelo”, seu próprio apelido já diz muito sobre o que encontraremos em seu trabalho. Na música “Loucura”, ele fala sobre sofrer e amar de verdade, e por isso ser visto como um fraco, além de implorar a Deus que traga sua amada de volta. Um outro exemplo a ser citado é “Nervos de aço”, em que o artista fala sobre sentir um desejo de morte e dor, ao ver a mulher que ama nos braços de outro.

Chegando ao rap, Gabriel, O pensador escreveu uma canção de nome “Lôraburra”, que tem um tom humilhante, onde falava sobre inteligência, ambição e estilo, contendo, inclusive, xingamentos, podendo ser relacionada, pelo conteúdo, com as cantigas satíricas (divididas em escárnio e maldizer). Nesta variedade de cantigas e músicas as personagens vão se mostrar de formas diferentes em cada gênero, considerando que aparecem ora como mulheres inalcançáveis, mulheres que sofrem por um amor que não existe mais ou ainda que são difamadas e ridicularizadas para a sociedade.

5. Considerações finais

Este ensaio trouxe uma análise preliminar das semelhanças e antagonismos existentes na poesia trovadoresca e na música brasileira, permitindo mostrar que a pesquisa traz uma reflexão social e comportamental de suma importância para entendermos as influências do passado nos valores do presente e como, com a transmutação da sociedade feudal até a chegada da sociedade contemporânea, as relações de poder apresentaram mudanças expressivas. Ele também possibilita uma percepção sobre o que há de medieval na conduta social atual. Uma análise mais aprofundada, elencando as categorias do trovadorismo e seus encontros e desencontros na música contemporânea brasileira, será desenvolvida posteriormente.

Referências

- ALGERI, Nelvi Malokowsky; SIBIN, Elizabete Arcalá. *A poesia trovadoresca e suas relações com a literatura de cordel e a música contemporânea*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/810-4.pdf>. Acesso em 12/11/2018.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. *Gênero em desafio: das trobairitz provençais às repentistas nordestinas*. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

UM OLHAR SOBRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS A PARTIR DA PÁGINA DO FACEBOOK: “EU EMPREGADA DOMÉSTICA”

Thamyris Pinheiro Maciel¹⁸⁴

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade

Universidade Federal do Tocantins

Liliam Deisy Ghizoni¹⁸⁵

Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação e Subjetividade

Resumo

Objetiva-se neste estudo apresentar o Facebook e a partir dele a Fanpage “Eu empregada doméstica”. Trata-se de um estudo teórico. Esta foi criada em 19 de junho de 2016, inicialmente como um desabafo pessoal da professora de história, *rapper* e ex-trabalhadora doméstica Joyce Fernandes, que tem como nome artístico Preta Rara. Os relatos publicados na Fanpage receberam grande destaque na rede, se tornaram objeto de compartilhamento entre seus usuários e assim, em poucos meses a fanpage alcançou mais de 100 mil curtidores e seguidores. Hoje a página tem três anos e três meses e conta com 163.701 curtidores e 164.617¹⁸⁶ seguidores das publicações anônimas. Desse modo, a Fanpage “Eu, empregada doméstica” se mostrou de extrema relevância para a elaboração de um estudo de mestrado (em andamento) devido ao caráter denunciador de um trabalho precário, exercido em condições insalubres e que, em muitos casos, pode ser equiparado ao trabalho escravo contemporâneo.

Palavras-chave: Facebook. Fanpage. Trabalho Doméstico. Trabalho Escravo Contemporâneo.

¹⁸⁴ Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Administradora, pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão/CNPQ/UFT. E-mail: thamyypinheiro@hotmail.com

¹⁸⁵ Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade de Santa Catarina. Psicóloga pela Universidade Vale do Itajaí. Professora na Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão/CNPQ/UFT. E-mail: ldghizoni@gmail.com

¹⁸⁶ Data de consulta: 28 de agosto de 2019.

1. Facebook: a maior rede social da atualidade

O Facebook é a maior rede social da atualidade em número de usuários (2,7 bilhões). Nesse contexto, o Brasil ocupa terceiro lugar no ranking de países com maior número de usuários, contando com 130 milhões e é o terceiro site mais acessado do país (CUPONATION, 2019; SIMILARWEB, 2019), sendo, portanto, um fundamental meio de comunicação no mundo contemporâneo.

É objetivo deste estudo apresentar o Facebook e a partir dele a Fanpage “Eu empregada doméstica”, que é objeto de estudo de uma dissertação de mestrado em andamento.

Recuero e Soares (2013) afirmam que o crescimento do uso do Facebook no Brasil, nos últimos anos, trouxe novos contextos para os processos de comunicação e para os discursos. O Facebook é uma rede social que permite a comunicação entre seus usuários através do compartilhamento de conteúdo (troca de informações, postagens de vídeos, músicas, envio de mensagens e etc.), em diversos suportes multimídias (computador, tablet, smartphone, etc.), através de um formato descentralizado e não hierárquico (RECUERO, 2009).

A rede, originalmente intitulada *The Facebook*, foi desenvolvida por Mark Zuckerberg, aluno da universidade de Harvard, e três amigos, nos Estados Unidos da América (EUA) em 2004 e seu acesso, inicialmente, era limitado aos estudantes de Harvard. A rede social se espalhou rapidamente e, se tornou uma explosão entre os estudantes de todo os Estados Unidos (KIRKPATRICK, 2011), passando, desde então, por constantes atualizações, como em setembro de 2005 quando a plataforma adotou o nome Facebook no endereço: facebook.com.

Kirkpatrick (2011) afirma que, desde o início, a plataforma era voltada para o relacionamento entre os usuários e, com intuito de facilitar tal relacionamento, a equipe do Facebook lançou em 2006 o Feed de Notícias, desenvolvido para auxiliar os usuários a encontrarem as informações que mais lhes interessava a qualquer momento. Para o autor, a nova ferramenta foi o início de uma grande transformação importante no modo como os usuários da rede trocam informações. Boyd (2008) assevera que o Feed de notícias evidenciou informações que não eram facilmente acessadas, mesmo já estando publicadas na rede social.

De acordo com Pariser (2012) o surgimento do Feed levou esta rede social outro nível, pois seu algoritmo levantou todas as atualizações contidas na imensa base de dados do Facebook, colocando-as em um só lugar. Para Boyd (2008) esse novo mecanismo transformou o modo de ação dos usuários, que passaram então a conviver com a expectativa de que cada ação dentro desta rede seria anunciada à sua lista de contatos. No entanto, quando o volume de postagens e usuários da rede aumentou significativamente, foi necessário alterar a plataforma novamente, pois ler ou gerir o Feed ficou impraticável. Assim, a solução encontrada pelo Facebook foi criar um algoritmo que hoje está por trás da página inicial do site, trazendo as principais notícias, o EdgeRank (PARISER, 2012).

Diante de um cenário em alteração, em setembro 2006 o Facebook terminou com a exclusividade para estudantes de Harvard e passou a ser um dispositivo aberto para qualquer usuário acima de 13 anos que tivesse um endereço de e-mail válido, também foi estendido para outros países. Kirkpatrick (2011) afirma que essa mudança trouxe ao Facebook, na segunda semana de outubro daquele ano, uma adesão diária de 50 mil novos usuários que anteriormente era de 20 mil novas adesões/dia. Diante disso, Kirkpatrick (2011) assevera que o valor central do Facebook está no conjunto de conexões entre os usuários. Nesse sentido, Miller (2011) destaca que o “Facebook nunca existe isoladamente; ele nunca é a totalidade da vida das pessoas que conhecemos. Não é de surpreender que é tanto um complemento para a vida off-line quanto uma expressão da mesma” (MILLER, 2011, p. 174, tradução nossa).

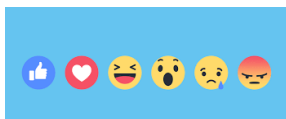
Em novembro de 2007, o Facebook lançou as Fanpages, em tradução literal páginas de fãs. O Facebook informa¹⁸⁷ que os perfis pessoais são destinados a pessoas físicas, para fins não comerciais e as Fanpages, são páginas (gerenciadas por pessoas físicas por meio de seus perfis), mas disponibilizam ferramentas exclusivas para empresas, marcas e organizações, pessoas ou personagens. Desse modo, os usuários podem curtir uma Fanpage e visualizar o conteúdo desta página em seu Feed de notícias. Nesse contexto, Barreto, Câmara e Rios (2012) afirmam que nas Fanpages acontecem as interações mais conhecidas do Facebook: o compartilhamento, a curtida e o comentário.

¹⁸⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/217671661585622>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

O compartilhamento é importante pois ao compartilhar a publicação de algum amigo ou página, o usuário a disponibiliza em seu perfil para atores que não tem acesso ao conteúdo ou página que publicaram aquilo.

Em 2016 a opção “Curtir” foi modificada. Antes, “curtir” poderia significar tanto concordância quanto discordância em uma publicação. Trazendo dualidades às reações às postagens. Desse modo, em fevereiro de 2016, o Facebook adicionou quatro opções de reação ao botão “curtir”, de modo que, atualmente, cada reação é representada por sua própria imagem e significado. O usuário pode clicar em: “Curti”, “Amei”, “Haha”, “Uau”, “Triste” ou “Grr” (raiva) sobre algo que foi publicado, conforme demonstrado na figura 1:

Figura 1: Botões de reações do Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/>

O Facebook, para Recuero (2014) é uma ferramenta criada simbolicamente para implantar o espaço social no cotidiano dos atores, suscitando práticas e dando novos significados a seus usos. A autora considera a conversação como uma dessas práticas que podem ter novos significados. Desse modo, Recuero (2014) ressalta que “comentar” é uma prática conversacional. Os comentários são mensagens adicionadas à rede através do botão “comentar” de uma postagem, permanecendo visível tanto para o autor do post como para os demais usuários. Para a autora, comentar em uma postagem não apenas indica a participação, como também fornece contribuição para a conversação. “O comentário compreenderia assim uma participação mais efetiva, demandando um maior esforço e acontecendo quando os usuários têm algo a dizer sobre o assunto” (RECUERO, 2014, p. 120). Desse modo, o comentário é concebido como espaço onde os usuários expressam suas opiniões, podem conversar entre si e/ou com o moderador de alguma página, por exemplo. É onde a interação discursiva acontece, os discursos são criados e os questionamentos levantados.

A interação nas Fanpages segundo Recuero (2009) é a ação que possui um “reflexo comunicativo” ou “reflexo social” entre o sujeito e seus semelhantes. A autora afirma, ainda,

que “[...] entender como os atores constroem esses espaços de expressão é também essencial para compreender como as conexões são estabelecidas (RECUERO, 2009, p. 27).

Aldé (2011) e Östman (2012) consideram as fanpages um ambiente favorável para debates e divulgações de cunho político, social e cultural, por serem de fácil acesso e capazes de hospedar múltiplas informações em variados formatos (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012). O caráter conversacional do Facebook permite que usuários se apropriem do espaço virtual e o utilizem de forma estratégica em prol de seus interesses e/ou causas de transformação coletiva.

Di Felice (2014) salienta que as possibilidades de articulação em torno de projetos democráticos, assim como suas interdições, são atributos dos processos comunicativos de cada época. Assim, quando um novo meio se consolida, surgem novas práticas e novos sistemas de referencialidades a respeito da produção e circulação de mensagens e sentidos. Nesta perspectiva, o Facebook pode ser compreendido como uma ferramenta participante do processo de construção social¹⁸⁸ do mundo contemporâneo, ao passo que possibilita a interação entre sujeitos das mais diversas partes do mundo, construindo e disseminando conceitos referentes ao momento, espaço e realidade em que vivem, pois permitem aos usuários que se manifestem e também que assumam papéis que, geralmente, só seriam possíveis pela ocupação de algum poder institucional.

Matuck (2011) considera que as redes sociais são um espaço de fala onde minorias podem articular suas vozes e serem ouvidas. Para o autor os usuários da rede têm o potencial de recriarem tanto o espaço real como o espaço virtual que ocupam, pois é neste espaço que surgem as possibilidades de produção e sustentação de narrativas identitárias, de pontos de vista e de articulações políticas. O Facebook, para Emediato (2015) é um ambiente propício ao debate e discussão e não apenas espaço para exibição de si. O autor afirma ainda que “O espaço público invadiu o Facebook, acirrando uma concorrência intensa pelo controle da conformidade social, política e ideológica. Fazer política no e pelo Facebook tornou-se indispensável”

¹⁸⁸ Gergen e Gergen (2010) consideram construção social como produção das nossas atividades colaborativas, pressupondo compartilhamento.

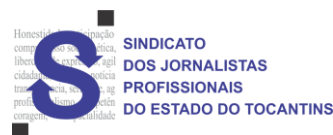
(EMEDIATO, 2015, p. 12). Desse modo, podemos afirmar que o Facebook é um espaço onde os sujeitos podem utilizar para se posicionar e compartilhar informações e experiências que dificilmente teriam visibilidade nos meios da comunicação tradicional e de massa.

O Facebook, para Castells (2009), ampliou as formas de socialização intermediadas pelo computador, transcenderam o espaço virtual e se transformaram em relações concretas. O autor argumenta que a comunicação difundida pela internet se consolidou **como a maior forma de poder**, capaz de influenciar todas as práticas sociais, por meio de uma comunicação interativa (CASTELLS, 2009). **Castells (2012) assevera que o contrapoder agora é exercido através da “comunicação autônoma” pelos movimentos, ou seja, a capacidade de os sujeitos formarem redes de comunicação que possibilitem compartilhar informações de forma global.**

Para Recuero (2012) o caráter conversacional das redes sociais **pode evidenciar o que Cremades (2009) conceitua como “micropoder”**, ou seja, a capacidade individual de se manifestar no habitat online, resgatando sua voz e reconfigurando as instituições de poder. O autor afirma que “somente quando uma pessoa é consciente da capacidade de influência e ação que lhe permite se integrar com outras pessoas, surge o micropoder”. Nesse ponto convém ressaltar que as fanpages do Facebook têm sido criadas com diversos objetivos, como ajudar pessoas com um problema específico, para arrecadar fundos em prol de vítimas de desastres e também como espaço no qual os usuários podem compartilhar experiências pessoais, como é o caso da fanpage que será analisada nesse estudo, a página “Eu, empregada doméstica”. O Facebook tornou-se, então, mais do que uma rede social, um ambiente de trocas e construções (SANTOS; BONOTO, 2015). Assim, nasce uma produção de subjetividades capaz de dar conta de minorias e de refletir sobre novos lugares políticos, de “senhas que ultrapassam interesses locais para se integrar às redes transnacionais de comunicação” (SOUZA, 2010, p.53).

Neste contexto onde as minorias têm ganhado espaço de fala surgiu a fanpage “Eu, empregada doméstica”, com objetivo de compartilhar relatos de trabalhadoras domésticas de forma anônima no Facebook.

2. A Fanpage “Eu, empregada doméstica no Facebook



Em 19 de junho de 2016 foi criada no Facebook a Fanpage intitulada “Eu, Empregada Doméstica¹⁸⁹”. Esta Fanpage nasceu a partir de um relato publicado na página pessoal da professora de história, *rapper* e ex-trabalhadora doméstica Joyce Fernandes, que tem como nome artístico Preta Rara. A professora publicou o seguinte relato em sua página:

Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, **traga marmita e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha**. Não é por nada tá filha? Só pra gente manter a ordem da casa (Patroa Jussara, em Santos 2009 - meu último emprego como doméstica) #EuEmpregadaDoméstica (DOMÉSTICA, 2016, grifo nosso).

Este relato recebeu milhares de curtidas, compartilhamentos, comentários e viralizou na rede social. Em seguida, Joyce começou a receber relatos de trabalhadoras domésticas que tinham histórias semelhantes a contar. Assim, surgiu a ideia de criar a Fanpage no Facebook e utilizá-la como espaço de circulação desses relatos de forma anônima.

Os relatos publicados na Fanpage receberam grande destaque na rede, se tornaram objeto de compartilhamento entre seus usuários e assim, em poucos meses a fanpage alcançou mais de 100 mil curtidores e seguidores. Hoje a página tem três anos e três meses e conta com 163.701 curtidores e 164.617¹⁹⁰ seguidores das publicações anônimas. Desse modo, a Fanpage “Eu, empregada doméstica” se mostrou de extrema relevância para a elaboração deste estudo devido ao caráter denunciador de um trabalho precário, exercido em condições insalubres e que, em muitos casos, pode ser equiparado ao trabalho escravo contemporâneo.

3. Considerações Finais

¹⁸⁹ A página citada pode ser encontrada no endereço: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>

¹⁹⁰ Data de consulta: 28 de agosto de 2019.

Entre as narrativas anônimas da Fanpage as histórias se repetem: agressões físicas e morais, acusações de roubo, exploração, discriminações, jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho, trabalhadoras que executam suas atividades recebendo como pagamento apenas a comida, vestuário e o direito de habitação no local de trabalho, na maioria das vezes em situações insalubres. Tais situações não representam casos isolados, mas a própria cultura do trabalho doméstico no Brasil (ARAÚJO, 2018), e que podem ser equiparadas ao conceito de trabalho escravo contemporâneo.

Na convenção número 29 da OIT é dado o conceito de trabalho forçado como o trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça ou para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. Já o conceito brasileiro de trabalho escravo contemporâneo, baseado no Código Penal de 1946, inclui a noção de condições degradantes de trabalho, pois considera não só a ausência de liberdade do trabalhador, como também a falta de dignidade nas condições de trabalho apresentadas.

O trabalho forçado acontece quando o indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça ou violência física ou psicológica. A jornada exaustiva se configura num expediente penoso que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar. A servidão por dívida acontece na fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre devendo ao empregador. E as condições degradantes são um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade (BRASIL, 1946; ESCRAVO NEM PENSAR, 2017).

Triste cenário ver estes acontecimentos se repetirem cotidianamente, sobretudo com negros, pobres, com pouca escolarização e moradores de periferia.

CUPONATION. Dados sobre o Facebook. Disponível em:

<https://www.cuponation.com.br/insights/facebook-users>. Acesso em: 17 mar. 2019.

DI FELICE, Massimo. Auréola digital: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim do direito exclusivo da edição das informações. 2014. **Stoa, disciplinas da USP**. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

DOMÉSTICA, Eu empregada. Relato de trabalhadora doméstica. 19 jun. 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/posts/?ref=page_internal. Acesso em: 22 mai. 2019.

EMEDIATO, Wander. 2015. Discurso e web: as múltiplas faces do Facebook. **Revista da ABRALIN**, n. 14, v. 2, pp. 171-192. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rabl.v14i2.42561>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

ES CRAVO NEM PENSAR! **Trabalho Escravo Contemporâneo + de 20 anos de combate [desde 1995]**, 4. ed., 2017. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2018/04/fasc-trabalho-escravo_combate_web_4aedi.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

FRAGOSO, Sueli; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

KIRKPATRICK, David. **O Efeito Facebook**: Os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2011.

MATUCK, Artur. Uma prospectiva política para um multiverso digivirtual: direitos humanos às tecnolinguagens. In: SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (Org.). **Estéticas Tecnológicas - novos modos de sentir**. São Paulo, SP: Educ, 2011.

MILLER, Daniel. **Tales from Facebook**. Cambridge, UK: Polity Press, 2011.

ÖSTMAN, J. Information, expression, participation: How involvement in user-generated content relates to democratic engagement among young people. **New Media & Society**, v. 14,

n. 6, p. 1004–1021, 2012. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444812438212?journalCode=nmsa>.

Acesso em: 25 de junho de 2019.

PARISER, Eli. **O Filtro Invisível**: O que a internet está escondendo de você. Tradução:

ALFARO, Diego. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em:

<<http://lelivros.life/book/baixar-livro-o-filtro-invisivel-eli-pariser-em-pdf-epub-e-mobi-ouler-online/#tab-description>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. A conversação em rede. In: RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012. 238 p.

RECUERO, Raquel. Curtir, Comentar, Compartilhar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. In: Verso e Reverso. Pelotas: Unisinos, v. 28, n. 68, p. 114-124, maio/ago. 2014.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. **Galáxia**, São Paulo, n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

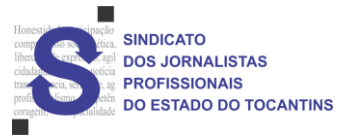
SANTOS, Luísa Gonçalves; BONOTTO, Andréia Chagas Pereira. O Facebook como espaço de construção social: reconstruindo as narrativas sobre o câncer de mama. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 24, n. 51, p. 67-82, 2015.

SIMILAR WEB. Disponível em: <https://www.similarweb.com/home>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SOUZA, Eneida Maria. Janelas Indiscretas. In: LOPES, L. P. M. e BASTOS, L. C. (orgs.) **Para além da identidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



**JORNADA
INTERDISCIPLINAR
PPGCOM/UFT**



UM OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES DOS TRABALHADORES E SEUS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS

Jonas Leandro Flores¹⁹¹

Eixo Temático de submissão: Cultura, economia e desenvolvimento regional

Resumo

As dimensões do mundo do trabalho no Brasil, vai muito além do trabalho assalariado no contexto do mercado formal, tendo o surgimento de uma outra gama de possibilidades e atividades econômicas que envolve uma outra lógica de produção e consumo: os Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Nesse sentido, a economia solidária surgiu como possível e experimental resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, onde uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado” busca sua sobrevivência coletivamente. Nesse sentido, vamos tentar compor um olhar multidimensional sobre a vulnerabilidade desses empreendimentos e seus associados e avaliar se nos permite afirmar ou não que esses EES se constituem uma forma alternativa de superação da vulnerabilidade frente ao mercado capitalista. Utilizamos, para tanto, a base de microdados disponibilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, comparando com alguns indicadores sociais relevantes. Os resultados demonstram que esses empreendimentos cumprem em parte a uma resposta de inclusão no quesito geração de trabalho e renda, uma vez que mais da metade das respostas apontam para uma alternativa ao desemprego, mas apresentam um alto grau de vulnerabilidade na dimensão socioeconômica.

Palavras-chave: economia solidária, vulnerabilidade, indicadores sociais, empreendimentos de economia solidária, desenvolvimento regional.

¹⁹¹ Mestrando na Universidade Federal do Tocantins - UFT, no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. É membro do grupo de Pesquisa em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Possui curso de especialização *latu sensu* em Projetos Sociais e Culturais e graduação (licenciatura) em Ciências Sociais, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: jonas.leandro@mail.uft.edu.br

1. Introdução

As dimensões do mundo do trabalho no Brasil, vai muito além do trabalho assalariado no contexto do mercado formal. Há uma outra gama de possibilidades e atividades econômicas que envolve uma outra lógica de produção e consumo.

Os Empreendimentos de Economia Solidários (EES) no Tocantins, formais e informais, possivelmente, em sua grande maioria seguem a linha da necessidade de geração de trabalho e renda, porém, com vários problemas de sustentação. Logo, compreender melhor, qual o perfil desses empreendimentos (tanto do empreendimento, quanto dos seus associados), sua localização, composição por gênero, o que nos permite avaliar, mesmo de forma pontual, e essas condições de suas vulnerabilidades (destes e dos seus associados), o que pode nos permitir afirmar ou não se os EES se constituem ou não em uma forma alternativa de superação da vulnerabilidade frente ao mercado capitalista. Tratar, com a devida ênfase a dimensão dessa vulnerabilidade – das pessoas – desses componentes que conduzem a associação entre esses trabalhadores é uma primeira e fundamental aproximação para a compreensão desse fenômeno.

2. Fundamentação Teórica

Historicamente o trabalho têm sido o elo estruturante nas relações de sociabilidade. Esse elo cria laços, condiciona e estrutura as relações sociais. Com o advento do neoliberalismo e a sua política do Estado mínimo, cada vez mais o papel dele em assegurar esses direitos tem diminuído consideravelmente. A proposta econômica neoliberal hegemônica, tem tecido regulações negativas no mundo do trabalho, cada vez mais configurando num quadro de difícil solução demonstrando cada vez mais, de acordo com Castel:

“no fato que as regulações tecidas ao redor do trabalho, vêm perdendo seu poder de integração. Reencontra-se e reproduz-se a vulnerabilidade de massa [...], pelo crescimento do desemprego e da precarização, pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho, sua personificação se faz [...] pelo desemprego e pelos desempregados, os novos ‘desfiliaados’ sem lugar” (CASTEL, 2015, p. 14)

Somadas a isso, as transformações no modelo produtivo em conjunto com as sucessivas crises econômicas, a partir dos anos 60, traz consigo mudanças mundiais significativas como a globalização econômica e o pensamento hegemônico neoliberal, que produzem como consequências, dentre elas “o aprofundamento do desemprego, do incremento da terceirização, da precarização das relações de trabalho, do crescimento da informalidade laboral” (SILVEIRA, 2013, p. 146).

O crescente empobrecimento pelo ingresso – absoluto, porém, sobretudo relativo – da maioria da população no desemprego, lançados no mercado informal, torna essa concentração massiva da pobreza, sobretudo nas cidades, com um peso crescente dos “novos pobres”. Essa exclusão das possibilidades de obtenção de trabalho assalariado relativamente estável numa magnitude só comparável com as piores crises conjunturais de excesso de produção, porém agora de maneira prolongada e, para alguns, permanente: “desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória” (CASTEL, 2015, p. 23). Desemprego e exclusão social, essas são questões fundamentais e relevantes quando se pensa em questões relacionadas ao mundo do trabalho nos dias de hoje.

Alternativas de resposta a esse panorama, ao próprio processo capitalista excludente e hegemônico, tem sido este: um grupo se apropria de ferramentas de trabalho, outro das tecnologias de gestão, outros do conhecimento tecnológico, etc.

Embora haja esse panorama hegemônico e homogeneizador do neoliberalismo, de forma dissonante e desafiadora a economia solidária surgiu como possível e experimental resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, onde uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado” busca sua sobrevivência coletivamente:

O programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita

encetar algum processo de auto emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112)

Nesse sentido, são múltiplas as iniciativas que a caracterizam, tais como as cooperativas, com seus coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas tomadas de decisões e organizadas em diferentes setores da economia, além de outras formas de associativismo ou grupos informais de organização socioprodutiva, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” organizacional.

Para podermos afirmar ou não se os empreendimentos e seus associados de economia solidária constituem uma forma alternativa de superação da vulnerabilidade, temos que trazer para a discussão e visualizar quem é esse associado e que empreendimento é esse? Ora, a importância da delimitação dessa questão, a partir de um perfil, de ambos, nos permite avaliar a dimensão da vulnerabilidade, pois “é fundamental ter em mente a pergunta ‘vulnerabilidade a que?’ quando se procede uma investigação. A vulnerabilidade sempre será definida partir de um perigo ou um conjunto deles, em dado contexto geográfico e social” (JUNIOR e HOGAN, 2006, p. 36). Para isso, vamos tentar compor um olhar multidimensional tendo como ponto de partida alguns indicadores que compõem a **dimensão dessa vulnerabilidade**: se é uma alternativa ao desemprego, se o empreendimento é formal ou informal, se é beneficiário de política de geração de renda, seu rendimento médio e gênero. A partir desses pressupostos, podemos traçar um possível perfil.

3. Metodologia do estudo

Para responder a essas questões, nos utilizaremos da segunda base de microdados quantitativos, referente ao II Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado em 2010, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Neles estão contidos algumas das principais características do EES e de seus associados. A análise de dados foi feita, utilizando SPSS, a partir da seleção das questões, do cruzamento entre elas.

4. Resultados e discussões

Os EES de Economia Solidária no Tocantins, no último levantamento do SENAES, totalizou, 404 empreendimentos. Destes, 31 se encontravam em processo de reestruturação ou em implantação, o que para nosso estudo não se torna relevante, mas sim apenas os que estão em operação/funcionamento, o que totaliza 373 empreendimentos. A microrregião com mais empreendimentos, podemos destacar a região do Bico do Papagaio, ao norte, seguido pela região central de Porto Nacional. Em contrapartida, as regiões leste e sudeste são as que menos empreendimentos concentra, respectivamente Jalapão e Gurupi. Esses empreendimentos, oportunizavam a geração de trabalho e renda a 24.340 pessoas (51% de homens e 49% de mulheres). Perguntados sobre o motivo de trabalhar em um empreendimento de economia solidária, **52,3% afirmaram ser uma alternativa ao desemprego.**

Dividimos a base em dois pontos muito importantes para análise da dimensão da vulnerabilidade: analisamos as informações da base de dados, sob o ponto de “formalização do empreendimento”, que trata se o empreendimento é formal ou informal. Os grupos informais, se caracterizam por não ter uma formalização jurídica, ou o popular CNPJ. A ausência de uma situação de formalização caracteriza por uma potencial situação de maior precariedade econômica, relacionada a requisitos importantes como acesso a captação de recursos, venda de seus produtos (a exemplo de emissão de notas fiscais), ou mesmo a partir da busca de um empréstimo ou o recebimento de valores oriundos de políticas públicas, o que em tese os EES formais não teriam essa dificuldade. O resultado demonstrou que o total de empreendimentos informais é de 30% (112 EES), distribuídos em todas as microrregiões do Tocantins. Essa informalidade refletiu diretamente no rendimento médio, pois os empreendimentos formais, tinham rendimento médio de R\$506,53, ao passo que os informais, auferiam uma média de R\$277,59 (representa 54,71% do valor do rendimento médio dos EES formais). De outro lado, analisando outro componente da renda: o recebimento oriundo de programa de transferência de renda (bolsa família), tanto empreendimentos formais (183 EES, **70,1% do grupo formal**), quanto informais (72 EES, **64,3% do grupo informal**) apontaram ser beneficiários do

programa de transferência de renda (beneficiários são as famílias com renda per capita até meio salário mínimo), demonstrando mais uma vez uma precariedade no quesito econômico.

Por fim, analisamos uma questão específica sobre o rendimento das mulheres (pergunta específica do questionário mulheres) e, nos dá mais um indicador de vulnerabilidade socioeconômica, aonde **43,3%** do rendimento das mulheres nos grupos formais e **21,4%** delas nos EES informais declaram **que é sua única ou a maior parte da renda da família.**

5. Considerações finais

Diante dos resultados apresentados, podemos afirmar que um olhar mais atento, a partir das dimensões de vulnerabilidade colocadas, os empreendimentos cumprem em parte a uma forma alternativa de superação da vulnerabilidade frente ao mercado capitalista, pois mais da metade das respostas apontam que eles são uma alternativa ao desemprego, preenchendo o requisito positivo de geração de trabalho e renda. Já na dimensão socioeconômica, em especial, nos quesitos de rendimento médio, não resta dúvida que há um alto grau de vulnerabilidade (socioeconômica), se compararmos com o salário mínimo da época, salário mínimo de 2010, R\$510,00, segundo a Lei 12.255/2010, (PLANALTO, 2010), e se considerarmos os empreendimentos que estão no quesito de informalidade, participante do programa de transferência de renda, ou mesmo a questão de gênero, se enquadram nessa dimensão vulnerável, se compararmos a base do salário mínimo da época.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

JUNIOR, E. M.; HOGAN, J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan/mar 2006.

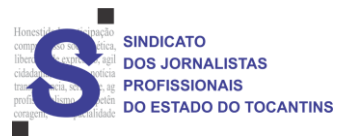
BRASIL, 2010. **Lei 12.255, de 15 de junho de 2010.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm



SENAES, S. N. D. E. S. **Mapeamento Nacional de Empreendimentos Economicos Solidários (EES)**. BRASIL - Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília. 2013.

SILVEIRA, S. D. Estado do Bem-Estar Social e desfiliação social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, 12, n. 24, Jan/Abr 2013. 145-176.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



UMA PROSA COM INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAJEADO

Idemar Vizolli¹⁹²

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Laurenita Gualberto Pereira Alves¹⁹³

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Eixo Temático de submissão: Comunicação nas Organizações

Resumo

Este estudo versa sobre a comunicação organizacional e tem como objetivo identificar particularidades da comunicação utilizada em reuniões da associação de moradores da Comunidade Quilombola de Lajeado, Dianópolis, TO, no intuito de assegurar e ampliar conquistas ao território. Inspirados na compreensão da organização social de grupos étnicos (BARTH, 1969), realizamos um estudo de natureza qualitativa constituído de uma revisão bibliográfica, entrevistas com 03 (três) componentes da diretoria da associação de moradores e de anotações efetuadas por ocasião da participação em reuniões da associação. Os resultados dão indícios de que a Comunidade de Lajeado é reconhecida pela sociedade dianopolina a partir de sua organização e luta pelo território, cujos instrumentos de comunicação assentam na oralidade e perpassam pelo uso das novas tecnologias, mantendo-se o respeito a cultura ancestral e ao meio ambiente.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola de Lajeado. Comunicação. Organização social.

1. Iniciando a prosa

Ao iniciar a prosa nos preocupamos em situar o leitor em relação a importância de se refletir sobre o papel da comunicação no processo de organização social, mais especificamente na Comunidade Quilombola de Lajeado, localizada no município de Dianópolis -TO.

A comunicação desempenha papel fundamental à organização de coletivos sociais como famílias, comunidades, associações, sindicatos, confederações, dentre outros, isso porque é por

¹⁹² Doutor em Educação pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (2006); Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Professor e Orientador nos Programas de Mestrados Acadêmico e Profissional em Educação na UFT e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGCEM) na Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). E-mail: idermar@mail.uft.edu.br

¹⁹³ Mestranda em Educação-UFT, Assessora da EJA, Campo e Quilombola na Diretoria Regional de Educação de Dianópolis. Membro do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Membro da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. Membro da Comunidade Quilombola Lajeado. E-mail: laurinhagualberto25@gmail.com

meio dela que as pessoas articulam-se com vistas a identificação e estabelecimento de pautas de reivindicações e lutas em prol de seus interesses, cuja sobrevivência se dá num contínuo processo de realinhamento (KUNSCH, 2003).

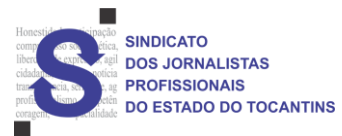
O fato de ser integrante da Comunidade Quilombola de Lajeado; de ter vivenciado intensamente o processo de luta e resistência pela conquista do território; e mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação (PPPG) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), nos desafiou a realizar um estudo sobre os processos de comunicação a partir da organizacional social da Comunidade. Para tanto estabelecemos como objetivo identificar particularidades da comunicação utilizada em reuniões da associação de moradores da Comunidade Quilombola de Lajeado, no intuito de assegurar e ampliar conquistas ao território.

As comunidades quilombolas são entendidas como grupos com trajetória histórica peculiar, com origem ocorrida a partir de situações diferenciadas e que evidenciam grupos de influência mútua com a sociedade, portanto, não são comunidades isoladas (BERNIERI e FÔLHA, 2018, p.136). Elas, assim como tantos outros coletivos sociais, utilizam a comunicação para se organizar enquanto grupos comunitários de resistência e necessitam dela para o estabelecimento de diálogo sobre questões básicas e fundamentais com que convivem cotidianamente.

2. O lugar da prosa

O lugar da prosa nos remete a luta e resistência dos direitos dos quilombolas, o que está intimamente vinculado a história do Brasil, perpassando a constituição, chegando à Comunidade Quilombola de Lajeado. Vale ressaltar que com a promulgação do ato da abolição da escravidão em 1888, juridicamente, os quilombos deixaram de existir, contudo, muitos negros que moravam nesses lugares continuaram ocupando os espaços onde residiam. Isso denota que mesmo com o reconhecimento governamental, não aconteceram mudanças significativas na situação social do negro no Brasil, o que perdurou até metade do século XX, quando se deu início a organização mais efetiva dos povos tradicionais.

Esta visão reduzida que se tinha das comunidades rurais negras refletia, na verdade, a “invisibilidade produzida pela história oficial, cuja ideologia, propositadamente, ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira (GUSMÃO, 1996) e, especialmente os efeitos da inexistência de uma política governamental que regularizasse as posses de terras, extremamente comuns à época, de grupos e/ou famílias negras após a abolição conforme comprovam os estudos de Ciro Cardoso (1987). (SCHMITT; TURATT; CARVALHO, 2001, p.)



Com muita luta, resistência, sangue suor e lágrimas, as comunidades tradicionais, dentre elas as Comunidades Negras sensibilizaram parlamentares constitucionais e, a partir da promulgação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal do Brasil, em 1988, mais especificamente no artigo 68, essa situação foi revista. Assim, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Somente com organização, muita luta e resistência esses povos passaram a empoderar-se e eleger representantes nos poderes legislativos e executivos nos entes federados (municípios, estados e união) é que comunidades conseguiram regularização fundiária de seus territórios.

A organização em torno da etnia negra e da ancestralidade em comum levou pessoas a se organizar e mobilizarem na busca de estratégias para o reconhecimento e continuidade da comunidade. Segundo Barth, “os grupos étnicos são categorias e atribuição e identificação realizadas pelos próprios autores e, tem a característica de organizar interações entre as pessoas” (BARTH, 1969 *apud* POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, p. 142).

Não foi diferente com a Comunidade Quilombola de Lajeado, a qual foi criada a partir da identificação e marcas culturais de seus membros, coadunando-se com o assevera Barth de que se trata de um grupo social com identidade étnica característica das comunidades afrodescendentes, com organização própria e de seu ato político peculiar.

O exposto até aqui nos remete ao modo como aconteceu a prosa, isto é, nos reportamos a metodologia da pesquisa que resultou neste estudo.

3. Rumos da prosa

Os rumos da prosa denotam que se trata de uma pesquisa inspirada na abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos a partir da observação e participação em reuniões da Associação de Moradores, realizadas no período de março a setembro do ano de 2019 em que foram efetuadas anotações em diário de campo e entrevistas com três integrantes da diretoria da Associação.

A pesquisa de abordagem qualitativa se preocupa em responder questões particulares e trabalhar com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes de indivíduos ou comunidades, correspondendo a uma análise mais aprofundada, tanto das

relações como dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operacionalização de variáveis. Ela é adequada à compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (MINAYO, 1994; DEMO, 1990).

Como forma de preservar a identidade dos participantes, optamos por indicá-los pelos números 1, 2 e 3, respeitando-se a ordem da realização das entrevistas.

4. Proseando na Comunidade

A oralidade se faz presente em todas as sociedades desde os tempos mais remotos, antecede a escrita e, historicamente tem garantido a sobrevivência da espécie humana. Embora se faça uso de aparelhos tecnológicos e da escrita alfabética, na Comunidade Quilombola de Lajeado, assim como em tantas outras comunidades tradicionais, a oralidade é a principal forma de comunicação, sobretudo entre os membros da Comunidade e destes com a sociedade em geral. Mesmo que se registre em atas ou em outros documentos as deliberações tomadas em reuniões ou assembleias na comunidade, o estabelecimento da comunicação, o entendimento e a compreensão do conteúdo das discussões se dá por meio da fala.

Atualmente as pessoas da Comunidade entendem que a escrita os empodera e os coloca em pé de igualdade junto as demais esferas sociais. Assim, a comunicação via escrita se tornou igualmente importante à Comunidade, tanto assim que ela conta com uma escola que atende as crianças desde os primeiros anos de vida.

A Comunidade também entende que sua organização política e social em uma Associação de Moradores, os coloca na condição de reivindicar seus direitos. Assim, desde o ano de 2011 a Comunidade passou a discutir suas demandas junto a Associação e passou a estabelecer pautas de reivindicações junto aos poderes públicos e sociedade em geral.

Nas reuniões ordinárias que acontecem todos os segundos domingos de cada mês na casa de uma das matriarcas da comunidade e atual presidente da Associação, a comunicação acontece por via da oralidade, cujos diálogos se travam pela prosa, em cujas conversas ocorre o compartilhamento de ideias, trocas de informações, esclarecimentos de situações, tomadas de decisões e encaminhamentos. A Secretária da Associação costuma fazer uso de um caderno para registrar as pautas que estavam sendo discutidas. Enquanto outro membro faz o registro fotográfico do encontro. Tanto o registro fotográfico como as pautas são socializadas pelo grupo de WhatsApp e página do Facebook da Comunidade.

O exposto denota que atualmente a Comunidade Quilombola de Lajeado faz uso de distintos meios de comunicação (oração, cantos religiosos, atas, caderno de anotações, fotografias, WhatsApp e Facebook), mas não prescinde da prosa, meio pelo qual ocorre a troca de informações e se estabelece os consensos e divergências de opiniões e posicionamentos entre os presentes. Ademais, destaca-se a utilização de termos de uso próprios das pessoas da Comunidade como pode ser visto no excerto a seguir.

Agora mesmo que estamos construindo a casa da sede da associação precisa de muita comunicação clara para a gente decidir como deve ser feito as coisas. A gente combina o dia do adjunto, distribuiu o que cada um vai contribuir e no final tudo dá certo. (Entrevistado 3).

A expressão “o dia do adjunto” significa o dia ou período designado para realizar a atividade previamente planejada. Já “no final tudo dá certo” passa a ideia de na comunicação das pessoas da Comunidade também acontecem ruídos que se configuram como conflitos e desentendimentos e opiniões divergentes em relação a determinadas situações, os quais são amenizados ou são resolvidos na base do diálogo.

Às pessoas mais velhas, matriarcas e patriarcas, cabe o papel de mediadores de conflitos e aconselhamento dos demais em relação a situações que afetam a vida e o convívio das pessoas da comunidade. Isso pode ser constatado na fala do entrevistado 1, transcrita a seguir.

Eu já tou velha não aguento mais trabalhar igual vocês, mas não quero que nenhum de nós desista de lutar pelas nossa terras, vocês que são novos vão em frente sempre com união que consegue.

O papel dos anciãos se configura pelo respeito dos membros da comunidade e se manifesta na reverência ao ouvi-los e captar as mensagens advindas da voz da experiência.

Cabe registrar as decisões são tomadas pelo coletivo da Comunidade reunidos em assembleia. Em outros termos, quando uma situação é levada e/ou demanda à algum membro da Comunidade, ela é levada para ciência e apreciação pelo grupo.

O modo de condução das situações propicia clima de respeito e confiança entre as pessoas o que comumente resulta na permanência de todos os membros da Diretoria da Associação durante todo o mandato. O Entrevistado 2, relata que os membros da associação assumem compromisso com o grupo e mesmo quando não desempenham a contento sua função, procuram concluir o mandato. Isso pode ser constatado na fala a seguir:

Os membros da nossa comunidade quando são eleitos para compor a diretoria eles assumem o compromisso até o fim do mandato, mesmo às vezes não desempenhando muito bem a atribuição, mas eles tem essa preocupação de ir até o fim. (ENTREVISTADO 2)

O exposto denota que existe uma comunicação em que prevalece o diálogo e respeito entre os membros, o que também pode ser verificado por ocasião da participação das reuniões ordinárias, nas quais todos têm vez de voz.

5. Um dedo de prosa final

A pesquisa indicou que a vida e sobrevivência da Comunidade Quilombola de Lajeado pauta-se pelo princípio organizacional, cuja gestão assenta no diálogo, respeito e partilha de saberes e fazeres característicos da cultura local, cujos princípios advém dos ancestrais étnicos, políticos, religiosos marcados por uma história de lutas e resistências que atravessa séculos e mantém viva a chama da liberdade, da convivência, da fraternidade, do respeito, da vida.

A transmissão, manutenção e cultivo dos elementos culturais ocorre por meio da comunicação, a qual, historicamente sofre influências da sociedade mais ampla (atas, caderno de anotações, fotografias, WhatsApp, Facebook, telefone, escola, coletivos sócias, organizações sindicais, partidos políticos, relações comerciais, dentre outros), mantendo-se as conversas diárias, os cânticos religiosos, as orações, a religiosidade.

As interações sociais são marcadas pela aproximação da comunicação organizacional nos espaços comunitários, sociais, políticos religiosos, sindicais, comerciais e educacionais, os quais integram a Comunidade Quilombola de Lajeado na vida da sociedade mais dianopolina, tocantinense, brasileira e mundial, na perspectiva da conquista da cidadania e da integração humana ao meio ambiente ecologicamente sustentável.

Referências

BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries**. Oslo: Universitets Forlaget, 1969.

BRASIL. Constituição Federativa Brasileira. 1988.

CARVALHO, M. C. P.; SCHIMITT., A.; TURATTI, M.C.M. **A ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO NAS DEFINIÇÕES TEÓRICAS**. Ambiente e Sociedade, São Paulo, n. 10, p. 1-10, 2002.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio do trabalho científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1990.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, SP: UNESP, 1998.

Povos originários e comunidades tradicionais, Vol 1: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária[recurso eletrônico] / Nelson Russo de Moraes; et al (Orgs.) Observatório BERNIERI, Celenita .FOLHA, Jardilene. **Comunidade Quilombola de Lajeado: Construção Histórica e Saberes Ancestrais** -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, Boa Vista: EdUFRR, 2018.

YIN, Robert (1994). **Case Study Research: Design and Methods** (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: MUNICÍPIOS CORTADOS PELA BR-153 AO SUL NO TOCANTINS

Kellen Cristiny Araujo Menezes¹⁹⁴
Ana Cristina Serafim da Silva¹⁹⁵

Eixo Temático de submissão: Temas Interdisciplinares.

Resumo

A presente pesquisa objetiva investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios cortados pela Br-153 que ficam ao sul do Tocantins, compreendendo as cidades entre Miranorte à Talismã e identificar as características desse fenômeno, os casos de violência sexual, em especial a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes; caracterizar os encaminhamentos e a atuação das instituições no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes; caracterizar o suporte organizacional das instituições para viabilizar a promoção dos direitos da criança e do adolescente com relação violência sexual. Assim, adota-se o método científico de pesquisa quantitativa a partir de um referencial sócio-histórico. Utiliza de questionários como instrumentos de coleta de dados e para análise fora utilizado o software Iramuteq e análise descritiva de conteúdo. Os resultados apontam que os atores sociais não têm conhecimento necessário acerca dos encaminhamentos em caso de violação de direitos e do que seria o suporte organizacional, com relação as características da violência, têm sua prevalência em abuso sexual intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual comercial, com a maioria das vítimas sendo do sexo feminino e idade variando de 06 a 14 anos de idade, por fim, entende-se que devem ser tomadas medidas para que o trabalho seja, de fato, exercido em rede, uma vez que a atuação não está como deveria, as informações não passam de um setor para o outro, tornando o trabalho fragmentado.

Palavras-chave: Criança e adolescente. Exploração sexual comercial. Rede de proteção Violência Sexual.

1. Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade histórica, que na contemporaneidade apresenta maior visibilidade. Assim, a presente pesquisa objetiva investigar

¹⁹⁴ Graduanda do Sétimo Período do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins. Membro do grupo de Estudo e Pesquisa em Infância e Adolescência- GEPIA. Bolsista PIBIC-CNPQ de 2016 até julho de 2019. E-mail: kellen.menezes@mail.uft.edu.

¹⁹⁵ Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins. Orientadora e líder do grupo de Estudo e Pesquisa em Infância e Adolescência- GEPIA. E-mail: anacris_serafim@mail.uft.edu.br.

a violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios de Miranorte à Talismã cortados pela Br-153 localizados ao sul do Tocantins, e identificar as características desse fenômeno, os casos de violência sexual, em especial a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes; caracterizar os encaminhamentos e a atuação das instituições no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes; caracterizar o suporte organizacional das instituições para viabilizar a promoção dos direitos da criança e do adolescente com relação violência sexual.

2. Fundamentação Teórica

Para Faleiros (2000) violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes é um espaço de silêncios, segredos e sigilos, compactuados pela existência de contratos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades, e até profissionais, que mascaram, acobertam e desqualificam as revelações verbais e não verbais das vítimas, as evidências e os sinais, em nome de fidelidades, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais e de justiça, dentre as várias modalidades de violência e abuso sexual está a exploração sexual comercial que é, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF, 2012), um fenômeno complexo, ocorre em vários contextos e está vinculado a redes de prostituição

Para a prevenção e cuidados acerca deste, que é um fenômeno social, faz-se necessário um trabalho e atuação em Rede, adotando o conceito de Rede da Rizzini et al. (2007), como um conjunto de relações e interações estabelecidas que visam às ações ou trabalhos conjuntos, nesse mesmo sentido, E. T. Faleiros (2000) aponta que as redes se organizam através da articulação de atores e organizações que são capazes de compartilhar e de negociar as responsabilidades para o desenvolvimento de ações conjuntas.

3. Metodologia do estudo

Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo. O contexto escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Tocantins nos municípios cortados pela BR-153 ao sul do estado.

Para coleta de dados, foram aplicados questionários junto aos atores sociais das instituições com questões relacionadas à atuação no que se refere a violência sexual, ESC, desde

dados sobre os índices, as denúncias, quais os procedimentos realizados até o suporte disponibilizado para as vítimas de violência sexual. O questionário aplicado versava sobre os dados sócio-bio-demográficas e temas norteadores da violência sexual, exploração sexual comercial, número de casos, denúncias e encaminhamentos. Para análise utilizou-se análise descritiva de conteúdo e o Software Iramuteq.

Para esta pesquisa, foram adotados todos os passos determinados pela resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

4. Resultados e discussões

Análise dos dados

Na apresentação dos resultados utilizar-se-á os dados bio-sócio-demográficos e análise a partir do Iramuteq com as 3 categorias seguintes: Características da violência sexual; caracterização dos encaminhamentos da rede e caracterização do suporte organizacional.

Dados bio-sócio-demográficas.

Com relação ao perfil dos atores sociais, a pesquisa identifica que dez dos treze atores sociais são do sexo feminino. Com idade variando de 21 a 53 anos. Dez dos atores sociais tem curso superior e três não. Com relação ao tempo de trabalho na instituição, varia de 6 meses a 10 anos. Com relação a formação para trabalhar com crianças e adolescentes, 1 ator afirma que a formação para trabalhar com crianças foi a participação em eventos, 1 afirma que foram as leituras dos instrumentos legais, 6 afirmam que foram os cursos oferecidos pelo Estado, 3 afirmam que a formação que tiveram foi a graduação e 1 afirma que a formação que teve para trabalhar com CA foi a escola de conselhos e 1 não respondeu. (SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A., 2017; SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A., 2018).

Característica da violência sexual

Com relação à violência sexual, 12 deles afirmaram receber denúncias e os que receberam, caracterizaram como violência intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual comercial, entretanto, a prevalência é de violência intrafamiliar, a maioria das vítimas eram do sexo feminino. (FALEIROS, 2004; FURNISS, T., 1993-2002) A respeito da idade média das vítimas a partir das denúncias recebidas, os sujeitos afirmam que a idade varia de 01 a 17 anos, com prevalência de 6 a 14 anos, o que difere de outras pesquisas realizadas, cuja média é de 10 a 15

anos. (HABIGZANG, L. F., E CAMINHA, R.M., 2004; SILVA, A. C. S. DA., ALBERTO, M. F. P., 2016.).

Caracterização dos encaminhamentos da rede

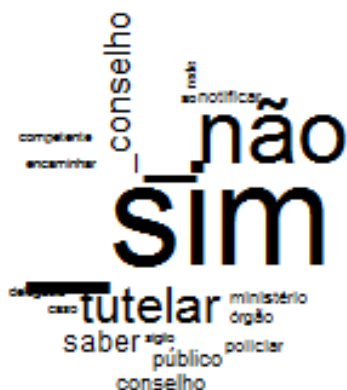


Figura 2: Nuvem de Palavras Iramuteq 2019.

O sim relaciona-se ao que maioria dos sujeitos respondem que a instituição em que trabalham tem o papel de erradicar a violência contra crianças e adolescentes, um dado que chama atenção é que dois destes atores não sabem se sua instituição faz parte e um afirma que não faz. A palavra “conselho” em evidência relaciona-se ao conselho tutelar que é o órgão que mais vezes é apontado como responsável pelas denúncias e possíveis encaminhamentos. (Silva, A. C. S. da., Alberto, M. F. P., 2016; Silva, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A., 2017; Silva, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A., 2018).

O não em evidência diz respeito as denúncias onde os atores afirmam que a população não precisa de provas contundentes para realiza-las, é interessante que dois atores sociais afirmam que a denúncia só pode ser realizada se houver prova da violação. Sobre a atuação de movimentos sociais como ongs, a maioria dos sujeitos respondem que conhecem casos em que estas ajudaram. A maioria dos atores respondem que funcionários públicos são obrigados a denunciarem casos de violência sexual, apenas três atores respondem que não sabem.

Caracterização do suporte organizacional

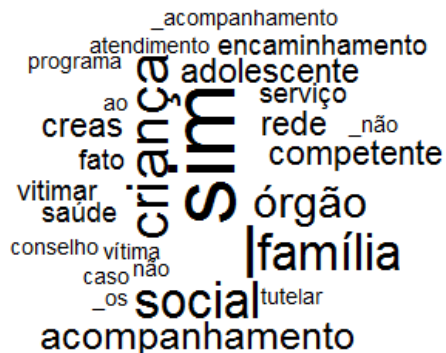


Figura 04: Nuvem de Palavras Iramuteq 2019

Sobre os locais que podem ser solicitadas medidas de proteção, é bastante relativo, mas todos citam o Conselho Tutelar, as respostas vão desde Ministério Público, Conselho Tutelar, delegacia, ministério da saúde, CREAS, CRAS, NASF, Policia Civil e Militar, Defensoria Pública. A respeito de órgãos responsáveis por receber denúncias de violência e abuso contra crianças e adolescentes, mencionam Conselho Tutelar; Ministério Público; Disque 100; Delegacias; Órgão de defesa; Secretaria da saúde.

A palavra “sim” em evidência diz respeito a afirmativa de que há sim uma norma ou procedimento padrão para agir no caso de suspeita de violência sexual e dentre eles estão especificados: Encaminhamento para Conselho Tutelar; Acolhimento e escuta; Encaminhamento ao hospital; Sigilo; comunicar ao Conselho Tutelar/ Ministério Público, etc. Um ator afirma não ter norma ou procedimento padrão. A palavra “sim” está relacionada também ao fato de os atores sociais afirmarem que o suporte organizacional disponibilizado pelo Estado é necessário. O “sim” também diz respeito a notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, a maioria dos sujeitos afirmam que tem um procedimento padrão e mencionam “acompanhamento” da “criança”, como aparece em evidência, pelos seguintes órgãos: Conselho Tutelar; Ministério Público; Medidas de Proteção; Notificação ao judiciário; acionar todas as redes de assistência à criança e adolescentes sempre com sigilo; Encaminhamento ao CREAS.

Sobre as informações que devem ser fornecidas ao se fazer uma denúncia, não há um padrão nas respostas, entretanto, a maioria afirma que devem ser informações que

preferencialmente visam a rápida identificação e responsabilização do agressor com detalhes que ajudem a não ocorrer a revitimização nos demais órgãos da rede; nome da criança; Endereço; Quem é o possível abusador.

Considerações Finais

Identificou-se a partir dos resultados que os atores sociais não tem conhecimento dos encaminhamentos em caso de violência sexual e do que seria o suporte organizacional, uma vez que suas respostas sinalizam boas condições de trabalho entretanto em questões relacionadas a atuação frente a violação é possível identificar que alguns casos param sem encaminhamento o que a rede não tem se articulado para discussão e tomada de decisão referente aos mesmos. Entende-se a partir desta pesquisa, que, apesar de ter uma política bem estabelecida visando o desenvolvimento desses sujeitos, a fiscalização e critério para que ocorra o proposto nos estatutos e órgãos competentes, é precária, resultando no não atendimento devido as vítimas.

Também é possível identificar, no que diz respeito à violência e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes, que o trabalho ainda é realizado de forma indireta e fragmentada, faltando conhecimento por parte da própria rede sobre suas funções e papeis. Os casos, as discussões e medidas para prevenção/cuidados não são tomados ou pensados pelo grupo. Com relação as características da violência têm sua prevalência em abuso sexual intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual comercial, com a maioria das vítimas sendo do sexo feminino e idade variando de 06 a 14 anos de idade.

A partir desta pesquisa entende-se que devem ser tomadas medidas para que o trabalho seja, de fato, exercido em rede, uma vez que a atuação não está como deveria, as informações não passam de um setor para o outro. Essa melhoria deve ser alcançada no sentido de evitar que as crianças e adolescente já vitimadas pela violência não tenham seus direitos ainda mais violados.

Referências

- FALEIROS, E. T. (2003). **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: Os (des) caminhos da denúncia**. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- FALEIROS, V. de P. (2004). O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In: R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. (pp. 51-72). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- FURNISS, T. (1993-2002). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar- Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. (Trad. M. A. V Veronese) Porto Alegre: Artes Médicas. (obra originalmente publicada 1991).
- HABIGZANG, L. F., e Caminha, R.M. **Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes: conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- RIZZINI, I., RIZZINI, I., NAIFF, I., & BAPTISTA, R. (Eds.). **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção de direitos a convivência familiar e comunitária no Brasil**. (2. ed.). São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- SILVA, A. C. S. da., ALBERTO, M. F. P. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: a vivência subjetiva do corpo**. Psicologia em Revista, v. 22(1), 69-89. Belo horizonte, 2016.
- SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A. **Violencia sexual no Tocantins: A atuação da rede de proteção na cidade de Miracema**. Miracema do Tocantins: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Pibic; 2017. CNPq.
- SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A. 2018. **Exploração sexual comercial no Tocantins: cidades ao norte da Br-153**. Miracema do Tocantins: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Pibic; 2018. CNPq.

VULNERABILIDADE: O CASO FÁBIO ASSUNÇÃO E AS MANIFESTAÇÕES DE DESCASO AO DEPENDENTE QUÍMICO¹⁹⁶

Suzete Gaia de Sousa¹⁹⁷
Universidade Federal do Tocantins

Liliam Deisy Ghizoni¹⁹⁸
Universidade Federal do Tocantins

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação e Subjetividade

Resumo

O objetivo deste estudo é discutir o uso da vulnerabilidade do outro como comicidade nas redes sociais. Para tanto, utiliza-se do caso do ator global Fábio Assunção que teve a sua imagem associada à piadas sobre a condição de dependente químico, com criação de memes e *hashtags* por usuários das redes. Para discussão da insensibilidade do sujeito para com o outro, o estudo utiliza-se da discussão sobre a “Modernidade Líquida” de Zygmunt Bauman (1999).

Palavras-chave: Empatia. Modernidade Líquida. Vulnerabilidade.

1. Manifestações de desprezo transvestida de piada nas redes sociais

“Não é a altura, nem peso, nem os músculo que tornam uma pessoa grande, é sua sensibilidade sem tamanho”
(Martha Medeiros, Sensibilidade sem tamanho)

Este trabalho recorre as obras do sociólogo polonês Zygmunt Bauman responsável pelo conceito de “Modernidade Líquida”, para discutir aspectos da sociedade, bem como o caso do ator global Fábio Assunção, que após um vídeo em que estava embriagado ter tido grande repercussão, virou meme nas redes sociais, com piadas acerca da vulnerabilidade de sua condição como dependente químico. Segundo Guerreiro e Soares (2016, p. 186) é por meio das

¹⁹⁶O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

¹⁹⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT. Jornalista formada pela UFMA. Pesquisadora nos grupos Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão/CNPQ/UFT e Comunicação Política e Sociedade COPS/UFMA. Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: suzetegaia@gmail.com.

¹⁹⁸ Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade de Santa Catarina. Psicóloga pela Universidade Vale do Itajaí. Professora na Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão/CNPQ/UFT. E-mail: ldghizoni@gmail.com.

práticas sociais que surgem, “as diversas modalidades textuais e sua dinamicidade convergem à criação de gêneros característicos do ambiente virtual, especialmente nas redes sociais, tais como o *tweet*, o *gif* e o *meme*”.

Zygmunt Bauman (1999) utiliza o conceito “Modernidade Líquida” para se referir a sociedade atual na pós-modernidade, relata a mudança da sociedade do seu estado sólido para o líquido, a partir da metáfora da “Fluidez” ou “Liquidez”, para narrar a modernidade dos tempos atuais, em que o sujeito não tem tempo e este se preocupa apenas consigo, estando avesso ao outro. Segundo Bauman (1999, p. 17), “a sociedade moderna existe em sua atividade incessante de ‘individualização’, assim como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada ‘sociedade’”.

Diante disso, “O interesse público é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados” (2001, p. 46).

No dia 24 de junho de 2017, o ator Fábio Assunção foi detido¹⁹⁹ pela Polícia Militar na cidade de São João do Arcoverde, no interior de Pernambuco. Após se envolver em uma confusão o ator foi conduzido à Delegacia de Polícia da 156ª Circunscrição de Arcoverde, onde prestou depoimento e fez exame de corpo de delito, logo em seguida foi levado ao fórum onde prestou depoimento para uma audiência de custódia, em que foi determinada um pagamento de fiança no valor de R\$ 9.370. Assunção foi autuado por dano qualificado ao patrimônio público, desacato a autoridade, desobediência e resistência à prisão.

Essa não foi a única vez que Fábio Assunção foi detido²⁰⁰, no entanto, tais ocorridos estão relacionados a embriaguez. O ator não esconde sua condição, de envolvimento com drogas e dependência química. Contudo, o caso de Arcoverde desencadeou uma série de acontecimentos desconfortáveis para o ator e para as pessoas do seu convívio, pois depois da circulação do vídeo o artista virou meme na internet. Os memes são produções dos usuários da internet “que mesclam uma situação – que obteve destaque nas mídias e, de certa forma, tornou-

¹⁹⁹ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5963965/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

²⁰⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/apos-ser-detido-por-embriaguez-ao-volante-ator-fabio-assuncao-recebe-liberdade-provisoria-em-audiencia-de-custodia-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

se memorável e viral – com diversas frases cotidianas, que juntas complementam-se e acabam tendo um significado humorístico e irônico” (GUERREIRO; SOARES, 2016, p. 186).

Contudo, os memes criados a partir das imagens de Assunção não são humorísticos, embora alguns usuários acreditem que sejam, estes se referem à questões delicadas, pois trata-se da sua vulnerabilidade ao álcool. Nesse sentido, segundo Meloni e Laranjeira (2004, p. 10) “o consumo de álcool tem imenso peso como causa de adoecimento e morte no mundo todo, relacionando-se ao mesmo tempo a diversas consequências sociais negativas”. Ademais, para Bauman (1925, p. 27), sociedade líquida quando “traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais” ela paralelamente gera “pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para sua vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável”. Nas figuras 1 e 2, a seguir exemplifica-se com dois memes que circularam e circulam até hoje.

Figura 9 - Meme modo Fábio Assunção.



Fonte: Internet.

Figura 10 - Meme Fábio Assunção.



Fonte: Internet.

Em uma entrevista, concedida ao programa²⁰¹ “Conversa com o Bial”, exibida no dia 31 de outubro de 2018, o ator falou sobre o caso de Arcoverde. Segundo Assunção, estava comemorando a exibição do seu documentário “Eu sonho pra você ver” na festa de São João na cidade do interior de Pernambuco, “eu já estava comemorando. Saí para fazer xixi lá fora,

²⁰¹ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7129616/programa/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

alguém chegou, teve uma discussão, briga, foi ruim. Levei três chutes na cara, rolei um barranco, as pessoas filmando. É muito cruel isso também”.

No contexto, da exposição à qual Assunção sofreu após o episódio, Bauman (1925, p. 62), ressalta que para Levinas é no espaço do mundo moral que acontece o relacionamento do eu-outro “é no interior desse espaço que ele encontra o berço da ética e todo o alimento que todo o eu ético necessita para manter-se vivo: o silencioso desafio do Outro e a minha dedicada mas desprendida da responsabilidade”. Ainda no mesmo contexto Bauman coloca que para Levinas:

abandonamos o que denomino a ordem de ética, ou a ordem da santidade, ou a ordem da misericórdia, ou a ordem do amor, ou a ordem da caridade – onde o outro ser humano se interessa independentemente do lugar que ocupa na multidão de seres humanos e mesmo independentemente da nossa compartilhada qualidade de indivíduo da mesma espécie. Ela interessa-me como alguém próximo a mim, como o primeiro a chegar. Ele é singular (BAUMAN, 1925, p. 27).

Após esse acontecimento Fábio Assunção virou meme nas redes sociais com piadas relacionadas ao uso de bebidas alcoólicas e drogas nos finais de semana. Candido e Gomes (2015, p. 1298) destacam que os memes “podem ser produzidos com os mais básicos programas de edição, pois o objetivo não é arte, mas a situação que deseja comunicar, sempre com o fundo de comicidade”. O autor coloca ainda que os memes “retratam geralmente situações do dia a dia de forma cômica e satírica” (CANDIDO; GOMES, 2015, p. 1298). Contudo, negligenciar, uma situação de vulnerabilidade do outro não se configura como algo divertido para fazer graça.

Em janeiro de 2019, a banda Lá Fúria e o cantor Gabriel Bartz lançaram uma música²⁰² para o carnaval em que brinca com a condição do ator. A música levar o nome de Fábio Assunção tem trechos “Hoje eu vou beber / Hoje eu vou ficar loucão / Hoje eu não quero voltar pra minha casa não / Hoje eu vou virar o Fabio Assunção”. O ator fez um acordo com os músicos e toda o dinheiro a recardado foi destinado a instituições que amparam dependente químicos.

²⁰² Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,fabio-assuncao-faz-acordo-com-autores-de-musica-em-sua-referencia,70002689727>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

Embora a sociedade não discuta sobre dependência química e este ainda seja um assunto pouco debatido na sociedade atual, “dentre os principais problemas de saúde pública no Brasil da atualidade, o mais grave é o consumo de álcool, posto ser este o fator determinante de mais de 10% de toda a morbidade e mortalidade ocorrida neste país” (MELONI; LARANJEIRA, 2004, p. 10).

Durante o Carnaval de 2019, novamente Fábio Assunção foi vítima da falta de empatia das pessoas, pois no período passaram a ser vendidas máscaras²⁰³ com o rosto do ator, novamente fazendo piadas relacionadas a dependência química. Na ocasião, foi levantada uma campanha contra as máscaras, no entanto, as vendas continuaram. O ator também é frequentemente mencionado nas redes sociais com uso de *hashtag* em referência ao uso de bebidas alcoólicas, como pode ser visto nas figuras 3 e 4 a seguir.

Figura 11 - Hashtag de modo Fábio Assunção.



Fonte: Twitter.

Figura 12 - Hashtag Fábio Assunção.



Fonte: Twitter.

São *hashtag* do tipo: [#modofábioassunção](#) [#modofábioassunçãoativado](#) [#fábioassunção](#). Embora algumas pessoas achem engraçado, o uso da vulnerabilidade de uma pessoa como piada na internet é algo comum, as pessoas não trabalham a empatia, ou sequer pensam no sofrimento que tais constrangimentos podem causar a outras, sendo assim uma

²⁰³ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/campanha-contra-mascara-de-fabio-assuncao-derruba-preco-do-adereco/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

sociedade cada vez mais individualizada, que só pensa em única e exclusivamente no benefício do seu eu.

5. Considerações finais

Como consequência da liquidez a sociedade, os indivíduos tem se mostrado cada vez mais individualizados, deixando de perceber o outro e suas necessidades. Como percebido no caso de Fábio Assunção, em que este deixa de ser visto, e percebido como um sujeito com necessidades como qualquer um outro, para virar meme por conta de sua condição como dependente químico.

Neste caso, se aplica a perspectiva utilizada por José Saramago no livro “Ensaio Sobre a Cegueira”, em que o autor questiona a sociedade e as relações sociais, em que o ser humano tem se tornado cego, e estes por serem cegos se apresentam de modo insensível ao próximo, deixando transparecer o seu lado sombrio e perverso, pois este olham, mas não o veem. É o que tem acontecido com Fábio Assunção, com os memes e associações feitas e ele relacionadas ao uso de bebidas alcoólicas ou drogas, está nada mais é que uma maneira grotesca das pessoas fazerem piadas com a vulnerabilidade de uma pessoa, e neste caso sendo a dependência química.

Referências

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

CANDIDO, E. C. R; GOMES, N. T. Memes – uma linguagem lúdica. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 63, p. 1293-1303, set./dez., 2015

GUERREIRO, A; SOARES, N. M. M. Os memes vão além do humor: uma leitura multimodal para a construção de sentidos. **Texto Digital**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 12, n. 2, p. 185-208, 2016.

MELONI, J. N.; LARANJEIRA, R. Custo social e de saúde do consumo do álcool. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 26, p.7-10, 2004.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

WEBJORNALISMO E MODELOS DE NEGÓCIO: NOVAS FORMAS PARA A GERAÇÃO DE RECEITA

Daniela Pires de Camargos Ferreira²⁰⁴

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Liana Vidigal Rocha²⁰⁵

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Eixo Temático de submissão: Comunicação e tecnologias

Resumo

Este artigo busca abordar a cobrança pelo conteúdo digital como uma nova possibilidade de financiamento do webjornalismo e tem como objetivo descrever algumas iniciativas de sites brasileiros que adotam o modelo de negócio e quais planos de assinaturas digitais oferecem ao público leitor. O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Para tanto foram selecionados seis veículos de origem distinta, mas presente no ciberespaço. São eles: Estadão, Folha, Globo, Zero Hora, UOL e Nexô. Foi evidenciado que o modelo de cobrança pelo conteúdo mais utilizado é o tipo poroso, também denominado de *paywall soft*, que oferece uma quantidade de conteúdos gratuitos por mês, e após isso, o acesso a mais conteúdo somente é liberado com a assinatura digital. Conclui-se que o modelo de negócio está presente nos portais de notícias que possuem títulos consolidados e credibilidade em relação ao conteúdo ofertado e que a maioria dos veículos se utiliza das mesmas formas de pagamento para acesso às notícias.

Palavras-chave: Conteúdo Digital. Financiamento. Modelo de Negócio. Webjornalismo.

1. Introdução

Com o surgimento e a expansão da internet aparecem novas formas de financiamento no jornalismo, que vão além do modelo comercial e tradicional de vendas de assinaturas de jornal impresso e dependência da publicidade. De acordo com Christofolletti (2016), o jornalismo tal qual concebemos passa por crises de paradigmas no que tange à qualidade do conteúdo bem como nos modelos de negócios.

²⁰⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: daniela.camargos@uft.edu.br.

²⁰⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: lianavidigal@uol.com.br.

Nesse sentido, as crises possibilitam novas reflexões e outras perspectivas acerca do jornalismo na contemporaneidade, buscando avanços rumo a um jornalismo mais autônomo e, conseqüentemente, mais confiável e de maior qualidade.

Assim sendo, é possível afirmar que:

O jornalismo pós-industrial parte do princípio de que instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância terão que explorar novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 38).

Diante dos desafios financeiros, da queda de venda dos jornais impressos, da dificuldade em atrair publicidade on-line, muitas empresas jornalísticas demitiram profissionais especializados e reduziram conteúdos inéditos, o que acarretou em uma cobertura do *hardnews* mais generalista e superficial.

Para essas empresas sobreviverem ao cenário pós-expansionista da internet, novos modelos de negócio estão sendo criados para gerar receitas e diminuir a dependência de verbas públicas e amarras políticas. A cobrança pelo acesso ao conteúdo digital aumenta a independência editorial do jornal que, segundo Spagnuolo (2016), diminui ou elimina a dependência de anunciantes comerciais e outras formas de geração de receitas.

O ciberespaço permite a liberação da expressão pública, modifica hábitos sociais, práticas de consumo, ritmo de produção, e no jornalismo não é diferente. Cada cidadão produz, distribui e compartilha notícias. O diferencial é um jornalismo bem apurado, profundo e confrontado (*slownews*), e para ter acesso a um conteúdo de qualidade, cada vez mais, terá que se pagar para consumi-lo. Caminhando nessa direção, “as mutações e a crise dos modelos de negócio no jornalismo contemporâneo geram iniciativas para obtenção de um modelo que possa estabelecer-se como um formato de recursos financeiros para o jornalismo” (CARVALHO, ANDRADE, 2015, p. 209).

A tendência histórica de que a maior parte da receita dos jornais on-line vem da publicidade está sendo invertida. Em 2011, o New York Times, um dos precursores em adotar o sistema de cobrança pelo conteúdo digital, mostrou que é possível o público pagar pelo noticiário on-line. No início dessa prática, as editoras afirmavam que seria impossível

convencer os leitores. Contudo, percebe-se que o sucesso do modelo de negócio está ligado diretamente à credibilidade do portal, à oferta de um jornalismo diferenciado e iniciativas cada vez mais segmentadas.

Com a pluralidade de discursos que o ambiente da internet proporciona, “a interconexão mundial de computadores que integra todas as mídias precedentes em um meio de comunicação interativo original, fazem nascer um novo espaço público” (LEMOS e LEVY, 2010, p. 88).

2. O novo espaço público: jornalistas e jornalismo se redefinem

Segundo Lemos e Levy (2010), as novas mídias interativas com funções pós-massivas são mais do que informativas, apresentam-se como verdadeiras ferramentas de conversação. Diferente das funções massivas que são baseadas na divulgação para públicos homogêneos, no ciberespaço o destaque está na criação de formas de comunicação amplas, abertas e multidirecionais.

Nesse caminho, podemos afirmar que esse novo espaço está sendo redefinido, bem como reconfigurando os modelos e condições de governança, que desencadeiam novos formatos de jornalismo e, conseqüentemente, um profissional em processo de construção e reconstrução permanente. Assim sendo, as empresas de comunicação buscam jornalistas que atendam a essa nova demanda, ou seja, profissionais que possuam novas e variadas habilidades e competências.

É possível que a competência técnica se sobreponha à competência profissional relativa à identificação da informação realmente relevante para o interesse público, aos processos de apuração, à ética profissional, ao pensamento crítico, ao dever de verdade, etc (FONSECA, 2009, p. 45).

Para Gadini e Camargo (2016), a informação digitalizada proporcionou um fortalecimento dos meios de comunicação que sobrevivem de gestão independente. Em contrapartida, para os veículos de comunicação tradicionais, a internet trouxe algumas dificuldades de sobrevivência e permanência.

Segundo uma pesquisa da *Pew Research*, *The State of News Media* (O Estado da Mídia Noticiosa), realizada em 2013, o sucesso da prática de cobrança pelo conteúdo digital depende

da qualidade do conteúdo ofertado, pois o público leitor notou a redução de conteúdos especializados que costumava seguir.

Percebe-se que o usuário não é mais um mero consumidor, ele passa a interagir com o mundo da internet e a escolher o que deseja consumir, pagando para ter acesso aos portais e às notícias que mais lhe interessam. Essa mudança comportamental advinda da Web 2.0, do aumento de acesso dos usuários por smartphones, tablets, de uma crescente interconexão mundial traz reconfigurações culturais, sociais e políticas.

Os três princípios da cibercultura (liberação da palavra, conexão e reconfiguração), segundo Lemos (2003), modificam a prática jornalística que requer inovações e empreendedorismo para atrair um público leitor disperso com uma infinidade de formas de obter informação. O jornalismo vive não somente do próprio jornalismo, mas de produção de conteúdo, de oferecer novidades que prendam a atenção do público.

O antigo formato de jornalismo mudou drasticamente com a chegada dos meios digitais e os sites de notícias ao perceberem essa nova reconfiguração estão em busca de outras formas de sustentabilidade que diminuam a dependência da publicidade e seus filtros de conteúdo. As mutações no cenário de sustentabilidade da mídia ao redor do mundo e a crise dos modelos de negócio no jornalismo contemporâneo têm proporcionado uma busca por alternativas de monetização e modos de financiamento (LEVY; NEWMAN, 2014). Para Castells (2000, p. 19):

A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais sociedades específicas em contextos específicos podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa.

Com a revolução tecnológica, a sobrevivência do webjornalismo está ligada à capacidade criativa, de oferecer um produto diferente e inovador. Nesse sentido, as empresas

jornalísticas podem agregar estratégias de marketing e levar produtos e serviços novos, como também buscar empresas parceiras para apresentarem descontos e brindes aos assinantes.

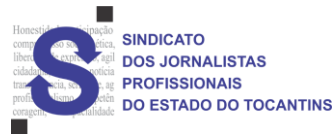
A fragmentação informativa com notícias fatiadas, superficiais e de pouca qualidade causa insatisfação no público leitor que se vê diante de uma mistura de informações possibilitadas pelo imediatismo da internet. Os portais no Brasil seguem a tendência mundial de busca por novas formas de financiamento para o jornalismo e estão aderindo ao modelo de pagamento pelo acesso às notícias.

3. Modelos de assinaturas digitais nos portais brasileiros

O jornal Folha de S. Paulo foi o primeiro jornal brasileiro a adotar o modelo de cobrança pelo conteúdo on-line no ano de 2012 e atualmente oferece quatro pacotes de planos de assinaturas, sendo dois para acesso a Folha digital e dois para Folha impressa mais a digital. O presente artigo irá abordar os pacotes com acesso somente ao conteúdo digital. A “Folha Digital Acesso Ilimitado” custa R\$ 1,90 no primeiro mês e R\$ 19,90 nos cinco meses seguintes, após esse período o valor mensal cobrado passa para R\$29,90. O pacote “Universitários” é o mais barato, o leitor paga R\$ 1,90 no primeiro mês e R\$ 9,90 nos demais. O assinante terá acesso ilimitado a todo conteúdo produzido pela Folha, aplicativo Folha Android e IOS, réplica digital do impresso e acervo com edições desde 1921.

No ano de 2012, o site gaúcho do Rio Grande do Sul, Zero Hora, também passou a cobrar por seu conteúdo digital com o pacote denominado “Gaúcha ZH Digital Light” por R\$ 8,90 nos primeiros seis meses e R\$ 14,90 nos demais. O assinante terá acesso ilimitado às notícias do site e do aplicativo GaúchaZH, aplicativo Colorado e Gremista, colunistas exclusivos, reportagens especiais e programas em vídeo. O site oferece ainda a possibilidade de ser sócio do Clube do Assinante e ter descontos e brindes em restaurantes, prestadoras de serviço de transporte urbano, cinema, entre outras empresas parceiras.

Ainda em 2012, o Portal Estadão passou a usar o formato *signwall* que restringe o acesso livre às reportagens e artigos ao cadastro do leitor. Em 2014, o Portal adotou o “modelo poroso” para pagamento digital, no qual os visitantes casuais do site podem acessar até dez artigos por mês sem serem cobrados e, quando ultrapassado esse número, o acesso a mais conteúdo, deve ser pago.



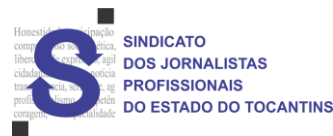
O modelo *paywall* adotado pelo Estadão oferece dois pacotes de assinaturas digitais e um que combina versão impressa mais digital. A “Digital Completa” por R\$ 1,90 no primeiro mês e demais parcelas a R\$ 21,90, inclui acesso total ao Portal, como também aplicativo sem publicidade, réplica do impresso em versão digital, acervo desde o ano de 1875 e Clube Estadão com descontos e benefícios exclusivos em produtos e serviços. Já o pacote “Digital Básica”, por R\$ 11,90 ao mês no primeiro ano abrange acesso básico ao Estadão.com.br, opinião e análises, conteúdo premiado, blogs, colunistas e aplicativo sem publicidade.

Em 2013, foi a vez do O Globo também aderir à cobrança pelo acesso às notícias do site. Com uma chamada “Informação exclusiva e confiável por menos de R\$ 0,50 por semana”, o site chama a atenção do leitor para dois pacotes de assinaturas digitais, O Globo “Digital” e O Globo “Premium”. A primeira por R\$ 1,90 no primeiro mês e R\$ 19,90 nos seguintes, oferta acesso ilimitado ao site e aplicativo do Globo, matérias exclusivas “dos melhores colunistas do Brasil” acesso ao acervo com notícias desde 1925 e Clube O Globo com descontos em mais de 500 parceiros no país. O pacote Premium custa R\$ 5,90 por três meses e R\$ 29,90 nos demais, sendo o diferencial acesso a todas as revistas da Editora Globo: Época, GQ, Autoesporte, Marie Claire, Galileu entre outras no aplicativo Globo Mais.

Com uma proposta diferente dos sites citados acima, o Nexo, lançado em 2015, é um jornal digital de conteúdo interpretativo e explicativo, que também já apresenta duas formas de acesso ao conteúdo de forma irrestrita, com uma assinatura mensal de R\$ 12,00 por mês e outra anual de R\$ 120,00 para 12 meses. Além do conteúdo do site, o assinante do Nexo receberá newsletters exclusivas e terá precedência na participação dos eventos organizados pelo Nexo.

Com o título “escolha o plano ideal para você”, o UOL passou a cobrar pelo acesso ilimitado em 2017. Hoje, a empresa se autodenomina “a maior empresa brasileira de conteúdo, serviços digitais e tecnologia com vários canais de jornalismo e diversas soluções para você e seu negócio”. O UOL oferece quatro planos digitais: UOL Conteúdo, UOL Esporte Clube, UOL Kids e UOL Leitura, com valores entre R\$ 7,90 a R\$ 40,90 mensais com acesso ao conteúdo UOL e Folha de S. Paulo com matérias e reportagens exclusivas.

O diferencial nos quatro pacotes é que no UOL Esporte Clube, o assinante tem acesso ao conteúdo esportivo da ESPN ilimitado, programas ao vivo, acervo de conteúdo esportivo,



produções exclusivas e outros programas esportivos. No UOL Kids, o leitor acessa a desenhos animados, atividades educativas e aplicativos infantis e o UOL leitura que oferece banca digital com revistas e jornais on-line e off-line como Caras, Isto é, Auto Fácil, Corpo a Corpo, Lance, Casa & Decoração, além de livros digitais.

O levantamento sobre as formas de assinaturas digitais utilizadas pelos portais O Globo, Zero Hora, Estadão e Folha deu-se por esses veículos serem os primeiros a cobrarem pelo conteúdo digital, além de apresentarem títulos já consolidados, credibilidade, conteúdo generalista e uma diversidade de público que os acompanham desde a criação, ainda no impresso. O nativo digital Nexo, de 2015, foi escolhido porque já nasceu no ambiente da internet, além de não utilizar da publicidade como forma de financiamento. O UOL foi selecionado pois é uma empresa não só de conteúdo jornalístico, mas que apresenta outros serviços e produtos ao público, e foi considerado, em 2017, pela Similar Web, o sexto site mais visitado da internet no Brasil.

Quadro 01 – Modelos de *Paywall*

Portais de Notícias	“Muros de Pagamento”		
	<i>Signwall</i>	<i>Paywall Poroso</i>	<i>Paywall Rígido</i>
O Globo		X	
Zero Hora		X	
Estadão	X	X	
Folha		X	
Nexo		X	
UOL		X	

Fonte: Elaboração do autor.

Percebe-se a partir da análise dos portais acima, que o modelo de assinatura digital, *paywall*, traduzido para o português como “muro de pagamento” mais utilizado é o tipo poroso, também denominado de *paywall soft*, que oferece uma quantidade de conteúdos gratuitos por mês, e após isso, o acesso a mais conteúdo somente é liberado com a assinatura digital. O Nexo oferece ao leitor apenas cinco conteúdos livres, em seguida aparece uma janela com a frase “Ops! Você bateu no *paywall*” e apresenta as vantagens e serviços do assinante. Já o modelo

paywall rígido ou *hard*, não possui nenhum conteúdo gratuito, todo o material produzido pelo site é bloqueado e o acesso depende da assinatura do leitor. Esse modelo não é utilizado por nenhum dos portais analisados neste artigo.

4. Considerações finais

A cobrança pelo conteúdo digital ainda é uma forma de financiamento nova que necessita de investigação científica para expandir e analisar as possibilidades de sustentabilidade financeira que as empresas jornalísticas possuem. Além de ser uma possível forma que assegure o financiamento do jornalismo de qualidade por longo tempo. É possível identificar que o modelo de negócio está presente nos maiores sites de notícias do mundo, e no Brasil, a maioria em sites generalistas e de títulos já consolidados.

Com a migração dos leitores para a internet e com ferramentas em mãos que possam publicar, criar e espalhar informações, muitas vezes falsas, coloca o jornalista e o veículo numa posição de informar com olhar criterioso e oferecer um jornalismo de interesse e relevância social. A expansão do acesso a todo tipo de informação pelo público, traz para o profissional de comunicação o comprometimento cada vez maior de apresentar um conjunto noticioso verdadeiro, livre de interesses de empresas, anunciantes ou do Estado.

A cobrança pelo conteúdo digital pode ser uma alternativa para diminuir a crise no modelo de financiamento do jornalismo. Mesmo com uma liberdade maior de produção e circulação de conteúdo possibilitadas pela internet, os portais podem usar desse modelo para oferecer jornalismo de qualidade. Por mais que soe absurdo para muitos, pagar por notícia online, essa já é uma prática que vem se consolidando em jornais do mundo inteiro. A maioria dos veículos utiliza-se das mesmas formas de pagamento para acesso às notícias, o que se torna necessário aumentar essa diversidade a fim de atrair novos públicos.

Referências

ANDERSON, Chris W.; BELL, Emily e SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. Revista de Jornalismo ESPM, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 30-89, abr./jun. 2013. Acesso em: 18 jun. 2019.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FONSECA, Virgínia. Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. Revista Estudo em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ISSN 1984-6924. Disponível em: <https://periodicus.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p129>.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, D. A. L.; NEWMAN, N. Reuters Institute News Report 2014. University of Oxford: Oxford, 2014.

LIMA, Samuel Pantoja. Governança social, produção e sustentabilidade para um jornalismo de novo tipo.

ROCHA, Liana Vidigal; BITAR, Marina. Financiamento no jornalismo pós-industrial: considerações sobre o crowdfunding no Brasil. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Vol. 7, Nº 20 (2017).

SPAGNUOLO, S. (2016). O Nexo pode realmente dar certo: se as pessoas pagarem para ver. 2016. Available at: <https://goo.gl/hJ5mMR>. Acesso em: 6 jun. 2019.

“O CRAS NÃO TEM SÓ PANEIAS”: ESCUTA CLÍNICA DO SOFRIMENTO NO TRABALHO COM SERVIDORES DE PALMAS-TO

Alessandra Soares Araújo²⁰⁶

Ceulp/Ulbra

Isaura de Bortoli Rossatto²⁰⁷

Ceulp/Ulbra

Thaís Moura Monteiro³

Ceulp/Ulbra

Eixo Temático de submissão: Trabalho, Comunicação e Subjetividade.

Resumo

O presente trabalho se propõe a apresentar uma análise descritiva do processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho com servidores da Política de Assistência Social, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em Palmas-TO. A intervenção ocorreu como parte das atividades previstas para a disciplina de Estágio Básico V, do curso de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/Ulbra), que prevê a prática do atendimento psicológico com foco na prevenção e na promoção da saúde a partir da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. O objetivo metodológico foi o descritivo, de natureza qualitativa, uma vez que buscou descrever as características que envolvem o cenário do grupo de trabalhadores do CRAS, a partir do contexto de fala-escuta. Os instrumentos utilizados foram: diário de campo, quadro síntese da sessão e memorial. Por meio dos resultados obtidos na intervenção, foi perceptível que os trabalhadores apresentaram diferentes formas para lidar com o sofrimento, e manifestaram predominantemente aspectos do sofrimento criativo. Desse modo, pôde-se considerar que o movimento do grupo ao longo da escuta do sofrimento no trabalho se deu de forma voltada à resolutividade quanto às questões práticas apresentadas pelo próprio coletivo, porém, ao final dos encontros percebeu-se uma maior abertura para as narrativas voltadas aos sentimentos e à valorização do outro.

Palavras-chave: Escuta Clínica do Sofrimento no Trabalho. Centro de Referência de Assistência Social. Psicodinâmica do Trabalho.

²⁰⁶ Acadêmica de psicologia no Ceulp/Ulbra. E-mail: alessandraaraujo.ps@gmail.com

²⁰⁷ Acadêmica de psicologia no Ceulp/Ulbra. E-mail: isauradb.rossatto@gmail.com

³ Professora no curso de Psicologia no Ceulp/Ulbra, Mestra em Comunicação e Sociedade. E-mail: thais.monteiropsi@gmail.com

1. Introdução

O objetivo deste estudo é analisar o processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho ocorrido durante três meses com trabalhadores de um Centro de Referência de Assistência Social em Palmas-TO, como produto da disciplina de Estágio Básico V, do curso de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas - Ceulp/Ulbra.

Em uma adaptação metodológica proposta por Mendes e Araújo (2012) e reformulada por Mendes (2014), a descrição e interpretação dos fenômenos grupais aqui apresentados, consideram os conceitos da escuta clínica do sofrimento no trabalho, das percepções dos fenômenos psicodinâmicos e seus respectivos marcos bibliográficos. Considerando ainda o Desenvolvimento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no Brasil, buscou-se compreender qual a relação entre a prática interdisciplinar de trabalho no CRAS, as diretrizes prescritas pela política do SUAS e o fenômeno do sofrimento no trabalho.

2. Fundamentação Teórica

A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours, originada em 1980 na França, oportunizou uma maior compreensão da subjetividade no trabalho, ao empreender espaços de fala para os trabalhadores, bem como seus sentimentos e ambivalências referentes ao trabalhar e à dinâmica de prazer/sofrer (BUENO; MACÊDO, 2012). No Brasil, a produção em Psicodinâmica do Trabalho se deu nos anos 1980 acompanhando o desenvolvimento da própria teoria de Dejours (MENDES; MERLO, 2009). No ano de 2012, Mendes e Araújo propuseram novos dispositivos para a escuta qualificada em seu livro “Clínica Psicodinâmica do Trabalho: o sujeito em ação”, quais são: a demanda, a elaboração e perlaboração, a construção de laços, a interpretação, e a formação do clínico (MENDES; ARAUJO, 2012).

Em 2014 o método foi reorganizado por Mendes, privilegiando a escuta analítica. Foi atribuída uma função mais ampla à formação do clínico e à supervisão, que passaram de dispositivos para a escuta para eixos norteadores do método. Desse modo, os eixos do método da clínica psicodinâmica do trabalho passaram a ser: dispositivos para a escuta analítica, a formação do clínico, e a supervisão clínica (MENDES, 2014).

O fenômeno trabalho pode ser representado em uma relação dialética, em partes pelo próprio trabalhador, que dá sentido ao que faz e, em contrapartida, pelo trabalho real, que afeta

a percepção das experiências vividas no contexto de trabalho. Diante dessa relação, os sujeitos podem experimentar prazer ou sofrimento (FREITAS; AUGUSTO; MENDES, 2014). A organização do trabalho, por sua vez, pode ser definida como o conjunto de elementos que permeiam a operacionalização do trabalho, como a divisão do trabalho, a hierarquia, o conteúdo das tarefas, as relações de poder e responsabilidade (MENDES, 1995).

O sofrimento dos trabalhadores também pode se tornar criativo, ou seja, o sujeito se mobiliza para transformar o sofrimento em algo que o favoreça de alguma maneira, o que não é sinônimo de prazer, porém favorece a mobilização subjetiva. Por outro lado, a escassez de flexibilidade da organização do trabalho pode favorecer o surgimento do sofrimento patogênico, que estimula o indivíduo a encontrar maneiras de descarregar a energia pulsional utilizando de estratégias defensivas como forma de suportar as atividades (BUENO; MACÊDO, 2012).

Como forma de suportar o trabalho prescrito por meio da utilização da capacidade criativa se encontra a inteligência prática, uma forma de mobilização subjetiva que auxilia o processo de enfrentamento de situações imprevistas, transformando também, sofrimento em prazer (BUENO; MACÊDO, 2012). Desse modo, os trabalhadores estão sujeitos a um processo que provoca a interação entre aspectos subjetivos, deles próprios, e objetivos, da realidade de trabalho; propiciando experiências de prazer e/ou sofrimento, sendo que, com o predomínio do sofrimento, podem ser usadas estratégias de mobilização subjetiva, bem como estratégias defensivas (FREITAS; AUGUSTO; MENDES, 2014).

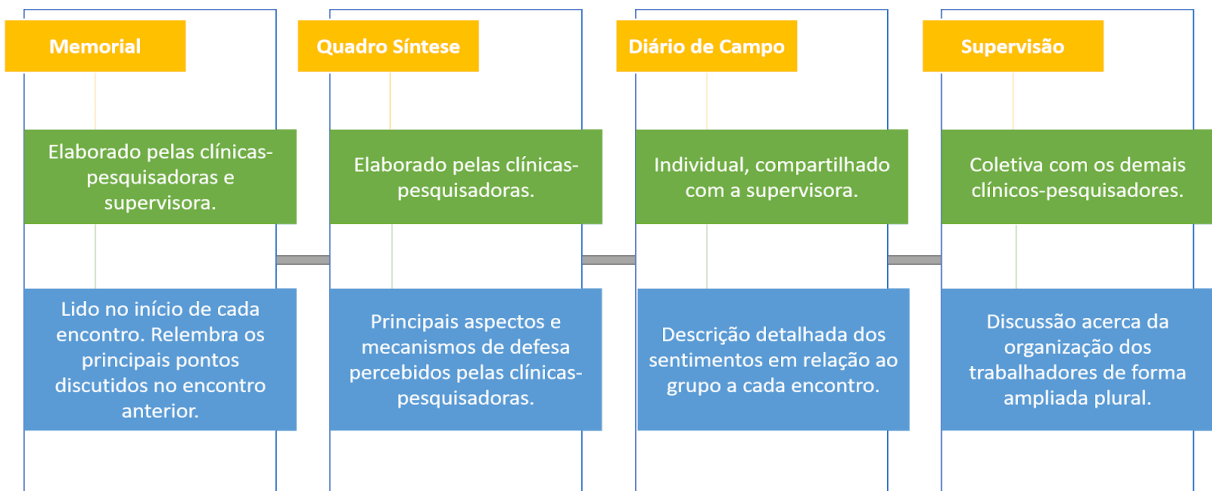
3. Metodologia do estudo

O grupo de Escuta Clínica do Sofrimento no Trabalho ocorreu durante três meses nas locações do CRAS, totalizando sete encontros. O processo de escuta clínica só teve início, mediante o aceite do coletivo de trabalhadores, que ocorreu em uma reunião-convite. Os demais encontros tiveram cerca de uma hora e trinta minutos de duração. O projeto teve natureza qualitativa uma vez que, partiu de focos ampliados sem pré-definições, buscando dados descritivos por meio dos processos interativos e do contato direto entre pesquisador e situação (GODOY, 1995). O objetivo metodológico foi o descritivo, uma vez que buscou-se descrever

as características que envolvem o cenário do grupo de trabalhadores do CRAS, a partir do contexto de fala-escuta.

A organização e a análise dos dados coletados foram realizadas e interpretadas de acordo com os dispositivos clínicos propostos por Mendes (2014), com base nos eixos estruturantes do método, bem como nos seguintes instrumentos: diário de campo, quadro síntese da sessão e memorial.

Figura 1 - Rotina de pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras (Agosto, 2019).

Ao concluir o processo de escuta clínica, foi entregue um relatório final aos trabalhadores, momento em que se discutiu sobre a compreensão dos integrantes do grupo acerca das análises realizadas, e somente a partir da validação do coletivo o relatório foi concluído e entregue formalmente. Em relação aos aspectos éticos, foi assegurado aos trabalhadores que suas identidades, bem como as informações e opiniões divulgadas não seriam expostas de forma a provocar uma possível identificação.

4. Resultados e discussões

Ao longo do processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho o grupo experienciou diferentes movimentos.

Tabela 1. Mobilização do Coletivo de Trabalhadores.

Encontro	Resumo
<p>1° Encontro 11/04/2019</p>	<p>Número total de participantes: 07 O grupo achou necessário mudar os horários dos encontros para possibilitar a participação da equipe da tarde. Foi indagado sobre como o ambiente de trabalho é vivenciado, e o grupo relatou que apesar da política ainda ser considerada “pobre”, houve melhorias ao longo do tempo nos equipamentos. Relataram dificuldades na realização de tarefas que dependem do “fazer” interdisciplinar. Foi usada a expressão "soltam os cachorros" para se referir à maneira que os usuários usam para solicitar os benefícios e assistência. Percebeu-se o uso do humor para falar de assuntos difíceis de forma mais suave.</p>
<p>2° Encontro 25/04/2019</p>	<p>Número total de participantes: 10 Foi discutido, durante a maior parte do encontro, o chamado “fazer da equipe”. Foi possível perceber a insatisfação das Auxiliares de Serviços Gerais no que tangia às tarefas que deveriam ser de responsabilidade coletiva. As ASGs relataram não querer serem “servidoras de servidores”. Perceberam-se queixas em relação à execução dos combinados entre os trabalhadores e levantou-se a necessidade de uma nova forma de organização das escalas de quem fazia o almoço e a limpeza da cozinha. Com isso, foi levantada a necessidade de uma abertura para o trabalho em grupo. O trabalho foi descrito como “entrevado” e seria necessário um “spray para <i>desentrevavar</i>”. Entre as estratégias defensivas observadas estão o conformismo e a negação do problema por parte de alguns integrantes em relação às queixas apresentadas.</p>
<p>3° Encontro 02/05/2019</p>	<p>Número total de participantes: 10 Houve trocas sobre a maneira encontrada como resolução das questões da cozinha levantadas no encontro anterior, sendo essa, a organização de uma nova escala. Com a fala “o CRAS não tem só panelas”, os técnicos iniciaram a discussão sobre a organização das pastas das famílias do PAIF e pensaram em uma nova reformulação para a organização das pastas e dos armários. Foram discutidos também os componentes das planilhas que devem ser preenchidas para registro e coleta de dados, bem como sobre a possibilidade da construção do Relatório Mensal (RMA) de forma coletiva. Os trabalhadores perceberam que suas atividades possuem objetivos em comum e decidiram que mensalmente, antes do prazo final, se reunirão para a montagem do RMA.</p>
<p>4° Encontro 09/05/2019</p>	<p>Número total de participantes: 09 Houve divergências no modo de lidar com o trabalho. Uns alegaram ter a “Síndrome do Pensamento Acelerado” outros a “Síndrome do Pensamento Lentificado”. Contudo, durante as discussões, uma trabalhadora pontuou a possibilidade de isso ser parte das características do modo individual de cada um lidar com o trabalho. Percebeu-se uma grande tensão, em parte dos trabalhadores, quando se referiram às dificuldades e ao peso da sobrecarga que a coordenação anterior enfrentava.</p>
<p>5° Encontro 16/05/2019</p>	<p>Número total de participantes: 11 Foi possível notar a grande necessidade dos técnicos em ajustar uma forma de trabalhar que atenda aos requisitos da gestão. Os técnicos discutiram durante a maior parte do encontro sobre como organizar os documentos e os dados solicitados pela gestão. Ao final, houve uma percepção coletiva por parte do grupo sobre a necessidade de parar de “procrastinar” (nas palavras deles) as atividades que deveriam ser realizadas. Utilizaram termos para descrever a situação do grupo no momento, como “muita teoria e muita prática, mas falta de comprometimento”, “a gente sabe o que tem que fazer, sabe como fazer, sabe quando fazer, mas não faz” e “muita panela e pouco fogo para cozinhar”.</p>

<p>6° Encontro 30/05/2019</p>	<p>Número total de participantes: 07 Foi possível perceber a ambivalência dos técnicos entre a possibilidade da diminuição da sobrecarga com a chegada da nova assistente social e o sentimento de insatisfação persistente em relação à comunicação disfuncional da equipe. Percebeu-se dificuldades em executar as atividades prescritas a todos os técnicos, independente da formação, bem como na integração das informações coletadas nas visitas do PAIF. Notou-se que para a realização dessas tarefas, é necessária uma comunicação maior e mais articulada, através de momentos de interação da equipe técnica e de diálogos no dia-a-dia. As principais estratégias defensivas utilizadas foram a agressividade e reatividade.</p>
<p>7° Encontro 06/06/2019</p>	<p>Número total de participantes: 09 Foi elaborado, durante a semana, um projeto coletivo de acompanhamento das famílias, de forma a revezar e integrar a atuação de todos os técnicos, incluindo também, mais comunicação entre a equipe acerca das famílias atendidas. Ao relatarem os sentimentos que emergiram no grupo ao longo dos encontros, os trabalhadores disseram ter vivenciado sentimentos de “raiva, tristeza, felicidade, desesperança, esperança e alívio”. Neste encontro em específico, os trabalhadores experienciaram o envolvimento de forma mais acentuada dos sentimentos e se implicaram emocionalmente no processo. Se permitiram compartilhar vivências pessoais e demonstraram estar afetados pelas histórias dos outros. Fizeram pontuações de como o trabalho afeta a subjetividade e o quanto é importante respeitar a história do outro. O próprio grupo criou uma metáfora para expressar o agir colaborativo, afirmando que devem ser como “dois bêbados”, que se apóiam um no outro para conseguir chegar em casa apesar das dificuldades.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras (Junho, 2019).

De forma linear, os primeiros movimentos observados no grupo foram as queixas relacionadas à organização do ambiente e ao preenchimento de planilhas consideradas disfuncionais, sendo essas queixas repetidas por três encontros seguidos (encontros 1, 2 e 3). O quarto encontro foi marcado pelo o reflexo das divergências ao modo de lidar com o trabalho de cada um, fazendo o grupo continuar na repetição da queixa, mas já dar início ao movimento de elaboração. Em seguida os trabalhadores, através das discussões, puderam integrar as interpretações que haviam feito, superando as repetições, dando continuidade ao processo de elaboração e perlaboração (encontro 5, 6, e 7). Puderam, mesmo que de forma atribulada, iniciar as deliberações acerca dos aspectos que mais falaram durante os encontros anteriores (encontros 6 e 7).

De acordo com Mendes (2012), ao que se refere à Análise da Psicodinâmica do Trabalho, temos o delineamento a partir de três eixos: (1) Organização do Trabalho prescrito e o Real do Trabalho; (2) Mobilização Subjetiva; e (3) Sofrimento, defesas e patologias. Desse modo, analisando os aspectos presentes no eixo (1) Organização do Trabalho Prescrito e o Real

do Trabalho, os principais temas que emergiram no grupo decorrem de intercorrências em relação à forma como o trabalho era operacionalizado, de maneira compartimentada e individualizada. No que tange à divisão do trabalho e os tipos de tarefa, percebeu-se a dificuldade entre os técnicos de Nível Superior em articular-se para realizar as tarefas que competem a todos, causando sofrimento.

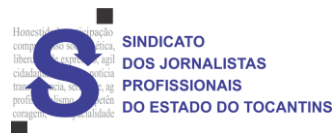
Portanto, como forma de suportar o trabalho prescrito, percebeu-se que os trabalhadores, ao longo dos encontros, recorreram à mobilização subjetiva (2) através dos espaços de discussões propiciados pela escuta do sofrimento. O sentimento de confiança entre os membros da equipe foi destacado pelo grupo em diversos momentos. Percebeu-se o uso da inteligência prática e do sofrimento criativo (3) nos momentos em que os trabalhadores se articularam para transformar a organização do trabalho e enfrentar situações imprevistas de uma forma que os beneficiassem.

Entre as estratégias defensivas coletivas (3) perceptíveis estão o uso do humor, como uma forma de eufemizar falas ásperas e as realidades de trabalho desagradáveis, bem como o comportamento de deixar a sala do encontro e buscar café em momentos de conflito, como uma expressão de possível negação aos acontecimentos que estavam sendo relatados no momento. As principais estratégias defensivas identificadas foram a agressividade e individualidade.

De modo geral, o movimento do grupo de trabalhadores foi marcado de forma acentuada pela resolutividade em questões práticas em todos os encontros, porém, apenas nos últimos houve uma maior abertura para o compartilhamento de sentimentos, abertura para aspectos da vida pessoal e o reconhecimento entre os trabalhadores. Com a aproximação da finalização dos encontros, percebeu-se movimentos de autonomia com a manifestação de sentimentos de colaboração, reconhecimento das clínicas-pesquisadoras e fortalecimento de vínculos.

Através da análise dos eixos, é perceptível que os trabalhadores do CRAS apresentaram diferentes formas para lidar com o sofrimento, desse modo, pode-se observar que o sofrimento apresentado pelo grupo foi mais criativo do que patogênico e que os aspectos da mobilização subjetiva como inteligência prática, cooperação e espaço de discussão estiveram presentes em muitos momentos. É importante ressaltar que o modelo de coordenação do referido CRAS foi flexível e possibilitou o surgimento de espaços colaborativos.

5. Considerações finais



A partir dos resultados encontrados neste trabalho, percebeu-se que os trabalhadores do CRAS se permitiram afetar pelas vivências grupais, em partes porque o desejo de estar nesse processo era genuíno. Observou-se que os trabalhadores fortaleceram suas habilidades de comunicação e legitimaram a necessidade do trabalho menos individualizado e mais voltado para a construção coletiva, bem como se demonstraram mais abertos para o compartilhamento de sentimentos e vivências. Também é válido destacar a influência positiva do desejo dos trabalhadores no uso desta metodologia, uma vez que a resolutividade é compreendida como uma forma de atuar na melhoria das condições de trabalho visto as inúmeras limitações impostas pela atuação profissional interdisciplinar, em um dispositivo da Política de Assistência Social.

Destaca-se, ainda, a dificuldade em encontrar trabalhos e pesquisas que utilizem a Clínica Psicodinâmica do Trabalho ou adaptações metodológicas que retratem as dificuldades encontradas pelos clínicos-pesquisadores, no que tange à aplicação do método e à influência do desejo dos trabalhadores no desenvolvimento do processo de fala-escuta.

Referências

BUENO, Marcos; MACÊDO, Kátia Barbosa. A Clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 306-318, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2MFGNEt>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FREITAS, Lêda Gonçalves; AUGUSTO, Magda Maria; MENDES, Ana Magnólia. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 1, p. 34-55, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hp10N1>>. Acesso em 09 jun. 2019.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/1YbtSoc>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MENDES, Ana Magnólia; ARAÚJO, Luciane Kozicz Reis. Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação. **Curitiba: Juruá**, 2012.

MENDES, Ana Magnólia. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/2NxCOJW>>. Acesso em 09 jun. 2019.

MENDES, Ana Magnólia. Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosângela Dutra de; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Trabalho e Sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá, 2014. Cap. 3. p. 65-80.



MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social do trabalho**, v. 12, n. 2, p. 141-156, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2KWODaL>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

